



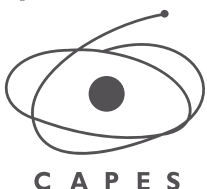
ANAIS DO II SEMINÁRIO TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Parceria



Apoio



Copromoção



Promoção





Reitoria

Reitor: Claudio Alcides Jacoski

Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Silvana Muraro Wildner

Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Márcio da Paixão Rodrigues

Vice-Reitor de Administração: José Alexandre de Toni

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Claudio Machado Maia

Este livro ou parte dele não podem ser reproduzidos por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

S471a Seminário Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional
Anais do II Seminário Território, Territorialidades e
Desenvolvimento Regional [recurso eletrônico] : os movimentos
sociais / Cristiane Tonezer, Dunia Comerlatto, Rosana Maria
Badalotti (Orgs.). -- Chapecó, SC : Argos, 2017.
PDF

Contém resumos

ISBN 978-85-7897-193-9

1. Movimentos sociais - Congressos. 2. Comunidade -
Desenvolvimento - Congressos. I. Tonezer, Cristiane. II. Comerlatto,
Dunia. III. Badalotti, Rosana Maria. IV. Título.

CDD 21 -- 981.642

Catálogo elaborado por Daniele Lopes CRB 14/989

Biblioteca Central da Unochapecó



Todos os direitos reservados à Argos Editora da Unochapecó

Av. Atilio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Chapecó (SC) – 89809-000 – Caixa Postal 1141

(49) 3321 8218 – argos@unochapeco.edu.br – www.unochapeco.edu.br/argos

Coordenadora: Rosane Natalina Meneghetti Silveira

Conselho Editorial

Titulares: Murilo Cesar Costelli (presidente), Clodoaldo Antônio de Sá (vice-presidente),
Celso Francisco Tondin, Rosane Natalina Meneghetti Silveira, Cesar da Silva Camargo,
Silvana Muraro Wildner, Ricardo Rezer, Rodrigo Barichello, Mauro Antonio Dall Agnol,
Vagner Dalbosco, Claudio Machado Maia

Suplentes: Arlene Renk, Fátima Ferretti, Fernando Tosini, Hilário Junior dos Santos
Irme Salete Bonamigo, Maria Assunta Busato

PROMOÇÃO

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

COPROMOÇÃO

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

PARCEIROS

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Pastoral da Juventude Rural (PJR)
União Brasileira de Mulheres de Chapecó (UBM/Chapecó)
União Nacional LGBT Chapecó (UNALGBT/Chapecó)

APOIO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

COMITÊ ORGANIZADOR

Cristiane Tonezer (Unochapecó)
Dunia Comerlatto (Unochapecó)
Humberto José da Rocha (UFFS)
Leonel Piovezana (Unochapecó)
Myriam Aldana Vargas Santin (Unochapecó)
Rosana Maria Badalotti (Unochapecó)

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

Cristiane Tonezer (Unochapecó)
Dunia Comerlatto (Unochapecó)
Rosana Maria Badalotti (Unochapecó)

COMISSÃO CIENTÍFICA E AVALIADORA DOS TRABALHOS

Arlene Anélia Renk (Unochapecó)
Clarete Trzcinski (Unochapecó)
Claudio Machado Maia (Unochapecó)
Dunia Comerlatto (Unochapecó)
Erni José Seibel (UFSC)
Henrique Aniceto Kujawa (Unochapecó)
Ivo Dickmann (Unochapecó)
Luci dos Santos Bernardi (Unochapecó)
Marcia Luiza Pit Dal Magro (Unochapecó)
Maria Elisabeth Kleba da Silva (Unochapecó)
Maurício Roberto da Silva (Unochapecó)
Miguel Ângelo Silva da Costa (Unochapecó)
Monica Hass (UFFS)
Nadir Castilho Delizoicov (Unochapecó)
Odilon Luiz Poli (Unochapecó)
Rosana Maria Badalotti (Unochapecó)
Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto (Unochapecó)
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski (Unochapecó)

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Debater com o meio acadêmico, profissional, da militância dos movimentos sociais e com a sociedade civil pesquisas e experiências, ações políticas, econômicas e culturais, na perspectiva do desenvolvimento territorial e regional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar um fórum de discussão entre movimentos, organizações e atores sociais na construção de pautas coletivas para o desenvolvimento territorial e regional;
- Oportunizar o debate sobre diferentes ações coletivas dos movimentos sociais na busca de estratégias para o desenvolvimento regional;
- Socializar estudos e experiências sobre os movimentos sociais envolvendo a temática sobre território, territorialidades e desenvolvimento regional.

GRUPOS TEMÁTICOS

GT 1 – Movimentos sociais rurais

GT 2 – Movimentos sociais urbanos

GT 3 – Governança do território, institucionalidades sociais e desenvolvimento regional

GT 4 – Movimentos sociais e desafios contemporâneos

SUMÁRIO

| clique no título para acessar os trabalhos |

HISTÓRICO DO EVENTO

APRESENTAÇÃO

GT 1 – MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Raquel da Silva, Cristiane Tonezer, Clarete Trzcinski

O MST E A AGROECOLOGIA: POSSIBILIDADE DE REENCONTRO ENTRE O NATURAL E O SOCIAL

Matheus Fernando Mohr, Naira Estela Roesler Mohr

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: UMA LUTA SOCIAL

Elizandra Wilke, Júlia Gerhardt, Scheila Girelli, Andressa Bertoncello Valandro

“CAMPONÊS É AQUELE QUE PRODUZ SEU PRÓPRIO ALIMENTO”: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR COMO MEIO DE RESISTÊNCIA

Valdete Boni, Cléber José Bosetti

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Marinês Rosa Palavicini Sotili, Leonel Piovezana

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE DOM JOSÉ GOMES

Tiago Arcego da Silva

SUMÁRIO

| clique no título para acessar os trabalhos |

MEDIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES EM CONFLITO NA LUTA PELA TERRA ENTRE INDÍGENAS E AGRICULTORES NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

João Carlos Tedesco, Henrique Aniceto Kujawa, Alex Antônio Vanin

BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NA BACIA DO RIO URUGUAI E O CONFLITO DA FUTURA USINA HIDRELÉTRICA EM ITAPIRANGA (SC)

Leonardo André Felipe Carneiro Nunes, Humberto José da Rocha

MODALIDADES DE INDENIZAÇÃO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ: A PARTICIPAÇÃO DO MAB

Myriam Aldana Vargas, Bruna Ohland

UM OLHAR SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA SÃO ROQUE

Antônio Valmor de Campos, Carmem Rejane Flores Wizniensky, Jane Acordi de Campos

GT 2 – MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

MOVIMENTOS POPULARES URBANOS E SEU PAPEL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Miriane de Matos Griep, Rógis Juarez Bernardy

MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E SUA ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Myriam Aldana Vargas, Júlia Gerhard, Suziane Boneti

OS DIREITOS E OS SUJEITOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Maria Carolina da Silveira Moesch, Dunia Comerlatto

SUMÁRIO

| clique no título para acessar os trabalhos |

CARACTERIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS NA REGIÃO DA AMOSC

Daniela Fernanda Schott, Erni José Seibel, Marcia Luiza Pit Dal Magro

ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA PERPASSADA PELOS DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS

Cristiane Damedá, Irme Salette Bonamigo

AS CRIANÇAS INDÍGENAS EM MOVIMENTO NO COTIDIANO DAS RUAS DA CIDADE: ENTRE O TRABALHO E A CULTURA LÚDICA

Giovana Didoné Piovezana, Maurício Roberto da Silva

O TRABALHO NA SOCIEDADE DE CONSUMO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ENTRE OS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

Claudio Luiz Orço, Elizandra Iop

O MICROCRÉDITO URBANO QUE NASCE DA SOLIDARIEDADE DO MICROCRÉDITO RURAL: O CASO DA SOLCREDI

Luiza Maria da Silva Rodrigues

Francieli Pilati Gervasoni

GT3 – GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO, INSTITUCIONALIDADES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GLOBALIZAÇÃO: HOMOGENIZAÇÃO OU CONTRADIÇÃO?

Claudio Machado Maia

SUMÁRIO

| [clique no título para acessar os trabalhos](#) |

REGIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NÃO HEGEMÔNICA

Marcos Antonio Nunes, Lenoir Heisler, Cristiane Tonezer

ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS REPRESENTATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE FRENTE À PROBLEMÁTICA DA SUCESSÃO FAMILIAR

Ana Paula Grando, Marcia Luiza Pit Dal Magro, Rosana Maria Badalotti

PLURIATIVIDADE NA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO (SC)

Lenoir Heisler, Irme Salete Bonamigo, Arlene Renk

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO TERRITORIAL: DISPUTAS E CONSENSOS PROTAGONIZADOS NA GESTÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Pedro Ivan Christoffoli, Marcia Luiza Felippini, Marcos Roberto Pires Gregolin,
Cristina Sturmer dos Santos, Osair Wrublak

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS SERTÃO: AÇÕES E ARTICULAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Vanessa Carla Neckel, Dunia Comerlatto

ESPECIFICIDADES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TORNO DO CARVÃO MINERAL: ATORES E INSTITUIÇÕES EM CANDIOTA (RS)

Gleicy Denise Vasques Moreira

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS: UM ESTUDO DA PROPOSTA DESENVOLVIDA NA REGIÃO DO QUIRIRI

Everton Gabriel Bortoletti, Fransinês Swib Vaz Grokoski

SUMÁRIO

| clique no título para acessar os trabalhos |

GT4 – MOVIMENTOS SOCIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AGRAVANTES CONTEMPORÂNEOS

Antônio Valmor de Campos, Carmem Rejane Flores Wiznienskya, Jane Acordi de Campos

AINDA EXISTEM LATIFÚNDIOS NO BRASIL? E EM SANTA CATARINA? UMA ANÁLISE DO ESPAÇO AGRÁRIO CATARINENSE

Alcione Talaska

ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES E AS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Andreza Leticia Tessaro, Cristiane Tonezer, Kaliandra Dara Marta,
Maria Carolina da Silveira Moesch, Teresinha Rita Boufleuer

DILEMAS E DESAFIOS DA AÇÃO EXTENSIONISTA: UMA REVISÃO A PARTIR DA TEORIA DA AÇÃO COM FREIRE E HABERMAS

Juliano Vitória Domingues, Leonel Piovezana

O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) E A DEFESA DO DIREITO À SAÚDE: ORGANIZAÇÃO E LUTA

Andressa Bertoncello Valandro, Elizandra Wilke, Rosana Maria Badalotti,
Maria Elisabeth Kleba da Silva, Noemi Margarida Krefta

JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E LIMITES

Maxemino Luiz Martinelli, Rosana Maria Badalotti, Sonia Bottega

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CENÁRIO DAS LUTAS SOCIAIS

Naira Estela Roesler Mohr, Matheus Fernando Mohr

SUMÁRIO

| [clique no título para acessar os trabalhos](#) |

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski, Jiovana Grapilha

O SISTEMA CRESOL E O INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO (INFOCOS): AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO COOPERATIVISTA

Francieli Pilati Gervasoni, Luíza Maria da Silva Rodrigues

O EDUCADOR TRANSFORMADOR NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

Francieli Fabris, Justiani Hollas, Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi

HISTÓRICO DO EVENTO

No ano de 2014, a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), através do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, realizou o “I Seminário Regional: Território, Territorialidades e Estratégias de Desenvolvimento Regional”, que contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e teve como objetivo debater com o meio acadêmico-profissional sobre pesquisas, estudos e experiências em desenvolvimento territorial e regional, processos de gestão, institucionalidades, dinâmicas e suas diferentes ações políticas e manifestações de territorialidades.

Como resultados alcançados, destacam-se: o aprofundamento da discussão sobre a temática do evento entre diferentes áreas do conhecimento e profissional; a problematização da temática acerca da importância da integração e definição de estratégias entre as diferentes escalas, políticas e processos de desenvolvimento territorial e regional; e a socialização de dados e informações que contribuíram para a avaliação da implementação das políticas e dos processos de desenvolvimento territorial e regional em construção.

Como continuidade desta primeira edição, o “II Seminário Regional: Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional: os Movimentos Sociais” contou novamente com o apoio da Fapesc e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Realizado em novembro de 2016 e promovido pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó, em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e diversos movimentos sociais rurais e urbanos da região Oeste de Santa Catarina, objetivou o debate com o meio acadêmico, profissional, militantes e a sociedade em geral sobre pesquisas, estudos e experiências dos movimentos sociais em suas dinâmicas, ações políticas, econômicas e culturais, na perspectiva do desenvolvimento territorial e regional.

Nesta direção, sua realização contribui para o adensamento da temática em foco a partir de uma perspectiva interdisciplinar e multiprofissional, aspecto este que vem possibilitando a construção de uma identidade para um evento que pretende ser permanente nas ações do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Ao propor a interação de pautas e propostas agregadas com base nos conhecimentos e experiências oriundas do meio acadêmico, profissional e dos movimentos sociais, permite o estabelecimento de parcerias entre atores e organizações envolvidas e participantes do evento na perspectiva de articulações para o desenvolvimento regional; e, por fim, se constitui em um espaço de proposição de indicativos de políticas públicas como apoiadoras estratégicas das demandas socioeconômica e política da região.

A temática em foco nesta segunda edição do seminário ao eleger os movimentos sociais, se justifica primeiramente pelo protagonismo histórico que os movimentos sociais do campo ocupam nesta região em que se verifica a presença de diferentes institucionalidades e formas de manifestação de territorialidades impetradas por processos de organização constituídos por estratégias políticas, ideológicas, econômicas e técnicas implementadas por atores sociais regionais envolvidos com ações de desenvolvimento territorial e regional. Nesta região, a partir do início dos anos 1980, identifica-se a organização de movimentos populares do campo tais como: Movimento de Oposições Sindicais, o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento de Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (MAB).

Mais recentemente, movimentos urbanos têm protagonizado diferentes bandeiras de lutas em defesa dos direitos de trabalhadores de diversos setores, mulheres, população LGBT, estudantes secundaristas e universitários, os quais têm configurado um campo composto de forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos e atores que compõem a sociedade civil organizada. Entre estes movimentos se destacam a União Brasileira de Mulheres Chapecó (UBM/Chapecó), a União Nacional LGBT (UNALGBT/Chapecó), o Movimento Estudantil, entre outros.

Destaca-se que as estratégias políticas, ideológicas e econômicas da diversidade de movimentos sociais, foco deste seminário, manifestam-se territorialmente em diversas escalas e ações envolvidas em causas socioeconômicas, culturais e de direitos humanos e sociais em nível local, regional, nacional e transnacional.

Como resultado desta segunda edição, apresenta-se a organização desta publicação em forma de Anais, composto por trabalhos apresentados nos grupos temáticos que objetivaram debater a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas sobre abordagens territoriais e desenvolvimento regional em sua relação com pesquisas e atuação de universidades e movimentos sociais envolvidos, propiciando a atualização e aprofundamento da discussão temática do evento entre diferentes áreas do conhecimento e profissional, uma vez que se destina aos segmentos da comunidade acadêmica, categorias profissionais afins, militantes dos movimentos sociais, entre outros atores e organizações governamentais e não governamentais.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é resultado da realização do “II Seminário Regional: Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional: os Movimentos Sociais”, que aconteceu entre os dias 10 e 11 de novembro de 2016, na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e contou com a promoção do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação.

Esse evento teve por objetivo debater com o meio acadêmico, profissional, militantes dos movimentos sociais e com a sociedade civil as pesquisas, experiências e ações políticas, econômicas e culturais na perspectiva do desenvolvimento territorial e regional.

Sua programação foi organizada por uma comissão de parceiros dos Movimentos Sociais e da Universidade Federal de Fronteira Sul (UFFS), dinamizada pelas Conferências e Mesas Redondas e pelos Grupos de Trabalho.

As conferências incluíram temas relevantes, com palestrantes renomados nacionalmente, a saber: Movimentos Sociais do Campo e da Cidade – prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (UFRGS); Governança do Território: atualidade Brasileira e Sulamericana – prof. Dr. Ladislau Dowbor (PUCSP); e, Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: experiências e desafios na atualidade – prof.^a Dra. Maria da Glória Gohn (Unicamp).

As Mesas Redondas promoveram exposições e debates com militantes nas áreas temáticas: Luta pela Terra, Recursos Naturais e Produção de Alimentos Saudáveis; e Movimentos Urbanos, Gênero e Identidades.

Os quatro Grupos de Trabalho – Movimentos Sociais Rurais; Movimentos Sociais Urbanos; Governança do Território, Institucionalidades Sociais e Desenvolvimento Regional; e, Movimentos Sociais e Desafios Contemporâneos – reuniram 36 trabalhos de pesquisas, experiências e ações políticas, econômicas e culturais, que foram apresentados por estudantes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, professores e profissionais e militantes de movimentos sociais, na abrangência de Chapecó e da região Sul do Brasil, resultando na organização deste Anais.

Estendemos nossos sinceros agradecimentos pela participação de todos(as) no evento e por compartilhar conhecimentos e saberes que oportunizaram momentos de convivência, aprendizagem e interação coletiva e de atualização profissional.

As organizadoras.

Chapecó (SC), fevereiro de 2017.

GT 1

MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

GT 1 – Movimentos sociais rurais: discutir o papel dos movimentos rurais, no que se refere à luta pela terra, preservação dos recursos naturais, soberania alimentar e produção de alimentos saudáveis e luta contra as barragens.

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Raquel da Silva¹
Cristiane Tonezer²
Clarete Trzcinski³

Resumo

A luta pela terra esteve presente em diversas etapas dos ciclos econômicos no Brasil, estas lutas resultam na conquista de terras e constituição de assentamentos rurais, formando regiões de famílias assentadas, recriando unidades independentes e não subordinadas. Este artigo terá como objetivo fazer uma análise histórica da luta pela terra no Brasil no período que antecede a ditadura militar até os dias atuais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e análise descritiva. Como resultado, observou-se que a luta pela redistribuição de terras no Brasil teve avanços e retrocessos no período analisado. Na atualidade, muitas famílias conquistaram terras através da reforma agrária, porém, observou-se que esta garantia não é suficiente para uma vida digna, pois, mais do que a redistribuição, é necessário se pensar em políticas públicas continuadas para esta população.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamento rural. Luta pela terra.

1 Introdução

A concentração fundiária no Brasil é resultado de uma distribuição de terra que aconteceu no passado de forma desordenada, ou seja, grande parte das terras brasileiras se encontrava nas mãos de uma minoria. Esse cenário foi agravado no período pós-guerra, quando foi implementada a política de “modernização da agricultura”, processo que provocou transformações estruturais e causou sérias consequências sociais. Para Mattei (2012), o conflito social agrário que persiste no País está relacionado com o modelo de desenvolvimento rural adotado, promovendo a concentração de terra e exclusão social dos camponeses.

1 Graduanda em Ciências Econômicas na Unochapecó. *E-mail:* <rakysilva@unochapeco.edu.br>.

2 Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. *E-mail:* <tonezer@unochapeco.edu.br>.

3 Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. *E-mail:* <clarete@unochapeco.edu.br>.

Ao longo das últimas décadas ocorreram vários debates em relação ao modelo de desenvolvimento no Brasil, com destaque para a discussão da reforma agrária⁴. Estes debates, muitas vezes, estavam ligados às mudanças da estrutura agrária e penúria rural. A reforma agrária passou a ser um tema nos diferentes governos, algumas políticas ajudando, outras retraindo esta ação.

A abordagem de reforma agrária leva a considerar o que Fernandes (1998) trata sobre luta pela terra e na luta pela reforma agrária. Segundo este autor:

Diferenciamos a luta pela terra da luta pela reforma agrária, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas. Um movimento social pode desenvolver a luta pela terra sem a existência de um projeto de reforma agrária. A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, de toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária. (FERNANDES, 1998, p. 22).

Frente a esta breve introdução, destaca-se que este artigo tem como objetivo fazer uma análise histórica da luta pela terra no Brasil no período que antecede a ditadura militar até os dias atuais.

O trabalho está organizado em três seções, a primeira faz uma breve repercussão sobre as políticas adotadas no período pré-ditadura militar, enfatizando as ações das ligas camponesas que estiveram presentes no período e as ações governamentais. Na segunda seção apresenta-se um resumo da ação do golpe militar e a efetivação do Estatuto da Terra, enfatizando que leis foram criadas, mas não foram praticadas, e que neste período o governo tentou retraindo os movimentos sociais e beneficiar os grandes latifundiários, apresentando um cenário de conflitos e rebeliões. Por último, apresenta-se o ressurgimento dos movimentos sociais com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a implantação de assentamentos após as conquistas.

2 Pré-ditadura militar: ligas camponesas e a criação do Estatuto da Terra

Em 1850, foi elaborada a primeira legislação que regula efetivamente a posse da terra no Brasil, conhecida como Lei de Terras. Ela regulava a propriedade privada da terra, sendo que o interessado tinha de pagar a regularização à Coroa. Isso permitiu que as pessoas com mais condições econômicas regularizassem suas propriedades junto ao Cartório de Terras (MOREIRA, 2007, p. 146). No século XIX, na crise da escravidão, até a abolição da escravatura, havia preocupação com o atraso da agricultura brasileira.

No início do século XX, grandes latifundiários perdem o controle do Estado para a burguesia industrial. Os modelos econômicos impostos tinham suas bases ligadas às práticas da industrialização, dependente da agricultura para exportação. A partir da industrialização houve um desenvolvimento nas cidades, ocasionando

4 “A Reforma Agrária é um termo empregado para expor diferentes processos que dão acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que tenham, ou não, uma pequena quantidade de terras.” (SPAROVEK, 2003, p. 5).

o êxodo rural e a eclosão de diversas revoltas camponesas pelo interior do País, criando um problema agrário inevitável para o Estado brasileiro (MOREIRA, 2007, p. 147).

Para Santos (1999, p. 2), na década de 1950 houve o reconhecimento de que tinha um problema agrário que estava se desenvolvendo no Brasil a partir da industrialização. Nesta época as lutas camponesas começaram a se organizar com maior enfoque na década de 1950, com o surgimento de organizações e ligas camponesas. “A reforma agrária passa a assegurar, como o instrumento para efetivar essas transformações, com a recomendação implícita de que a ajuda financeira só se efetivaria se as reformas agrárias fossem executadas de acordo com os planos de desenvolvimento.” (SIMIQUELI; FERNANDES, 2014-2015, p. 52).

As principais organizações camponesas pela reforma agrária foram: União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrab), as ligas camponesas e os Movimentos dos Agricultores Sem Terra (Master). As ligas camponesas se destacaram como uma das mais significativas, inicialmente lutando pela posse de terra, foi se consolidando no Nordeste do País, com a palavra de ordem “na lei ou na marra” (MORISSAWA, 2001, p. 92).

Segundo Fernandes (1998, p. 12), no final da década 1960, em diferentes pontos do País a intensificação pela ocupação de terras cresce, surgindo numerosos movimentos sociais no campo. Através das lutas populares houve um crescimento na organização dos trabalhadores rurais em oposição ao cenário econômico.

Os projetos apresentados nas décadas de 1950 e 1960, no poder Legislativo, apresentavam diferentes propostas de modernização e diversificação da agricultura, pois enfatizavam a reforma agrária como mecanismo de superação entre o desenvolvimento e o desequilíbrio resultantes do modelo econômico (SANTOS, 1999, p. 2).

No mesmo sentido, nas décadas de 1950 e 1960, Silva (1997, p. 19) descreve que:

A grande mobilização social em torno das reformas de base, no período 1950-60, deu novo impulso à discussão do latifúndio. A reforma agrária, vista como um processo social amplo, parte fundamental das transformações estruturais que deveriam liquidar a dominação tradicional no campo, melhorar a distribuição de renda e dar novo impulso ao processo de industrialização através da ativação do mercado interno, dominou o cenário e polarizou as discussões sobre a questão agrária. [...] A luta pela reforma agrária reuniu uma parcela importante dos trabalhadores rurais do nordeste nas Ligas Camponesas e era parte do amplo processo de mobilização popular pela transformação democrática da sociedade brasileira.

Ao assumir a presidência na década de 1960, João Goulart, que tinha forte vinculação com a esquerda, aumenta a expectativa popular pela realização da reforma agrária. Goulart adota reformas de base, declarando algumas iniciativas de garantia de acesso à terra aos trabalhadores (MOREIRA, 2007, p. 147), porém, a questão fundamental dependia da alteração da Constituição de 1946, que previa indenização prévia e em dinheiro aos proprietários atingidos pela reforma agrária.

João Goulart chegou a enviar à Câmara no dia 22 de março de 1964 o anteprojeto que visava modificar o artigo 141, parágrafo 16, para que se tornasse possível a indenização em títulos da dívida pública, títulos

especialmente emitidos para esse fim, resgatáveis num prazo de vinte anos, porém, alguns dias após envio do anteprojeto, instituem-se o golpe militar⁵, que derrubou o governo democraticamente eleito (SILVA, 1997, p. 19).

Com o golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964, o governo passou a ter liderança militar. Assim, foi elaborada e aprovada a Emenda Constitucional, de 10 de novembro de 1964, que permitia à União promover a desapropriação por interesse social, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública. Em 30 de novembro de 1964, foi sancionada a Lei n. 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Ao mesmo tempo, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) (SPAROVEK, 2003, p. 11).

O Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/1964) considera reforma agrária um conjunto de medidas com o objetivo de promover uma melhor distribuição de terra, por meio de modificações no regime de posse e uso, para atender aos princípios de justiça social e o aumento de produtividade e produção (BRASIL, 2012).

3 Ditadura militar: um retrocesso à luta

Fernandes (1998, p. 8) pondera que o golpe militar de 1964 teve, dentre outros objetivos, “[...] a finalidade de modernizar os coronéis latifundista e impedir totalmente o crescimento das lutas dos camponeses, que vinham construindo suas formas de organizações, principalmente a partir de meados da década de cinquenta.” Para Oliveira (2001, p. 192), a lei do Estatuto da Terra no período do Regime Militar (1964-1981) se tornou uma lei morta.

No regime militar (1964-1981), os governos não tiveram por objetivo implementar programas massivos de distribuição de terras, limitando-se apenas a implantar os projetos de “colonização agrícola”, cuja estratégia era mais de segurança nacional do que propriamente efetuar um programa de reordenamento da estrutura agrária (MATTEI, 2012, p. 303).

O Estatuto da Terra se definia em dois instrumentos para a realização da Reforma Agrária um curativo outro preventivo, descreve Simiqueli e Fernandes (2014-2015, p. 54):

O instrumento curativo consistia em eliminar o latifúndio improdutivo através da desapropriação por interesse social, facilitando o acesso a terra para os pequenos proprietários. O instrumento preventivo consistia na tributação progressiva que visava impedir a reaglutinação dos latifúndios divididos pela desapropriação – reestabelece-se o Imposto Territorial Rural (ITR) pelos estados, de modo que 80% de sua arrecadação seriam direcionados aos municípios – o montante arrecadado, somado a 3% do total de recursos federais, deveria ser remetido ao financiamento dos programas de reforma ou desenvolvimento agrário.

5 “Golpe militar: Em 1964, os militares tomaram o poder, destituindo o presidente eleito João Goulart, numa aliança política em que participaram diferentes setores da burguesia: latifundiários, empresários, banqueiros etc. O golpe acabou com a democracia e, por conseguinte reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. [...] O golpe significou um retrocesso para o País.” (FERNANDES, 2000, p. 41).

O Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, impossibilitando o acesso à terra aos camponeses e possibilitando o acesso aos que tinham o interesse dos capitalistas. Enquanto os projetos que continha no Estatuto da Terra não se realizavam, as lutas pela terra também eram abafadas pelos militares, como demonstra a citação abaixo:

Os militares procuraram dar uma resposta à necessidade de modernização rural ‘dentro da lei e da ordem’, desbaratando os movimentos camponeses organizados, o que foi feito, aliás, com muito sucesso em todo o continente, nos anos 60 e 70. A ação militar e policial contra os trabalhadores rurais, seus líderes e suas organizações pôs fim às pressões da população rural pela reforma. As Ligas Camponesas, uma das principais organizações lutando pela reforma agrária, foram desintegradas e seus líderes assassinados, torturados, presos ou exilados. Nos anos que se seguiram ao golpe militar, só foi permitida a existência de pequenas organizações congregando produtores rurais, quase sem representatividade. Naturalmente, os grandes beneficiários dessa repressão foram os latifundiários. (SILVA, 1997, p. 20).

Fernandes (1998, p. 9) comenta que:

[...] os governos militares utilizaram da bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim os interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era a colonização e não a reforma agrária, o problema da terra jamais foi resolvido com os projetos de colonização na Amazônia, pois o que estava por trás deste processo era uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/internacionais e de ocupação populacional de fronteira como parte da segurança nacional. (FERNANDES, 1998, p. 9).

Para viabilizar a política agrária, o governo militar, em 1970, fundiu o IBRA e o INDA, criando o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fortalecendo os grupos econômicos que controlavam os projetos de colonização (FERNANDES, 1998, p. 10).

A política de desenvolvimento agrário implantada pelo governo ditatorial ao longo dos vinte anos, conhecida como modernização do campo, mostrou-se ineficaz, pois o Estatuto da Terra e a política de colonização não auxiliaram na solução dos conflitos agrários, marginalizando grande número de trabalhadores (SIMIQUELI; FERNANDES, 2014/2015, p. 56).

A década de 1970 marcou uma das maiores crises da resistência dos camponeses, a intensificação da expansão das monoculturas e a ampliação dos complexos agroindustriais⁶ quase levaram à extinção daquela

6 Complexos Agroindustriais: “[...] constituição, o crescimento e a diversificação deste complexo agroindustrial moderno. Estariam aí incluídos os setores industriais e de serviços voltados para o funcionamento da atividade agrícola: o segmento produtor de insumos e máquinas; a pesquisa tecnológica e a extensão rural; a agroindústria (ou o processamento industrial de matérias-primas agropecuárias); a armazenagem; o transporte de mercadorias do complexo; a comercialização final e o financiamento

parcela de trabalhadores. A partir da década de 1980, com o fim do regime militar e início do processo de redemocratização, a questão da reforma agrária reapareceu com grande destaque (MATTEI, 2012, p. 303).

4 Pós-ditadura militar: o MST como protagonista

No período do “Governo da Nova República” (1985 a 1989) a questão agrária esteve quase sempre no centro do debate político. Porém, este novo período faz surgir novos conflitos entre os movimentos a favor da reforma agrária, com destaque para o MST e os movimentos contra a reforma agrária, com destaque para a União Democrática Ruralista (UDR) e as grandes cooperativas agropecuárias (MATTEI, 2012, p. 303).

Na região Sul, trabalhadores sem-terra começaram a se organizar. Nesse processo nasce o MST e os assentamentos⁷ na tentativa de discutir e mobilizar a população sobre a concretização da reforma agrária, em busca de diminuir a disparidade da distribuição de terras no Brasil, altamente concentrada nas mãos de grandes latifundiários e, ao mesmo tempo, lutar contra a desigualdade social (FERNANDES, 1998, p. 13).

O início desta trajetória se deu em 7 de setembro de 1979, com a invasão de parte da fazenda de Sarandi, no município de Ronda Alta (RS), em plena ditadura militar. Para Morissawa (2001, p. 123), “a gestação do MST durou quatro anos e alguns meses até o nascimento em 1984”.

Fernandes (1998) ressalta que:

A Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base foi a principal articuladora das diferentes experiências de luta pela terra, propiciando a reunião dos sem-terra para discutirem as conjunturas de suas realidades [...]. As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas principalmente na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta. (FERNANDES, 1998, p. 22).

A história do MST passa pelas ligas camponesas que lutaram pela terra e tem sua continuidade com o MST, porque elas constituíram um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas pela terra, mas principalmente porque afrontavam contra o monopólio protegidos pela classe dominante (MORISSAWA, 2001, p. 123). Oliveira (2001, p. 193) expõe que o MST não é mais exclusividade do retirante posseiro distante,

do conjunto destas atividades em especial menção ao crédito rural. Desta forma, as políticas que promoviam tais setores induziam e reforçavam a modernização da agricultura.” (CASTRO, 1984, p. 311).

7 Os assentamentos rurais são conjuntos de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. São lotes entregues para famílias sem condições econômicas de comprar ou adquirir um imóvel rural. Os trabalhadores que recebem este lote têm por si a exploração para seu sustento, utilizando a mão de obra familiar. Também essas famílias contam com créditos, subsídios, assistência técnica e outros benefícios para o desenvolvimento em prol à sua sustentabilidade (INCRA, 2016).

a participação “[...] é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a sociedade insiste em negar o direito à cidadania.”

A implantação de assentamentos no Brasil, para Gonçalves e Fernandes (2009), ocorreu de forma diversificada, apropriando projetos de assentamentos com diferentes territorialidades. A descrição da espacialização e territorialização dos projetos de assentamentos estão organizadas em duas partes: de projetos de assentamentos de reforma agrária implantados no País; e no segundo momento dos assentamentos de reforma agrária de mercado.

A Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) n. 080/2010 (BRASIL, 2010) denomina os conceitos aplicados ao MDA e sua entidade vinculada, o INCRA. Isso obedecendo cada etapa de assentamento conforme espécie, fases de implementação e qualificando documentos dos assentamentos.

Na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo (FERNANDES, 1998, p. 1).

Os assentamentos rurais vão se formando no cenário nacional como uma política de ‘inclusão social’ e têm estimulado alternativas em contraposição ao desemprego e à exclusão social, absorvendo os excedentes populacionais, apresentando algumas respostas aos problemas [...] decorrente do crescimento da produtividade do trabalho no interior dos complexos agropecuários e da falta de emprego na cidade. (SILVA, 2003, p. 8).

Para Girardi (2008, p. 19), “a criação de assentamentos é uma forma de recriação do campesinato”. Os governos criam os assentamentos rurais como respostas das ações dos movimentos sociais, constituindo, assim, a conquista da terra. Além desta conquista, é necessário ter condições de vida e produção na terra, ou seja, desenvolver a instabilidade na agricultura.

De acordo com Mattei (2012, p. 321), houve uma forte expansão de assentamentos rurais em todo o Brasil, mas essa trajetória das ações governamentais é pouco eficaz para viabilizar a produção economia e social dessas famílias. Isso porque a falta de estruturação dos programas governamentais levam essas famílias a abandonar seus lotes antes mesmo de ser implementado.

Conforme Mattei (2012, p. 308):

Portanto, ações de políticas públicas com o objetivo apenas de promover um simples reordenamento da estrutura fundiária restringem o caráter democrático da reforma agrária, condicionando-a a um simples instrumento de reorganização da base territorial agrária para acomodar possíveis tensões sociais oriundas dos setores que se encontram em conflito pela posse da terra. [...] essas políticas perdem seu potencial transformador da estrutura agrária de um determinado país e se tornam meros mecanismos de apaziguamento social, uma vez que o processo de concentração da terra permanece intacto.

Leite e colaboradores (2004, p. 4) ressaltam que: “A reforma agrária constitui-se, seguramente, num dos principais mecanismos de política com amplo grau de cobertura e baixo custo de realização.” Contestando esta perspectiva, desde início tem-se funcionado como protetório para moderar conflitos, atendendo determinados grupos políticos, pois uma reforma agrária afetuosa solucionaria problemas sociais no País, amenizando pobreza, gerando empregos, renda e desenvolvimento econômico em ambos locais, cidade e campo.

Ranieri (2003, p. 31) enfatiza que os movimentos não consideram linhas de crédito e outras medidas adotadas pelo governo federal como reforma agrária, ressaltam que uma reforma agrária adequada seria a alteração da estrutura fundiária do País.

5 Considerações finais

No Brasil, a luta pela terra não é um processo novo, vem se constituindo há séculos, por parte do Estado sem ter uma resposta significativa, capaz de apontar um indicativo de mudança.

Observou-se que a luta pela terra existiu desde o período que antecede a ditadura militar até os dias atuais, porém, caracterizou-se por avanços e retrocessos.

O MST, por sua vez, é fruto desse processo de lutas e tem como principal mecanismo as ocupações de terras, trazendo a questão agrária para o País no cenário pós-ditadura, denunciando latifúndios improdutivos e a falta de compromisso do Estado brasileiro na concretização da reforma agrária.

Observam-se alterações significativas nas regiões onde houve redistribuição de terra, porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a nação brasileira possa colher todos os benefícios que um amplo processo de reforma agrária pode trazer, tanto para o campo, quanto para a cidade (SPAROVEK, 2003, p. 5).

Também se destaca aqui que a redistribuição de terras por si só não é suficiente para proporcionar desenvolvimento em seu sentido amplo. Ou seja, muitos assentamentos da reforma agrária não foram e ou são capazes de se reproduzirem social e economicamente devido ao abandono do Estado após a redistribuição das terras.

Referências

BERGAMASCO, Sonia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88 p. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRASIL. **Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Portaria MDA n. 80, de 21 de dezembro de 2010**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Portaria_MDA_80.pdf.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

CASTRO, Ana Célia. Ciência e tecnologia para agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 1, n. 3, set./out. 1984. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9265>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20MST%20no%20Brasil%20-%20Bernardo%20Man%C3%A7ano%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Gênese e Desenvolvimento do MST. **Caderno de Formação/MST**, São Paulo, n. 30, 1998. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2031.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, Elaine Constantino; FERNANDES, Bernardo Mançano. Análise e mapeamento dos tipos de reforma agrária de mercado no Brasil: contribuição para compreensão da diversidade na atualidade da reforma agrária brasileira. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **Anais...** Montevideo, 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6305_Goncalves_Elienai.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamento**. 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

_____. **Incra nos Estados**. [s.d.]. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Reforma agrária**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em: 10 out. 2016.

LEITE, Sérgio et al. (Coords.). **Impacto nos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, n. 6).

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, abr. 2012.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Tradução de Joaquim Lisboa Neto. Brasília: Iattermund, 1997. p. 12-62.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOREIRA, Elaine Martins. A Luta da Reforma Agrária: Assentamento Ireno Alves dos Santos 11 anos de História. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2007.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **História**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlindo, de. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

RANGEL, Ignácio. **Questão Agrária Brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RANIERI, Simone Beatriz Lima. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SAPOROVEK, Gerd (Org.). **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. p. 5-38.

SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. **Revista Tempo**, Niterói: Departamento de História e Filosofia da UFF, v. 4, n. 7, jul. 1999.

SILVA, Ligia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 15-34, abr./jun. 1997.

SILVA, Raimundo Pires. **Assentamento rural**: um novo momento de ocupação econômica no Pontal do Paranapanema. Campinas: [s.n.], 2003.

SIMIQUELI, Roberto Resende; FERNANDES, Vitor Bukvar. O passado não resolvido: golpe de 1964 e os antecedentes da questão agrária hoje. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 22, p. 45-63, dez. 2014/jul. 2015.

SPAROVEK, Gerd (Org.). **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. 218 p.

O MST E A AGROECOLOGIA: POSSIBILIDADE DE REENCONTRO ENTRE O NATURAL E O SOCIAL

Matheus Fernando Mohr¹

Naira Estela Roesler Mohr²

Resumo

O presente trabalho busca apresentar e discutir as dificuldades do atual contexto da agricultura na perspectiva da sustentabilidade, visando estabelecer diálogos entre as ações do Movimento Sem Terra e o desenvolvimento da agroecologia. Trata-se de um estudo teórico de caráter bibliográfico, evidenciando uma perspectiva dialética de análise. Discorre sobre aspectos históricos que dão origem à construção de uma Ciência Agroecológica, buscando evidenciar o caráter político e social no âmbito das lutas populares. Problematisa a ideia de sustentabilidade utilizando o conceito de “falha metabólica”, entre ser humano e natureza. O conjunto destas discussões tem como intencionalidade contribuir com reflexões e debates, reiterando a necessidade de aprofundamento teórico, bem como apontar para os desafios na construção de novas práticas científicas e produtivas que possibilitem um reencontro entre o ser humano e a natureza nas mediações inerentes à produção e reprodução da vida. Esta falha entre ser humano e natureza se intensifica na forma capital, o que nos remete à discussão de um projeto transformador de sociedade, que se aproxima aos princípios da agroecologia. Reconhecemos que é somente no campo das lutas populares que a agroecologia é possível de se materializar de forma abrangente.

Palavras-chave: Agroecologia. Falha Metabólica. MST.

1 Introdução

O acirramento dos problemas societários na atualidade tornou recorrente a discussão em torno do tema da sustentabilidade, do esgotamento dos recursos naturais, dos impactos da industrialização, entre muitos outros. De forma particular, a produção de alimentos saudáveis também aparece nos discursos atuais a partir de uma série de definições e roupagens: naturais, limpos, orgânicos, ecológicos.

1 Mestre em Agroecossistemas (UFSC), doutorando em Educação Científica e Tecnológica (DINTER UFSC/UFS). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS/Campus Erechim). *E-mail:* <matheus.mohr@uffs.edu.br>.

2 Mestre em Educação (UFSC), doutoranda em Educação (UPF). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS/Campus Erechim). *E-mail:* <nairamohr@uffs.edu.br>.

A perspectiva agroecológica, foco deste estudo, tem em sua essência a ideia de contraposição, ou seja, surge como oposição e até mesmo de subversão a algo dado na contemporaneidade, frente ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia voltada aos processos produtivos experimentados na agricultura. Neste sentido, entendemos como importante abordar e recuperar aspectos nem sempre tão explícitos em determinado tempo e lugar, pois uma ação raramente tem sua origem em fatos imediatos. Esta preocupação pode ser mais bem objetivada quando da formulação da seguinte pergunta: Por que se torna necessária a construção de um novo conceito reconhecido como “agroecologia” em contraposição ou complementação ao termo “agricultura”? Esta é uma questão de destaque, revelando que a própria produção de um conceito está relacionada à determinada condição histórica e em resposta a uma necessidade real.

Desta forma, o presente texto busca discorrer sobre aspectos que fundamentam a agroecologia, sobretudo no âmbito das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Busca dialogar sobre o conceito de falha metabólica entre ser humano e natureza que se intensifica na forma capital e que nos remete a discussão de um projeto transformador de sociedade, que se aproxima aos princípios da agroecologia.

2 O conceito de agroecologia

A agroecologia é um termo recente. Muitos pesquisadores tratam de procurar conceituá-la de modo a abarcar um conjunto de conhecimentos, ações práticas e situações que podem ser mais ou menos contempladas por meio de diferentes manejos agrícolas, comportamentos e visões de mundo, técnicas consideradas adequadas a determinados processos produtivos, ou seja, tudo aquilo que possa interferir sobremaneira no modo como se atua num determinado agroecossistema. Por isso, não existe uma agroecologia, mas uma heterogeneidade de teorias e práticas que a constituem e, conseqüentemente, podemos constatar de que sua significação não é consenso, e talvez nem pretenda ser, dada a diversidade de características sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas existentes que, em seu conjunto, apresentam interferências e arranjos bastante específicos em cada materialidade.

No entanto, a agroecologia surge para fazer o enfrentamento às condições de segregação social, permeada por desequilíbrios ambientais sofridos ao longo da história, particularmente por determinados grupos que produzem e reproduzem suas existências a partir do trabalho na agricultura, os chamados produtores diretos, sendo estes constantemente ameaçados pela crescente tecnificação e industrialização da agricultura, preponderantemente a partir da revolução industrial.

Ernest Haeckel sugere, em 1869, a criação de uma nova disciplina científica ligada ao campo da História Natural, hoje Biologia, pelo fato de que esta tratava isoladamente dos organismos e seres, incluindo a espécie humana, principalmente devido à carência de semelhança morfológica entre os representantes do reino mineral, vegetal e animal, mas que, no entanto, apresentavam proximidades quanto ao aspecto ecológico, seus modos e lugares de vida. Assim, surge a ecologia como o estudo da ciência da casa comum, de modo a estudar as relações entre o conjunto das espécies e o ambiente em que vivem, considerando os aspectos de sua distribuição, inter-relação e de capacidade/possibilidade de existência no planeta.

Segundo Gliessman (2005), o termo agroecologia aparece como conceito na década de 1930, proporcionando um aprofundamento quanto ao estudo das relações ecológicas relativas à agricultura. É nesta contemporaneidade que percebemos o aparecimento de diferentes propostas de contraposição ao modelo de agricultura proposto por Liebig (1803-1873), que postulava a nutrição de plantas a partir de necessários nutrientes específicos que quando, de sua ausência, deveriam ser repostos num mínimo exigido pelas mesmas. A teoria de Liebig é a introdutora do pensamento e prática relacionada ao modelo agroquímico para a agricultura. Com o passar do tempo, vai se traduzindo como prática predominante ao conjunto da produção agrícola, fortalecendo a prática da monocultura, da motomecanização, da utilização de agrotóxicos e da manipulação genética através dos cruzamentos de variedades em busca de maior produtividade, altamente responsivas aos adubos de síntese industrial.

Como dito acima, a contestação deste modelo que vai tomando corpo se traduz na manifestação de distintas propostas de contraposição, chamadas agriculturas alternativas, que procuravam estabelecer mais fortemente o vínculo entre a agricultura e a natureza, procurando estabelecer uma vinculação mais aprofundada quanto aos processos biológicos existentes, em vista da manutenção e incremento da fertilidade natural dos solos.

Assim, as variadas correntes de agricultura alternativa surgem na história com a finalidade de estabelecer práticas que intensificassem o vínculo estrutural entre natureza e agricultura, a partir da observância da crescente industrialização que acontece no interior dos processos produtivos.

As diferentes vertentes ou correntes, tais como a Agricultura Biodinâmica, Orgânica, Biológica, Natural e Permacultura, entre outras variantes, aparecem a partir dos anos 1920 até meados da década de 1970 e se traduzem por características específicas a cada uma delas, guardando nuances geográficas, culturais, de manejo, dentre outras, bastante singulares. No entanto, o conjunto destas correntes converge no sentido de buscar estabelecer princípios gerais em relação à busca de uma maior sustentabilidade nos sistemas manejados na produção agrícola.

É fato que o conjunto destas proposições chamadas agriculturas alternativas construídas ao longo do tempo estabelecem um repensar sobre o modelo produtivo. Assim, ao final dos anos de 1970, o termo agroecologia ressurge com força, numa clara intenção de unificar a ecologia à agronomia que estava bastante distanciada e alheia às questões ecológicas ao longo do último século.

Inicialmente, a agroecologia surge como uma disciplina que procura estudar os agroecossistemas, designados como o espaço conformado pelos fatores bióticos e abióticos de um determinado ecossistema que atuam simultaneamente sobre determinada região. Quando ocorre ao menos uma população agrícola intermediada pela ação humana, temos um agroecossistema. A alteração de apenas um único elemento costuma causar modificações em todo o sistema, podendo ocorrer uma perda da homeostase, do equilíbrio existente.

Por sua vez, o ecossistema é composto pelos meios biótico e abiótico. O meio abiótico inclui fatores como solo, ar, água, atmosfera e radiação solar, entre outros. É constituído de muitos objetos, forças físicas, químicas e biológicas denominadas biótopo, que se influenciam entre si, nas relações entre as comunidades de seres vivos que lá existem. Por exemplo, a corrente de um rio pode interferir na forma das rochas que existem no leito deste rio. A temperatura, limpidez da água e sua composição química podem influir modificações

ao conjunto de plantas e animais, assim como na sua maneira de viver. Os seres vivos e os destituídos de vida são influenciados pela chuva, geada, neve, temperatura, evaporação da água, umidade, vento e outros. Todos os organismos precisam de certa quantidade de espaço em que possam viver e levar adiante as relações comunitárias, bastante diversificadas. Já o meio biótico inclui o conjunto de plantas e animais em suas relações recíprocas e relacionadas com o meio abiótico.

Desta maneira, o conjunto destas relações afeta o nível de organização dos seres vivos, não apenas pelo espaço necessário à sua sobrevivência e reprodução, levando por vezes ao territorialismo, mas também em relação às suas funções vitais, incluindo o seu comportamento através do metabolismo. Por essa razão, a qualidade do ambiente determina o número de indivíduos e de espécies que podem viver num mesmo habitat, apresentando relações harmônicas e desarmônicas, intra e interespecíficas.

As relações entre os diversos seres vivos existentes num ecossistema incluem a competição por espaço, alimento, parceiros para a reprodução, a predação de organismos por outros, a simbiose entre diferentes espécies que cooperam para a sua mútua sobrevivência, o comensalismo, o parasitismo, o canibalismo e outras.

Utilizando-se desta discussão que considera a inter-relação entre os seres, os níveis tróficos, a existência de cadeias alimentares nas relações ecossistêmicas e na tentativa de estabelecer vínculos mais efetivos entre a ecologia e os processos produtivos na agricultura, as diferentes correntes de agricultura estabelecem o que chamamos de popularização da agroecologia. A agroecologia deriva da relação entre a agronomia e dos aspectos ecológicos vistos acima, além da necessária aproximação deste referencial em relação aos sistemas produtivos. Durante o século XX ocorre esta ruptura no Brasil pelo fato de que a agricultura, de modo geral, foi orientada pelo modelo reducionista da revolução verde, obstaculizando procedimentos mais sistêmicos e potencializadores de uma consciência ambiental e utilização do conhecimento da ecologia das populações. O livro *Primavera Silenciosa*, escrito em 1962 por Rachel Carson (2010), é um importante impulsionador desta discussão que recupera a relação entre os problemas ambientais e sociais a partir da crescente industrialização da agricultura. São notáveis os avanços desta compreensão à época, possibilitando um caráter de maior cientificidade à agroecologia em vista de organizar um novo modelo agrícola, embora tenha permanecido estabelecida sob um caráter multidisciplinar apenas dentro da área das ciências agrárias.

Em suma, estes e outros estudos se somam no sentido de aperfeiçoar o conceito de agroecossistemas, buscar soluções aos problemas energéticos advindos do desenvolvimento intensivo da agricultura industrial, intensificando as relações que constituam uma coevolução entre os sistemas naturais e sociais, além da compreensão dos distintos sistemas agrários com finalidade de estabelecer parâmetros organizacionais e produtivos mais sustentáveis ao longo do tempo. O conjunto destas interpretações se faz necessário no sentido de tentar corrigir o desenvolvimento do capital industrial, em especial na agricultura, desde a opção pela teoria de Liebig, instaurada e posta em prática nos últimos 140 anos. Por fim, a agroecologia não pode ser encarada como resposta única ou como a solução derradeira em termos de tecnologia, a fim de consertar as crises enfrentadas no plano econômico, político e agrícola nacional ou mundial. Entretanto, ela pode ser percebida enquanto uma das estratégias de contraposição à agricultura industrial realizada no sistema do capital que explora os trabalhadores e a natureza.

Sob este último aspecto, no tópico “Grande indústria e agricultura”, constante em *O capital*, Marx (1988, p. 99) nos traz de maneira elucidativa os efeitos do caráter exploratório realizado tanto na indústria como na agricultura, que se traduz enquanto uma falha metabólica entre o homem e a natureza:

E a cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo [...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

Diante disso, convém ressaltar que o conjunto das relações ecossistêmicas no agroecossistema, agora como um espaço constituído e interferido pela ação humana em suas diferentes formas de organização social, acaba constituindo outros ritmos, representando outros impactos aos já observados no ambiente natural. Isto ocorre na medida em que, relacionado a cada modo de produção, das formas mais variadas e numa multiplicidade de graus de intensidade, a natureza fornece os meios e objetos de trabalho para a satisfação das necessidades humanas, a partir do trabalho. Sendo assim, a natureza não apresenta apenas um caráter biológico, mas preponderantemente social. É justamente por meio dos processos de trabalhos instaurados na relação homem-natureza que configuram determinada organização relativa às relações sociais de produção existentes em cada tempo histórico. Como afirma Marx (1985, p. 149):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Este é o conceito de trabalho útil para Marx ocorrido na necessária relação homem-natureza através do trabalho humano, ainda no plano geral da satisfação das necessidades imediatas para a sobrevivência; portanto, uma forma natural do trabalho que resulta em valor de uso da natureza, em vista da satisfação das necessidades humanas. A este processo de mediação com a natureza, Marx dá o nome de metabolismo. Isso porque o trabalho humano não nega a natureza, a contradição se apresenta entre ela e a forma mercadoria como produto da mediação humana, a forma social instaurada pelo modo de produção do capital que transforma homens em força de trabalho e objetos em valor de troca.

A partir do estabelecimento de contradições estabelecidas pelo conseqüente desenvolvimento das forças produtivas erigidas pelo capitalismo, principalmente a partir da revolução industrial, com a constante tecnificação dos processos produtivos e incidência de novas tecnologias, cada vez mais constatamos a ampliação da falha metabólica entre homem e natureza. Isto impõe limites à sobrevivência da natureza, bem como da humanidade que dela faz parte.

É justamente sobre esses limites naturais que Engels (2000, p. 9) afirma: “Só uma organização consciente da produção social, em que produção e distribuição obedeçam a um plano, pode elevar socialmente os homens sobre o resto do mundo animal, do mesmo modo como a produção em geral os elevou como espécie.” Sobre este último aspecto é célebre a frase do mesmo autor que diz “[...] a natureza adquire consciência de si mesma na pessoa do homem.” (ENGELS, 2000, p. 9-10).

Ainda podemos constatar, mesmo que de forma implícita em diferentes passagens de sua obra, uma clara intenção em problematizar questões, tais como, a indestrutibilidade do movimento e a permanente transformação, deslocamento e expansão da matéria e perda de energia sob a forma de calor. Isto nos remete a pensar que o conceito de sustentabilidade se torna um tanto vago. O paradoxo aqui estabelecido é que não importa sob qual modo de produção, modelo de desenvolvimento ou forma de organização social vivamos, sempre teremos que nos defrontar com limites naturais.

Porém, certamente, nas últimas décadas a transposição destes limites se deu de forma mais acelerada, no que se refere à agricultura brasileira. No período da Revolução Verde, após 1940, ocorre uma intensificação da utilização de insumos industriais. Muitos produtores, em busca de incremento monetário embasado nas técnicas modernas sofrem processos de diferenciação social. Assim, ao lograr êxito nas ações produtivas lhes é permitido uma condição de permanência na atividade. Muitos outros, entretanto, sofrem o processo de saída do campo e migração para as cidades num movimento conhecido como êxodo rural, fortemente acontecido ao final da década de 1970 em nosso país.

A partir do advento da biotecnologia e das técnicas da transgenia nos anos 1990 se admitiu um fortalecimento dos processos antes vivenciados, sendo reconhecido este tempo como o da “Nova Revolução Verde”. É representado pela biologia molecular e pela nanotecnologia que introduz, por exemplo, a possibilidade de utilização de agrotóxicos que controlam ervas espontâneas, sendo a cultura principal imune ao seu efeito. Nesse caso, tanto a semente da cultura principal, quanto o agrotóxico são propriedades da mesma empresa de capital internacional. Inclusive, a semente antes de seu cultivo ou no momento da venda é taxada em *royalties*, um valor acrescido que deverá ser pago pelo produtor pelo uso da propriedade intelectual patenteada. Cabe lembrar que ao longo da primeira revolução verde ocorreu uma erosão genética intensa das variedades crioulas existentes, intensificando a erosão alimentar, ocasionando uma exploração cada vez mais acentuada de pessoas e do ambiente. Os aspectos não monetários possuem quase nenhuma significância neste novo arranjo.

A produção e a disseminação do conhecimento científico se revigoram de forma sistemática, ampliando a exploração dos recursos naturais, como bem explicita Mészáros (2007, p. 189):

Por longuíssimo tempo, esperou-se que acreditássemos que todos os nossos problemas se resolveriam alegremente pelo ‘desenvolvimento’ e pela ‘modernização’ socialmente neutros. A tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldades concebíveis. Era, na melhor das hipóteses, uma ilusão imposta a todos que, no desejo de encontrar uma saída para seu próprio papel ativo no processo de decisão, mantinham a esperança de que grandes melhorias em suas condições de existência se realizassem do modo prometido. Tiveram

de descobrir com a amarga experiência que a panacéia tecnológica era um subterfúgio autovantajoso das contradições por parte daqueles que empunhavam os timões do controle social. A ‘revolução verde’ na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema mundial da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagada até hoje, apesar de todos os fracassos.

Sem sombra de dúvidas, a histórica concentração de terras existente, aliada à impossibilidade de realização de uma reforma agrária em nosso país, são fatores que ajudam a explicar a atual realidade do campo brasileiro. Além disso, o predomínio de tecnologias hegemonicamente direcionadas para a produção nas grandes extensões territoriais, o ensino e a pesquisa universitária direcionada, principalmente, às demandas mercadológicas a partir do financiamento privado, a submissão de órgãos estatais às demandas de empresas transnacionais, a existência de uma expressiva bancada ruralista no congresso nacional e na Câmara dos Deputados que defende e amplia esta lógica, um corpo de assistência técnica preponderantemente comprometida com a disseminação do modelo tecnológico vigente, a imposição cotidiana que se traduz pela necessidade de obtenção de lucro em vista da produção da nossa existência, isto tudo, em seu conjunto, se configura num panorama de difícil resolução no sentido de modificar substancialmente a realidade vivenciada.

Ao analisarmos o caso brasileiro podemos perceber que o desenvolvimento de determinados modelos produtivos aqui praticados guardam correspondência com o funcionamento geral do sistema capitalista mundial em curso. Revela, inclusive, a característica de sermos um país que cumpre um papel histórico de subserviência apresentada pela condição eterna de produtores de bens agrícolas para exportação, embasada na exploração do trabalho e dos recursos naturais. Desta maneira, a crescente urbanização e o esvaziamento do campo perpetua o processo que determina uma agricultura cada vez mais dependente de insumos industriais, onde as tecnologias utilizadas orientam uma produção mais aligeirada de modo a intensificar a ocorrência da “falha metabólica” pela não devolução da fertilidade natural aos solos.

Assim, é incompatível a apresentação de um modelo agroecológico sem base de luta contra o sistema atual. É a partir desta ideia que reconhecemos o caráter transformador do MST, obviamente, uma organização não isenta de contradições.

3 A agroecologia no MST

O MST já em seus primeiros anos de existência procura construir diretrizes no sentido de organizar a produção dos assentamentos. Segundo Rego (2011, p. 126), a adoção de tecnologias alternativas aparece nos cadernos de formação do MST já no ano de 1986. O termo “alternativo” carrega em si o sentido de contraposição ao modelo hegemônico.

Conforme Petersen (2012, p. 40), “[...] o sentido adotado atualmente para a noção de agricultura alternativa tem suas origens ligadas à contestação da agroquímica organizada por movimentos rebeldes.” O mesmo autor ressalta, entretanto, que, conforme se atesta na história da agricultura, os diversos sistemas técnicos convivem nos diversos tempos e espaços, não ocorrendo uma sucessão linear entre formas dominantes ou emergentes. E assim procura construir o conceito de agriculturas alternativas:

Com base nesta perspectiva histórica, as agriculturas alternativas podem ser definidas como sistemas sócio-técnicos desenvolvidos em resposta a bloqueios sociais, econômicos e/ou ambientais encontrados na agricultura convencionalmente praticada em contextos históricos definidos. Dependendo das condições políticas e institucionais vigentes, esses sistemas técnicos alternativos podem permanecer como opções subvalorizadas pela sociedade ou podem suplantar os padrões convencionais de produção. (PETERSEN, 2012, p. 40).

Na década de 1990 foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados, e nos próximos anos experimentam-se formas cooperadas de trabalho, como as cooperativas de produção coletiva e na esfera da formação profissional e a organização dos cursos de técnico em administração de cooperativas. Parece bastante evidente a necessidade de qualificar os processos do trabalho na perspectiva da cooperação.

Mas é também nesta década que toma força o discurso em torno da agroecologia, sobretudo, com um expressivo número de organizações não governamentais, preocupadas com a degradação ambiental e motivadas pelos debates da Eco-92.

Luzzi (2007, p. 124) considera a incorporação do MST à Via Campesina, criada em 1993 na Bélgica, como fator no avanço do debate da agroecologia. Segundo a autora, o MST participou, em 1996, da 2ª Conferência Internacional da Via Campesina, realizada no México. Neste evento estiveram presentes 37 países e 69 organizações, discutindo as seguintes temáticas: reforma agrária; biodiversidade e recursos genéticos; soberania alimentar e comércio; direitos humanos; agricultura campesina sustentável; migração e trabalhadores rurais; igualdade de gênero.

No ano de 2000, durante o 4º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, a agroecologia foi definida como estratégia produtiva para os assentamentos. Em 2001 é elaborado um documento intitulado “Construindo o Caminho”, que dentre outras orientações aponta para uma nova matriz tecnológica a ser seguida pela base do movimento (MST, 2001, p. 90):

Quanto ao aspecto tecnológico, devemos dar destaque ao aspecto dos insumos industriais tradicionalmente utilizados (veneno, adubo, sementes híbridas) que encarecem a produção, envenenam as pessoas e a natureza. Também devemos destacar os aspectos do trabalho motomecanizado, que nos acomoda, deteriora os solos e nos torna dependentes das empresas multinacionais.

Mas é evidente que o discurso da agroecologia, assim como a defesa da produção cooperada nos assentamentos, não é tão incorporado como fora anunciado. É preciso, além das definições políticas, buscar promover ações concretas que contribuam como estratégias para a multiplicação destas propostas nos assentamentos. O mesmo documento de orientação indica às escolas que cursos específicos sejam criados para difusão destas ideias (MST, 2001, p. 93):

Por fim, seria importante que o MST articulasse um curso estadual ou mesmo regional para formação da juventude assentada. O curso teria como objetivo, além de qualificar a consciência social destas pessoas, qualificá-los com habilidades para os aspectos organizativos internos dos assentamentos, na agropecuária, na tecnologia de alimentos, para a promoção do esporte e da cultura. Enfim, um curso que combine atividades de estudo, práticas de campo, convívio com a comunidade que, ao longo de um ou dois anos, adquira-se tais habilidades transformando-se em nossos futuros ‘Técnicos de Pés no Chão’.

A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) também foi estratégica para a execução destes objetivos, pois permitiu oferecer cursos de formação técnica com certo grau de flexibilidade, num espaço de tempo relativamente curto. De certa forma, era uma alternativa viável para a realização de cursos em locais historicamente desprovidos de escolas formais, tendo em vista que a maioria das áreas de reforma agrária mal conseguia atender ao Ensino Fundamental. Do ponto de vista do MST, a criação destes cursos levantou uma grande expectativa quanto a possibilidade de qualificar os processos produtivos na agricultura. Percebe-se nesta construção o desafio de formar agentes de mudança a partir dos cursos de formação considerando que estes poderiam, idealmente, construir formas diferenciadas de organizar a produção nos assentamentos. Estudos sobre o tema apontam um descompasso entre o anunciado e o pretendido (LUZZI, 2007, p. 130):

A incorporação da agroecologia pelos assentados não é uma questão simples, envolve vários fatores e as mudanças nem sempre têm a rapidez desejada. A apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorre de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo nos assentamentos, na prática dos assentados. Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capacitação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta. A ideologia modernizadora continua exercendo forte poder de influência entre os assentados e, por que não dizer, em várias lideranças.

Aliado a isso, parece não haver nestes primeiros tempos um discernimento maior sobre a concepção em torno da agroecologia, estando bastante ligadas a uma negação simplista frente ao uso de insumos industriais que possibilitariam uma diminuição dos custos de produção.

No campo teórico percebe-se uma tentativa de ampliar o entendimento para além de uma concepção de método de produção, evitando, com isso, o risco de incorrer em reducionismos na oferta de um produto ecológico a fim de atender mercados especiais. Conforme Guhur e Toná (2012, p. 63):

[...] a agroecologia não se restringe ao desenvolvimento de experiências de agricultores de base ecológica, ressaltando processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social, indo além da luta econômica imediata e corporativa e das ações localizadas, e por vezes assistencialistas, junto aos agricultores. De fato, a agroecologia possui uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo. Entretanto, tal projeto de campo é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação.

Segundo análise sobre a formulação do discurso agroecológico pelo MST, realizada por Borsatto e Carmo (2013, p. 658), evidencia-se uma modificação nos referenciais teóricos para o delineamento da produção nos assentamentos:

As ações do passado baseavam-se nas interpretações ortodoxas dos escritos de Marx, Kautsky e Lênin, bem como nas experiências soviéticas e cubanas de coletivização da agricultura, que em sua maioria não se mostraram satisfatórias na realidade dos assentamentos brasileiros. Isso, em conjunto com outros fatores, abriu espaços políticos para a emergência de um novo discurso, no qual o saber camponês e a questão ambiental ganharam relevo, emergindo como consequência um discurso em bases agroecológicas.

A obra de Chayanov contribuiu de forma fundamental para a conformação do arcabouço teórico da Agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Da concepção chayanoviana são retirados conceitos sobre os quais se assentam as propostas metodológicas da Agroecologia, tais como o agricultor visto não mais como um mero objeto de análise, mas como um sujeito criando sua própria existência; a noção de economia moral camponesa; a abordagem de baixo para cima para a elaboração de propostas de desenvolvimento; o uso de análises multidisciplinares da agronomia social; a lógica econômica não capitalista dos camponeses; a compreensão do balanço trabalho-consumo; o conceito de grau de autoexploração; o subjetivismo dos camponeses nas tomadas de decisões e o conceito de ótimos diferenciais.

O debate agroecológico começa a intensificar-se também pela existência de outras ações. Quer seja pela criação de cursos, pesquisas e participação em outras articulações. Citamos como exemplo: a criação, em 1997, no município de Hulha Negra (RS), de uma cooperativa de produção de sementes agroecológicas (Bionatur), a participação na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Jornada de Agroecologia realizada anualmente desde 2006 no Paraná, dentre outros.

Enfim, apesar de todos os limites, verifica-se um entendimento cada vez mais apurado em relação ao alcance da proposta agroecológica, sistematizada no verbete do *Dicionário da Educação do Campo*, por Guhur e Toná (2012, p. 63-64):

Neste sentido, está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo, que não a entendem

como 'a' saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza... Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação dos territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade.

4 Desafios inconclusos

A lógica do sociometabolismo incontrolável do capital não tem deixado muito espaço para o desenvolvimento de uma agricultura de base ecológica. E, mesmo que esta última se desenvolva de forma mais ampla, ainda assim, teremos de nos deparar com a já explicitada “falha metabólica”, designada por Marx, ainda no século XIX. Esta condição de fissura é interruptora das relações mais abrangentes entre o homem e a natureza, e tem prevalecido ao longo dos tempos. Além disso, com a crescente industrialização também acontecida na agricultura, se amplia a capacidade destruidora da humanidade e, ao mesmo tempo, da natureza. Para além de buscar alternativas condizentes, com a intenção de contribuir para apontar saídas à questão, urge constituirmos estratégias que permitam uma distribuição mais equitativa da terra, no mesmo tempo em que nos sintamos desafiados a modificar o presente modo de produção destrutivo, a partir das condições materiais existentes.

Assim, conforme Marx (1988, p. 99):

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são assim niveladas às da cidade. No lugar da produção rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar original de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ele cria, ao mesmo tempo, os pressupostos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações antiteticamente elaboradas. Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre o homem e a terra.

Nesta reflexão marxiana de notável atualidade, a questão central que se apresenta é: para além de percebermos essa condição que acarreta a miséria material e espiritual dos seres humanos que ocasiona degradação social e ambiental crescente, se nos configura urgente empreender ações capazes de reverter o quadro complexo e disruptivo instaurado.

Por outro lado, conforme Engels, ao afirmar que “a natureza toma consciência de si mesma, através do homem”, relembra e nos remete à condição de que, como humanos, nos produzimos como sujeitos sociais e históricos e, portanto, capazes de transformação.

A história se faz a partir da práxis humana e social, sempre carregada de dicotomias, conflitos e contradições. No caso dos movimentos sociais, muitas vezes, os caminhos são traçados no mesmo tempo em que se anda, percebendo neste trajeto os potenciais e dificuldades, procurando estratégias de oposição ao que aliena e oprime.

Deste modo, a luta social do MST se configura como uma prática potencial de mudança ao que está posto, no sentido de que, ao buscar democratizar o acesso e uso da terra, possa constituir práticas produtivas social e ambientalmente mais perenizadas, em termos de sustentabilidade.

Afinal, não importa sob qual modo de produção vivamos, sempre teremos de nos defrontar com os limites naturais que determinam a continuidade da existência da falha metabólica entre ser humano e natureza.

Por fim, em termos de resistência, este pode ser o caráter inovador do MST, de modo a minimizar as contradições inerentes aos processos produtivos, configurando uma “data de validade” maior à natureza, da qual todos nós fazemos parte.

Referências

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia Sociologia Rural**, Brasília, v. 5, n. 4, out./dez. 2013.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salette et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 57-65.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes Atores Sociais**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Global, 1977.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro 1, v. 1. Tomo 1.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro 1, v. 1. Tomo 2.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**: por uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOHR, Matheus Fernando. **Agroecologia e territorialidade do MST**: espacialização da resistência e da luta social no Território da Escola Agrícola 25 de Maio. 2005. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____; MOHR, Naira Estela Roesler. Criação do Curso Técnico em Agroecologia na Escola “25 de Maio”: uma história coletiva de subversão à ordem. In: LENZI, Lucia Helena Correa; CORD, Denise. **Formação de educadores(as) em EJA no campo**: compartilhando saberes. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007. p. 127-149.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Educação n. 8. (07/1996). In: _____. Dossiê MST Escola – Documentos e estudos 1990 – 2001. **Caderno de Educação**, n. 13, Ed. Spe., p. 159-179, 2005.

_____. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

PETERSEN, Paulo. Agriculturas alternativas. In: CALDART, Roseli Salette et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 40-45.

REGO, Thelmely Torres. **A formação técnico-profissional em agroecologia no MST/SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: UMA LUTA SOCIAL

Elizandra Wilke¹

Júlia Gerhardt²

Scheila Girelli³

Andressa Bertoncello Valandro⁴

Resumo

O presente artigo foi construído a partir do componente curricular “Psicologia e Movimentos Sociais”, ofertado no curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). O objetivo proposto pelo componente curricular foi compreender a importância dos movimentos sociais enquanto espaços de participação política, como potencializadores de processos de transformação social e também de atuação para a Psicologia, participando na construção histórica do País e da região. O percurso metodológico foi trilhado a partir de leituras orientadas (revisão de literatura) e de uma visita *in loco* a um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Abelardo Luz (SC). Considera-se, a partir das leituras e visita ao acampamento, que o MST apresenta historicamente uma trajetória revolucionária que objetiva a transformação social, atuando no enfrentamento das situações de desigualdades e construindo processos de resistência frente ao modelo neoliberal/capitalista.

Palavras-chave: Movimento Social. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Militância.

1 Introdução

O presente artigo foi construído a partir do componente curricular “Psicologia e Movimentos Sociais”, ofertado no curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), que possibilitou uma aproximação da Psicologia com a temática dos movimentos sociais, com reflexões e debates sobre a história dos movimentos no Brasil, além de discutir as especificidades de algumas organizações da sociedade civil, principalmente daquelas que emergiram e compõem o cenário da região oeste catarinense.

1 Acadêmica do curso de Psicologia da Unochapecó. Bolsista de Iniciação Científica. *E-mail:* <elizandrawilke@unochapeco.edu.br>.

2 Acadêmica do curso de Psicologia da Unochapecó. *E-mail:* <julia.g15@unochapeco.edu.br>.

3 Docente do curso de Psicologia da Unochapecó. *E-mail:* <scheilapsi@unochapeco.edu.br>.

4 Discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. *E-mail:* <dessa@unochapeco.edu.br>.

O objetivo proposto pelo componente curricular foi compreender a importância dos movimentos sociais enquanto espaços de participação política, como potencializadores de processos de transformação social e também como espaços analíticos e de atuação da Psicologia, resgatando a participação destes atores sociais na construção histórica do País e da região oeste catarinense.

O percurso metodológico foi trilhado a partir de leituras orientadas (revisão de literatura por meio da bibliografia básica do componente curricular) e de uma visita *in loco* a um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Abelardo Luz, com a construção de diário de campo cujo modelo foi previamente disponibilizado pela docente da disciplina. A ideia de construção do artigo segue a estrutura orientada pelo componente curricular e sua estrutura é predominantemente descritiva, com algumas reflexões e análises produzidas pelas acadêmicas (primeiras autoras), sob a supervisão das demais autoras.

Para responder ao que se propõe, o artigo é estruturado em dois itens: 1) Conhecendo o MST; e 2) Relato de experiência no acampamento 13 de junho em Abelardo Luz. O primeiro item trata de uma breve contextualização sobre o movimento, apresentando alguns aspectos históricos, símbolos do movimento e relações do MST com outras organizações. E o segundo item aborda o relato da visita realizada no acampamento 13 de junho. Juntamente com o relato, produzimos algumas reflexões e análise a partir do olhar da Psicologia.

2 Conhecendo o MST

O MST caracteriza-se como um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil, sendo um dos maiores protagonistas sociais no cenário das lutas políticas empreendidas no País. Palhano Silva (2004 apud LEITE; DIMENSTEIN, 2010, [s.p.]

[...] aborda o MST como um movimento social que atua em rede, tendo se expandido por praticamente todos os estados brasileiros (apenas os estados do Acre, Amazônia e Amapá não têm representação do movimento) e se mantido articulado a outros movimentos e instituições como partidos políticos, Igrejas, bem como organizações não-governamentais e entidades dentro e fora do Brasil [...].

Segundo Leite e Dimenstein (2010), a história do surgimento deste movimento pode ser contextualizada a partir de três elementos, descritos a seguir. O primeiro ocorreu na década de 1970 e esteve relacionado com o processo de modernização da agricultura, haja vista o período de ditadura militar incentivava o avanço do capitalismo no meio rural. O segundo elemento esteve relacionado à organização e reflexão sobre as condições vivenciadas pelos agricultores e agricultoras naquele período, promovidas através da atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Já o terceiro elemento esteve ligado ao espaço de abertura política após o período da ditadura militar, quando o MST conquistou o apoio de diversas entidades civis, constituindo uma base forte no cenário nacional.

Algumas bandeiras defendidas pelo MST marcam e caracterizam os objetivos e o papel social representado pelo movimento, entre as quais se destacam: a bandeira de Cultura, enquanto incentivo do acesso ao conhecimento, educação e aos valores populares; a bandeira de reforma agrária como o zelo permanente pelo patrimônio coletivo e pela sanidade ambiental, garantidos através de um caráter popular, permitindo o acesso à terra para todos os que nela trabalham; a bandeira de Combate à Violência Sexista, contra qualquer tipo de violência e/ou opressão de gênero; a bandeira de Democratização da Comunicação, como o direito de todos a organizar seus próprios meios de comunicação social, de forma associativa; a bandeira de Saúde Pública, que prevê o Estado como responsável por garantir e defender a saúde de toda a população, implementando políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças; a bandeira de Desenvolvimento, que prevê políticas de desenvolvimento da economia baseadas no interesse da melhoria das condições de vida da população; a bandeira de Diversidade Étnica, que propõe a existência de uma sociedade igualitária e harmônica em relação à diversidade cultural e étnica com direitos iguais para todos; a bandeira de Sistema Político, que prevê a participação democrática, social e coletiva em todas as instâncias do poder político e social e, por fim, a bandeira de Soberania Nacional e Popular que compreende a proposta de políticas públicas que garantam a plena soberania do povo sobre o território, riquezas naturais, minerais, biodiversidade, água e sementes, vindo a reforçar a lógica da participação democrática do coletivo nas instâncias políticas⁵.

O MST possui, ao longo de sua história de lutas, toda uma simbologia da mística do movimento. Esta mística é como a representação do ato cultural em que as lutas dos Sem Terra são apresentadas, e operam como uma forma de incentivo e ânimo aos militantes nos momentos difíceis da luta. A mística do movimento

[...] resgata o propósito da luta pela terra, assim como o legado dos que já se foram. Fé, esperança, dor e ânimo político podem estar presentes num único símbolo. A bandeira do Movimento, as músicas e o hino são os principais símbolos da mística do MST⁶.

Cada símbolo presente na bandeira do movimento possui um significado. O mapa do Brasil representa a luta nacional dos sem-terra e a reforma agrária que deve acontecer em todo o País, sendo a cor verde a representação da esperança de vitória a cada latifúndio conquistado. O trabalhador e a trabalhadora representam a necessidade de a luta ser protagonizada por mulheres, homens e famílias. O facão representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência, ultrapassando o mapa para indicar que o movimento é internacionalista. A cor branca da bandeira representa a paz e a cor preta representa o luto em homenagem aos trabalhadores que morreram na luta⁷.

Além da bandeira, o hino do movimento também é um dos mais significativos símbolos do movimento. A letra foi escrita por Ademar Bogo, acompanhada da melodia composta por Willy C. de Oliveira, e traz

5 Informações disponíveis no *site* do MST: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>.

6 Informações disponíveis no *site* do MST: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>.

7 Informações disponíveis no *site* do MST: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>.

fortemente as questões de luta, força, resistência e busca de liberdade da classe camponesa. Outro símbolo de grande relevância é a lona preta usada na construção dos barracos. Segundo consta no *site* do próprio movimento:

A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 130 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país.⁸

As bandeiras de luta do MST são reafirmadas por sujeitos engajados nesta luta, que vivem a militância em seus corpos e mentes, sujeitos estes envolvidos com toda a mística simbólica do movimento, que lutam e conquistam. No entanto, todas as conquistas e perdas sofridas no movimento resultam em mudanças organizativas no movimento.

Com as conquistas dos assentamentos, foram surgindo novas demandas para o MST, como escola, estradas, saneamento, entre outros, fazendo com que o movimento ampliasse sua luta para além do acesso à terra. Com estas novas demandas, o MST criou uma estrutura organizativa na qual a maioria das atividades desempenhadas foram institucionalizadas.

Criaram-se, então, setores que respondem a um conjunto de ações desenvolvidas por grupos de pessoas, cada qual com demandas específicas. Os setores são: frente de massas, de formação, de educação, saúde, produção, setor de gênero, direitos humanos, finanças, relações internacionais (LEITE; DIMENSTEIN, 2010).

Dentre os objetivos principais do MST, estão: luta pela terra, luta pela reforma agrária e transformação social. As formas de luta se dão por meio de ocupação de terras, acampamentos, marchas, jejuns e greves de fome, ocupações de prédios públicos, acampamentos nas cidades, acampamentos de Bancos, vigílias e manifestações nas grandes cidades (MST, 2014c)⁹.

O MST tem como parceiros a Cooperativa Laudelina Campos de Melo, Brasil de Fato, Via Campesina, Rádio Agência NP, Minga Informativa e a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC). A igreja também teve papel importante na formação do MST. Os trabalhos realizados pelos sem-terra em Santa Catarina eram vinculados às Comunidades Eclesiais de Base da Diocese de Chapecó, bem como as comunidades da Igreja de Confissão Luterana (FERNANDES, 2000).

O MST destaca como alguns desafios:

[...] acabar com o modelo neoliberal; situar a reforma agrária como uma conquista que beneficiará não só os trabalhadores rurais, mas toda sociedade; fortalecer a formação de sua militância como condutora de uma luta necessária; produzir veículos de comunicação que sejam administrados

8 Informações disponíveis no *site* do MST: <<http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>>.

9 Informações disponíveis no *site* do MST: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#objectives>>.

pelas organizações populares a fim de acabar o monopólio dos meios de comunicação; costurar uma unidade com inúmeras organizações populares nos níveis municipal, estadual e nacional e a disseminação de um debate que proponha um novo modelo de sociedade pautada nos interesses populares. (MST, 2007 apud LEITE; DIMENSTEIN, 2010, [s.p.]).

É necessário se pensar que: “A relação da militância com a mídia assume um papel importante na articulação das ações dos militantes. Os movimentos sociais com os quais tivemos contato trazem o conflito que vivem na relação visibilidade versus captura.” (VINADÉ; GUARESCHI, 2007, p. 72). Atualmente, os meios de comunicação eletrônicos (a TV, o rádio, a internet), embora tenham uma grande difusão em todas as camadas sociais, estão nas mãos de poucas pessoas e regulados por interesses individuais (VINADÉ; GUARESCHI, 2007).

Na militância, a relação com os meios de comunicação é conturbada. Os movimentos desejam e lutam por espaços na mídia, entendendo que sua causa precisa se tornar pública, ser visibilizada pela sociedade para que esta se sinta provocada a pensar sobre as questões que trazem. O sucesso dos movimentos depende, em parte, da sua visibilidade (VINADÉ; GUARESCHI, 2007, p. 72).

Este *loco*, a partir do qual se dá visibilidade midiática do MST, não é capaz de abranger as reais dimensões deste movimento social no cenário nacional, não apenas o impacto desta luta, mas o que ela representa. Pensamos que todos estes elementos só possam ser realmente compreendidos a partir do conhecimento da história que envolve a luta pela reforma agrária e não apenas através de um olhar que passa pelas lentes de uma mídia que reproduz os elementos a que ela convém.

Acerca da relação do MST com o Estado, percebe-se que ainda apresenta inúmeros conflitos. Os militantes deste movimento lutam pelo direito ao acesso à terra. Estas terras, na maioria das vezes, não estão registradas em cartório, ou seja, não possuem necessariamente um dono, sendo que o processo é por vezes muito demorado. Os militantes acreditam que os movimentos sociais têm mais condições de exercerem sua autonomia enquanto grupo, tomando suas decisões e criando suas regras. A partir de então se inicia uma forma de “agenciamento coletivo para obtenção do que lhes é negado pelo estado” (CRUZ, 1998 apud VINADÉ; GUARESCHI, 2007, p. 71).

Trazemos a questão a ser pensada, proposta no trabalho de Vinadé e Guareschi (2007), na qual os autores ressaltam que, ao mesmo tempo que os movimentos reagem à omissão do Estado, por meio de seus princípios críticos, muitos movimentos necessitam desse mesmo Estado para se manter economicamente. “A militância depara-se, assim, com uma questão fundamental, qual seja, como manter seu papel crítico e autônomo na medida em que precisa, de certa forma, estar em sintonia com o Estado para viabilizar-se financeiramente?” (VINADÉ; GUARESCHI, 2007, p. 71).

3 Visita ao Acampamento 13 de Junho, em Abelardo Luz

No sábado do dia 19 de setembro de 2015, a turma do 6º período noturno do curso de Psicologia da UnoChapécó realizou uma visita ao Acampamento 13 de Junho, localizado no município de Abelardo Luz,

estado de Santa Catarina. O acampamento tem este nome devido à ocupação do território ter acontecido na manhã do dia 13 de junho de 2014.

O acampamento comportava na época, segundo informações fornecidas por alguns dos sujeitos acampados, cerca de 490 famílias acampadas, que lutam pela conquista de aproximadamente cinco mil hectares de terra.

Através da visita pudemos entrar em contato e conhecer parte da realidade dos sujeitos militantes que fazem parte do MST naquela região. O Acampamento 13 de Junho se constitui enquanto um espaço de militância através da organização dos sujeitos ali presentes em torno de uma luta em comum: a conquista e redistribuição de um espaço de terra na lógica da reforma agrária, elementos estes debatidos no item anterior, no que se refere às bandeiras de luta proposta pelo MST em nível nacional.

Segundo Vinadé e Guareschi (2007), a militância surge como uma via possível de se fortalecer como sujeito, de ser o que realmente se é. O movimento se faz como um território possível desse ser. Por sentirem-se oprimidos por um sistema que exclui, buscam as transformações através da luta, uma luta por direitos, questionando o sistema. Estas inquietações e revoltas aliadas à paixão, movem o militante a lutar por uma causa (VINADÉ; GUARESCHI, 2007).

Desta forma, identificar-se como um militante tem ligação com a dimensão de entrar de cabeça na briga, em que o termo ganha sentido com “o suor da luta”. Para Baltazar (2004 apud VINADÉ; GUARESCHI, 2007), a subjetividade militante acontece quando o fazer militante existe, quando a pessoa comparece diante do grupo que pressupõe essa identidade reafirmando-a. A autora destaca a militância como parte dos processos psíquicos dos sujeitos, sendo uma participação engajada, crítica, que busca novos valores para uma nova sociedade (VINADÉ; GUARESCHI, 2007, p. 70).

Pensar a militância, de acordo com Vinadé e Guareschi (2007), é pensar a busca pelo comunitarismo solidário, acreditando na força da comunidade, na participação e cooperação de todos engajados em uma luta, em uma causa comum.

Neste sentido, constatamos que o acampamento 13 de junho compartilha, entre seus militantes, o engajamento de todos em uma causa comum. Este comunitarismo solidário, como citado acima, confere força à comunidade, pela participação de todos. No entanto, pudemos perceber que este engajamento na luta pela conquista de terras, de forma alguma significa que os interesses, vontades e desejos dos sujeitos e famílias que ali vivem, sejam em todos os momentos os mesmos, sem considerar as singularidades.

Pode-se identificar, a partir da visita realizada ao acampamento, que os sujeitos envolvidos nesta organização social possuem uma identidade em comum, postulada por Melucci como identidade coletiva. Ao descrever a noção de identidade coletiva, o autor, citado por Araujo e Lima (2010), entende que sua construção é definida e negociada nas relações sociais entre os sujeitos que compartilham os mesmos ideais e valores. Esta construção implica em densas interações com a presença das dimensões afetivas e emocionais. A identidade coletiva toma um corpo conjunto, transformando-se em um NÓS (ARAUJO; LIMA, 2010). A identidade é vista não como essência, mas como resultado de trocas, negociações, solidariedade, decisões e conflitos travados no cotidiano das relações.

Prado (2002) problematiza e discute os conceitos de identidade social e identidade política, diferenciando-os. Entende-se enquanto identidade social “um conjunto de atribuições e referências da pertença grupal e social do

indivíduo” (MOUFFE, 1992, 1995 apud PRADO, 2002, p. 60). A identidade política, por sua vez, parafraseando Mouffe (1992, 1995 apud PRADO, 2002), se caracteriza pela consciência e experiência de um “nós” que é impedido por um “eles”, ou seja, o reconhecimento do caráter opressivo e de subordinação destas relações. Percebe-se que a base conceitual de Prado (2002) aproxima-se das construções teóricas de Melucci.

Desta forma, identificou-se que no acampamento a identidade política se constitui enquanto a luta daqueles sujeitos contra o caráter opressivo das relações de subordinação que impedem o acesso igualitário à terra para o cultivo e produção da agricultura familiar.

Todas as lutas travadas pelo MST estão ligadas à mobilização social. No entanto, o processo de mobilização social sofre um deslocamento importante, na análise de Prado (2002), como consequência do reconhecimento de uma lacuna entre explicações relativas à estrutura e à agência. Esta mudança está fundamentada a partir da emergência de ações coletivas contemporâneas, trazendo para análise da mobilização social a possibilidade de serem pensados

[...] aspectos psicossociais como a identidade, o compartilhamento de crenças grupais, de representações sociais, de agências e formas de ação social [...] identidade coletiva, a conscientização das relações de opressão e a delimitação das fronteiras na determinação da identidade política. (PRADO, 2002, p. 62-64).

Compreendemos as identidades coletivas e políticas como elementos constitutivos das subjetividades, portanto, é necessária a “[...] compreensão dos movimentos sociais a partir dos processos de subjetivação, por entendermos exatamente que as subjetividades são empreendidas nas relações de poder/saber que atravessam uma dada realidade histórico-social.” (LEITE; DIMENSTEIN, 2010, [s.p.]).

Diante disso, a Psicologia tem papel importante, entendendo os movimentos sociais como produtores de subjetividades, nos quais “[...] se orientam por uma apropriação por parte dos seus integrantes, das suas formas de agir, pensar e desejar, já que é nesse âmbito que os sistemas de controle mais operam.” (LEITE; DIMENSTEIN, 2010, [s.p.]).

Pensamos que o MST apresenta, historicamente, uma trajetória revolucionária que caminha em direção a uma evolução social, no que diz respeito à igualdade de direito das coletividades em um “contexto em que as lutas sociais parecem ter sofrido uma espécie de desencantamento” (NEVES, 2004 apud LEITE; DIMENSTEIN, 2010, [s.p.]), e acreditamos que esta seja, em especial, a potência do movimento.

4 Considerações finais

Constatamos, através da atividade conduzida no componente curricular, que essa possibilitou aos acadêmicos uma leitura diferenciada em relação aos movimentos sociais na sociedade brasileira e principalmente sua importância na construção da história da região oeste catarinense, que é marcada pela força e existência de diferentes movimentos sociais, dentre os quais, nosso objeto de estudo, o MST.

A aproximação da Psicologia com o debate sobre os Movimentos Sociais permitiu ampliar o campo de debate e análise dos acadêmicos a partir de uma realidade concreta, o que permitiu olhar para a teoria, no que diz respeito à constituição das identidades coletivas e políticas, e observá-las no cotidiano dos sujeitos integrantes do Acampamento 13 de Junho de Abelardo Luz (SC).

No Acampamento 13 de Junho foi possível conhecer e evidenciar parte da mobilização social dos sujeitos que constituem o MST, por meio da ação coletiva que pode ser entendida como a ocupação das terras daquele local, buscando a democratização da propriedade, garantindo seu acesso e distribuindo-a àqueles que buscam produzir no local através da agricultura familiar.

Considera-se, a partir das leituras e visita ao acampamento, que o MST apresenta historicamente uma trajetória revolucionária que objetiva a transformação social, constituída nas relações estabelecidas dentro do próprio acampamento, que se organiza mediante regras e estratégias expressas por meio de tarefas e atividades internas e externas, bem como parcerias e articulações para fortalecer a luta por suas demandas.

Referências

ARAUJO, Nayra Veras; LIMA, Antônia Jesuíta de. Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, jul. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 2, maio/ago. 2010.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossos símbolos**. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>>. Acesso em: 7 out. 2015.

_____. **Objetivos**. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#objectives>>. Acesso em: 7 out. 2015.

_____. **Quem Somos**. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 7 out. 2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002.

VINADÉ, Thaiany Farias; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 68-75, 2007.

“CAMPONÊS É AQUELE QUE PRODUZ SEU PRÓPRIO ALIMENTO”: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR COMO MEIO DE RESISTÊNCIA

Valdete Boni¹
Cléber José Bosetti²

Resumo

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a partir dos anos 2000, tem discutido o conceito de campesinato associado à ideia de produção de alimentos saudáveis. Neste contexto, ficam evidentes três conceitos-chave para discutir o atual momento do MMC, que são o campesinato, a segurança alimentar e a soberania alimentar. Embora com significados um pouco diferentes, essas duas últimas categorias se entrelaçam na medida em que, para um povo, deter a soberania alimentar significa chances bem maiores de garantir a segurança alimentar. Outro ponto de convergência é a agroecologia, como categoria básica para a reprodução desta condição camponesa.

Palavras-chave: Campesinato. Movimento de Mulheres Camponesas. Segurança Alimentar. Soberania Alimentar.

1 Introdução

Este texto é parte de uma pesquisa recente dos autores e ainda está em construção, mas já levanta algumas questões que temos trabalhado neste no último ano sobre o atual momento do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Acompanhando o MMC há alguns anos, temos percebido o nascimento de um novo discurso sobre a soberania e segurança alimentar, que também é acompanhado de novas práticas para a produção de alimentos.

O MMC vem discutindo a soberania alimentar associada à ideia de camponês. A própria discussão sobre o que o movimento considera como camponês já levanta um vasto debate, pois mescla diversas correntes conceituais como a de Chayanov, a ideia de camponês como categoria política, e uma discussão mais recente, levantada especialmente por Ploeg (2008), de um processo de recampesinação, e, por fim, uma construção defendida pelos próprios movimentos ligados a Via Campesina.

1 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Núcleo de estudos sobre Agricultura Familiar/NAF/UFSC. *E-mail:* <valdete.boni@uffs.edu.br>.

2 Graduado em História e mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Núcleo de estudos sobre Agricultura Familiar/NAF/UFSC. *E-mail:* <cbbosetti@yahoo.com.br>.

As categorias Campesinato e Soberania são tratadas por diversos autores e tentaremos reproduzir somente parte desse debate, o suficiente para embasar a discussão que o MMC faz, especialmente sobre a segurança e a soberania alimentar. Embora com significados um pouco diferentes, essas duas categorias se entrelaçam na medida em que, para um povo, deter a soberania alimentar significa chances bem maiores de garantir a segurança alimentar.

O termo segurança alimentar provém de dois termos ingleses, *food security* (quantidade dos alimentos) e *food safety* (qualidade dos alimentos), o que caracteriza a segurança para o consumidor. Nesse contexto, essa é uma discussão complexa porque não se refere somente à problemática da fome, que, sem dúvida, é a mais preocupante, mas também aos outros problemas que são causados pela falta de comida, excesso de comida ou carência de nutrientes, e também a qualidade dos alimentos num momento em que, além do consumo exagerado de produtos industrializados, refrigerantes, enlatados, entre outros, com muitos corantes e conservantes, temos ainda o alto índice de agrotóxicos e outros insumos utilizados sem o devido acompanhamento na produção alimentar. Por esse motivo, não será possível falar em segurança alimentar de uma forma mais específica no âmbito deste trabalho. As colocações aqui apresentadas servem apenas para introduzir o debate sobre produção agroecológica, a não utilização dos agrotóxicos e o resgate de sementes crioulas de hortaliças pelas camponesas do MMC, que associam essa prática a uma forma de garantia de sua soberania alimentar.

2 O que é ser camponesa para o MMC?

O MMC passou a discutir mais sobre alimentação e produção de alimentos sem agrotóxicos a partir de 2001 no âmbito da 8ª Assembleia do movimento. Esta assembleia foi o passo inicial para o que é hoje um dos projetos mais ricos do movimento, o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças.

O MMC foi criado oficialmente em 2004. De forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existiam desde a década de 1980, como é o caso do MMA em Santa Catarina, do MMTR no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no Norte e Nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990, esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na criação do MMC.

A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo “camponês”. As antigas denominações de “agricultoras” e “trabalhadoras rurais” foram substituídas por “camponesas”. Uma das justificativas do MMC diz que a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, como as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas. Outra justificativa refere-se ao trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme documento do movimento.

Fizemos debates sobre a *categoria camponês* que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal

autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. (MMC, 2009, [s.p.], grifos no original).

A noção clássica que temos de camponês, aquela elaborada por Chayanov, tomada ao pé da letra, denomina como camponês aquele produtor familiar que cultiva a terra com vistas a garantir a subsistência da família, mas não se insere no mercado. Ou seja, uma noção de trabalhador rural que é proprietário do seu meio de produção, mas que não alimenta o capitalismo. O que Chayanov teorizou na década de 1920, na Rússia Comunista, perde o sentido na atualidade para definir grande parte dos produtores familiares no Sul do Brasil, em que há uma estreita ligação com o mercado. Entretanto, se a relação com o mercado já não ocorre da mesma forma, a noção de trabalho familiar e de satisfação das necessidades da família asseguram a validade das ideias de Chayanov.

Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, Grisa e Schneider (2008) mostram a importância que a produção para o autoconsumo familiar tem nas propriedades rurais naquela região. Conforme esses autores, a produção e a troca de produtos para autoconsumo é uma prática recorrente entre os agricultores. Dessa forma, não exclui a ideia de uma agricultura em parte camponesa, mesmo que a propriedade produza parte dos bens exclusivamente para o mercado³.

Na França, a denominação “camponês” sempre foi muito utilizada para demarcar um tipo de agricultura baseado na exploração familiar. Se o termo, hoje, mesmo lá não é mais utilizado com a mesma ênfase, não é porque o camponês tenha desaparecido, mas porque foi substituído pela denominação de “agricultor familiar”. Abramovay (1992, p. 24) define mais claramente o porquê dessa substituição:

São camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos [...]. Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e, portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado.

As camponesas ligadas ao MMC não concordam com essa divisão em que camponês está um passo atrás em relação aos agricultores familiares. Não consideram o campesinato um modo mais atrasado ou com menos inserção no mercado. Diferenciam, sim, agricultura familiar de campesinato, tendo este último como um modo de produção diferenciado, mas nunca inferior.

3 Tratamos aqui dos bens exclusivos para o mercado como a suinocultura e avicultura integradas e, também, a produção de fumo e leite que são destinadas totalmente às agroindústrias.

Muitas coisas já foram contempladas pelas que me antecederam, mas uma coisa que eu queria aqui colocar em relação à nossa identidade camponesa, o camponês, o verdadeiro camponês, ele não precisa de interferência de fora, ele planeja sua unidade de produção, muito diferente na agricultura familiar, que ele apenas faz o que os outros planejam. E o camponês, ele planeja a sua unidade de produção, ele não precisa de interferência de fora. E nesse sentido, nós temos que dizer, temos que avançar bastante ainda para nós de fato sermos verdadeiros camponeses.⁴

Na verdade, o MMC ainda está construindo essa noção de campesinato, especialmente para diferenciar do conceito de agricultura familiar tão presente na região. Por isso, não se deve estranhar alguns entrelaçamentos entre os dois termos.

3 O campesinato como resistência

Adotar o conceito de camponês tem para o MMC um sentido de resistência. Esta pode se referir a muitos aspectos, mas nos deteremos aqui a uma resistência contra o modelo hegemônico do agronegócio que, conforme mostra Delgado (2005), é a opção brasileira. Ploeg (2008, p. 286) trabalha com a noção de império alimentar “[...] um princípio orientador que se expressa em e através de muitas entidades e relações diferentes.” Para este autor, o “Império” alimentar não está expresso somente nas grandes corporações mundiais que dominam grande parte da distribuição de determinados alimentos, como a Nestlé, por exemplo. O império influencia nas reservas de alimentos no mundo, nas pesquisas que são desenvolvidas pelas universidades e pelas empresas de pesquisa estatais. Há nisso tudo uma inter-relação entre campesinato e império, em que o campesinato sofre, na visão deste autor, três tendências altamente destrutivas. A primeira se refere à privação de recursos aos camponeses, sejam recursos econômicos com a eliminação de linhas de créditos para determinadas culturas, seja a privação de recursos naturais, como a água, seja pela introdução de produtos mais baratos no mercado. A segunda tendência se refere à precariedade vivenciada pelos camponeses no mundo, tanto nos países ricos, quanto nas nações em desenvolvimento. A percentagem de camponeses que não atingem a renda mínima difere em países como a Holanda e o Quênia, por exemplo, porém, o problema existe em toda parte e afeta o campesinato como um todo. A terceira tendência é decorrente dos diversos processos que vem ocorrendo na agricultura mundial, tanto a introdução de novas mercadorias (aquelas que vem substituir a produção camponesa), quanto a terceirização da produção de certos bens. No processo de terceirização está inclusa a busca pela produção cada vez mais barata e que ela seja realizada em qualquer parte do mundo, assim como ocorre com bens de consumo. Dessa forma, os baixos preços oferecidos em países mais pobres não somente afetam os camponeses nativos, mas o de outros países cuja produção lhes foi subtraída para ser transferida a lugares onde o custo de produção é bem menor.

Assim como na introdução das tecnologias durante a revolução verde, as novas tecnologias introduzidas no momento atual têm como característica principal o “novo”. E não importa as consequências dessa novidade,

4 Fala de abertura. Disponível em: MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. *11ª Encontro Estadual do MMC*. Xaxim, 21 a 23 ago. 2010.

o mais importante ao império é que esse “novo” seja considerado melhor que aquilo que ele vem substituir, segundo os que decidem sobre a política econômica (PLOEG, 2008, p. 288). Assim, as sementes híbridas, que foram introduzidas há mais de quarenta anos na região oeste catarinense, são agora substituídas facilmente pelas sementes transgênicas, mesmo que os agricultores produzam em pequena quantidade ou apenas para a alimentação de animais de lactação.

Ploeg (2008, p. 289-290) escreveu sobre a realidade de regiões diferenciadas, como a Holanda, o Peru e o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Ele exemplifica casos destas regiões que demonstram a resistência do campesinato frente ao que considera como o império. Mostra como um camponês na Holanda utiliza uma ferramenta já bem antiga para a eliminação de ervas daninhas em meio à pastagem. O que, segundo Ploeg, pode ser considerado como uma técnica antiquada para muitos, para aquele camponês não é. Ele está evitando a utilização de agrotóxicos para combater as ervas que prejudicam suas pastagens. Dessa maneira agrega mais valor ao seu leite, além de não prejudicar sua própria saúde ou a dos consumidores e, ainda, elimina custos na produção, o que garante um ganho maior. Um segundo exemplo retrata uma família de Catacaos, no Peru, que vive em uma Unidade de Produção Comunitária. Se comparado aos camponeses holandeses, esse casal vive em condições de precariedade, no entanto, suas condições são suficientes para garantir uma qualidade de vida que para eles é adequada, ou como considera Ploeg, uma autonomia relativa, que lhes garante produzir seus alimentos sem depender de trabalhar por um salário muito baixo, seja na agricultura, seja fora dela, única alternativa na realidade da região em que vivem. No exemplo do Brasil, temos um produtor de tomate que processa o produto e o transforma em molho pronto. Mais uma vez, a resistência ao império fica clara tanto na industrialização de sua produção, como na diversificação da propriedade que garante que os principais alimentos consumidos pela família sejam produzidos ali mesmo.

Estes exemplos demonstram que o que Ploeg ressalta, em diferentes regiões, sobre a resistência camponesa, acontece com a mesma clareza entre as mulheres do MMC. A recuperação e a produção das próprias sementes, a utilização de técnicas naturais para o controle de pragas são formas de autonomia frente às indústrias produtoras de sementes e agrotóxicos. Durante o tempo em que estivemos reunidas com as mulheres, ocorreram momentos de trocas de receitas de alternativas, por exemplo, ao combate aos insetos. Estas receitas também são publicadas em seus informativos.

O império, conforme Ploeg (2008, p. 294), utiliza estratégias que criam uma invisibilidade dos camponeses com a criação dos “não lugares” para a produção, ou seja, determinados produtos são cultivados em diferentes regiões e sua transformação em subprodutos faz que as características de quem os produziu se percam. Assim, muitos consumidores não reconhecem como frutos do trabalho agrícola as mercadorias encontradas nas prateleiras dos supermercados. Até para os próprios agricultores, o reconhecimento não é imediato.

Ploeg (2008, p. 296) faz referência a Burawoy para falar sobre a dimensão utópica do campesinato. Segundo Ploeg, os camponeses tentam criar “utopias verdadeiramente existentes” em oposição às “utopias imaginárias”. Podemos pensar a recuperação de sementes como uma utopia resistente na visão de Ploeg, uma vez que estas mulheres sabem que não vão salvar o mundo com esta prática, mas vão assim manter viva a sua esperança.

As práticas também mostram o que, na visão de Ploeg (2008, p. 299), é um princípio camponês. Para este autor, o princípio camponês consiste em “[...] enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente.” O princípio camponês também se relaciona à subjetividade, ou seja, à forma com que os camponeses se identificam com o espaço rural e o seu modo de vida.

4 As mulheres e a alimentação: segurança e soberania alimentar

Segundo Marta Chiappe (2006), ocorre certa confusão entre os conceitos de soberania e segurança alimentar, quase sempre utilizados como sinônimos. Para ela, deve-se entender a soberania alimentar como o controle dos alimentos por parte dos camponeses, e por segurança alimentar a condição de existência de alimentos suficientes e de qualidade para que todos possam ter acesso.

Conforme León (2003, p. 218), na África Subsaariana e no Caribe, as mulheres são responsáveis pela produção de 60% a 80% dos produtos básicos utilizados na alimentação, enquanto na Ásia as mulheres realizam mais de 50% do trabalho nos cultivos de arroz. Da mesma forma, no Sudeste Asiático e na América Latina, as hortas cultivadas pelas mulheres aparecem entre os sistemas agrícolas mais complexos. Mesmo assim, a ideia de que é necessário o cultivo de transgênicos para alimentar o mundo é propagada cada vez mais. Esse discurso sai do ambiente das multinacionais e se propaga mesmo entre camponeses, com o intuito de que eles abandonem seus cultivos tradicionais e adotem o sistema produtivo que é comercializado em larga escala pelas empresas.

Essas medidas, continua a autora (LEÓN, 2003, p. 219), eliminarão as práticas de soberania alimentar concebidas pelas mulheres durante toda a história da agricultura, obrigando-as a pagar aos donos das patentes para utilizarem os recursos que sempre fizeram parte de sua vida.

León (2003, p. 220) diz ainda que a agricultura científica excluirá ainda mais as mulheres do acesso ao conhecimento e destruirá seus saberes tradicionais, continuando o processo que foi deflagrado pela Revolução Verde. A colocação da autora é chocante, mas verdadeira, porque o que assistimos foi um afastamento das camponesas do conhecimento básico sobre o plantio dos alimentos e a diminuição da variedade e qualidade alimentar dessas famílias. No entanto, tamanha exclusão gera revolta e, conseqüentemente, a busca de alternativas. É o que o MMC faz ao estimular as camponesas a resgatar as práticas alimentares e de tratamento por meio de uma alimentação mais saudável, que vai desde a maneira de produzir o alimento, a variedade dos alimentos e as formas de preparo, até as ervas medicinais que são alternativas aos remédios alopáticos.

Um dos grandes vilões que colocam em risco a segurança alimentar são os agrotóxicos, porque, além da contaminação dos alimentos e da água, eliminou diversas espécies de plantas utilizadas na alimentação e no preparo de remédios.

Conforme Londres (2011), na última década, o uso de agrotóxicos no Brasil cresceu assustadoramente; somente entre os anos de 2001 e 2008 a venda subiu de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais de US\$ 7 bilhões. Assim, o Brasil atingiu a posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2008 foram aplicados

986,5 mil toneladas e em 2009 mais de um milhão de toneladas, o que significa 5,2 kg de agrotóxico por habitante (LONDRES, 2011, p. 19). A autora apresenta também dados da Anvisa sobre, pelo menos, dez tipos de agrotóxicos que já foram proibidos na União Europeia, EUA, China, entre outros, que continuam sendo usados no Brasil. Esses dados apontam que o crescimento agrícola no País foi pequeno frente ao aumento exorbitante no volume de vendas dos agrotóxicos.

Outra característica importante a ser levada em conta é a concentração das empresas que detêm a produção e comercialização de agrotóxicos. Em 2007, seis empresas, a saber, Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow e DuPont, controlavam mais de 80% da venda de agrotóxicos no mundo. No Brasil, essa taxa era ainda maior. Essas empresas não controlam somente os agrotóxicos ou as sementes de milho e soja, como nos parece mais evidente, mas também sementes de hortaliças, ou seja, as sementes de toda a base de alimentação vegetal.

O que o movimento de mulheres propõe é ir na direção contrária a este processo. É resgatar valores (sementes) e técnicas que suas mães e avós dominavam, para restituir com isso uma alimentação melhor para suas famílias, como mostram os trechos retirados de um documentário produzidos pelo MMC/SC, conforme mostra a fala de uma camponesa do movimento:

Nesse projeto das sementes, eu acho muito importante também o resgate que está tendo das ervas medicinais. Porque isso é uma coisa da natureza. E os nossos antepassados eles usam muito isso, sobreviviam dos remédios caseiros, dos remédios de ervas medicinais. Mas depois com o uso dos venenos aí que tanto tão usando, as ervas foram sendo extintas e aí então esse projeto do Movimento de Mulheres Camponesas vem trazendo pra nós, ou resgatando de volta o uso pras nossas famílias, que é muito importante a mãe fazer um chazinho, usa os remédios naturais em vez de pra cada coisinha tem que correr na farmácia, ou estar comprando os remédios químicos. E isso pra nós é uma experiência muito importante e que está sendo resgatado também no projeto das sementes. Então isso vem trazer um estímulo de volta pra nós aquilo que é da natureza. Os remédios, usando eles, utilizando e industrializando pro nosso uso e para o uso da nossa família, dos nossos filhos.⁵

Conforme Vandana Shiva (2003, p. 39), a Revolução Verde não substituiu somente as sementes nos países do Terceiro Mundo, mas safras inteiras. Ao fazer isso, justificou que determinadas variedades de sementes, por serem inferiores, produziam muito pouco. Para Shiva, as camponesas da Índia conheciam as variedades produzidas e seu valor nutritivo. Estes cultivos, no entanto, foram considerados inferiores, além disso, muitos foram extintos pelo uso dos agrotóxicos. Da mesma forma, diversas espécies de plantas que antes eram consumidas pelos camponeses no oeste de SC, hoje são dificilmente encontradas porque, com a intensa utilização de agrotóxicos nas lavouras e a diminuição de variedades cultivadas, essas também se perderam. Por outro lado, percebe-se que as lideranças do MMC, ao iniciarem o resgate de sementes crioulas de hortaliças, se disseram admiradas com as variedades que as camponesas trouxeram e que eram mantidas em

5 Liderança do MMC explicando sobre o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças, em maio de 2010.

suas propriedades. Somente no encontro que ocorreu no ano de 2002 em Curitiba, na serra catarinense, as camponesas trouxeram mais de quarenta variedades de couve.

Para León e Senra (2010, p. 17), mulheres e homens vêm construindo uma ideia diferente do que é agricultura. Isso se explica, em parte, pelas condições que foram dadas, ao longo da história, para homens e para mulheres. Dessa forma, a imagem construída pelas mulheres é de uma agricultura como fonte de alimentação e de produtos que são destinados ao sustento da família.

Conforme as autoras acima, em diversas partes do mundo, o controle da produção pelo governo e pelas grandes empresas foi precedido por uma associação do produto oriundo das explorações familiares a uma má qualidade ou a problemas sanitários. Essas medidas afetaram especialmente as mulheres que tradicionalmente comercializam sua produção nos mercados locais. Em conversa com uma liderança, esta falava das dificuldades de comercializar a produção em pequena escala. O objetivo principal para as mulheres que participam dos projetos do MMC é cultivar para o consumo da família, mas sempre há um excedente que pode ser comercializado.

Diversos fatores têm feito os agricultores e as agricultoras deixarem de produzir uma série de alimentos que eram produzidos há décadas, inclusive na horta. Os principais são como a diminuição das famílias (seja pela menor taxa de natalidade, seja pela migração dos jovens), a perda de sementes e a dedicação às integrações. Houve um desestímulo a esses cultivos por parte de técnicos de grandes cooperativas e agroindústrias. Muitos alimentos não são cultivados porque os insetos atacam. Em pesquisas anteriores (BONI, 2012), ouvimos de agricultores que não adianta plantar “[...] porque os pulgões, as lagartas, ou mesmo os passarinhos estragam, então fica mais barato comprar.”

Já no MMC, o que ouvimos é um discurso bem diferente, como mostram as falas das participantes dos encontros, cursos e oficinas dos quais participamos. As camponesas mostraram uma listagem bem extensa dos alimentos que ainda cultivavam e dos que voltaram a cultivar pela iniciativa dos projetos do MMC.

Em estudo sobre os alimentos ainda produzidos para o consumo entre agricultores gaúchos, Menasche, Wagner e Marques (2007, p. 67) se referem à questão do “tempo” que os agricultores alegam não possuir mais para plantar. Conforme relato de uma agricultora entrevistada por estas autoras, depois que iniciou um plantio de laranjas em maior escala, foi perdendo as sementes dos produtos que antes eram comuns na propriedade, como o feijão, o amendoim. Também com a saída dos filhos da terra, o trabalho se concentrou no casal, assim, não puderam mais se dedicar ao plantio desses alimentos.

Da mesma forma como foi constatada uma diminuição da variedade de alimentos produzidos e consumidos pelos agricultores no oeste catarinense, Menasche, Wagner e Marques (2007, p. 75) mostraram que, no vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, os agricultores familiares se referiram a uma mudança muito grande da alimentação de “antigamente” com relação à atual. Conforme estas autoras, eles foram unânimes ao falar da intensidade destas mudanças, relacionando a alimentação atual como sendo mais industrializada.

Em geral a produção para o autoconsumo é hoje considerada como sendo muito menor do que a realizada em época anterior. Desse modo, muitas respostas apontam no sentido de maior dependência das famílias rurais em relação à aquisição de alimentos. (MENASCHE; WAGNER; MARQUES, 2007, p. 75).

Em outra pesquisa realizada também no vale do Taquari, Zanetti e Menasche (2007, p. 139) mostram que a segurança alimentar é garantida mais pelas mulheres. Como a produção de alimentos para o consumo familiar é conduzida basicamente pelas mulheres, quando estas deixam de produzir a variedade que eram acostumadas, o consumo destes alimentos cai na família. Mulheres mais velhas são as que ainda mantêm a tradição de produzir diversos alimentos, já as mais jovens adotaram o hábito de adquirir esses alimentos no mercado. As razões apontadas em sua pesquisa são praticamente as mesmas apontadas pelas agricultoras entrevistadas por nós na região oeste de Santa Catarina.

Aqui no caso são todas trabalhadoras, que trabalham para produzir alimentos. E alimentos só para nós? Alimentos para todos. Hoje, na verdade, a agricultura camponesa é responsável pela produção de quase 80% dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores. Então, esse é o segundo elemento: ser trabalhadora pertencente a uma classe que produz pelo seu trabalho as riquezas e [...] que produz alimento para as pessoas poderem viver, nenhum ser vivo vive sem alimento. Então vejam a importância estratégica dos camponeses e das camponesas. E [...] as mulheres camponesas são lutadoras, são guerreiras, que daí é próprio da característica de quem faz parte do movimento, da luta, da militância.⁶

5 Considerações finais

A problematização que as mulheres ligadas ao MMC estão fazendo em relação a produção de alimentos difere de outras organizações que também estão mais “à esquerda”. Algumas destas organizações entram na lógica do mercado ao estimular os agricultores na produção convencional. Diferem das organizações que tem como foco o mercado diferenciado, como o de orgânicos, por exemplo. Para muitas militantes do MMC, o movimento deve estimular a prática agroecológica e voltada para comercialização mais local e baseada na confiança e não necessariamente no selo orgânico.

A associação entre a agroecologia ser camponesa e produzir alimentos saudáveis é muito comum no MMC. Da mesma forma que a alimentação perdeu sua qualidade com a diminuição do cultivo de muitas espécies, também os remédios alopáticos invadiram esse espaço para tratar de problemas como ansiedade, estresse, depressão, doenças da vida moderna. Aquela idealização de um rural sem conflitos e harmônico já ficou para trás há muito tempo na região. E tanto a diminuição do número de filhos, como a resistência de grande parte deles em permanecer nas propriedades, trouxe um ritmo de vida mais agitado, porque não

6 Entrevistada pelas autoras no XX Encontro Estadual do MMC, de 21 a 23 agosto de 2010.

somente as mulheres, mas os homens abriram mão de parte de seu lazer e do cultivo de muitos alimentos para suprir a falta de mão de obra.

As mulheres falam com orgulho das plantas medicinais e da importância que tem para elas, como camponesas, resgatar as tradições antigas que foram se perdendo com a modernização da agricultura. No caso tanto de plantas medicinais como de outras plantas utilizadas como alimentos, muitas variedades se perderam com a introdução e o uso contínuo dos agrotóxicos nas propriedades.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 1992.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. Tese (Doutorado em em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIAPPE, Marta. Estudio de caso sobre la cadena productiva de maíz. In: MELLO, Ruth de; RODRÍGUEZ, Graciela (Orgs.). **Estudios de casos que destacan la dinámica de género en torno a la agricultura, el comercio y la soberanía alimentaria**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2006.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

LEÓN, Irene. Mulher, vida e semente. In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____; SENRA, Lidia. Las mujeres gestoras de la soberanía alimentaria. In: SENRA, Lidia et al. **Las mujeres alimentan al mundo**: soberanía alimentaria en defensa de la vida y del planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2010.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

MALUF, Renato S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. 2000. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em: jul. 2011.

MENASCHE, Renata; WAGNER, Saionara Araújo; MARQUES, Flávia Charão. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. **História**. 2009. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: jul. 2011.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SHIVA, Vandana. **Cosecha robada**. El secuestro del suministro mundial de alimentos. Barcelona: Paidós, 2003.

VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo**. 2011. (Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina). Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em: 20 set. 2011.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

Marinês Rosa Palavicini Sotili¹

Leonel Piovezana²

Resumo

“Práticas pedagógicas do Movimento de Mulheres Camponesas” é um estudo que tem por objetivo identificar as experiências desenvolvidas que vêm contribuindo para os processos educacionais da formação integral e cidadã das pessoas militantes do movimento, bem como de professores das redes de ensino. Trata-se de uma pesquisa empírica, embasada em relatos de experiências, coletados durante eventos e através de observação participante. Apresentamos um histórico do movimento das mulheres camponesas e as contribuições pedagógicas para a educação. O trabalho do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) reflete a educação popular, proposta por Paulo Freire. Os resultados demonstram que o campo é um laboratório de possibilidades e espaços a serem trabalhados, investigados, pesquisados, possibilitando a descoberta de um mundo novo, que há séculos espera o reinventar dos sujeitos. Concluímos que a educação popular contribui para formação e libertação dos sujeitos. O MMC busca a valorização da diversidade cultural presente nos espaços educacionais, com outras pedagogias possíveis, que inclua todas as culturas e respeite todos os sujeitos.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Educação popular. Práticas pedagógicas.

1 Introdução

Em 2016, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) completou mais de três décadas de existência. Durante esse período, o movimento desenvolveu práticas pedagógicas que contribuem nos processos de ensino-aprendizagem para a Educação Básica. Esta pesquisa³ vem sendo realizada no MMC da região oeste catarinense. Tem como objetivos identificar e registrar as práticas pedagógicas do MMC; resgatar experiências da pesquisadora desenvolvidas na escola em articulação com o MMC; e verificar se as práticas pedagógicas do movimento são apropriadas para a Educação Básica, quais as finalidades e resultados.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Integrante do MMC de Chapecó (SC). *E-mail:* <marines.s@unochapeco.edu.br>.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e colaborador do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. *E-mail:* <leonel@unochapecó.edu.br>.

3 Este texto é parte de pesquisa em andamento vinculada ao mestrado em Educação da Unochapecó, no período de 2015 a 2017.

Justificamos a importância e relevância social desta pesquisa pelo contexto regional estudado, palco de movimentos sociais e berço do MMC, que vem desenvolvendo atividades relacionadas à luta de classe e para empoderamento coletivo de mulheres, tendo como referência e apelos constantes aos processos pedagógicos educacionais como meios de sobrevivências e de afirmação do Movimento.

A motivação dos pesquisadores em estudar as práticas, desenvolvidas pelo MMC de Santa Catarina, e o percurso em que as mulheres trilham na busca e produção do conhecimento são de fundamental importância para a educação, pois acreditamos que estas servem de fontes e referenciais para os processos de formação integral.

Compreendemos que práticas pedagógicas são formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem, e Gadotti (2000, p. 9) afirma que “[...] nesse contexto, o educador é um mediador do conhecimento, [...] sujeito da sua própria formação.” Sendo assim, o professor desenvolve seu papel de transformar conhecimentos comuns em conhecimentos elaborados. Neste contexto que percebemos o MMC em relação às práticas desenvolvidas pelas mulheres camponesas, elas são sujeitos de sua formação, reelaborando e registrando saberes adquiridos ao longo de suas vidas, num processo de ensino-aprendizagem.

Os documentos internos do MMC explicitam os significados que adquire a concepção de processo pedagógico e educativo para/no movimento (MMC/SC, 2010):

Educar é centralmente despertar a verdade mais profunda que existe em nós, e nos fazer ainda mais capaz [*sic*] de desempenhar nossas tarefas e funções, na vida social no universo como um todo. Ela vai sendo criada e recriada, construída, elaborada e reelaborada [*sic*] permanentemente entre as pessoas e grupos que vão ensinando e aprendendo, [*sic*] o sentido das palavras, códigos sociais, regras de trabalho, da tecnologia, dos segredos, da arte, da religião. (GASPARETO; COLLET, 2013, p. 19).

Nesse contexto levamos em consideração experiências de mulheres camponesas e a educação, onde desenvolvemos processos de ensino-aprendizagem pensados pelas mulheres camponesas em escolas do campo. Ao dialogar com militantes, dirigentes, professores, orientadores e outros, na busca de valorizar o conhecimento e a prática que adquirimos como militantes e educadores, desafiaram-nos a registrar as práticas apresentadas que podem se estabelecer relações entre o MMC e a Educação. Outro fator relevante é o desafio de relatar experiências aplicadas como práticas pedagógicas desenvolvidas na educação formal, nos anos iniciais do ensino fundamental, valorizando a diversidade cultural na escola e visando à superação das práticas educacionais homogeneizantes (ARROYO, 2014).

Pesquisaremos também em documentos escritos sobre o MMC, como dissertações, informativos, cartilhas, livros, relatórios, artigos e outros que registram a história da luta e organização, de como as mulheres constroem o conhecimento, sua filosofia quanto gênero e classe, a metodologia de trabalho, a fenomenologia (valores), e as pedagogias desenvolvidas ao longo de sua história. A pesquisa documental que segundo Pádua (1997, p. 620):

É aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Para Minayo (2012, p. 201), a pesquisa de campo pode ser entendida como qualitativa, podemos fazer os recortes teóricos correspondentes ao objeto de investigação, nessa pesquisa de campo abrange o MMC de Santa Catarina. Via abordagem temática de Freire (2014), que tem como ponto de partida a realidade das camponesas. Para conhecer a realidade e suas condições é necessário investigá-la. Numa dinâmica de ação, reflexão e ação.

O pesquisador também é sujeito, ao relatar sua experiência.

Neste intuito os sujeitos lançam suas bases pedagógicas e epistemológicas numa visão de mundo, isto é, elaboramos, de maneira implícita ou oculta, uma epistemologia, uma gnosiologia e expressamos uma ontologia humana, que tem a finalidade de oferecer um apoio à formação crítica dos pedagogos. (VENDRAMINI; MACHADO, 2011, p. 25).

Freire ([s.d.] apud MUNARIN et al., 2011) lança as bases da epistemologia para a educação do campo, quando nos reconhecemos no mundo no encontro com o outro, renascemos não como objeto, mas como sujeito da própria história. Assim, as mulheres camponesas, desde o momento em que se reconhecem sujeitas de suas vidas, buscam construir sua própria história numa diversidade sociocultural.

Para Gamboa (2013, p. 65), as respostas nos dão um caminho epistemológico derivado dos questionamentos e das perguntas, permitindo “aprimorar os caminhos do conhecimento”.

Conforme Gadotti (1992), o método dialético busca estudar determinada realidade objetiva, analisando e problematizando, metodicamente, os aspectos e elementos contraditórios dessa realidade. Assim, podemos relacionar as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito educacional com as práticas desenvolvidas pelas camponesas no Movimento.

O método materialismo histórico dialético dialoga com o sujeito em relação ao objeto, querem apreender e são apreendidos nesta relação de observação. “Neste sentido entra a sensibilidade atenta do pesquisador, que interpreta os sinais, os registros e as informações.” (GAMBOA, 2013, p. 58). O materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta transformação social. A dialética é a estratégia de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade na relação teoria e prática, para além do científico, político-pedagógico.

Para Souza (2011 apud MUNARIN et al., 2011, p. 83), é preciso identificar as categorias, que estão sendo construídas na prática social coletiva. São categorias fluentes no Movimento: classe e gênero, entre outras, a que Freire (2014) vincula ao princípio da emancipação humana e social, as categorias construídas na prática social coletiva: emancipação, práxis, trabalho, autonomia, coletividade, autogestão, formação, movimento social e participação. As dimensões são política, coletiva, sociocultural e pedagógica. As categorias relevantes

que se apresentam nessa pesquisa são: movimentos sociais, educação popular, luta de classe, gênero, práticas pedagógicas e educação.

A seguir apresentamos um breve histórico do MMC e sua relação com a educação popular pelo fato de partirem da realidade das camponesas. Elencando temos geradores que é o que gera a dor e coletivamente buscam soluções e o que o MMC produziu de saberes e conhecimentos que poderão contribuir com a educação, principalmente nos processos de formação de profissionais de educação e que a pesquisadora italiana Mariateresa Muraca (2015) afirma serem práticas pedagógicas do MMC e as considerações finais apontando um diálogo possível entre MMC e educação.

2 O MMC e a Educação Popular

Para Cinelli (2012, p. 87), “[...] a década de 1970 é marcada, na agricultura brasileira, por mudanças profundas no modo de vida camponesa [...]”, consequências da “Revolução Verde”. “As mulheres do campo não tinham profissão reconhecida, direito que foi conquistado com luta e pressão, garantindo na Constituição Federal de 1988.” (CINELLI, 2012, p. 87). As mulheres são excluídas em espaços da família, instituições quanto às decisões centradas nos homens. As mulheres estão incluídas nos trabalhos domésticos, em muitos casos, excluídas das decisões e gerenciamento da renda familiar, que está no comando dos maridos e cargos diretivos em várias instituições. São conteúdos que precisam ser trabalhados nas escolas, instituições educativas com outro viés, em relação à mulher.

No Brasil e América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, destacam-se pelas lutas em oposição aos regimes militares, com bases cristãs, orientados pela teologia da libertação (PAIM; GASPARETTO, 2007). A partir de 1990 surgiram os fóruns sociais nacionais populares de luta pela moradia, reforma urbana. Estes elencavam os problemas sociais apontavam soluções, em parcerias com a sociedade civil organizada, exigiam os direitos fundamentais: moradia, renda mínima, ética na política, contra as privatizações das estatais, sistema previdenciário, luta pela terra e educação (GOHN; BRINGEL, 2014, p. 71). Os movimentos sociais se caracterizam por ter identidade, projeto de vida, almejam uma sociedade democrática, sustentável, lutam pela inclusão e diversidade cultural.

Bringel e Domingues (2012 apud GOHN; BRINGEL, 2014, p. 71) “[...] assinalam a importância de reinventar a teoria crítica em tempos de movimentos sociais globais.” É uma rearticulação entre teoria crítica e a teoria dos movimentos sociais, que podem avançar para os debates contemporâneos. Neste cenário, encontram-se manifestações de resistência que se buscava a superação deste quadro, pensando a educação com e para sujeitos, numa perspectiva de mudança de paradigma.

O que mais o preocupava nos últimos anos era o avanço de uma globalização capitalista neoliberal. Por que Paulo Freire atacava tanto o pensamento e a prática neoliberal? Porque o neoliberalismo é visceralmente contrário ao núcleo central do pensamento de Paulo Freire que é a utopia. Enquanto o pensamento freireano é utópico, o pensamento neoliberal abomina

o sonho. Para Paulo Freire o futuro é possibilidade. Para o neoliberalismo o futuro é uma fatalidade. (GADOTTI, 1997, p. 7).

O sistema neoliberal age como se a globalização fosse uma realidade definitiva e não uma categoria histórica, que, para Marx (1982), a partir do século XX aumenta as formas de dominação políticas e econômicas e o Estado passa a ser gestor/controlador e não promotor de bens e serviços, a exploração do capital sobre o trabalho. Para Gadotti (1997), são desafios em tempos de globalização capitalista neoliberal.

Ao longo da história as mulheres camponesas vêm sofrendo com a tripla jornada de trabalho, sem serem reconhecidas e realizando trabalhos pesados e, ainda, consideradas frágeis e incapazes. Por exemplo, o relato da infância da mulher camponesa:

Nós mulheres agricultoras, somos muito oprimidas. Se fossemos recordar nossa infância (eu, por exemplo, me lembro que não tinha tempo para brincar), muitas vezes mal alimentada e sem atenção dos pais. Nós temos dificuldades em perceber que, enquanto trabalhamos, cozinhamos, cuidamos dos filhos, vamos pra roça, cuidamos da bicharada, aguentamos situações pesadas sem reclamar, estamos sustentando sistemas de opressão diferenciados. (MMA/SC, [s.d.], p. 12).

Este relato expressa o papel dado aos trabalhadores pelo sistema capitalista e especialmente para as mulheres, e neste caso para as mulheres do campo. No sistema patriarcal, conforme Saffioti (2015), o controle sobre a mulher era exercido pelo pai, depois o marido. É neste meio que as mulheres vão se reconhecendo e se organizando enquanto um movimento.

Para Vieira (2011 apud GOHN; BRINGEL, 2014, p. 191), “[...] a globalização é o fortalecimento do poder de dominação do capital por meio de diferentes mecanismos.” Mészáros (2005) afirma a urgência de planejar o rompimento do sistema educativo com os interesses dominantes. E contrapondo-se a esse poder surge o movimento antiglobalização, denominado de Via Campesina, articulação internacional dos camponeses, criada nos anos de 1990, que nas últimas duas décadas assumiu uma série de campanhas e protestos globais (GOHN; BRINGEL, 2014).

A partir de 1990 surgiram também os fóruns sociais nacionais populares de luta pela moradia e reforma urbana. Para Gohn (2011), elencavam os problemas sociais e apontavam soluções, em parcerias com a sociedade civil organizada, exigiam os direitos fundamentais como: moradia, renda mínima, ética na política, contra as privatizações das estatais, sistema previdenciário, luta pela terra, educação etc.

As mulheres sempre lutaram em busca de uma sociedade justa e democrática, o oeste catarinense, é marcada pelo surgimento de vários movimentos sociais, lembramos à Guerra do Contestado (1912 a 1916) em Santa Catarina, a luta dos caboclos e negros e imigrantes quando passa pelo oeste catarinense, liderada pelo monge José Maria e que teve a participação de mulheres como Maria Rosa, Chica Pelega, Anita Garibaldi, entre outras.

As mulheres indígenas estão presentes nas lutas por direitos fundamentais, sendo que, para Piovezana (2010), os movimentos sociais populares lutaram pela preservação da terra e da vida de seus parentes. Enfatiza que bastaram apenas quarenta anos para que os brancos de origem europeia devastassem a região oeste e seu ecossistema que por milhares de anos foi ocupado e habitado por pessoas originárias, então denominadas, simplesmente, de indígenas. Esses buscam o direito a educação, a demarcação de suas terras e lutam também no Movimento de mulheres indígenas camponesas.

Neste contexto surge no Nordeste brasileiro o movimento pela alfabetização, com o método Paulo Freire. Um Movimento que inicia no final da década de 1950 se mantém ainda hoje na educação de jovens e adultos, nos movimentos sociais populares urbanos e rurais. Cria-se o MOBREAL, para suprir a alfabetização e preparar a mão de obra.

O método de Paulo Freire é, fundamentalmente de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimidade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. [...] Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. É 'a educação como prática de liberdade'. (FREIRE, 2014, p. 24-25).

Para Freire, o método precisa ser dialógico e político, se desloca da opção da linguagem para opção política, cria consciência de si e do mundo. Para entendermos o método freireano precisamos ter consciência de mundo da cultura e de sociedade de classes. A consciência é produzida e a educação também.

E em 1983 iniciou o MMC na comunidade de Nova Itaberaba, Chapecó (SC), e continuam se organizando, estudando e lutando coletivamente com ações solidárias e conscientes.

A experiência histórica da educação popular de Paulo Freire, principalmente no que diz respeito a aspectos relacionados aos pressupostos metodológicos, também foram incorporados e assumidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina desde a origem de sua criação. (GASPARETO; COLLET, 2013, p. 19).

As mulheres camponesas partem da dialogicidade e vão construindo seus referenciais de aprendizado, lutas e conquistas, sendo que, para Freire⁴, em 1991, a linguagem é uma ação importante para a busca do conhecimento e construção revolucionária da sociedade enfatizando que precisamos democratizar o saber:

4 Este texto é uma fala feita por Paulo Freire aos sem-terras no Assentamento Conquista da Fronteira, em Bagé, Rio Grande do Sul, em 25 de maio de 1991, no lançamento do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos dos Assentamentos do MST e retirado do livro *Um educador do povo* (FREIRE, 2001).

O primeiro é o saber que a gente chama de saber prático sem o qual a gente não realiza as coisas. O outro saber é o saber que a gente chama de saber teórico sem o qual também se pode. O povo tem direito de saber a teoria da prática do povo. Quer dizer: a prática do povo é absolutamente fundamental, mas a prática não é a teoria dela mesma. É preciso que o povo domine por que tem esse direito, domine a prática, ou a teoria da prática ou o saber teórico. Por que só os intelectuais têm esse direito? [...] quando o povo também é intelectual? (FREIRE, 2001, p. 23-24).

As mulheres camponesas, organizadas no Movimento, buscam construir relações dialógicas de troca de experiências, de pesquisas, de produções alternativas de subsistência, que, para Paulo Freire (2001), a linguagem é uma ação importante para a busca do conhecimento que vai forjando novas pedagogias e novos conhecimentos.

Os movimentos de resistência a toda forma de subalternidade até pedagógica não se limitam a criticar e desestabilizar as bases da pedagogia hegemônica, mas constroem e afirmam Outras Pedagogias. Um processo que se prolonga nos atuais movimentos sociais, nos dias de estudo, nos temas geradores, nas oficinas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais e de tantos centros e escolas de formação. Processos densos de construção de reflexões, saberes, leituras de mundo e de si mesmos. De comunidade, de uma longa história de construção de Outras Pedagogias. (ARROYO, 2014, p. 30-31).

Arroyo (2014) escreve que o processo formativo dos movimentos sociais e populares, no nosso caso do MMC, provoca as mulheres a pensarem as relações que constroem, seja na família, seja na comunidade ou na sociedade. Assim, as mulheres camponesas organizadas no movimento produzem coletivamente sua história que se mistura com lutas, conhecimentos, aprendizagens e ressignificações de conceitos e práticas. É a percepção, a leitura que vai fazer perceber e reinventar o conjunto de ações, reflexões, pensamentos e apontar caminhos para aquilo que é necessário. Dito como verdade histórica pela burguesia que de um lado tinha a caneta e do outro lado a enxada separando os dois saberes, esses dois saberes precisam complementar-se (FREIRE, 2001, p. 22).

Freire (2014), em sua obra *Pedagogia do oprimido*, lembra da história de desumanização que passa a classe trabalhadora, as pedagogias alienantes das escolas, aponta para pedagogia da libertação, que está nos sujeitos engajados nos coletivos sociais. Entendemos que buscam democratizar os espaços educativos e compreendem que: “Todas as pedagogias fazem parte dessas relações políticas conflitivas de dominação/reação/libertação. Os movimentos sociais se afirmam atores nessa tensa história pedagógica.” (ARROYO, 2014, p. 29).

Uma educação crítica embasada nas teorias críticas (APPLE, 2011) clareia a prática, provoca os trabalhadores e trabalhadoras, como ensina Freire (2014), a entenderem o contexto em que vivem, reconhecerem-se como sujeitos de direitos e indignar-se com injustiças sociais. Conforme Arroyo (2014, p. 87), “[...] essas pedagogias da vida produtiva, trazem para as teorias pedagógicas dimensões enriquecedoras.”

O MMC é uma organização que visa construir perspectivas emancipatórias na vida das mulheres camponesas. Ao contextualizar as condições vividas por muitas mulheres camponesas na história do Brasil, nos deparamos com diferentes situações de violência. O movimento faz o estudo sobre a resistência indígena contra a colonização portuguesa; a resistência e a luta de mulheres e homens negros, de todas as idades, contra a escravidão; e da mesma forma sobre a resistência das mulheres imigrantes, embora 'livres', que foram destinadas às múltiplas jornadas de trabalho – de modo geral, trabalhadores e trabalhadoras excluídos/as de seus direitos. Este processo vai possibilitando às integrantes do movimento uma analogia com sua própria realidade. É nessa perspectiva que a educação popular vai sendo compreendida pelas mulheres do movimento; sinaliza, marca as resistências populares ao longo dos tempos. (PALUDO, 2001 apud GASPARETO; COLLET, 2013, p. 18).

O processo formativo dos movimentos sociais e populares, no nosso caso do MMC, provoca as mulheres a pensarem as relações que constroem seja na família, comunidade ou sociedade. Entende-se que é na relação com o outro que aprendemos (FREIRE, 2014). Assim, as mulheres camponesas organizadas produzem coletivamente sua história, que se mistura com lutas, conhecimento, aprendizagem e ressignificações de conceitos e práticas.

Essa libertação se processa na medida em que a classe trabalhadora se fortalece, tanto na organização, quanto na formação de quadros para a luta, a educação popular assumida pelo Movimento tem a contribuição específica de articular teoria e prática, processos formativos e organizativos numa concepção que potencializa a luta dos trabalhadores e esclarecendo os processos históricos. A educação fechada não serve para a prática da liberdade (FREIRE, 2014, p. 23).

Entendemos que o MMC tem se preocupado com o processo de formação integral das mulheres enquanto instrumento de intervenção consciente no contexto histórico, por entender que o conhecimento engloba a totalidade da experiência humana que se faz necessária para construir a libertação, sendo sujeito de sua história, valorizando-se enquanto mulher para enfrentar sistemas de opressões, como da agricultura com bases no agronegócio, que visa o lucro e exploração do campo.

Outro aspecto que diz respeito é o debate de gênero que perpassa o processo formativo no MMC. Em tempos em que presenciamos o avanço do neoconservadorismo, exige dos educadores(as) uma responsabilidade maior de repensar e reconstruir conceitos, sem moralismo, com ética e responsabilidade científica.

Nas falas e tomadas de decisões, registradas em encontros do MMC, contrapondo-se ao sistema capitalista e patriarcal que trouxeram a agricultura química junto ao agronegócio, o movimento das mulheres camponesas vem construindo um projeto de agricultura camponesa que segue os princípios da agroecologia⁵, com práticas pedagógicas e ações voltadas à produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos⁶, o resgate e a troca de

5 É um sistema familiar de produção de alimentos com base orgânica sem o uso de químicos e agrotóxicos.

6 É um conjunto de conhecimentos com princípios ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, produzindo sem uso de químicos agrotóxicos, com adubação orgânica (decomposição de vegetais e dejetos de animais) e adubação verde. Uso de sementes crioulas, plantas nativas propícias para a região. Preservação de nascentes e rios, mantendo o equilíbrio da natureza, entre outros (CALDART, 2012).

sementes crioulas, o cultivo de plantas medicinais, bem como, valorização das culturas milenar, seus povos, crenças e costumes. O cuidado com a saúde da mulher, sendo a prevenção o melhor remédio e conhecendo seus direitos, para intervir junto aos órgãos públicos, melhorando e fortalecendo as ações do próprio Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a seguridade social e o direito de ser mulher.

Podemos dizer que o MMC busca parcerias com pesquisadoras(es), educadoras(es), lutadoras(es) e camponesas(es), no amplo debate, para juntas(os), construir alternativas de emancipação das mulheres. Entendemos que o MMC promove um processo de construção do conhecimento e contribui para a educação formal repensada e qualificada em suas práticas no viés da possibilidade de inclusão e valorização da diversidade cultural. Identificamos isso quando participamos, lemos e conhecemos mais sobre o movimento, nos potencializamos para repensar ações e qualificar as práticas educacionais.

3 Contribuições pedagógicas

Acreditamos que o MMC tem muito a contribuir nas questões de gênero feminista, classe trabalhadora, agricultura agroecológica, luta, direitos sociais e previdenciários, saúde da mulher e outros para a educação formal. As mulheres camponesas, vinculadas ao movimento e organizadas, podem garantir e assegurar direitos fundamentais, pois, segundo Gaspareto (2014), os direitos das mulheres são direitos humanos. É uma luta de gênero e classe, quando defendem sua posição de mulher e exigem espaço de participação e reconhecimento do trabalho e de respeito quanto a espaços de participação política e administrativa na família, comunidade, município, sociedade, no lar e espaços públicos, a exemplo de câmaras de vereadores e congresso nacional. Percebe-se que a inclusão das mulheres não acontece naturalmente, é fruto de muitos debates, leituras, persistência e que organizadas vão se incluindo e diminuindo o poder patriarcal centrado no homem e a opressão sentida pelas mulheres.

Segundo Bachelard (1989, p. 189), os projetos de pesquisa deverão atender a lógica que sustenta a produção do conhecimento, no nosso caso emergem das experiências desenvolvidas pelo movimento, que deverão estar a serviço da sociedade através da educação. Como educadores percebemos a importância desses saberes para com a educação. Esses saberes são pedagogias construídas no movimento, na medida em que o próprio movimento se constitui numa prática pedagógica. Daí a importância em aprofundar as práticas pedagógicas desenvolvidas no MMC e perceber como estas podem contribuir para a educação formal. Outro aspecto importante é dar visibilidade a ação formativa do MMC que devido à cultura patriarcal não é reconhecida socialmente.

4 Considerações finais

Podemos problematizar que no Brasil a educação nasce para poucos, para os trabalhadores do campo, entendiam que não era necessário o estudo. Na década de 1930, 1940 e 1950, os imigrantes exigiram do governo escolas para seus filhos. As escolas eram multisseriadas, conteúdos descontextualizados, com desprezo da elite em relação ao campo. Quando se pensou a educação do campo, foi para preparar a mão de obra barata para a

indústria. É uma forma de violência do opressor sobre o oprimido (FREIRE, 2014, p. 40, 62). Pensávamos que quanto mais industrializado o País, melhor ficaria a educação, hoje percebemos que a industrialização produz mais exploração e não libertação.

Na década de 1980 e 1990, surgem os movimentos da educação do campo, sem interesse do governo e nem dos professores cheios de preconceitos com o método tecnicista, só fazer sem pensar por que fazer. Mais tarde, a educação do campo veio impulsionada pelos pais e trabalhadores da educação, mas nunca oportunizaram os pais a pensar a educação de seus filhos ou o seu meio. Os sujeitos do campo têm o direito de construir uma educação, onde possam pensar o currículo e os conteúdos do campo, com horário diferenciado, calendário próprio, com método popular e libertador. O MMC percebe que a educação bancária ou fechada não serve para a construção da autonomia dos camponeses, e as mulheres descobrem que precisam sentir, pensar e agir para outra educação e encontram bases na educação popular.

Para Freire (2014), a educação popular é a garantia da construção da cidadania das classes populares, que requer o desenvolvimento das habilidades e convicções como: autonomia intelectual, consciência histórica, sensibilidade social, solidariedade de classe, liderança, ação coletiva e senso crítico. O desenvolvimento das habilidades instiga a capacidade de formar opiniões com fundamentação científica investigativa, tornado, assim, um sujeito histórico, com capacidade de compreender o grupo ao qual pertence e os fatores responsáveis pela sua atual condição de vida. Esse processo leva os trabalhadores e trabalhadoras a reconhecerem-se como sujeitos de direitos e indignar-se com injustiças sociais.

Por muitos anos, a educação do campo ficou atrelada às ideias neoliberais, desenvolvidas por pessoas que não conheciam o trabalho, a vida do campo e a relação entre educação e camponeses. O método de Freire possibilita as pessoas produzirem o conhecimento. Na relação com o outro, se produz autonomia, cria-se postura e constroem-se sujeitos da própria história. Os movimentos sociais vão forjando sua história, na década de 1980 e 1990, surge os movimentos da educação do campo, sem interesse do governo e nem dos professores cheios de preconceitos com o método tecnicista, só fazer sem pensar por que fazer. Mais tarde a educação do campo veio impulsionada pelos pais e trabalhadores da educação, mas o sistema opressor capitalista trouxe a educação bancária, e os movimentos sociais lutam pela cultura popular e confrontam-se com a cultura opressora.

As mulheres camponesas, ao guardarem as sementes crioulas, estão produzindo o conhecimento, que é um enfrentamento ao sistema capitalista opressor as classes pobres e excluídas. Ação das mulheres em guardar as sementes é uma ação revolucionária, que é para a vida e não para o lucro. Dussel (2002, p. 93) explica que a ação de guardar a semente é contrapor-se ao sistema vigente que visa o lucro acima da vida.

A educação popular se dá a partir das características culturais, econômicas, políticas e sociais de cada país, de cada povo, tendo a concepção metodológica dialética, a qual contribui com a classe trabalhadora no esforço de sua libertação. Para Freire (2014, p. 41), essa libertação se processa na medida em que a classe trabalhadora se fortalece, tanto na organização, quanto na formação de quadros para a luta. É aqui que a educação popular tem a contribuição específica de articular teoria e prática, processos formativos e organizativos, numa concepção que potencializa a luta dos trabalhadores e esclarecendo os processos históricos.

Entendemos, a partir desses estudos, que a acolhida, o diálogo, o respeito, a postura, a autonomia, são princípios percebidos no MMC, trazem suas dores, dialogam sobre problemas em comum, buscam soluções coletivas compreendendo-se como sujeitos. Esse processo leva os trabalhadores e trabalhadoras reconhecer-se como sujeitos de direitos e indignar-se com injustiças sociais, agindo coletivamente com ações solidárias e conscientes.

Aprendemos, enquanto protagonistas, no MMC que a visão de educação parte do compromisso com os sujeitos. Lutam pelo direito à educação e à aprendizagem, isso exige a luta por uma sociedade justa, humana e igualitária. As mulheres camponesas foram historicamente excluídas do processo de educação e quem teve acesso recebeu uma educação elitizada com base na urbana. É na consciência desta luta que nasce o anseio por novas pedagogias, que tem como meta o conhecimento da realidade, visando à construção de um mundo no qual todos possam realizar a sua humanidade.

Outra prática presente entre as mulheres é a luta. As mulheres camponesas iniciaram suas lutas no oeste catarinense, expandiram para o estado de Santa Catarina e hoje em todo o País. O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, foi sendo caracterizado como o dia de luta e resistência das camponesas. Numa luta pelos direitos trabalhistas, reconhecimento da profissão, direito a saúde, sindicalização da mulher, participação na política, e compreendendo como classe trabalhadora de gênero e feminista que luta pelo direito de produzir alimentos saudáveis e garantir uma agricultura agroecológica e camponesa, entre outros.

O próprio movimento se constitui numa prática pedagógica, pois percebe-se, nas observações e leituras, que o trabalho construído pelas mulheres camponesas vem ao encontro da educação popular, por visar conhecer a realidade, investigá-la e refletir sobre ela. Arroyo (2014) e Freire (2014) falam das pedagogias dos coletivos sociais: Pedagogias da produção do viver, Pedagogias de desenraizamento e desterritorialização, Pedagogias de resistência à dominação, Pedagogia de libertação/emancipação, Pedagogias da terra e Pedagogia do oprimido são pedagogias trazidas pelos coletivos sociais populares e quais contribuições podemos reescrever aos movimentos sociais e a educação?

O diálogo se faz necessário para compartilharmos nossos saberes e experiências, refletindo, atuamos, libertamos e lutamos juntos por uma educação ampla e de qualidade. Para Freire (2014, p. 167): “Os sujeitos dialógicos se voltam sobre a realidade mediatizadora que, problematizada, os desafia. A resposta aos desafios da realidade problematizada é já a ação dos sujeitos dialógicos sobre ela para transformá-la.”

Esses diálogos aproximam educação à realidade e juntos ao MMC podem aprender a construir práticas pedagógicas diversificadas e apropriadas para a educação. São conteúdos necessários e significativos que precisam ser utilizados nas formações educacionais.

As mulheres camponesas e os movimentos sociais populares vêm pensando a educação para o campo e com o campo e cidade a partir de práticas pedagógicas e estas vão sendo incorporadas nos processos educativos da educação básica, também presentes em escolas da cidade.

Referências

APPLE, Michael W. **Educação Crítica: análise internacional**. Tradução de Vinícius Figueira; Revisão técnica: Luís Armando Gandin. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. Barcelona: Anagrama, 1989.

CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CINELLI, Catiane. **Programas de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

DUSSEL, E. **Ética da Libertação: na Idade da Globalização e da Exclusão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Um educador do povo**. Organização de Roseli Salette Caldart e Edegar Jorge Kolling. 2. ed. Veranópolis: Peres, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1992.

_____. Lições de Freire. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551997000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GAMBOA, Silvio S. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**. Chapecó: Argos, 2013.

GASPARETO, Sirlei A. K. Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina (1992-2004): os direitos das mulheres são direitos humanos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA E DESENVOLVIMENTO, 2.; CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS, 2.; COLÓQUIO CATARINENSE DE ENSINO RELIGIOSO, 5., 2014, Chapecó. **Anais...** Chapecó, 14 a 16 maio 2014. Disponível em: <http://www.isthmus.com.br/argos/anais_sicdes_2014.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina em busca de uma pedagogia camponesa e feminista. **Revista Grifos**, n. 34, 2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=GASPARETO.+Sirlei+A.+K%2C+COLLET.+Zenaide.+Movimento+de+Mulheres+Camponesas+em+Santa+Catarina+em+busca+de+uma+pedagogia+camponesa+e+feminista.+Sirlei+A.+K.+Gasparetto.+Zenaide+Collet+REVISTA+GRIFOS>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Difel, 1982. v. I.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Biotempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. **Gênero e Classe**. Chapecó, [s.d.]. Cartilha.

_____. **Mergulho na história das mulheres**. Chapecó, abr. 1997. Cartilha.

_____. **Temas para o 1º Congresso do MMA**. Ago. 1994. Apostila.

MMC/SC – Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. **Informativo do MMC/SC**, ano 15, maio/jun. 2008. Disponível em: <www.mmcbrazil.com.br>. Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. **Informativo do MMC/SC**, ano 17, jan./fev. 2010.

MUNARIN, Antonio et al. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

MURACA, Mariateresa. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: uma etnografia colaborativa**. 2015. 474 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologias da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Cadernos do CEOM: Lutas pela Terra**, Chapecó, n. 27, 2007.

PIOVEZANA, Leonel. **Território Kaingang na mesorregião fronteira do Mercosul: territorialidades em confronto**. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (Orgs.). **Escola e Movimento Social: a experiência em curso no campo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE DOM JOSÉ GOMES

Tiago Arcego da Silva¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo contextualizar e perceber alguns traços e características da representação política do bispo Dom José Gomes, na diocese de Chapecó, oeste de Santa Catarina, entre os anos de 1968 a 2002. Determinamos o recorte da região, bem como sua contextualização, que vai ser o palco da atuação do bispo diante do novo cenário da Igreja Católica latino-americana, com advento da Teologia da Libertação e o discurso da opção pelos pobres. Com essa conjuntura, a Igreja local também se reorganiza, o que gera diferentes conflitos e enfrentamentos. O bispo, como figura de referência da instituição, aparece em muitas citações, seja de apoiadores, seja de pessoas e organizações contrárias a sua postura, desta maneira, sua consolidação de liderança se dá também em nível nacional, quando vai ser presidente das duas principais organizações de luta pela terra, ligadas à Igreja e à Teologia da Libertação, o Conselho Indigenista Missionário e Comissão Pastoral da Terra.

Palavras-chave: Dom José Gomes. Região. Oeste catarinense. Diocese de Chapecó.

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo contextualizar e perceber alguns traços e características da representação política do bispo Dom José Gomes, na diocese de Chapecó, oeste de Santa Catarina, entre os anos de 1968 a 2002. Determinamos o recorte da região, bem como sua contextualização, que vai ser o palco da atuação do bispo diante do novo cenário da Igreja Católica latino-americana, com advento da Teologia da Libertação e o discurso da opção pelos pobres. Com essa conjuntura, a Igreja local também se reorganiza, o que gera diferentes conflitos e enfrentamentos. O bispo, como figura de referência da instituição, aparece em muitas citações, seja de apoiadores, seja de pessoas e organizações contrárias a sua postura, desta maneira sua consolidação de liderança se dá também em nível nacional, quando vai ser presidente das duas principais organizações de luta pela terra, ligadas à Igreja e à Teologia da Libertação, o Conselho Indigenista Missionário e Comissão Pastoral da Terra.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade de Passo Fundo, sob a orientação do professor PhD João Carlos Tedesco. *E-mail:* <tiago_xxe@hotmail.com>.

2 Representação política

Para o sociólogo francês Michel Maffesoli (2005, p. 14), “[...] o indivíduo não é mais uma entidade estável provida de identidade intangível e capaz de fazer sua própria história, antes de se associar com outros indivíduos, autônomos, para fazer a História do mundo.” Desta maneira, torna-se impossível a criação de heróis autossuficientes, desligados de suas “tribos”, como o próprio autor indica, cidades, regiões etc. As especificidades de cada localidade são determinantes para a compreensão do indivíduo, porém, o campo de visão de suas determinações deve ser ampliado, fugindo da “[...] ordem das pequenas histórias locais, dos acontecimentos, do que acontece, de maneira mais ou menos efervescente.” (MAFFESOLI, 2005, p. 15).

Já Pierre Bourdieu (2002), por sua vez, indica no capítulo 7 do livro *O poder simbólico* que o campo político é o lugar das relações de poder, da luta de forças pela transformação dessas relações, em que os fatores internos e externos influenciam nas diretrizes e rumos desses cenários. O autor utiliza o conceito de “campo” para delimitar diferentes relações de poder onde ocorrem regras específicas para o jogo e onde se estruturam diferentes posições.

Assim, para se perceber a representação política de uma personalidade, deve-se ir para além dela mesma, ou seja, perceber toda uma série de condicionantes internos e externos que possibilitaram seu protagonismo, através dos vínculos que estabeleceu. Diante disso, a partir da presença do bispo Dom José Gomes na diocese de Chapecó, entre os anos de 1968 e 2002, procuramos percebê-lo em diferentes campos de atuação, pelo capital acumulado que sua figura representa, nos baseando na perspectiva de “representação política”, que, para Bourdieu (2002), se desenhava de maneira mais expressiva no campo político com todas as suas ramificações. Para a elucidação desta presença utilizaremos um recorte regional, tendo em vista suas conexões com contextos mais amplos, buscando perceber as relações de poder e as forças que suas posturas provocavam e desencadeavam.

A partir da especificação da opção de nosso recorte, as especificidades da região e da organização da Igreja em que Dom José esteve inserido, será possível perceber a força e influência de seu discurso e posturas sendo reconhecido como a figura mais importante da Igreja diocesana e de forte influência no cenário nacional, especialmente nas décadas de 1970 e 1980.

3 A região oeste catarinense e a diocese de Chapecó

Região é um conceito importante para a compreensão de determinados processos e fatos históricos no tempo e no espaço. Tal termo passou por diversas mudanças de enfoque e aplicação segundo as correntes do pensamento científico hegemônicas em cada época. Na Geografia, em especial, o conceito de região é muito utilizado por possuir um método próprio de análise e por facilitar o estudo dos processos de ocupação do espaço e desenvolvimento histórico. Quando o estudo da perspectiva da região parte da análise das relações sociais e sua materialidade diferenciada a partir de contextos históricos também diferenciados, aparecem singularidades e disparidades entre os diferentes grupos sociais.

Etimologicamente, a palavra região surge do latim *regere*, familiarmente próxima a palavras como regente, regência, regra, ou vinculada ao entendimento pelos romanos – remontando ao Império Romano – como *regione*, destacando áreas diferenciadas dentro do Império. Mesmo que essas áreas possuíssem uma administração local, estavam vinculadas ao governo central sediado em Roma, dando assim a conotação de “território administrativo”, no uso de sentido primeiro da palavra. Desse modo, a região nasce com um caráter político – estatal, ou de gestão territorial, sempre baseado em um fundo de materialidade por estar vinculado a um recorte espacial (SPOSITO, 2004).

No campo da História, região só pode ser compreendida, como afirma Reckziegel (1999), diante de sua relação com o todo do sistema onde ela está inserida – a relação da parte com o todo. Mesmo partindo desse modelo de análise é possível extrair ainda diferentes possibilidades de abordagens, segundo Viscardi (1997). O que se vê nestes campos científicos, portanto, são abordagens que fogem do naturalismo e do determinismo da região e a apontam como uma elaboração humana a partir de suas múltiplas relações.

Diante da amplitude de abordagens pelas quais o conceito é disputado, *região* pode ser entendida, então, como as especificidades que garantem uma identidade das relações sociais locais a partir das produções interativas com os meios, sejam eles culturais, naturais, políticos, econômicos etc., internos e externos ao espaço em que elas acontecem. Neste sentido, como já mencionamos, *região* escapa as demarcações político-administrativas e a naturalização pelas condições previamente dadas. Isso nos dá segurança para trabalharmos com um recorte político-administrativo, mas não a partir de uma análise definida *a priori* e sem reflexão sobre tal espaço.

De tal forma, nosso trabalho apresenta duas possibilidades de recortes de região definidas a partir do viés político-administrativo, ou seja, a região do oeste catarinense e a região da diocese de Chapecó. Essas regiões se confundem quando se recorta o campo religioso para análise de estudo, visto que ocorre a forte marca da presença do bispo Dom José Gomes e toda organização da Igreja, baseada na Teologia da Libertação, que estava no auge dos debates em toda América Latina, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Na diocese, os cenários – como veremos – sintetizados para a realidade local favorecem uma atuação especialmente no meio rural onde se darão grandes conflitos sociais com a participação expressiva da Igreja Católica.

A região oeste de Santa Catarina foi e ainda é um palco de disputas pelo território muito grande. O processo de colonização a partir das migrações de descendentes de europeus revela ainda mais essa característica. Primeiramente habitada por índios, principalmente Kaingang, a história da região também se confunde com a presença, expulsão e tentativa de retorno desse povo a sua terra, bem como dos povos Guarani e Xokleng. Quando se trata da colonização “branca”, a trajetória se confunde com uma enorme rota de disputa pelo poder, em que a “terra prometida”, a partir de uma vasta propaganda, precisava ser alcançada.

Diante da organização social gerida pelas colonizadoras, em um primeiro momento, a economia da região girava em torno da produção agrícola familiar. A partir da década de 1940 ocorre um aumento populacional. Em meio a isso também ocorrem a abertura de novas estradas e a organização de “um mercado regular para produtos agrícolas” (POLI, 2002, p. 174). “Aliada à produção e comercialização do feijão, a

produção de suínos foi, sem dúvida, o grande fator de afirmação e desenvolvimento da produção camponesa na região.” (POLI, 2002, p. 174). Esse modelo de produção passa a caracterizar esse território até o processo de industrialização que se intensificou nas décadas de 1970 e 1980.

A industrialização, no entanto, traz consigo suas consequências. As exigências pela modernização das técnicas agrícolas, melhorias nos equipamentos, utilização de insumos industriais, melhorias de raças no caso da suinocultura, marcam

[...] o início da crise da economia camponesa tradicional da região. [...] Para se ter acesso a tais melhorias, os agricultores faziam financiamentos no setor bancário. Nos primeiros anos, os juros baixos prefixados foram muito atraentes. Porém, a esses estímulos corresponde um aumento nas exigências de qualidade dos produtos e das expectativas de produtividade. As formas tradicionais de produção se tornaram inviáveis. Além disso, a utilização de insumos industrializados, não produzidos na própria propriedade, aumentou os custos de produção ao mesmo tempo que os preços dos produtos caíram sensivelmente. Essa foi precisamente a lógica da modernização agrícola em todo o país. (POLI, 2002, p. 175).

Esse contexto, em que muitos pequenos agricultores não conseguem acompanhar os avanços da industrialização, em que os índios e os caboclos continuam discriminados, sem-terra e “escondidos”, é um campo para a atuação da Igreja Católica a partir das novas diretrizes na América Latina, que tem como prioridade a “opção preferencial pelos pobres”. A partir da Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín (Colômbia), em 1968, e da sistematização das práticas das Comunidades Eclesiais de Base e dos grupos organizados da Ação Católica, a Teologia da Libertação passa a ser muito debatida e difundida. Na diocese de Chapecó, no oeste catarinense, essa opção e debate são introduzidos no mesmo momento da chegada do bispo diocesano Dom José Gomes, que participou do Concílio Vaticano II, pelo clero e por muitas outras lideranças que acompanhavam a conjuntura local e ampla.

Figura 1 – Localização da diocese de Chapecó



Fonte: Maycon Fritzen e Tiago Arcego da Silva (2015), a partir de IBGE.

A diocese de Chapecó foi criada no ano de 1958 e instalada em 25 de abril de 1959 e atualmente abrange oitenta municípios. Em menos de dez anos passaram pela diocese dois bispos, Dom José Thurler e Dom Wilson Laus Schimidt. Nesta primeira década, a Igreja mundial estava na expectativa com a realização do Concílio Vaticano II. Em 1968 – mesmo ano da Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín, cuja influência da Teologia da Libertação direcionou os debates e as deliberações – foi transferido para a diocese de Chapecó, o então bispo de Bagé, Dom José Gomes, que permanecerá trabalhando nessa localidade até o fim da sua vida, em 2002.

Os círculos bíblicos, as Comunidades Eclesiais de Base, os Grupos de Reflexão, as Pastorais Sociais, o avanço na democratização das tomadas de decisão com maior destaque para a participação dos leigos, os ministérios ordenados, os espaços de formação de fé e política, serão grandes marcas da proposta da Igreja diocesana, principalmente nas décadas de 1970-1980. Contudo, este se torna um período onde se percebem grandes enfrentamentos e tensões relacionados às posturas e ações da instituição na região e em especial pelas posturas e pronunciamentos do bispo diocesano.

4 A Igreja de Dom José Gomes

Bourdieu, ao explicar o contexto do campo político, propõe que só se percebe o sentido de tudo que se relaciona dentro do campo, a partir das oposições e distinções que estabelecem no jogo político. Assim, para compreendermos a movimentação dos agentes e sua representação política, seja através de seu discurso ou não, é preciso saber ler sua representação a partir de seu contexto. Indo mais além, o autor ainda afirma:

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes económicas e sociais da divisão do ‘trabalho político’, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os ‘agentes politicamente activos’ e os ‘agentes politicamente passivos’ e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital. (BOURDIEU, 2002, p. 163).

Desta maneira, para compreender um discurso e sua intencionalidade é preciso perceber qual o contexto que o possibilitou. Foi baseado neste viés que propomos uma rápida contextualização do oeste catarinense como região, onde ocorreu a presença de Dom José Gomes, que tem uma grande influência nas décadas de 1970 e 1980. Diante disso, podemos aprofundar nossa análise na figura e atuação do bispo a partir dos cenários gerados por essa conjuntura.

Dom José foi nomeado bispo no mesmo dia de seu aniversário de quarenta anos, 25 de março de 1961. Participou de sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968), e durante o período em que atuou como bispo em Bagé – que também coincidiu com os primeiros anos do Golpe Civil-Militar de 1964 – já defendia a criação de sindicatos de trabalhadores. Kunzler (2002) vai entender a transferência do bispo para a diocese de Chapecó, como “uma notícia bomba”.

A questão difícil é saber se D. José realmente se indispôs com algumas ‘forças atuantes’ através de seu posicionamento eclesial e suas manifestações, ou, até que ponto, outros se indispuseram com ele. O certo é que caiu como uma bomba a notícia de sua transferência. [...] Sua nomeação para Bispo de Chapecó, além de uma surpresa, é algo difícil de explicar. (KUNZLER, 2002, p. 44).

Embora não se saiba ao certo o porquê da decisão da Igreja pela transferência do bispo, Dom José Gomes se consolidará como grande liderança nacional, assumindo o cargo de figura eclesial mais importante em Chapecó. Adayr Tedesco e Romualdo Zimmer (2002) definem a presença do bispo em três grandes períodos, sendo eles chamados de patamares: 1) entre os anos de 1968 e 1975; 2) entre os anos de 1975 e 1984; 3) de 1985 até 1998, quando se torna bispo emérito da diocese, com a nomeação do novo bispo, Dom Manuel João Francisco.

Segundo os autores, no primeiro patamar encontramos uma característica marcada por uma organização de Igreja mais moderna que libertadora. É o momento em que Dom José se insere em um movimento de renovação interna na Igreja, focado em novas diretrizes para a catequese, formação de lideranças comunitárias e introdução de Ministérios Leigos, baseado nas deliberações do Concílio Vaticano II (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 77).

No segundo patamar ocorrem os debates mais apurados da Igreja diocesana para Teologia da Libertação e para as lutas sociais mais fortes. Neste período, Dom José é perseguido, difamado e ameaçado por defender os direitos dos sem-terra, dos indígenas, das mulheres, dos trabalhadores. É um cenário onde “entram em cheio os movimentos e as lutas sociais” (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 78). A diocese de Chapecó ganha importância em nível nacional com a organização de dois importantes órgãos, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os quais Dom José assumirá a presidência nacional mais tarde e que fomentaram um amplo debate em torno das questões de demarcação de terras indígenas e da luta pela terra dos trabalhadores rurais sem-terra².

Diante dessa mudança nas diretrizes pastorais, também assumidas e lideradas pelo bispo, somada a influência de seminaristas e do clero diocesano, bem como do grande número de lideranças, se fortalecem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³, anteriormente inseridas em apenas duas paróquias (Santo Antônio, em Chapecó, e Senhor Bom Jesus, em Xanxerê). Em 1974, as CEBs passam a ser diretrizes para o modelo de organização de toda a diocese, a partir da Assembleia Diocesana ocorrida naquele ano. Tal assembleia aponta que:

A descoberta e a formação de líderes para as CEB's 'deve ser o objeto preferencial da preocupação de párocos e Bispo'. Destaca-se sua pedagogia desclericalizante [*sic*]; salienta-se seu papel num novo Projeto histórico de Igreja, inserida na realidade. Insiste-se na necessidade de um bom material para os grupos de reflexão. (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 79).

2 Dom José foi presidente Nacional do CIMI entre os anos de 1979 a 1981 e da CPT entre os anos de 1981 a 1984.

3 A grande investida, que provocou o surgimento de diferentes pastorais sociais, movimentos sociais e uma nova forma de participação dos leigos na Igreja, foram nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Elas foram um impulso e uma revolução no modelo de organização. São presença tanto nos meios urbanos, quanto rurais, e despertaram o senso missionário para a atuação nas realidades indígenas, quilombolas, periferias, boias-frias, sem casa, sem-terra, e tantas outras realidades de discriminação e desigualdade nos lugares mais longínquos e de difícil acesso.

Já em 1975, outro importante mecanismo de formação é aprovado como diretriz diocesana em assembleia: os “grupos de reflexão”, que vêm baseados em uma proposta de educação popular. A metodologia propunha o fomento das CEBs, onde deveria se consolidar a renovação litúrgica e bíblica, a partir de uma “leitura popular da Bíblia”, em parcerias da diocese com diferentes grupos ligados à Teologia da Libertação, como o projeto “ASSESSOAR” de Francisco Beltrão (PR); o Centro de Orientação Missionária (COM), de Caxias do Sul; e o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI) (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 82-83). A partir deste cenário, embora também com contradições, é que difundiam de maneira mais efetiva para as lideranças e comunidades as posturas da Igreja diocesana frente aos problemas sociais.

5 A representação política de Dom José Gomes

Para o historiador John G. A. Pocock (2003, p. 28), “a história do pensamento político é uma história do discurso”. Para o autor, o pensamento só se torna história se ele se tornar discurso. Assim, é preciso perceber como era expresso o discurso de Dom José Gomes para compreendê-lo melhor em sua representação política. No entanto, não é possível perceber a intencionalidade de um discurso político se o analisarmos desfocado de seu contexto e de seu pretexto. Charaudeau, discorrendo sobre “o que é discurso político?”, afirma que: “[...] não é, [...], o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza.” (CHARAUDEAU, 2013, p. 39). Neste sentido, a situação do oeste vitima cada vez mais da exploração das agroindústrias que se firmavam e provocavam a dependência dos pequenos agricultores e dessa nova organização no modelo de Igreja, Dom José passa a se posicionar de maneira mais crítica a realidade.

Dom José avança nos debates e análises de conjuntura a partir de 1975. Um dos seus mecanismos de delimitar posturas e posicionamentos se dava especialmente através da escrita de sermões, que eram reproduzidos e encaminhados a todas as comunidades da diocese. As homílias de Dom José eram distribuídas com a orientação de que fossem bem lidas nas celebrações comunitárias. Elas deveriam ser um elo para manter as comunidades e lideranças bem informadas dos acontecimentos e das opções tomadas pela diocese, bem como ajudavam na formação dos que participavam das celebrações e traziam a contextualização dos assuntos a partir da leitura da Bíblia, ligada às realidades da diocese, além do incentivo para luta contra as injustiças.

Segundo a lógica de Bourdieu (2002), de visualizar o campo político a partir da lei da procura e da oferta, as homílias se tornam um mecanismo que pode ser considerado uma proposta interessante, pois tentavam imprimir uma visão de mundo diante da realidade da região. Na recente publicação das homílias de Dom José – escritas entre os anos de 1975 e 1992 – encontramos a seguinte descrição da característica do discurso de Dom José, que apontam, pelos seus próximos, a importância de seu pronunciamento para a politização das comunidades:

Dom José tinha o dom da palavra. Até hoje suas pregações estão à flor da pele de muitos militantes. Elas sempre incidiam diretamente no contexto em que vivia o povo oprimido nas comunidades de agricultores, de caboclos, de povos indígenas, de operários explorados nas cidades. (LOVERA et al., 2013, p. 26).

Assim, os sermões queriam ser uma forma de diálogo direta entre o bispo e as comunidades e uma maneira de posicionamento e direcionamento dos debates propostos pela Igreja a partir da realidade local e nacional, ligando o discurso da Teologia da Libertação, muito forte em toda a América Latina no período. Exemplo disso podemos observar quanto a questão da opção pelos pobres, a qual é discurso primeiro da Teologia da Libertação, como princípio de sua leitura evangélica. Para o cenário do oeste catarinense, Dom José descreve os pobres a partir de uma realidade bem concreta. Em uma região onde índios, caboclos e pequenos agricultores sem-terra e sem direitos, diante do avanço do modelo agroindustrial que endividava e gerava dependência do “modelo de integração” das famílias agricultoras e de exploração dos trabalhadores, em uma de suas homilias, o bispo apresenta os pobres como:

Os que não tem comida; Os que não tem roupa; Os que não tem água para beber; Os que não tem remédios e condição de ser recebidos em hospitais; Os que são presos. Sempre vai para cadeia o pobre. O rico, bem cotado, nunca vai para cadeia. O dinheiro paga a ‘justiça’; Os que não tem terra; Os que não têm casa e nem podem pagar o aluguel; Os que não têm trabalho, os desempregados; Os desprezados e humilhados. Aqueles que nós gostamos de pisar em cima; Os desprezados porque são de outra raça (caboclos, negros, índios); Os explorados nos salários e no preço do seu trabalho, como os pequenos agricultores; Os pequenos, que a Bíblia diz que do outro lado tem os grandes que os desprezam; Os que são roubados no pouco que têm. Toda esta gente, que normalmente a sociedade despreza, Jesus chama de bem aventurados, felizes ou abençoados de Deus, porque sua situação não é do plano de Deus. E Jesus diz que o Reino de Deus é deles. E não daqueles que exploram ou sustentam estas situações para proveito próprio, ou simplesmente os chama de vagabundos e miseráveis, relaxados. O Evangelho é brabo, gente! (LOVERA et al., 2013, p. 464).

Tais posturas, por sua vez, provocam reações. Nesse cenário, Dom José, que se apresenta como incentivador e impulsionador da ação leiga em diferentes campos da luta por direitos, vai sofrer um grande número de críticas e ameaças. Nessas relações conflituosas, intra e extraeclesiais, a diocese de Chapecó liderada por Dom José Gomes se consolida no cenário nacional como uma organização de lutas populares. Cabe destacar que a partir dessa organização diocesana surgem ou são fortalecidos importantes movimentos sociais de defesa de direitos dos menos favorecidos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o CIMI, a CPT, além de sindicatos combativos e lutas históricas travadas por casos específicos, como nas demarcações de terras indígenas, a peste suína africana, a fazenda Burro Branco e outras.

Na revista *Veja*, de 28 de agosto de 1996, encontramos uma reportagem intitulada: “A força que veio do Sul”. O texto faz uma abordagem sobre quem são e como viveram os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), citando João Pedro Stédile, Roberto Baggio, Edgar Kolling, Jaime Amorim e Gilmar Mauro como líderes que vivem sem conforto e que cultuam Che Guevara e Mao Tse-tung. Após fazer um breve histórico de cada um dos líderes e apresentar sua visão sobre o MST, basicamente como um movimento violento, a reportagem traz o seguinte texto:

Em seu passado católico, quatro dos seis principais dirigentes do MST têm a influência de uma mesma pessoa. Trata-se de um certo dom José Gomes, bispo da diocese de Chapecó, a 630 quilômetros de Florianópolis. Dom José tem 75 anos, colocou o cargo à disposição e anda meio quieto. Sua grande diversão atual é acelerar até 150 quilômetros numa Parati vermelha sob justificativa de que ‘essa estrada é um retão’. Mas ele já achou graça em atividades mais silenciosas. Em 1968, dom José assumiu a diocese de Chapecó, uma casa simples de dois andares e ar monástico. Firme na Teologia da Libertação, que vivia seu apogeu, o bispo já chegou fazendo um levantamento do perfil dos pequenos agricultores da área. Descobriu que boa parte deles era composta de pessoas que sabiam trabalhar com a enxada mas não possuíam um lugar para isso. A primeira ideia do bispo foi organizá-los em sindicatos, mas segundo suas palavras, ‘a história explodiu’. No final de 1978, um grupo de trabalhadores invadiu a Fazenda Burro Branco, a duas horas de Chapecó. Ao mesmo tempo, houve a ocupação da Fazenda Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. Dom José pegou um ônibus e foi visitar o acampamento gaúcho. Ali numa dessas coincidências que sempre espantam, o bispo conheceu Stedile (João Pedro Stedile), que era funcionário da Secretaria de Agricultura, foi espiar a invasão como empregado do governo e resolveu ajudar os acampados por conta própria. Cinco anos depois, os dois organizaram em Chapecó o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o embrião do MST. (CRUZ; FILHO, 1996, p. 70).

Já no terceiro “patamar” da presença de Dom José Gomes na diocese de Chapecó, ou seja, o período posterior a 1985, o Brasil vive o período de abertura política. Em nível mundial é tempo em que há a grande investida do papa João Paulo II, de conter a Teologia da Libertação. Somado a isso ocorre também a “emancipação” dos movimentos sociais da presença da Igreja e um novo retorno da Instituição sobre si mesma. Mesmo neste contexto, ainda encontramos apelos contra Dom José. Em 26 de agosto de 1987, por exemplo, o jornal *O Estado de São Paulo* publica matéria intitulada “UDR ocupa fazenda para apressar despejo”. A matéria relata a ocupação de uma fazenda da família Kirila, em Abelardo Luz (SC), onde a UDR se solidariza com os mesmos para exigir a reintegração de posse. Mais adiante, na mesma matéria, encontramos um subtítulo: “Caiado Acusa”, e no corpo do texto a seguinte redação:

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, atribuiu a invasão da fazenda no Município Catarinense de Abelardo Luz ao bispo de Chapecó, José Gomes, acusando-o de ser ‘contumaz organizador de atentados contra a propriedade privada’. Acrescentou que o bispo está a serviço dos trustes internacionais do estanho, e ele pessoalmente entra em contato com posseiros determinando as terras que devem ser invadidas, ampliando cada vez mais a intranquilidade e o risco de confronto no campo. Caiado disse em Brasília estar informado de que nas próximas semanas, ocorrerão mais três invasões no Rio Grande do Sul, mas não quis precisar os municípios afirmando que a UDR está atenta para a ação dos provocadores. A entidade destacou para a fazenda 400 associados, a fim de dar apoio ao fazendeiro desapropriado, sem violências, observou Caiado. (CAIADO acusa, 1987, p. 9).

Percebemos não somente investidas locais no sentido de deslegitimar as posturas políticas de Dom José e das lideranças, mas também ocorre reação de nível nacional. Outro exemplo, de registro de ameaça a Dom José pode ser constatado em publicação no mesmo jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 11 de maio de 1989, onde encontramos a seguinte notícia: “Bispo de Chapecó é ameaçado pelo ‘CCC’”. A matéria que segue é a seguinte:

CURITIBA – Depois dos vereadores de Curitiba, foi a vez do bispo de Chapecó (SC), d. José Gomes, ser ameaçado por um suposto comando de ‘Caça aos Corruptos Comunistas e Clero Progressista’. Ao chegar de uma viagem, d. José encontrou entre sua correspondência, uma carta de Osasco, São Paulo, datada de 26 de abril, sem assinatura. O bispo atribui a ameaça ao fato de ter presidido o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e de ter sido um dos fundadores do movimento dos sem-terra na região. Para d. José, 68 anos de idade, bispo da cidade há 20 anos, a carta prova que a ‘extrema-direita está organizada contra todos aqueles que lutam por uma verdadeira justiça social’. (BISPO..., 1989, p. 7).

No arquivo diocesano, encontramos apenas cópias da carta, assinada por um novo grupo denominado “C4P”. O texto, na íntegra, é o seguinte:

Estamos comunicando a V.S. [Dom José Gomes] através desta missiva que o ‘Comando de Caça aos Corruptos, Comunistas e Clero Progressista (C4P), a partir de 25/Mar/89, iniciou suas atividades. Trata-se de uma entidade de cunho eminentemente anarco-direitista. V.S. é considerado por nós como um elemento perfeitamente descartável de nosso convívio social, portanto, desde já, sugerimos que passe a trilhar o caminho da lei e da ordem, pois do contrário, seremos obrigados a molestá-lo. Atenciosamente, com nosso mais profundo desrespeito à sua pessoa. Ass. C4P. (C4P, 1989).

Diante desses cenários, diferentes grupos, movimentos e organismos fortalecem o movimento de defesa do bispo, condenando a ação de quem queria repreendê-lo. Muitas cartas e recados chegavam de todo Brasil, mas especialmente das comunidades da diocese em defesa do bispo diocesano. A ameaça gerada pelos inúmeros pedidos para sua saída da diocese gerava um sentimento grande de defesa, todas essas manifestações gerariam um amplo trabalho a partir de todos esses documentos presentes no arquivo do Secretariado Diocesano de Pastoral de Chapecó.

Evidente que a Teologia da Libertação no oeste de Santa Catarina não se resume a Dom José. Ela é, sim, fruto de uma prática mais ampla e até mesmo anterior à presença do bispo. Embora não tenha agradado todas as lideranças e todos os padres da diocese, muitas lideranças formadas nesse meio ocupam, hoje, posições de destaque em cenários políticos, acadêmicos, movimentos sociais, sindicatos, bem como muitos continuam inseridos na luta pela valorização e por direitos para suas comunidades.

A representação política de Dom José transcende os muros da Igreja e as fronteiras da diocese de Chapecó. Sua atuação marca um modelo de Igreja que se fortalece nesse período e que segue diretrizes elaboradas para

toda a América Latina. O bispo passa a ser reconhecido como um dos grandes nomes na luta por direitos e é perseguido assim como tantas outras lideranças, como foram os casos dos bispos Dom Pedro Casaldáliga, Dom Hélder Camara, Dom Thomás Balduino no Brasil e, mais radicalmente, Dom Oscar Romero em El Salvador, morto em março de 1980, e tantas lideranças, padres e bispos por toda a América Latina.

6 Considerações finais

A partir dos nossos referenciais procuramos traçar a representação política do bispo Dom José Gomes, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, a partir de sua relação com as especificidades da região onde atual. Neste sentido foi preciso fazer uma breve delimitação do que entendemos por região e sua descrição, bem como a contextualização da formação e chegada do bispo nesta localidade. Por fim, percebemos como se davam os discursos e os conflitos enfrentados por Dom José.

Entendemos que de maneira breve conseguimos traçar os principais aspectos para a compreensão de tamanha expressividade do bispo a partir de suas relações de poder, seu capital político, que influenciaram e forjaram muitas lideranças e situações, a partir de sua representatividade institucional e pessoal. No entanto, ainda há um vasto campo de pesquisa a ser desenvolvido a partir da análise mais sistemática dos discursos de Dom José.

Desta maneira, este breve artigo pretende ser uma primeira tentativa no intuito de traçar e mapear mais aspectos a serem sistematizados a partir da linguagem que envolve essa figura tão lembrada e ainda em evidência no oeste catarinense.

Referências

- BISPO de Chapecó é ameaçado pelo CCC. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 11 maio 1989. Política, p. 7.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- C4P – Comando de Caça aos Corruptos, Comunistas e Clero Progressista. **Carta ao bispo Dom José**. 26 abr. 1989.
- CAIADO acusa. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 ago. 1987. Noticiário Geral, p. 9.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 13-50.
- CRUZ, Angélica Santa; FILHO, Expedito. Vontade Radical: a força que vem do Sul. **Veja**, São Paulo, n. 35, ed. 1459, p. 68-74, ago. 1996.

KUNZLER, Alcido. José Gomes, trajetória de vida. In: UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

LOVERA, Clair et al. **Sermões do bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**. A tribalização do mundo. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

POLI, Odilon Luiz. O contexto histórico do oeste catarinense. In: UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 1, p. 15-23, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. Conceitos. In: _____. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

TEDESCO, Adayr Mário; ZIMMER, Romualdo. O pastor de uma Igreja que transformou o Oeste. In: UCZAI, Pedro (Org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1997.

MEDIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES EM CONFLITO NA LUTA PELA TERRA ENTRE INDÍGENAS E AGRICULTORES NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

João Carlos Tedesco¹
Henrique Aniceto Kujawa²
Alex Antônio Vanin³

Resumo

Na última década, na região norte do Rio Grande do Sul, constituíram-se dezenas de reivindicações de novas terras indígenas em locais de colonização centenária de agricultores familiares. Os conflitos decorrentes deste contexto extrapolam o binômio, historicamente constituído, da luta entre latifúndio/agronegócio *versus* sem-terra/pequenos agricultores e, conseqüentemente, provocando a reconfiguração da atuação dos movimentos sociais do campo, principalmente a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), que, historicamente, articulavam-se ideológica e programaticamente com as causas indigenistas, entidades e movimentos que as representavam. Movimentos que, historicamente, encontravam-se no mesmo campo de luta, agora se veem em campos distintos. O presente artigo, utilizando-se de fontes documentais, bibliografias e entrevistas, analisa os dilemas enfrentados por estes sujeitos, a forma como reformulam suas práticas discursivas e reconfiguram suas atuações junto as suas bases e no conjunto da sociedade para dar conta desta nova realidade.

Palavras-chave: Conflitos sociais. Indígenas. Agricultores familiares. Políticas públicas.

1 Introdução

O conflito pela terra envolvendo indígenas e agricultores no centro-norte do Rio Grande do Sul já ganhou dimensão *estruturante*. Já são quase duas décadas de intensos confrontos, múltiplos grupos diretamente envolvidos e outros tantos correlacionados.

A proposta de constituição de Terras Indígenas em locais ocupados, centenariamente, por agricultores familiares criou mudanças na configuração dos campos de disputa ideológica que, tradicionalmente,

1 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). *E-mail:* <jctedesco@upf.br>.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e docente da IMED. *E-mail:* <kujawa@imed.edu.br>.

3 Graduando em História. Bolsista CNPq. *E-mail:* <alexvanin@hotmail.com>.

posicionavam-se: de um lado, os defensores dos interesses das pequenas propriedades, dos agricultores familiares, dos sem-terra, dos indígenas e quilombolas e, do outro lado, o latifúndio improdutivo e o agronegócio.

A nova configuração reposicionou, genericamente, os movimentos entre os defensores da criação de Terras Indígenas e os defensores da legitimidade dos agricultores permanecerem em suas comunidades e propriedades. Colocam-se, desta forma, em campos opostos, movimentos que historicamente tinham atuação articulada e, simultaneamente, aproximam-se outros que atuavam em sentidos opostos.

Nesse horizonte de disputas, há o universo de interpretação histórica sobre o passado, em particular, de fatos históricos em torno de políticas públicas, colonização, intrusão, esbulho e apropriação da terra, centradas no papel do estado, bem como da legalidade e legitimidade da apropriação da terra, dos significados da terra para os grupos sociais envolvidos.

No cenário dos embates explicativos e de tomadas de posições, há concepções de desenvolvimento, de identidade e de cultura. No campo das mediações e organizações sociais afins (sindicatos, federações etc.), há múltiplas polêmicas, adesões e vinculações até então inexistentes, bem como distanciamentos em razão da pauta em questão.

O referido conflito adentra com intensidade nos campos político e jurídico; nesses dois universos de saber e de decisão, há ambiguidades, diferenciações e tomadas de posições muito antagônicas e que revelam a complexidade do tema e a dificuldade de encontrar caminhos alternativos e que não sejam de opostos na esfera da inclusão/exclusão.

As disputas e polêmicas apresentam-se em horizontes institucionais, como é o caso da Igreja Católica, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), dentre outros. Múltiplos profissionais de áreas inter e multidisciplinares, legitimados por instituições de ensino superior, também estão envolvidos, principalmente nas elaborações de laudos técnicos para ambos os grupos, com interpretações históricas, narrativas de memórias oral, busca de vestígios, análises documentais, recursos imagéticos, enfim, um amplo acervo de fontes para permitir o melhor argumento, a sensibilização em torno da demanda, as justificativas plausíveis, a demonstração do passado histórico envolvendo os sujeitos sociais em questão.

Há embates entre instâncias do próprio estado, principalmente entre o Incra e a Funai, no interior de dioceses do centro-norte do Rio Grande do Sul, palco dos conflitos em questão, em particular na de Passo Fundo e Vacaria nas suas concepções frente às ações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade da Igreja Católica que atua e defende a causa indígena.

Concepções sobre identidades indígenas do século XXI, desenvolvimento econômico e preservação ambiental também movimentam mediações e representações de grupos sociais; algumas instituições, nesse sentido, emitem seu parecer em torno da luta entre os grupos sociais envolvidos em razão de suas percepções sobre esses temas.

Como há muitos elementos envolvidos no processo para além dos dois sujeitos sociais em questão, optamos, neste texto, por um recorte analítico e daremos ênfase a questões que centralizam o papel e as posições da Fetraf, pois essa é uma entidade de grande expressão na região norte do Rio Grande do Sul e que possui, em sua história, um vínculo orgânico com os agricultores familiares.

O que buscamos ver é que, diante da ameaça sofrida pela sua base (os pequenos agricultores) de perder as terras, a entidade, como, aparentemente, não podia deixar de ser, assume uma posição a favor dos agricultores aproximando-se de movimentos de defesa da propriedade como Farsul, entidade expressiva e de representação do latifúndio agrícola e pastoril. Com isso, a Fetraf distanciou-se de parceiros históricos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), CIMI, Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento Sem Terra (MST), que possuem uma posição favorável à constituição das novas terras indígenas.

Uma segunda mudança, fruto deste contexto, é a relação dos movimentos sociais do campo, principalmente a Fetraf, com o Estado e com os atuais governos. Uma relação que, na última década, era de reconhecimento mútuo, da consolidação de políticas afirmativas (lei de reconhecimento do agricultor familiar, financiamento subsidiado à produção, compra de maquinário, construção de casas, entre outros), passou por um processo de enfrentamento.

Desse modo, buscamos analisar o fato de que o estado, na política de demarcação de terras indígenas, não reconhecia a diferença do agricultor familiar e do latifúndio. A Fetraf, por sua vez, precisou desenvolver estratégias, incluindo negociações e mobilizações, para ser reconhecida como representante dos agricultores potencialmente atingidos pelas demarcações e, posteriormente, criar uma nova pauta na efetivação da política territorial indígena que reconhecesse a especificidade das regiões de colonização histórica.

Enfim, mesmo nesse específico recorte que fizemos, há um amplo debate, confrontos e tensões para além dos sujeitos coletivos diretamente envolvidos, fato esse que revela uma realidade complexa, de grande envolvimento social, político, histórico e cultural, a qual se condensa na disputa pelo mesmo espaço por dois grupos sociais. Nesse sentido, de uma forma sintética, mais informativa do que analítica, utilizamo-nos de revisão bibliográfica, de documentos internos e entrevistas com dirigentes⁴ da referida entidade e de materiais de imprensa.

2 Um conflito de múltiplas dimensões

Os conflitos que estamos vivendo, nessa última década, possuem raízes e reproduzem muitas das características históricas, mas possuem algumas especificidades, dentre elas destacamos a conquista indígena do direito étnico, cultural e territorial na Constituição de 1988 suplantando formalmente a lógica assimilacionista.

4 Foram entrevistados três dirigentes da Federação, ou seja, Sidimar Lavandoski (presidente do Sindicato da Agricultura Familiar de Sananduva e dirigente da Fetraf do Rio Grande do Sul), Rui Valença (presidente da Fetraf-Sul) e Celso Ludwig (dirigente da Fetraf-Santa Catarina, da Fetraf-Sul e da Fetraf-Brasil). As entrevistas seguiram um modelo semiestruturado, gravadas em vídeo e áudio. Foram feitas quatro entrevistas, uma com o Sidimar em 2013, outras três com o Celso, Sidimar e Rui em 2015. O roteiro das entrevistas buscou informações sobre a compreensão e o posicionamento da Fetraf frente às disputas territoriais; possíveis tensões entre a posição da Fetraf e sua base; a relação estabelecida com outros movimentos sociais, governo e partidos políticos; possíveis soluções para as disputas territoriais. As entrevistas foram presididas da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste texto, as citações das entrevistas serão enumeradas como entrevistado 1, 2, 3 e 4, sem identificação dos mesmos.

Por outro lado, as terras que estão sendo reivindicadas pelos indígenas na última década estão em regiões como maior densidade demográfica, atingindo, principalmente, no oeste do Paraná e Santa Catarina e no norte do Rio Grande do Sul, locais colonizados pelo Estado e ocupados pelos imigrantes e seus descendentes.

Na região Sul, na última década, a reivindicação indígena por demarcação de terras que foram vendidas e escrituradas pelo estado aos agricultores, em alguns casos, há mais de um século, hoje se caracterizam como áreas de agricultura familiar. Num raio de duzentos quilômetros de Passo Fundo, constituíram-se em torno de duas dezenas de pontos de conflitos territoriais, em sua grande maioria, com acampamentos indígenas em beira de rodovias, terras públicas ou de agricultores e com processos administrativos de Identificação, Delimitação e Demarcação de Terra Indígena tramitando na Funai.

Mapa 1 – Conflitos de luta pela terra no norte do RS



Fonte: pesquisa de campo.

Nos primeiros séculos da colonização, as políticas indigenistas não repercutiam muito na região Sul, pois a centralidade da atividade econômica da colônia se desenvolvia no litoral nordestino. Temos, na região em tela, a constituição das primeiras Reduções Jesuíticas Espanholas, destruídas pelos bandeirantes no século XVII e depois a constituição dos Sete Povos das Missões. Contudo, no final do século XVIII e no século XIX, os contatos e conflitos com os povos indígenas kaingang se intensificaram motivados pelo crescimento das atividades tropeiras, pela necessidade de constituição de novos caminhos que ligassem os campos do Sul com São Paulo e, mais tarde, pela política de colonização objetivando consolidar o domínio político e econômico sobre este território (BECKER, 2005).

O processo de aldeamento, intensificado a partir de 1840, voltou a contar com a participação de missionários e objetivava aglutinar os indígenas em territórios específicos, sob a tutela da igreja e do estado, para garantir que eles não representassem ameaças aos tropeiros, aos estancieiros e ao processo de colonização

que estava avançando pelo território sul-rio-grandense. Nesse período foram constituídas as aldeias de Nonoai, Guarita e Campo do Meio⁵ (LAROQUE, 2000).

O Estado Republicano trouxe consigo o debate positivista de constituição de um estado laico e da compreensão de que as comunidades indígenas precisavam ser assistidas por políticas estatais garantindo que o seu processo de evolução humana ocorresse de forma gradual e espontânea. Simultaneamente, intensificou-se a colonização na região norte do estado para abrigar imigrantes e, principalmente, descendentes de imigrantes, cujas famílias tinham ocupado a região serrana, que buscavam novas terras para se estabelecerem. Foi desta forma que o governo do Rio Grande do Sul, através da Divisão de Terras e Colonização, liderada pelo Engenheiro Carlos Torres Gonçalves, demarcou, entre 1910 e 1918, 11 áreas indígenas, conhecidas como toldos. A demarcação dos toldos, por um lado, estabeleceu oficialmente, no intuito de proteger o território indígena, mas, por outro, restringiu enormemente os espaços que as comunidades tribais utilizavam para circulação, caça, pesca e coleta, declarando-as como “terras devolutas” e, portanto, passíveis de destinação para loteamento e venda aos imigrantes.

O Rio Grande do Sul, até 1940, diferentemente dos demais estados onde a política territorial indigenista era coordenada pela união através do Serviço de Proteção do Índio (SPI), administrou os toldos, mas não garantiu, na prática, o respeito aos seus limites, nem tampouco que eles estivessem a serviço do desenvolvimento cultural de suas comunidades. A concepção de que os toldos deveriam ser economicamente autossustentáveis e de que os indígenas deveriam, gradualmente, transformar-se em agricultores, fez com que se desenvolvessem práticas de cultivo das terras com a mão de obra das referidas comunidades, coordenadas pela administração dos toldos⁶. Para além disso, desenvolveram-se formas de exploração das riquezas dos toldos através da extração da madeira, principalmente a araucária, e do cultivo das terras por meio do arrendamento ou do arranchamento. A CPI do Índio, instaurada na Assembleia Legislativa Gaúcha (1967), para apurar os conflitos em terras indígenas na região de Nonoai, sistematiza, com fartura de documentação e relatos, licitações feitas para a venda e retirada de madeira que objetivavam arrecadar dinheiro para garantir o autossustento financeiro, mas que, na prática, legitimavam a retirada indiscriminada da referida riqueza, ou seja, muito além das quantias licitadas (RIO GRANDE DO SUL, 1968; KUJAWA, 2015). O mesmo ocorre com as terras que eram arrendadas oficialmente, por intermédio de contratos, para quem quisesse cultivá-las e pagar a taxa de 20% pelo uso da terra. Junto com os contratos de arrendamento

5 Embora constituídas formalmente pelo Estado, as aldeias não possuíam um território demarcado, sendo que seus limites e sua população oscilava de acordo com os interesses territoriais e com conflitos internos entre indígenas que provocavam mobilidade e reagrupamento.

6 O trabalho dos indígenas ficou conhecido como panelaço pelo fato de todos trabalharem em troca de comida servida em grandes panelas. Essa prática está relatada com detalhes por entrevistados indígenas hoje moradores no acampamento do Passo Grande do Forquilha (VEIGA, 2005).

desenvolve-se o arranhamento⁷ de centenas de famílias de descendentes de imigrantes que avançavam a fronteira agrícola e buscavam novas possibilidades de sobrevivência.⁸

O resultado do processo descrito acima foi uma redução drástica, entre as décadas de 1940-1960, das terras indígenas demarcadas, reduzindo alguns toldos e extinguindo outros⁹, destinando as terras para a constituição de reservas florestais ou para o loteamento e assentamento de agricultores. Embora a CPI do Índio da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul tenha considerado ilegal a venda de terras historicamente demarcadas como de indígenas, os conflitos entre esses e os agricultores tenha se intensificado no final da década de 1970, foi apenas na década de 1990 que o estado sul-rio-grandense reconhece a ilegalidade de seus atos e inicia o reestabelecimento dos limites históricos dos toldos. A referida mudança da postura do estado está vinculada, por um lado, ao avanço e legitimação do direito territorial indígena conquistado na Constituição de 1988 (art. 231 e 232) e, na sequência, na Constituição do Rio Grande do Sul, que, no seu artigo 32, reconhece que o estado deveria restituir as terras indígenas e indenizar os agricultores nelas assentados.¹⁰

Destaca-se que a retirada de centenas de famílias de agricultores que haviam comprados terras do estado (1940-1960) e o estabelecimento de limites originais dos toldos indígenas foi traumática para os dois grupos sociais envolvidos. Os agricultores que, após décadas de vínculos econômicos, sociais e culturais, viram-se obrigados a reconhecer que foram enganados pelo estado e buscar novos locais para continuar suas vidas, sendo que muitos deles até hoje não receberam a indenização devida.¹¹ Para os indígenas que voltaram para suas terras, mas que, após décadas de cultivo agrícola intensivo, não as encontraram nas condições de outrora, nem tampouco em condições de satisfazer as necessidades vividas pelas suas comunidades que há décadas viviam em pequenas áreas ou nas pequenas cidades da região sem condições de produzir o próprio sustento, integrando-se, mesmo que subalternamente, à lógica do mercado.

Portanto, os conflitos vividos, na região em tela, na última década, têm, de um lado, os indígenas que reivindicam a demarcação de terras consideradas por eles de ocupação tradicional, mas que os impediu de permanecer nelas com a demarcação dos toldos (1910-1918), de outro lado, os agricultores, descendentes dos imigrantes que chegaram à região na mesma época, compraram as terras do estado e, há um século, constituíram e mantêm vínculos com a mesma.

7 A diferença de arrendamento era feita através de contratos firmados com a administração do Toldo, inclusive com a cobrança de imposto territorial feito pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) (KUJAWA, 2014).

8 No oeste de Santa Catarina, o processo de ocupação foi conduzido pelas Companhias Colonizadoras que ganhavam a concessão da terra do Estado, retiravam a madeira de maior valor comercial e depois as vendiam para imigrantes europeus ou descendentes de imigrantes que partiam do Rio Grande do Sul avançando a fronteira agrícola. Este processo também restringiu o território indígena em detrimento dos processos de colonização (WERLANG, 2006; NACKE et al., 2007).

9 Os Toldos extintos foram o de Serrinha, Ventarra e Caseros; dos demais, o único que não teve a área reduzida foi Ligeiro (CARINI, 2005).

10 O governo do Rio Grande do Sul constituiu um grupo de trabalho que fez um estudo, resultando num relatório que definiu com precisão as terras indígenas que tinham sido reduzidas e as respectivas áreas (RIO GRANDE DO SUL, 1997).

11 Carini (2005) faz uma boa análise do processo de saída dos agricultores de Serrinha para a devolução daquelas terras para os indígenas. O mesmo autor faz uma análise da situação destes agricultores nos seus reassentamentos (CARINI, 2010).

É neste contexto que as entidades que historicamente possuíam identidade ideológica e pautavam na defesa dos agricultores familiares, os sem-terra e os indígenas, em contraposição ao latifúndio e ao agronegócio, deparam-se com uma reconfiguração das pautas diante das atuais políticas territoriais ao proporem a demarcação de terras em locais de ocupação da agricultura familiar.

3 Mediações, vinculações e ambiguidades: a tomada de posição da Fetraf-Sul

A Fetraf-Sul surge do contexto (final da década de 1980 e 1990) do movimento sindical rural, vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se contrapunha à estrutura sindical oficial e da consolidação do conceito de agricultura familiar através de reflexões acadêmicas e de políticas públicas.

Ainda no processo de redemocratização e de articulação do movimento sindical com os diferentes movimentos sociais surge, em 1984, por iniciativa do Movimento Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e setores da Igreja Católica, uma articulação de oposição sindical no campo que se contrapunha ao modelo sindical assistencialista representado pelos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e da Federação de Trabalhadores Rurais (FETAG), conhecida como Articulação Sul. Alguns anos depois (1988), a CUT constituiria os Departamentos dos Trabalhadores Rurais (DETRs) em diversos estados e, em nível nacional, o DNTR. Durante a década de 1990, este setor sindical utilizou-se de diferentes estratégias com intuito de fortalecer-se passando pela disputa das estruturas sindicais oficiais (FETAGs e CONTAG), filiando-as à CUT até que, em 2001, houve uma opção de constituir uma estrutura sindical paralela com a constituição da Fetraf-Sul. Em 2004, ocorreu o primeiro Encontro Nacional da Agricultura Familiar que fundou a Fetraf-Brasil/CUT¹² (FETRAF-BRASIL/CUT, [s.d.]).

A partir da década de 1990 desenvolveram-se políticas públicas específicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995) e constituíram-se espaços governamentais específicos para dialogar com este público, como a Secretaria da Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003), culminando com a criação de uma Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006), que positiva a compreensão e caracterização dos Agricultores Familiares, reconhecendo-os como profissão e regulamentando o direito de acesso a políticas públicas e de financiamento específicos.¹³

O posicionamento ideológico da entidade também fica evidente no documento da fundação da Fetraf-Sul (2001) quando aponta que o seu objetivo central é ser “[...] uma organização diferenciada das

12 A Fetraf-Brasil/CUT está organizada em 18 estados, com mais de seiscentos sindicatos e associações sindicais em mais de mil municípios em todo o Brasil, com aproximadamente quinhentos mil agricultoras e agricultores associados (FETRAF-BRASIL/CUT, [s.d.]).

13 Picolotto (2014, p. 217), ao tratar deste tema, ressalta que o termo “[...] trabalhador aponta seu posicionamento ao lado das organizações de trabalhadores no universo sindical e a sua oposição às organizações patronais do campo [...]. Trata-se de uma opção ideológica coerente com sua trajetória anterior. Em segundo lugar, o uso do termo ‘trabalhadores’ pretendia reforçar sua vinculação com a CUT (e com o PT), como central de trabalhadores.”

outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares.”

É recorrente na documentação institucional da referida federação a preocupação de demonstrar a sua vinculação, simultaneamente, com proposta de melhoria de vida dos agricultores familiares e com a construção de um modelo de sociedade e desenvolvimento sustentável e solidário¹⁴. Nesse sentido, coloca-se como tarefa central a capacidade de organização, mobilização e negociação com o Estado para construir políticas públicas capazes de viabilizar a agricultura familiar e uma sociedade que prima pela sustentabilidade e por práticas públicas redistributivas, claramente propondo-se a ser protagonista de um projeto caracterizado historicamente como sendo de esquerda, somando-se a CUT e articulado estrategicamente com o Partido dos Trabalhadores (PT) e as pastorais sociais da Igreja Católica na construção de um campo político-ideológico.¹⁵ Desse modo, a Federação e seus sindicatos articularam-se com um campo político, juntamente com a CUT, com outras organizações do meio rural como o Movimento Sem Terra, com pastorais sociais e setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação e o PT para se contrapor ao modelo de desenvolvimento baseado no latifúndio e defender a permanência dos agricultores familiares em suas terras e para a ampliação de políticas públicas que melhorassem suas condições econômicas e sociais.

Os conflitos territoriais envoltos na restituição de áreas historicamente demarcadas e/ou a criação de novas Terras Indígenas em regiões tipicamente de agricultura familiar passa, nas últimas décadas, por dois momentos distintos. O primeiro, na década de 1990, no Rio Grande do Sul, quando o estado, a partir do novo marco constitucional, reconheceu ter vendido indevidamente áreas indígenas para agricultores, se propôs a indenizar ou reassentar as famílias dos agricultores e restituir o território indígena. Neste caso, por mais que os agricultores estavam sendo penalizados com a necessidade de abandonar o território que há décadas se constituía no locus econômico, social e cultural, não havia o que fazer, pois efetivamente o Estado tinha vendido para agricultores terras que pertenciam aos toldos indígenas demarcados no início do século XX. O segundo, intensificado na última década, com a reivindicação para a criação de terras indígenas em locais colonizados no norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Paraná. O número de processos administrativos e de acampamentos se multiplica, e a maioria deles ameaça terras de agricultores familiares que as compraram nas primeiras décadas do século XX.

Do ponto de vista interno da Federação e dos sindicatos a ela vinculados, aparentemente, parece-nos evidente que a referida tivesse um posicionamento imediato e unânime em defesa das propriedades dos agricultores, contudo, a complexidade da realidade específica coloca, de um lado, a sua base social, agricultores familiares, que estão ameaçados e, de outro, indígenas e entidades indigenistas, notadamente o CIMI, o qual se encontra no mesmo campo de articulação ideológica. Do ponto de vista programático, a Fetraf identifica-se e é

14 Os objetivos principais da Fetraf-Brasil/CUT são: “Fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil; Unificar a ação sindical cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar; Construir um projeto de desenvolvimento Sustentável e Solidário.” (FETRAF-BRASIL/CUT, [s.d.]).

15 Do ponto de vista da estrutura organizativa a Fetraf rompe com base municipal, organizando sindicatos regionais; na região Sul, conta com 93 sindicatos abrangendo 288 municípios. Do ponto de vista da estratégia de atuação, reforça o trabalho de base e as mobilizações (jornadas de luta) para constituição de políticas públicas que favoreçam os agricultores familiares.

identificada pela base e pela sociedade como defensora do direito territorial indígena. Isso gerou, de imediato, certa desconfiança da base quanto ao efetivo posicionamento dos seus sindicatos e também dificuldades das instâncias da Federação e da CUT, mais distantes dos problemas vivido pelos agricultores específicos, compreender o que estava efetivamente ocorrendo.

Este é um tema de difícil compreensão entre as próprias lideranças que historicamente defendem uma causa em que os índios estão dentro dela, ou seja, defender os mais pobres, aqueles que sempre foram excluídos da sociedade. [...] isso foi muito difícil de compreender dentro da FETRAF, ou seja, de como a FETRAF iria ter uma posição contrária daquilo que os índios estavam reivindicando. (Entrevistado 1).

As dificuldades também eram encontradas na relação com a base do sindicato. Em casos específicos de municípios onde os conflitos estão localizados, as lideranças várias vezes tiveram de responder à acusação de que o sindicato teria sido apoiador do movimento indígena em função de ter sido um dos promotores (juntamente com a CPT, CIMI e Pastoral da Terra) da Romaria da Terra que abordava o tema. Na prática, este argumento foi largamente utilizado para deslegitimar o sindicato, mas não repercutiu na base na medida em que a atuação do sindicato, suas propostas e seu discurso, sempre incluiu a defesa dos direitos dos agricultores e indígenas.¹⁶

Segundo os dirigentes entrevistados, a superação destas dificuldades passou por dois movimentos. O primeiro foi uma melhor compreensão do novo contexto dos conflitos territoriais que estão colocando em disputa indígenas e agricultores, análise da história das políticas indigenistas, percepção de que o que estava se questionando não é o direito dos índios, mas, sim, a política indigenista, que está propondo a criação de novas terras indígenas em locais habitados centenariamente por agricultores familiares. A história das regiões de colonização no norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Paraná, possuem especificidades em relação a outras regiões do Brasil, os agricultores não grilaram/usurparam terras indígenas, mas as compraram do Estado. Portanto, a posição da Fetraf não deixou de defender o direito indígena, mas, sim, questionar a política indigenista que nega a história dos agricultores familiares e a consciência que o problema vivido na atualidade foi criado pelo Estado brasileiro.

Este é um problema que o Estado brasileiro criou, que há mais de cem anos colonizou, trazendo imigrantes da Europa [...] e colocou em áreas que já eram ocupadas, que tinham comunidades indígenas [...], portanto temos que resolver este problema, mas tem um responsável que se chama Estado Brasileiro. Portanto, nós temos muito claro que a nossa luta não é pela supressão

16 Os relatos dos dirigentes entrevistados apontam que nos últimos anos a Fetraf formulou e amadureceu o seu posicionamento e hoje “[...] tem clareza que é necessário construir uma nova política pública com as seguintes bases: os agricultores reconheçam publicamente o direito indígena, mas também os indígenas e as entidades que defendem os direitos indígenas precisam reconhecer o direito dos agricultores a terra, especialmente estes agricultores familiares que compram a terra do Estado e vivem nela muitas vezes há mais de cem anos.” (Entrevistado 2).

do direito indígena em detrimento do nosso direito. [...] temos a compreensão que somos duas vítimas do processo histórico desenvolvido no nosso país. (Entrevistado 4).

O segundo movimento foi a intensificação de esclarecimento da base e das diferentes instâncias da Federação. Em relação à base, foram feitas diversas reuniões com lideranças e rodadas de assembleias nas comunidades para discutir o tema e esclarecer a posição assumida pelo Sindicato.

Em relação às instâncias da Fetraf, foram feitas reuniões, seminários temáticos, produzindo documentos que sistematizavam as reflexões feitas e, segundo dirigentes, estão conseguindo ampliar a compreensão e conquistando a adesão

[...] aqui no Rio Grande do Sul este debate dentro da CUT está evoluindo bem, com muitas crises, mas é um debate que está conseguindo avançar, inclusive a CUT conseguiu no estado do Rio Grande do Sul elaborar documentos públicos colocando sua posição diante das questões que estão acontecendo. [...] assim como na FETRAF Brasil, então esse debate dentro da central sindical a nível nacional precisa de muito esforço para ser feito. (Entrevistado 3).

Percebe-se, mesmo com as dificuldades relatadas, que a Fetraf, principalmente as lideranças dos sindicatos onde os conflitos estão ocorrendo, está conseguindo produzir o convencimento de que a defesa do direito à propriedade dos agricultores familiares não significa ser contrário à cultura e ao direito indígena. Corroborando esta afirmação a nota pública da CUT/RS que explicita a posição de defesa dos agricultores, sem, com isso, negar a necessidade de políticas públicas que garantam o direito indígena.

Os conflitos de terras que envolvem agricultores familiares, comunidades quilombolas e povos indígenas possuem certas especificidades na região sul. Diferente de outras regiões do país onde os latifundiários e os agentes do agronegócio avançam na propriedade e acionam dispositivos de violência e extermínio de populações tradicionais, na região sul o grande desafio é encontrarmos soluções pactuadas que preservem direitos adquiridos pelos agricultores familiares e assegurem a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e quilombolas. (CUT, 2013, [s.p.]).

A mesma posição está explicitada na resolução na décima quarta Plenária Estadual da CUT, realizada em maio de 2014, o que demonstra a consolidação do posicionamento da referida Central.

As dificuldades enfrentadas internamente na Fetraf e na CUT aumentam significativamente quando analisamos a relação com os demais movimentos sociais e entidades. Por um lado, a defesa dos direitos dos agricultores aproximou os sindicatos de outras entidades, inclusive da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), vinculada aos empregadores rurais e ao agronegócio. Diante da complexidade vivida pelos agricultores, da dificuldade de dialogar com as instituições do Estado (principalmente Ministério Público

Federal e Funai), da pluralidade de organizações que se colocaram ao lado dos agricultores, houve a necessidade de unificar as ações específicas ainda que houvesse divergências ideológicas. Nos municípios onde estão ocorrendo os conflitos este processo foi facilitado pela proximidade e vivência cotidiana, as quais escondiam possíveis divergências. Nos diferentes locais foram criadas associações de defesa dos agricultores e comissões que agregavam, para além dos agricultores atingidos, lideranças e entidades municipais.¹⁷

Contudo, nas relações mais amplas, a posição dos sindicatos e da Fetraf-Sul foi duramente questionada seja no sentido de, supostamente, colocarem-se contrários ao direito indígena e, principalmente, de desenvolver ações conjuntamente com a Farsul e outras entidades ligadas ao agronegócio. O exemplo mais emblemático e contundente deste questionamento foi expresso pelo CIMI em documento público fazendo críticas à atuação do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro e comparando a Fetraf à Farsul.

É incrível como o Governo do Estado, hoje gestado por um partido que se diz dos trabalhadores, de aliança histórica com os oprimidos do campo, consegue (ou ao menos pensa que consegue) insistir em *travestir os setores conservadores da FARSUL e da FETRAF-Sul (que já são quase a mesma coisa) de pequenos agricultores e garantir a estes, os inimigos dos verdadeiros pequenos (indígenas, quilombolas e, sobretudo campesinos) a legitimidade de tratar desta problemática que há muito os interessa.* (CIMI, 2013, [s.p.], grifo no original).¹⁸

O posicionamento deste documento é, por várias vezes, reiterado publicamente, demonstrando que entidades historicamente parceiras da Fetraf-Sul passam a questionar um dos elementos centrais de sua identidade política, qual seja, a compreensão de que a efetivação do direito dos agricultores familiares passa por um modelo de desenvolvimento que inclua os diferentes setores sociais historicamente excluídos.

Na avaliação dos dirigentes, apesar da dificuldade de dialogar especificamente com o CIMI, foram feitos debates com os setores da Igreja Católica envolvendo bispos de dioceses e com a própria Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros resultando numa melhor compreensão da posição da Fetraf. As dioceses da região norte do Rio Grande do Sul, região de maior intensidade do conflito, houve manifestações públicas de bispos demonstrando a preocupação com a complexidade do contexto e reconhecendo que os índios têm direito a uma vida digna, mas os agricultores também possuem direito sobre estas terras que compraram do Estado.

17 Questionado sobre a relação do sindicato com as demais entidades e possíveis conflitos, o dirigente assim se expressa: “No local, a gente tem definido uma questão estratégica que é quando faz as ações, chama junto, então o pessoal vem sempre. São muito difíceis ações locais que o sindicato da agricultura familiar faz sozinho, ou seja, quando a ação envolve esse tema vem todos e toda a comissão pensa junto, mesmo que seja uma mobilização a nível estadual, em nível do Sul do Brasil, seja construída só pela Fetraf; aqui no local nós chamamos todos.” (Entrevistado 1).

18 O documento conclui afirmando que: “Estão sendo considerados inimigos dos povos indígenas em nível estadual: O governador Tarso Genro. O assessor do Governador e representante da Consulta Popular, Milton Viário. O secretário dos Direitos Humanos, Fabiano Pereira. O secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), Ivar Pavan. O chefe de Gabinete da SDR, Inácio Benincá. O diretor geral da SDR, Elton Scapini. *Os setores conservadores da Fetraf-Sul e da Farsul.*” (CIMI, p. 2-13, grifo dos autores).

Os bispos da diocese de Vacaria emitem uma Declaração explicitando o direito dos agricultores da região pretendida pela TI Passo Grande do Forquilha permanecer em suas terras.¹⁹

O grau de complexidade amplia ainda mais quando se analisa a relação da Fetraf-Sul com governos do PT. Como já mencionamos, é inegável a vinculação da trajetória da federação em tela com o PT, pois o agravamento dos conflitos territoriais em regiões ocupadas por agricultores familiares intensificou-se a partir de 2004, justamente no período em que o governo federal foi comandado pelo PT e, no Rio Grande do Sul, no período de 2010-2014, foi governado por Tarso Genro, do mesmo partido, sendo que já havia sido ministro da Justiça no governo Lula.

O contexto político acima descrito deveria ser um facilitador para que os representantes da Fetraf-Sul tivessem facilidade e legitimidade na interlocução com os governos, contudo, a situação não se mostrou assim. Por longos anos, os referidos sindicalistas enfrentaram uma dupla dificuldade: tiveram de assimilar as críticas feitas pela base e pela sociedade quanto à postura dos governos do PT em relação à política territorial indigenista, principalmente, em regiões ocupadas por agricultores familiares; simultaneamente tiveram a dificuldade de se estabelecer como interlocutores dos governos para o tema. A dificuldade de legitimidade e diálogo com os governos está relacionada a dois aspectos, primeiro porque, da mesma forma que a Fetraf-Sul, o PT possui em seu programa a defesa do direito indígena, e pelo fato dos membros do partido e do governo não conseguirem enxergar a especificidade dos impactos da política territorial indígena nas regiões ocupadas por agricultores familiares.

Este dilema resultou na decisão da Fetraf-Sul de fazer ações de mobilização e de enfrentamento com o governo objetivando chamar a atenção deste para a gravidade vivida pela sua base. Alguns momentos servem de exemplificação desse enfrentamento. O primeiro deles é quando a Fetraf-Sul decide ocupar o Centro Administrativo do estado do Rio Grande do Sul²⁰, paralisando a administração e exigindo uma nova postura do governo Tarso Genro como intermediador no diálogo com o governo federal. Esta ação produziu efeito na medida em que na sequência o referido governador marcou audiências, das quais participaram representantes da Fetraf-Sul com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Casa Civil e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o próprio governador.

Este conjunto de audiências serviu para que o centro do governo reconhecesse que a política indigenista deveria levar em consideração a realidade específica das regiões de agricultores familiares e para a legitimação da Fetraf como interlocutora para esta temática. Nesse sentido, não houve mudança prática na implementação da referida política, resultando em uma ação no intuito de dialogar diretamente com a presidenta Dilma Rousseff. Isso ocorreu quando os agricultores ocuparam o salão em Novo Hamburgo (11 de outubro de 2013), no qual

19 “Face às tensões provocadas por disputas de terras, entre colonos e índios, em nossa área de atuação, a diocese de Vacaria vem publicamente manifestar-se que não reconhece a existência de nenhuma área Indígena no território situado entre: leste, Rio Inhandava (Forquilha) e o Rio Apuaê (Ligeiro) e norte-sul, rio Pelotas e BR 285. Com esta nossa Declaração, esperamos contribuir no sentido de elucidar, dirimir e dar soluções às dúvidas em questão.” (Documento, denominado Declaração, de 27 de maio de 2013, assinado pelos Bispos Dom Irineu Gassen e Dom Orlando Octacilio Dotti).

20 Este fato aconteceu em 15 de maio de 2013, para mais informações, ver: <www.radioaltouruguai.com.br>.

a presidenta faria a formatura de alunos do Pronatec.²¹ Esta ação resultou numa audiência com a presidenta Dilma Rousseff, que se comprometeu a garantir a manutenção dos agricultores em suas propriedades. Apesar deste compromisso, os processos administrativos de demarcação prosseguiram, levando os agricultores a bloquearem o Ministério da Justiça com cruzeiros e caixões representando a morte de milhares de agricultores familiares²². Esta última ação repercutiu nacionalmente e provocou uma mudança na postura do governo federal, que suspendeu temporariamente os processos administrativos de demarcação de terras indígenas em áreas ocupadas por agricultores familiares e estabeleceu mesas de diálogos com cada caso específico que, na prática, até o presente momento, não produziu solução para nenhum caso.²³

4 Considerações finais

Visivelmente, a Fetraf-Sul assume uma postura de autonomia e de defesa de suas bases, mesmo que isso represente, em alguns momentos, a incompreensão de outras entidades do seu campo político. Ao mesmo tempo expressa com clareza a convicção que tem quanto ao seu posicionamento da defesa do direito territorial dos agricultores e dos indígenas. Muito embora a posição assumida pela Fetraf possa ser incômoda, difícil de ser compreendida²⁴. A defesa unilateral dos indígenas ou dos agricultores seria mais facilmente compreendida pela sociedade e pelas partes envolvidas.

Em relação a possíveis soluções dos problemas, os dirigentes são enfáticos em afirmar que eles passam, em primeiro lugar, pelo reconhecimento do direito dos agricultores e dos indígenas: um está vivendo na terra, e outro busca voltar para uma terra na qual seus antepassados viveram e que, neste caso, independentemente de quem ficar com a terra, terá um sujeito (índios ou agricultores) que ficará sem a terra que precisa para viver. Portanto, soluções que venham do Judiciário definirão o direito territorial de um grupo sem garantir o direito do outro.

Percebe-se que a luta social envolvendo esses dois sujeitos coletivos vem produzindo tensões e conflitos para além dos diretamente envolvidos na disputa pela terra; ou seja, essa *práxis* política redefine, reconfigura e produz tensões no interior das entidades de representação dessas categoriais sociais fazendo com que haja

21 Reportagem feita pela Rede Gaúcha de Rádio em: <<http://www.radioplanetario.com/web/index.php?menu=noticias&id=5112>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

22 Esta manifestação ocorreu no dia 4 de novembro de 2013 e repercutiu na imprensa nacional. Ver: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/06/interna_cidadesdf,397362/agricultores-do-rio-grande-do-sul-protestam-contra-a-demarcacao-de-terras.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2013.

23 Estas ações de mobilização e enfrentamento foram complexas e recheadas de ações políticas e de negociações que não cabem no escopo deste texto. Um maior detalhamento delas pode ser obtido em Kujawa (2014).

24 “A Fetraf, no seu corpo de direção e lideranças, tem consciência que a sua posição é difícil de ser compreendida e que não é cômoda, pois no momento que você faz um discurso simplesmente pró-agricultor fica fácil. Ou, ao contrário, faz um discurso pró-indígena também fica fácil, mas quando você entra defendendo que tem que resolver o problema dos dois, muitas vezes, causa incompreensão, tanto dos agricultores, quanto dos indígenas e da sociedade, porém temos a convicção, clareza que este de fato é o caminho.” (Entrevistado 4).

dúvidas, desconexão histórica e ausência de legitimidade, bem como alianças e lutas comuns entre entidades que, por força de conflitos anteriores, em particular, entre sem-terra e latifundiários, no caso em questão, colocam-se no mesmo lado.

Quando o conflito pela terra não envolvia indígenas e nem comunidades quilombolas e, sim, latifúndio e pequenos agricultores (posseiros, sem-terra, arrendatários, dentre outros), havia uma definição ideológica e de representação mais definida e clara; se a luta social atual em questão não envolvesse territórios que contemplam pequenos agricultores (identificados como familiares), com titulação legal e secular e, sim, o latifúndio, possivelmente não haveria tensão e reconfiguração na esfera das mediações políticas, pois a propriedade privada da terra, aliada a fatores histórico-culturais dos sujeitos envolvidos continua sendo central na sociedade contemporânea.

Enfim, a intensa luta social que se manifesta no Sul do Brasil, em particular entre indígenas e pequenos agricultores, pós-anos 2000, pela sua especificidade, intensidade e midialização, vem fazendo com que a sociedade em geral, bem como as entidades de representação e/ou mediação política, tomem partido, definam sua posição, atuação e, se necessário for, produzir fissuras históricas e demarcar os novos e específicos sujeitos coletivos a serem representados e mediados.

Referências

BECKER, Ítala Irene Balise. **O índio kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1995.

CARINI, Joel. **Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. Migrações compulsórias de agricultores e reterritorializações: recampesinizações no noroeste do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Orgs.). **Conflitos agrários no norte gaúcho**. Passo Fundo: IMED, 2010. v. 3.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Nota pública pela preservação de direitos dos agricultores familiares, povos indígenas e quilombolas**. Maio 2013. Disponível em: <<http://cutrs.org.br>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Site Oficial**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

FETRAF-BRASIL/CUT – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. **Site Oficial**. 2001. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

FETRAF-SUL – Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. **Site Oficial**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

KUJAWA, Henrique Aniceto. A política territorial indígena no Rio Grande do Sul durante o século XX. In: TEDESCO, João Carlos. **Conflitos Agrários no Norte do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Letra Vida; Passo Fundo: IMED, 2014.

_____. **Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: a trajetória de políticas públicas contraditórias**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

_____. **Conflitos territoriais envolvendo indígenas e agricultores: uma análise histórica e jurídica de políticas públicas contraditórias**. CRV: Curitiba, 2015.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Antropologia**, n. 56, 2000.

NACKE, Anelise et al. **Os kaingang no oeste catarinense: tradições e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 204-235, jan./abr. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Relatório da CPI do Índio**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1968. (Mimeografado).

_____. **Relatório e conclusões do grupo de trabalho criado pelo Decreto n. 37.118/1996 para analisar questões indígenas no Rio Grande do Sul**. 1997. (Mimeografado).

VEIGA, Juracilda. **Estudo de Fundamentação Antropológica da área denominada Passo Grande do Forquilha, municípios de Sananduva e Cacique Doble (RS)**. Brasília: Funai, 2005. (Portaria 1136, de 29 de setembro de 2005).

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupações do espaço no oeste catarinense: atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NA BACIA DO RIO URUGUAI E O CONFLITO DA FUTURA USINA HIDRELÉTRICA EM ITAPIRANGA (SC)

Leonardo André Felipe Carneiro Nunes¹

Humberto José da Rocha²

Resumo

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) possui parte de suas raízes na bacia do rio Uruguai. Devido à proximidade do Sudeste brasileiro e a geografia do rio, os estudos realizados no rio Uruguai na década de 1960 constataram que a bacia do rio Uruguai era bastante apropriada para a expansão do setor hidrelétrico. O processo social correspondente à hidreletricidade no Brasil é caracterizado por paradoxos como o de um desenvolvimento econômico marcado pela expansão do parque gerador, que, predominando a matriz hidrelétrica, contrasta com a inundação de milhares de quilômetros de terra onde vivem comunidades locais que foram remanejadas compulsoriamente. A organização dos atingidos por barragens tem seus primeiros passos datados ainda no final da década de 1970, durante a ditadura militar. É no contexto da luta da retomada dos direitos civis e políticos que várias organizações e lutas sociais emergem. Os estudos técnicos e socioambientais, bem como os conflitos políticos e sociais que envolvem a construção da barragem de Itapiranga já ocorrem há mais de três décadas. O desgaste promovido por este impasse fica bastante evidente diante dos relatos de todos os atores envolvidos. A metodologia utilizada neste trabalho compreende a revisão bibliográfica de produções acadêmicas sobre a construção de UHEs na bacia do rio Uruguai e sobre o MAB. Utilizamos também a observação participante em eventos organizados pelo movimento. Interpretamos os textos documentais e os debates que aconteceram durante eventos e atividades do MAB a partir da metodologia de análise de conteúdo, segundo Chizzotti (1995) e Moraes (1998).

Palavras-chave: Rio Uruguai. MAB. UHE Itapiranga. Conflito social. Oportunidade política.

1 Introdução

O presente trabalho é parte integrante dos estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto de Pesquisa intitulado “Atualidade dos Movimentos Sociais na Fronteira Sul”, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa

1 Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc). *E-mail:* <leonardo.canisso@gmail.com>.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *E-mail:* <humbertojosédarocho@yahoo.com.br>.

Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc). O artigo busca apresentar brevemente a forma como se deu a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na bacia do rio Uruguai enfatizando o panorama histórico do conflito inerente à implantação da futura usina hidrelétrica (UHE) de Itapiranga (SC). O projeto que contempla a construção da hidrelétrica busca se justificar pela necessidade de ampliação do setor energético brasileiro a partir da década de 1970.

O processo social correspondente à hidreletricidade no Brasil é caracterizado por paradoxos como o de um desenvolvimento econômico marcado pela expansão do parque gerador, que, predominando a matriz hidrelétrica, contrasta com a inundação de milhares de quilômetros de terra onde vivem comunidades locais que foram remanejadas compulsoriamente. É devido à imperatividade dos empreendimentos do setor elétrico brasileiro, principalmente as construções de grandes barragens de geração de energia elétrica a partir da hidroeletricidade, que a cada dia os estudos e problematizações das causas e efeitos dessas obras se apresentam nas Ciências Sociais.

A abordagem sociológica utilizada nesse artigo utiliza os conceitos de “Conflito Social”, de Georg Simmel (1983), e “Oportunidade Política”, de Sidney Tarrow (2009). A partir da década de 1970, no momento mais tenso da ditadura militar brasileira, a luta de diversas organizações que reivindicam o fim do regime e batalham pela conquista de direitos, produz uma atmosfera política que potencializa a força de luta dos movimentos sociais. Entre eles, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) na bacia do rio Uruguai.

Devido à proximidade com o Sudeste brasileiro e a geografia do rio, os estudos realizados no rio Uruguai na década de 1960 constataram que a bacia do rio Uruguai era bastante apropriada para a expansão do setor hidrelétrico. No Brasil, a mobilização dos atingidos teve como um dos berços as comunidades dos municípios atingidos pelas UHE da bacia do rio Uruguai do norte gaúcho e oeste catarinense. Nesse sentido, a CRAB surge no final da década de 1970, nessa região.

O caso de Itapiranga é considerado emblemático. Carrega um histórico de três décadas de resistência contra a implementação da hidrelétrica. Na perspectiva do conflito, os atingidos deixaram de lado, ao longo do avanço do projeto, as diferenças que antes poderiam ser motivo de conflito entre os atores.

A metodologia utilizada no presente texto compreende a revisão bibliográfica de trabalhos produzidos sobre as construções de UHEs na bacia do rio Uruguai e sobre o MAB. Também foi utilizada a observação participante em eventos que aconteceram promovidos pelo MAB, a saber, o I Seminário “Barragens”, que ocorreu na câmara de vereadores de Itapiranga (SC), no dia 23 de novembro de 2015, e o I Encontro Estadual do MAB, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2016. Utilizamos para a interpretação dos textos documentais e dos diversos debates ocorridos nos eventos, a metodologia de análise de conteúdo, conforme Chizzotti (1995) e Moraes (1998).

2 Referencial teórico

O conflito social recorrente nos casos em que se encontram atingidos por barragens é entendido aqui a partir das ideias de Georg Simmel (1983, p. 120-122). O autor parte da premissa de que o conflito social reproduz-se junto às ações interativas e relacionais sociais, o que quer dizer, a partir das relações sociais existentes no interior da sociedade. O autor desenvolve ao longo de sua obra o conceito de “sociação”, considerando que

a sociedade é um produto de relações individuais. Com isso, o conceito de “sociação” é utilizado para designar as formas e os modos como os atores sociais se relacionam (SIMMEL, 1983, p. 122).

Nessa linha, para Simmel (1983, p. 122), “[...] admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. [...] é uma forma de ‘sociação.’” Na mesma linha, Alcântara Júnior (2005, p. 2) ressalta que:

Quando considerado enquanto uma forma social, o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais. É um tempo socialmente especializado e promotor de indeterminadas *formas sociais*, e uma expressão das relações existentes entre formas e conteúdo.

Nesse sentido, os conflitos sociais são apresentados como socialmente importantes. Simmel aponta uma das virtudes do conflito como sendo o fato de que ele, o conflito, cria um “espaço”, à imagem de um palco teatral, lugar onde as partes podem encontrar-se em um mesmo plano situacional e, sendo assim, coloca-se um nivelamento (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005, p. 3). Uma condição indispensável para que as partes, às vezes, ásperas e diferentes possam, de fato, efetuar a trama que ele encerra. É um ato que combina e, em outros momentos, proporcionará a própria superação das diferenças dos participantes. Conforme Alcântara Júnior (2005, p. 3):

[...] o conflito social contém a característica de constituir-se num espaço social, que o confronto é um ato de reconhecimento e, ao mesmo tempo, produtor de um metamorfismo entre as interações e as relações sociais daí resultantes. Uma outra característica positiva atribuída, residiria no fato de superar os hiatos e os limites socialmente estabelecidos pelos intervalos dicotomizados, ou mesmo, as desigualdades sociais produzidas e estruturadas pelos resultados dos entrelaçamentos ocorridos na sociedade. Para Simmel, o conflito é a substância existente nas mais diversas relações entre os indivíduos na sociedade.

Podemos compreender, com isso, a capacidade do conflito de resolver tensões entre contrastes, ou seja, devido a sua condição de permitir que os atores envolvidos, por mais antagônicos que sejam, desfrutem da mesma “plataforma de atuação”.

Na perspectiva da “oportunidade política”, a pergunta fundamental é por qual motivo as pessoas comuns começaram ir as ruas lutar pela ampliação ou garantia de seus direitos? Tal questão vem sendo discutida por estudiosos com grande intensidade, principalmente a partir das revoluções francesa e industrial e, além da atenção de intelectuais, tal fato chama atenção principalmente das elites que percebem sua estabilidade política ameaçada pelas mobilizações populares.

É em meados dos anos 1970, em pleno regime militar brasileiro, que muitas mobilizações populares se desencadeiam. A luta contra o fim da ditadura, melhores condições de vida e a busca pelos direitos que regem a cidadania são pautas que se espalham por quase todo o território nacional. Encontram-se entre as

mobilizações grupos de professores, sem-terra, agricultores, atingidos por barragens, metalúrgicos etc. Em ambas as reivindicações, ao menos um denominador comum pode ser encontrado: o questionamento ao Estado. Tal ideia é apresentada nos estudos de Sidney Tarrow (2009), fruto de uma linha de pensamento que defende que as oportunidades e restrições políticas podem proporcionar uma força maior (ou menor) para grupos que lutam por determinadas pautas. As oportunidades políticas potencializam a capacidade de mobilização de grupos que, mesmo com pautas diferentes, possuem o mesmo objetivo: pressionar o Estado. O conceito de oportunidade política é uma dimensão consistente – “[...] mas não necessariamente formal ou permanente – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso.” (GAMSON; MEYER, 1996 apud TARROW, 2009, p. 105).

Segundo Tarrow (2009, p. 107):

As oportunidades políticas podem não estar todas visíveis ao mesmo tempo para todos os potenciais desafiantes. [...] em sua maioria, as oportunidades e restrições políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais.

Se tratando de oportunidade política, fica evidente que no contexto da ditadura militar, a partir das aberturas políticas iniciadas com o presidente Ernesto Geisel em 1974, uma atmosfera de oportunidades políticas se criou no País, permitindo que movimentos sociais ganhassem força na luta pela conquista de seus direitos.

Entre os elementos da teoria da oportunidade política, é válido destacar nesse trabalho, diante do recorte a que ele se detém, o da *Repressão e Facilitação*. Assim, “[...] repressão é qualquer ação de outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva do opositor. Uma ação que diminua o custo da ação coletiva do grupo é uma forma de facilitação.” (TILLY, 1978 apud TARROW, 2009, p. 10).

Portanto, “[...] a repressão é o destino mais provável para os movimentos que clamam por mudanças fundamentais e ameaçam as elites do que para os grupos que fazem reivindicações modestas.” (GAMSON, 1990 apud TARROW, 2009, p. 10).

3 Estruturação do setor elétrico na bacia do rio Uruguai

A infraestrutura é um dos pilares do desenvolvimento de qualquer nação ao passo que possibilita o acesso ao lazer, à educação, à saúde e ao saneamento, o deslocamento de cargas e pessoas, o movimento de máquinas, indústrias, automóveis e bens de consumo duráveis. O setor energético é um dos mais sensíveis no mundo contemporâneo, em função da crise da matriz petrolífera, causada pela escassez e encarecimento do petróleo e, de outro lado, porque é intensivo em capital e tecnologia que exigem grandes investimentos para produzir qualquer incremento na oferta. Notoriamente, é um setor extremamente impactante no que diz respeito ao meio ambiente e aos segmentos sociais atingidos.

No Brasil, a produção energética a partir das usinas hidrelétricas data do final do século XIX, a partir de investimentos privados de energia elétrica, cujos excedentes eram repassados para o poder público local manter uma rudimentar iluminação pública e/ou movimentar bondes de transporte, processo que perdurou até a década de 1930.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2013), o rio Uruguai começa na confluência dos rios Pelotas e Canoas, com direção leste-oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina numa distância de aproximadamente quatrocentos quilômetros que “compreende o alto Uruguai”, trecho de maior declividade do rio. “Com aproximadamente 1.300 km, o Rio Uruguai nomeia a bacia que abrange uma área de aproximadamente 384.000 Km², dos quais 176.000 Km² situam-se em território nacional sendo 46.000 Km² no estado de Santa Catarina e 130.000 Km² no Rio Grande do Sul.” O fato de a bacia do rio Uruguai estar localizada próxima aos estados da região do Sudeste brasileiro, maior consumidores de energia elétrica, despertou o interesse do setor hidrelétrico.

Figura 1 – Bacia do rio Uruguai



Fonte: <<http://www.ecologia.ufrgs.br>> (2016).

Durante a década de 1960, muitas concessionárias aglutinaram as iniciativas no setor energético do Sul brasileiro, dando um corpo ao setor elétrico. Dado isso, tanto a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do lado gaúcho, quanto a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) do lado catarinense da bacia,

não possuíam capacidade estrutural para acompanhar aos anseios de planificação integrada da exploração dos recursos energéticos no Sul brasileiro. Com isso, a década de 1960 seria marcada pelo início dos trabalhos da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., integrante do sistema Eletrobras (ROCHA; PASE; LOCATELLI, 2014, p. 42-43).

Com uma década de atividades no Sul brasileiro, a Eletrosul realizou estudos para atualizar a condição energética da bacia do rio Uruguai. Em 1979 foi apresentado um plano para a exploração hidrelétrica da bacia que previa a instalação de 25 hidrelétricas, sendo 22 usinas, entre estas, a de Itapiranga, no território nacional, e outras três em parceria com a Argentina no curso médio do rio.

Para além da dimensão técnica, as iniciativas desenvolvidas pela Eletrosul foram responsáveis por um “papel pedagógico” (SANTOS; NACKE, 2002 apud ROCHA; PASE; LOCATELLI, 2014, p. 42-43) na bacia do rio Uruguai pelo fato de que as populações locais passaram a se mobilizar em virtude dos impactos dessas obras sobre suas vidas, o que foi reforçado pelas notícias da situação dos “alagados” pela UHE Passo Real (1973) e os “expropriados” pela UHE Itaipu.

4 O Movimento dos Atingidos por Barragens na bacia do rio Uruguai

A organização dos atingidos por barragens tem seus primeiros passos datados ainda no final da década de 1970 durante a ditadura militar. Conforme mencionamos anteriormente, foi no contexto da luta da retomada dos direitos que várias organizações e lutas sociais aconteceram decorrência do quadro de oportunidade política daquele contexto. Organizações como o MAB, os Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o movimento das Diretas já! são alguns dentre os protagonistas desse período.

Figura 2 – Movimentos sociais na década de 1980



Fonte: <<http://cafepasa.blogspot.com.br>> (2013).

A História do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) está interligada diretamente aos planos de expansão do setor elétrico brasileiro projetados a partir da década de 1960 e implementados nas décadas posteriores. A formação e a organização do MAB se dão contextualizado com o processo político, social e econômico ocorrido no Brasil a partir do final da década de 1970 e, ao se aproximar dos cinquenta anos de existência, vem se caracterizando como um movimento que reprova o modelo de desenvolvimento atual e propõem novas alternativas para a geração de energia elétrica no País.

O novo modelo energético proposto pelo Estado como forma de desenvolver o setor industrial, especialmente na região Sudeste do Brasil, previa a construção de grandes usinas hidrelétricas no País. Na bacia do rio Uruguai, por seu relevo acidentado, em forma de vales, entre as obras prioritárias para o início da década de 1980 estava as barragens de Machadinho e de Itá.

Os grandiosos projetos e a ausência de um plano de desapropriação e reassentamento foram um marco para o início do processo de organização dos colonos atingidos e para a criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em 1979, na região do alto Uruguai. A partir daí, tornam-se comuns, na região do alto Uruguai, protestos, trancamentos de estradas, ocupações das usinas em construção e enfrentamentos entre os colonos e atingidos e a brigada militar, que procurava defender as empresas construtoras (TEDESCO; CARINI, 2010, p. 147).

Passados mais de duas décadas, os desafios atuais do MAB perpassam a realidade dos colonos reassentados ou dos colonos situados em áreas com futuros projetos hidrelétricos. O setor energético brasileiro, que está sob o controle de empresas nacionais e internacionais, o alto valor pago pela energia elétrica pelos consumidores urbanos e rurais, bem como o processo de privatizações dos recursos naturais brasileiros, como é o caso da companhia vale do Rio Doce. Esses elementos estão na pauta como temas atuais e direcionam a atuação do MAB que busca promover um debate e a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira.

Nesse sentido, podemos afirmar que o MAB “[...] surge com a finalidade de ampliar a força política para disputar a forma de tratamento social da população atingida, buscando o direito de defender as diversidades sociais, culturais e biológicas da região.” (SEMINOTTI, 2012, p. 162).

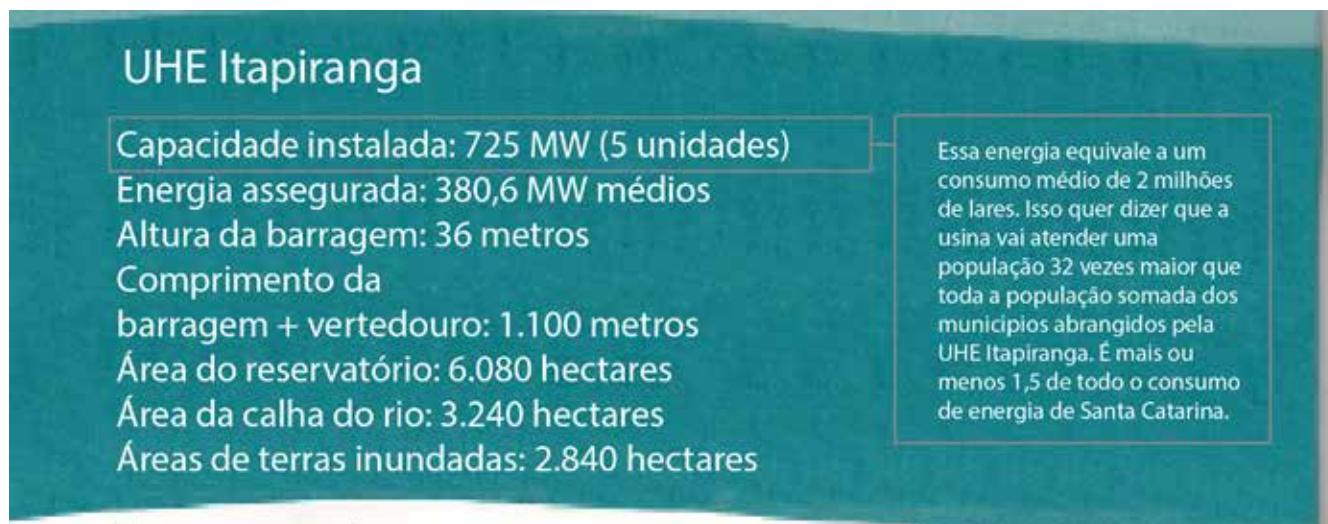
É nesse contexto que está inserida a proposta de instalação da UHE Itapiranga. Segundo o projeto, a usina terá seu eixo localizado no rio Uruguai, na divisa entre Itapiranga e Pinheiro do Vale (RS). Terá um eixo de 560 metros de comprimento e 36 metros de altura da crista da barragem. A mesma comportará cinco turbinas do tipo Kaplan. Seu reservatório atingirá uma área equivalente a 61 km². Com comprimento de 110 km, a barragem atingirá os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Mondaí e Vicente Dutra, em Santa Catarina; enquanto no lado gaúcho atingirá Pinheiro do Vale, Caiçara e Vista Alegre (LETURCQ, 2014, p. 177). De acordo com a pesquisa de Leturcq (2014, p. 177):

O projeto original da barragem de Itapiranga, previa uma altura de 57m, com uma potência de 936 MW e uma área de reservatório de 142 KM². Mas este projeto original foi modificado, por motivos econômicos e políticos e, segundo o líder local do Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB), A. Mossmann, durante diversas reuniões, e principalmente uma em Brasília com um ministro, o povo da região demonstrou sua determinação a não aceitar construção de uma usina em Itapiranga.

Atualmente, com seu projeto apresentado pela Engevix, em 2004 a barragem de Itapiranga apresenta as seguintes dimensões técnicas:

Figura 3 – Recorte da cartilha de apresentação da UHE



Fonte: Desenvix (2014, p. 14).

Ao passo que as obras eram propostas para Itapiranga, a mobilização social também aconteceu. A colonização europeia, predominante na região, teve início a partir do século XIX. O alicerce principal deste movimento populacional foram os problemas econômicos e sociais na Europa, e, em seguida, problemas políticos (guerras, o processo de unificação e de divisões dos estados). O principal objetivo desses migrantes era a busca de terras e oportunidades novas para construir sua vida (LETURCQ, 2014, p. 170).

Em 10 de abril de 1926, um grupo de agricultores alemães chefiado pelo padre Max Von Lassberg, vindos do Rio Grande do Sul, navegando pelo rio Uruguai, chegaram à colônia de Porto Novo (mais tarde, Itapiranga). As terras da colônia pertenciam ao município de Chapecó (SC), e a denominação Porto Novo se deu pelo fato de existir uma colônia chamada Porto Feliz a sessenta km de distância (LETURCQ, 2014, p. 172).

Dentro do quadro institucional, a Eletrosul podia construir a barragem de Itapiranga. Mas este projeto não se concretizou nas décadas de 1980 nem de 1990, pois a Eletrosul concentrou-se em outro projeto (Itá) e, segundo Arcélio Mossmann (líder local do MAB), abandonou de modo temporário Itapiranga depois de uma reunião “quente” entre funcionários da Eletrosul e alguns líderes locais de Itapiranga.

Os estudos técnicos e socioambientais, bem como os conflitos políticos e sociais que envolvem a construção da barragem de Itapiranga já ocorrem há mais de três décadas. O desgaste promovido por este impasse fica bastante evidente diante dos relatos de todos os atores envolvidos. Foram pelo menos três investidas por parte

dos propositores dessa obra para tentar iniciar e dar sequência na construção da barragem desde o início do projeto, em meados da década de 1980.

Figura 4 – MAB em passeata na cidade de Itapiranga (SC)



Fonte: <<http://www.desacato.com>> (2016).

Devido à contrariedade dos atingidos de Itapiranga ante a construção da barragem e possível perda de propriedades, indenização injusta e destruição do patrimônio histórico-cultural da cidade, a união entre os atingidos por barragens de Itapiranga é bastante coesa. Vale ressaltar que, na perspectiva de Simmel, a condição de atingido dos itapiranguenses permite que esses possuam a mesma “plataforma de atuação” (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005, p. 3), procurando, assim, organizar-se para atingir o mesmo alvo na busca pelos seus direitos. Várias reuniões entre o MAB e as empresas responsáveis pela construção da usina receberam o apoio da prefeitura para a luta contra a construção. Reuniões entre envolvidos, audiências públicas e seminários aconteceram nesses trinta anos de projeto da UHE, na tentativa de impedir a continuação do projeto ou transformá-lo. É válido ressaltar que uma comissão de vereadores criada no final de 2012 surgiu para acompanhar a criação usina hidrelétrica de Itapiranga. A comunicação é outro elemento que está presente em Itapiranga assim como em diversas outras usinas. Muitos moradores da cidade não sabem a real situação do projeto de construção da futura UHE.

É válido ressaltar que, durante o processo de criação e consolidação da resistência em Itapiranga em meados dos anos 1980, até os dias atuais, o conflito entre Atingidos e Estado transformou-se em Atingidos e Setor Privado. Essa mudança é devido às privatizações do setor elétrico brasileiro, iniciadas a partir de uma Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que oferecia as linhas gerais para as concessões dos serviços públicos, que tiveram na Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, as normas para outorga e prorrogações das concessões específicas para o setor hidrelétrico. Segundo essa legislação, o Estado assume definitivamente a condição de

parceiro da iniciativa privada na instalação de hidrelétricas, o que, no governo Lula, foi ratificado através da Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual estabelece as normas gerais para as Parcerias Público-Privadas (PPP).

5 Considerações finais

Os atingidos por barragens pactuam do mesmo interesse: garantir que seus direitos sejam respeitados. Essa condição condiciona para que no conflito, diante do seu “adversário”, contrastes que antes proporcionavam outros conflitos, sejam ao menos, momentaneamente, “deixados de lado” em prol de um objetivo maior.

Durante os mais de trinta anos de resistência em Itapiranga, o “adversário” dos atingidos mudou. Quando o projeto das 25 UHEs na bacia do rio Uruguai foi lançado, o sistema hidrelétrico brasileiro era responsabilidade estatal. A partir dos anos 1990, a divisão do setor fez com que os atingidos repensassem suas estratégias de luta, pois o “adversário” se transformou.

Os desafios atuais transcendem as lutas pontuais das décadas passadas e ganham maior dimensão. O MAB tem posição contrária quanto aos futuros projetos do governo brasileiro de construção das grandes barragens.

Podemos concluir que a usina Itapiranga é uma marca territorial visível. Sem ser construída, a usina de Itapiranga é um fator de ação ou de não ação em muitos elementos que compõem a sociedade desde os anos 1970. Assim podemos destacar a economia local que se desenvolveu particularmente, mas fica ameaçada pelos possíveis efeitos negativos de uma usina.

Referências

ALCÂNTARA, José J. Georg Simmel e o Conflito Social. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/222/154>>. Acesso em: 7 set. 2016.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **A Bacia do Rio Uruguai**. 2013. Disponível em: <www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=111>. Acesso em: 10 set. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DESACATO.INFO. **I Encontro Estadual do MAB reforça a não implantação da hidrelétrica em Itapiranga-SC**. 2016. Disponível em: <<http://desacato.info/i-encontro-estadual-do-mab-reforca-a-nao-implantacao-da-hidreletrica-em-itapiranga-sc/>>. Acesso em: 5 out. 2016.

DESENVIX. **Cartilha de apresentação da UHE Itapiranga**. 2014.

ECOLOGIA. **Bacia Hidrográfica**. 2016. Disponível em: <<http://www.ecologia.ufrgs.br/lagouaiba/bacia.htm>>. Acesso em: 8 out. 2016.

LETURCQ, Guilherme. A usina hidrelétrica de Itapiranga, entre passado, realidade e expectativas. In: ROCHA, Humberto; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos. **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In: GRILLO, Marlene Corroero; MEDEIROS, Marilú Fontoura de Medeiros. **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

PASE, Emerson et al. **Estado, Democracia e hidreletricidade no Brasil**. Pelotas: Ed. UFPel, 2012.

ROCHA, Humberto; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos. **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

SEMINOTTI, Jonas. O movimento dos atingidos por barragens: origem e atuação (1979-2008). In: PASE, Emerson et al. **Estado, Democracia e hidreletricidade no Brasil**. Pelotas: Ed. UFPel, 2012.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. São Paulo: Vozes, 2009.

TEDESCO, Carlos J.; CARINI, João J. **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho**. 3. ed. Passo Fundo: Imed, 2010.

MODALIDADES DE INDENIZAÇÃO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ: A PARTICIPAÇÃO DO MAB

Myriam Aldana Vargas¹

Bruna Ohland²

Resumo

O rio Uruguai tem sido alvo de grandes projetos hidrelétricos que foram concebidos ainda na década de 1970 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó foi instalada em 2010 e atingiu 13 municípios. A Foz do Chapecó Energia, responsável por esta usina, recebeu em julho de 2010 a concessão do uso da água da Agência Nacional de Água (ANA), outorgando-lhe o direito do uso de recursos hídricos para fins de aproveitamento do potencial hidrelétrico da UHE Foz do Chapecó, e a licença de operação da hidrelétrica foi concedida pelo Ibama no mesmo ano. Neste grande projeto, o processo de indenizações aos atingidos foi bastante complexo e conflitivo. Objetiva-se apresentar a situação das famílias atingidas segundo a modalidade de indenização carta de crédito e reassentamento rural coletivo, após cinco anos do recebimento da indenização, identificando a participação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) neste processo. Nesta pesquisa de caráter qualitativo, foram realizadas entrevistas com os atingidos de cada modalidade aqui estudadas e com representante do MAB. Ao estudar a situação das famílias dentro das novas localidades identificou-se as alterações das atividades produtivas, a desestruturação das redes de relações sociais e dos modos de vida estabelecidos que provocaram importantes perdas materiais e simbólicas; identificou-se os diferentes impactos nos atingidos, comparando a situação das famílias, segundo a modalidade de indenização escolhida.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica. Modalidades de indenização. Movimento dos Atingidos por Barragens.

1 Introdução

Uma das modalidades de indenização da Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó foi o Reassentamento Rural Coletivo, que se constituiu em um dos maiores entraves nas negociações entre o empreendedor e os atingidos. Objetivou-se neste estudo analisar os modos de vida das famílias que optaram por esta modalidade

1 Doutora em Ciências Humanas. Docente do Programa de Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). *E-mail:* <aldana@unochapeco.edu.br>.

2 Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). *E-mail:* <brunaaaa@unochapeco.edu.br>.

de indenização após cinco anos da existência do reassentamento, destacando-se a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) neste processo.

Para atingir este objetivo, foi realizado um estudo de caráter qualitativo que possibilitou um aprofundamento no universo dos significados, permitindo compreender as representações das famílias que escolheram modalidades de indenização dentro das opções colocadas pelo empreendedor. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas permitindo aos pesquisadores desenvolver uma conversa mais ampla com o sujeito de pesquisa, pois a entrevista semiestruturada contém um roteiro, mas possui certa flexibilidade para obter dados mais amplos e maior interação entre pesquisador e entrevistado (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 21-22). Igualmente foi realizado levantamento documental relativo aos processos que envolveram a construção da usina.

Uma das formas de indenização que foi concedida nas negociações entre a UHE Foz do Chapecó e os atingidos foi o chamado Reassentamento Rural Coletivo – “Mãe Terra”, em que foram visitadas quatro famílias e realizadas entrevistas com oito membros destas. Durante o tempo compartilhado com cada família, também foram registradas algumas declarações feitas pelos diversos membros presentes nestas visitas. Nas conversas apareceram expressões significativas a respeito das alternativas que se tinham para optar por esta modalidade, como o comentário feito por um senhor de aproximadamente setenta anos, que, ao responder a pergunta dirigida a ele sobre a escolha de ter ido para o Reassentamento, com voz de resignação, falou: “Fazer o quê?”. Depois soubemos pela fala de sua nora que este senhor era o proprietário de vários hectares de terra no município de Alpestre (RS), os quais foram inundados pela barragem e as alugava para os três filhos e suas famílias. A fala breve deste senhor sinaliza a impossibilidade de escolha diante da realidade do sistema: O que mais importa é a produção de energia, independentemente do lugar da construção da usina e as consequências para os atingidos.

Em nossa sociedade capitalista dificilmente se tem escolhas, uma vez que o mercado tornou-se organizador da economia e da defesa do capital. Por este motivo, o que está em jogo em qualquer negociação, seja uma casa, seja o trabalho, as crenças, as amizades, estas tornam-se uma mercadoria com um valor financeiro determinado pelos interesses do mercado, sempre favorecendo aquele que tem mais poder.

Esta mesma lógica do capital se constata na política de expansão da geração de energia elétrica no Brasil que se tem desenvolvido por meio de grandes projetos, tais como: Itaipu, Belo Monte, São Luiz do Tapajós, Tucuruí, entre outros. Dentre estes grandes projetos, a Eletrosul visava o aproveitamento do potencial energético do rio Uruguai, onde se previa a instalação de quarenta barragens no trecho nacional (SANTOS; NACKE, 2001 apud VARGAS; HASS; AMPOLINI, 2014).

Estes grandes projetos geram processos sociais de extrema complexidade, ocorrendo alteração total do ecossistema e modos de vida da população atingida e de populações que permanecem nos espaços alterados; são envolvidos grandes volumes de capital, que visam não só a produção da energia, mas o ganho garantido no pagamento permanente deste produto. Segundo Vainer (2007, p. 120):

[...] a Eletrobrás, as empresas federais e estaduais, não incorporaram em suas práticas de planejamento, nem na execução a necessidade de rever a matriz energética brasileira e a opção pelos grandes projetos; tampouco parecem ter sido capazes de contemplar de maneira consistente a exigência de uma avaliação mais adequada dos custos sociais e ambientais destes projetos.

Do ponto de vista sociocultural, geralmente são as populações rurais que mais são afetadas, pois perdem o acesso a suas áreas de produção, captação de recursos naturais, assim como o tecido social comunitário, além de sua conexão com a terra, com seus mitos, valores, assim o expressa um dos entrevistados que recebeu carta de crédito, outra modalidade de indenização nas negociações com a Foz de Chapecó:

Falaram de ir para Mangueirinha no Paraná, mas que nós íamos fazer lá? Nosso umbigo foi enterrado aqui, setenta anos morando aqui com o pai, vamos morrer aqui, não arredamos o pé daqui, lá sem conhecer... tem grandes fazendeiros íamos ser mais miseráveis que aqui... (Entrevistado 4).

Outro depoimento de um agricultor de Itá, publicado no livro de Maria José Reis e Neusa Maria Sens Bloemer (2001) sobre hidrelétricas e populações locais, é bem expressivo sobre o significado do lugar onde se vive, onde se constrói o seu território que passa a ser a sua própria existência:

O lugar onde nasci vai pra debaixo d'água, minha infância vai morrer... dá muita dor! Não tem dinheiro que pague. A gente vai perder um pedaço de vida: um pedaço de vida que a gente viveu e não vai mais reviver ou retomar. Não vai mais podê levar os filho e dizê: ó, aqui o pai morou: o pai fez isso e aquilo... (Agricultor, Itá/RS-SC apud REIS; BLOEMER, 2001).

Não podemos compreender este processo de utilização dos recursos hídricos desenvolvido no Brasil, sem situá-lo dentro da economia mundial, que, nos últimos trinta anos, como afirma David Harvey (2000), tem utilizado um caminho para seu crescimento priorizando o capital financeiro sobre a produção e sobre a qualidade de vida para as populações. Outro elemento a ser considerado neste processo é o da mundialização da economia e a polarização da riqueza entendida como “[...] a lógica seletiva do capital que atinge de maneira distinta determinadas regiões e camadas sociais, resultando numa distribuição desigual dos impactos e riscos decorrentes das atividades produtivas.” (CHESNAIS; SERFATI, 2003 apud ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 1).

Na análise destes mesmos autores, a liberação das forças do mercado característico da mundialização exige a disseminação de uma política de desregulamentação capaz de subtrair quaisquer barreiras aos movimentos dos grandes grupos do capital privado (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

Para compreender melhor os empreendimentos dos grandes projetos, particularmente os da produção de energia, no contexto do capitalismo e de como repensar o desenvolvimento, precisamos trazer a este cenário

os três atores protagonistas destes empreendimentos: a política específica de expansão da geração de energia elétrica do Estado brasileiro; o setor empresarial e as populações locais.

Este fato nos permite pensar que, quando se trata de analisar negociações entre atingidos, Estado e empresa privada se darão no marco de duas racionalidades em confronto:

[...] de um lado as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e o compartilhamento dos recursos; do outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Considerando o marco deste confronto, pode-se pensar que os processos de desterritorialização e reterritorialização que acontecem nas instalações das grandes usinas também têm concepções diferentes, surgindo a necessidade da luta pelo reconhecimento e defesa dos direitos territoriais, como apontam Zhouri e Oliveira (2007) ao analisar conflitos em usinas, nos processos de desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado, juntamente com grandes empresas privadas.

Ao falarmos de territorialização ou desterritorialização desde diversas concepções disciplinares, economia, geografia, cultura, política, tem-se chegado ao consenso da leitura do conceito de território, mas aqui estamos priorizando a concepção a partir de uma dimensão cultural, a qual: “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.” (HAESBAERT, 2006, p. 40).

Vejamos então como se materializam estas reflexões no caso da construção da UHE Foz do Chapecó, cuja responsável pela construção foi a Foz do Chapecó Energia. A empresa, atendendo à exigência do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), modificou a sua estrutura societária no ano de 2007, deixando de ser um Consórcio, tornando-se uma Sociedade com propósito específico, formada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), que detém 51% das ações, Furnas Centrais Elétricas, com 40% das ações, e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEEGT), com 9% das ações. A previsão orçamentária para a obra era de R\$ 814 milhões, mas foram gastos no total R\$ 2,2 bilhões, e, destes, 1,6 bilhão foi financiado pelo BNDES (BARON, 2012).

Para a execução das obras, foi contratado o consórcio Volta Grande, formado por Construções e Comércio Camargo Corrêa (Construtora), CNEC Engenharia Ltda. (Projetista) e Alstom Hydro Energia Brasil Ltda. A energia assegurada era de 432 mega-watts (mw) e a sua potência de 855 mw. São quatro unidades geradoras com turbinas Francis (214 mw cada) (FOZ DO CHAPECÓ, 2015).

Um elemento central a ser considerado neste processo é que a decisão da instalação da usina faz parte da política energética do governo, fato que impede qualquer possibilidade da comunidade local e regional alterar esta decisão, pois o que está em primeiro plano é a necessidade nacional e internacional da produção de

energia. Estas decisões verticais permitem que o empreendedor responsável pela construção se sinta distante de uma gestão participativa, assumindo-se, portanto, como um mero construtor de uma obra já definida.

A UHE Foz do Chapecó foi instalada na região do Alto Uruguai, entre o oeste catarinense e o planalto norte gaúcho. Tal empreendimento atingiu 13 municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foram afetadas 1.720 propriedades. Predomina nesta região as pequenas propriedades rurais (até cem hectares), que corresponde a aproximadamente 90% das propriedades rurais locais. Fato que impulsionou o surgimento de grandes empresas agropecuárias foi por ter um dos melhores climas brasileiros, além de condições sanitárias adequadas, produção própria de milho, e principalmente dispor de mão de obra familiar (VARGAS; HASS; AMPOLINI, 2014).

2 Modalidades de indenização

A situação das famílias atingidas tem algo em comum, a impossibilidade da escolha. A UHE é planejada por determinação do Estado para responder as necessidades de produção de energia que o País demanda, assim sendo, independente dos benefícios barganhados e as perdas ocasionadas, as famílias, em sua grande maioria, enfrentam situações de desterritorialização obrigando-as a encontrar novos modos de vida iniciando a reterritorialização que traz complexos desafios econômicos, políticos, sociais e culturais.

A metodologia adotada no processo de indenização, pressão, a escolha do tipo de indenização e o fator tempo têm implicações diretas na escolha das modalidades por parte das famílias atingidas, sendo que as famílias aguardavam quatro meses para efetivar a negociação da carta de crédito e a indenização em dinheiro. Na modalidade reassentamento coletivo, a efetivação do remanejamento da família demorava em média 14 meses. As maiorias das famílias, forçadamente, tiveram que optar por modalidades mais baratas para o empreendedor (BARON, 2012, p. 6).

As famílias que ficaram reassentadas em áreas remanescentes a realidade foi diferente, pois muitas foram realocadas em terras na própria região, porém, de terras dobradas que limitam o uso em quase sua totalidade. A seguir apresentaremos a narrativa construída a partir das entrevistas feitas com alguns agricultores que receberam carta de crédito:

Comecei a participar do movimento em 2003, mas não tinha muita esperança de evitar o que ia acontecer. Pensamos então em pelo menos amenizar e conseguir formas justas de indenização para a população. Eu e minha família, até hoje sofremos por causa da falta de documentos que nos impede de conseguir financiamento e investir. Eu trabalhava com vaca de leite, mas agora nessas terras dobradas tive que mudar meu ramo para a plantação de frutas, principalmente banana, que é algo que eu nunca tive conhecimento, e vendo nas feiras. É difícil mudar de ramo para algo que não tinha conhecimento. Hoje, as famílias plantam banana e vendem na região para terem uma fonte de renda. Algumas famílias se beneficiaram, principalmente quem estava do lado da Foz e aceitava as negociações. Não tive vantagem nenhuma, pois fiz o acordo

com área remanescente, construíram a casa e foi só isso que fizeram. Mas a terra prometida não deram. Antes eu tinha 4,3 hectare, agora tenho 19 hectare, porém tudo dobrada, depois me tiraram 7 hectare e deram para outro e fiquei com 12 hectare, tudo dobrado. Uns irmãos não ganharam nada, eram em 5 irmãos e só dois se encaixaram em indenizações. Aqui tinha turismo antes, quando era só o rio Uruguai, tinha campos, acampamentos... agora a única coisa que funciona mais ou menos é a trilha. A prefeitura fornece transporte escolar e levam até a escola do Bormann. Já tinha feito uma estabilidade aqui, eu pescava com meus irmãos, tinha uma sede campos, umas vacas de leite e vendia leite para as feiras em Chapecó. Começaram a fazer as pesquisas e ficamos enrolados dez anos. A área ficou sendo como área de risco, não conseguimos investir em mais nada. O pequeno agricultor se não tiver auxílio do governo, não consegue ir pra frente. Nós queremos terra para trabalhar, não sabemos trabalhar em outra coisa. A terra valorizou mas para nós não adianta muito. Queremos terra para trabalhar e plantar.

Ressaltam-se, então, as dificuldades narradas pelos atingidos em permanecer em sua propriedade, mesmo diante de toda a sorte do assédio que sofreram. Torna-se nítido o seu apego à terra e o desejo de se manter em sua propriedade produzindo. Após o enchimento do reservatório, alguns atingidos obrigaram-se a assumir uma nova atividade produtiva, sem capacitação apropriada para estas novas atividades, como plantar banana e compreender todo o manejo do novo produto. Identificou-se também que as famílias que até então viviam no local, possuíam um nítido apego ao local, constatou-se na fala dos entrevistados o apego do homem à terra, em contraste com a lógica capitalista de exploração, que transforma a terra numa mercadoria, sempre em busca do lucro. São duas lógicas distintas, inconciliáveis.

Há nitidamente duas racionalidades diferentes a do Estado e do empreendedor e a outra a dos atingidos, quando se pensa no desenvolvimento regional ao se trazer um grande projeto que tem benefícios para o crescimento e desenvolvimento da região: de um lado, coloca-se um projeto de desenvolvimento calcado na expansão das fronteiras energéticas para o interior do País, com apoio da burocracia federal e local. De outro, temos os atingidos que lutam para preservar as suas formas de vida e buscam permanecer em suas terras. São duas lógicas distintas: a lógica do campesinato e a lógica especulativa do capital.

2.1 Reassentamento rural coletivo

Para o empreendedor, a opção de indenização do reassentamento é a forma que tem o valor econômico mais alto em comparação a outras modalidades. Para os atingidos, esta modalidade apresenta motivações diferentes, como o fato de poder reorganizar a sua vida econômica cultural e social, mas, ao mesmo tempo, representa a espera de maior tempo para visualizar a mudança de sua vida após a instalação da usina. Assim sendo, o empreendedor que tem a obrigatoriedade de oferecer esta opção, por seu alto valor econômico, cria todos os empecilhos possíveis para desmotivar a população que está interessada no reassentamento.

Segundo a informação recebida por um representante do MAB, que acompanhou as negociações do reassentamento, para a Foz o custo desta modalidade foi em torno de R\$ 700 mil por família:

[...] as famílias tinham que ganhar um lote mínimo de 17 hectares de terra de área mecanizada, mais o direito dos filhos, e filhos acima de 18 anos ganhavam 8 hectares de terra e abaixo conforme a força de trabalho. Então 16 anos era 6 hectares, 6 anos era 2 hectares, cada família ganhou um lote médio de 23 a 25 hectares de área mecanizada. (Entrevista com representante do MAB).

Vejamos, então, como foi o processo das famílias que queriam optar por reassentamento e os mecanismos utilizados pela Foz para definir onde, como e quando se construiria o reassentamento. Em 2007, quando se inicia a construção, as famílias que queriam optar por reassentamento, aquelas mais próximas do canteiro de obras, eram cerca de 780 de três municípios. Quando a Foz recebeu a lista, imediatamente criou uma regra de enquadramento para diminuir este número: “[...] somente as famílias que tivessem na sua indenização uma carta de crédito abaixo do valor de 145 mil poderiam ir para o reassentamento.” Esta regra permitiu que restassem unicamente 180 famílias para esta modalidade (Entrevista com representante do MAB).

Outra estratégia utilizada pelo empreendedor foi a de adquirir as terras em outro Estado, opondo-se ao pedido feito pelos atingidos interessados no reassentamento, que manifestaram seu interesse por construí-lo na região do oeste de Santa Catarina, mais próximo da região onde viviam. No entanto, a Foz comprou uma área no município de Mangueirinha (PR), a aproximadamente 250 quilômetros da região. Assim, o afirma o entrevistado do MAB:

Então a Foz sentiu que as famílias não queriam ir para longe, que elas queriam permanecer pela região. Então a Foz comprou uma área em Mangueirinha-PR, uma terra boa, porém longe. Frente a isso, o comitê organizador largou um boato de que lá tinha uma tribo de índio que comia gente, que era uma região seca, que era muito frio, que iam para lá para morrer no meio do mato, então o número de famílias reduziu a apenas 11 famílias que apesar dessas condições queriam ir. Tivemos então que ir para os demais municípios para tentar encontrar mais famílias, pois o grupo mínimo deveria ser de 20 famílias para poder iniciar o reassentamento. Conseguimos então mais um grupo de 11 famílias, que somaram então 22 famílias. (Entrevista representante MAB).

Segundo dados do MAB, facilitados pelos seus representantes, ao longo de dois anos, das famílias que queriam reassentamento, algumas foram indenizadas com carta de crédito e as outras foram em três etapas; as primeiras 22 famílias iniciaram a construção das suas casas em dezembro de 2008, terminando em julho de 2009; o segundo grupo de 16 famílias foi de agosto de 2009 terminando no início de 2010; e o último grupo de 18 famílias terminaram suas casas em 2011, totalizando 52 famílias que compõem o reassentamento. No entanto, até o ano de 2015, 13 famílias voltaram para sua região de origem, principalmente motivadas pela saúde de seus parentes que ficaram ou por não se acostumar com as regras da nova comunidade.

Estas famílias que foram para o reassentamento encararam um estado novo, uma cidade nova, uma vizinhança com costumes distintos, um território com uma dinâmica diferente da qual vivenciavam em seus municípios, este processo é caracterizado como desterritorialização.

Apesar de todos os desafios encontrados pelas famílias, o reassentamento rural coletivo passou de desafiador para uma grande oportunidade de reestruturação da economia familiar e das relações sociais. No início, muitas famílias pensaram em desistir e voltar, mas com o tempo foram construindo seu novo território, caracterizando o processo de reterritorialização. As famílias que estão reassentadas em Mangueirinha têm como sua principal fonte de renda a atividade leiteira, e como uma segunda fonte, o plantio de milho, soja e pastagem nas áreas que ficam ociosas. Estão organizados em uma associação que coordena e define os projetos a serem desenvolvidos no reassentamento. A diretoria desta é renovada a cada dois anos por meio de votação de toda a comunidade. O MAB tem acompanhado este processo de organização da comunidade desde as negociações com a Foz e tem dado assessoria ao longo destes cinco primeiros anos (2010-2015).

As duas narrativas apresentadas a seguir mostram as percepções das mulheres e dos homens a respeito da sua vida no reassentamento, o trabalho, o lazer e as atividades comunitárias.

Narrativa de algumas mulheres

A família morava no município de Alpestre e foi para o reassentamento na segunda etapa do processo. Eram em quatro pessoas, e por isso se encaixaram no projeto da casa média. A mãe de 32 anos veio para o reassentamento com um filho pequeno, o marido e o sogro, e agora tem mais um filho. Em Alpestre eles tinham 22 hectares e plantavam fumo, onde a mulher também trabalhava. No reassentamento eles tem 17 hectares e criam vaca de leite, não sofrem mais tanto. A mãe afirma sentir falta da família e dos vizinhos. Ela sai de casa às 06h da manhã para tirar o leite, depois entra, faz o café, arruma a casa. Algumas vezes sai para visitar as vizinhas. Nos finais de semana vão na igreja, a família é católica. Duas vezes por ano fazem festa coletiva, sendo um baile que vem o pessoal de toda a região. Tem clube de mães, e vários cursos de pintura, crochê. Uma vez por ano recebem a família que ficou com cartas de crédito mais perto do lugar onde moravam, difícil é a família do reassentamento visitar eles pela distância e não ter quem cuide de tirar o leite. Mesmo que os familiares que ficaram não concordam com elas estarem longe, elas consideram: Fazer o que, né?! Onde o marido vai a gente tem que ir, né?!

Narrativa de alguns homens

Sentiu muito por ter acontecido a divisão na família. Gostaria de ter ficado mais perto do município que morava. Ele conta que a negociação foi difícil, através de lutas e muita pressão. A Foz não queria aceitar, pois eles queriam dar uma carta de crédito para a família, o mais difícil foi a divisão da família que, de nove irmãos só conseguiram vir seis, os outros ficaram, pois não se enquadravam nas regras estabelecidas pela Foz, e mesmo que tentaram várias negociações,

inclusive substituir uma família por outra, sempre foi argumentado por parte da Foz que eles não teriam o direito. Este fato dividiu a família, e os que ficaram até hoje não aceitam esta divisão. Plantavam fumo e um pouco de soja e lidavam com leite. A primeira opção da família sempre foi o reassentamento. Mas queriam uma terra próxima de onde já moravam. Na questão do trabalho, melhorou bastante. Antes era terra dobrada, e no reassentamento é terra melhor e é mais fácil para ordenhar as vacas. Benefício de ter uma terra melhor, mas longe de casa. Uma outra melhoria para as condições de trabalho foi a aquisição de máquinas como ordenhadeiras, tratores, estas foram compradas com recursos próprios e com o dinheiro que se paga para a Foz como uma forma de desalienação, as propriedades ficam alienadas por dez anos até obter a escritura das terras. É cobrado o equivalente a cinquenta sacas de milho por ano. Igualmente, ao longo de cinco anos a Foz paga uma assessoria técnica. As famílias produzem em média de seis mil a nove mil litros de leite por mês. A saúde e o estudo para os filhos são muito boas, unicamente um tanto distantes. Com relação ao lazer não dá para comparar com o que tínhamos em nossa terra, onde a gente nasce, se cria, tem os vizinhos e os amigos, jogávamos futebol e bocha, aqui também se joga mas não é a mesma coisa. Das famílias que vieram já voltaram 13, algumas não aguentaram a saudade e para outras foi difícil viver em comunidade. As conquistas desta terra, da casa, das vacas, da saúde, da educação dos filhos, do carro, das motos devemos à luta com o apoio do MAB, sozinhos sem esta organização não teríamos chegado até aqui.

Passados cinco anos de toda a mudança, as famílias que foram reassentadas conseguiram se reestruturar economicamente e essa foi uma grande vantagem de todo esse processo. Uma desvantagem é a distância dos familiares e do território que viviam. Os impactos decorrentes da instalação da usina não atingem só as questões econômicas, mas também envolvem valores culturais e sentimentais.

A produção capitalista depende dos processos de reprodução e sustentabilidade da vida humana. Esses processos envolvem a reprodução da própria força de trabalho, o equilíbrio emocional das pessoas que são realizados pelas mulheres no ambiente doméstico. O capitalismo, como sistema patriarcal, colocou o cuidado da vida humana como responsabilidade individual das mulheres dentro da família. Dessa forma, nem o Estado e nem os homens assumem essas tarefas, que acabam naturalizadas como destino das mulheres. Assim, podemos entender a expressão: “Fazer o que né?! Onde o marido vai a gente tem que ir né?!”

Com relação ao entusiasmo expresso pelas melhorias econômicas resultantes da venda do leite e produção de grãos se evidencia a necessidade de entrar no modelo de produção capitalista, isto é, melhorar o preço da venda do leite e produzir cada vez mais, ou seja, comercialização e acumulação de capital; por isso, poderia se falar da existência dessa comunidade em um espaço de “não lugar” ao não se inserir na região na perspectiva de um desenvolvimento regional ou na busca de um desenvolvimento endógeno que possa enriquecer a comunidade a médio e longo prazo em benefício da região.

3 Considerações finais

A presença do MAB, como movimento contestatório e que tem como objetivo central a defesa dos interesses dos atingidos, nem sempre consegue representá-los. Ser facilitador de processos de conscientização sobre os direitos dos atingidos através de atividades políticas não é algo fácil, trata-se de processos complexos, contraditórios. No entanto, no caso do reassentamento de Mangueirinha, pode-se afirmar que as conquistas hoje alcançadas neste território tem sido possíveis pelo papel articulador do MAB ao longo dos cinco primeiros anos deste empreendimento. Este reassentamento traz muitas reflexões importantes, úteis para negociações de outras hidroelétricas.

Mesmo que alguns dos assentados que foram indenizados com carta de crédito afirmam ter tido a possibilidade de melhorar de vida, o reassentamento não deixa de ser uma opção mais interessante ao permitir a acumulação de capital social e aprendizados significativos sobre a participação política na construção de cidadania.

Processos de reterritorialização construídos e organizados por populações atingidas pelas barragens, que carregam em suas bagagens angústias, medos, incertezas e desafios, devem converter-se no núcleo da resiliência para encontrar a força e o entusiasmo de construir novos territórios, novas relações, recomeçar a vida. Neste processo, qual seria o papel do Estado, que em nome da produção de energia promete minimizar os impactos ambientais e sociais causados pelos grandes projetos? Seria, então, necessária uma ação articulada do Estado com o poder local, com os consórcios público/privados responsáveis pela execução dos empreendimentos levando em conta as bacias hidrográficas, priorizando realmente as novas condições de vida das populações atingidas.

Referências

BARON, Sadi **Usina hidrelétrica – UHE Foz do Chapecó: estratégias conflitos e o desenvolvimento regional**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2012.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. 'Ecologia' e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, Centro de Estudos Marxistas, n. 16. 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario16.html>>. Acesso em: 18 out. 2015.

FOZ do Chapecó. **Site oficial**. 2015. Disponível em: <<http://www.fozdochapeco.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização, do fim dos “territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens (Orgs.). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura; Ed. UFSC; Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001.

VAINER, Carlos B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10210>>. Acesso em: 15 out. 2015.

VARGAS, Myriam Aldana; HASS, Monica; AMPOLINI, Geverson. As audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental: o caso da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. In: LAJÚS, Maria Luiza de Souza; VARGAS, Myriam Aldana; BADALOTTI, Rosana Maria (Orgs.). **Dinâmicas Regionais e Políticas Públicas**. Chapecó: Argos, 2014. 190 p.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, 2007.

UM OLHAR SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA SÃO ROQUE

Antônio Valmor de Campos¹
Carmem Rejane Flores Wiznienskya²
Jane Acordi de Campos³

Resumo

O presente estudo trata da violação dos direitos humanos na construção da Usina Hidrelétrica (UHE) São Roque, em construção no rio Canoas, entre os municípios de Vargem e São José do Cerrito em Santa Catarina. O embasamento empírico decorre de diálogos individuais, encontros, mobilizações e documentos produzidos pelos próprios atingidos. O embasamento teórico é respaldado em diversos documentos de comissões de direitos humanos que analisaram as violações de direitos humanos em outras obras, além dos tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e os incorporou em sua legislação. Também são demonstrados os principais direitos negados aos atingidos e como se concretiza a violação de direitos humanos nesse caso. Ainda é realizada uma discussão sobre o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na luta em defesa dos direitos dos atingidos e sua legitimidade de representação. Também se propõe uma sugestão de conceituação de atingido e dos mecanismos necessários para a garantia de seus direitos. Por fim, indica um conjunto de procedimentos que deveriam ser tomados, para que se fizesse cessar as violações de direitos humanos na finalização da obra e em seu funcionamento.

Palavras-chave: Direitos humanos. Movimento social. Setor energético. Barragem.

1 Introdução

O presente ensaio tem a intenção de demonstrar o quanto a política energética no Brasil é perversa para um segmento social desprotegido (os atingidos). O olhar no presente caso está voltado para uma situação concreta – em andamento – no estado de Santa Catarina, região serrana, atingindo diversos municípios, mas

1 Doutorando pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó. *E-mail*: <antonio.campos@uffs.edu.br>.

2 Doutora em Geografia, Revalidação de Título no Exterior pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Geografia e Ciências do Território – Universidad de Córdoba, Espanha. Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail*: <carmenrejaneffw@gmail.com>.

3 Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Professora da Rede Pública Oficial de Ensino/SC. *E-mail*: <janecampos@unochapeco.edu.br>.

principalmente Vargem e São José do Cerrito com o empreendimento da UHE São Roque em construção no Rio Canoas.

A violação de direitos humanos em situações como essa tem inúmeros registros, em moldes semelhantes. A intenção é trazer presente essas violações permitindo a necessária reflexão acerca do problema, especialmente quando se trata das considerações indispensáveis sobre a ação do capital nessas obras, com reflexos sobre a cultura, as tradições, o modo de vida e o patrimônio material e imaterial construído pelos atingidos, pelas gerações passadas e a atual.

A descrição decorre do acompanhamento das atividades que têm por objetivo discutir a situação dos atingidos e as violações dos seus direitos, feitas pelos autores, no desempenho de atividades profissionais ou do ativismo nos direitos humanos. Portanto, será possível visualizar o cenário de várias atividades desencadeadas pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) nessa luta.

Observa-se que no desenrolar dos acontecimentos foram poucos os avanços nas negociações e na garantia dos direitos dos atingidos, o que ficará demonstrado no decorrer do texto. Apresenta-se, inicialmente, uma caracterização da situação vivida pelos atingidos da UHE São Roque, na intenção de situar o leitor acerca da localização espacial e temporal dos acontecimentos, além disso, procura-se demonstrar o território, na compreensão de que: “Espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). E também: “O território é um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida.” (SAQUET, 2015, p. 13). Portanto, ocorre processo de desterritorialização dos atingidos – nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da população – para dar lugar à exploração daquele espaço pelo capital, descaracterizando o ambiente, o próprio espaço e o território.

Em seguida apresenta-se um pequeno demonstrativo de como os direitos humanos são violados, estabelecendo interfaces com os históricos de outras obras. Apresenta-se um aporte jurídico fundamentado na Constituição Federal, em tratados e acordos internacionais, no próprio contrato de concessão, além de produções diversas sobre a violação de direitos humanos em obras como essa.

Outra questão tratada diz respeito ao conceito de atingido, tendo em vista que, pelas análises existentes, esse é o ponto central de geração de violência e da violação de direitos humanos nas obras de construção de barragens. Por fim, procura-se apresentar algumas contribuições acerca da necessidade de aprofundamento dos debates com o objetivo de estancar a violação dos direitos humanos no caso em estudo, bem como prevenir as violações em futuras concessões. Espera-se ao menos que o presente tenha um significado para os ativistas nas lutas em defesa dos direitos dos atingidos, os quais não lutam por interesses pessoais ou corporativos, mas pela utopia de garantir a “humanidade para os humanos” que estão fora dela e sofrem a ameaça de ficar ainda mais à margem dos benefícios do desenvolvimento produzido à custa de sua desestruturação familiar, social, política, econômica e cultural.

2 Do contexto da execução da obra

A concessão de construção e exploração da UHE São Roque tem seu início efetivo – apesar de o estudo inicial ser do ano de 2002 – a partir do ano de 2012, com a assinatura do contrato entre o Ministério de Minas e Energia e o empreendedor, como se verifica: “[...] denominada neste contrato com UHE, cuja concessão foi autorizada por meio do Decreto de 1º de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial [da União] nº 149, de 2 de agosto de 2012.” (BRASIL, 2012, [s.p.]).

A referida concessão tem prazo de 35 anos, como consta no referido contrato: “O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação vigente.” (BRASIL, 2012, [s.p.]). Nesse contrato, quase nada de referência é feito às pessoas que habitam o local atingido e seu entorno – principalmente acerca de garantia de seus direitos –, apenas na cláusula sétima, subcláusula primeira, está presente um indicativo:

XVII – Apresentar o Cadastro Socioeconômico da População Atingida, pela UHE observando o disposto no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, e sua regulamentação a ser estabelecida em conjunto dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura. (BRASIL, 2012, [s.p.]).

Apesar de o Brasil não possuir uma lei que estabeleça efetivamente os direitos dos atingidos, há um Decreto que sinaliza com algumas condicionantes, que poderiam amenizar os efeitos das barragens, como o artigo segundo, *in verbis*:

Art. 2º O cadastro socioeconômico previsto no art. 1º deverá contemplar os integrantes de populações sujeitos aos seguintes impactos:

- I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no polígono do empreendimento;
- II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o polígono do empreendimento e por ele tenha sido parcialmente atingido;
- III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;
- V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;
- VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e
- VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações. (BRASIL, 2010b, [s.p.]).

Ocorre que pelos relatos dos atingidos, bem como da observação da situação fática, sequer o presente decreto está sendo observado. No entanto, na visão da empresa e da imprensa em geral – ressalvadas as exceções –, a Usina Hidrelétrica São Roque é um empreendimento de proporção grandiosa para a região, que exigirá investimentos milionários, portanto seriam justificadas as violações de direitos.

A UHE São Roque está sendo construída entre os municípios de Vargem e São José do Cerrito, com aproveitamento hidrelétrico projetado para o rio Canoas, com área atingida pelo reservatório de 4.577 hectares atingindo comunidades de cinco municípios Brunópolis, Curitibaanos, Vargem, São José do Cerrito e Frei Rogério.

Segundo os empreendedores, a construção da UHE São Roque é um empreendimento que estava projetado há anos, e o qual já gerava muita especulação dentre a população, quando estava ainda em fase de liberação da Licença Ambiental Prévia (LAP). Essa expectativa decorre do entendimento popular de que em situações como essa ocorreria uma justa compensação pelos transtornos e desagregações familiares e comunitárias, causados pela obra. Além disso, havia uma compreensão que esse seria o direito garantido por lei. No entanto, isso não se confirmou e tem provado inquietações entre os atingidos.

No momento, mesmo com a paralisação da obra, quando comparado ao ritmo dessa, com o deslocamento e colocação dos atingidos, muito pouco ainda foi efetivado pela empresa para amenizar a questão da compensação social, bem como na justa indenização ou recolocação dos atingidos. Pelas análises preliminares, percebe-se que a empresa está se aproveitando da desinformação das pessoas atingidas, para ludibriá-los. Como os ribeirinhos atingidos são pessoas de bem, da boa-fé, acabam sendo submetidos à exploração em diversas ordens. Por exemplo, há relatos de pagamentos feitos em atraso, pessoas desalojadas judicialmente sem a efetiva necessidade, além do descumprimento de prazos e requisitos legalmente estabelecidos no contrato de concessão.

Observando alguns dados documentais e relatos, percebe-se que na área a ser alagada vivem 1,3 mil pessoas, com necessidade de eliminação de aproximadamente 345 casas da área rural, além de igrejas, cemitérios, escolas, estradas e pontes. Isso tudo somente na área alagada, sendo que há posteriormente o problema da faixa de preservação ambiental, na qual ocorre restrição de uso e os empreendedores, sistematicamente têm se negado a indenizar essas áreas e o poder público é inerte.

A violação dos direitos humanos – como ocorre em todas as obras semelhantes – se desenha em diversos níveis, seja no aspecto social, cultural ou financeiro. No entanto, pelos relatos do MAB, nessa obra, ocorre um agravamento das violações, talvez pelas próprias características da população atingida, a qual tem baixa escolaridade e poucas condições de uma efetiva organização capaz de fazer frente ao problema instalado.

Para a referida obra, são apresentados dados de investimentos, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), porém, nada se cogita de valores para aqueles que são vítimas do projeto, os atingidos, portanto, isso, por si, já representa uma grave violação de seus direitos, os quais normalmente não se preocupam com o valor material das terras, seja as do arrendamento, parceria ou próprias, pois o importante é produzir, ao menos para sua família e comercialização do excedente.

Com o início da execução da obra, nada mais tem o mesmo valor, tendo em vista que os atingidos são impedidos de fazer melhorias, são forçados a abandonar suas terras e, muitas vezes, o valor da indenização não garante uma nova colocação, pois normalmente as terras ribeirinhas não têm a mesma valorização, comparadas com as demais áreas agricultáveis da região.

Outra situação presente na região de abrangência das obras é a das famílias que têm seu direito negado, haja vista o não atendimento dos critérios estabelecidos pela empresa para o enquadramento na indenização. O fato de ser uma obra considerada de “interesse social”, pela importância que teria ao desenvolvimento regional e local, acaba monopolizando o poder, sobrepondo-se aos costumes, tradições e a cultura dos ribeirinhos atingidos.

A tensão no local tomou proporções costumeiras nessas relações. Evidentemente que ainda não é possível dimensionar a correta configuração e a proporção das violações de direitos, considerando que muitas pessoas sequer têm a dimensão que estão sendo vítimas. Portanto, o desafio para as organizações de direitos humanos é ainda maior, pois será preciso discutir os próprios direitos, para tornar possível dimensionar a presença das violações e a gravidade dessas.

Em tentativa de identificação da dimensão do problema, o MAB, juntamente com a Igreja Católica da Região – com participação direta do bispo da diocese de Lages –, com o Ministério Público Federal, com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sindicatos da região e de outras instituições, tem realizado seminários e encontros na região. Um desses encontros aconteceu no dia 20 de março de 2015, no município de Vargem (SC), participaram mais de duzentos atingidos. Nesse evento, foi feita uma ampla discussão acerca da situação dos atingidos frente ao ritmo acelerado das obras, sem a contrapartida e a preocupação com o problema social que está se processando com a construção da barragem. Estiveram presentes lideranças comunitárias, políticas e religiosas, as quais tomaram posição acerca das violações de direitos recorrentes no território da obra. Naquele momento constatou-se, a partir das diversas intervenções, que a população local vive em situação de grande abandono, seja pela empresa, seja pelas autoridades administrativas. Pouco se visualiza em ações do Ministério Público ou do Judiciário – especialmente estadual – em defesa dos atingidos, ao contrário, as intervenções normalmente são na defesa dos interesses do empreendimento, em que são analisados apenas os aspectos estritamente legais, deixando de considerar os elementos constantes dos direitos humanos, que possuem maior amplitude.

As violações ocorrem, inclusive, nas negociações já efetivadas, nas quais os atingidos não receberam os valores corretamente. Também o próprio valor ofertado pela empresa é motivo de descontentamento geral entre os atingidos, pois na maior parte das avaliações não é possível adquirir outra propriedade em condições adequadas, ao menos semelhantes as que possuem.

De acordo com os atingidos, há falta de valorização das benfeitorias e das terras, tendo em conta que boa parte delas não é reconhecida e valorizada pela empresa, repercutindo negativamente nos valores calculados para a indenização. Pelas informações colhidas, nessa situação, encontra-se grande parte dos atingidos pela barragem da usina São Roque. Inclusive isso já foi registrado em audiência no Ministério Público Federal de Joaçaba, da qual se extrai o seguinte:

A comunidade também questionou que os levantamentos para a apuração de valores médios de indenização foram efetuados em áreas muito diferentes daquelas que são atingidas, sendo que foram comparadas com os locais que não tem utilização agrícola, o que não é a realidade dos locais atingidos, onde as áreas são produtivas. (MPF, 2010, [s.p.]).

Estão presentes outras situações ainda mais graves. Há grande quantidade de famílias excluídas do levantamento socioeconômico de forma arbitrária, pela empresa, de acordo com as informações apresentadas pelos atingidos presentes são quase a metade do número inicial que ficaram excluídos. Essa condição também já se encontra registrada nos autos de Inquérito Civil do MPF – Joaçaba: “Que há muitos casos de filhos de agricultores que residem nas áreas atingidas que não têm título, que não constam em nenhum cadastro, sendo que o empreendedor não manifestou qual a solução.” (MPF, 2010, [s.p.]).

Aparentemente, algumas autoridades locais e regionais – comunitárias, sindicais, políticas e religiosas – têm se manifestado a favor dos atingidos, na intenção de buscar alternativas para minimizar os impactos da construção da barragem, com destaque ao Ministério Público Federal, na pessoa do procurador Mário Roberto dos Santos. No entanto, as intervenções do MPF encontram limitações nos termos legais e a garantia dos direitos humanos, em casos como esses, carece de ir além da legislação, observando, por exemplo, a dignidade da pessoa humana. Isso é possível considerando os tratados internacionais e outros instrumentos, os quais nem sempre são recepcionados plenamente pelo Judiciário brasileiro, especialmente nas comarcas estaduais, que de uma forma ou outra acabam influenciados por diversos aspectos locais e regionais, há sempre a tendência de as decisões judiciais não contemplarem os anseios dos atingidos.

As violações presentes na construção da UHE São Roque não são novidades para o movimento de atingidos, pois inúmeras outras experiências semelhantes, inclusive na própria região Sul já passaram pelos mesmos flagelos de violações. Segundo o manual do atingido, houve um “planejamento estratégico” de o governo militar para transformar a região em um local de grande potencial energético, como está explícito no manual: “Na Região Sul, na Bacia do Rio Uruguai, o Plano 2010 da Eletrobrás projetava a construção de 23 barragens, que expulsariam 200.000 pessoas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.” (ANAB, 2013, [s.p.]).

Com a experiência acumulada pelos dirigentes do MAB, em diversas outras lutas semelhantes, é possível oferecer subsídios aos atingidos para enfrentar com maior ênfase as violações patrocinadas pelos investidores do setor energético, com a conivência de boa parte das autoridades. Esse conjunto de violações já está presente em diversas situações semelhantes, como foi apontado pela comissão que analisou as violações dos direitos humanos junto aos atingidos por barragens. Corroborar com esse entendimento o conteúdo indicado no relatório:

É fundamental também que os causadores das violações reconheçam que a construção de barragens gera conflitos, ‘há que considerar que conflito, interlocução e negociação são partes essenciais e complementares de processos democráticos e participativos’. Portanto, os setores

que tentam negar isso são, de certa forma, coniventes com a violação dos direitos humanos. (BRASIL, 2010a, p. 14, grifo no original).

Observando as questões preliminares, trazidas pelos documentos produzidos pelos atingidos, bem como dos eventos realizados no município de Vargem e São José do Cerrito, com ampla participação dos atingidos, está demonstrado que ocorrem violações de direitos humanos – reproduzindo a situação de outras unidades – com um abandono das questões acerca da dignidade humana e aos direitos à cultura, à tradição e ao contato com a terra, não apenas numa relação econômica, mas como fonte de vida e de sobrevivência. Em seguida algumas considerações sobre os direitos envolvidos na questão.

3 Do direito dos atingidos

Considerando apenas a legislação pátria, é um tanto difícil caracterizar de forma contundente as violações de direitos dos atingidos por barragens, pois até o momento o Brasil não construiu uma legislação adequada que permita a configuração do conceito de atingido, com os direitos a ele inerentes. Mesmo assim é indispensável um olhar para a Constituição Federal, como o artigo 5º, no qual há menções que em uma compreensão extensiva poderia ser considerado, quando da análise de violação de direitos: “Art. 5º - [...], X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” (BRASIL, 1988, [s.p.]).

Analisando a situação fática é de fácil constatação que vários requisitos de respeito aos direitos dos atingidos foram descumpridos, como o da ampla participação da comunidade atingida na discussão e aprovação do projeto inicial. Além disso, a metodologia utilizada para a realização de estudos prévios – para a construção de barragens – caracteriza sem dúvida alguma uma “invasão” à propriedade dos atingidos, que nem ao menos sabem exatamente do que se trata. Essa situação caracteriza uma imposição aos atingidos, que sofrem com a falta de informação e com as incertezas acerca do seu próprio futuro e das suas famílias.

Ainda na análise constitucional, percebe-se que, ao menos para os proprietários, há alguns indicativos que caracterizam o dever de indenizar, como consta no artigo 5º, inciso XXIV: “[...] a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.” (BRASIL, 1988, [s.p.]). Evidentemente que o presente inciso não caracteriza exatamente a situação dos atingidos, no entanto, aproveita-se a ideia da prévia indenização. Porém, há ainda um residual desse enquadramento, aquele dos que não se encaixam na condição de proprietários, mas atuam na agricultura e dependem daquela terra para garantir o seu sustento.

A respeito dos recursos hídricos, apenas uma passagem determinando o estabelecimento de critérios para outorga, no entanto, totalmente silente acerca dos aspectos sociais, econômicos e culturais decorrentes,

como o inciso XIX, do artigo 21: “Compete à União: [...] XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.” (BRASIL, 1988, [s.p.]).

É no campo dos Direitos Humanos que há maior respaldo constitucional, mas apenas ao tratar do julgamento de questões humanitárias a Carta Magna estabelece a competência exclusiva da Justiça Federal, como se verifica:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (BRASIL, 1988, [s.p.]).

É evidente que a dimensão de gravidade – no presente caso – fica no abstrato, pois, se tratando de violação de direitos humanos, pode ser que para a pessoa que sofre a violação, seja da maior gravidade, mas no olhar do observador ou mesmo do operador do direito não tenha a mesma dimensão.

Portanto, da Constituição, resta uma tentativa de trazer a questão para os aspectos culturais, importantes para os direitos humanos, mas pouco reconhecido e valorado no sistema capitalista, sobre a questão o preceito constitucional:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 1988, [s.p.]).

Diante desse quadro, para um melhor dimensionamento da situação carece de um criterioso olhar sobre os tratados internacionais sobre o tema, dos quais o Brasil é signatário, como prescreve a Constituição Federal, no seu artigo 5º: “§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.” (BRASIL, 1988, [s.p.]).

Observa-se que a legislação pátria tem pouco a oferecer na defesa dos direitos dos atingidos. No entanto, o Brasil é signatário de diversos acordos e convenções internacionais, os quais – em tese – podem oferecer suporte aos operadores do direito, para encampar a defesa dos direitos dos atingidos, minimizando os complicados efeitos de uma brusca retirada do seu ambiente natural, da interrupção das relações familiares, sociais e culturais:

Assim, destacando os principais instrumentos internacionais vigentes no Brasil ingressaram no ordenamento jurídico nacional: em 1992, o Pacto de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais – PIDESC (1966), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (1969); em 1998, a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992); em 1999, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos Sociais e Culturais - Protocolo de San Salvador (1988); em 2004, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (1989); em 2006, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003); e em 2007, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). (BRASIL, 2010a, p. 20).

Aqui não está presente a intenção do convencimento jurídico, mas de apontar possibilidades de contemplar ou não determinadas situações, haja vista a dualidade – quase natural do sistema Judiciário – que se reflete nos julgamentos, pois nem sempre uma decisão representa o amplo espectro da “verdadeira justiça”. Porém, é compromisso de todas as instituições e ativistas que atuam na defesa dos direitos humanos promoverem reflexões acerca de possibilidades de avanços nas interpretações do marco regulatório que envolve o tema, invocando, evidentemente, o mais amplo rol de possibilidades, em favor da parte fragilizada na relação jurídica. A seguir algumas ponderações sobre aspectos circundantes à legislação brasileira relacionadas com a condição do atingido por barragem e as violações a que está exposto, por ocasião da construção de uma usina hidrelétrica, como a São Roque.

Um dos instrumentos sobre os quais se lança um olhar é o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o qual foi recepcionado na legislação pátria pelo Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992, da Presidência da República, que assim determina: “Art. 1º O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.”

Alguns elementos do referido Pacto são indispensáveis, para uma análise criteriosa da situação dos atingidos por barragens, observa-se no seu preâmbulo:

Reconhecendo que, em conformidade com a Declaração dos Direitos do Homem, o ideal do ser humano livre, liberto do medo e da miséria não pode ser realizado a menos que sejam criadas condições que permitam a cada um desfrutar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como, dos seus direitos civis e políticos. (BRASIL, 1992, [s.p.]).

No caso em apreço, está se falando de uma comunidade com características próprias, a qual sobrevive de forma autônoma, sem a necessidade de grandes esforços do Poder Público para se manter, pois as pessoas retiram da terra o seu sustento e nela constroem suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Essa caracterização já encontra reconhecimento em inúmeros estudos realizados não somente no Brasil, mas no mundo, designando uma comunidade com essa caracterização como “comunidade tradicional” ou em

outras situações como “comunidade ribeirinha”. Isso decorre exatamente da identificação de modos de vida e de produção diferenciado, com respeito aos aspectos ambientais e valorização da biodiversidade da flora e da fauna. Portanto, do ponto de vista humanitário, observa-se no Pacto internacional da proteção cultural:

Art. 1º [...]

3. Os Estados Partes do presente Pacto, incluindo aqueles que têm responsabilidade pela administração dos territórios não autônomos e territórios sob sua tutela, devem promover a realização do direito dos povos a disporem deles mesmos e respeitar esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas. (BRASIL, 1992, [s.p.]).

Outro olhar indispensável, na mesma direção, é o relacionado com o trabalho das pessoas, onde 60% da população atingida têm uma única opção de trabalho: a agricultura. Com esse indicativo, há de se ter cautela em qualquer intervenção, por menor que seja – o que não é caso presente, pois está se desestruturando completamente a comunidade –, para que não ocorra uma degradação social, aumentando as desigualdades já gritantes na região e ampliando os custos sociais para todos os contribuintes, através de compensações sociais, enquanto o capital lucra com a situação. Nesse sentido, o Pacto citado merece atenção por parte dos operadores do direito:

Art. 6º [...]

1. Os Estados Partes no presente Pacto reconhecem o direito ao trabalho que compreende o direito que têm todas as pessoas de assegurar a possibilidade de ganhar a sua vida por meio de um trabalho livremente escolhido ou aceito e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito. (BRASIL, 1992, [s.p.]).

É importante reafirmar que os direitos humanos vão além dos direitos civis. Que os direitos humanos precisam estar além da legislação e que precisam provocar reflexões para além dos julgados e da jurisprudência, pois somente dessa forma será possível um viés de preservação do humano na sua relação com o capital, evitando a capitulação completa dos interesses humanitários.

Nessa relação internacional de proteção humanitária, o Brasil também recepciona o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “Protocolo de São Salvador”. Isso ocorre através de Decreto Presidencial, com o seguinte teor:

Art. 1º O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ‘Protocolo de São Salvador’, concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador, apenso por cópia a este Decreto, deverá ser executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém. (BRASIL, 1999, [s.p.]).

Quanto ao Protocolo em questão, já no seu preâmbulo, trata do comprometimento de os Estados Partes cumprirem suas determinações, pois os aspectos não apenas econômicos, mas também culturais e sociais:

Levando em conta que, embora os direitos econômicos, sociais e culturais fundamentais tenham sido reconhecidos em instrumentos internacionais anteriores, tanto de âmbito universal como regional, é muito importante que esses direitos sejam reafirmados, desenvolvidos, aperfeiçoados e protegidos, a fim de consolidar na América, com base no respeito pleno dos direitos da pessoa, o regime democrático representativo de governo, bem como o direito de seus povos ao desenvolvimento, à livre determinação e a dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais. (BRASIL, 1999, [s.p.]).

O apelo para que medidas necessárias nesse sentido sejam tomadas já aparece no seu artigo 1º, que é contundente ao determinar a “Obrigação de adotar medidas”, portanto, não se trata de mera sugestão, mas de um comprometimento, e como o Brasil recepcionou o presente Protocolo, este tem valor equivalente aos preceitos constitucionais. Portanto, deve ser cumprido:

Os Estados Partes neste Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos comprometem-se a adotar as medidas necessárias, tanto de ordem interna como por meio da cooperação entre os Estados, especialmente econômica e técnica, até o máximo dos recursos disponíveis e levando em conta seu grau de desenvolvimento, a fim de conseguir, progressivamente e de acordo com a legislação interna, a plena efetividade dos direitos reconhecidos neste Protocolo. (BRASIL, 1999, [s.p.]).

Essa responsabilidade não é apenas do Estado – enquanto Executivo normalmente omissos –, mas também do Legislativo e do Judiciário, além da significativa e indispensável contribuição do Ministério Público, seja federal, seja estadual. Portanto, as violações presentes na construção da UHE São Roque não podem passar despercebidas, pois os atingidos são a parte fragilizada na relação e merecem atenção redobrada sobre a sua condição de vulnerabilidade social, econômica e cultural. Nesse sentido, há antecedentes importantes, os quais precisam ser considerados:

Nas últimas duas décadas, as entidades de assessoria às comunidades atingidas por barragens em Minas Gerais e outras regiões do Brasil, e o Movimento dos Atingidos por Barragens, têm feito denúncias de diversas violações de direitos humanos e pressionada para reparação de danos sociais e ambientais e prevenção de violações no futuro. (ROTHMAN, 2010, p. 2).

O autor aponta ainda outras violações de direitos em empreendimentos energéticos no Brasil. Isso porque parte significativa dos atingidos, de acordo com o relatório final da Comissão, os estudos de caso Emboque

e Fumaça realizados demonstram que muitas violações foram identificadas e as respectivas denúncias foram apresentadas pelos órgãos que defendem os atingidos, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG):

A denúncia sobre Emboque submetido à Comissão levantava as seguintes questões: a) direito à moradia adequada (segurança da posse, oferta de serviços, materiais e equipamentos urbanos, localização e habitabilidade e acessibilidade); b) violação dos direitos conexos ao direito à moradia adequada (danos ao meio ambiente e à saúde da população; afronta ao princípio maior de proteção da dignidade da pessoa humana, comprometimento do trabalho e dos meios de subsistência das famílias; violação do primado do trabalho com direito social fundamental; comprometimento do princípio de participação popular). (ROTHMAN, 2010, p. 4).

Diante das constatações apontadas, algumas sugestões foram apresentadas, no sentido de minimizar os impactos sobre os direitos humanos, relacionados com a construção de barragens no Brasil, as quais servem ao caso sob análise, entre eles:

- Imediata suspensão de situações, processos e ações, de responsabilidade direta ou indireta de agentes públicos ou privados, que configurem violação de direitos humanos;
- Reparação e compensação de violações de direitos humanos constatadas, de modo a resgatar, ainda que progressivamente, a dívida social e ambiental acumulada ao longo das últimas décadas;
- Prevenção de novas violações no futuro, através de políticas, programas e instrumentos legais que assegurem o pleno gozo dos direitos por parte das populações, grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos por barragens. (ROTHMAN, 2010, p. 6-7).

No entanto, até o momento nada foi feito na direção de cumprir as recomendações apresentadas pela Comissão. O motivo está na postura adotada pelas autoridades brasileiras, responsáveis pelas concessões de exploração de energia elétrica, que têm interesse na geração. E os empreendedores também estão muito interessados nas concessões, tendo em vista os fartos lucros decorrentes dessa matriz produtora de energia no País, com custos reduzidos. Portanto, não interessa a ambas as partes “criar empecilhos” aos empreendimentos, pois há interesses convergentes, ficam de fora apenas os atingidos.

Para fazer frente a essa dificuldade, uma alternativa é a definição do conceito de atingido. Nesse sentido, houve sinalização em determinar esse conceito, pelo Governo Federal, ao editar o Decreto n. 7.342, da Presidência da República, de 26 de outubro de 2010, o qual institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica. Além disso, esse Decreto cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Porém, o mesmo não atende às expectativas dos atingidos:

O Decreto busca definir um conceito de atingido, mesmo que insuficiente, e determina que se faça o cadastramento dos mesmos a partir deste conceito. A instituição do cadastro é uma reivindicação antiga do MAB e uma das recomendações da Comissão Especial. No entanto, há um risco deste Decreto se tornar inútil pela ação de alguns setores do governo, comprometidos com as grandes empresas da energia. O Decreto ainda não foi regulamentado e já há risco de desqualificar o documento que o então presidente Lula assinou. (BRASIL, 2010a, p. 18).

Diante dos comparativos, analisando a situação dos atingidos pela construção da UHE São Roque, é possível afirmar que as violações estão presentes na obra, na mesma proporção das observadas nas demais. Da mesma forma, na compreensão do MAB, aqui também está consolidada a dívida histórica com os atingidos. Isso de forma semelhante ao que consta na síntese do Relatório Final da Comissão Especial (BRASIL, 2010a, p. 23): “Por fim, reafirmamos que existe uma dívida social histórica das empresas donas de barragens, dos governos e do Estado brasileiro com populações atingidas por barragens. Esta dívida ainda não foi paga e aumenta em cada construção de novas barragens.”

Em se tratando de violações de direitos humanos, é indispensável a compreensão de que elas não acontecem de forma estanque, mas possuem antecedentes históricos e atores atuais, que operam no sentido de efetivá-las. Por todo o conjunto analisado, constata-se que até existem dispositivos no ordenamento jurídico brasileiro capaz de oferecer algumas proteções aos atingidos, no entanto, aí ocorre outra interferência, a desigualdade de condições de acesso à justiça – especialmente pela falta de recursos financeiros –, que, por sua vez, limitam normalmente a capacidade técnica das intervenções:

De um lado, é possível afirmar que, em linhas gerais, a estrutura legal e normativa brasileira contém dispositivos vários para a proteção aos direitos humanos das populações e dos indivíduos atingidos pela implantação de barragens no território nacional. De outro lado, porém, é possível identificar limitações, omissões ou insuficiências no sistema normativo existente, o que, na prática, tem impedido ou dificultado o pleno exercício dos direitos acima referidos. Tradicionalmente, nosso sistema normativo tem canalizado para a via judicial a maioria dos conflitos, em detrimento de mecanismos alternativos, que poderiam favorecer a solução dos problemas diretamente pelas partes envolvidas – que, para uma justa e satisfatória negociação, precisariam evidentemente estar em condições de igualdade. (BRASIL, 2010a, p. 22).

Além disso, de acordo com a Comissão, um dos principais problemas é o da participação popular nas decisões sobre a construção ou não de usinas hidrelétricas. Esse é um ponto fundamental, pois se a população tem pleno domínio dos impactos que a construção vai provocar, seja ambiental, social, político, cultural ou econômico, certamente, tomará decisão contrária à construção. Portanto, nisso está a importância da efetiva e plena participação da comunidade atingida, pois sem a construção não haverá o processo de violação de direitos, como o verificado:

Embora a Constituição Federal e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil garantam o direito à informação e o direito de participação, o efetivo exercício desses direitos, no âmbito dos processos de implantação de barragens, carece de mais completa regulamentação, de modo a assegurar o acesso à informação suficiente, adequada e confiável, no momento e local apropriados, de maneira a permitir a participação informada de todos os interessados. (BRASIL, 2010a, p. 22).

Como já mencionado, se o Executivo e o Legislativo mostram-se limitados para assegurar os elementos necessários – para não dizer omissos – ainda haveria a possibilidade do meio judicial, no entanto, como já dito, nesse campo também o atingido está em desvantagem, pois é a parte frágil da relação processual e, muitas vezes, o Ministério Público, que deveria garantir o equilíbrio dessa relação, atua contrariamente à defesa dos direitos humanos, reforçando o papel exploratório do capital, representado pelo empreendedor, ressalvadas intervenções sensatas e importantes, mesmo que isoladas, de Procuradores e Promotores:

Nem mesmo o Judiciário, a quem caberia, em última instância, garantir o respeito à legislação e preservar os direitos humanos, tem operado de maneira eficaz. O recurso ao Judiciário para fazer valer estes direitos, ao contrário e paradoxalmente, quase sempre termina em frustração. Enquanto empresas engajadas na construção e operação de barragens podem contar com advogados bem pagos, enquanto o Estado pode mobilizar estruturas jurídicas próprias e goza de tratamento judicial privilegiado, os atingidos raramente conseguem apoio ou assessoria jurídica adequada. Como se isso não bastasse, defrontam-se com o costumeiro distanciamento de juízes e tribunais das situações concretas da realidade social. A rapidez na cassação de liminares favoráveis a atingidos e na concessão de interditos proibitórios em favor das empresas tem como contra-face a lentidão e os artifícios protelatórios quando são questionadas ações das empresas – de que são prova reiterada os processos em que se questiona valores de indenizações, para citar um exemplo. (BRASIL, 2010a, p. 23).

Por fim, a Comissão, após os levantamentos, análises de documentos, legislação das visitas *in loco* nas obras, identificou um número relativo de questões e problemas que precisam ser aprofundados por essa ou outras comissões semelhantes. Assim destacam-se 16 direitos sistematicamente violados, os quais devem ser de conhecimento público:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;

8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária. (BRASIL, 2010a, p. 16).

A dimensão dos direitos negados, bem como a complexidade que os envolve, tendo em vista que muitas vezes as pessoas atingidas sequer têm a dimensão mínima do processo que está em andamento, quando da construção de barragens, é um fator que depõe contra os atingidos, que desconhecem os seus direitos, portanto, carecem de proteção humanitária, para que sofram menos os impactos da construção de usinas hidrelétricas no Brasil, como é caso da usina São Roque.

4 Considerações finais

A situação dos atingidos pela UHE São Roque – pelos comparativos possíveis – é talvez ainda mais grave do que as demais unidades, especialmente no quesito de garantia de direitos de não proprietários. Mesmo que a análise seja a partir das visualizações possíveis e das contribuições dos próprios atingidos, em atividades coletivas, documentos ou informações individuais, isso não diminui a importância na identificação dos direitos humanos violados.

As reflexões apostas no presente demonstram o quanto há de semelhanças entre as diversas usinas hidrelétricas construídas no Brasil, especialmente as relacionadas com: a negativa de reconhecimento de detentores de direito; a baixa valorização das terras e benfeitorias; a falta de incentivo aos reassentamentos coletivos; o completo descaso com as questões culturais e bens imateriais; entre outros. Porém, também está presente a falta de participação, uma vez que o processo que deveria democratizar a discussão – através de audiência pública – realizada de forma quase invisível, sem a participação dos atingidos.

De acordo com as análises, na legislação há poucas possibilidades de garantia ampla dos direitos negados, considerando-se a ausência de um conceito de atingido e a falta de regulamentação acerca da garantia dos direitos que são afetados na remoção forçada. Por outro lado, demonstra-se que o Brasil é signatário de tratados e acordos internacionais, os quais deveriam ser observados administrativa e juridicamente, nas decisões pertinentes. No entanto, isso não ocorre na prática, seja pela falta de conhecimento dos atingidos, seja pela dificuldade em consultorias capazes de patrocinar discussões com essa complexidade.

Diante da situação relatada pelos atingidos, das visitas *in loco*, da participação nas mobilizações e na análise documental e bibliográfica e das contribuições dos diversos depoimentos dos presentes em reuniões, acredita-se que será necessário conciliar um conjunto de alternativas, para que seja possível minimizar os impactos da construção dessa unidade na violação dos direitos humanos e na preservação ambiental. Portanto, será preciso fazer a luta no sentido de que os órgãos ambientais não concedam as licenças para o início do enchimento do lago e da entrada em operação da Usina, sem estarem totalmente resolvidos os aspectos sociais e humanitários pendentes, tendo em vista que o ser humano é parte integrante desse ambiente e no caso é afetado, como ser vivo inclusive, podendo ver-se privado do seu meio de subsistência.

Também é importante exigir do investidor que as negociações sejam de caráter coletivo, ressaltando-se apenas as exceções de atingidos que tenham interesses divergentes. Ainda é preciso o apoio institucional da parte do Judiciário e do Ministério Público e de instituições dos direitos humanos comprometidos com a causa, para que continuem intercedendo, exigindo a garantia de direitos e fiscalizando o respeito aos atingidos. Outra questão fundamental para minimizar as violações sofridas é que os atingidos permaneçam na sua atividade habitual, ou seja, a agricultura, para isso, a principal forma de compensação dos atingidos deve ser a do reassentamento coletivo, garantindo as mesmas ou melhores condições do que as atualmente existentes.

No entanto, em tudo isso é preciso exigir a inclusão dos filhos de proprietários, não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros – que retiram seu sustento da terra atingida – como detentores de direitos equivalentes ao de proprietário para efeito de acesso à terra.

E nos casos de demandas judiciais é importante que sejam considerados, além do ordenamento jurídico pátrio, os tratados e convenções internacionais, que tratam do assunto, ampliando no que for possível a dignidade da pessoa humana e o respeito ao patrimônio, material e imaterial da comunidade atingida. Portanto, uma ação conjunta desses órgãos pode minimizar os impactos da construção da UHE São Roque, na violação dos direitos humanos dos atingidos pela obra e seu funcionamento.

Referências

ANAB – Associação Coordenação Nacional dos Atingidos por Barragens (Org.). **As lutas dos atingidos por barragens por direitos humanos**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-lutas-dos-atingidos-por-barragens-por-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Relatório final Comissão Especial de “atingidos por barragens”, regulamentado pelas Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, 2010a. Disponível em: <file:///C:/Users/curso01/Downloads/CDDPH_Relatorio_final.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. **Decreto n. 591, da Presidência da República, de 6 de julho de 1992.** Recepção na legislação brasileira o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16/12/1966. Brasília, 1992.

_____. Ministério de Minas e Energia. UHE São Roque. **Contrato de concessão n. 01/2012.** Brasília, 20 ago. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto n. 7.342, da Presidência da República, de 26 de outubro de 2010.** Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências. Brasília, 2010b.

_____. _____. **Decreto n. 3.321, de 30 de dezembro de 1999.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais “Protocolo de São Salvador”, concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Brasília, 1999.

MPF – Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Santa Catarina – Subseção Judiciária de Joaçaba. Inquérito Civil Público. **Autos IC nº 1.33.004.000109/2010-91.** Relatório de reunião realizada em 1º/07/2014 – Ministério Público Federal – MPF – Procuradoria da República em Santa Catarina – subseção judiciária de Joaçaba. Joaçaba, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROTHMAN, Franklin Daniel. **Violação dos direitos humanos em barragens:** o relatório final da comissão especial e os casos de Emboque e Fumaça. Brasília, 22 nov. 2010. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-ROTHMAN_Franklin_-_Violacao_dos_direitos_humanos_em_barragens.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2016.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre território.** 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GT 2

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

GT 2 – Movimentos sociais urbanos: discutir o papel dos movimentos urbanos, no que se refere às questões de gênero e identidade, planejamento urbano e função social das cidades, lutas e organização de entidades sociais e classistas, a exemplo de sindicatos, lutas de outras organizações e movimentos em áreas de políticas públicas.

MOVIMENTOS POPULARES URBANOS E SEU PAPEL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Miriane de Matos Griep¹

Rógis Juarez Bernardy²

Resumo

Este artigo abordou o tema do direito à cidade por meio da perspectiva da proteção efetiva conferida aos direitos fundamentais na cidade. Buscou-se apontar o papel desempenhado pelos movimentos sociais na inclusão da política de desenvolvimento urbano na Constituição Federal de 1988 e na sua posterior regulamentação por meio da Lei n. 10.257/2001, nomeada Estatuto da Cidade. Utilizaram-se informações bibliográficas para relacionar os problemas urbanos que provocam violações de direitos fundamentais com os conceitos jurídicos que protegem o direito difuso à cidade, de titularidade de todos os seus moradores. Demonstrou-se que os movimentos sociais sediados no espaço urbano têm o potencial de gerar uma cultura de participação cidadã, divulgar à população os direitos de que são titulares e propor alternativas inovadoras para a efetivação do direito à cidade.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Direito à cidade. Movimentos Sociais.

1 Introdução

O artigo trata da efetivação dos direitos fundamentais em um novo paradigma de organização urbana. Investiga-se a participação dos movimentos urbanos na configuração da legislação brasileira acerca do direito à cidade e o potencial das iniciativas desenvolvidas ante a apropriação da titularidade coletiva do referido direito, para a efetivação dos direitos humanos. Objetiva-se demonstrar a participação dos movimentos urbanos na proteção das garantias básicas do ser humano e pesquisar alternativas de iniciativas populares para concretizar os direitos inseridos na constituição.

Quer-se compreender como o conhecimento do direito à cidade pode permitir aos próprios cidadãos, moradores das áreas urbanas, a ação em prol da eficácia plena das garantias fundamentais previstas na lei para

1 Acadêmica do curso de graduação em Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc, *campus* Chapecó). *E-mail*: <acadmica@gmail.com>.

2 Doutor em Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial – Engenharia Civil na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Mestrado Profissional em Administração na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc, *campus* Chapecó) e professor do curso de Direito. *E-mail*: <rogis.bernardy@unoesc.edu.br>.

que venham a experimentá-las na realidade prática do seu espaço de convívio diário. Diante da problemática urbana relacionada à violação dos direitos humanos e da necessidade de alternativas capazes de efetivá-los nos espaços urbanizados, busca-se demonstrar que a cidade, transformada em direito teórica e legalmente definido, se restituída de seu ideal democrático, pode tornar-se mais justa e integradora.

Utilizam-se métodos qualitativos para análise de informações bibliográficas contextualizadas ao cotidiano das cidades, para compreender a problemática da eficácia dos direitos fundamentais a partir da perspectiva de divulgação do direito à cidade como gerador de mudanças sociais mediante compreensão e apreensão da titularidade deste direito por parte da sociedade. Adota-se tal abordagem pela amplitude do tema sob enfoque, que exige a análise do contexto complexo do atual paradigma de organização social e a demonstração de iniciativas inovadoras centradas em discussões alternativas de análise reflexiva.

2 Caracterização dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 restituiu de suas prerrogativas o Congresso Nacional, reforçou os direitos e liberdades básicas e fixou princípios básicos do estado social de direito (BONAVIDES; ANDRADE, 2006). Além disso, manteve as garantias reconhecidas tradicionalmente e ampliou os direitos de cidadania de forma a outorgar aos cidadãos diversas oportunidades de participação efetiva nas decisões políticas e nos órgãos de consulta (DALLARI, 2004). Neste período, verifica-se que: “A crise do modelo tecnocrático-centralista-autoritário de cidade é simultânea à ascensão dos movimentos urbanos, ao fortalecimento das organizações populares em praticamente todas as cidades brasileiras.” (VAINER, 2011, p. 28).

Tradicionalmente, os direitos passam a ser assegurados após um processo de lutas sociais por princípios e garantias considerados fundamentais no contexto, lugar e época quando demandados. A defesa do direito à cidade, neste momento de abertura à participação social e diante dos desafios que o crescimento da urbanização passava a manifestar, deu-se, no Brasil, pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana, a partir dos últimos anos da Ditadura Militar. O movimento participou da definição da política urbana brasileira ao propor uma emenda popular de 22 artigos para regular o tema, dos quais a Assembleia Constituinte, no entanto, aprovou apenas os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam “Da Política Urbana”, rejeitando a maior parte do proposto (ALFONSIN, 2012).

Ao comentar a participação dos movimentos urbanos na Assembleia Constituinte, Vainer (2011, p. 28) afirma que “[...] a emenda popular sobre reforma urbana foi a terceira em número de assinaturas recolhidas, comprovando a força dos movimentos urbanos que reivindicavam e lutavam por moradia, saneamento, transporte, urbanização.” Villaça (2010, p. 232) é outro que comenta a participação popular na definição da política urbana a partir da nova carta constitucional do País: “No final dos anos de 1980, seis entidades nacionais e várias regionais encaminharam ao Congresso Nacional uma proposta de emenda Popular à Constituição, com 160 mil assinaturas.” Várias questões fundamentais foram incluídas na emenda popular, dentre as quais, citam-se as preocupações relativas aos temas: “propriedade imobiliária urbana, habitação, transportes e gestão urbana” (VILLAÇA, 2010, p. 232). O texto legislativo avança na possibilidade de autogestão conferida aos

municípios que foram reconhecidos como entes federativos e ganharam mais autonomia (SANTIN; FLORES, 2012).

No entanto, apesar da intensa participação dos movimentos populares urbanos, bem como dos diversos outros segmentos da sociedade durante os debates da constituinte, o texto final promulgado deixou a desejar, tanto por não ter atendido as reivindicações populares, no sentido de não dar a importância requerida ao tema da Reforma Urbana (ALFONSIN, 2012), quanto por não ter sido um trabalho completo, uma vez que diversos dispositivos dependiam de regulamentação posterior por lei infraconstitucional (BONAVIDES; ANDRADE, 2006). Como exemplo, a fixação por lei das diretrizes gerais que regeriam a política urbana, conforme determinou o artigo 182 da Constituição, ou em relação aos termos que deveriam orientar a aplicação dos instrumentos previstos no § 4º do mesmo artigo, que dizem respeito à possibilidade desde a exigência do adequado aproveitamento da propriedade até a desapropriação, cuja regulamentação somente veio com a promulgação da Lei Federal n. 10.257 em 2001. Ainda assim, cabe menção de que: “A Constituição de 1988 veio, finalmente, estabelecer competências expressas em matéria de direito urbanístico.” (MUKAI, 2010, p. 104).

Em seu artigo 182, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) institui a política de desenvolvimento urbano a ser executada pelos municípios. O objetivo fixado pelo texto legislativo é o da plena realização das funções sociais da cidade e da garantia do bem-estar de seus habitantes. Os parágrafos do artigo citado possibilitam a desapropriação de bens imóveis em caso de descumprimento do princípio da função social da propriedade, conforme define o plano diretor do município, e regulam a hipótese de exigência, pelo poder público, do aproveitamento do imóvel pelo proprietário e da instituição de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo. O artigo 183, do mesmo diploma legal, prevê a aplicação do instituto da usucapião como forma de aquisição da propriedade em terrenos particulares urbanos ocupados. A isso se limitou a Política Urbana em 1988, mas verifica-se que a positivação de uma função social da cidade a partir do reconhecimento desta como um bem coletivo trouxe uma ordem constitucional para que o ente público, juntamente com a sociedade civil, atentasse à questão das problemáticas urbanas, de forma que se abriam novas possibilidades para o desenvolvimento de estudos a respeito do tema (ALFONSIN, 2001).

Para Souza e Rodrigues (2004, p. 67): “Ao mesmo tempo que o capítulo de política urbana da Constituição se mostrava tão ‘magrinho’, transferiram-se quase todas as responsabilidades para os planos diretores municipais.” Os autores indicam que o Estatuto da Cidade trouxe maior densidade à questão, mas reconhecem que isso não foi suficiente para garantir a participação popular prevista pelo texto legal no planejamento e gestão urbanos. Villaça (2010, p. 233) afirma que não apenas na “[...] Constituição se manifestou o poder das forças do atraso e sua capacidade de retardar o avanço das conquistas populares da esfera do urbano. Também dentro do próprio campo do plano diretor elas se revelaram poderosas.” Apesar da posição de regular a política urbana, no seu campo de aplicação efetiva, ter sido repassado aos Planos Diretores (VILLAÇA, 2010), “muitos prefeitos os têm tratado com negligência” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 59), de maneira a privilegiar estratégias negociais para atrair investimentos ao município, à custa da qualidade de vida dos moradores. Na prática, como explicam Machado e Moro (2011, p. 232), falta “[...] consenso em torno da Reforma Urbana [...] setores que lhe impõe

o atraso mobilizam-se econômica, política e ideologicamente, impedindo a sua realização, marginalizando e criminalizando sua movimentação.”

Cita-se o desenvolvimento, a partir da década de 1990, de um planejamento “mercadófilo”, que defende o interesse privado em detrimento do público ao se utilizar de parcerias nas quais o Estado arca com os custos e com os riscos do negócio para que a iniciativa privada colha os frutos gerados, sob o argumento de que a movimentação da economia local e a criação de postos de trabalho compensariam o ônus estatal (SOUZA; RODRIGUES, 2004). Tal planejamento, segundo os autores, tende a prosperar nos locais

[...] onde o medo da violência está disseminado [...] onde vão se multiplicando [...] os *shopping centers* e os ‘condomínios exclusivos’, dentro dos quais uma parte cada vez maior dos moradores mais abastados busca consumir e viver em segurança. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 57).

Porém, tal opção mostra-se falha, pois como “[...] solução imediata para os problemas da interação com os outros que fazem a diversidade da cidade, o isolamento em um ambiente socialmente homogêneo cria, reproduz e intensifica as necessidades e as demandas que afirma satisfazer.” (KONZEN, 2012, p. 290). Manter uma prática de segregação social apenas perpetua as contradições existentes nas cidades e reafirma a necessidade de uma real reforma urbana.

Mas se permanecem assim as contradições, permanece também a crítica levantada pelo ativismo protagonizado pela sociedade civil. A continuidade da pressão exercida pelos movimentos urbanos sobre a esfera política teve a sua conquista efetivada no Estatuto da Cidade e garantiu a previsão legal de uma maior participação popular na gestão do espaço urbano. Farias e Klein (2011, p. 67), ao analisar os princípios que devem reger a aplicação prática da Lei n. 10.257, defendem que: “Se o desafio do Estatuto é a construção da cidade justa, tal empreendimento dependerá das virtudes públicas e privadas de seus cidadãos, bem como de uma moralidade universalista que fundamente suas ações.” “Promulgada a Constituição, fruto do ‘acordo possível’, a maior parte dos aspectos legislativos do ideário da reforma urbana passará a depender de uma lei federal. Começava a nascer o Estatuto da Cidade.” (BASSUL, 2010, p. 79). Desta forma, conforme explica Bassul (2010), os interesses conflitantes que já despontavam nas lutas por reforma urbana continuariam a pressionar o Congresso Nacional durante todo o período de discussões que antecedeu a promulgação do texto final da Lei Federal que veio regulamentar a Política Urbana direcionada pela constituição.

Alfonsin (2001, p. 313) chama a lei promulgada em 2001 de “[...] coroamento de uma década de lutas por reforma urbana no Brasil.” No mesmo sentido, Bassul (2010) descreve como um longo processo legislativo antecedeu a promulgação do Estatuto da Cidade, período no qual os interesses divergentes, dos representantes do Movimento Nacional pela Reforma urbana e do empresariado urbano conservador, buscaram influenciar o Congresso Nacional, que, ao final, acabou por manter em seu texto a previsão dos diversos instrumentos da política urbana que já encontravam experiências práticas em algumas cidades do País. Desta forma, o autor explica que “[...] o que em certo momento parecia uma ameaça ao setor empresarial passou a ser gradativamente percebido, e aproveitado, como oportunidade de mercado [...]” (BASSUL, 2010, p. 87),

de forma que os conflitos puderam ser superados e a lei aprovada. Neste contexto, a Lei n. 10.257 de 2001 “[...] se configura o grande marco regulatório da organização do espaço urbano ao trazer princípios e objetivos nacionais neste âmbito [...]” (LEAL, 2011, p. 22). Por meio da aplicação dos instrumentos ali elencados, surgem novas possibilidades de organização da cidade, de forma a melhorar a vida das populações locais, em um primeiro momento, e, posteriormente, impactar todo o território nacional por meio das experiências de cada município com a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida da população (SANTIN; FLORES, 2012).

As diretrizes para a política urbana do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) estabelecem competências e aspectos gerais, mas também garantem os direitos à gestão democrática e participativa por parte da população, e à oferta de equipamentos públicos e comunitários adequados às necessidades locais. Como colocam Farias e Klein (2011, p. 77), o “Estatuto nos lembra de uma identidade comum como membros da cidade”, assim: “A solidariedade, a participação, o respeito à dignidade, a responsabilidade ambiental, o uso justo da propriedade privada e do espaço público devem seguir princípios que possibilitem o bem comum.” (FARIAS; KLEIN, 2011, p. 77). Leal (2011) aponta dentre os princípios e diretrizes fixadas no Estatuto da Cidade a garantia de cidades sustentáveis, a serem geridas democraticamente com o auxílio dos instrumentos previstos na referida lei: a cooperação entre Estado e sociedade civil, a regularização de terras ocupadas, a integração cidade-campo, a partilha equitativa de benefícios e ônus da urbanização, a proteção do meio ambiente artificial, os bens culturais e monumentos históricos e a oitiva dos cidadãos nas atividades que possam causar danos à cidade.

3 Alternativas para concretizar as garantias básicas constitucionais na cidade

O objetivo desta seção reside na demonstração de movimentos populares sediados no ambiente urbano, que tem por objetivo desenvolver uma cultura de proteção e ampliação dos direitos fundamentais dentro da rotina diária das cidades brasileiras, por meio da difusão de alternativas criativas de enfrentamento dos problemas que as afetam e da realização de uma reforma urbana. Busca-se apontar os ativismos sociais, protagonizados pelos cidadãos, que, por não se contentarem em constatar uma realidade aquém daquela desejada no cenário contemporâneo que já encontra positivados os direitos que foram conquistados anteriormente – e cujo reconhecimento também se deveu às reivindicações de pessoas que os requereram, mesmo quando não contavam com a segurança jurídica que o reconhecimento legal hoje lhes proporciona –, continuam a agir sobre a realidade que lhes circunda e buscar a implementação da eficácia integral dos princípios internacionalmente reconhecidos de proteção da dignidade humana e a eficácia dos direitos básicos que lhes assistem, ou devem assistir, no ambiente onde vivem.

A maior parte da população brasileira vive nas cidades. Rammé (2014) cita que o crescimento urbano no Brasil – morada de um contingente de 84,90% da população em 2012 –, do modo como impulsionado por sua evolução histórica, acarretou diversos problemas em relação à aglomeração desregrada de pessoas, como a formação de favelas, a falta de planejamento na distribuição do solo e, conseqüentemente, a ausência de espaços públicos e equipamentos urbanos adequados aos locais ocupados, o que prejudica, segundo a autora, o exercício de direitos fundamentais, dentre os quais o lazer, a cultura, a educação, a saúde e outros. Daí

a importância de se contextualizar a cidade como um direito meio para a efetivação das demais garantias fundamentais, pois nela é observado, de maneira primordial, o nível de proteção oferecido a estes direitos. É manifesto que não se pode reduzir o planejamento e a gestão urbanos à atividade estatal, pois estes são também “responsabilidade direta da sociedade civil” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 115), por meio da contribuição advinda dos ativismos sociais.

“Ao mesmo tempo que precisam recompor ou aumentar a visibilidade pública e a capacidade de mobilização popular, os ativismos têm que desenvolver cada vez mais a capacidade de elaborar propostas alternativas.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 117). Segundo Bonavides e Andrade (2006, p. 488): “No exame da nossa História constitucional, constatamos que a passagem do nível legal para a realidade das relações sociais tem sido extremamente penosa e na maioria das vezes fracassada.” Assim, os direitos são reconhecidos na carta constitucional, mas não facilmente observados no cotidiano da realidade urbana. Diante disso, Souza e Rodrigues (2004, p. 71) afirmam que a “sociedade civil tem um papel crucial na condução de uma efetiva reforma urbana”, e explicam que este papel é efetivado por meio de movimentos sociais através dos quais a população se organiza no intuito de participar ativamente das decisões que afetam a realidade urbana, visando à diminuição das desigualdades presentes nas cidades brasileiras e à justiça social.

Mori (2010, p. 68) afirma que:

Na sociedade de elite brasileira, o bloqueio contínuo das condições de formação de um mercado integrado nacional faz com que até hoje as relações sociais permaneçam parcialmente apoiadas em formas diretas, extra-econômicas [sic] de dominação.

Por isso, difunde-se a ideia de que “[...] quaisquer propostas de inclusão crescente das organizações da ‘sociedade civil’ no controle dos projetos econômicos, sociais, culturais etc. da sociedade brasileira não visa à melhor conformação desses projetos aos interesses nacionais.” (MORI, 2010, p. 70). Diante disso, vigem nos espaços urbanos um paradigma que contribui para a violação de direitos e segregação; se pode citar como exemplo a rua: “A organização dos transportes [...] torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros [...], isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso.” (SANTOS, 1993, p. 96); concede-se prioridade ao automóvel individual em “[...] detrimento de modalidades distintas como aquelas associadas a ciclovias, calçadas para pedestres ou corredores de transporte coletivo, sem dúvidas mais propícias à interação social, ou de usos diferenciados comportados pela rua [...]” (KONZEN, 2012, p. 288), com base na ideologia difundida em resposta ao medo e à insegurança reinante em espaços urbanos, entre outros.

Por esta razão, Souza e Rodrigues (2004) criticam o desprezo pelos ativismos sociais protagonizados pela sociedade civil enquanto alternativas criativas para a resolução dos problemas urbanos e defendem maximizar o papel destes atores sociais no planejamento e gestão urbanos, em vez de estudá-los apenas como uma forma de antagonismo a um Estado conservador, de forma a reconhecer sua importância “[...] como protagonistas da produção do espaço urbano [...] como autores de estratégias e planejamentos alternativos.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 12). No mesmo sentido, Rendin (2011, p. 62) explica como direitos, como a cidade,

que dizem respeito a todos e também a cada um enquanto generalidade não individualizável, “[...] só podem ser pensados no âmbito das escolhas públicas que [...] demandam um alto grau de participação do indivíduo na vida pública, sob pena da apropriação do próprio indivíduo em estruturas organizacionais de dominação e disciplinamento.” A autora insiste, em relação a este direito, na superação da ideia de conflito entre os interesses individuais e coletivos, que deve dar lugar a uma compreensão aberta do sistema jurídico e reconhecer as relações de interdependência que cercam a temática dos direitos humanos.

O cidadão não é apenas usuário dos serviços públicos, ou mero habitante da cidade, ele integra o sujeito coletivo titular do direito à cidade, e pode atuar em prol da eficácia dos direitos humanos fundamentais que circundam o cotidiano do espaço urbano, através de escolhas diárias. Isto porque não se pode esquecer que: “O homem só no apartamento ou o indivíduo dentro do automóvel é um fragmento de um conjunto, parte de um coletivo.” (ROLNIK, 2012, p. 20). Assim, não apenas no que tange a movimentos e ativismos sociais, mas também posturas individuais podem gerar demandas e criar novos usos para espaços urbanos; como se dá, por exemplo, na difusão de um modo de vida saudável mediante a prática de exercícios físicos, que acaba por levar as pessoas às ruas para caminhar, correr ou pedalar; ou na defesa de ideais ambientalistas, que indicam anseios pela reconfiguração de locais que não mais apenas se destinam ao comércio ou à passagem de veículos, mas devem servir à passagem de veículos leves não motorizados e de transeuntes, de forma a demandar a construção de ciclovias, espaços de lazer, academias ao ar livre, hortas comunitárias, dentre tantos outros espaços.

Quando decisões individuais e as necessidades comuns ganham ares de “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas [...]” (GOHN, 2015, p. 13), têm-se os movimentos sociais. Mas não se trata aqui dos movimentos conservadores fundados em “[...] xenofobias nacionalistas, religiosas, raciais, etc. Estes tipos não querem as mudanças sociais emancipatórias [...]. São movimentos construídos a partir de práticas sectárias, destrutivas e de total negação à ordem social vigente [...]” (GOHN, 2015, p. 14), mas das ações perpetradas com o verdadeiro objetivo de ampliar a participação cidadã e alcançar maior justiça social. No decorrer da história, conforme expressam Souza e Rodrigues (2004, p. 93, grifo no original): “Os ativismos [...] criaram espaços de discussão que ajudaram [...] a *alargar os horizontes de participação política e socialização* de inúmeras pessoas, contribuindo para a conquista do exercício da cidadania no interior da sociedade.”

Gohn (2015, p. 13) explica que, na “realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão”. A autora relembra a ascensão destas formas de organização popular na América Latina como forma de contestação dos regimes militares nas décadas de 1970 e 1980, e atenta para a institucionalização destas práticas ao longo da década de 1990 mediante a “[...] constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular etc.” (GOHN, 2015, p. 20). Quando as mudanças políticas forçaram modificações na estruturação da participação popular, os movimentos reivindicativos deram lugar a posturas propositivas, de parceria entre os diversos atores sociais. Segundo Souza e Rodrigues (2004, p. 96), “[...] essas novas experiências têm um grande potencial e podem se transformar em importantes agentes políticos no debate sobre a cidade e a construção de propostas de novas formas de

organizar a vida e o espaço urbanos.” Por isso, recomendam que os planejadores críticos da cidade “[...] devem dialogar permanentemente com a sociedade civil, em especial com os pobres, os quais, em um país como o Brasil, constituem a maioria da população.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 112).

Para Konzen (2012), o uso dos espaços públicos pelos sujeitos coletivos que os representam e o provimento de necessidades fundamentais, como a convivência comunitária e o desenvolvimento da cidadania, demonstram a efetividade dos direitos interdependentes que integram o direito à cidade. Segundo o autor, o diálogo presente nas ações do ente público e da sociedade civil sobre o urbano permite um influxo recíproco que contribui para a efetivação da cidade como direito. Segundo Souza e Rodrigues (2004), ativismos que se perpetuam no seio social e passam a demandar a modificação de paradigmas organizacionais das cidades em prol de uma sociedade verdadeiramente mais justa e de uma real reforma social, tem a capacidade de politizar a coletividade de forma a articular uma discussão crítica a respeito dos problemas urbanos. Trata-se da participação cidadã, que Gohn (2015, p. 19) explica tratar-se de “[...] uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação [...]” das políticas públicas a serem desenvolvidas pelo poder público.

A respeito do que transparece nas cidades, Mussi (2011, p. 84) explica refletirem estas “[...] os valores, o compromisso e a visão de mundo das sociedades que as envolvem. O êxito das cidades depende de seus habitantes, seu governo e a prioridade que ambos outorgam a construção de um entorno urbano equilibrado.” Para que se alcance uma realidade mais justa, conforme Gohn (2015), os ativismos sociais têm atuado em diversas frentes, desde reivindicações por “Ética na Política” e ações “da Cidadania contra a Fome”, até os “Grupos de mulheres”, “movimento dos homossexuais”, “Movimento afro-brasileiro”, “dos ecologistas”, “por direitos humanos” e “contra a violência urbana”. Gohn (2015) demonstra, ainda, que a nova tendência aponta para movimentos mais amplos, de alcance internacional, movidos pelo uso de novas tecnologias de comunicação. Entretanto, o “ativismo de bairro é o mais típico ativismo urbano” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 85), vez que nele se pode, a partir da contestação de problemas locais, desenvolver a cidadania, pois tais movimentos têm grande relevância como “[...] práticas *político-pedagógicas* e de *socialização*, contribuindo para que as pessoas envolvidas tenham mais consciência de seus direitos e ajudem na formulação de ações práticas para a conquista de novos direitos.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 99, grifos no original).

Quanto a casos específicos, pode-se citar, dentre as novas propostas de reorganização urbana, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, que tem como ponto crucial de sua luta o direito à moradia, mas que também aborda uma crítica social mais ampla, questionadora das desigualdades presentes nas cidades e opositora da especulação imobiliária e da subutilização de terrenos por alguns proprietários diante do déficit habitacional constatado no Brasil (SOUZA; RODRIGUES, 2004). Aponta-se que: “Além de articular os vários objetivos, na construção do seu discurso crítico o MTST – de certo modo ‘cria’ do MST – também ergue pontes entre os problemas do campo e os problemas da cidade.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 97). Isso porque, no cenário rural, percebe-se uma lógica de concentração fundiária, destruição cultural e desemprego que acabam por arrastar os camponeses às periferias das cidades.

Mas as reivindicações populares ultrapassam as questões específicas de moradia e carências socioeconômicas, como esclarece Gohn (2015, p. 25), “[...] indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano.” O tema do meio ambiente, a autora enfatiza que: “Passou a ser uma preocupação dos movimentos populares de bairros [...] mais de bairros periféricos, com córregos a céu aberto, ausência ou coleta irregular do lixo, focos de infecções várias.” (GOHN, 2015, p. 28). Para Alfonsin (2001), a degradação ambiental no ambiente urbano é causada pela exclusão social que afasta as pessoas que não podem pagar pelos espaços bem servidos e estruturados e acabam por recorrer ao mercado ilegal que atua em áreas que deveriam ser preservadas ou que apresentam risco ambiental e à população. A autora defende que: “O *interesse ambiental* de determinado imóvel ou área da cidade autoriza o Poder Público a realizar operações urbanas [...] objetivando a preservação do bem de interesse ambiental.” (ALFONSIN, 2001, p. 315, grifo no original).

Outro movimento identificado por Souza e Rodrigues (2004), entre os novos ativismos urbanos emergentes, é o *hip-hop*. Natural das metrópoles dos EUA e combatente da segregação urbana social e étnica, o movimento ganhou espaço nas periferias brasileiras e consiste em criações artístico-culturais que se desenvolvem a partir das injustiças e contradições vivenciadas pelos integrantes nas comunidades em que vivem. Os autores enfatizam que se trata de um movimento político-cultural, e que a “[...] diferença entre o *hip-hop* e tantas outras manifestações artísticas é que, nele, o questionamento político é consciente e explícito, e a arte é, no fundo, o veículo do inconformismo de quem se identifica com e adere ao movimento.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 102). Suas formas de se apropriar do espaço urbano incluem o grafite (aspecto visual), o *rap* (letras e sonoridade) e o *break* (uso do corpo nos espaços públicos), de forma que possuem “[...] boas possibilidades de se tornar um movimento social extremamente ativo e capaz de realizar algum grau de transformação social.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 111).

Os problemas discutidos pelo ativismo urbano têm abrangência internacional, pois se referem a uma série de direitos com dificuldades práticas de realização diante das desigualdades presentes nas cidades, o que exige uma discussão compartilhada, por isso, “em todos os Fóruns Sociais Mundiais, o tema do Direito à Cidade está em debate” (OSÓRIO, 2006, p. 193). A autora explica que, a partir do Estatuto da Cidade, “[...] se desencadeou um processo de disseminação da concepção do direito à cidade como um novo direito humano coletivo, com base em uma plataforma de reforma urbana a ser implementada pelos países.” (OSÓRIO, 2006, p. 194). Neste contexto, deu-se o surgimento da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, por meio da qual os diversos movimentos sociais, bem como múltiplas organizações não governamentais que deles se originaram, “[...] têm proposto a urgente necessidade de enfatizar o papel das cidades como espaços onde o usufruto coletivo da riqueza, cultura, bens e conhecimentos sejam garantidos a todos os seus habitantes [...]” (OSÓRIO, 2006, p. 195), e não apenas aos proprietários.

Outro componente da problemática urbana – que tem implicações severas e não pode ser reduzido à exploração e à divisão de classes sociais –, colocado por Souza e Rodrigues (2004, p. 113), o racismo, “[...] presente no sofrimento da maioria da população que vive nos espaços segregados de nossas cidades [...] precisa ser analisado em sua especificidade, embora sem perder de vista suas conexões com outros tipos de opressão.” A crítica que os autores deixam a movimentos – como o *hip-hop*, cuja tônica dominante

mostra-se pronunciadamente machista –, que tem um potencial expressivo em abordar o racismo, é o de não dar a devida importância a outras questões legítimas advindas das demais esferas de opressão, de forma a se tornarem parciais e por isso perderem coerência. Para os autores, em termos gerais, não se pode perder de vista a compreensão de que, “[...] além da luta pela moradia, é preciso lutar também por infra-estrutura, por emprego, por saúde, por educação [...] a partir de um objetivo específico [...] constrói-se uma ampla agenda de luta social.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 98).

Nas palavras de Alfonsin (2006, p. 190), não se pode ignorar que “[...] enquanto o ‘bem-estar’ de alguns, continuar sendo conquistado à custa do ‘não-estar’ em relação à maioria pobre do Brasil, será impossível evitar o ‘mal-estar’ de toda(o)s.” Por isso mesmo: “O Estatuto da Cidade aponta a participação direta como saída e meio de conquista daquela cidade legal, democrática e incluyente.” (MACHADO; MORO, 2011, p. 230). O que deve ocorrer desta forma porque: “Aquilo que interessa a todos, não pode ser decidido apenas por alguns [...]” (ALFONSIN, 2006, p. 180). Para tanto, importa: “Romper com a prática antiga, corrupta e clientelista tem sido o desafio dos movimentos sociais populares na busca pelo reconhecimento de suas necessidades e a efetivação de políticas públicas que façam da cidade o lugar de todos.” (MACHADO; MORO, 2011, p. 230). Desta forma, tecem-se alguns comentários a respeito das políticas públicas a serem implementadas a cargo da Administração, como resposta às necessidades trazidas à tona pela atuação dos movimentos sociais.

3.1 A atuação estatal por meio de políticas públicas

Não se pode negar a participação do Estado, como posto por Santos (1993, p. 111), na geração de “problemas urbanos, inda que prometendo resolvê-los”; posicionamento que o autor reforça com o uso, como exemplo, dos conjuntos residenciais “[...] levantados com dinheiro público – mas por formas privadas – para as classes médias baixas e os pobres [que] se situam quase invariavelmente nas periferias urbanas [...]” (SANTOS, 1993, p. 112). Da mesma forma apontam Souza e Rodrigues (2004) acerca das desigualdades presentes na configuração capitalista vivenciada no meio social, em que o Estado tende a promover a manutenção da situação vigente, mas enfatizam que é possível sua atuação em frente diversa, ou seja, contrária às disparidades existentes e na direção de uma maior justiça social e da diminuição das desigualdades. Segundo os autores, a direção assumida pela atuação estatal tem relação direta com o “grau de conscientização e mobilização da sociedade civil”. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 13). Isto porque “[...] a gestão democrática e a própria aplicação dos instrumentos descritos depende de um conjunto de políticas públicas.” (KUJAWA; KUJAWA, 2011, p. 239).

No entanto, também não se pode perder de vista, como dito por Souza e Rodrigues (2004, p. 70), que “[...] o Estado é um importantíssimo agente da reforma urbana, pois ele garante a criação de marcos reguladores, leis e normas que irão controlar as ações dos demais agentes.” Os autores alegam que, pela elaboração e implementação de suas políticas públicas, o ente público guarda o potencial de aprimorar a infraestrutura das cidades e diminuir as desigualdades sociais. Isto porque também as “políticas públicas constituem instrumentos da ação governamental” (SILVA, 2003, p. 2), razão pela qual as ações aplicadas pelos entes estatais devem ter uma relação direta com as demandas presentes nas populações que são afetadas pelo

modelo de gestão e planejamento aplicado às cidades. Silva (2003, p. 11) reforça que: “É justamente num processo de democratização do Estado que as políticas públicas são decididas pelos seus destinatários, ou seja, a participação garante a escolha das prioridades em matéria de políticas públicas no espaço urbano.”

Ao explicar a questão, Souza e Rodrigues (2004) defendem que o rumo tomado pelo planejamento urbano é definido com base nas influências mais significantes que acabarão por equilibrar as forças correlatas e determinar o conteúdo da atuação estatal; e é dentro desta esfera de influência que reside a possibilidade de ação da sociedade civil, que participa por meio da elaboração de propostas e da fiscalização do ente público. Nas palavras de Farias e Klein (2011, p. 75): “O Estatuto da cidade pressupõe dos cidadãos que desejam planejar de forma justa sua cidade um comprometimento moral com seus concidadãos.” Isto justamente porque, conforme expõe Rendin (2011, p. 56), o direito à cidade contrapõe o “[...] modelo tradicional da formatação de direitos que [...] permitem a concentração ‘legitimada’ de riquezas e oportunidades espaciais e [...] a imposição político-econômico-social do [...] espaço periférico altamente violador de direitos humanos.” Para Braga e Pessali (2015), após a promulgação do Estatuto da Cidade, estruturaram-se as ações de política urbana, em âmbito nacional, por meio da criação do Ministério das Cidades, que trouxe uma concepção intersetorial, voltada à integração entre as políticas das diversas áreas abrangidas pela questão urbana.

Assim, as ações estatais voltadas à garantia efetiva dos direitos fundamentais na realidade urbana ficam a cargo do Ministério das Cidades, que organiza suas atividades em quatro Secretarias Nacionais, quais sejam: a de Acessibilidade e Programas Urbanos; a de Habitação; a de Saneamento; e a de Transporte e Mobilidade (BRASIL, 2003). Percebe-se a amplitude do direito à cidade e quão complexa se torna sua área de abrangência. A deficiência enfrentada após anos de políticas urbanas desvinculadas das necessidades básicas da população detentora do direito discutido acabou por configurar uma situação de difícil resolução, o que torna necessário o enfrentamento da questão a partir de uma integração entre as políticas públicas e a atuação da sociedade. Segundo Silva (2003, p. 5-6): “No meio ambiente urbano há a necessidade de integração das políticas públicas setoriais, como, por exemplo, as políticas públicas de habitação, de transportes, de saneamento ambiental e a própria política ambiental.” A autora explica que: “A adoção de políticas públicas buscando a sustentabilidade urbana implica [...] repensar o desenvolvimento das relações sociais e econômicas na cidade e o papel do direito como propulsor do direito à cidade sustentável.” (SILVA, 2003, p. 7).

Trata-se de abordar: “Problemas sociais que exigem soluções visivelmente interdisciplinares” (ALFONSIN, 2006, p. 173). Kujawa e Kujawa (2011, p. 246) também defendem que as políticas implementadas atendam “[...] simultaneamente ao problema da pobreza, do desenvolvimento e do meio ambiente [...] aperfeiçoamento dos cuidados com saúde, com educação, com os direitos da mulher, com o papel dos jovens, dos indígenas e das comunidades locais.” Tal posicionamento expressa de maneira clara o quanto “[...] a convivência nos espaços urbanos apresenta um conjunto de necessidades ambientais, socioculturais e governamentais que se constituem e se renovam constantemente.” (KUJAWA; KUJAWA, 2011, p. 242). Interessante enfatizar o dinamismo das questões atinentes às cidades, que vê despontarem novas demandas conforme se modificam as configurações vigentes no contexto social, a exemplo das crescentes preocupações com sustentabilidade, já que, como relembra Silva (2003,

p. 12): “A sociedade já se encontra majoritariamente instalada em cidades, e as questões socioambientais têm e terão cada vez mais um papel predominante na determinação das políticas públicas no meio ambiente urbano.”

A possibilidade de integração popular nas definições da cidade tem importante aliado na elaboração dos orçamentos participativos, uma vez que eles podem funcionar como “[...] uma verdadeira ‘escola’ de participação e exercício de cidadania (sua utilidade, por assim dizer, político-pedagógica).” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 80). A preocupação, segundo os autores, é de que se possa “[...] tirar partido de experiências como o orçamento participativo sem, por outro lado, abrir mão da autonomia organizativa da sociedade civil e sem deixar que o ativismo seja inteiramente pautado pelo aparelho de Estado.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 95). Segundo os autores, verifica-se uma tradicional distribuição desigual dos recursos públicos municipais, de forma que os bairros ricos, que possuem maior infraestrutura, consomem parte expressiva destes, enquanto os bairros pobres, que necessitam de maior atenção do ente público, acabam por sofrer com a sua escassez; mas colocam que, “Aumentando o investimento nessas áreas por meio de políticas públicas consistentes, promove-se, a médio e longo prazos, a *redistribuição indireta* da renda.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 120, grifo no original).

A competência é comum entre os entes federados, nas “[...] áreas tradicionalmente objeto de políticas públicas, como assistência social, meio ambiente, habitação, saneamento, produção agropecuária [*sic*], abastecimento alimentar, educação, saúde [...]”. Conforme explica Teixeira (2002, p. 7), casos em que deve “[...] ser exercida com a cooperação dessas esferas de poder, pela transferência de recursos, ou pela cooperação técnica.” (TEIXEIRA, 2002, p. 7). Há que se reconhecer, no entanto, a impossibilidade da política municipal em lidar com temas que extrapolam a sua competência. “A cidade tem que ser pensada na região, no país e no mundo, e a cidade (cada cidade e todas as cidades) tem que ser pensada nas suas relações com o campo.” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 122).

Konzen (2012, p. 285) denuncia um crescimento da “demanda por ordem e repressão nos espaços públicos”. O autor menciona que as desculpas usualmente empregadas na justificativa de tal posicionamento abordam: “Criminalidade de rua, vandalismo, fluidez do tráfego de veículos e proteção dos pedestres contra constrangimentos [...] Dissemina-se o medo da interação com os outros nas ruas.” (KONZEN, 2012, p. 285-286). Isso de forma que comumente se exija do Estado a sofisticação do “[...] controle social tendo como alvo os mais diversos grupos, tais como adultos e crianças em situação de rua, ativistas políticos, jovens, imigrantes, vendedores ambulantes, catadores de resíduos urbanos e trabalhadores do sexo.” (KONZEN, 2012, p. 285-286). Entretanto, as possibilidades de atuação do ente público sobre as problemáticas urbanas não devem ser erroneamente identificadas com a repressão, é preciso que se modifiquem os paradigmas vigentes de organização urbana para que se possa chegar a uma real implementação prática do conceito de direito à cidade, pois este pressupõe a alocação do cidadão na condição de titular do direito, e, portanto, cidadão presente e atuante nos espaços urbanos de forma de garantir a eficácia da garantia que lhe foi outorgada.

4 Considerações finais

O direito à cidade configura-se como um novo direito fundamental incorporado à Constituição de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade graças à atuação popular. Conforme a positivação feita por estes dispositivos, a cidade possui funções sociais relativas à sustentabilidade, à distribuição e administração do seu espaço geográfico, bem como em relação ao cumprimento dos demais direitos fundamentais que protegem os seus habitantes.

Segundo a interpretação do texto constitucional, a cidade deve constituir um espaço apto a prover à população a oportunidade de participar da vida comunitária, desenvolver sua cidadania e alcançar a eficácia de seus direitos. E é justamente na possibilidade da participação popular nas decisões políticas que afetam o cotidiano das populações urbanas que se encontra a maior inovação trazida pela Constituição Cidadã, de forma que se mostra apropriado o estudo do tema do direito à cidade como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais a partir da perspectiva dos movimentos populares que têm se desenvolvido no espaço urbano.

A participação popular tem um papel importante na efetividade dos direitos fundamentais que se interligam no direito à cidade, uma vez que este possui reflexos na habitação, transporte, educação, saúde, cultura e meio ambiente, assim como na aprovação do Estatuto da Cidade, após vários anos de luta dos movimentos sociais urbanos pela previsão de utilização dos instrumentos jurídicos pelos quais se possibilitava a atuação em prol dos objetivos de desenvolvimento sustentável das cidades e de combate à segregação urbana e à especulação desenfreada.

Os objetivos expressos no Estatuto da Cidade e os instrumentos previstos como maneiras de alcançá-los denotam uma mudança de postura, pois, ao menos em termos teóricos, previram espaços ampliados para a participação popular na gestão e planejamento urbanos. Os movimentos sociais urbanos atuam na divulgação e compreensão de direitos essenciais e no fomento da participação cidadã, o que contribui na resolução de problemas urbanos. O Estado realiza seu papel na execução de políticas públicas ao dialogar com a sociedade civil para garantir o direcionamento destas conforme as demandas urgentes enfrentadas pelos cidadãos, e deve ouvir as alternativas propostas pela população e integrá-la na proteção dos direitos e garantias que devem assistir-lhes no seu cotidiano.

Referências

ALFONSIN, B. de M. Direito à cidade sustentável na nova ordem jurídico-urbanística brasileira: emergência, internacionalização e efetividade em uma perspectiva multicultural. In: WOLKMER, A. C.; LEITE, J. R. M. (Orgs.). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 321-335.

_____. O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas. **Direito e democracia**: Revista de Ciências Jurídicas, Canoas, v. 2, n. 2, 2º sem. 2001.

ALFONSIN, J. T. Do “diga que não estou” à relação entre pobreza e função social da terra no Brasil. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs.). **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 165-191.

BASSUL, J. R. Estatuto da cidade: a construção de uma lei. In: _____. **O estatuto da cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010. p. 71-90. Disponível em: <https://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA_Images/CityStatuteofBrazil_Port_Ch5.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BONAVIDES, P.; ANDRADE, P. **História constitucional do Brasil**. 8. ed. Brasília: OAB, 2006.

BRAGA, A. L. C.; PESSALI, H. F. Direito à cidade, participação social e a política urbana no contexto brasileiro. **Guaju**, Matinhos, v. 1, n. 2, p. 3-22, jul./dez. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. **Lei n. 10257, que estabelece o Estatuto da Cidade**. Brasília: Ministério das Cidades, 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Ministério das Cidades. **Secretarias Nacionais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2003. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/institucional/estrutura-organizacional>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. reform. 20. reimp. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica).

FARIAS, V. de O.; KLEIN, C. M. Princípios éticos universais da cidade justa. In: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIAS, V. de O. (Orgs.). **Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: IMED, 2011. p. 67-78.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____ (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 13-32.

KONZEN, L. P. Espaços públicos urbanos – dos bens de uso comum do povo ao direito à cidade. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 11, n. 11, p. 276-303, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/264>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

KUJAWA, I.; KUJAWA, H. Estatuto das cidades: interfaces entre gestão democrática e as políticas públicas. In: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIAS, V. de O. (Orgs.). **Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: IMED, 2011. p. 238-251.

LEAL, R. G. Marcos normativos fundantes da cidade democrática de direito no Brasil. In: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIAS, V. de O. (Orgs.). **Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: IMED, 2011. p. 22-33.

MACHADO, D. da S.; MORO, T. F. D. Os obstáculos econômicos, políticos e ideológicos para a efetivação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. In: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIAS, V. de O. (Orgs.). **Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: IMED, 2011. p. 218-236.

MORI, K. K. A ideologia na constituição do espaço brasileiro. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. atual. São Paulo: Editora da USP, 2010. p. 49-71.

MUKAI, T. **Direito urbano e ambiental**. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MUSSI, A. Q. O ordenamento do espaço urbano. In: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIAS, V. de O. (Orgs.). **Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: IMED, 2011. p. 79-106.

OSÓRIO, L. M. Direito à cidade como direito humano coletivo. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs.). **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 193-214.

RAMMÉ, J. **Determinação de indicador de prioridade para manutenção e restauração das praças públicas em cidades de médio porte**. 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PECV0901-D.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

RENDIN, G. Direito à cidade: direitos humanos e o político na sociedade de risco. In: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIAS, V. de O. (Orgs.). **Estatuto da cidade: os desafios da cidade justa**. Passo Fundo: IMED, 2011. p. 56-66.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

SANTIN, J. R.; FLORES, D. H. A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade. **Revista Justiça do Direito**, v. 21, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/viewFile/2176/1407>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, S. T. da. **Políticas públicas e estratégias de sustentabilidade urbana**. 2003. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=POL%C3%8DTICAS+P%C3%9ABLICAS+E+ESTRAT%C3%89GIAS+DE+SUSTENTABILIDADE+URBANA+SOLANGE+TELES+DA+SILVA%E2%88%97&btnG=&lr=>>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. (Coleção Paradidáticos; Série Sociedade, Espaço e Tempo).

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 105, p. 25-31, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/viewFile/173/149>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. atual. São Paulo: Editora da USP, 2010. p. 169-243.

MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E SUA ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Myriam Aldana Vargas¹

Júlia Gerhard²

Suziane Boneti³

Resumo

Este artigo trata sobre as ações promovidas pelos movimentos feministas no cenário político, decisivas para a conquista de direitos, da igualdade, da autonomia e da participação das mulheres nos espaços de poder. A trajetória dos movimentos feministas no Brasil está alheia ao contexto mundial, pois possui grande articulação política com movimentos internacionais, produzindo novas dinâmicas, muito mais amplas. Com o passar dos anos, conseguiu-se a aprovação de muitas leis que traduzem o reconhecimento da luta política dos movimentos feministas no Brasil, iniciada na década de 1930 com a conquista do voto, possibilitando maior conscientização, bem como ampliando os debates em torno da mulher, da participação e representação política. Este é um trabalho de cunho bibliográfico que pretende resgatar as principais dinâmicas ocorridas dos movimentos feministas frente ao legislativo e demais espaços de poder, assim como da importância das conferências mundiais e de como estes encontros foram cruciais para a consolidação de direitos.

Palavras-chave: Mulher. Movimentos feministas. Direitos.

1 O Movimento Feminista no mundo: breve histórico

Historicamente, observa-se que depois de anos de lutas, as mulheres conseguem, mesmo que de forma desigual e com presença reduzida, se inserir em muitos espaços públicos. Porém, há problemas históricos que estas enfrentam ao adentrar nesses espaços, pois ainda presenciam resquícios de uma sociedade patriarcal, moldada a partir de princípios e valores que sugerem a dominação do homem sobre a mulher em diversos aspectos da vida social. Para melhor entendermos, segundo Machado (2000, p. 3), patriarcado se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social. Para Weber (1964, p. 184), autor que elaborou o conceito, “[...] chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na

1 Doutora em Ciências Humanas, docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (PPGPS) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). *E-mail:* <aldana@unochapeco.edu.br>.

2 Graduanda em Psicologia, Unochapecó. *E-mail:* <julia.g15@unochapeco.edu.br>.

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Unochapecó. *E-mail:* <suziane@unochapeco.edu.br>.

maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.” Portanto, neste modelo de estrutura familiar exposto por Weber, quem administra a família é o patriarca, no caso o homem, e ele é a autoridade maior, sendo que no contexto das suas relações sociais coloca os demais em condições de inferioridade. A função da mulher, nesta estrutura familiar, é apenas o de procriar, reforçando a ideia de que esta deveria ser do “privado”, enquanto que o homem, ser superior, deveria ser da vida “pública”. Esse modelo patriarcal fez com que as mulheres fossem dominadas e inferiorizadas pelos homens, e seu reconhecimento enquanto sujeitos eram de tal forma rejeitados, apenas tendo como função social ser mãe e dona de casa. Com isso, algumas mulheres, principalmente as da classe dominante, começaram a questionar o modelo da estrutura familiar da qual faziam parte e inconformadas com sua condição social, contrárias com as falas e atitudes populares de que eram naturalmente mais fracas e vulneráveis, iniciaram várias lutas por meio de ações para serem reconhecidas e principalmente para que pudessem participar de espaços públicos.

Cabe destacar que ao longo da história, para enfrentar este sistema patriarcal, sempre houve luta por parte das mulheres. No início, não existia uma organização declarada como Movimento Feminista, e sim grupos individuais centrados em algumas mulheres de classe social elevada, com maior formação educacional e que reivindicavam a plena participação política, com possibilidade de votarem e serem votadas. Sabe-se que o Movimento Feminista ocorreu com maior força na Europa, posteriormente se expandindo para os Estados Unidos e se difundindo por diversos países, assim como também para o Brasil. A questão da participação política das mulheres era uma problemática internacional, sendo este o primeiro mote de luta do Movimento Feminista. Atualmente, o movimento se mostra de outra maneira, não mais único como nos tempos remotos. Ramificou-se, e se apresenta em vários grupos como o das mulheres camponesas, negras, trabalhadoras rurais, lésbicas, entre outros, e que continuam, com mais força, sobretudo por quebraram paradigmas e preconceitos existentes em nossa sociedade *marcada pelo patriarcalismo*.

Com o intuito de compreendermos melhor a história e como se deu a evolução do Movimento Feminista, o apresentaremos em forma de “ondas”. Alguns autores apresentam, descrevem e definem o Movimento Feminista, na sua complexidade com o objetivo de explicar alguns acontecimentos significativos em cada época, como “ondas”, ou seja, primeira, segunda, terceira e assim sucessivamente, como apresenta Pedro (2005, p. 79) ao afirmar que o feminismo, como movimento social visível, apresentou-se em “ondas”.

No Brasil, a repercussão do Movimento Feminista, considerada primeira onda, se deu por volta de 1922, quando Bertha Lutz e Nísia Floresta, brasileiras e militantes, começam a organizar alguns movimentos e ações em prol da participação política. Essa foi a primeira pauta de reivindicação do Movimento Feminista brasileiro, pois, na época, o direito de participar da vida política e ter direito ao voto era o ápice para as mulheres. Para entendermos melhor, faremos, a partir de agora, uma perspectiva histórica de como essa luta pelo sufrágio (processo de escolha por votação, eleição) foi importante e que serviu de preâmbulos para as outras ondas feministas.

Iniciamos pela *primeira onda*. Esta teve início na Europa no fim do século XIX, na Revolução Francesa, quando as mulheres se organizaram, reivindicando os direitos políticos como o de votar e ser eleita; nos

direitos sociais e econômicos como o de trabalho remunerado, estudo e propriedade. No início, as ações e lutas das mulheres eram pela busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres, sendo que a partir do momento que novas mulheres ingressam no Movimento Feminista é que passam a contestar de forma mais significativa à questão do poder político. É na fase da contestação política, ao reivindicarem o sufrágio feminino, que as mulheres ficam conhecidas como as *suffragettes* (sufragistas). É na *primeira onda*, durante a Revolução Francesa, que

[...] o feminismo adquire uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que o contrariam, o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher. (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 32).

Conforme afirma Miriam Pillar Grossi (1996 apud SCOTT, 2002, p. 12), nessa onda destaca-se Olympe de Gouges, sendo uma das importantes militantes feministas francesas que contribuiu decisivamente para o debate a respeito da participação política das mulheres na República Francesa. Escritora e militante, escreveu e publicou em 1791 a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” em crítica a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, que anunciava direitos de igualdade e liberdade voltados apenas aos homens, enquanto as mulheres permaneciam sem avanços, sem o direito de votar, à liberdade profissional, entre outros. A declaração foi rejeitada e permaneceu em completo esquecimento até 1986, quando foi publicada por Benoîte Groult (Universidade Livre Feminista⁴). Segundo Grossi (1996 apud SCOTT, 2002, p. 12), Olympe foi acusada de viver excessivos nocivos da imaginação, e foi uma pensadora da mesma ordem de Rousseau e Voltaire, sem ter tido idêntico reconhecimento posterior na história do pensamento filosófico. A autora afirma ainda que:

Olympe de Gouges rompeu com uma série de papéis atribuídos às mulheres, iniciando pelo abandono do nome de seu pai e de seu marido, passando pela interessante carreira de escritora de peças abolicionistas e feministas para teatro, culminando com sua condenação à morte pela guilhotina em 1793.

Outras três feministas militantes surgiram nesse período, sendo elas: Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier (GROSSI, 1996 apud SCOTT, 2002, p. 12-13). Jeanne Deroin se candidatou ao parlamento em 1849 para desmascarar a própria lei que, sob o lema da “igualdade” dos cidadãos, excluía as mulheres tanto do voto quanto à possibilidade de se elegerem. Em sua ideologia, via a maternidade como um trabalho social e não como um destino biológico e propunha que o Estado fosse o responsável pela manutenção material das

4 A Universidade Livre Feminista é um projeto feminista, construído de forma coletiva e colaborativa, cujo objetivo é congregar, catalisar e fomentar ações educativas, culturais, artísticas; de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes acadêmicos, populares e ancestrais, numa perspectiva contracultural feminista, antirracista e anticapitalista. Disponível em: <<http://feminismo.org.br/>>. Acesso: 14 out. 2015.

crianças que ficariam sobre a responsabilidade moral das mulheres. Foi condenada e presa em 1850, solta em 1851, exilando-se na Inglaterra até a sua morte em 1894 (GROSSI, 1996 apud SCOTT, 2002, p. 13). Hubertine Auclert se evidencia em 1873 participando do debate político do final do século XIX, no qual se discutia o significado da cidadania das mulheres, discussão centrada no trabalho da mulher. Defendia a ideia de que a mulher deveria ter direito ao trabalho remunerado, colocando em pauta a discussão do trabalho doméstico. Hubertine Auclert diferenciava os interesses masculinos e femininos, conforme explicita Grossi (1996 apud SCOTT, 2002 p. 14):

Para H. Auclert, interesses masculinos e femininos seriam opostos: os homens se identificariam com os valores particulares (egoístas, sexuais) e conseqüentemente defenderiam a guerra e a morte; enquanto as mulheres se voltam para os valores gerais (altruístas, amantes, e por conseguinte defendem a paz e a preservação da vida).

A quarta militante feminista apresentada por Scott (2002) é a médica-psiquiátrica Madeleine Pelletier, nascida em 1874. Radical, julgava a identidade feminina como uma forma de opressão interiorizada. Vestia-se com trajes masculinos como forma de desconstruir a diferença sexual e eliminando, assim, a subordinação que os trajes femininos impunham as mulheres. Para ela, a diferença sexual era um conjunto de fenômenos psicológicos, e não físicos (GROSSI, 1996 apud SCOTT, 2002, p. 14). Com posturas e atitudes enérgicas, Madeleine Pelletier tinha como bandeira de luta os direitos das mulheres, à contracepção e ao aborto, ideias que posteriormente foram tratados pela também francesa Simone de Beauvoir no livro *O Segundo Sexo*. Aproximadamente cinquenta anos depois, também na França, Simone de Beauvoir, após publicar seu livro polêmico à época, frisava que, apesar das conquistas, as mulheres ainda estavam aprisionadas a um universo feminino, pois o direito ao voto e a ampliação da participação política feminina não as colocava em condições de igualdade com os homens.

Não se deve, entretanto, acreditar que a simples justaposição do direito de voto a um ofício constitua uma perfeita libertação: hoje o trabalho não é a liberdade. Uma senhora importante e bem pensante fez recentemente um inquérito entre as operárias das fábricas [...]; afirma que preferem ficar em casa a trabalhar na fábrica. Sem dúvida, pois elas só conseguem a independência econômica no meio de uma classe economicamente oprimida; e por outro lado as tarefas realizadas na fábrica não as dispensam dos cuidados do lar. Na hora atual [...] em sua maioria as mulheres que trabalham não se evadem do mundo feminino tradicional; não recebem da sociedade, nem do marido, a ajuda que lhes seria necessária para se tornarem concretamente iguais aos homens. (BEAUVOIR, 1980, p. 450).

No livro publicado em 1949, a escritora Simone de Beauvoir fez uma análise da mulher na sociedade e apresentou propostas para a igualdade entre os seres humanos, ou seja, dizia que “[...] a disputa durará enquanto os homens e as mulheres não se reconhecerem como semelhantes.” (BEAUVOIR, 1980, p. 450).

Também expôs questões femininas e fez críticas a temas, como demonstrando que a classificação dos sexos é uma ideologia social e não biológica, afirmando que a condição da mulher é uma construção da sociedade patriarcal, pois eram oprimidas pela ideologia patriarcal, atestando que a mulher como um “segundo sexo”, foi a primeira propriedade privada do homem, silenciando-a e a colocando-a na posição subalterna. Segundo Pedro (2005, p. 81), “[...] como tinha dito Simone de Beauvoir – era a cultura, dominada pelos homens, que as tinha tornado submissas e com tão baixa auto-estima.” A exemplo da França, o Movimento Feminista nos Estados Unidos também teve início na *primeira onda*. Na *segunda onda*, o Movimento Feminista americano ganha grande visibilidade, mais especificamente no século XX. No início da campanha, as americanas também lutaram pelo sufrágio feminino, através do viés constitucional, buscando a conquista do voto. Inspiradas por três grandes obras publicadas na época, sendo uma a de Simone de Beauvoir, fez com que muitas mulheres repensassem sua condição social e reexaminasse a sua própria falta de poder, questionando as atitudes machistas e práticas sexistas. Segundo Abreu (2002, p. 453), destacam-se as mulheres como Lucy Stone, Lucretia Mott, Abby Kelley Foster, Frances Harper, Ernestine Rose, Sojourner Truth, Susan Anthony, e muitas outras, que conseguiram sensibilizar a opinião pública americana. Para Abreu (2002), como abolicionistas, as mulheres americanas identificaram a subordinação social dos escravos e a sua destituição de “direitos políticos e civis” com o seu próprio estatuto social, político e civil. A autora salienta que, durante um quarto de século, os dois movimentos – “pela libertação e pelos direitos dos escravos” e pela “emancipação e pelos direitos das mulheres” – alimentaram-se e fortaleceram-se um ao outro. No entanto, ao contrário do movimento das inglesas, a atuação das *suffragettes* nos Estados Unidos foi considerada moderada, pois, ao tentar conquistar a opinião pública e dos parlamentares, não obtiveram o êxito desejado. Vale ressaltar que tanto a primeira quanto a segunda onda tinham como objetivo principal conquistar o poder político, especialmente, o direito ao sufrágio por parte das mulheres.

Esse breve histórico das duas primeiras ondas ocorridas na França e Estados Unidos são abordados aqui para percebermos que mesmo após duzentos anos do início da luta pelo sufrágio universal, hoje, em pleno século XXI, as dificuldades e lutas permanecem. Por isso, é preciso trazer a tona esse tema, para compreendermos minuciosamente o processo de participação pública das mulheres, pois essa problemática ainda atinge as mulheres nos mais diversos países.

2 Movimento Feminista no Brasil: a inserção da mulher na política e a conquista dos direitos de cidadania

No Brasil, os primeiros atos reivindicatórios começaram a surgir de maneira isolada em meados de 1800. Enquanto francesas e americanas estavam há alguns anos no auge da luta pelos direitos na *segunda onda*, aqui nasce a *primeira*. Registros apontam que em 1832 foi publicado o livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens*, por Nísia Floresta, tornando o livro fundador do feminismo brasileiro, denunciando o mito da superioridade do homem e reivindicando que as mulheres também deveriam ser consideradas seres inteligentes, “dotadas de razão” e merecedoras de respeito (Universidade Livre Feminista). Nísia Floresta se

destaca, pois não só vai falar da questão sufragista, mas também vai tratar sobre os direitos das mulheres e a superioridade do homem, mostrando a desigualdade de gênero existente na época.

Outra mulher militante e que merece destaque é Josefina Álvares, que, em 1878, consegue encenar sua peça “O voto feminino”, no Teatro Recreio, depois publicada em livro, o que fez dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no País (Universidade Livre Feminista). Proprietária do jornal “A Família” dedicou o primeiro editorial à educação de mãe. Defensora da educação feminina para que esta pudesse construir a emancipação, publicava inúmeros artigos voltados ao direito das mulheres, as incentivando a estudar. Para sua alegria, em 1879, dois anos mais tarde, em 19 de abril, as mulheres conquistam o acesso ao Ensino Superior por meio do Decreto n. 7.247, enfrentando muitos preconceitos para manterem-se. Em 1910, por meio de ações lideradas por Bertha Lutz, se inicia a luta em prol do sufrágio, e a partir de então se organiza o Movimento Feminista brasileiro. Segundo Pinto (2010a, p. 16):

A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Bertha Lutz se tornou um ícone da trajetória feminina pelo sufrágio. Segundo Avelar (2001, p. 19), na década de 1910, Bertha acabava de chegar de Paris e trazia em sua bagagem a carreira de bióloga formada na Sorbonne, mas também ideias para a campanha pelo sufrágio e algumas polêmicas para sua época, como a independência feminina. Em 1922, Bertha Lutz fundou no Brasil a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), na qual as brasileiras participantes desta Federação eram da alta elite brasileira, como dentistas, médicas, artistas, bem como parentes de políticos (AVELAR, 2001). Pinto (2010b, p. 14) afirma que “[...] o feminismo daquele período esteve intimamente associado a personalidades. Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher que [...] se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres.” Como conquista, o Rio Grande do Norte marca seu nome na história, sendo o primeiro estado a estabelecer que não houvesse distinção de sexo para o exercício do sufrágio. Diante disso, em 25 de novembro de 1927, o nome de Celina Guimarães Vianna foi incluído na lista de eleitores, tornando-se a primeira eleitora do Brasil e da América Latina.

Após intenso processo reivindicatório e articulações políticas, em 24 de fevereiro de 1932, durante o governo Getúlio Vargas, o novo código eleitoral brasileiro é promulgado, assegurando o direito das mulheres de votar e serem votadas para cargos executivos e legislativos pelo Código Eleitoral Provisório – Decreto n. 21.076:

[...] fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República, foi ainda aprovado parcialmente por permitir somente às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício de um direito básico para o pleno exercício da cidadania. Em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino. Em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres. (TRE/ES, 2014, [s.p.]).

O direito ao voto abre portas para as candidaturas e algumas mulheres brasileiras, em nível nacional, se lançam na política, a exemplo da médica Carlota Pereira de Queiroz que foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal pelo estado de São Paulo, no sufrágio de 3 de maio de 1933, e reeleita em 1937, como também Bertha Lutz que, na nova legislatura, tomou posse sendo a segunda deputada brasileira. É conveniente destacar que Carlota se elegeu a única mulher, dentre os 214 deputados federais eleitos, fato significativo para o Movimento Feminista. Para Borba (1998, p. 155), “[...] o fraco desempenho de candidaturas femininas nessa primeira eleição deveu-se a uma série de fatores como: pouca força do Movimento Feminista, o preconceito e o não envolvimento de mulheres de outras classes.” Respeitadíssima e reconhecida pela sua integridade e conhecimento, na política nacional, Carlota deu voz aos anseios femininos.

Segundo Begliomini⁵:

Como parlamentar e com o seu conhecimento, lutou pela defesa da mulher; pelo fim da miséria e pelos direitos das crianças, sobretudo as abandonadas, trabalhando por melhorias educacionais. Criou o primeiro projeto sobre serviços sociais no Brasil. Na Constituinte, integrou a Comissão de Saúde e Educação, trabalhando pela alfabetização e assistência social. Foi também responsável pela emenda que viabilizou a criação da Casa do Jornaleiro e a criação do laboratório de biologia infantil. Essa iniciativa redundou no primeiro decreto brasileiro que obrigava a destinação de verbas públicas para o atendimento da miséria e de todos os problemas dela derivados. Propôs também a emenda de se institucionalizar o juramento à bandeira para jovens de ambos os sexos. Reivindicou sempre a confiança do país na capacidade da mulher brasileira.

No âmbito estadual em 1934, Santa Catarina elege Antonieta de Barros, a primeira deputada estadual negra do País e a primeira deputada mulher a participar de uma Assembleia Legislativa. Jornalista foi precursora da luta em combate à discriminação dos negros e das mulheres. Em seu primeiro mandato elegeu-se pelo Partido Liberal Catarinense (PLC), e o segundo pelo Partido Social Democrático (PSD). Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2003, p. 508), em 1937, no Brasil, o movimento das feministas foi proibido com o golpe político de Getúlio Vargas, iniciando um dos períodos mais autoritários da história do País, que viria a ser conhecido como Estado Novo. Somente em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as mulheres

5 Begliomini, Hélio. *Carlota Pereira de Queiroz*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasao paulo.org.br/biografias/192/BIOGRAFIA-CARLOTA-PEREIRA-DE-QUEIROZ.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

retomam a sua organização, lutando pela anistia para presos políticos, sendo fundado o Comitê das Mulheres pela Anistia, no Rio de Janeiro, transformando-se posteriormente no Comitê das Mulheres pela Democracia.

Um acontecimento mundial se destaca na década de 1940, sendo a assinatura da Carta das Nações Unidas em 26 de junho de 1945, junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada em 1948, constituindo um dos primeiros mecanismos jurídicos internacional com o objetivo de discutir a igualdade entre os seres humanos, indiferente de sexo. Escrita após o término da Segunda Guerra Mundial, torna-se importante para a consolidação dos Direitos Humanos e tem como principal diretriz de atuação encorajar todos e todas, o respeito aos Direitos Humanos e liberdades fundamentais, independentemente de raça, sexo, língua ou religião (Carta das Nações Unidas, 1945, p. 35). Em 22 de outubro do mesmo ano, Getúlio Vargas, presidente do Brasil, promulga a Carta das Nações Unidas através do Decreto n. 19.841. Esta carta abre caminhos para que, em 1946, pudesse criar a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher no Brasil, buscando promover os direitos das mulheres em vários segmentos, seja na educação, economia ou política.

Com essa “ascensão” dos direitos para as mulheres é que faz surgir a *segunda onda* do Movimento Feminista, a partir dos anos 1960, pelas chamadas lutas libertárias. Essa *segunda onda* foi muito mais importante para o Brasil do que nos outros países, porque é nela que, além da luta pelo sufrágio universal feminino, ampliam-se exclusivamente os direitos políticos e civis para as mulheres. É nessa fase que o movimento sufragista aumenta, ganhando forças para outras reivindicações. As discussões se davam em torno do papel atribuído a mulher pela sociedade (ser mãe, reduzida ao mundo privado, a inferioridade que sofriam pelos homens), e de como isso influenciava a participação feminina na política. Porém, com a instauração do período ditatorial no Brasil (1964 a 1985), todo e qualquer movimento que contestasse o regime militar ou reivindicasse era reprimido. No entanto, mesmo estando em um período difícil, o movimento continuou suas reivindicações como também se manteve em oposição à ditadura. Conforme afirma Moraes (2003, p. 510):

Uma das dimensões mais relevantes do Movimento Feminista no Brasil foi ter contribuído para a construção de uma nova experiência da cidadania, forjada na prática da reivindicação na arena pública. Sem jamais abdicar de suas questões específicas [...] o movimento das mulheres, tal como acontecera na época da ditadura Vargas, foi o primeiro a levantar a bandeira da anistia política, atuando em seguida em conjunção com as demais forças e movimentos que compunham a oposição à ditadura militar instaurada em 1964. Mais que isso, foi uma das forças que inovaram o campo das lutas e renovaram as práticas políticas.

Moraes (2003), ao citar Barros (1999, p. 16), afirma que o Movimento Feminista foi “[...] questionador e desencadeador de mudanças e transformações das relações entre os sexos, na família, no trabalho e na sociedade em geral.” Não bastassem os protestos, passeatas e confrontos como assuntos polêmicos à época, outra questão surge, o lançamento da pílula anticoncepcional em 18 de agosto de 1960, mudando o conceito da sexualidade, ao dar as mulheres o direito de controlar sua fertilidade, ter sua liberdade sexual e aos casais terem relações sexuais apenas por prazer. Com isso, as discussões em torno da sexualidade evidenciaram

vários questionamentos, como a virgindade enquanto casamento e o sexo que além de reprodução humana poderia ser pensado como fonte de prazer. A descoberta da pílula foi uma das grandes revoluções ocorridas, pois permitiu para a mulher discutir o controle de seu próprio corpo e a questão da maternidade. Esse fato trouxe consequências importantes para a sociedade brasileira, principalmente para a reivindicação das mulheres, bem como para poder trabalhar a igualdade de gênero. Segundo Pedro (2003), a divulgação dos métodos contraceptivos modernos, entre estes os das pílulas anticoncepcionais no Brasil, fez parte de políticas internacionais voltadas para a redução da população.

As notícias sobre o novo contraceptivo – considerado mais eficaz que os anteriores – vieram acompanhadas, no Brasil, de dados alarmantes sobre o perigo de super população no mundo. Assim, em abril de 1960, a revista *Seleções*, num artigo intitulado ‘Gente Demais! Que Fazer?’, informava que dali a 40 anos, ou seja, no ano 2000, o mundo teria 8 bilhões de pessoas [...].

O alarme publicado nesta revista e a decorrência de outros artigos publicados na época alertavam a população brasileira de que com esse crescimento demográfico, a economia não suportaria essa superlotação e que em consequência, o Brasil deixaria de se desenvolver, perdendo principalmente o controle da natalidade. Pedro (2003, [s.p.]) afirma ainda que o investimento no controle da natalidade no Brasil, e em outros países da América Latina, teve relação direta com a Revolução Cubana de 1959:

A partir daí, a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um ‘continente explosivo’, um campo fértil para a agitação comunista. Começaram a ser criadas, então, organizações de ajuda aos latino-americanos. Estas ajudas traziam como exigência a adoção de programas e estratégias de redução do crescimento populacional.

Para Pedro (2003, [s.p.]), a comercialização da pílula anticoncepcional contou com a ajuda de revistas e jornais para difundir e esclarecer as mulheres sobre o uso deste contraceptivo, a fim de expandir sua venda:

Os jornais e revistas voltados para o público feminino publicaram alguns artigos informando sobre suas potencialidades; porém, muito da divulgação foi realizado por representantes comerciais que atuaram junto aos médicos. Convém destacar que foi em instituições estrangeiras que os médicos buscaram, já na década de 50, conhecimentos sobre a contracepção, a qual até a década de 60 não era ensinada nas faculdades de medicina brasileiras. Foi entretanto, a partir de 1966, que as revistas médicas brasileiras começaram a difundir, para os ginecologistas e obstetras, as pesquisas e estudos já realizados por médicos tanto brasileiros quanto estrangeiros.

Segundo Menezes (2011, p. 6), se pudesse visualizar a imagem do *Medroxiprogesterona* apartada de seu texto e do local onde ela se encontra – uma revista direcionada à categoria médica especializada em ginecologia –,

certamente, não se trataria de uma embalagem de pílulas anticoncepcionais. Ressalta que essa era exatamente a intenção do fabricante, discrição, além de outras características como a praticidade e a segurança:

Ciclofarlutal agora está tão bem apresentado que poderia ser confundido com um estôjo de pó compacto. O nôvo estôjo-calendário de ciclofarlutal é prático, seguro e discreto, permitindo o seu uso a qualquer momento com muito mais segurança, porque registra com precisão cada dia do tratamento. Ciclofarlutal é o mais perfeito anovulatório (por ser derivado da própria progesterona), só faltava ser o mais bem apresentado. Agora está completo! Não é uma boa opção, doutor?

Para Pedro (2003, [s.p.]), o crescimento veloz da comercialização da pílula anticoncepcional se deu, principalmente, pela rápida aceitação da grande maioria da população, com exceção da Igreja Católica, que até os dias de hoje é contrária ao uso de métodos anticoncepcionais.

As mulheres de camadas médias brasileiras aderiram ao consumo da pílula, representando um mercado em crescimento acelerado. Em 1970, 6,8 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais foram vendidas e, em 1980, este número subiu para 40,9 milhões. Muito deste consumo foi certamente de mulheres das camadas médias, já que as das camadas populares poderiam obtê-las, de forma gratuita, através de organismos como a BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil.

Uma reflexão importante que Pedro (2003) nos traz em relação à pílula no Brasil é de que esta foi vista como libertadora, pois se tornou fundamental na medida em que pode controlar a sua reprodutividade, no entanto, este momento foi vivido como expansão de “campo de prova”, como preocupação com o aumento da população pobre, e também com a ameaça que esta pobreza poderia trazer. Salienta, ainda, que na França, por exemplo, a inserção da pílula representou importantes repercussões e mudanças que provocaram intensas transformações nas relações de gênero, separando de forma eficiente a sexualidade da reprodução.

Dois anos mais tarde, em 27 de agosto de 1962, mais um marco histórico. Por meio da Lei n. 4.212/1962 é aprovado o Estatuto da Mulher casada, garantindo a ela não precisar mais de autorização do marido para trabalhar, o direito à herança e a possibilidade de requerer a guarda dos filhos em caso de separação. E em 26 de dezembro de 1977, através da Lei n. 6.515, consegue-se a aprovação da Lei do Divórcio, antiga reivindicação do Movimento Feminista. Estes acontecimentos foram de grande relevância uma vez que nessa época a influência religiosa ainda dominava o Estado, pois até a década de 1960 permanecia a ideia de que o casamento era indissolúvel, pois quem casava era obrigado a permanecer com o esposo(a) até o fim de sua vida. Com a aprovação desta Lei, permitiu-se, principalmente para as mulheres, a liberdade, ou melhor, a escolha de permanecer ou não no matrimônio. Esse fator faz com que a estrutura familiar se reestruture, dando a

possibilidade para que muitas mulheres, que até então eram dependentes de seus maridos, seja no econômico, seja até mesmo nas tomadas de decisão, se “emancipem” e começam a se inserir no ambiente público.

Outro fato fundamental para a transformação da sociedade se deu em 1967, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), órgão intergovernamental da Organização das Nações Unidas (ONU), aderiu à declaração que trata sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Esta declaração foi ratificada pelo governo brasileiro em 1981. A partir deste momento, reafirmou-se o princípio de que todos os seres humanos são livres e iguais sem haver qualquer distinção. Mas cabe lembrar que, mesmo com conquistas importantes em prol das mulheres, muitas delas ainda permaneciam confinadas ao ambiente privado. Mesmo com direito ao voto, ao divórcio, o poder do seu corpo por meio do uso dos anticoncepcionais, a grande maioria das mulheres continuavam sob o comando do patriarca, o marido. Sua vida nesse tempo era dedicar-se ao lar e, como consequência, ser totalmente excluída dos acontecimentos políticos e sociais. Porém, com a chegada da década de 1980, a vida dessas mulheres, até então recatadas, começa a se transformar, pois aqui inicia a chamada *terceira onda*.

3 As mulheres e o processo de redemocratização do País

O processo de redemocratização ocorrido no Brasil no fim dos anos 1970 e início dos 1980 foi promissor para o Movimento Feminista, pois é nessa época em que ocorre uma abertura política para recuperação das instituições democráticas abolidas no chamado Regime Militar, instituído em 1964, e que impunha desde aquele ano um regime de exceção e de censura às instituições nacionais⁶. A redemocratização significava, na época, o processo de restauração da democracia e do estado de direito e, principalmente, pela eliminação do regime ditatorial. Neste período, o momento foi marcado por reivindicações, de envolvimento ativo nas discussões, tanto em âmbito nacional quanto internacional, fazendo com que a participação do movimento se elevasse nesse processo.

Concomitantemente as discussões em torno da redemocratização e em consequência do grande congresso mundial realizado no México em 1975, considerada como a I Conferência Internacional da Mulher, a ONU declara, de 1976 a 1985, a Década da Mulher, por entender que dever-se-ia chamar a atenção para a questão da mulher, sua condição, saúde, entre outros. A Conferência Internacional contou com a presença dos grupos feministas dos principais centros urbanos do País, e que, por meio da divulgação dessas organizações e pela imprensa escrita, contribuíram para a transformação de pensamento, de entendimento que as mulheres tinham sobre sua condição. Os diversos jornais femininos traduziam suas inquietações e colocavam novas indagações sobre a condição feminina, propondo uma participação maior das mulheres nas áreas de educação, da profissionalização e principalmente na política. Nesta conferência, o Brasil foi representado pela feminista Bertha Lutz.

6 SANTIAGO, Emerson. *Redemocratização*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/redemocratizacao/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Conforme afirma Moraes (2003, p. 504), em nível internacional em relação às mulheres, o Brasil conseguiu importantes acordos, a exemplo cita-se “a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres da ONU”:

Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício da mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo. (MORAES, 2003, p. 505).

A partir de então, com a declaração da Década da Mulher e a realização de eventos importantíssimos, a questão feminina começa a ser discutida, tornando-se objeto de estudo de muitas universidades em todos os países. E é nessa gama de estudos que os resultados mostraram que, mesmo estando no fim do século XX, muitas mulheres ainda se encontravam em situação deplorável, na qual muitas ainda sofriam com a questão da violência. Diante disso, na tentativa de explicar a questão da desigualdade, é que surge a categoria de gênero. Consta-se, então, que não se tinham estudos que explicassem a questão de gênero e que as teorias feministas precisavam explicar o porquê de tanta violência, o porquê da desigualdade de gênero. Com isso, para ajudar a construir e entender melhor esta categoria de análise, além dos mais diversos estudos, foram promovidas diversas Conferências Internacionais e Convenções.

Dessa forma, realiza-se, em 1980, a II Conferência em Copenhague (Dinamarca) sob o tema “Condição Jurídica e Social da Mulher”, que avaliou os avanços da Década da Mulher e o Programa de Ação resultante. Nesta, são realizadas análises sobre o cumprimento ou não das diretrizes elencadas pela I Conferência e como encaminhamento solicitou-se medidas nacionais para assegurar o domínio e o controle de propriedade das mulheres, bem como melhorias nos direitos das mulheres em relação à herança, à guarda dos filhos e à perda da nacionalidade (ONU/BR). Segundo a Escola Aberta do Feminismo⁷:

Em Copenhague se viu sem embargo que começava a abrir-se uma brecha entre a igualdade legalmente reconhecida, e a consecução real e efetiva desses direitos legais. É precisamente a partir de esta conferência quando começa se a falar de igualdade não só desde um ponto de vista jurídico, senão também desde o ponto de vista do exercício dos direitos, da própria participação das mulheres, da igualdade de oportunidades reais entre mulheres e homens e não só dos reconhecimentos nas leis. Esta segunda conferência marcou três esferas principais de atuação: 1. a igualdade no acesso à educação; 2. a igualdade de oportunidades no trabalho; 3. a atenção à saúde das mulheres.

7 CASADO, Belén García. *As conferências internacionais e a sua influência na transformação da realidade das mulheres*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.escoladefeminismo.org>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

Paralelo às discussões em torno do conceito de gênero por meio das conferências, outro fator extremamente importante da década foi o entendimento de criar órgãos especiais, encarregados de tratar a questão da mulher, com vista ao atendimento de suas necessidades básicas. Em função disso, é constituída em 1984 a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) em São Paulo. Também, devido à pressão exercida pelos movimentos de mulheres, cria-se o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) no governo José Sarney. Segundo Rodrigues (2005, p. 30):

Com o processo de democratização no país, os movimentos feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução o Governo dando início outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem umas questões para serem enfrentadas por meio da legislação e de políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985.

Cinco anos mais tarde, em 1985, é dada continuidade às Conferências, sendo realizada, em Nairóbi (Quênia), a III Conferência Internacional sobre o tema “Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Descrito por muitos como o “nascimento do feminismo global” (ONU/BR), é realizada numa época em que o movimento pela igualdade de gênero é reconhecido mundialmente. Nessa conferência são adotadas as estratégias prospectivas de Nairóbi para o ano 2000, declarando todas as causas às mulheres. Segundo a ONU/BR:

Percebendo que os objetivos da Conferência da Cidade do México não foram devidamente cumpridos, os 157 governos participantes adotaram as Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o Ano 2000. Elas quebraram barreiras ao declararem todos os assuntos como sendo assuntos das mulheres. Um resultado inicial da Conferência de Nairóbi foi a transformação do Fundo Voluntário para a Década da Mulher no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, agora parte da ONU Mulher).

Também nesse mesmo ano, a Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que, segundo Miranda (2009, p. 10), tinha como objetivo “[...] promover, em âmbito nacional, políticas para assegurar à mulher condições de liberdade, igualdade de direitos, e plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.” Porém, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o CNDM perde sua expressão política, sendo retomada mais tarde por outros governos. O CNDM, juntamente com importantes grupos, como o Centro Feminista de Estudos e a Assessoria (CFEMEA) de Brasília, resultou em um amplo esforço para uma campanha nacional para inclusão dos direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988, tornando-se um marco significativo na trajetória da conquista de direitos básicos das mulheres e no fortalecimento da democracia participativa. Esse processo, protagonizado pelo

chamado *lobby* do batom, formado pelo CNDM, pelas feministas e pelas 26 deputadas federais constituintes, obteve importantes avanços na nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao garantir igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei.

A Carta Magna de 1988 incorporou no artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.” E no artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher.” Esses dois artigos garantiram a condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira. Para Barsted (1999, p. 35), os direitos conquistados na Constituição Federal foram fundamentais para a história de luta das mulheres:

O brasileiro foi um ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também, na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos ideais de Direitos Humanos, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc.

Em 1993, antes mesmo da realização da IV Conferência, é realizada em Viena a “Conferência Mundial dos Direitos Humanos”, na qual a violência de gênero foi considerada uma questão de Estado e em 9 de junho de 1994, é realizada em Belém do Pará, no Brasil, a “Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher”, reconhecendo a violência contra a mulher como o descumprimento com os direitos humanos, estabelecendo que os Estados devessem criar condições para erradicar a violência contra as mulheres, bem como ratificar as ações encaminhadas em Viena. Em 1995, é realizada, em Pequim (China), a IV Conferência Mundial, onde se discutiu os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos. É nesta edição que se incorporou o conceito de gênero para a agenda tradicional. Também neste encontro fez-se uma revisão das outras conferências e apontou medidas ligadas a 12 áreas temáticas buscando avançar na busca pela igualdade de gênero.

Portanto, foi por meio das conferências internacionais que muitos desdobramentos ocorreram (exemplo Cairo +10, Cairo +20) e importantes acordos foram firmados pelos governantes de diversos países que assinaram a Plataforma, colocando-os como os responsáveis na aplicação dos objetivos estratégicos. No Brasil, é importante ressaltar que houve vários avanços, principalmente na implementação de políticas públicas, que, subsequentemente, por meio da luta dos movimentos de mulheres e feministas, por exemplo, cria-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

4 Considerações finais

É importante salientar que as Conferências Mundiais tiveram a preocupação de propor mudanças de discutir questão como a decisão sobre o seu corpo, ao direito da mulher, sua autonomia, o direito de optar ou não pela maternidade e, principalmente, pela igualdade de gênero. Todas, enfim, são marcas de uma trajetória de luta, que propuseram ações e estratégias focadas no progresso, em políticas públicas que combatessem a violência, marginalização, bem como preconceitos sofridos pelas mulheres. Mas cabe destacar que, de todas, a que representou maior conquista para as mulheres foi a realizada em Viena, pois foi a continuação dos Direitos Humanos de 1948, que definiu os direitos das mulheres como “Direitos Humanos”. A de Cairo tratou também, além da problemática dos processos migratórios, a questão dos direitos reprodutivos, a discussão sobre aborto e o planejamento familiar. Na Conferência de Pequim se discutiu políticas direcionadas, ou seja, por meio da proposição de um estudo sobre as mulheres em todo o mundo, cada país precisou dizer em que situação estas mulheres se encontravam. Esse estudo era necessário para que se pudessem fazer políticas dirigidas para as mulheres, para começar a trabalhar a desigualdade de gênero. Há de reconhecer que o papel desempenhado pelo Movimento Feminista é elogiável, digno de aplausos, pois sua articulação política na década de 1980 foi determinante para a manutenção e ampliação dos direitos das mulheres.

Apesar das muitas conquistas femininas no último século, ainda há muitas lutas a serem travadas para avançarmos no Brasil e nos demais países da América Latina. Pautas importantes como a legalidade do aborto, representatividade feminina, casamento *gay*, feminicídio precisam também ser amplamente discutidas. Na Argentina, por exemplo, no dia 19 de outubro de 2016, milhares de mulheres, convocadas por movimentos feministas, promoveram uma manifestação inédita na história do país, fazendo greve para protestar contra a onda de feminicídio que assola o país. Esse acontecimento histórico possui grande relevância política na luta pelos direitos humanos das mulheres no mundo todo, como também no Brasil, onde, segundo a ONU⁸, a taxa de feminicídio é quinta maior do mundo.

Portanto, é preciso reconhecer o trabalho desenvolvido pelos movimentos de mulheres e feministas. Se hoje temos o direito de votar e ser votada; Lei de Cotas para a inserção de mulheres na política; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Plano Nacional de Políticas para Mulheres; Lei n. 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha; dentre tantas outras, foi pela coragem, enfrentamentos, debates e ações incansáveis dos movimentos. Se hoje temos essas políticas direcionadas para as mulheres e que podemos, na medida do possível, falar e discutir abertamente sobre a condição das mulheres na sociedade, isso se deve ao Movimento Feminista. Por fim, ressalta-se que esta revisão bibliográfica objetivou mostrar a importância dos movimentos de mulheres e feministas, pois são estes que lutam pela conquista e permanência dos direitos e de como é necessário ampliar a participação e envolvimento das mulheres, tornando-as sujeitos sociais e protagonistas.

8 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

Referências

- ABREU, Zina. **Luta das mulheres pelo direito de voto**: movimentos sufragistas na Grã- Bretanha e nos Estados Unidos. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2002. (2. Série, v. VI). p. 443-69. Disponível em: <http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/380/1/Zina_Abreu_p443-469.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora da Unesp, 2001.
- BARROS, Ana Luisa Xavier. **Poder e saber**: (re)construindo a trajetória das mulheres no século XX. Pelotas: EDUCAT, 1999.
- BARSTED, Leila Linhares. A Legislação civil sobre família no Brasil. In: SEM AUTORIA. **As Mulheres e os Direitos Civis**. Rio de Janeiro: Cepia, 1999. (Coletânea Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero).
- BEAUVOIR. Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1 e 2.
- BORBA, Ângela. Legislando para as mulheres. In: _____; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. 1945. Disponível em: <http://www.sabergeografico.com/site/educacao/geopolitica/carta_nacoes_unidas.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.
- EBC. **Conferência de Pequim amplia importância da mulher**. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/03/conferencia-de-pequim-amplia-importancia-da-mulher>>. Acesso em: 6 set. 2015.
- ESCUELA ABIERTA DE FEMINISMO. **As quatro conferências mundiais**: Desenvolvimento e objetivos – Além de Beijing. [s.d.]. Disponível em: <<http://escueladefeminismo.org/spip.php?article383>>. Acesso em: 29 ago. 2015.
- GODINHO, Tatau. **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos 93 Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/Mulher_e_politica.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Florianópolis: UFSC, 1998. Disponível em: <<http://www.observem.com/upload/69a8d4dc71b04390c3096c61cbc97aed.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2016.

_____; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na Política. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, p. 167-206, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100010>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? 2000. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

MENEZES, Valderiza Almeida. A mulher e a saúde nas propagandas de contraceptivos (1965-1970). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. Porto Alegre: NIEM/UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no feminismo. In: PRINSKY, Jaime; PRINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Rev. Bras. História**, São Paulo, v. 23, n. 45, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Rev. Bras. História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

_____. **Porque mulher não vota em mulher**. 2010. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/05/por-que-mulher-nao-vota-em-mulher-por-celi-regina-jardim-pinto-2894652.html>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

RODRIGUES, Almira. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XIX. In: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.). **Mulheres em ação**: práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO. **82 anos da conquista do voto feminino no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA. **História**. [s.d.]. Disponível em: <<http://feminismo.org.br/historia/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica. 1964.

OS DIREITOS E OS SUJEITOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL¹

Maria Carolina da Silveira Moesch²
Dunia Comerlatto³

Resumo

A luta em favor dos direitos sociais no âmbito dos direitos humanos, objetivada no sujeito desses direitos, é o tema deste estudo, que tem como objetivo discutir a relação entre os direitos sociais, os sujeitos de direito e o Sistema Único de Assistência Social brasileiro. Este texto caracteriza-se como um ensaio teórico produzido a partir de pesquisa bibliográfica. As análises apontam para a inegável necessidade da intervenção do Estado para minimizar as desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo. Porém, não se pode negar que esse é um processo que não se saiu inteiramente de um lugar, do assistencialismo para outro lugar, a saber, a garantia de direitos.

Palavras-chave: Direitos sociais. Sujeitos. Assistência Social. Direitos humanos.

1 Introdução

Para Bobbio (2004), a relevância da Declaração Universal dos Direitos Humanos reside no fato de que pela primeira vez na história a maioria dos governantes existentes concordou com uma declaração comum. De acordo com o referido autor, hoje o problema fundamental com relação aos direitos do homem não é mais o de justificá-los, como em outros momentos da história, mas o de protegê-los. Para além de protegê-los, garantir-lhes ao acesso da população.

Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre os direitos sociais, os sujeitos de direito e o Sistema Único de Assistência Social brasileiro. Este texto caracteriza-se como um ensaio teórico produzido a partir de pesquisa bibliográfica. A partir desse, discute-se os direitos humanos e sociais no âmbito da assistência

1 Este trabalho compõe parte de projeto de dissertação da primeira autora, intitulada “Dos Direitos sociais ao Sujeito de Direitos: cartografias de discursos e práticas profissionais no âmbito da assistência social”, cujo objetivo é analisar as concepções de direitos sociais e sujeito de direitos, presentes nos discursos dos gestores e trabalhadores da Política de Assistência Social, considerando suas aproximações, complementaridades e divergências com essa política.

2 Graduada em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Pós-graduada em Psicologia: Práticas Sociais e Desafios Contemporâneos, pela Unochapecó. Discente do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <mariasilve@unochapeco.edu.br>.

3 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Mestre em Serviço Social pela PUC/São Paulo. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <dunia@unochapeco.edu.br>.

social brasileira, e o grande desafio de tirá-la de uma prática assistencialista e tutelar, de controle de sujeitos, para uma prática que possa, através das relações estabelecidas, agenciar novos modos de vida.

2 Direitos humanos, direitos sociais e assistência social

Coimbra, Lobo e Nascimento (2008, p. 91, grifos no original) argumentam que:

Tem-se, então, um determinado ‘rostro’ para os direitos humanos desde a primeira grande declaração produzida o âmbito da luta realizada pela burguesia contra a aristocracia francesa, em 1789, até a mais recente declaração, a de 1948, quando, após a Segunda Grande Guerra Mundial, foi criada a *Organização das Nações Unidas* (ONU) em pleno período da chamada ‘guerra fria’. Estão presentes nessas duas grandes declarações – que se tornaram marcos para a história da humanidade – os direitos, em realidade reservados e garantidos para as elites.

Para Coimbra, Lobo e Nascimento (2008, p. 93), separar a expressão “direitos humanos”, que é tão comumente utilizada, nos permite refletir acerca da diferenciada emergência histórica destes dois objetos: os direitos e a condição de humano. Da mesma forma que o direito é construído como sendo um atributo universal, uma determinada concepção de homem também vem sendo produzida historicamente, desde o século XVIII. A crítica vai além ao apontar que os direitos não são para todos, como deveriam ser pelo princípio da igualdade, e pior, que podem ser usados somente para o acesso e garantia de uma determinada elite.

Os autores apontam que os direitos humanos, desde a sua gênese, objetivam gerar a ilusão de participação a uma grande camada da população (os pobres), e, ainda, de que o humanismo dentro do capitalismo é uma realidade. Para estes autores, o surgimento de uma concepção de humano e da universalização de direitos não aconteceu de forma tão grandiosa, como afirmam os burgueses e suas declarações, muito pelo contrário, produziram modos assujeitados – no sentido foucaultiano – de estar no mundo.

Concatenando com esse entendimento, Santos e Chauí (2014, p. 42-47) afirmam que:

[...] a hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos... é geralmente reconhecido que os direitos humanos, como linguagem emancipatória, provêm do iluminismo do século XVIII, da revolução francesa e da revolução americana. O que normalmente não é referido é que, desde então até os nossos dias, os direitos humanos foram usados, como discurso e como arma política, em contextos muito distintos e com objetivos contraditórios [...].

Assim, os direitos humanos aparecem como necessários para garantir o mínimo social de existência, e, contraditoriamente, também para serem usados como arma política que desconsidera culturas, modelos

econômicos diferentes do modelo capitalista, ou ainda credos (direitos que devem ser preservados), etnias e outras características regionais.

Os direitos, assim como o modelo econômico, são globalizados, e, por assim ser, excludentes. Para Bobbio (2004, p. 15):

Todas as declarações recentes dos direitos do homem compreendem, além dos direitos individuais tradicionais, que consistem em liberdades, também os chamados direitos sociais, que consistem em poderes. Os primeiros exigem da parte dos outros (incluídos aqui os órgãos públicos) obrigações puramente negativas, que implicam a abstenção de determinados comportamentos; os segundos só podem ser realizados se for imposto a outros (incluídos aqui os órgãos públicos) um certo número de obrigações positivas. São antinômicos no sentido de que o desenvolvimento deles não pode proceder paralelamente: a realização integral de uns impede a realização integral dos outros.

Aqui, chegamos à discussão dos direitos sociais, os quais são fundamentados na ideia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais nascidas na sociedade capitalista (COUTO, 2004).

Conforme Bobbio (2004), os direitos sociais são poderes, pois são compreendidos como direitos de créditos do indivíduo na relação com a coletividade, como a educação, o trabalho, a saúde, a previdência e a assistência.

Para Marshall (1967), os direitos sociais de que tratam as “necessidades sociais” dizem respeito aos consumidores de bens e serviços sociais, diferentemente dos direitos civis e políticos que dirão respeito aos indivíduos como agentes de sua própria provisão.

Portanto, os direitos tradicionais (políticos e civis) e os direitos sociais não são somente incompatíveis entre si, mas logicamente discrepantes, em que os dois primeiros servem à ideologia do livre mercado e da livre vida individual, e o último impõe limites ao livre mercado e ao individualismo (PEREIRA, 2011).

Nesse contexto, para a concretização dos direitos e dos direitos sociais, afirma Couto (2004) que é necessária a intervenção do Estado, atrelada às condições econômicas e à base fiscal estatal para serem garantidos. São direitos de natureza coletiva, mas de titularidade individual, assim como os direitos civis e políticos. Para Couto (2004, p. 48): “Os direitos sociais possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.”

No Brasil, Bedin e Santos (2012) dizem que os primeiros passos, ainda que tardios, para o reconhecimento da necessidade de se ter um Estado intervencionista que buscasse garantir a justiça social, somente aconteceu a partir da Revolução de 1930 e com a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder. De 1930 a 1988, vários foram os direitos sociais reconhecidos, porém, tiveram muita dificuldade de se tornarem efetivos e as políticas sociais ficaram caracterizadas pela fragilidade e pela descontinuidade das suas ações.

As discussões pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria desencadearão no mundo e no Brasil as inúmeras discussões acerca, principalmente, da intervenção do Estado, na garantia de direitos. Neste período de 1930 até praticamente 1988, a grande maioria dos direitos sociais eram restritos à classe trabalhadora. As pessoas que não tinham acesso ao trabalho formal não tinham acesso aos direitos sociais, e ainda hoje este cenário, infelizmente, é uma realidade no Brasil. Couto (2010) confirma esta ideia ao dizer que os direitos sociais no mundo e no Brasil foram tidos, primeiramente, como direitos dos trabalhadores, para só depois se desvincularem da relação contratual, assumindo, assim, um caráter prestacional, seja de serviços, seja de renda, e em estreita relação com o Estado, que assume o lugar de interventor e redistribuidor, complementando e dando sentido aos direitos civis e políticos, ao atuarem também na esfera econômica, referindo-se a um homem concreto, em seus problemas e necessidades.

Transformações significativas se fortaleceram com a luta e proclamação da Constituição Federal de 1988:

Um novo patamar institucional foi estabelecido pela Constituição de 1988. De fato, a nova Constituição deu ao Brasil um arcabouço jurídico-político fundamental. Nesta nova configuração, ganhou destaque o forte reconhecimento dos direitos humanos (artigos 5º a 17 da CF). (BEDIN; SANTOS, 2012, p. 388).

Ao trazer o reconhecimento dos direitos humanos, a declaração destaca os direitos sociais como garantidores do princípio da igualdade e da garantia dos direitos humanos. Tal reconhecimento está prescrito nos artigos 6º a 11 e detalhados no Título VIII (da Ordem Social) da Constituição de 1988, os quais podem ser organizados em dois grupos, ou duas ordens dos direitos: os sociais em geral e os sociais dos trabalhadores. Para Bedin e Santos (2012), as duas ordens são os direitos sociais em geral, de proteção genérica, e os direitos sociais dos trabalhadores, de proteção específica. Os direitos sociais gerais para Constituição de 1988 são:

a) Direito à educação; b) Direito à saúde; c) Direito à previdência social; d) Direito à assistência aos desamparados; e) Direito à moradia; f) Direito à Alimentação; g) Direito ao trabalho; h) Direito ao lazer; i) Direito à segurança pública; j) Direito à proteção à maternidade e a infância; k) Direito à cultura; l) Direito ao desporto; m) Direito à ciência e tecnologia; n) Direito à comunicação social; o) Direito ao meio ambiente; p) Direito de proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso; q) Direito das comunidades indígenas. (BRASIL, 1988, p. 18).

Já os direitos sociais dos trabalhadores (de proteção específica) são:

a) Direito de proteção contra demissão arbitrária ou sem justa causa; b) Direito ao seguro desemprego, no caso de desemprego involuntário; c) Direito de participar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) Garantia do salário mínimo; e) Direito à irredutibilidade de salário; f) Direito ao décimo terceiro salário; g) Direito de participação nos lucros da empresa;

h) Direito à limitação da jornada de trabalho; i) Direito ao repouso semanal remunerado; j) Direito a férias; k) Direito ao salário-família; l) Direito à hora extra; m) Direito à liberdade sindical; n) Direito à greve; o) Direito à substituição processual; p) Direito a representação classista; q) Proteção quanto a discriminação no tocante a salário e critério de admissão. (BRASIL, 1988, p. 18).

Deste modo, grande parte dos direitos sociais, ditos gerais, são objetos da Política de Assistência Social, também definida pela Constituição Federal de 1988, os quais, se acessados e garantidos, podem abrir possibilidades para o acesso aos direitos sociais de proteção específica (dos trabalhadores), já que nos direitos sociais consta, dentre os direitos a serem assegurados, o direito ao trabalho.

Para Couto (2004, p. 161):

A escolha do campo da assistência social para explicitar as conquistas dos direitos sociais pela população brasileira é emblemática, pois sua concepção e sua operacionalização revelam os limites e as possibilidades no que concerne à efetivação dos direitos sociais no Brasil... a introdução da assistência social como política social da área da seguridade social incorpora uma inovação conceitual, mas também reitera as heranças históricas constitutivas da cultura política brasileira.

Essa inovação se firma na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 203 e 204, e institui que a Assistência Social será prestada para quem dela necessitar, criando a necessidade de o Estado efetivar a Assistência Social, por intermédio de uma política pública específica (BRASIL, 1988).

A prática tradicionalmente conservadora da Assistência Social no Brasil, conforme afirma Yazbek (1993, p. 41):

[...] pode ser analisada a partir da constatação de que: do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente, na assistência social, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais.

Esses modos de fazer, assistencialista e clientelista, são apontados como constitutivos de uma sociedade conservadora que considera a pobreza como atributo individual, de pessoas que não se empenham para superá-la. O Brasil, ao esforçar-se para ingressar no mundo desenvolvido, criou uma grande desigualdade social, com enorme concentração de renda, impelindo o Estado e a sociedade a darem respostas para o enfrentamento deste fenômeno que só aumenta. É no período de redemocratização brasileira, pré-constituente, que a Assistência Social começa a ganhar visibilidade como política social, campo do direito social (COUTO, 2004).

E é essa definição que traz elementos riquíssimos à discussão que se apresenta dos direitos sociais, uma vez que a definição de Assistência Social aqui traz elementos inovadores, como o de ser uma política social, o caráter não contributivo para o seu acesso e, ainda, a universalização da proteção, colocando-a junto com as demais políticas sociais e principalmente econômicas (COUTO, 2004).

Assim, é no campo dos direitos sociais que a Constituição Federal de 1988 traz seus maiores avanços, em que a seguridade social proposta como um sistema de proteção integral do cidadão traz inovações significativas para o modo de compreender e de se efetivar Assistência Social no Brasil (COUTO, 2004).

Estabelece-se, aqui, um novo modo de garantir direitos para as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, ou seja, de uma população excluída de acesso e garantia de direitos historicamente, a política pública de Assistência Social.

A Constituição Federal de 1988 inaugura marco legal para a Seguridade Social brasileira e, por consequência, a Política de Assistência Social na contemporaneidade, e a discussão do acesso a determinados Direitos Humanos. Através dos artigos 203 e 204 da supracitada constituição, é instituído que a Assistência Social será prestada para quem dela necessitar, e que será independente da contribuição à Seguridade Social, criando, assim, a necessidade de o Estado efetivar a Assistência Social, através de uma política social específica (BRASIL, 1988).

Nesse contexto multifacetado, temos a implantação da política pública de Assistência Social, sendo marco histórico o ano de 2004, em que o Conselho Nacional de Assistência Social, atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência, realizada em Brasília no ano anterior, aprova a atual Política Nacional de Assistência Social, que apresenta o (re)desenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Conforme Sposati (2007, p. 437):

Nestas quase duas décadas pós CF-88, as lutas pela transição das ações e práticas de assistência social para a condição de política pública tem apresentado inúmeros percalços, na medida em que esta direção supõe consolidar a assistência social como responsabilidade estatal distinta de sua histórica configuração enquanto prática eventual e subsidiária da sociedade, em geral, de iniciativa doutrinário-religiosa. Denomino esse processo de mudança de paradigma político na política de assistência social.

E, como responsabilidade estatal, diz respeito aos direitos sociais e aos sujeitos desses direitos. Portanto, pretende-se com este estudo trazer apontamentos sobre quais são os direitos sociais que a política pública de Assistência Social busca garantir e quem é o sujeito desses direitos. Desse modo, o tema focaliza uma investigação dos direitos sociais e da noção de sujeito de direitos por meio dos discursos e práticas de seus trabalhadores. Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) afirmam que existem alguns direitos para alguns humanos, problematizando, ainda, de que direito estamos falando e para que humanos.

É nessa lógica que se pretende cartografar práticas, nos territórios existenciais da referida política, em uma determinada realidade social, econômica e cultural, regionalizada no oeste catarinense.

Muitas têm sido as vitórias de ruptura da lógica assistencialista para imprimir cada vez mais a lógica da proteção e garantia de direitos à população usuária desse Sistema. Aqui, tem-se o desejo de percorrer o caminho entre os direitos sociais reconhecidos, tanto nos documentos, quanto nas práticas de trabalho, até o encontro com o sujeito deste direito, tanto o referendado nos documentos, quanto o sujeito reconhecido nos diferentes discursos, que a cartografia pode engendrar. Essas reflexões nos levam a buscar nesta pesquisa a investigação de três grandes categorias: os direitos sociais; os sujeitos de direitos; e a própria Política de Assistência Social.

Mas que direitos são esses? E para quem? Inúmeros são os autores que, como vimos, discutem essas duas questões, trazendo para o campo da reflexão, e quiçá da denúncia, pois se questiona desde então se são realmente universais, e, ainda, se o Brasil acessou realmente o Estado de Bem-Estar Social em algum momento.

3 E os sujeitos dos direitos sociais da política de assistência social?

Couto (2004) diz que, embora tenham a titularidade de individual, os direitos sociais não se referem ao homem genérico, mas ao homem concreto, singular, que é membro de uma comunidade específica. Isso leva aos direitos sociais, nesta ótica, às necessidades reais do homem, as quais são básicas, objetivas, universais e históricas. Implica também em elementos de solidariedade social, ao transitar da consciência individual para a consciência coletiva.

Segundo Guerra (2009), há de se considerar que os direitos sociais reconhecidos formal e abstratamente, ainda que não de modo efetivo, abrandam a tensão posta sobre estes direitos em um mundo dividido em países pobres e países ricos, ou seja, em classes. E assim imprimem “[...] certa resignação dos sujeitos, usuários de serviços e políticas sociais, frente ao não-atendimento da sua demanda.” (GUERRA, 2009, p. 35). Deste modo, os direitos sociais perdem sua possibilidade de promover mudanças nas condições de vida destes sujeitos, e assim também a legitimidade das instituições sociais é colocada em risco.

Conforme Gonçalves (2010), a formulação de políticas, bem como sua efetivação, pressupõe determinados sujeitos e subjetividades a serem por elas contemplados, o que nem sempre é evidenciado.

E é este sujeito que revela, a partir da historicidade, uma relação possível no contexto social, tornando-se sujeito, objeto e ator das políticas públicas, adquirindo o caráter, nem sempre visível de centralidade deste homem na sua relação com o Estado. Neste sentido, a concepção de políticas públicas trará uma noção de sujeito dessa política.

Para Gonçalves (2010, p. 23):

São referências que permitem explicitar uma concepção de políticas públicas: elas devem ser democráticas, garantir os direitos sociais básicos, promover cidadania, contar com a participação dos sujeitos a quem se destinam; devem criar condições para experiências de contatos, relações

e vivências diversas, mas que suponham um sujeito capaz de atuar na direção de construir novas alternativas de vida, sempre emancipadoras de sua condição individual e social.

Para tanto, recuperar a noção de cidadania ou impedir sua ‘mercadorização’ implicará na oposição ao processo de desenvolvimento que anula os direitos e com eles os sujeitos de direitos. Considera-se aqui que a contradição estrutural do capitalismo ainda fundamenta a organização da sociedade, a qual contrapõe direitos e mercados, o que dá a esta discussão uma perspectiva ontológica, na medida em que reconhece que a existência de direitos sociais aponta para uma concepção de sujeito (GONÇALVES, 2010).

Mas, afinal: quem é esse sujeito de direitos que as políticas públicas devem acessar e buscar garantir-lhes um lugar de centralidade na busca por emancipação, autonomia e cidadania? Nosso recorte é a Política de Assistência Social e quais são os sujeitos desta política pública. Encontramos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a definição de usuário – e aqui temos o encontro entre direitos sociais e sujeitos de direitos –, sendo esses:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social [...]. (BRASIL, 2004, p. 33).

Essa noção é caracterizada pela amplitude de sujeitos e condições, todas de violação de algum direito constitucional, o que impõe limites para a intervenção desta política, pela amplitude de usuários que deve alcançar. Mas, ainda assim, é um território de possibilidades, de resistência, de pontos de ruptura com uma lógica de uma inclusão, muitas vezes, perversa em termos de acesso aos direitos sociais, por considerável parte da população.

Para Gonçalves (2010), as condições históricas de nossa sociedade implicam subjetividades diferentes, considerando-se que compreendemos sua constituição, sendo a constituição dos sujeitos, como decorrentes de processos multideterminados, complexos e carregados de historicidade, em que visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos e sua subjetividade não retratam os fenômenos da realidade com os quais se trabalha no campo das políticas públicas.

O documento intitulado *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil* compreende esse usuário como inserido em uma realidade social multidimensional, signatário de várias expressões da questão social, e que a Política de Assistência Social deve indicar visibilidade política a essa parcela da população e ao seu direito de ser atendida (BRASIL; UNESCO, 2009). Este documento ainda afirma que o SUAS parte do pressuposto de que o acesso à Política de Assistência Social se dará na condição de sujeito de direitos, os quais

se constroem e se garantem na coletividade, mas têm como centralidade a família, tentando romper com a lógica individualista de prestação de serviços assistenciais (BRASIL; UNESCO, 2009, p. 215).

Aqui talvez resida o aspecto fundamental da Política de Assistência Social brasileira, que seria a de garantir o acesso a um direito humano fundamental, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu Artigo 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” Traduzindo, o compromisso ético-político da Assistência Social brasileira está em seu caráter de tornar conhecida uma grande parcela da população brasileira que é invisível aos olhos da sociedade e do próprio Estado.

Coimbra, Lobo e Nascimento (2008, p. 94) afirmam que “[...] a desnaturalização dos conceitos de direitos e de humano implica em um desafio permanente para todos nós no sentido de inventar novas práticas e novos mundos [...]”, tarefa para os trabalhadores da Política de Assistência Social brasileira, ao assumir o compromisso de tornar visível uma parcela significativa da população e, para além, da responsabilidade em se trabalhar com esta população os sujeitos frente à afirmação de ser cidadão, e cidadão de direitos que devem ser assegurados e garantidos, pelo Estado e pela sociedade.

Assim, trazer a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, e indicar os processos subjetivos no campo das políticas sociais, refere-se ao indivíduo desta política, mas também ao coletivo, o grupo, as relações, o espaço social. A relação indivíduo-sociedade, não vista por uma lógica dual de causa-efeito, mas relacional, de constituição de modos de existir, é um importante foco a ser analisado, buscando, claro, a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade, para, numa perspectiva que é ético-política, compreender a relação que aqui se impõe (GONÇALVES, 2010).

4 Considerações finais

Trazer a discussão da política de assistência social brasileira entrelaçada às noções de direitos humanos e direitos sociais é fundamental, quando se pensa em quem são os sujeitos destes direitos, e o quanto se faz necessário problematizar esses direitos e mesmo essa política, a qual aponta para significativos avanços, ao ser retirada do lugar do assistencialismo e da tutela, para um lugar de garantia de acesso a direitos. Afirma-se, ainda, a inegável necessidade da intervenção do Estado para minimizar a desigualdade social provocada pelo capitalismo.

Porém, não se pode negar que esse é um processo que não se saiu inteiramente de um lugar, do assistencialismo para outro lugar, a saber, a garantia de direitos. Não se pode negar que temos, como aponta Coimbra, Lobo e Nascimento (2008), determinados direitos, para determinados sujeitos, e que uma parcela da população ainda tem negado o seu *status* de sujeito de direitos, e aqui reside o compromisso social deste trabalho, de tornar visíveis estes sujeitos.

Conclui-se que somente a partir do momento em que este sujeito se tornar visível para a Assistência Social primeiramente, e depois para o Estado e a sociedade, é que teremos a dimensão do que se tem garantido, e de quais lutas ainda temos na busca por uma sociedade menos desigual, com mais justiça social.

Referências

- BEDIN, G. A.; SANTOS, D. M. Estado de Bem-Estar Social e políticas públicas compensatórias: uma análise da política de Bolsa Família no município de Ijuí. In: _____ (Org.). **Cidadania, direitos humanos e equidade**. 1. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2012. p. 377-404.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. Senado Federal. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.
- _____. _____.; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDF; Unesco, 2009.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 7. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. do. Por uma invenção ética para os direitos humanos. **Rev. Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008.
- COUTO, B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.
- GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUERRA, Y. Direitos sociais e sociedade de classes: o discurso do direito a ter direitos. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.). **Ética e direitos: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 31-54. (Coletânea Nova de Serviço Social).
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PEREIRA, P. **Política Social: temas e questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, B. de S.; CHAUÍ, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SPOSATI, A. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 10, p. 435-458, jul./dez. 2007.
- YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

CARACTERIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS NA REGIÃO DA AMOSC

Daniela Fernanda Schott¹

Erni José Seibel²

Marcia Luiza Pit Dal Magro³

Resumo

A Política Pública de Assistência Social e sua corresponsabilização junto à Seguridade Social, acerca da garantia dos direitos sociais, demanda a realização de estudos sobre como está organizada e tem sido executada nos territórios. De tal modo, buscou-se identificar a organização da Proteção Social Básica (PSB), no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc). Realizou-se questionários com profissionais assistentes sociais e psicólogas/os. O cenário do SUAS, na região da Amosc, pode ser descrito por meio da legitimação das Secretarias Municipais, pela consonância com o que a legislação nacional propõe em termos do ano de instalação dos CRAS, bem como, com a diversidade de características que possibilitam o conhecimento sobre a organização do SUAS, em um dos seus níveis de proteção social, para que se possa refletir sobre a (des)precarização do cotidiano de trabalho das/os profissionais e a relação de tais questões com o processo de efetivação da Política Pública de Assistência Social.

Palavras-chave: Assistência Social. Proteção Social Básica. Amosc.

1 Introdução

Os direitos sociais foram promulgados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) em seu Capítulo II. Estes direitos dizem respeito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados⁴. Os direitos sociais são responsabilidade

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e pós-graduada *Lato Sensu* em Saúde Coletiva, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <danischott@unochapeco.edu.br>.

2 Doutor em Ciência Política na Freie Universität Berlin, na Alemanha. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <erni.seibel@ufsc.br>.

3 Doutora em Psicologia pela UFSC. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <mapit@unochapeco.edu.br>.

4 As Emendas Constitucionais n. 64, de 4 de fevereiro de 2010, e n. 90, de 15 de setembro de 2015, introduzem, respectivamente, a alimentação e o transporte como direitos sociais. Informações disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em: 7 abr. 2016.

do Estado, sendo que a Seguridade Social é importante na garantia destes direitos. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) organizou a Seguridade Social por meio de um conjunto de ações – o que pode ser identificado como um tripé de sustentação – para garantir direitos relativos à Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

Couto (2010) enfatiza que a inserção da Assistência Social no escopo da Seguridade Social, prevista pela Constituição de 1988, impôs a sua compreensão como um campo que exigia provimentos, no intuito de possibilitar o enfrentamento das dificuldades que podem ser vivenciadas por qualquer cidadão e que devem ser atendidas pelo Estado. De tal modo, para a autora, este movimento evidencia o redimensionamento da Assistência Social, a partir do texto constitucional, nomeando-o como “[...] um passaporte para se transformar em lei ordinária que regulamente a relação entre Estado e sociedade na ótica do atendimento das necessidades sociais [...]” (COUTO, 2010, p. 171).

A mesma autora problematiza o fato de que a Assistência Social foi a última área da Seguridade Social a ser regulamentada – somente em 1993 (BRASIL, 1993) – e este movimento tardio pode ser compreendido por meio de duas situações: 1) se refere a uma área visualizada com preconceito e com falta de densidade política para seus debates conceituais; e 2) lança mão da rearticulação das forças conservadoras no País, após 1989, e da crise fiscal que obstaculizou a atuação da Assistência Social, tendo em vista que vinha gerando gastos ao Estado (COUTO, 2010).

Considerando o processo de criação e constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como uma tentativa de realizar ações e garantir direitos e o “bem-estar” da sociedade, pontua-se que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2005b) foi construída, no ano de 2004, para universalizar os direitos sociais, respeitar aos cidadãos, sua autonomia e os seus direitos e, não menos importante, atender às necessidades sociais diante das exigências da rentabilidade econômica.

A PNAS demarca as diretrizes acerca da organização da Assistência Social em diferentes níveis de proteção social: 1) Proteção Social Básica (PSB), com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os serviços de proteção básica; e 2) Proteção Social Especial (PSE), subdividida em ações de média e alta complexidade (BRASIL, 2005b). Nesta perspectiva, o SUAS se propõe a materializar os objetivos da Política Pública de Assistência Social e “define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução [dela]” (BRASIL, 2005b, p. 39).

Este estudo objetivou identificar a organização da PSB, no contexto do SUAS, na região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc). Esta Associação é composta por 21 municípios, dos quais vinte são considerados de pequeno porte I. Isso faz com que a Política Pública de Assistência Social, nestes territórios, seja executada, obrigatoriamente, pelos equipamentos CRAS e os serviços que compõem a PSB.

2 Procedimentos metodológicos

Neste estudo, optou-se por utilizar o questionário como instrumental à produção das informações. Este instrumento se refere a um roteiro de questões abertas e fechadas, caracterizando-se como um conjunto de questionamentos que, gradualmente, constituem o delineamento da situação-síntese investigada (MINAYO, 2010). Para a mesma autora, é possível fazer uso do instrumental questionário “[...] para se captar aspectos gerais considerados relevantes de um problema de investigação, visando a iluminar a compreensão do objeto e a estabelecer relações e generalizações [...]” (MINAYO, 2010, p. 190).

Realizou-se este instrumental com as/os assistentes sociais e psicólogas/os que atuam na PSB do SUAS nos 21 municípios que compõem a abrangência da Amosc. Destaca-se que foram distribuídos 58 questionários e 49 profissionais contribuíram com este estudo.

A categorização das informações foi realizada no *Microsoft Office Excel*, o que possibilitou compreensões descritivas e inferenciais sobre a temática deste estudo (BABBIE, 2005).

3 Caracterizando o cenário do SUAS

O cenário brasileiro da Política Pública de Assistência Social está representado a seguir, por meio de ilustrações gráficas, evidenciando a expansão dos equipamentos do SUAS, bem como o aumento do número de profissionais ao longo do seu processo de consolidação. De tal modo, tem-se, na sequência, as representações sobre o número de unidades de CRAS em nível federal e estadual e o número de trabalhadores atuantes nos CRAS destes territórios, ao longo dos anos de 2007 a 2015⁵.

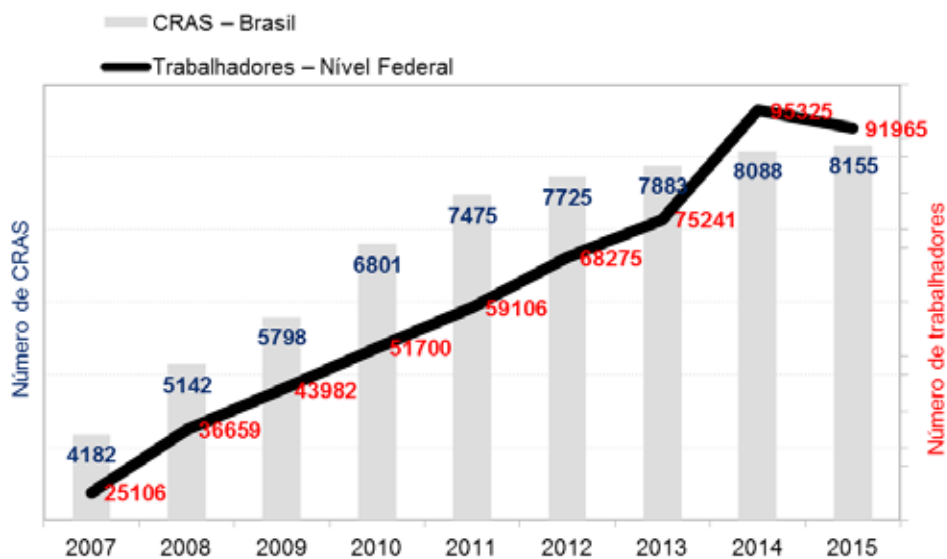
As informações foram produzidas por meio do instrumental Censo SUAS, o qual é de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Censo SUAS vem sendo aplicado anualmente, desde 2007, por meio de formulário eletrônico, o qual é preenchido pelas/os profissionais e gestoras/es que atuam no SUAS. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, este instrumental era identificado como monitoramento das ações do SUAS e, a partir do ano de 2010, foi nomeado como Censo SUAS. Ele contempla informações em nível federal, estadual e municipal sobre as ações desta Política Pública, suas dimensões, o seu processo de desenvolvimento e as condições das unidades públicas que a executam⁶.

Após o acesso aos documentos referente a cada um dos anos (2007 a 2015), foi possível organizar os dados, as representações e as reflexões que seguem:

5 Este período de tempo diz respeito ao fato de que os instrumentais e as informações disponíveis se referem a esses anos: 2007 a 2015.

6 Instrumentais disponíveis em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/portal-censo/>>. Acesso em: 7 out. 2016.

Gráfico 1 – Número de CRAS e de trabalhadoras/es da PSB do SUAS no território brasileiro, entre os anos de 2007 e 2015

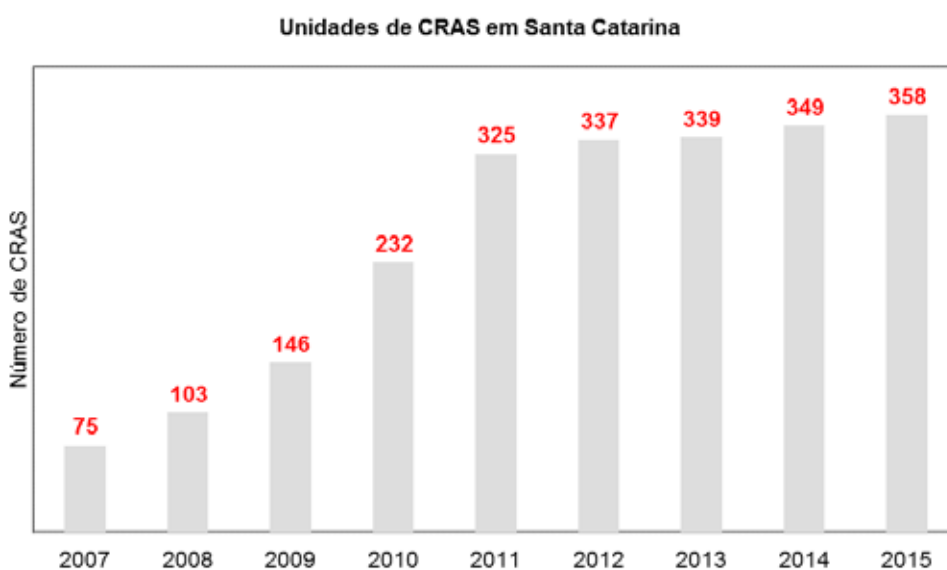


Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir do Censo SUAS.

De acordo com o Gráfico 1, percebe-se que o número de unidades de CRAS no Brasil no período de 2007 a 2015 praticamente dobrou, passando de 4.182 para 8.155, o que representa um aumento de 95% no número destes equipamentos do SUAS. O número de profissionais atuantes nestas unidades, por sua vez, praticamente triplicou, passando de 25.106 para 91.965, apresentando um aumento de 266% no período analisado.

Para conhecer o território catarinense, apresenta-se, no Gráfico 2, o número de unidades de CRAS no Estado de Santa Catarina, ao longo dos anos de 2007 a 2015:

Gráfico 2 – Número de unidades de CRAS em Santa Catarina, no período de 2007 a 2015

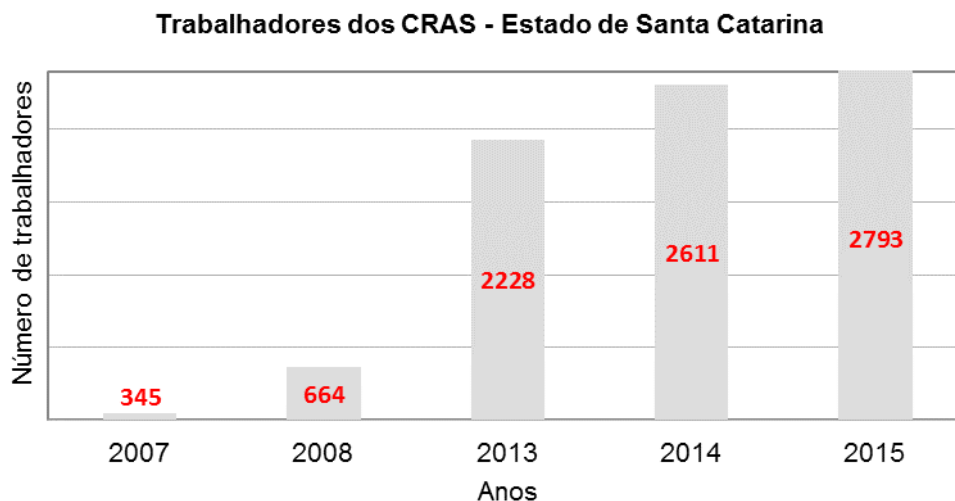


Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir do Censo SUAS.

Diante do número de municípios que há no estado de Santa Catarina, 295 na totalidade, a partir do Gráfico 2, destaca-se que entre os anos de 2007 a 2010 o número de unidades de CRAS no território estadual não contemplava um CRAS por município. Entre os anos de 2007 a 2015, ocorreu o aumento de 372% de unidades de CRAS em Santa Catarina. No período de 2011 a 2015, por sua vez, visualiza-se, praticamente, a manutenção do número de construções e efetivações de CRAS em Santa Catarina. Sobre isto, evidencia-se que, no ano de 2016, dez municípios catarinenses não possuíam nenhuma unidade de CRAS⁷.

Em relação ao número de trabalhadoras/es na PSB, como membros das equipes de CRAS em Santa Catarina, pontua-se que não foi possível encontrar informações sobre todos os anos, tal como contemplado nos gráficos anteriores. Por este motivo, no Gráfico 3 há informações disponíveis sobre o número de profissionais atuantes nos CRAS no estado de Santa Catarina:

Gráfico 3 – Número de trabalhadores nos CRAS em Santa Catarina, entre os anos de 2007 e 2015



Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir do Censo SUAS.

Esta representação possibilita a visualização do aumento de 809% do número de profissionais atuantes nos CRAS, no período de 2007 a 2015, em Santa Catarina. Enfatiza-se que no período de dois anos, entre 2013 e 2015, mesmo com um número estável de unidades de CRAS no território estadual (Gráfico 2), houve a contratação de, aproximadamente, 565 profissionais. Os 21 municípios que compõem a região de abrangência da Amosc abarcam 7,5% do número de CRAS que há em Santa Catarina, tal como consta no Censo SUAS de 2015⁸.

4 Caracterizando o cenário do SUAS na região da Amosc

Para caracterizar o cenário do SUAS na região da Amosc, considerando os 21 municípios que a compõem, tem-se, neste item, a descrição de diferentes informações, produzidas neste estudo, a exemplo da organização

7 Informações disponíveis em: <<http://sst.sc.gov.br/?id=803>>. Acesso em: 6 out. 2016.

8 Informações disponíveis em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 14 out. 2016.

da gestão municipal de Assistência Social em cada uma das cidades, o ano em que os equipamentos CRAS foram instalados, o/os serviço(s) em que as/os profissionais atua(m), o vínculo empregatício que possuem, a carga horária de trabalho semanal que possuem, a composição das equipes das quais são parte, a remuneração mensal e a existência de planos de cargos, carreiras e salários.

Evidencia-se que a maioria dos municípios – 62% deles, o que diz respeito a 13 municípios dos 21 – possui Secretaria Municipal exclusiva de Assistência Social e quatro outros municípios estão organizados como um departamento de Assistência Social vinculado a outra Secretaria, tal como a representação a seguir identifica:

Tabela 1 – Organização da gestão municipal de Assistência Social nos 21 municípios da região da Amosc

	Número de Municípios	Porcentagem
Possui Secretaria municipal exclusiva	13	62%
É um departamento de Assistência Social vinculado/subordinado a outra Secretaria	4	19%
A Secretaria municipal é compartilhada com outra secretaria	2	10%
Outra situação	2	10%
	21	

Fonte: elaboração dos autores (2016).

De acordo com a NOB/SUAS de 2012 (BRASIL, 2012), definiu-se que a cada quatro anos o Pacto de Aprimoramento do SUAS será elaborado, com a definição de metas e prioridades no âmbito nacional do SUAS e com foco para o aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios. No Pacto de Aprimoramento do SUAS (BRASIL, 2013c), elaborado para os anos de 2014 a 2017, há indicação para que até o ano de 2017 todos os municípios estruturarem suas Secretarias Municipais de Assistência Social, formulando as áreas essenciais desta Política Pública, com a organização do órgão gestor de Assistência Social e as áreas constituídas como subdivisões administrativas, possibilitando que as ações sejam executadas lançando mão da diferenciação entre a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade) e a área de Gestão do SUAS, com prioridades definidas de acordo com o porte de cada município. Este Pacto também pontua que todos os municípios tenham lei que regulamente a Assistência Social na perspectiva do SUAS e que esta lei esteja atualizada.

Da mesma maneira, no ano de 2016, aprovou-se o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) pela Resolução n. 7, de 18 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (BRASIL, 2016b). Neste segundo Plano, a meta indicada para a gestão da Assistência Social, pensando a organização das Secretarias e a legislação municipal, se refere a aprimorar a gestão do SUAS em nível municipal, por meio de suas normativas, e o contínuo aprimoramento da gestão descentralizada, compartilhada, federativa, democrática e participativa.

Nesta perspectiva, é possível refletir: há diferenças, em relação às ações do SUAS, ao pensar na existência ou não de Secretaria Exclusiva para esta Política Pública? O que uma Secretaria Exclusiva garantiria? Evidencia-se que a concretização de uma Secretaria, por meio de lei municipal, com vistas ao que preconiza o SUAS, garante

a existência de profissionais neste contexto de atuação e a organização das ações que competem a elas/es. Ademais, proporciona a estruturação dos níveis de proteção social e suas responsabilidades. Isto porque, caso não haja o reconhecimento da Assistência Social como Política Pública, o que haveria? A Assistência Social retrógrada, a qual se acredita que havia sido (des)construída. Neste sentido, quais seriam os desafios aos oito municípios da região da Amosc que ainda não possuem Secretaria exclusiva?

O número de unidades de CRAS existente nos 21 municípios da região da Amosc se refere a 27. Um município possui sete unidades de CRAS e os outros vinte municípios possuem uma unidade em cada um deles. Quanto ao ano de instalação destes equipamentos, pode-se observar a tabela a seguir:

Tabela 2 – Ano em que os CRAS foram instalados no território de abrangência da Amosc

Período	Número de CRAS instalados	%
2004 a 2008	10	37%
2009 a 2012	8	30%
2013 em diante	1	4%
Não informaram	8	30%
Total	27	100%

Fonte: elaboração dos autores (2016).

Todos os CRAS foram instalados a partir de 2004 – momento em que ocorre a construção da PNAS (BRASIL, 2005b) que aponta à implantação e implementação do SUAS – até o ano de 2008. Dos equipamentos estudados, 37% foram instalados entre 2004 a 2008, 30% entre 2009 a 2012, 4% a partir de 2013 e 30% dos municípios não informaram.

Para que o SUAS pudesse ser operacionalizado em seu escopo de possibilidades e complexidades, foi imprescindível que houvesse recursos humanos suficientes e capacitados, para os quais inúmeras responsabilidades foram incumbidas frente às situações de riscos e/ou vulnerabilidades que existem nos diferentes territórios brasileiros. Neste contexto, enfatiza-se a ampliação do número de trabalhadores e a presença de diferentes categorias profissionais neste campo de atuação.

O número de profissionais que atua na PSB nos 21 municípios, abrangidos pela Amosc, se aproxima de 252 profissionais. Dentre elas/eles algumas/alguns estão na função de Coordenação do CRAS e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), outras/os compõem a equipe técnica de referência dos CRAS (assistentes sociais e psicólogas/os obrigatoriamente), outras/os realizam as ações socioeducativas dos Serviços que compõem a PSB do SUAS, dentre as/os quais têm-se: pedagogas/os, educadores/orientadores sociais, facilitadores/instrutores de oficina, profissionais de Educação Física, profissionais de artesanato, entre outras modalidades esportivas e culturais. Além destes, há as/os profissionais administrativas/os e aquelas/es que realizam as atividades de serviços gerais, de alimentação e de deslocamento (motorista).

Em relação aos 252 profissionais que atuam na PSB do SUAS dos/nos 21 municípios da Amosc, ressalta-se que o número de profissionais assistentes sociais que participou deste estudo se refere a 12% do total e o número de psicólogas/os, por sua vez, diz respeito a 8% do contingente de 252.

Identificou-se, por meio deste estudo, que as equipes que atuam na PSB do SUAS, no território de abrangência da Amosc, são compostas pelas seguintes categorias profissionais, pontua-se também o número de profissionais em cada uma delas: 33 assistentes sociais, 23 psicólogas/os, 13 pedagogas/os, 14 coordenadoras/es de CRAS, dez coordenadoras/es dos SCFV, 35 educadores/orientadores sociais, 36 facilitadores/instrutores de oficinas, 23 profissionais do setor administrativo, 36 profissionais que atuam como Serviços Gerais e 12 profissionais indicados na alternativa outras/os, contemplando as funções de motorista, recepcionista e agente administrativo do CRAS, cozinheira, terapeuta ocupacional, monitores sociais e estagiários de Educação Física.

O CRAS, equipamento da PSB do SUAS, é caracterizado como

[...] a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (BRASIL, 2011a, p. 7).

Nesses programas e projetos são realizados os serviços PAIF e SCFV.

O SCFV é um serviço realizado por meio de atividades grupais, a fim de complementar o trabalho social com famílias, realizado pelas/os profissionais do CRAS, com o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de risco social (BRASIL, 2009a). Este Serviço apresenta o seguinte propósito em sua atuação:

[...] estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2014, p. 16).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais foi aprovada no ano de 2009. Neste ano, foram previstos os SCFV para crianças com até seis anos de idade, para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos de idade, para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e o SCFV para idosos, a partir de sessenta anos de idade (BRASIL, 2009a). Todavia, em 2014 aconteceu a reimpressão deste documento, com a inclusão do serviço previsto à faixa etária de 18 a 59 anos de idade.

Lançando mão de tais pressupostos, enfatiza-se que, no território estudado, a totalidade das/os profissionais atua nos serviços de Proteção Social Básica, considerando que este nível de proteção social diz respeito a nossa delimitação neste estudo. Das/os 49 profissionais/participantes desta pesquisa, 14% (sete profissionais) também atuam, simultaneamente, nos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade. Estas/es

sete profissionais, além de atuarem na PSB e na média complexidade da PSE, também atuam nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Destas/es sete, quatro profissionais ainda atuam na Política Pública de Saúde, vinculados a Unidades Básicas de Saúde (UBS), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Ademais, outras/os três profissionais atuam na PSB e dividem sua carga horária de trabalho semanal com outro local, no contexto do serviço público, a exemplo do órgão gestor da Política Pública de Assistência Social e da Política Pública de Saúde.

Ao contemplar a diferenciação entre as categorias profissionais de psicólogo e assistentes sociais, no que diz respeito aos serviços em que atuam no contexto público, ressalta-se que as/os profissionais de Psicologia, além de atuarem na PSB, são atuantes também nos Serviços de Média e Alta Complexidade. As/os profissionais de Serviço Social, por sua vez, além da PSB, atuam mais em outro espaço do Serviço Público do que nos demais serviços do SUAS. A seguir, há a representação gráfica, com a indicação do número de profissionais, de acordo com sua categoria, que atua em cada uma das situações descritas:

Tabela 3 – Número de profissionais que atuam em outros serviços, além da PSB/SUAS

Formação	Atuação PSE – Média	Atuação PSE - Alta	Outro espaço também (Serviço Público)
Psicologia	4	4	2
Serviço Social	3	3	5
Total	7	7	7

Fonte: elaboração dos autores (2016).

Comumente ao abordar a temática serviço público, pensa-se em estabilidade profissional. Consequentemente, a estabilidade profissional correlaciona-se a realização de concurso público. Este tema acompanhou, e ainda tem acompanhado, o percurso da Assistência Social, quando desde a PNAS (BRASIL, 2005a). Existem discussões sobre a necessidade de garantir que as equipes que atuam nesta Política Pública sejam efetivas, devido ao fato de que, tal como destaca o conteúdo da PNAS/2004, a valorização das/os trabalhadoras/es também ocorre por meio da realização de concurso público.

Desde a V Conferência Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005b) até a X Conferência Nacional de Assistência (BRASIL, 2016a), a estabilidade profissional das/os trabalhadoras/es da Assistência Social tem sido abordada e discutida nestes espaços de participação e controle social. Como exemplo, ainda em 2009, na VII Conferência (BRASIL, 2009b) discutia-se a insegurança dos vínculos trabalhistas das/os trabalhadoras/es da Assistência Social. Em 2013, não muito diferente, na IX Conferência Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2013b), pontuava-se sobre os desafios no/do cotidiano do SUAS, com ênfase à rotatividade das/os profissionais e à precarização do trabalho. Na X Conferência Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2016a), por sua vez, a discussão sobre a realização de concurso público ainda se fez presente, no intuito de garantir que a inserção na Assistência Social ocorra por meio de concurso público, considerando todas/os as/os trabalhadoras/es do SUAS e, consequentemente, as efetivas nomeações delas/es. Isto porque esta estratégia possibilita que as demandas e as especificidades dos serviços e territórios sejam contínuas e tenham estabilidade.

Transversalmente a este percurso, formularam regulamentações e legislações, entendidas como essenciais à organização da Assistência Social por meio do SUAS. Em algumas, há indicações sobre a garantia de estabilidade profissional neste contexto de atuação. Cita-se três exemplos: 1) a NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006) define o concurso público como a maneira de acesso das/os profissionais à carreira no contexto do SUAS, tendo em vista que para tornar-se profissional da Assistência Social, este acesso estaria condicionado à aprovação em concurso público, com a realização de provas ou de provas e análises de títulos, reforçando que a realização de concurso público é o que definiria o vínculo de trabalho do servidor público; 2) a NOB/SUAS de 2012 (BRASIL, 2012), de maneira semelhante, enfatiza o que já havia sido apontado pela PNAS (BRASIL, 2005b), evidenciando que dentre as ações que contribuem para a valorização do trabalhador no contexto do SUAS, na perspectiva da desprecarização da relação e das condições de trabalho, tem-se a realização de concurso público e 3) a PNEP/SUAS (BRASIL, 2013a), ao abordar as ações de educação permanente, problematiza a instabilidade e a insegurança das/os profissionais no serviço público.

Neste estudo, verificou-se que a maioria das/os profissionais (82%), em um contingente de 49, possui esta estabilidade profissional, considerando que se inseriram na PSB do SUAS por meio da realização de concurso público. As/os demais (18%) apontaram para a instabilidade profissional, considerando que 8% destas/es foram aprovados em processo seletivo, o que prevê contrato de trabalho temporário e uma/um profissional possui cargo de confiança, tornando-a/o instável por razões políticas partidárias. Há, na tabela a seguir, a descrição das modalidades que caracterizam o vínculo empregatício das/os profissionais e a porcentagem, em um total, de cada uma delas:

Tabela 4 – Vínculo empregatício das/os profissionais que atuam na PSB/SUAS

Vínculo empregatício	Total	Psicologia	Serviço Social	Porcentagem
Comissionado/Cargo de confiança	1	0	1	2%
Concurso Público	40	16	24	82%
Emprego Público	5	2	3	10%
Processo seletivo	3	2	1	6%
Total	49	20	29	100%

Fonte: elaboração dos autores (2016).

Considerando as narrativas das/os profissionais, a respeito da estabilidade profissional no contexto em que atuam, percebe-se que a condição de empregabilidade de cada uma/um oportuniza que apresentem discursos diferentes, mas predomina a valorização da estabilidade:

Quando não tem esta estabilidade, também fica um pouco nesse lugar de incerteza. Por exemplo: qualquer tipo de configuração política que mude, a Política Pública da Assistência Social, por exemplo, nos coloca em um lugar de fragilidade, principalmente se você não é concursado [...] (Profissional P).

Considerando a atuação na PSB do SUAS, acerca do que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009a) define, destaca-se que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é realizado, necessariamente, nos CRAS. De tal modo:

Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF. (BRASIL, 2009a, p. 12).

Os serviços de responsabilidade da PSB do SUAS, a exemplo do PAIF principalmente, possuem um período de funcionamento predefinido. Esta Tipificação (BRASIL, 2009a) determina que o período de funcionamento dos CRAS se refere a cinco dias por semana, oito horas diárias, o que equivale a quarenta horas de trabalho semanais. Neste sentido, é pertinente compreender como as/os profissionais, que atuam no território de abrangência da AMOSC, estão organizadas/os acerca da carga horária de trabalho semanal. Visualiza-se na tabela, apresentada na sequência, qual tem sido esta organização:

Tabela 5 – Carga horária de trabalho das/os profissionais que atuam na PSB/SUAS

Formação	Carga horária	Total	Porcentagem
Psicologia	20 horas	1	2%
	30 horas	3	6%
	40 horas	16	33%
Serviço Social	30 horas	11	22%
	40 horas	16	33%
	Outra	2	4%
Total		49	100%

Fonte: elaboração dos autores (2016).

Percebe-se que a maioria (66%) das/os profissionais, tanto de Psicologia, quanto de Serviço Social, atua no contexto da PSB do SUAS, quarenta horas semanais, o que está em consonância com o que a legislação prevê. Outros 28% (14 profissionais) cumprem trinta horas semanais de trabalho. Destes 14 profissionais, 11 são assistentes sociais. Neste caso, é plausível pontuar que esta categoria profissional possui uma lei – Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010⁹ – que regulamenta a duração do trabalho da/o Assistente Social em trinta horas semanais. Contudo, por mais que se trate de uma lei em nível federal, existem municípios que não regulamentaram, em lei municipal, a atuação desta categoria profissional com tal carga horária. Diferentemente das/os assistentes sociais, as/os profissionais de Psicologia não possuem a atuação regulamentada em trinta horas semanais.

Em relação à carga horária de trabalho informada pelas/os 49 profissionais e a identificação do tempo que dedicam à Política Pública de Assistência Social, pontua-se que 44 profissionais (90%) atuam no contexto

9 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

do SUAS tal como a carga horária indicada. Em outras palavras, estas/es profissionais atuam na PSB do SUAS o tempo total informado, em sua maioria (42 delas/es) trinta ou quarenta horas semanais de trabalho. Outras/os cinco trabalhadoras/es (10%) não atuam, no SUAS, o tempo integral informado, quando somente estão neste contexto um tempo parcial de trabalho, ou seja, uma carga horária específica.

Problematiza-se que há predominância da estabilidade profissional, diferentemente de uma padronização da carga horária das/os profissionais que compõem as equipes de referência da PSB do SUAS. Tais aspectos poderiam relacionar-se, satisfatoriamente ou não, com o número de profissionais e quais categorias que compõem a/as equipe/s que atuam neste nível de proteção social, devido ao fato de que, caso seja possível contar com outras/os profissionais, é possível pensar em uma flexibilidade da carga horária. Contudo, considerando a prevalência de municípios de pequeno porte I, no território de abrangência da Amosc, é imprescindível compreender como as equipes estão compostas, para que se possa, de fato, analisar se a carga horária das/os profissionais tem sido suficiente e coerente, para acolher as especificidades de cada município, ou precisariam ser revistas.

É pertinente aproximar estas informações com o que o Censo SUAS 2015 indica, tendo em vista que este instrumento mapeou o número de profissionais que atuam nos serviços de PSB do SUAS na região Sul do Brasil (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). De tal modo, tem-se a presença de profissionais assistentes sociais, psicólogas/os, pedagogas/os, advogadas/os e antropólogas/os. A tabela, apresentada na sequência, está organizada de acordo com a categoria com o maior número de profissionais até a categoria com o menor número:

Tabela 6 – Quantidades de trabalhadores, da PSB do SUAS, por profissão e região

Quantidades de trabalhadores por profissão e região	Total de assistentes sociais	Total de psicólogos	Total de pedagogos	Total de advogados	Total de antropólogos
Norte	1290	604	695	9	4
Nordeste	5497	3098	1978	57	5
Sudeste	6802	3431	1127	138	0
Sul	2759	1632	949	62	2
Centro-Oeste	1194	682	583	36	0
Total	17542	9447	5332	302	11

Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir dos dados do Censo Suas.

Percebe-se que há na região Sul o seguinte conjunto de profissionais: assistentes sociais principalmente – há a predominância de profissionais do Serviço Social na PSB do SUAS –, psicólogas/os e pedagogas/os, as/os advogadas/os e antropólogas/os representam um contingente menor de profissionais e, ao contrário disto, no território de abrangência da Amosc não existem profissionais do Direito e da Antropologia como integrantes das equipes de referência da PSB do SUAS, nos 21 municípios. É pertinente pontuar que estas/estes profissionais não são indicadas/os como obrigatórias/os às equipes de PSB, devido ao fato de que as/os advogadas/os são

obrigatórias/os nas ações de PSE de média complexidade. As/os profissionais de Antropologia, por sua vez, podem compor, preferencialmente, as equipes que atuam com as especificidades dos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS (BRASIL, 2011b).

Considerando a remuneração das/os profissionais da PBS do SUAS, enfatiza-se que 37 profissionais (75% do total) recebem entre três e cinco salários-mínimos – o valor vigente do salário- mínimo refere-se a R\$ 880,00¹⁰ – o que equivale aos valores de R\$ 2.640,00 e R\$ 4.400,00, respectivamente. Desta maneira, a maioria delas/es possui sua remuneração mensal entre o intervalo que contempla estes valores. As demais informações acerca da remuneração das/os outras/os profissionais estão representadas na tabela que segue:

Tabela 7 – Remuneração mensal das/os profissionais da PSB do SUAS na/da região da Amosc

Remuneração	Nº de Profissionais	%
Até um salário-mínimo (Até R\$ 880,00).	1	2%
Entre um e dois salários-mínimos (Entre R\$ 880,00 e R\$ 1.760,00).	2	4%
Entre dois e três salários-mínimos (Entre R\$ 1.760,00 e R\$ 2.640,00).	4	8%
Entre três e quatro salários-mínimos (Entre R\$ 2.640,00 e R\$ 3.520,00).	25	51%
Entre quatro e cinco salários-mínimos (Entre R\$ 3.520,00 e R\$ 4.400,00).	12	24%
Entre cinco e sete salários-mínimos (Entre R\$ 4.400,00 a R\$ 6.160,00).	5	10%
Mais que sete salários-mínimos (Mais que R\$ 6.160,00).	--	--
Total	49	

Fonte: elaboração dos autores (2016).

Destaca-se que a/o profissional que indicou a remuneração de até um salário mínimo (R\$ 880,00) dividiu sua remuneração total pelas oito horas semanais que atua na PSB do SUAS. De tal modo, sua remuneração total diz respeito a R\$ 4.400,00. Contudo, a participação desta/deste profissional neste estudo, relacionada a estes aspectos, foi considerada tal como apontado na tabela: renda de até um salário mínimo.

Em relação à remuneração das/os trabalhadoras/es do SUAS, ressalta-se que não existem documentos, resoluções e/ou outras legislações que definam os valores mínimos e máximos para serem pagos às/aos profissionais, quando se trata de valores acordados em nível municipal e, possivelmente, com base nas discussões de cada categoria profissional, caso possuam regulamentações quanto ao piso salarial para atuação no serviço público.

A existência de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) nos territórios municipais se aproxima da caracterização do cotidiano de trabalho das/os profissionais. Sobre isto, aponta-se que a necessidade de existir o PCCS, ao longo do processo de construção e implementação do SUAS, tem sido discutida desde a Conferência Nacional de Assistência Social que aconteceu no ano de 2005 (BRASIL, 2005b). A NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006) também produz reflexões sobre a necessidade dos PCCS. Em outra NOB/SUAS (BRASIL, 2012), há destaque para a desprecarização das relações e das condições de trabalho,

10 Informações disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8618.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

com ênfase para a instituição de PCCS. Nas últimas duas Conferências Nacionais, que aconteceram em 2013 (BRASIL, 2013b) e 2015 (BRASIL, 2016a), há reflexões e deliberações sobre a definição por salários e planos de cargos, carreiras e salários compatíveis ao trabalho realizado pelas/os profissionais do SUAS, bem como a importância da implementação dos PCCS para todas/os as/os trabalhadoras/es da Política Pública de Assistência Social.

De acordo com tais pressupostos, evidencia-se que nos 21 municípios que compõem a abrangência da Amosc, tem-se: seis municípios não possuem PCCS, o que corresponde a 29% dos municípios; 14 possuem PCCS (67% do total de municípios) e somente um município não indicou esta informação no questionário.

5 Considerações finais

No intuito de identificar a organização da PSB, no contexto do SUAS e no território de abrangência da Amosc, considera-se que a Política Pública de Assistência Social, na maioria dos municípios, possui a gestão organizada por meio de secretaria exclusiva, o que tende a potencializar a execução das ações.

A instalação dos equipamentos CRAS ocorreu a partir de 2004, momento em que a Assistência Social passa a ser organizada por meio do SUAS. Em contrapartida, ainda se visualiza que algumas/alguns profissionais que atuam na PSB também realizam ações nos serviços de PSE de média e alta complexidade. Sobre estas/es, há profissionais que, ainda assim, atuam na Política Pública de Saúde e na gestão da Política Pública de Assistência Social, o que não corrobora com a organização do SUAS e seus níveis de proteção, ocasionando que as/os profissionais sejam referência em diferentes serviços simultaneamente.

Ao comparar os vínculos empregatícios das/os profissionais estudadas/os e a carga horária de trabalho que realizam, têm-se a prevalência de profissionais com estabilidade, efetivas/os e com a inserção no SUAS por meio de concurso público. Estas/es, também em sua maioria, com atuação de quarenta horas semanais, o que se aproxima com o que está previsto na legislação.

Acerca da composição das equipes, evidencia-se que há uma heterogeneidade de categorias profissionais que atuam na PSB do SUAS: assistentes sociais, psicólogas/os, pedagogas/os, coordenadoras/es de CRAS, coordenadoras/es dos SCFV, educadores/orientadores sociais, facilitadores/instrutores de oficinas, profissionais do Setor Administrativo, profissionais que atuam como Serviços Gerais e profissionais nas funções de motorista, recepcionista, cozinheira, terapeuta ocupacional, monitores sociais e estagiários de Educação Física. As categorias profissionais de Serviço Social e Psicologia não, necessariamente, são as que possuem o maior contingente de profissionais. Todavia, trata-se de um campo de atuação que tem acolhido um número significativo delas/es.

Considerando a remuneração das/os profissionais, enfatiza-se que a maioria possui remuneração entre três e cinco salários-mínimos, o que equivale aos valores de R\$ 2.640,00 e R\$ 4.400,00, respectivamente. Além disso, a maioria dos municípios possui PCCS, o que denota aspectos, ainda que insuficientes, de uma política de educação permanente neste contexto.

Ao lançar mão de tais pressupostos, acerca de evidenciar como a PSB do SUAS está organizada nos 21 municípios que compõem a abrangência da Amosc, evidencia-se que o trabalho que realizam, a organização dele e as condições em que o executam poderiam ser nomeadas como aspectos/condições à precarização do trabalho e/ou a transformação de tais aspectos e a conquista de outras estratégias de organização e humanização deste trabalho.

Estas temáticas são apontadas/abordadas em diversas discussões sobre o SUAS, tanto nas atividades das Conferências municipais, estaduais e nacionais, quanto nos documentos oficiais. Neste contexto, estes temas contemplam o que caracterizaria, ou não, a precarização do cotidiano de trabalho e a relação de tais questões com o processo de efetivação de uma Política Pública, a Assistência Social, que se propõe a garantir direitos ou, minimamente, o acesso a eles.

Referências

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/L8742_de%201993_alterada%20pela%2012435_de_2011.pdf/view>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 1, de 3 de março de 2016. Publica as deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2016/03/resolucao-cnas-01-2016-deliberacoes-da-x-conferencia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. _____. Resolução n. 17, de 20 de julho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/legislacao/resolucoes/arquivos-2011/arquivos-2011/>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

_____. _____. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional/...2009.../download>. Acesso em: 6 mar. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Anais da V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: 2005b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/v-conferencia-nacional>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. _____. _____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2005a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. _____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS 1993**. Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-annotada-2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf/download>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. _____. _____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Caderno de Textos - VII Conferência Nacional de Assistência Social**. Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília, 2009b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/vii-conferencia-nacional>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicações-para-impresao-em-grafica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. _____. _____. _____. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2005/Resolucao%20CNAS%20no%20130-%20de%2015%20de%20julho%20de%202005.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. _____. _____. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS**. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/politica-nacional-de-educacao-permanente-do-suas-pnep-suas/caderno_politica_novoCOM%20CAPA.pdf/view>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. _____. _____. **Anais da IX Conferência Nacional de Assistência Social – SUAS: 8 anos de conquistas**. Brasília: 2013b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/ix-conferencia-nacional>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

_____. _____. _____. **Pacto de Aprimoramento do SUAS – Implantação da NOB SUAS**. Brasília, 2013c.

_____. _____. _____. **Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencias, Reimpressão 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2016.

_____. _____. _____. **II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026):** “Proteção Social para todos(as) os(as) brasileiros(as)”. Brasília, 2016b. Disponível em: <<https://blogcnas.org/2016-resolucoes/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

ADOLESCÊNCIA, ATO INFRACIONAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA PERPASSADA PELOS DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS¹

Cristiane Damedá²
Irme Salete Bonamigo³

Resumo

A adolescência é um fenômeno contemporâneo e construído socialmente. As concepções das categorias “adolescente” e “jovem” produzem modos de ser hegemônicos que limitam os processos de singularização. Houve épocas em que os direitos individuais e sociais dos adolescentes não eram considerados. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) foi um avanço na regulamentação de tais direitos, bem como de práticas socializadoras e educadoras quando esses também são autores de ato infracional, estabelecendo uma forma diferenciada de responsabilização apesar dos discursos menoristas e punitivos. Com base em uma revisão bibliográfica e teórica, este artigo discorre sobre a adolescência, o ato infracional e os processos de subjetivação perpassando as conquistas legislativas para a garantia de direitos do adolescente em situação de ato infracional. Entendendo que este sujeito tem sua subjetividade produzida por contextos políticos, histórico e social múltiplo, é que práticas podem ser modificadas e seus direitos podem ser garantidos.

Palavras-chave: Adolescência. Ato infracional. Subjetividade. Direitos.

1 Introdução

“Menores” eram assim chamados os adolescentes pobres, considerados perigosos, pois advinham de um lugar de vício e ociosidade e, portanto, vistos como um potencial para condutas de “risco” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; ZAMORA, 2008). Para Avritzer (2012), a segregação social e espacial não é a-histórica, foi efetivada principalmente pelo movimento higienista que tinha como objetivo limpar os centros urbanos. Assim, as pessoas em situação de pobreza foram “despachadas” para áreas periféricas da cidade, sem acesso aos direitos por via das políticas públicas, aos bens e impedindo o conhecimento de outros modos de vida.

1 Este artigo trata-se de um recorte da dissertação de Mestrado de autoria da primeira autora, Cristiane Damedá, sob a orientação da segunda, Irme Salete Bonamigo.

2 Psicóloga; mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Bolsista institucional e UNIEDU/FUMDES. *E-mail:* <crisdamedá@gmail.com>.

3 Pós-doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Vrije Universiteit Brussel (UVB). Doutora em Psicologia Social, pela UERJ, professora do mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <bonamigo@unochapeco.edu.br>.

Descrevem Coimbra e Nascimento (2003) que em 1927 cria-se o Código de Menores como uma legislação para controlar e punir este jovem considerado perigoso e afastá-lo do seu território e do convívio familiar, sob a premissa de que enclausurado evitaria relações viciosas e seria disciplinado e normatizado para o trabalho. Esperava-se como resultado a prevenção da marginalidade e a construção de uma suposta dignidade – uma medida de “proteção” adotada pelo Estado. Autores, como Coimbra e Nascimento (2003) e Zamora (2008), analisam que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) tornou-se o marco de uma possível transformação do modelo punitivo para uma prática mais humanitária e educadora em relação ao ato infracional.

Com o Estatuto, os ditos “menores” passaram a ser considerados crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, independente da classe social, igualando-os perante a Lei, em que se definiu uma faixa etária para os adolescentes, os quais são pessoas de 12 a 18 anos de idade, sendo considerado jovem a faixa etária dos 15 aos 29 anos. Por outro lado, há a possibilidade de alteração da redação do art. 228 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) sobre a imputabilidade penal do maior de 16 anos, a qual reduzirá a maioridade penal de 18 para 16 anos, ainda se visualiza uma necessidade de reafirmação das concepções menoristas.

Mais recentemente, com a criação em 2012 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), diretrizes foram propostas para um novo ordenamento das instituições para receber adolescentes em medida socioeducativa, estabelecendo compromissos com os direitos humanos, bem como a intersetorialidade como metodologia básica de ações para com esse público. Esses movimentos constituem-se como avanços e retrocessos e implicam o cotidiano dos adolescentes vistos apenas como autores de ato infracional.

Nesse sentido, as legislações, as concepções, os *modus operandi*, as experiências que o sujeito vivenciou, a maneira como se relaciona com o mundo constitui a sua subjetividade, são múltiplos fatores que tecem registros no sujeito e o produz de maneira provisória. Deleuze e Guattari (1995) sustentam que a subjetividade é entendida como o espaço íntimo do sujeito, o qual é produzido por um emaranhado de relações humanas e não humanas que, em sua fabricação, estão agregadas em rede. Portanto, é uma produção mutável de um sujeito provisório, de acordo com o contexto onde vive.

Com base em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, cabe refletir: De que forma a adolescência é entendida contemporaneamente? Como as legislações a entendem? Quais os caminhos que elas têm percorrido? Que subjetividades estão sendo produzidas? Quando se trata de adolescentes em situação de ato infracional, que identidades lhes são incutidas/designadas? E ainda, de que forma o modelo econômico vigente influencia na produção desses sujeitos?

Tendo em vista estes questionamentos, este artigo discorre sobre a adolescência, o ato infracional e os processos de subjetivação perpassando as conquistas legislativas para a garantia de direitos do adolescente em situação de ato infracional. Inicialmente, faz uma breve discussão acerca da concepção de adolescência na conjuntura contemporânea, seguido de análises sobre a produção de subjetividades (hegemônicas e singulares) e o sujeito em situação de ato infracional, por fim, tece algumas considerações e descreve as referências utilizadas.

2 Desnaturalizando conceitos

Entender o adolescente ou jovem em situação de ato infracional exige, antes de tudo, inferir sobre uma concepção das categorias “adolescente” e “jovem”. O termo adolescência emergiu apenas no século XX como um período de transformações, marcado pela incompletude e pela necessidade de amadurecimento.

Waiselfisz (2014) e Coimbra e Nascimento (2015) sustentam que a adolescência é tida como uma fase fundamentalmente biológica: de desenvolvimento cognitivo, hormonal e de alterações corpóreas. Tal pensamento desenvolvimentista, segundo Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), advém de pressupostos cartesianos o qual defende que a razão comanda o sujeito e a sua consciência é aprimorada com a maturidade, conforme passa por diferentes fases da vida. Afirmam ainda que, assim como a Biologia definiu características de ser adolescente, a Psicologia foi a responsável por instituir atributos existenciais a esse sujeito, tais como instabilidade afetiva, rebeldia, desinteresse, sensibilidade.

Dessa maneira, a adolescência é tida como “o momento inaugural da personalidade que definiria o sujeito para o resto de sua vida” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 5). Criou-se uma identidade adolescente como algo fixo, homogêneo a todos e de passagem obrigatória. Quando se afirma uma identidade adolescente, segundo as autoras, se estabelece um modelo de ser e estar no mundo que aprisiona o sujeito, localiza-o em um determinado lugar, impedindo, muitas vezes, movimentos de criação, processos de singularização e até mesmo de expressar sua diferença.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) destacam que, a partir dessa indiferenciação de ser, se produz identidades capitalísticas, reféns do consumo, e a mídia é o principal equipamento social que difunde o modelo de ser adolescente, oferecendo produtos de consumo como forma de pertencimento a um grupo, a um mundo. Entretanto, de acordo com as autoras, existem linhas de fuga que emergem como outras formas de organização social que fogem da lógica do capital.

O ECA, por exemplo, foi um avanço na regulamentação dos direitos do público adolescente, inclusive, na regulamentação de práticas socializadoras e educadoras, quando esses também estão em situação de ato infracional, estabelecendo uma forma diferenciada de responsabilização pela infração (PAIVA; OLIVEIRA, 2015). Assim, tal legislação também se utilizou da definição da criança como a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente entre 12 e 18 anos de idade, sendo que a responsabilização pelo ato infracional se dá quando adolescente e, excepcionalmente, até 21 anos.

Atuações pautadas no entendimento de que adolescentes vivem uma fase de turbulências, sofrimentos e até transtornos visam torná-los sujeitos saudáveis, maduros, úteis para a sociedade. Todavia, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) salientam que esta é uma concepção desenvolvimentista e acrítica incutida nas legislações e, ao tomar a adolescência como um período universal, torna as práticas homogeneizantes. Não se visualiza o adolescente como sujeito singular, produzido por múltiplos atores, contextos e campos de forças, que também vive uma situação de vulnerabilidade e vitimização.

Além da abordagem desenvolvimentista, as autoras destacam a lógica individualista que paira nas sociedades contemporâneas, na qual o sujeito é entendido como responsável pela sua vida, seu sucesso e seu fracasso. Assim, o sujeito precisa usar de recursos individuais para dar conta de seu futuro.

Podemos observar que o conceito de adolescência se acopla perfeitamente a lógica capitalística de duas maneiras. Primeiramente [...] havendo um comércio que sobrevive a custa da adolescência, produzindo roupas, revistas, músicas e alimentos entre outros. Em segundo lugar, por sua força ao mesmo tempo massificante (etapa universal a-histórica e homogênea para todos) e individualizante (a forma como cada um passa por tal etapa e como dela emerge depende dos méritos de cada sujeito). (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 7).

A identidade precisa ser entendida como um processo produzido por muitas forças o tempo todo e não como um conjunto de características a serem obtidas em fases embasadas em um molde.

Subverter a noção de adolescência é uma ação política importante nesse momento em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar as questões sociais, e em psiquiatrizar e criminalizar os ditos desvios das normas impostas a todos nós. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 7).

No entanto:

Na tentativa de problematizar o uso generalizado, indiscriminado e naturalizado do termo adolescência, construiu-se um outro conceito, o de juventude, que não conseguiu escapar da função de enquadramento da vida, continuando a ser entendido e utilizado como uma definição universal e identitária de uma fase da existência humana, agora um pouco mais ampliada. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p. 182).

O conceito de juventude, refere Waiselfisz (2014), é tido como uma categoria sociológica, na qual se entende o sujeito como estando em um processo de preparação para adultez, para desempenhar novos papéis familiares e profissionais.

Coimbra e Nascimento (2015) defendem que atualmente esse conceito continuou no plano homogêneo e de identidade, diferentemente da adolescência, mas também impôs um modo de ser, provocando, muitas vezes, o desejo da eterna juventude, uma vez que ser jovem no ideário de muitos sujeitos é ser saudável física e emocionalmente, ter vivacidade, é ser potente, moderno, responsável e, além de tudo, maduro. Ressaltam as autoras que a partir desse novo conceito o capital financeiro também produziu um mercado focalizado, principalmente no plano estético, reafirmando cotidianamente esse desejo da juventude e produzindo subjetividades.

No entanto, Castro e colaboradores (2015, p. 48) destacam que:

[...] os campos de estudo infância, adolescência e juventude estão estreitamente relacionados, não existindo limites que os separem com precisão. São campos que aparecem frequentemente juntos nas investigações. A conjunção, ou a separação, destes campos coloca desafios conceituais que ainda necessitam ser aprofundados.

Coimbra e Nascimento (2015) salientam que adolescência e juventude, muitas vezes, são tomadas como sinônimos e, propõem as autoras, que essas noções sejam desagregadas de conceitos identitários fechados, marcadas por modelos e preconceitos e que, portanto, há a necessidade de transvalorar, não definir sujeitos *a priori*, e sim focar na processualidade; “[...] é ela que nos permite experimentar, criar e inventar, visto que os sujeitos, objetos e saberes estão sempre se fazendo, estão sempre sendo, e nós como profissionais também... Não há nada acabado, não há certezas, tudo é temporário...” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2015, p. 188).

Transvalorar no sentido de subverter essas categorias postas, naturalizadas e, sustentam as autoras, inventar outras juventudes, outros modos de proteção e cuidado efetivados pelas políticas públicas que não o da tutela e do controle.

3 Processos de subjetivação

O adolescente a quem foi aplicada a medida socioeducativa é um ser singular constituído por uma trama complexa e instável, composta por conexões, por emaranhados de relações e, para compreendê-lo, é preciso identificar as políticas que permeiam o espaço relacional, a forma como ele vê e se relaciona com o mundo, que produz e fortalece processos de subjetivação.

Guattari (1992) e Rolnik (1997) sustentam que a subjetividade não significa uma posse, mas um processo que se constitui a partir de acontecimentos, de uma rede de relações sociais e com agentes não humanos como as políticas e outros equipamentos, e tudo aquilo que produz um efeito no sujeito, ou seja, ele se constitui na experiência, na produção de sentido do que viveu.

Mansano (2009) e Guattari e Rolnik (2013) apontam que a existência do sujeito não deve ser atribuída apenas a uma “natureza” a qual vai determinar uma essência, algo fixo, estável – de natureza do ser. Os autores afirmam que a subjetividade é um processo produzido a partir de múltiplos componentes: “valores, ideias e sentidos ganham um registro singular” (MANSANO, 2009, p. 111), e que produzem sujeitos provisórios. Esses sujeitos acolhem aspectos do mundo exterior e os torna subjetivos, assim como emite componentes subjetivos ao outro e se constrói a partir de trocas.

A circulação destes elementos exteriores e subjetivos se dá a partir das instituições, práticas e procedimentos vigentes em um dado período histórico, sendo a subjetividade permanentemente modificada a partir de novas conexões com novos componentes; para a autora, a subjetividade é “[...] uma matéria-prima

viva e mutante a partir da qual é possível experimentar e inventar maneiras diferentes de perceber o mundo e nele agir.” (MANSANO, 2009, p. 112).

Guattari e Rolnik (2013) defendem que a subjetividade também é produzida pelo capitalismo, ou seja, um sistema econômico que produz indivíduos pertencentes a lugares de hierarquias e submissões; sistemas dissimulados, não explícitos que são internalizados como necessidade de algo a ser preenchido. Emana um sentimento de vazio produzido por uma suposta falta, a qual passa a fazer parte do sujeito, a compor sua subjetividade; não somente a produção de uma subjetividade individualizada, mas social.

Assim, a ciência, a mídia e outros dispositivos tendem a padronizar o sujeito, produzindo subjetividades hegemônicas como forma de normatizar comportamentos e produzir bens e necessidades de consumo, produz desejo, sonhos, garantindo a hegemonia do capital – esse considerado uma “máquina de produção de subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 2013). Rolnik (1997) afirma que há uma produção de *kits* de perfis-padrão para serem consumidos. Aquilo que é local, específico de uma cultura, passa a dar lugar, conforme descreve a autora, a “[...] identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade.” (ROLNIK, 1997, p. 1).

Reforçando a ideia de que o sujeito não tem uma essência, mas uma subjetividade industrial – como um ser fabricado, modelado, consumido –, Guattari e Rolnik (2013) referem que as máquinas de produção dessa subjetividade variam: máquinas territorializadas que se referem a um sistema mais tradicional – são as etnias ou uma corporação profissional; no sistema capitalístico essa produção se dá em escala internacional e produzem um desejo coletivo, conseqüentemente, detém o poder asseguram o controle sobre a vida.

Grosso modo, a busca pela saciedade deste desejo é frenética, o tênis de marca, o perfume caro e até o consumo de drogas pode ser um modo de se fazer pertencente a esse “mundo” e gerar atos ilícitos à luz das leis vigentes. Por outro lado, Rolnik (1997) destaca que esta busca incessante gera vazios de sentido, e a necessidade de preenchimento se torna cotidiana, assim como o consumo de drogas (das mais variadas ordens, desde produtos do narcotráfico até as drogas da ilusão, como as figuras glamurizadas exibidas pelas mídias, produtos vendidos como uma forma de *status*, de assegurar reconhecimento ou pertencimento a uma classe social e que produz falsos “eus” e sustentam a ilusão de uma identidade).

Hoje, o capitalismo atua com a produção de subjetividade como algo que talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, nas palavras dos autores, “mais essencial até do que o petróleo e as energias” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 34), pois a produção de subjetividade permite se afirmar no mercado mundial. Esta subjetividade vendida não está demarcada apenas no campo da ideologia da representação, mas no íntimo dos indivíduos, e diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, às relações sociais e sexuais, entre outros, demarcando certo modo de ser.

Coimbra (2008) corrobora com essas reflexões e descreve sobre a produção de sujeitos “perigosos”, os quais são efeitos da ciência e de inovações disciplinadoras que geram segregações e produzem infâncias e juventudes desiguais. Entende-se, portanto, que a segregação e a culpabilização do sujeito são funções de uma economia subjetiva capitalística a qual cria sistemas de hierarquia inconscientes, sistemas de disciplinarização

que valorizam socialmente as elites e situa os sujeitos em camadas sociais. Esse movimento tende a estagnar a criatividade e ameaça a valorização da existência na sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 2013).

O capitalismo despersonaliza e forja um modelo de igualdade e, para isso, os meios de comunicação são grandes aliados. Para desmontar a produção de subjetividade dominante, sugerem Guattari e Rolnik (2013) que é necessária a mudança dos meios de comunicação por um grupo que desenvolvam uma sensibilidade, pessoas com perspectivas ativas que se preocupam com a cidadania e com as minorias.

O que vai permitir o dismantelamento da produção de subjetividade capitalística é que a reapropriação dos meios de comunicação de massa se integre em agenciamentos de enunciação que tenham toda uma micropolítica e uma política no campo social. (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 141).

Ainda, este estado de monopólio do capital revela ou causa uma infantilização do sujeito, destacam Guattari e Rolnik (2013), pois o Estado pensa por ele, organiza a vida social e mantém um controle. “A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e da realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de condutas, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p. 51). Desta maneira, produz os modos de relações humanas: a forma como se trabalha, como se ama, como se fala, e fabrica a relação do homem consigo mesmo, com as leis e com o mundo.

Para Rolnik (1997), as novas tecnologias, os novos hábitos e os novos produtos determinam um esvaziamento de significado, pois impossibilitam a criação de figuras e modos singulares de ser, de querer, de sentir, entre outros, e não permite o emergir dos processos criativos e de e novas possibilidades de vida. Trata-se de um processo de pulverização de identidades, em que as identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis.

O que se coloca para as subjetividades hoje não é a defesa de identidades locais contra identidades globais, nem tampouco da identidade em geral contra a pulverização; é a própria referência identitária que precisa ser combatida, não em nome da pulverização [...], mas para dar lugar aos processos de singularização, de criação existencial, movidos pelo vento dos acontecimentos. (ROLNIK, 1997, p. 3).

Diante da produção de um sujeito padronizado emana a necessidade de resistir a regra geral/global de ser e promover o contato com o outro, com o diferente, criando novas possibilidades de existir, de singularizar-se a partir dos movimentos e cursos da história. Torna-se uma luta produzir-se rompendo com valores capitalistas postos como referência na contemporaneidade.

Para isso, sugerem Rolnik (1997) e Coimbra (2008), movimentos de resistência e criação se fazem necessárias em relação à dominação, exploração, sujeição dos sujeitos e mais, para possibilidades de transformação de modos de subjetivação, porém, o que se objetiva é o rompimento com regime identitário

como forma de deixar emergir a potência criadora, capaz de gerir processos de singularização, de agenciar outros modos de produção sem oprimir ou segregar em esferas distintas, mas que se articulem no conjunto do campo social as culturas, produzindo mudanças no dia a dia das pessoas e atingindo transformações macropolíticas.

Uma mudança macro acontece mediante as microrrevoluções, pois, se esta produção capitalística chega ao sujeito pela linguagem, pela família, pela mídia, ou melhor, pelo seu cotidiano, e conecta as máquinas produtivas às de controle social e às próprias instâncias psíquicas, também cria uma forma de perceber o mundo.

Nesse sentido, é de extrema importância considerar as práticas sociais de trabalho e de gestão, incluindo as legislações, as políticas públicas, como dispositivos de subjetivação, pois possibilitam os encontros, os apoios e também os bloqueios – que são dispositivos de controle do Estado. Desta maneira, a produção de subjetividade em escala planetária é uma tentativa de controle social que se choca com elementos de resistência, isto é, como forma de produzir modos singulares e originais de ser. Conforme descreve Parente (2013, p. 96):

Por um lado, o sujeito é processual e não uma essência ou uma natureza: não há sujeito, mas processo de subjetivação. Por outro lado, a subjetivação é o processo pelo qual os indivíduos e as coletividades se constituem como sujeitos, ou seja, só valem na medida em que resistem e escapam tanto aos poderes quanto aos saberes constituídos. Os poderes e saberes suscitam resistências.

A produção de subjetividade deve ser uma linha de fuga que escapa aos poderes e aos saberes. Trata-se do processo de singularização, que, ao captar elementos da realidade local e compreender sua situação, abre espaço para a autonomia e para a criação. Essa deve ser uma revolução molecular, denominam Guattari e Rolnik (2013), efetivada nas relações de autodominação, nas novas formas de socialização, de lazer e passa a questionar o consumo, a atual forma de trabalho e os meios de comunicação.

4 Ato Infracional

Coimbra (2008) descreve que as teorias europeias racistas e eugênicas do século XIX condenaram misturas raciais as caracterizando como indesejáveis e estabelecendo um padrão de formas de ser e existir – de subjetividade. Sustenta a autora que estar numa condição de miséria é, de acordo com o capitalismo, estar no ócio; assim, o sujeito pobre que negava a condição disciplinar do trabalho era considerado sem vontade, sem moral, nem inteligência e, portanto, perigoso, pois nenhuma entidade religiosa poderia mudá-lo.

Destaca ainda a autora que a ciência moderna emergiu para afirmar a natureza desprezível dos sujeitos pobres e buscar a comprovação da inferioridade ao serem comparados com a classe dominante. A própria teoria darwinista cunhada no século XVIII contribuiu para esse pensamento de que o homem pobre nasce

perigoso, devido ter uma herança degenerativa, ou seja, aquele nascido no meio pobre sempre seria duvidoso, pois se tratava de descendente de pais desvirtuosos, sendo um potencial para o crime.

Heranças do ócio, conforme afirmam Coimbra (2008) e Zamora (2008) e outros autores, as crianças e os adolescentes pobres eram os denominados, conforme descrito anteriormente, menores; “[...] a utilização do termo ‘menor’, aplicado não para designar menores de idade de quais classes sociais, mas apenas para diferenciar um determinado segmento: o pobre.” (COIMBRA, 2008, p. 28). Esses precisavam ser retirados do convívio familiar e colocados nos “reformatórios”, onde, muitas vezes, viviam sob condições precárias e de violência como disciplina. Esta uma medida de proteção baseada no Código de Menores criado em 1927, a qual enfatizava a responsabilidade individual sobre o ato.

Somente em 1924 emerge o primeiro instrumento jurídico internacional como forma de manifestar a necessidade de estabelecer os direitos sociais da criança e do adolescente – a Declaração de Genebra, seguido da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada o marco para a construção da democracia, de acordo com Kleba (2014), Pires (2011) e Yazbek (2010), para garantia de direitos sociais e, conseqüentemente, para a emergência de novas práticas.

O ECA, também previsto na referida Constituição, foi o que representou uma forma de garantir a proteção integral e os direitos da criança e do adolescente, afastando, segundo Zamora (2008), de legislações tradicionais que colocava as crianças e adolescentes em situações diferenciadas, de acordo com o nível socioeconômico a que pertenciam.

Em 2012 foi criado o Sinase, como forma de garantir essa absoluta prioridade nos casos de adolescentes em situação de ato infracional criando condições para que tal sujeito deixe de ser considerado um problema e passe a ser considerado um público vulnerável, uma prioridade de atuação social por meio das medidas socioeducativas⁴ (BRASIL, 2012).

Outro fator importante a ser desnaturalizado, segundo Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004), é segregação socioespacial, produzida pelo fenômeno histórico da reforma urbana, que Avritzer (2012) vai tratar como uma varredura dos pobres para áreas marginalizadas da cidade, alocados em lugares sem nenhum tipo de serviço público. Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004) sustentam que esse processo produz subjetividades, modos de vida e diferentes estratégias de sobrevivência nem sempre condizentes com a Lei e que pode perdurar por gerações. Importante destacar que o território também é parte do ser, constrói a subjetividade individual ou de grupo – de pertencimento. Esse espaço é global no sentido de suas condições, histórias, mas é singular ao ser visto, sentido, proporcionando significados diferentes a pessoas diferentes, destacam Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004).

4 Art. 1º, § 2º, da Lei n. 12.594/2012: §2 Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos: I - a responsabilização do adolescente quanto às conseqüências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012, [s.p.]).

Para as autoras, os canais de comunicação entre a população da periferia e dos centros são impugnados e essa incomunicabilidade também é uma violência que implica na subjetividade, no reconhecimento de si como pertencente a um lugar. Muitas vezes, a dificuldade de acesso aos bens de consumo, as políticas de educação, saúde, emprego e renda, a moradia, o saneamento básico, a cultura e lazer, somada a uma visão determinista e estigmatizada do adolescente pobre como um ser perigoso, cria uma identidade.

Dessa maneira, sustentam Rizzini, Zamora e Klein (2008) que o ato infracional não interrompe os direitos do adolescente, pelo contrário, a medida socioeducativa emerge até como uma possibilidade de retomar a cidadania e reafirmação dos direitos que foram violados, em geral precocemente.

Paiva e Oliveira (2015), assim como Waiselfisz (2014), sustentam que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Juventude (PEC 42/2008), que criou o Estatuto do Jovem pela Lei n. 12.852 (BRASIL, 2013), pode definir que o público jovem também seja incorporado nas ações públicas, “[...] dando existência corpórea a uma entidade praticamente inexistente nas políticas públicas.” (WASELFSZ, 2014, p. 14). Também possibilitou a criação do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) para a articulação entre governo e sociedade civil como forma de garantir uma agenda que leve em conta as especificidades juvenis. Considerando a relação entre juventude, pobreza e violência, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Conjuve voltam-se para o enfrentamento da questão social. Embora haja avanços, ainda são poucos os jovens que acessam as políticas e programas para a juventude como Projovem, Juventude Viva, entre outras.

Sustentam Paiva e Oliveira (2015) que o ECA tem se fragilizado diante da onda de descredibilização, principalmente diante da possibilidade da redução da maioridade penal.⁵ Para Paiva e Oliveira (2015) e Vavassori e Toneli (2015), há um endurecimento punitivo que reforça discursos menoristas, fomenta a intolerância e o preconceito, além de disseminar a visão de que a violência é produto da impunidade, e não de causas estruturais, de falhas também nas políticas públicas, por exemplo. Assim, exigem da Justiça a solução de problemas pela via da judicialização da vida. Ou seja,

[...] enquanto o discurso da periculosidade naturalizada, do endurecimento punitivo e da redução da maioridade penal se fortalecem, aumenta a cada dia o número de jovens mortos, vítimas de arma de fogo. Como são considerados os matáveis, por não terem função dentro de um sistema socioeconômico e perturbarem a ordem estabelecida, não há indignação nem pedidos por justiça diante das suas mortes. (PAIVA; OLIVEIRA, 2015, p. 46).

As leis são entendidas como mecanismo de mudança social e se estabelece a centralidade no poder Judiciário, subscrevendo o sujeito como o único responsável pelas ações, encontrando nesta noção de indivíduo livre, autônomo e consciente, terreno fértil para modos de governo repressores (VAVASSORI; TONELI, 2015).

5 Trata-se de uma possibilidade de alteração da redação do art. 228 da Constituição Federal sobre a imputabilidade penal do maior de 16 anos pela Proposta de Emenda Constitucional n. 171 (PEC 171/93), a qual reduzirá a maioridade penal de 18 para 16 anos e lacera os direitos fundamentais do adolescente.

A propagação da ideia de que não são penalizados, de acordo com Vavassori e Toneli (2015), dá margem para pedidos de mais repressões, as quais se materializam nas Propostas de Emenda à Constituição (PECs). É importante mencionar que as PECs são elaboradas em torno de determinado discurso de comoção, de pavor que a mídia prolifera sobre alguns casos envolvendo adolescentes em crimes. Tais discursos são formadores de opinião pública e de modos de subjetivação e estão impregnados nas tentativas de mudança de lei. No entanto, sustentam Vavassori e Toneli (2015), o que devem ser apontadas nestes são análises, e não se limitar à indignação. As normas, as leis e especificamente as PECs sobre maioria penal não definem quem é o sujeito, mas como ele deveria ser, analisam as autoras. Paiva e Oliveira (2015, p. 51) salientam: “[...] não é exagero afirmar que muitos jovens acessam o Estado pela primeira vez por meio das medidas punitivas, situação em que a vulnerabilidade já fez suas vítimas.”

O Sinase emerge na lógica de criar condições para que os adolescentes em situação de ato infracional deixem de ser considerados um problema e passem a ser vistos como um público vulnerável, como uma prioridade de atuação social; ainda correlaciona e demanda iniciativas de diferentes campos das políticas públicas e sociais reafirmando a natureza pedagógica das medidas socioeducativas, bem como prevê uma corresponsabilização, sendo articulador de um sistema de garantia de direitos (BRASIL, 2012).

Desta maneira, verifica-se que as legislações – considerando o ECA e o Sinase – e as práticas relacionadas à garantia dos direitos dos adolescentes e jovens estão marcadas por avanços e retrocessos. Não se trata de desresponsabilizar, mas pensar os adolescentes em situação de ato infracional como sujeitos “fabricados” por um contexto, por um modelo econômico perverso, é desestigmatizar e estabelecer um olhar sob a perspectiva dos direitos.

5 Considerações finais

A infância e a adolescência passaram por inúmeras transformações através do tempo e dos períodos históricos. Inicialmente, as crianças e adolescentes não eram vistos como sujeitos com direitos fundamentais, a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), do advento do ECA (BRASIL, 1990) e mais recentemente do Sinase (BRASIL, 2012), compreende-se não ser mais possível dissociar essas garantias e pressupostos de um trabalho pautado na socioeducação quando o assunto é ato infracional.

Quando se nivela diferentes pessoas e situações em um plano comum, estabelece-se uma identidade e se dá a emergência da criminalização da adolescência. Nesse sentido, subverter as noções enraizadas e identitárias ao se referir a jovens e adolescentes, principalmente os autores de atos infracionais, é um modo de romper com uma essência e uma homogeneização do ser, sendo possível um olhar singular para cada sujeito.

Para além da responsabilização pelo ato infracional cometido, há, perante a Lei, uma garantia de medidas protetivas que precisam ser efetivadas no envolvimento de todas as políticas públicas, família e adolescente para que esse possa ser visto como um sujeito que também teve seus direitos violados. No entanto, a efetivação da doutrina de Proteção Integral ainda é lenta e gradual, uma vez que: “O que está colocado como imperativo da

Lei demora em mudar as práticas repressivas já introjetadas por considerável parte do corpo social.” (RIZZINI; ZAMORA; KLEIN, 2008, p. 9).

É importante considerar que o ato infracional praticado é uma circunstância de vida que pode ser modificada, que, além de não interromper os direitos dos adolescentes e jovens em questão, pode ser uma possibilidade de acesso aos direitos violados. Os serviços, os agentes das políticas públicas, os dispositivos materiais, entre outros atores, devem ser concebidos como produtores de subjetividades. Se as subjetividades são produzidas permanentemente, elas podem ser modificadas a qualquer momento. O desafio é rompermos com as concepções identitárias que carregam essências enraizadas em conceitos naturalizadores e abriremos brechas para olhares e ações criadoras de novos sentidos e com foco na potência de cada ser.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, nov. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei n. 8.069**. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 12.852**. Estatuto do Jovem... Brasília: Casa Civil, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ujc.com.br/estatutodajuventude/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Lei n. 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase**. Brasília: Conanda, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseResoluoConanda.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CASTRO, Lucia Rabello de et al. Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina. **Desidades**: Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude, ano 3, n. 9, dez. 2015. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/featured_topic/analise-da-producao-bibliografica-em-livros-sobre-a-infancia-e-a-juventude-na-america-latina/4/>. Acesso em: 16 out. 2016.

COIMBRA, Cecília M. B. Práticas da Psicologia Social com(o) movimentos de resistência e criação. In: BONAMIGO, Irme Salete; TONDIN, Celso Francisco; BRUXEL, Karin. **As práticas da psicologia social com (o) movimentos de resistência e criação**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2008.

_____; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v57n1/v57n1a02.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atilio (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____; _____. Transvalorando os conceitos de juventude e Direitos Humanos. In: GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalidade social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 1. ed. São Paulo: 34, 1995. v. 1.

DIMENSTEIN, Magda; ZAMORA, Maria Helena; VILHENA, Junia de. Da vida dos jovens nas favelas cariocas: drogas, violência e confinamento. **Rev. Dep. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 23-39, jan./jul. 2004.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 1. ed. São Paulo: 34, 1992.

_____; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

KLEBA, Maria Elisabeth. Participação social, saúde e desenvolvimento local: fragmentos e possíveis costuras na gestão de políticas públicas. In: LAJÚS, Maria Luiza de Souza; VARGAS, Myriam Aldana; BADALOTTI, Rosana Maria. **Dinâmicas regionais e políticas públicas**. Chapecó: Argos, 2014. p. 165-185.

MANSANO, Sonia Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

PAIVA, Ilana Lemos de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de Direitos Humanos. In: GUARESCHI, Neuza; SCISLESKI, Andrea (Orgs.). **Juventude, Marginalidade social e Direitos Humanos: da Psicologia às Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

PARENTE, André. Tramas da rede: enredando o pensamento da arte. **Cyber-Arte-Cultura: a trama das Redes**. Vila Velha: Ministério da Cultura; Fundação Vale, 2013. (Seminários Internacionais Museu do Vale). Disponível em: <<http://www.seminariosmv.org.br/textos/Andre%20Parente.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PIRES, Alexandre. **Participação social em organizações públicas**. Brasília: IPEA, 2011.

RIZZINI, Irene; ZAMORA Maria Helena; KLEIN, Alejandro. **O adolescente em contexto**. Centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância (CIESPI). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/publicacoes/artigos?start=15>>. Acesso em: 16 out. 2016.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997.

VAVASSORI, Mariana Barreto; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Propostas de redução da maioridade penal: a juventude brasileira no fio da navalha? **Psicol. cienc. prof.**, v. 35, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1188.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: os jovens do Brasil. Brasília: Unesco; Rio de Janeiro: Instituto Ayrton Senna; Gramond, 2014. Disponível em: <www.juventude.gov.br/juventudeviva>. Acesso em: 2 out. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais**. Lisboa: CPIHTS, jan. 2010.

ZAMORA, Maria Helena. **Adolescentes em Conflito com a Lei**: um breve exame da produção recente em Psicologia. 2008.

AS CRIANÇAS INDÍGENAS EM MOVIMENTO NO COTIDIANO DAS RUAS DA CIDADE: ENTRE O TRABALHO E A CULTURA LÚDICA

Giovana Didoné Piovezana¹

Maurício Roberto da Silva²

Resumo

O estudo tem por objetivo refletir sobre o trabalho das crianças indígenas e as possibilidades de construção da cultura lúdica nas ruas da cidade. A ideia é compreender e problematizar a situação, partindo da hipótese de que essas crianças, ao estarem expostas nas ruas, enfrentam uma realidade muito dura que pode trazer prejuízos para os seus processos de desenvolvimento e aprendizagem social, considerando o longo calvário cotidiano que fazem da aldeia para a cidade. No âmbito dessa mesma hipótese, a ideia que se tem é que elas são forçadas, por necessidade de ajudar os pais, de irem junto com eles para as ruas e, assim, abdicam do direito de serem crianças. Nesse sentido, aqui se busca também refletir sobre como se dá a construção da cultura lúdica das crianças (jogos, brincadeiras, gestualidades etc.), considerando que, em meio a toda essa rotina, pode ser considerada como “exercícios tensos de ser criança”.

Palavras-chave: Crianças. Rua. Lúdico.

1 Uma pequena introdução sobre as experiências laborais e lúdicas nas ruas da cidade

Este texto tem como objetivo refletir sobre o trabalho das crianças indígenas e as possibilidades de construção da cultura lúdica nas ruas da cidade. A ideia é compreender essa realidade, partindo da hipótese de que essas crianças, ao estarem expostas nas ruas, podem enfrentar sérios prejuízos em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem social, considerando o longo calvário cotidiano que fazem da aldeia para a cidade. No âmbito dessa mesma hipótese, a ideia que se tem é a de que elas são forçadas a trabalhar por necessidade, vendendo, por exemplo, “filtros dos sonhos” para ajudar os pais e, por isso, são condicionadas a abdicar do direito de serem crianças. Somado a essas questões, o capítulo busca também refletir sobre como se dá a construção da cultura lúdica das crianças (jogos, brincadeiras, gestualidades etc.), considerando que, em

1 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Graduada em Administração de Empresas, pela Unochapecó, e em Língua e Literatura Inglesa, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* <giovana@unochapeco.edu.br>.

2 Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, na Unochapecó. *E-mail:* <mausilva@unochapeco.edu.br>.

meio a toda essa rotina estressante do cotidiano laboral, pode ser considerada como “exercícios tensos de ser criança” (ARROYO; SILVA, 2012).

Os exercícios tensos de ser criança, relacionados ao trabalho das crianças nas ruas e o conseqüente “furto do lúdico” ou “assalto à infância” (MARCELLINO, 1990; SILVA, 2003; ARROYO; SILVA, 2012) se constitui como um “pano de fundo” para compreender os modos como essas crianças constroem suas subjetividades para além das práticas sociais nas ruas, ou seja, para além dos espaços da escola indígena e da aldeia. Os exercícios tensos de ser criança questionam a desumanização, a precarização e os maus-tratos a que são submetidas essas crianças, principalmente as muito pequeninas. Elas, desde cedo, têm de pedir esmolas para comer, vender “a qualquer custo” os objetos e, por isso mesmo, como já evidenciamos, ficam expostas às experiências laborais e culturais do mundo dos adultos.

Essa tensa circulação nas ruas, conforme observamos no campo, faz com que elas tenham de viver experiências educativas informais cujas conseqüências podem ocasionar os “múltiplos constrangimentos”, a saber: de etnia/raça; classe (pobreza); geração (idade); cultura (tradições); gênero; religião (mitos) e outros (SILVA, 2003). Todos esses aspectos culminam com as seguintes questões: por que as crianças têm que ir para as ruas, junto com os seus pais, vender artesanato e outras mercadorias? Isso de fato pode ser caracterizado como “trabalho infantil”? Elas, imersas na “pobreza do cotidiano”, conseguem brincar nas ruas? Do que brincam? Suas brincadeiras na rua são as mesmas da aldeia?

2 Relatos sobre a realidade “nua e crua”: o contexto para entender o “trabalho” da venda de artesanato e a construção da cultura lúdica das crianças indígenas

Devido ao grande número de crianças indígenas que identificamos pelas ruas e avenidas de Chapecó (SC) vendendo artesanatos ou até mesmo brincando ou olhando vitrines, descobrimos, através de muitos questionamentos e anotações, que muitas delas são de uma aldeia distante vinte quilômetros do centro da cidade e outras vivem em terras da região oeste do estado de Santa Catarina. Em menor quantidade, mas em número também considerável, várias crianças pertencem a aldeias do Rio Grande do Sul, como: TI Nonoai, Guarita, Iraí, Faxinalzinho e Serrinha.

No dia 12 de julho de 2016, fizemos uma visita de estudos e pesquisa em uma escola de educação fundamental de primeiro ao nono ano, próxima à cidade, com o intuito de verificar a frequência dessas crianças às aulas, bem como conversar com elas sobre a venda de artesanatos e a importância desta atividade, no seu ponto de vista.

Chegando à escola, acompanhados por professores da Unochapecó, pois sem esse intermédio seria muito difícil a entrada, então, fomos bem-recebidos. A direção nos apresentou a escola, não ocupada ainda por falta da ligação à rede de energia elétrica. Segundo relatos, a escola vem sendo construída há mais de cinco anos com pouco interesse das autoridades competentes. Enquanto isso, os professores estão trabalhando e dando aula em salas provisórias. Um professor indígena da escola relata que:

[...] a água é um problema sério, que existe um poço artesiano lá embaixo, próximo ao Rio, uns cinco quilômetros da escola e que sempre falta água, por razões de roubo dos canos, vazamentos, descuidos e seca do poço. O professor reclama ainda que ninguém faz nada e que há na escola muita comida boa e não tem como ser preparada por falta de água. (PROFESSOR INDÍGENA 1, 2016).

Analisando a situação, ficamos um tanto chocados e nos perguntamos: não há fontes próximas à escola? Como as famílias fazem? Começamos a questionar e realmente pudemos perceber que a concentração das casas e da comunidade está no alto da serra, em cima de rochas de basalto que, devido à forte declividade do local, fazem com que a água esgote rapidamente. Segundo outro professor indígena da escola, esse local não é uma terra tradicionalmente ocupada, mas uma reserva demarcada e que os índios sempre primaram por lugares próximos aos rios; “veja”, diz ele, “[...] a cidade de Chapecó, o nome primeiro era Passos dos Índios e lá conservam, ainda, o nome do principal rio que atravessa a cidade, rio dos Índios.” Explica que sua gente era do espaço hoje ocupado pela cidade, que nasceu no centro, em um parque que ainda mantém suas árvores. Esse espaço da cidade ao qual se refere, situado no bairro Palmital, próximo ao cemitério central, hoje está aparentemente abandonado: “[...] nós somos de lá, aqui nos reservaram, nós, a terra que é do governo e que ainda não está de toda resolvida.” (PROFESSOR INDÍGENA 2, 2016).

Perguntamos aos professores, antes de nos dirigirmos à sala de aula, onde os alunos aguardavam em silêncio. Acompanhados por seus professores, para nossa fala e explicações dos motivos de nossa presença ali. Quais são os maiores problemas enfrentados por vocês para possibilitar melhor qualidade de vida às suas crianças? Os professores e direção foram falando e citando problemas, que fomos anotando, como descaso total com a saúde, mas que agora, nesses últimos meses de 2016, está vindo para a aldeia um médico cubano e que eles adoram, que é o melhor médico que já tiveram, só que ele tem muito trabalho e dizem que ele também gosta muito de trabalhar na aldeia; falta de água e existência de muitas casas sem banheiro; falta de orientação, o que faz com que muitas famílias não alimentem direito seus filhos, desconheçam seus direitos e deveres, precisem de ajuda e de autoridade firme para conduzi-las e até educá-las; individualismo é um problema sério na aldeia e que precisam de ajuda; ausência de muitas crianças às aulas, não só por causa dos pais, mas também motivadas por alguns professores que não têm responsabilidades e comprometimento com a educação e com a comunidade, dizem ser difícil o dia que tem mais da metade dos estudantes em sala de aula. E a pergunta que se coloca é: para onde foram? Estão na aldeia ou foram para a cidade trabalhar/ajudar os pais?

Um professor, que estava junto com outros colegas, explica que na aldeia existe uma escola da rede estadual de ensino, um Centro Infantil administrado pela prefeitura, com 25 crianças regularmente matriculadas com idade de quatro anos. O mesmo professor diz que lá tem muitas crianças, mas que os pais não matriculam na escola por estarem vendendo artesanatos ou trabalhando nos frigoríficos da região. No caso de trabalharem nas ruas da cidade, levam os filhos junto. Mas no caso de trabalharem nos frigoríficos, acabam deixando os filhos com as avós e tias.

Os professores apontam para uma escola, um prédio próximo, que chamam de Socioeducativo, mantido pela Prefeitura Municipal, que atende crianças de todas as idades e em horários de contraturnos com as escolas, mas que o problema está na falta de materiais para mantê-las ocupadas e aprendendo, e que, por isso, ficam correndo, brincando ao redor e esperando as refeições.

Perguntamos se as crianças faltam muito às aulas, que justificativas dão e se os professores ou direção, como educadores, estão fazendo alguma coisa ou ações para evitar faltas às aulas. Um professor indígena da escola respondeu a questão fazendo um trabalho intenso e que, a partir de um seminário sobre questões indígenas realizado na Unochapecó, com caciques e autoridades, ficaram envergonhados e até ofendidos, mas que ocasionou uma reunião entre eles, professores e lideranças, afinal, diz ele:

Nós professores somos também liderança na nossa terra. Então, vimos que realmente nossas crianças estavam saindo para vender artesanato e até para outras coisas ou viajavam acompanhando seus pais ou parentes, por qualquer coisa. Dar falta, reprovar, e na maioria dos casos os professores nem davam falta, pois também, viveram e vivem ainda disso, da venda, das viagens para o litoral. Então precisamos pensar um jeito e pensamos muito. *Decidimos ir de casa em casa, de família em família, conversar, explicar para os pais, sobre o direito das crianças e a força da lei, que elas têm que estudar, aprender para vencer na vida.* São reuniões em particular com as famílias e que vem dando certo. Agora, precisamos ter nosso calendário, eles até dizem que respeitam, mas nada lá fora funciona nas férias dos não indígenas, nos feriados, nem a rede de informações. Fazer como? (PROFESSOR INDÍGENA 3, jul. 2016, grifo nosso).

Perguntamos, então, aos professores: como vocês veem suas crianças, seus alunos, em relação à questão do trabalho? Eles são explorados no trabalho da venda de artesanato? O que vocês acham disso? Os professores se calaram por um instante, se olharam e responderam trazendo fragmentos da memória do tempo em eram crianças e vendiam artesanato. Um deles verbalizou:

Até os oito anos ia vender acompanhado de minha mãe avó e que depois ia sozinho, pois morava na cidade, *a venda era um aprendizado, uma felicidade, pois eu vendia e sempre tinha dinheiro.* Vendia cestos e umas correntes de sementes, não tínhamos ainda esses filtros de sonhos, mas muito balaio, tudo feito de taquara, quase ninguém me dava dinheiro, mas recebia dos artesanatos que vendia. *Ajudava a comprar comida e roupa. Eu era feliz, então, quando é assim, não é exploração.* Agora, hoje, já não é só exploração, em muitos casos é maldade mesmo, é desrespeito com as crianças. Veja, que *criança para nossa gente é até nove, dez anos, aí já passa a ser adulto,* é bem diferente, mas vocês não entendem muito bem isso, mas sei que precisamos aprender e ajudar aos nossos indiozinhos viverem melhor e serem felizes. (PROFESSOR INDÍGENA 4, jul. 2016, grifos nossos).

Outras falas se fizeram concordando e complementando que precisamos, enquanto sociedade não indígena, entender da cultura deles, tomar consciência que, no caso dessa comunidade, todos são falantes do

idioma Kaingang, são alfabetizados em Kaingang e que não é por completarem o ensino fundamental que saem falando e escrevendo bem o português. Relata uma professora:

Você vai ver agora, falar com eles na sala. Eles falam o necessário, pois muitas coisas não entendem do que vocês perguntam, então vou junto e vou falar no idioma, aí tudo fica mais fácil. Eu mesma tenho que pensar muito quando vocês falam, vocês falam rápido demais e usam palavras que não entendo, então fico rindo, tento passar a ideia que estou entendendo e dou no pé, não tem jeito. Nossas crianças são assim e as dificuldades são muitas, principalmente quando vêm as mulheres da GERED avaliar a gente, dizem que não ensinamos nada, aí até falamos no idioma fazendo desabafo delas e todos dão risada, elas não entendem nada e dão risada também, tinha que dar zero pra elas, há quantos anos vem aqui e não aprendem falar nosso idioma. Nós sabemos o que queremos, é claro que temos que ensinar tudo o que vocês querem, mas antes temos que aprender também. Para nós a educação é de um tudo que vem da família e da comunidade, hoje da cidade, da venda e que aprendemos com nossas crianças. (PROFESSOR INDÍGENA 5, jul. 2016).

As últimas palavras da fala acima chamam a atenção para o que entendemos por ensino e por aprendizagem. Para esses professores, ensinar está implicado nos sujeitos, o mesmo que aprender e que falar, contar e ouvir é um grande aprendizado. Todos os ambientes ajudam e enfatizam as expectativas de entrarem na nova escola, na nova construção e que acreditam que, com essa nova forma de abordagem, nas famílias de forma particular, e com um ambiente seguro e bonito, as crianças vão se sentir motivadas a participar das aulas e mais valorizadas.

Nessa intervenção no campo da pesquisa (na escola), percebemos que cinco meninos estavam usando um lenço sobre o nariz e a boca durante todo o período de conversa no grupo e mesmo no intervalo. Perguntamos à professora o significado daquilo e ela respondeu que ultimamente eles vêm agindo assim, que é uma maneira de chamar a atenção e de se representarem como revoltados, copiam muito as coisas da TV. Ela complementa dizendo: “se é brincadeira, não sei”.

Entregando uma folha de papel pautado para cada criança, íamos falando, brincando com elas e deixando o ambiente descontraído. Começamos perguntando, explicando que não precisavam escrever a pergunta, apenas responder: Você gosta da escola? Por quê?

Todas as crianças responderam que gostam da escola e a maioria enfatizou que os professores ensinam bem e que é na escola que aprendem a “ser alguém na vida”. Dizem também que é na escola que aprendem coisas novas. Duas crianças responderam que gostam da escola velha, mas que a nova é linda. Uma das respostas de uma das crianças me chamou a atenção: “[...] eu gosto da escola porque a gente aprende novas coisas, ela nos ajuda e eu quero ajudar a minha família e a comunidade.” (CRIANÇA INDÍGENA 1, jul. 2016). Outra respondeu que gosta porque os professores são carinhosos e que se divertem juntos. Outros respondem, ainda, que querem ser professores e que um dia esse sonho vai se realizar.

A escola, no interior da comunidade indígena Kaingang, é referência e se tornou o ponto de encontro dos saberes, onde os alunos, os professores, os familiares e a comunidade se organizam, trocam experiências e articulam a vida comunitária. Percebemos, nas respostas dessas crianças, o valor que dão à escola, pois respondiam alegres, entusiasmadas e orgulhosas, exaltando a escola nova, ainda não ocupada, e referindo-se sempre com carinho à escola velha.

Apesar dessas respostas entusiasmadas sobre o papel da escola para crianças, percebemos que há muitos reclamos sobre o modo como as crianças, muitas vezes, se enfadonham das aulas. Talvez seja por isso que elas preferiram estar na companhia de seus pais vendendo os artesanatos.

É lamentável que as crianças não gostem das aulas. Na verdade, o que ouvimos nas observações em conversas espontâneas é que as crianças não gostam das aulas, mas gostam do espaço da escola. Isso é lamentável, pois escola sem aula não existe. Nesse sentido,

[...] a escola poderia ser um espaço de fortalecimento de identidades coletivas, de fortalecimento de lutas, de apropriação da história vivida individual e coletivamente. Essa escola, que é evidenciada por alguns educadores como espaço que faz a diferença na sua formação, é também pauta de reivindicação dos povos indígenas. (TASSINARI; GRANDO; ALBUQUERQUE, 2012, p. 8).

3 Sobre o trabalho

O “trabalho-ajuda” das crianças indígenas junto aos seus pais, a nosso ver, não pode ser considerado exploração do trabalho infantil. Isso porque a exploração do trabalho infantil, em geral, pode ser considerada uma forma de trabalho alienado ou “[...] trabalho alheio para obtenção de benefícios, quando, através da exploração de outro ou de outros para fins próprios, para acumulação de riquezas.” (SADER, 2000, p. 59; SILVA, 2003, p. 26). Nesse caso, esse tipo de trabalho resulta em consequências ainda mais graves para a criança, pois esta é mais suscetível que o adulto às sequelas e “constrangimentos” oriundas desse tipo de atividade, considerando-se que suas condições biopsicossociais de desenvolvimento são mortificadas e degeneradas prematuramente.

Para Silva (2003, p. 233), a exploração do trabalho infantil, quando as crianças trabalham para outrem, compromete a infância, circunstanciando constrangimentos múltiplos ou múltiplas alienações, desencadeando, dessa maneira, o dilema e o impasse de ser amplamente alienado, ou seja, ser criança e ser adulto ao mesmo tempo; ser criança empobrecida e trabalhar precocemente; ser criança, adulto e velho e não dispor de tempo para o lúdico; ser criança adultizada e envelhecida; ser de forma precária incluída no sistema educacional; ser criança por pouco tempo, perder o resto da infância e a juventude, saltando em seguida para a curta idade adulta e imediatamente para a velhice, sem futuro, isto é, sem possibilidade de inserção no mundo de trabalho e no mundo das novas tecnologias.

Além disso, ao mesmo tempo, acumular responsabilidades e pressões precocemente que, sem dúvida, poderão deixar marcas indeléveis na subjetividade, afetando, assim, o processo de construção da identidade; e, em suma, portar, já no corpo, os sinais do trabalho alienado. Ademais, as atividades da rua também podem gerar problemas para formação, saúde e identidade das crianças indígenas. O fato é que quem passa pelas ruas e as vê logo vai perceber como elas estão alheias ao ambiente urbano; como elas estão expostas aos olhares dos passantes que, conforme observamos, as olham num misto de indiferença (naturalização), preconceito e compaixão. Mas ao mesmo tempo, levantamos outras questões a serem respondidas em outras pesquisas: será que os passantes se interessam em saber quais são os motivos que as crianças estão quase sempre juntas ou próximas dos pais? Com que olhar os adultos olham para as crianças que estão na rua, sobretudo à noite? Elas tem pena? Ou se revoltam com essa exposição das crianças na vida cotidiana da cidade? Essas respostas não se sabe ainda, mas é um excelente tema para a pesquisa nas universidades.

Essa exposição nas ruas da cidade pode provocar múltiplos constrangimentos. Esses constrangimentos, em vista da exposição aos preconceitos, racismo contra essas crianças, conforme já foi sinalizado, poderá excluí-las cada vez mais do convívio com os brancos.

O trabalho das “crianças em circulação” nas ruas não é um fenômeno novo. Priore (1999), já citada no item sobre a historiografia das crianças, na colônia no império, também dedica algumas linhas sobre as crianças naquele contexto histórico, principalmente no que diz respeito às crianças nas ruas, às crianças indígenas, ao trabalho infantil e à cultura lúdica.

De acordo com a autora, o trabalho infantil tem sua história confundida com a própria história do trabalho, estando presente nas mais diversas sociedades no decorrer dos tempos. A força humana de trabalho infantil participou ativamente no processo de desenvolvimento das antigas civilizações. No Egito, Mesopotâmia, Grécia, Roma, Império do Meio (hoje China) e Japão, as crianças semeavam e colhiam, eram incluídas no trabalho artesanal, carpintaria, mercenaria e guarda de rebanhos.

Nos séculos XVI e XVII, período de expansionismo europeu, nas caravelas, urcas e galeões de guerra, mercantes ou de corsários ao menos 10% dos tripulantes eram meninos e meninas menores de 15 anos, que realizavam tarefas perigosas e penosas. Já no período da industrialização, a pesquisadora Ferreira (2001) afirma que, nas metalúrgicas e minas de carvão, crianças lidavam com o ferro e pesados vagões para o transporte do produto desde os cinco anos de idade e faleciam antes mesmo de chegar aos 25 anos.

No Brasil, segundo Priore (1999), o trabalho infantil acompanha a própria trajetória do País enquanto colônia, quando crianças descendentes de negros e índios eram obrigadas a incrementar a mão de obra das fazendas. Desde o início da colonização, as crianças negras e indígenas eram incorporadas ao trabalho.

No século XX, o forte processo de migração e, conseqüentemente, a urbanização, ampliaram, mais uma vez, os ramos de atividade para as crianças. Nas cidades, as crianças e adolescentes ganham no setor informal, principalmente na oferta de serviços e nas atividades ilícitas (tráfico de drogas, prostituição etc.).

Apenas em 1927 foi estabelecido o primeiro Código de Menores da República, elaborado por uma comissão de juristas. Estabeleceu-se, a partir de então, a imposição de multas e até a imposição de prisão à violação dos dispositivos de proteção e limites do trabalho do menor, que poderia durar de oito dias a 13 meses.

Retomando a questão do trabalho das crianças indígenas, não se pode caracterizá-lo como “exploração” do trabalho das crianças pelos pais, conforme a visão das pessoas que observam o dilema e a saga das crianças e suas famílias nas ruas. De todo modo, trata-se de uma atividade insalubre e imprópria para qualquer criança das classes empobrecidas, mas, sobretudo, para as crianças indígenas. Essa percepção por parte de nós, no entanto, precisa ser relativizada e mais investigada, uma vez que não se conseguindo a verbalização delas, torna-se impossível saber o que elas sentem quando estão vendendo nas ruas. Pelo fato de haver um espírito de coletividade e de afeto na relação dos pais para com elas (estão sempre juntos), talvez o “trabalho ajuda” não signifique efetivamente uma carga tão pesada. Mas isso precisa daqui por diante de mais elementos empírico-conceituais. De todas as maneiras, a sensação que fica para nós pesquisadores é que elas têm suas “vidas marcadas pelo trabalho” (ARROYO; SILVA, 2015, p. 7), não tendo, portanto, tempo livre para cultivar a sua própria cultura no interior das aldeias.

Seguindo nessa trilha de reflexão, durante a pesquisa de campo, há, em geral, no senso comum, a ideia de que os pais são culpados por inserirem seus filhos nas atividades laborais de rua. E sobre os pais, muitos dizem:

Bastava quererem trabalhar, pois usam seus filhos para conseguir arrecadações. Muitas vezes usam para comprar drogas. Alguns dos trabalhos são lindos, mas seria muito mais lindo colocar seus filhos pequenos em uma escola. Assim teriam um futuro melhor, às vezes nos frios tenebrosos aquelas crianças de calções, vendendo em sinaleiras passando frio quando seus pais preguiçosos não procuram um emprego para sustentá-los. Fazer os filhos vender bugigangas não é uma boa influência, eu acho. (PASSANTE 1, jun. 2016, grifos nossos).

Como se pode observar, há, entre outras questões neste depoimento, uma tendência de “culpabilizar” os pais (“preguiçosos”) pelo fato de trazerem os filhos para trabalhar nas ruas. Essa visão precisa ser superada, pois ela não leva em conta a dificuldade de encontrar emprego para os indígenas, além da dificuldade das mães em trabalhar fora. Sendo assim, não há como, pela necessidade e falta de políticas efetivas de proteção, não incluir seus filhos na atividade laboral, mesmo que expostas aos perigos e insalubridade que as ruas das cidades oferecem para suas crianças. A culpabilização dos pais como responsáveis por levarem as crianças para as ruas revela, por parte do senso comum, um certo tipo de preconceito e desconhecimento da história dos povos originários, à medida que atribui a esses povos, injustamente, a culpa pela situação de miséria que foram submetidas ao longo da história, nomeadamente, desde os tempos da Conquista até os dias atuais. Quem pensa assim acha que os pais poderiam deixar seus filhos nas aldeias, muitas vezes, sem ter com quem deixar e irem trabalhar sem as crianças. Mas para os indígenas, o importante é estar sempre por perto de seus filhos – fato este que é altamente humano e serve de lição para nossa sociedade, principalmente, em tempos de banalização dos afetos e das relações sociais.

A visão de que os pais indígenas estariam “explorando” seus filhos na venda de artesanato e, assim, culpabilizando-os revela um preconceito e um estigma cujas raízes no estigma histórico de que os índios são preguiçosos e indolentes. Essa suposta indolência e preguiça dos indígenas brasileiros se converteu num poderoso estereótipo que, ainda hoje, está muito presente nos discursos discriminatórios. Esse preconceito é engendrado por total desconhecimento da história de vida dos povos originários:

Uma das origens do mito do Índio preguiçoso reside na percepção equivocada que os europeus tinham da vida desses povos no Novo Mundo, que associava à imagem do paraíso bíblico perdido. Eles acreditavam que, habitando florestas fartas, que lhes ofereciam ao alcance das mãos os mais deliciosos frutos, os índios teriam que fazer muito pouco esforço em seu cotidiano. (PEREIRA, 2007).

Vale lembrar que esse preconceito também existe quando se trata dos chamados “meninos de/na rua”, cujas mães ficam na esquina bem próxima esperando que as crianças peçam esmolas para ajudar no provimento da família (MARQUES, 2001; GRACIANI, 1999).

No depoimento de um dos passantes na rua, esse diz que “os pais ‘preguiçosos’ não procuram um emprego para sustentá-los”, percebemos uma contradição que se apresenta da seguinte forma: de um lado, existe, no que pese ao trabalho dos pais, uma evidente dificuldade de encontrarem emprego. De outro lado e, contraditoriamente, os estudos de Bernardi, Bortoleto e Piovezana (2015) apontam para o fato de que os trabalhos rurais, nos últimos cinco anos, em termos de agroindústria, vêm explorando a força humana de trabalho indígena dos adultos da região. Segundo esses autores, são mais de três mil pessoas, entre mulheres e homens indígenas, laborando em horários de terceiro turno, sendo transportados por ônibus até as agroindústrias. Isso tem gerado o abandono dos filhos nas aldeias e, por conta desse fenômeno, ocorrem falta às aulas, brigas, entrada de estranhos e aliciamento de menores para o tráfico de drogas (BERNARDI; BORTOLETO; PIOVEZANA, 2015, p. 359). Sendo assim, não se pode falar de “pais preguiçosos”, mas força humana barata e explorável de trabalho!

Quando se fala em “trabalho das crianças indígenas”, antes de mais nada, é imprescindível levar em consideração algumas questões de suma importância e que merecem ser consideradas, quando está em pauta o papel e da noção do “trabalho para as crianças”. Na esteira dessa reflexão, há de se destacar a diferença entre “trabalho indígena infantil” e tarefas praticadas por crianças indígenas que fazem parte do processo de integração, participação e aprendizagem da criança nas atividades da comunidade indígena. Nesse sentido, é de suma relevância identificar e diferenciar as atividades originárias na cultura dos povos indígenas e compreendê-las como processo natural de aprendizagem, confrontando-as com aquelas atividades que foram desenvolvidas pelas crianças indígenas no contato com o homem não índio.

Essas atividades se constituem em aprender artesanato, coleta, preparo e conservação de alimentos, a cuidar de crianças mais novas, fazer roçado e plantio de alimentos, pesca, caça,

entre outras. Isso tudo, nos leva a inferir que [...] a finalidade da presença infantil indígena nas atividades era a integração e o desenvolvimento social dos membros desse povo, desenvolvendo a solidariedade, unidade de forma didática original, não é absolutamente exploração. (BERNARDI; BORTOLETO; PIOVEZANA, 2015, p. 359).

Trata-se de um tipo de atividade laboral realizada que as crianças fazem, normalmente, junto com as mães ou outros da família. Segundo as mães que entrevistamos, as crianças, quando estão na rua, não fazem propriamente um “trabalho” – “elas acompanham as mães por não terem com quem ficar na aldeia”, pois, afinal, as mães vendem artesanato nas ruas por sobrevivência. Além disso, percebemos, nas entrelinhas, que as mães trazem as crianças por zelo e “cuidado”, talvez com receio de deixá-las soltas na aldeia, onde, segundo conseguimos captar, também há perigos e limitações para as crianças ficarem sem a presença dos pais.

De acordo com um dos professores entrevistados, as crianças faltam às aulas na aldeia quando vão ajudar os pais no trabalho na cidade, há prejuízos para o processo de escolarização das crianças. Sendo assim:

O problema está na falta às aulas, pois a maioria dos pais e avós está trabalhando nos frigoríficos da região, quase todos trabalham a noite. Durante o dia têm que dormir, limpar a casa, fazer a comida e as crianças ficam sozinhas, então quando podem, levam as crianças para seus trabalhos, ou enquanto um trabalha, o outro fica pela cidade oferecendo algum artesanato. (PROFESSOR INDÍGENA 3, jul. 2016, grifos nossos).

Nesses termos é possível abstrair que acompanhar os pais no trabalho de venda de artesanato possui uma dimensão cultural e simbólica, considerando que o éthos do trabalho indígena realizado na esfera familiar tem um sentido de solidariedade e a aprendizagem social inerente aos processos de socialização desses povos.

Para além do trabalho das crianças com os pais na venda de artesanatos nas ruas da cidade na atualidade (filtro dos sonhos, colares e enfeites), o que não se configura como exploração do trabalho infantil, conforme foi destacado, as crianças, muitas vezes, deixam a escola para acompanhar os pais nos trabalhos da roça de outrem, uma vez que não tem terras próprias para plantar.

Essas terras ou frentes são arrendadas por algumas lideranças e *experts* investidores não indígenas ou arrendadas de formas obscuras, em alguns casos chamadas de cooperativas. Então, restam os trabalhos familiares indígenas na poda da erva-mate, limpeza das lavouras, colheita de frutas e junta do pinhão. Os grupos familiares são levados por caminhões ou ônibus aos locais de trabalho. Esse processo, sim, pode ter alguns elementos de ‘exploração indireta’ do trabalho das crianças, embora elas estejam acompanhadas dos pais. (BERNARDI; BORTOLETO; PIOVEZANA, 2015, p. 359).

Diante do exposto, em suma, convém salientar que, na percepção de advogados trabalhistas, no que se refere ao debate sobre do trabalho infantil, as atividades realizadas pelas crianças indígenas não se realizam com o propósito da exploração da força humana de trabalho.

Elas podem ser compreendidas como uma característica de desenvolvimento sociocultural desses sujeitos no âmbito familiar e na sociedade, a partir de sua cultura. Portanto, há nesse tipo de relação social, elementos que garantem relações humanas e de convivência, calcadas na aproximação, identidade, segurança e a afetividade da família e da própria comunidade indígena. (SILVA; PIOVEZANA, [s.d.] apud BERNARDI; BORTOLETO; PIOVEZANA, 2015, p. 359).

À guisa de síntese das questões até então discutidas, mesmo considerando as reflexões sobre o papel e o significado do trabalho das crianças para os indígenas, o trabalho das crianças nas ruas da cidade deve ser combatido e denunciado como trabalho insalubre que semeia a naturalização da miséria humana. Paralelamente a isso, devemos lutar pela demarcação dos povos indígenas, a partir das lutas e esforços de organizações da sociedade civil e diversas instituições políticas, religiosas e de diversos matizes para a defesa de “Los derechos indígenas a la vida” (MANIFESTO A LA VIDA, 2016). Isso é imprescindível, pois o que se vê nas ruas é o espetáculo lamentável de corpos oprimidos e precarizados em movimento para lá e para cá nas ruas da cidade, por falta de políticas públicas e sociais que possam sinalizar para outras políticas dos corpos indígenas. Essas políticas do corpo devem considerar as marcas e máculas desses corpos que, historicamente, estiveram sob tutela do poder dos dominadores nos tempos da Conquista e até os dias atuais. Sendo assim, urge pensar as políticas e práticas educativas, no sentido de superar a ideia de corpos submissos, mas, sim, dos corpos-lutadores. Isso implica, nas práticas educativas indígenas, superar as “atitudes corporais de vencidos e perda do orgulho corporal” (MOFFAT, 1983, p. 23-24).

4 Os jogos e brincadeiras como processo de desconstrução da cultura lúdica indígena

A criança é um ser social em permanente construção, cuja inserção no mundo se dá, dentre outras formas, pela cultura e, nomeadamente, pela cultura lúdica, pelo imaginário, pelos jogos e outras práticas sociais infantis. Em outras palavras, a criança constrói história e cultura ao inventar e construir seus jogos seja aos pares ou sozinhas (SILVA, 2003). Cumpre destacar que a brincadeira humana pressupõe o contexto social e cultural, por conseguinte, não sendo natural. Nesse sentido, o lúdico é um processo de relações interindividuais e, por isso mesmo, um processo cultural que faz parte de um conjunto de ideias com que aprende a gerir a vida social. É um processo contínuo que muda de conteúdo, do nascimento até a morte de cada participante e que, por si, não se pode separar analiticamente do contexto em que se produz, sob risco de não entender sua funcionalidade. Dito desse modo, o lúdico é uma acumulação de saberes que dinamiza a vida cotidiana do indivíduo em sociedade (ITURRA; REIS, 1990, p. 9-10).

A cultura lúdica, composta de jogos, brinquedos, atividades na natureza, práticas corporais diversas, mímica, teatro, contação de histórias, entre outras, é uma construção cultural que consiste, potencialmente, em aprendizagem social. Essa aprendizagem social efetiva-se à medida que a criança vai socializando-se com os atos lúdicos adquiridos e ressignificados a partir da comunicação com o mundo cultural dos adultos (BROUGÈRE, 1998, p. 97-101). A cultura lúdica aqui compreendida traz consigo uma concepção de infância a partir de horizontes emancipatórios, que leva em conta os direitos das crianças (e, é claro, as indígenas), a partir da produção cultural que elaboram, ensejando intervir ativamente no processo sociocultural e político de construção da cidadania.

O lúdico não é apenas uma entidade divina e metafísica, um reino da fantasia, dotado apenas da força transgressora da liberdade, gratuidade, criatividade, prazer, solidariedade, participação voluntária e outros. Pelo contrário, ele contém em seu bojo todos esses valores do consumo das mercadorias, mas também uma relação dialética entre consenso e conflito, dor e prazer, alienação e emancipação e outros pares dialéticos. Então o lúdico, longe de ser romantizado e idealizado, é um jogo de valores éticos em permanente movimento, como construção social de alteridade (SILVA, 2003).

Quando está em jogo a cultura lúdica das crianças em geral, aqui considerada como um conjunto de elementos éticos e estéticos que as crianças criam e recriam, construindo história e cultura, para dar sentido à vida cotidiana através da produção cultural que forjam para dar sentido a suas vidas. A cultura lúdica é compreendida aqui como cultura corporal, está presente na vida das crianças de forma simbólica e real, por meio de jogos, brinquedos e brincadeiras, danças, lutas, exercícios ginásticos, esportes, malabarismos, contorcionismo, mímica e outros. Elas estão nas diversas instâncias da vida cotidiana. Trata-se de conteúdos culturais, conhecimentos e linguagens expressivo-motrizas que estão presentes em todas as culturas humanas. A cultura lúdica está impregnada de elementos simbólicos (mitos e lendas) e reais (trabalho e religião) de tradições diversas. Ela se compõe tanto de brincadeiras tradicionais em seu sentido estrito, quanto de brincadeiras reativadas (recriadas) constando de elementos, temas, conteúdos e temas relacionados à imitação dos colegas ou dos adultos (BROUGÈRE, 1998; SILVA, 2003).

A cultura lúdica com seus jogos e brincadeiras são fundamentais para a formação da identidade individual e coletiva da criança. “Brincar é, sem dúvida, uma forma de aprender, mas é muito mais que isso. Brincar é experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, compreender-se, confrontar-se, negociar, transformar-se, ser.” (FONTANA; CRUZ, 1997, p. 139). Nessa perspectiva, as brincadeiras tradicionais, por sua vez, são aquelas que passam de geração para geração, constituindo a possibilidade de manutenção da cultura. Neste sentido, gostaríamos de destacar algumas brincadeiras ou tipos de brincadeiras tradicionais da cultura Kaingang, desde antigamente até as que perduram nos dias atuais. Segundo Capitanio e Leonel (2013):

[...] nas sociedades indígenas, os jogos e as brincadeiras fazem parte do cotidiano, tanto das crianças como dos adultos. Quando uma criança indígena vai brincar na comunidade, é comum levar com ela uma criança menor, para aprender sobre o jogo. (CAPITANIO; LEONEL, 2013, p. 219).

Ou seja, além do caráter lúdico, as brincadeiras são processos de aprendizagem, em que as crianças aprendem através da observação e da imitação.

Luiz (2015), descrevendo a criança Kaingang, escreve: ela é divertida, esperta e inteligente, a diferença entre a criança Kaingang ou indígena de outras é sua força, sua saúde. “Uma criança Kaingang tem suas fases como qualquer outra criança, a maioria tem a personalidade forte, porque os pais Kaingang a criam e tratam desde bebê como se ela fosse já uma pessoa adulta.” (LUIZ, 2015, p. 18).

Muitos não precisam ser ensinados, pois desde que ela se reconhece como pessoa já vai vendo e vivendo com as reações, atitudes, ações dos mais velhos. Ela escuta as conversas, conselhos, histórias, enfim ela participa de tudo que acontece dentro da sua comunidade ou ao seu redor no dia a dia. Nada é impedido a ela, pois ela é livre e muito respeitada. (LUIZ, 2015, p. 18).

Como em qualquer outra cultura, o universo da criança Kaingang também é marcado pelas suas brincadeiras e seus brinquedos. Desenvolvem suas próprias formas de brincar, de construir brinquedos e brincadeiras, que se modificam e se adaptam com o passar dos anos, embora muitos dos brinquedos não sejam tradicionalmente indígenas ou propriamente Kaingang, mas apropriados pelas demais etnias:

No passado, nós Kaingang tínhamos uma grande variedade de brinquedos e brincadeiras próprias da nossa cultura, pois a natureza nos fornecia espaço e matérias-primas para nossos brinquedos e brincadeiras. As brincadeiras eram ensinadas na prática, durante seu desenvolvimento. Não era ensinado passo por passo e nem cobrado que aprendesse na primeira vez praticada. Isso também acontecia com os brinquedos que confeccionavam. (LUIZ, 2015, p. 20).

Com a redução da área indígena, escassez de matéria-prima para realizar suas brincadeiras e o contato com a cultura não indígena e tecnologias, algumas práticas lúdicas anteriormente vivenciadas dão lugar a outros tipos de brincadeiras ou adaptações às novas realidades e culturas. A seguir, faremos menção de algumas brincadeiras com o objetivo de apenas cotejá-las, mas de lembrar que essas brincadeiras e atividades lúdicas, ligadas aos cerimoniais Kaingang, correm o risco de desaparecer, em razão de as crianças estarem cada vez mais afastadas da aldeia, em função da necessidade que os pais, junto com as crianças, têm de trabalhar nas cidades vendendo artesanatos, prestando serviços ou outros fazendo labores.

As crianças indígenas constroem a cultura lúdica a partir de elementos simbólicos oriundos dos valores, elementos e mitos, normalmente ligados à etnia de que fazem parte. Elas, conforme o poema supramencionado (o Sujeito Fingidor), “[...] só amam o sonho que se cozinha no caldeirão de seus espíritos. Amam as brincadeiras tecidas nas clareiras de seus próprios mitos.” (SILVA, 2003, p. 28).

Essas reflexões poéticas apontam para uma necessidade que precisa ser investigada em futuras investigações sobre os jogos e brincadeiras indígenas. Nesse sentido, é imprescindível buscar classificações

nativas que possam associar num mesmo conjunto aquilo que usualmente dissociamos: a brincadeira e a vida séria, o jogo e a atividade produtiva, a educação do corpo e da mente, o lúdico e o sagrado. Assim, é importante

[...] buscar classificações nativas que permitem incluir mitos e rituais junto do acervo dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Isso é de suma importância, uma vez que, [...] com certa recorrência e com muito respeito, indígenas se referem às suas atividades xamânicas ou aos seus rituais como ‘brincadeiras’. E a chave para desvendar essa escolha de tradução parece ser justamente a ênfase que as pedagogias indígenas dão à educação dos corpos, às técnicas de produção de corpos saudáveis, belos e adequados, como vêm mostrando os estudos desenvolvidos pela Etnologia Indígena dos últimos 30 anos. (TASSINARI, [s.d.] apud GRANDO, 2010, p. 93).

No livro *Jogos culturais indígenas: possibilidades para a educação Intercultural na Escola*, Grando cita Berta Ribeiro (2010, p. 93), observando o trabalho dessa autora sobre “90 objetos rituais, mágicos e lúdicos”. Esses estudos vão apontar que, para a maioria dos povos indígenas, o brinquedo é um elemento da cultura que está intimamente relacionado às atividades e tarefas cotidianas do mundo adulto, as crianças são chamadas, por meio deles, a aprender sobre seu mundo, ou seja, com o brincar a criança aprende sobre as tarefas que vai ser chamada a exercer quando adulta. Nesses termos, o brincar é assim uma prática educativa inerente a cada fase da infância e tem também diferenças de acordo com a organização social do grupo, assim como há brincadeiras conforme o sexo, que variam a partir de determinadas fases da infância (RIBEIRO, [s.d.] apud GRANDO, 2010, p. 93).

Os estudos sobre registros bibliográficos de Berta Ribeiro, citada por Grando (2010, p. 23), afirmam que podemos dividir “os utensílios para o lazer infantil” dos povos indígenas em seis classificações, além dos brinquedos como pão, corruio, peteca, aviãozinho e outros brinquedos presentes no cotidiano das crianças indígenas. Os brinquedos (utensílios) são os seguintes: 1) brinquedos trançados, com destaque ao ‘pega-moças’; 2) brinquedos em dobraduras; 3) brinquedos em cera; 4) brinquedos de barro; 5) camas de gato; 6) bonecos. Para além das brincadeiras descritas nesses relatos dos professores indígenas, os entrevistados referem-se ao brincar com bonecos e animais confeccionados em barro e madeira, como vimos em nossas experiências com diferentes povos indígenas as crianças se ocupando de esculpir animais, canoas, remos, cestas e outros utensílios que, em miniatura, são manuseados por elas durante o brincar e o aprender a lidar com o mundo adulto.

É curioso observar que um dos grandes estudiosos do folclore brasileiro, Câmara Cascudo (1988, p. 146), em seu livro clássico *Dicionário do Folclore Brasileiro*, não evoca em seus verbetes os jogos típicos das culturas indígena e africana. Quanto a esse respeito, o autor vai dizer que: “[...] ignoramos qual a verdadeira participação africana e indígena nos brinquedos dos meninos brasileiros da época colonial [...]”; a ideia de brinquedos brasileiros é apenas a modificação local:

A mais alta percentagem dos brinquedos é europeia: ritmos, cantos, mímicas, os trechos declamados, a movimentação aparentemente livre, mas apenas repetidora de um desenho

invisível, que se cumpra misteriosa e maquinalmente. Grosso modo a maioria dos brinquedos brasileiros (papagaio de papel, pião e outros). Tem seus fundamentos em Portugal, e os processos de transformação podem ser explicados pelo acréscimo de formas regionais, determinadas pela natureza ambiental ou grau de inteligência infantil. (CASCUDO, 1988, p. 146).

O brincar mais uma vez é uma forma de aprender e de se identificar que as crianças recorrem para aprender sobre sua vida e a história de seus pais e avós, do seu povo. Nos relatos das brincadeiras, do que se brinca na aldeia, as pessoas trazem o seu contexto sociocultural. Brincadeiras da aldeia – subir e pular da árvore no rio, virar cambalhota na água, balançar no cipó, cantar na beira do rio ou do córrego, matar bichinho na roça, caçar peixinho no córrego e no rio, mergulho, caçar passarinho, participar das festas culturais, dançar flautinha, imitar animais, traçar palha de madeira para fazer cesto. Outras brincadeiras: passa bola no vão das pernas, luta de travesseiro, jogo da estafeta, cobra-cega, comadre, corrida de varinha, espirimbol, roubo de coelho e elefante e girafa (jogo de correr).

Com este exemplo, podemos compreender a relevância que o jogo tem para todos os povos. Pois, esse é criado num momento em que a comunidade está voltada às práticas tradicionais ritualizadas, assim, ao criar uma forma lúdica e reconhecer o brincar como importante também nesse momento, os mais velhos reconhecem a relevância do jogo para educar os mais jovens nas tradições de seu povo.

Certamente, as crianças indígenas, ao brincar na escola e na aldeia, brincam para estabelecer relações interculturais e laços de sociabilidade, mantendo viva a chama das tradições, costumes e valores através de suas brincadeiras e brinquedos e suas possibilidades de interculturalidade que os jogos contêm (GRANDO, 2010). “Há, nesse sentido, uma transmissão cultural entre as próprias crianças. Com efeito, as brincadeiras infantis são aprendidas, não necessariamente com os adultos mas com as outras crianças.” (COHN, 2005, p. 36).

Diante dessas reflexões sobre a construção da cultura lúdica, ficam as seguintes perguntas: nas condições que se encontram as crianças indígenas que “circulam” nas cidades, em meio aos constrangimentos da exposição e humilhação nas ruas, elas efetivamente brincam? E nessa mesma direção, afinal, brincam de quê, quais são seus jogos?

5 As brincadeiras das crianças Kaingang

Conforme já foi enunciado nesse item, a cultura lúdica com seus brinquedos, brincadeiras e outras formas de expressão corporal, artística e cultural fazem parte do mundo de qualquer criança. Através desses conteúdos culturais, desenvolvem as relações com o mundo, com os adultos, com outras crianças e interagem com o meio em que vivem. É através das brincadeiras que as crianças constroem história e cultura, principalmente, se levarmos em consideração as diversas cerimônias indígenas, como, por exemplo, a dança do “Kiki” dos Kaingang.

O *Kiki* pode ser definido como um esforço da sociedade em ratificar o poder do mundo dos vivos sobre os perigos associados com a proximidade dos mortos. Nesse esforço, os Kaingang articulam temas como a complementaridade das metades, a nomenclatura, a integração entre comunidades distintas, o controle sobre o território e a interação mito-histórica com a natureza. (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015, p. 123).

Não basta apenas conhecer estes temas, é preciso que estes sejam articuladores efetivos da vida social para que o *Kiki* possa ser reconhecido como uma expressão da tradição. Caso contrário, o *Kiki* não passará, como sugeriu o ex-cacique da Aldeia Condá, de uma invenção, uma espécie de teatro (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015, p. 123).

Quando se fala da cultura lúdica das crianças indígenas, faz-se necessário diferenciar os jogos e as brincadeiras que são realizados em três espaços distintos: na escola, na aldeia e nas ruas da cidade nas aldeias. Sobre o brincar na aldeia e na escola, Rodrigues e Beltrame (2013) realizaram estudo na parte livre e central da aldeia Kaingang, ou seja, nos espaços coletivos com crianças de ambos os gêneros (açude, rios, campo de futebol e o pátio da escola). Os resultados apontam que as manifestações lúdicas das crianças Kaingang estão ligadas a brincadeiras, jogos e equipamentos inerentes a sua cultura, com ênfase em elementos da e na natureza e com predomínio da presença de meninos nos locais observados. No entanto, a redução da área indígena limita a cultura infantil, assim como o contato com a cultura não indígena vem introduzindo os jogos eletrônicos e, que cada vez mais, assumem o tempo e o espaço da infância indígena.

Em relação ao tipo de jogo e brincadeiras, as autoras identificaram como prática lúdica as seguintes brincadeiras: atividades na natureza, andar de bicicleta, caça ao bodoque (estilingue) e um tipo de jogo chamado “Buso”, que consiste num conjunto de 67 sementes, das quais sete devem ter metade de sua superfície de coloração diferenciada. As outras sementes (sessenta), de cor única, ficam disponíveis na banca. O jogo acontece sobre uma superfície plana, podendo ser grupo contra grupo, em duplas ou de forma individual. Um dos jogadores dá início ao jogo, recolhendo as sete sementes e jogando-as sobre a mesa. O que conta é o número de grãos cuja metade de cor diferenciada cair para cima. O número desses grãos corresponde ao número de grãos a serem recolhidos da banca e acumulados por cada jogador. Essa ação é realizada, sucessivamente, por todos os participantes, até não restarem mais grãos na banca. Ganha o jogo quem conseguir recolher o maior número de grãos. Além dessas brincadeiras, há outras, como: brincadeiras nos rios, que são realizadas dentro da aldeia todo dia por meninos e meninas, eles costumam fazer muitas brincadeiras, mas a que praticam com mais frequência é pega-pega, lutas e se atirar barro simulando batalhas; futebol; peteca; arco e flecha; jogo de bolita (bola de gude); brincadeiras na coleta de frutos; pega-pega em cima dos pés de frutas; disputa de quem consegue subir na árvore mais rápido.

Rodrigues e Beltrame (2013) observaram ainda que, apesar das brincadeiras ligadas à natureza serem representativas da cultura indígena e ainda se caracterizarem como elementos da identidade Kaingang, não foram identificados jogos específicos desta etnia, pois são todas práticas identificadas em outros grupos indígenas e não indígenas. Pelo exposto, não há, aparentemente, expressões lúdicas que sejam específicas aos Kaingang, mas jogos e brincadeiras comuns às diversas etnias.

Apesar de todo esse manancial da cultura lúdica, há rumores de que algumas crianças, devido talvez à falta de tempo livre e, provavelmente, por causa da invasão cultural dos consumos lúdicos expostos na mídia, já não brincam mais dessas brincadeiras aprendidas na aldeia. As crianças indígenas estão, aos poucos, perdendo as marcas do “corpo brincante”, do corpo da festa, da celebração, das cerimônias. Em vez disso, impõem-se as marcas indeléveis do corpo produtivo, do corpo aviltado e sem demarcação de suas terras; o corpo oprimido, explorado, calado, triste, isto é, sem o esplendor das penas e das tintas no rosto e no olhar. Essas reflexões podem ser percebidas na fala de um dos entrevistados:

O problema é que o brincar vem carregado também de violência, pois tudo implica perigo, seja nas cidades ou no campo. Os próprios brinquedos são produzidos na violência quando feitos pelas diferentes formas de escravização de pessoas, tudo cheira suor e sangue. *Já não vejo nossas crianças brincando com bonecas de pano e as de espiga de milho verde, nem de carro de bois, carrinhos de mão e de bola. Jogavam boletas, peteca e futebol sem violência, hoje tudo tem que valer dinheiro. As brincadeiras de rodas e de peteca são coisas raras.* (VELHA SENHORA KAINGANG, 2016, grifo nosso).

Nessa mesma direção, outro entrevistado demonstra preocupação com os consumos impostos às dinâmicas sociais da indústria cultural e a influência desta nas brincadeiras das crianças indígenas:

Vejo que as crianças indígenas de hoje, mesmo nesse sufoco entre culturas, trabalho e escola, brincam como os brancos, com os mesmos brinquedos que a TV vende. A TV é um brinquedo até, pois passam muito tempo na frente dela. O celular parece um brinquedo, e muito caro. Nossa, *as minhas brincadeiras, estão só na memória.* Fico triste quando nossas crianças não param para nos escutar, *nós velhos, perdemos feio para a TV e para os celulares, eles, muitas vezes, sentem vergonha da gente e do nosso idioma.* (VELHA SENHORA KAINGANG, 2016, grifos nossos).

Vimos como se constrói a cultura lúdica das crianças na escola e na aldeia Kaingang, mas uma das perguntas cruciais dessa pesquisa é: as crianças brincam quando estão vendendo artesanato nas ruas da cidade? Se brincam, quais as brincadeiras?

Para responder a essas perguntas recorreremos a alguns depoimentos obtidos durante as entrevistas realizadas com as crianças, adultos e velhos indígenas em alguns locais da cidade de Chapecó:

‘Não brinco, porque eu não gosto disso’; ‘só brinco quando me convidam’; ‘na cidade eu só brinco com o artesanato que estou vendendo’; ‘não brinco com os brancos’; ‘não brinco com os brancos porque eles xingam a gente’; ‘eu brinco com os artesanatos e joguinhos’; ‘eu brinco no parque com meus irmãos e sozinha’; ‘quando eu estou vendendo artesanato eu não brinco’; ‘não brinco’; ‘gosto de brincar com os brancos’; ‘só brinco com os meus irmãos’; ‘eu gosto de brincar com os brancos porque eles gostam de mim’; ‘brinco porque eu gosto’. (CRIANÇAS INDÍGENAS, 2016).

Para muitos adultos, as crianças não brincam quando estão nas ruas, já para outros a opinião é: “[...] para as crianças, a cidade é um lugar bom, elas gostam, pois brincam, comem muitas coisas boas que não têm na aldeia.” Os depoimentos de alguns adultos não coincidem com os das crianças – embora, seja importante refletir sobre o que elas estão compreendendo como brincadeira ali na rua; num espaço tão exposto, inóspito e insalubre para o desenvolvimento pleno das crianças. Aliás, um espaço onde as crianças e suas famílias vivem preconceitos e racismos explícitos, mas que continuam a vigorar na região; continuando, assim, a vigorar o desprezo, o descaso, a indiferença e intolerância racial.

Nós pesquisadores, sobretudo mulheres, professoras e mães, ficamos estarecidos ao ver as cenas do espetáculo dantesco de maus-tratos contra os indígenas e, fundamentalmente, contra as crianças indígenas na rua. E isto porque ali está a representação daquilo que Henri Lefebvre (1991, p. 42) chamou de “miséria e grandeza (riqueza) do cotidiano”. Para ele, no “cotidiano do mundo moderno”, a “miséria do cotidiano” se expressa nessa divisão abissal de classe social, no desemprego e subemprego que está maculada na classe operária, as humilhações, a vida cotidiana das mulheres e crianças reprimidas no ponto de vista de classe, gênero e geração (múltiplos constrangimentos), o reino dos números, do dinheiro e das mercadorias; enfim, da opressão, da privação, e precarização da vida das cidades destinadas à classe trabalhadora empobrecida.

Para ilustrar ao que Lefebvre chama de “miséria do cotidiano”, nos apoiamos nas anotações do diário de campo realizado no dia 6 de fevereiro de 2016:

Hoje, um grupo menor chega. Apenas uma mulher, com cerca de 25 anos carregando um bebê e na supervisão de mais quatro crianças, todas meninas. Por um tempo a rotina segue, entre os carros, pedem esmolas, oferecem os filtros de sonhos, sentam. Percebemos que uma das meninas, a mais velha, se abaixa com frequência e brinca com um objeto colorido, o que imaginei ser uma boneca, devido à distância. A mulher levanta disfarçadamente da calçada, percorre uns 100 metros e procura alguma coisa em uma lixeira que fica na calçada, provavelmente comida. Sem sucesso, volta a sentar embaixo da marquise. Logo uma das meninas chega saltitando, beija o bebê e volta para o meio do canteiro com as demais, que revezam as sinaleiras, quase não ficam juntas, apenas nos momentos em que voltam para perto da mulher. Tempo mais tarde, uma das meninas repete o que fez a mulher, vasculha a lixeira e mais uma vez retorna. Ao nos aproximar um pouco percebemos que o brinquedo da menina, é na verdade um cofrinho, de plástico, em formato de bichinho, do qual ela cuida atenciosamente. O trabalho e o brinquedo. (GIOVANA PIOVEZANA, 2016, grifos nossos).

No que se refere à “grandeza do cotidiano”, poderíamos incluir a luta e a resistência dos trabalhadores em geral e, em especial, dos povos indígenas nas lutas cotidianas constantes pela posse de suas terras; na educação efetivamente indígena para suas crianças, adultos e jovens; na luta pela educação indígena que esteja, intimamente, ligada aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas; na luta pela educação escolar indígena que diga respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que ainda hoje é uma instituição própria

dos povos colonizadores; na luta por uma educação escolar indígena seja uma escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais (LUCIANO, 2006, p. 134). Ademais, torna-se imprescindível, aliado a tudo isso, lutar para que as crianças voltem para as aldeias e que lá seus pais e mães possam cultivar a terra, garantir o sustento, cultivar seus mitos e tradições e possam ter tempo efetivamente “livre” para, em comunhão com os pais, poderem estudar, brincar e brincar de trabalhar.

Este texto versou sobre a questão do trabalho e a construção da cultura lúdica das crianças Kaingang que vendem artesanato nas ruas da cidade de Chapecó. O objetivo foi refletir sobre o trabalho das crianças indígenas e as possibilidades de construção da cultura lúdica nas ruas da cidade. A ideia foi compreender e problematizar essa realidade, partindo da hipótese de que essas crianças, ao estarem expostas nas ruas, cuja realidade, relatada no decorrer do trabalho, é muito dura e pode trazer prejuízos para os processos de desenvolvimento e aprendizagem social para elas, enfrentam o longo calvário cotidiano que fazem da aldeia para a cidade.

No âmbito dessa mesma hipótese, a ideia que se tem é que elas são forçadas, por necessidade de ajudar os pais, de irem junto com eles para as ruas e, assim, abdicam do direito de serem crianças. Nesse sentido, esse capítulo buscou também refletir sobre como se dá a construção da cultura lúdica das crianças (jogos, brincadeiras, gestualidades etc.), considerando que, em meio a toda essa rotina do cotidiano, pode ser considerada como “exercícios tensos de ser criança” (ARROYO; SILVA, 2012). Nessa perspectiva, formulamos as seguintes questões: por que as crianças têm de ir para as ruas, junto com os seus pais, para trabalhar (vender artesanato e outras mercadorias)? Isso, de fato, pode ser caracterizado como “trabalho infantil”? Elas, imersas na “pobreza do cotidiano”, conseguem brincar nas ruas? Do que brincam? Suas brincadeiras na rua são as mesmas da aldeia?

6 Considerações finais

À guisa de síntese, podemos considerar que o trabalho das crianças nas ruas, apesar de se tratar de um trabalho insalubre e impróprio para crianças tão pequenas, possui outro significado para as crianças e suas famílias. Assim, para os Kaingang, as tarefas praticadas por crianças indígenas fazem parte do processo de integração da criança junto à comunidade indígena. A concepção de trabalho para esses indígenas tem suas raízes nas atividades originárias na cultura dos povos indígenas. Eles compreendem o labor como construção da vida comunitária e solidária e, portanto, como processo natural de aprendizagem, confrontando-as com aquelas atividades que foram desenvolvidas pelas crianças indígenas no contato com o homem não índio. Essas atividades se constituem em aprender artesanato, coleta, preparo e conservação de alimentos, a cuidar de crianças mais novas, fazer roçado e plantio de alimentos, pesca, caça, entre outras. Por conseguinte, a finalidade da presença infantil indígena nas atividades era a integração e o desenvolvimento social dos membros desse povo, desenvolvendo a solidariedade, unidade de forma didática original, não é absolutamente exploração (BERNARDI; BORTOLETO; PIOVEZANA, 2015, p. 359).

No que refere à construção da cultura lúdica, observamos que há diferença entre brincar nos espaços da escola e da aldeia e brincar na rua. As crianças não assumem que gostam de brincar nas ruas durante a venda de artesanatos, embora percebemos que alguns, mesmo que de forma menos velada, terminam encontrando jeitos e estratégias para realizar suas brincadeiras em forma de transgressão e resistências às condições objetivas das ruas (espaços limitados, o perigo dos carros, olhar curioso e indiferente dos passantes).

Referências

ARROYO, G. Miguel; SILVA, R. Maurício (Orgs.). **Corpo Infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____; VIELLA, A. L. Maria; SILVA, R. Maurício (Orgs.). **Trabalho Infância**: exercícios tensos de ser criança – haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis: Vozes, 2015.

BERNARDI, Luci dos Santos; BORTOLETO, Edivaldo J.; PIOVEZANA, Leonel. A Infância Indígena: trabalho e educação das crianças kaingang. In: ARROYO, Miguel González; VIELLA, Maria dos Anjos; SILVA, Maurício Roberto da (Orgs.). **Trabalho e Infância**: exercícios tensos de ser criança: haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis: Vozes, 2015. p. 339-365.

BROUGÈRE, G. **Jogo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CASCUDO, Camara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. **Ambient. soc.**, v. 18, n. 2, p. 111-128, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX07V1822015en>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

FERREIRA, Eleanor S. **Trabalho infantil**: história e situação atual. Canoas: ULBRA, 2001.

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. **O papel da brincadeira no desenvolvimento da criança e a brincadeira na vida e na escola**: psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1997.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez, 1999.

GRANDO, Beleni Saléte. **Jogos e culturas indígenas**: possibilidades para a Educação Intercultural. Cuibá: EDO; UFMT, 2010.

ITURRA, Raul; REIS, Filipe. **O jogo infantil numa aldeia camponesa**. Guarda: Associação de jogos tradicionais, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A vida Cotidiana e o mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUIZ, Charles Marcos. **Brinquedos e brincadeiras Kaingang**. 2015. 35 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Intercultural Indígena do sul da mata atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus, 1990.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. **Infâncias (pre)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade**. Brasília: Plano, 2001.

MOFFATT, Alfredo. **Psicoterapia do oprimido**. São Paulo: Cortez, 1983.

PEREIRA, Luis Fernando. Preguiçoso quem, cara pálida? **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, fev. 2007.

PRIORE, Mary del. **A História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. v. 1.

RODRIGUES, Lilian Beatriz Schwinn; BELTRAME, Lisaura Maria. A criança kaingang e seus brincades. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 11., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2013.

TASSINARI, Antonella; GRANDO, S. Beleni; ALBUQUERQUE, A. S. Marcos (Orgs.). **Educação Indígena: reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

SADER, Emir (Org.). **7 Pecados do Capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Mauricio Roberto. **Trama Doce-Amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

O TRABALHO NA SOCIEDADE DE CONSUMO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ENTRE OS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

Claudio Luiz Orço¹

Elizandra Iop²

Resumo

A sociedade moderna vislumbrou a possibilidade de a humanidade se libertar das amarras dos mitos e da religião, por meio do uso da razão; na modernidade o homem seria senhor de si mesmo, passaria a ter o controle sobre si e sobre tudo o que o cercava. Esta crença impulsionou o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, a aplicação da tecnologia sobre o meio ambiente não só apenas em sua dimensão natural, mas em sua dimensão social e econômica. Isto levou a humanidade a produzir uma nova condição social gerada pelo avanço tecnocientífico no processo econômico, resultando no crescente e desenfreado uso de recursos naturais na confecção de produtos a fim de serem consumidos. Em meio a isso, a sociedade que se configura é a da produção, do consumo e do descarte, o que implica em agravamento da crise ambiental, portanto, novas funções sociais passam a surgir, como a reciclagem, e um novo grupo social é inserido no processo produtivo, os catadores de material reciclável. Mediante isso, esta pesquisa teve por objetivo analisar se o trabalho realizado por catadores de material reciclável de Xanxerê (SC) promove a Dignidade da Pessoa Humana. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo qualitativa pela perspectiva dialética realizada em duas associações de catadores de material reciclável na cidade de Xanxerê. Os resultados foram que a condição humana destes trabalhadores está comprometida pelo trabalho que desenvolvem, pois a Dignidade da Pessoa Humana, Princípio Constitucional não está sendo promovido levando ao comprometimento do direito à vida.

Palavras-chave: Trabalho. Dignidade Humana. Catadores.

1 Introdução

Partimos do princípio de que o trabalho é condição humana, cabendo ao Estado garantir condições dignas de trabalho a todo cidadão, pois é pelo trabalho que o homem vai se desenvolvendo em meio ao

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc Xanxerê), do Departamento das Ciências das Humanidades. Atualmente, responde pela Diretoria de Graduação da Unoesc Xanxerê. *E-mail:* <claudio.orco@unoesc.edu.br>.

2 Mestre em Educação pela Universidade do Contestado (UnC)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc Xanxerê). *E-mail:* <elizandra.iop@unoesc.edu.br>.

grupo que faz parte. O trabalho é concebido como instrumento fundamental para se viver coletivamente em sociedade, é garantido pelo Estado como direito social, sendo o exercício dos direitos sociais de forma que não comprometa o desenvolvimento do homem que efetiva os direitos fundamentais civis de cada indivíduo no Estado de Direito e em sociedades democráticas. Para tanto, este artigo em um primeiro momento traz a relação entre homem e natureza de forma que seja possível perceber que esta relação sempre foi desigual, sendo desta relação que o homem produziu e produz tudo o que é necessário para viver em grupo. Esta relação inicia de forma harmoniosa, porém, com a mudança de paradigma a relação começa a dar mostra de um desequilíbrio a ponto de desencadear uma crise ambiental global e local.

Em seguida, discute-se que a sociedade regida pelo avanço científico gerou um comportamento de exploração x produção x consumo, o que leva a produção de materiais descartáveis pela sociedade. Portanto, aqui se procurou conceituar este descarte que passa a ser chamado de lixo e de resíduos sólidos, demonstrando que este material é utilizado por trabalhadores para produzir sua subsistência e, em contrapartida, este mesmo trabalho cumpre com uma função ambiental nas cidades.

Após, foi-se discutir a representação social do trabalho pelo viés dialético e a legislação trabalhista sobre a atividade produtiva que rege a vida do cidadão brasileiro.

Em seguida, trouxeram-se para a discussão os direitos fundamentais sociais como ferramenta para se efetivar os direitos fundamentais civis e assim promover o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar se o trabalho realizado por catadores de material reciclável de Xanxerê (SC) promove a Dignidade da Pessoa Humana. O estudo foi realizado em duas associações e contou com 15 sujeitos da pesquisa. Foi realizado um estudo *in locus* pela observação, onde foi aplicado um questionário fechado e aberto, e pelo fato dos sujeitos da pesquisa serem na sua grande maioria analfabetos e semianalfabetos, os dados foram coletados de forma que os pesquisadores liam e explicavam as questões e então se apresentava as alternativas para a resposta, registrando a resposta escolhida pelo sujeito da pesquisa. Já nas respostas discursivas os pesquisadores liam a pergunta e anotavam de forma fiel o que os sujeitos da pesquisa respondiam.

Como resultado se constatou que o trabalho realizado pelos catadores de material reciclável de Xanxerê não promove a Dignidade Humana, esperada pelos envolvidos.

2 Relação homem x natureza: uma relação desequilibrada

A relação do homem x natureza tem sofrido profundas alterações ao longo da história. Tanto a concepção de homem como de natureza foram sendo modificadas nos distintos períodos históricos. O primeiro momento em que a noção de natureza surge foi na antiguidade – Grécia. Sendo ela vista como algo externo ao homem, o homem se desvincula da natureza, por passar a acreditar que integra a natureza como os outros seres, porém de forma diferente, pois é capaz de modificar a organização natural dos elementos que compõe o meio natural (ANTUNES, 2002). Assim, o homem passa a transformar a natureza de acordo com suas necessidades, deixando

de estar submetido ao ritmo e transcurso da natureza. O homem passa a compreender a natureza desvinculado dela. Platão e Aristóteles entendiam o homem como superior à natureza: “[...] o homem está no vértice de uma pirâmide natural, em que os minerais (na base) servem aos vegetais, os vegetais servem aos animais que, por sua vez, e em conjunto aos demais seres, servem aos homens.” (MILARÉ; COIMBRA, 2004, p. 11).

No período compreendido por Idade Média, a razão estava submetida à autoridade religiosa e todos os elementos naturais de origem animal, vegetal, mineral e mais o homem passaram a ser vistos como criação de um ser onipotente conhecido por Deus criador da vida e de tudo o que esta necessitava para ser garantida e reproduzida. Assim, o homem devia obediência a Deus em troca de condições para viver na terra, pois dependia de seu comportamento submisso, piedoso, generoso e obediente para com a autoridade religiosa e aos senhores proprietários para produzir os suprimentos que lhe garantisse a vida. Neste período predominou a ideia de que tanto a natureza externa ao homem como o próprio homem tinha uma origem divina. Assim, o homem

[...] é tido como uma forma de ser superior, abaixo apenas do Criador [...]. O recado era crescer e se multiplicar, utilizando os bens disponíveis (Gên. 1.26,27³) e os submetendo; o homem sendo o corpo de Deus. Portanto, tínhamos o homem senhor da natureza submetido apenas ao Deus senhor do Universo, cada qual em sua escala [...]. (AZEVEDO, 2010, p. 2).

Este período ficou conhecido como Teocêntrico, em que Deus era o senhor do Universo e todos os seres estavam submetidos ao seu poder, representado na terra pela autoridade religiosa. Houve o predomínio da razão teocêntrica, mistificada, do divino, da fé, da pobreza e da humildade em que Deus era a razão objetiva e subjetiva e que proporcionava a alegria e a tristeza, a pobreza e a riqueza, estado psicossocial que se encontrava a sociedade com base na ordem religiosa de poder e de mando sobre as esferas sociais. A razão teocêntrica limitou o homem de pensar e agir com sua própria consciência e até mesmo de usufruir de uma consciência emancipatória, senhora de si mesma. Todos os preceitos do Teocentrismo estão representados na Bíblia sagrada, podendo ser visto em seu primeiro livro, Gênesis, com o mito da Criação.

A partir do século XV, na Europa, inicia um movimento cultural chamado Renascimento, que se estende até o século XVI e que rompe com o Teocentrismo, instituindo-se o Antropocentrismo. Tira-se Deus do centro e coloca-se o Homem. No século XVII, outro movimento de caráter intelectual inicia e que prossegue no século XVIII, conhecido por Iluminismo, este por sua vez dota o homem de razão. Seu lema era livrar o homem do medo e torná-lo senhor de seu destino (HORKHEIMER, 1980).

O Iluminismo procurou demitologizar a razão teocêntrica para substituí-la por uma nova forma de pensar, a razão científica, ou seja, dissolver os mitos e anular a imaginação por meio do saber científico e não

3 “26 Então Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastem sobre a terra.’ 27. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher.” Disponível em: <<http://www.bibliacatolica.com.br/01/1/1.php>>. Acesso em: 10 out. 2016.

mais pela fé e pelos mitos. Este movimento teve a pretensão de levar a “luz” aos homens, ou seja, fazer com que os homens pensassem e agissem segundo suas próprias consciências, e não mais se detivessem a fatos e verdades impostos pela religião cristã, e que levava os homens a acreditarem no poder supremo advindo de Deus, e assim se conformarem com a própria condição de vida, que, segundo a razão teocêntrica, era o desejo de Deus. O Movimento Iluminista tinha por finalidade “[...] livrar o mundo do feitiço. Sua pretensão, a de dissolver os mitos e anular a imaginação, por meio do saber.” (HORKHEIMER, 1980, p. 90). O século XVIII foi chamado de século das luzes, no qual emergiram concepções políticas, filosóficas e econômicas em que para explicar a concepção de homem e natureza não mais seria através de explicações mitológicas e/ou religiosas, e, sim, de forma científica. Desse momento em diante, tanto o mundo quanto o homem nunca mais foram os mesmos; originam-se, então, as ciências experimentais, fator que vem revolucionando e transformando a natureza, os homens e suas relações objetivas, subjetivas e intersubjetivas com rigor e força impressionante.

Neste período, inicia-se o predomínio do uso da razão humana e passa a ser conhecido como período antropocêntrico, que rompeu por meio de dois movimentos, o Renascimento e o Iluminismo, com o período anterior em que predominou a vontade de Deus acima de tudo. Neste agora, predomina a vontade do homem sobre tudo. Com o uso da razão, ocorre o desenvolvimento do conhecimento científico, outra forma de investigar, explicar e compreender a natureza e o homem e de agir sobre a natureza e o próprio homem. A fé na razão humana e a criação das ciências levaram a humanidade a se colocar no lugar de Deus, acreditando que tinha poder sobre a natureza e sobre o próprio homem. Assim, “[...] o homem, com o conhecimento científico, pode dominar a natureza – prossegue podendo dominar a natureza, incluindo ele próprio.” (AZEVEDO, 2010, p. 2).

Para Horkheimer (1980), a superioridade do homem reside no saber científico convertido em algo prático, e é neste que se encontra o jugo do homem sobre o próprio homem, e deste sobre a natureza. Ainda para este autor, “[...] hoje, não passa de simples opinião a nossa, a de que dominamos a natureza; estamos submetidos a seu jugo. Porém, se nos deixássemos guiar por ela na invenção, nós a teríamos, na práxis, a nosso mando.” (HORKHEIMER, 1980, p. 89).

A técnica que se origina do saber científico proporciona a mitificação da verdade sobre a natureza das coisas e sobre a própria realidade. No processo do desenvolvimento da humanidade, esta é mais uma das formas de subjugar o homem e sua condição humana, por aqueles que desenvolvem a técnica e a convertem em técnica racionalizada com a intenção de reificar o homem e a cultivar a falsa ideia de domínio sobre a natureza. Poder e saber, como diz Horkheimer, são sinônimos, e a técnica é a essência desse saber, que tem no método a eficácia da exploração do trabalho para o desenvolvimento e progresso do capital e da própria técnica. É na técnica que os homens veem a possibilidade de explorar e “dominar a natureza” e o próprio homem. Portanto, o Iluminismo concebe a destruição da razão teocêntrica e dá origem à razão racionalizada, instrumentalizada que advém do saber e progresso das ciências, proporcionando, com isso, o desenfeitiçamento do mundo animista e mitológico, que para o Iluminismo era o que impedia o homem de ser senhor de si mesmo e de possuir o esclarecimento sobre os universais e si próprio. Com o advento da ciência e da tecnologia foi criada a bússola que permitiu ao homem conhecer lugares e explorá-los para o saque de matéria-prima utilizado no processo

produtivo industrial que inicia no século XVIII na Europa e que altera todas as formas de produção e relação do homem com a natureza e consigo próprio.

Portanto, o mundo é submetido ao domínio dos homens que o deturpam para a produção de bens comercializáveis através da força do trabalho social, que advém das forças produtivas. Dessa forma, “[...] o preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo que exercem o poder.” (HORKHEIMER, 1980, p. 24). O relacionamento intersubjetivo do homem com a natureza, com o produto da natureza fabricado por ele e com ele mesmo se dá de forma massificada, em prol da produção de riquezas e hierarquias dominantes. A ciência que concebe poder ao homem volatiza-se em efeitos nocivos e irreversíveis emanado de suas ações sobre a natureza ao homem e a organização social.

A fé na razão originada pelo século das luzes, em que o homem estava livre das amarras dos mitos e da religião, concebeu a crença ao homem ser senhor de seu destino, e de que nos séculos vindouros colheria os frutos dos novos tempos, impactou em sérios danos à natureza e ao homem, sendo:

O progresso como lei da história se transforma no dogma da modernidade. O homem, baseado em seus conhecimentos científicos, construiria uma nova etapa de sua vida, totalmente sem misticismos, completamente iluminada, com benefícios incalculáveis para seu bem estar. Falhou o modelo, e os anos 1900, que seriam colhedores dessa bonança, acabaram passando para a história real como dos mais destrutivos de todos os tempos. No processo de busca do progresso, exatamente por falta de todos os conhecimentos necessários para tal, a humanidade acabou impactando o meio ambiente (e o social) de uma forma brutal e talvez mortífera. (AZEVEDO, 2010, p. 2).

A crise ambiental ocasionada pela crença na razão humana, pela crença no domínio do homem sobre a natureza, tem suas origens objetivas a partir do momento que o homem alterou significativamente a relação homem e natureza. O advento das ciências implicou em uma nova forma de produção, a industrial, que explora os recursos naturais e mais mão de obra, coisificando ambos. Quanto ao primeiro, estes são modificados, ganhando nova aparência, finalidade e nova vida, sendo produzidos em larga escala para um público que, para sobreviver e pertencer a um grupo social, necessita consumi-los freneticamente. Esta lógica da produção da existência humana no século XX e XXI ocasionou a escassez de recursos naturais, aquecimento global, extinção de espécies da fauna e flora, desequilíbrio das estações climáticas, escassez de água potável e de alimentos para grande parte da população mundial que reside em países de terceiro mundo e em desenvolvimento, América do Sul, países caribenhos e asiáticos.

A produção em larga escala de mercadorias para o consumo exacerbado é um dos responsáveis pelo aparecimento de novas relações sociais nunca vistas antes e que passam a ser praticadas na sociedade, sendo elas mediadas pela técnica tanto durante a retirada da matéria-prima para a produção de bens, como durante o processo produtivo e que também se percebe durante o consumo e uso dos produtos fabricados, assim, “[...] as interações do homem moderno com seu meio, munido pelo manancial da ciência e da técnica, foram

de tal forma incríveis que acabaram gerando um potencial destrutivo de risco em larga escala em relação ao meio ambiente natural.” (MARQUES, 2004, p. 175).

Diríamos, ainda, que é um risco para o próprio homem, que depende do meio ambiente para produzir sua existência e que vem o usando de forma desenfreada para o acúmulo de riquezas. Para atingir tal objetivo, os meios produtivos vêm gerando um número infindável de mercadorias de todos os tipos, para todos os públicos e nichos de mercado, produtos com durabilidade curta ou efêmeros que necessitam ser substituídos por novos. Estes produtos necessitam ser descartados e, portanto, são jogados fora e passam a ser chamados de lixo, como a população bem diz. Portanto, a sociedade ao longo do século XX e início do XXI vem sendo considerada de sociedade do consumo, cenário da crise ambiental que assola a humanidade. As cidades são concentradoras deste lixo que se classifica em industrial, doméstico, comercial, hospitalar e público, produzido pela sociedade que é levada pelos meios de comunicação, pelo *marketing* e pelas facilidades de consumo a consumir e consumir. O lixo produzido nas cidades por sua população é responsável pela crise ambiental local, pois poluem o ar, contaminam a terra e a água e quando não possuem destino correto provocam alagamentos.

3 Sociedade do descarte e o lixo

A sociedade impulsionada pela exploração x produção x consumo x exploração tem gerado toneladas de material que não tem mais vida útil, que não tem mais utilidade para o consumo do ponto de vista de quem o descarta e que é posto para o descarte, enchendo os aterros, as ruas, os córregos ou rios e terrenos baldios.

Atualmente, o mundo produz 1,3 bilhão de toneladas de lixo ao ano e a estimativa é que o mundo, até 2025, produza 2,2 bilhões de toneladas, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O Brasil produziu, em 2014, cerca de 78,6 milhões de toneladas de lixo, o que representa um aumento de 2,9% de um ano para outro, pois em 2013 a produção de lixo foi de 76.387.200, havendo, de um ano para outro, um aumento de 2,9%, índice superior à taxa de crescimento populacional no País no período, que foi de 0,9%. Ainda de acordo com a pesquisa, os dados revelaram que em 2013 a produção de lixo *per capita* era de 379,96 quilos por ano, e passou para 387,63 quilos em 2014, havendo um aumento de 2,02% (ABRELPE, 2014).

A produção de lixo está associada à cultura do consumo em que vivemos. A palavra consumo é de origem latina, que significa *consumere* – usar tudo, esgotar e destruir (BARBOSA; CAMPBELL, 2007). O aumento da produção de lixo também está associado ao aumento do crescimento populacional que, atualmente, chega aos sete bilhões de habitantes. No entanto, a produção de lixo tende a aumentar, pois há estimativas que a população mundial crescerá e passará a ter 8,5 bilhões de habitantes (UNRIK, 2015). Uma parte significativa desta população se encontra em áreas periféricas, desprovida de recursos para suprir as necessidades básicas com alimentos e água potável, sem infraestrutura para o processo produtivo, e assim não participa ativamente da produção de lixo em escala exorbitante. A população que produz de forma crescente o lixo são habitantes dos países desenvolvidos e os próprios países desenvolvidos no processo produtivo.

Porém, vale a pena discutirmos o que é lixo ou resíduos sólidos. Lixo se caracteriza como sendo o resto das atividades humanas, considerado por quem o descarta como inúteis e indesejáveis (RIOS, 2008). Ainda pode ser considerado lixo todos os resíduos sólidos provenientes das atividades humanas (OLIVEIRA, 1969). Logarezzi (2004 apud RIOS, 2008, p. 19) considera que “[...] tanto o lixo como os resíduos são sobras de uma atividade qualquer e o que as caracteriza como lixo ou resíduo depende dos valores sociais, econômicos e ambientais que atribuímos a elas, consubstanciados no ato do descarte.” Assim, “[...] descartar resíduos sem preservar seus valores potenciais, estes se transformam em lixo, adquirindo aspectos de inutilidade, sujeidade, imundice, estorvo e riscos.” (RIOS, 2008, p. 19). Ainda de acordo com Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1987), os resíduos são classificados quanto sua natureza física, úmido ou seco, por sua composição química, orgânico ou inorgânico ou pela ABNT – NBR 10004 de 1987, pelos riscos potenciais que apresentam para o meio ambiente e saúde pública – perigoso, não inerte ou inerte. Sendo assim, classifica-se os resíduos sólidos em Tipo I – Perigoso –, que apresenta propriedades como: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade; Tipo II – Lixo não inertes – apresenta propriedades como: combustibilidade, biodegradabilidade ou salubridade; Tipo III – Lixo inerte – não constituinte ainda algum solubilizado em concentração superior ao padrão de potabilidade de águas (RIOS, 2008).

Outra classificação dada aos resíduos está relacionada ao local onde são produzidos e de acordo com sua origem e natureza. São classificados em: a) lixo domiciliar; b) lixo comercial; c) lixo público; d) lixo industrial; e) lixo agrícola (BIDONE; POVINELLI, 1999). Estes autores ainda classificam o lixo da construção civil como sendo os restos deixados por ela no processo de construção e o lixo utilizado nos cuidados com a saúde que é o lixo hospitalar, produzido por vários segmentos que tratam da saúde humana e animal.

Na sociedade do consumo, considerada também de sociedade do descarte, estes resíduos são reutilizados para dar vida a um novo produto para o consumo, portanto, estes resíduos são vistos tanto por reutilizável quanto por material reciclável. “O lixo reciclável é o que pode servir como matéria-prima para a confecção de novos produtos, por meio dos processos de reciclagem (resíduo reciclável seco) e compostagem (resíduo reciclável úmido).” (RIOS, 2008, p. 21).

O termo lixo e resíduos sólidos, de acordo com Calderoni (1999), são utilizados indistintamente. No entanto, “[...] deve destacar-se que a ideia de reaproveitamento do lixo leva a uma reconsideração sobre os termos utilizados, de forma que o lixo se constituiria a partir do momento em que não se reivindica uma nova utilização do que fora descartado.” (RIOS, 2008, p. 21). Vale ressaltar que uma parte da sociedade geralmente consome e descarta o produto depois de seu uso e de seu tempo de vida por considerá-lo não mais apto para o consumo e para suprir suas necessidades, considerando-o como sendo um produto sem utilidade, portanto, sem vida. No entanto, outra parte da sociedade vê este mesmo produto descartado, considerado por quem o descartou enquanto lixo, um material que ainda tem vida, pois é deste material descartado que uma parte da sociedade vai produzir sua existência por meio da reciclagem que está inserida no processo produtivo do capitalismo. Por esta lógica:

Além do termo 'lixo' ser rejeitado em razão das conotações negativas que a palavra traz, deve-se mencionar, também, que, semanticamente, ele só é aplicável a quem o descarta. Para as pessoas que recolhem o material e lhe dão um destino diferente do descarte, o termo 'lixo', no estrito sentido do termo, não é correto, já que se trata precisamente do material que irá ser aproveitado para lhes prover o sustento. (MAGALHÃES, 2012, p. 14).

É mais uma engrenagem do sistema capitalista de extrema importância não só econômica, como social, cultural, ambiental e até política. O consumo exacerbado e o descarte destes produtos considerados lixo pela sociedade de consumo têm agravado a crise ambiental local e urbana, sendo necessárias ações que visem à promoção do meio ambiente urbano e, conseqüentemente, melhoria de vida por meio de um ambiente limpo, e uma destas ações é a coleta destes materiais por grupos de catadores de materiais recicláveis.

As cidades, atualmente, são grandes produtoras de resíduos sólidos e necessitam da coleta destes materiais, que é realizada, geralmente, por um grupo de excluídos socialmente, por não terem tido oportunidades e, também, condições objetivas e subjetivas de exercerem o rol dos direitos constitucionais. O grupo que realiza a coleta destes materiais recicláveis, normalmente, se constitui de pessoas desprovidas do capital cultural, vivem nas periferias das cidades pequenas ou grandes, trabalhadores de certa idade e de ambos os sexos, incorporam a mão de obra dos filhos mais novos, não possuem horário fixo de trabalho, trabalhando todos os dias da semana, trabalham na informalidade, praticamente não possuem recursos tecnológicos para a coleta destes materiais, fazendo uso de carroças puxadas por tração animal ou até mesmo de carrinhos puxados por força humana, não possuindo equipamentos para a separação destes materiais e ficando expostos a riscos dos mais variados. Atuam quase sempre em condições precárias, subumanas e o que ganham não é suficiente para lhes assegurar a vida com dignidade.

A atividade de reciclagem se apropria do discurso da preservação ambiental, porém, ela está na dinâmica do capital, pois a partir da reciclagem do produto descartado se dá nova vida a ela, reintroduzindo o produto no mercado. Essa é a lógica que está por trás deste trabalho, este precisa ser um trabalho decente, que dê condições ao trabalhador de produzir sua existência com dignidade, em condições salubres de trabalho, e que as condições objetivas e subjetivas do trabalho desenvolvam e promovam a dignidade humana.

4 Trabalho decente para uma condição digna de vida

O trabalho é condição fundamental para a humanização do homem. Começamos com essa afirmação para demonstrarmos a fundamental importância do trabalho na produção da existência humana. O trabalho representa fonte de toda a riqueza, como afirmaram os economistas clássicos. Essa riqueza pode ser vista na própria criação do homem pela humanização, que foi promovida pela humanização do animal em homem por meio do trabalho, e a partir de então em tudo que é criado pelo homem por meio do trabalho (ENGELS, 2000).

O trabalho apresenta vários sentidos, porém, todos convergem para a esfera da realização humana, da emancipação do homem em relação a si mesmo e ao mundo que o circunda. O trabalho libertou o homem da

condição animal, por meio do trabalho o homem foi sendo criado ao estabelecer uma relação dialética com a natureza, foi perdendo as características animais e produzindo sobre sua natureza a natureza cultural que lhe confere *status* de homem. Pelo trabalho, o homem vai transformando a natureza, produzindo objetos, valores, dando sentido ao que produz, ganhando sentido por meio da interação que promove com a natureza tanto externa quanto a sua própria. Pela mão, o homem produziu o mundo da cultura, se diferenciou dos demais animais. Por meio da mão, o homem molda a natureza de acordo com suas necessidades, redimensiona-a, por isso é que se fala em mão de obra, a mão que constrói, que realiza, confecciona algo. Ao mesmo tempo que o homem vai dando forma à natureza, o homem (trabalhador) se forma, se produz, se humaniza, se realiza e se identifica ao dar identidade aos objetos. Assim, o homem vai potencializando suas habilidades orgânicas, cria a consciência, desenvolve o pensamento.

Assim:

O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. [...] o trabalhador não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1968, p. 202).

O trabalho formou o homem, a partir de uma relação dialética entre homem e natureza. O trabalho é a essência do homem (ENGELS, 2000).

A origem da palavra trabalho advém do latim *tripalium*, instrumento comum na Idade Média formado de paus e usado para punir os cavalos que ficavam agitados no momento de serem ferrados e dificultavam o trabalho do ferreiro. Portanto, o termo *tripaliare* (ou trabalhar) significava torturar com *tripalium*. A origem da palavra trabalho ainda está associada a sofrimento, algo muito penoso, doloroso e árduo que vai perdurar até a Revolução Industrial, quando o trabalho deixa de ser realizado somente pelo esforço físico humano e animal, transferindo este esforço para a tecnologia, o que alivia o sofrimento físico do homem durante o ato de produzir.

A partir da Revolução Industrial, o trabalho rompe com a relação dialética, pois a grande maioria dos trabalhadores vai passar a desempenhar apenas atividades técnicas. Assim, a dimensão física se sobrepõe a intelectual, o homem inserido no processo produtivo industrial vai deixando de ser um homem omnilateral e se constitui apenas enquanto homem unilateral, pois necessita, para produzir sua existência, adaptar-se à tecnologia no processo produtivo.

Com o avanço tecnocientífico ocorre o rompimento entre o saber e o fazer, cabendo à grande maioria dos trabalhadores apenas a realização de atividades mecânicas, podendo ser visto isto na divisão técnica do trabalho, em que cada qual faz apenas uma função no processo produtivo. O homem atrelado à tecnologia

passa a ser um apêndice dela, como bem afirmou Karl Marx. O trabalho deixa de cumprir com sua função social que é a de emancipar o homem realizando o inverso que é a desumanização do homem pelo trabalho.

Essa racionalização do trabalho pautado na razão instrumental compromete sobremaneira as possibilidades de emancipação do homem no mundo do trabalho. E em um segundo momento sob a ordem da polivalência, por essa lógica o trabalhador deixa de ser especialista e torna-se multifuncional, ou seja, não é mais especialista em uma dada função, e, sim, realiza várias funções ao mesmo tempo. Isso se torna possível devido à incorporação de tecnologias inteligentes no processo produtivo.

3.1 Trabalho decente

O trabalho socialmente falando é uma atividade desenvolvida pela humanidade para suprir as necessidades desde as mais básicas até as supérfluas. É visto como atividade que enobrece o homem, que traz dignidade a quem a realiza. Atividade vital para o homem se sentir parte da sociedade é um vínculo simbólico entre o homem e a sociedade. Quem não desenvolve nenhuma atividade produtiva é discriminado pela outra parte da sociedade que o desenvolve e com frequência a parte da sociedade que possui trabalho julga os que não o possui, discriminando-os de várias maneiras.

A Constituição brasileira de 1988 trata o Direito ao Trabalho enquanto um Direito Social em seu Art. 6º, e no Art. 7º coloca que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem melhorar de sua condição social. No Art. 225 está previsto que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988). É necessário destacar que a expressão “meio ambiente” utilizada pelo Art. 225 não compreende somente o meio natural, mas também o meio do trabalho, conforme Art. 200, inciso VIII da Constituição Federal.

Todo cidadão brasileiro tem garantido pelo Estado de Direito o direito de exercer uma profissão ou ocupação, cabendo ao Estado assegurar este direito de forma justa e digna para que o trabalhador tenha condições de, por meio do trabalho, produzir sua existência e a da sua família e de se desenvolver por ele. Para isso, o trabalho deve ser um trabalho decente.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito ao Direito ao Trabalho – em especial, aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) eliminação de todo o tipo de trabalho forçado; c) abolição efetiva do Trabalho Infantil; d) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção e o emprego produtivo e de qualidade, a extensão da pretensão social e o fortalecimento do diálogo social.

A Conferência Internacional do Trabalho realizada em 2008 em Genebra, na Suíça, adotou a Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma globalização justa. A declaração expressa à universalidade da Agenda de Trabalho Decente: todos os membros da organização devem seguir políticas com base nos objetivos

estratégicos – o emprego, a proteção social, o diálogo social e o direito no trabalho. Ainda, representantes de governos, empregadores e trabalhadores adotaram um dos mais importantes documentos da OIT: a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa.

De acordo com a Declaração da OIT, em seu item I e alínea ii, adotar e ampliar medidas de proteção social – seguridade social e proteção dos trabalhadores – que sejam sustentáveis e estejam adaptadas às circunstâncias nacionais.

O Estado, por meio de mecanismos legais, tem o dever de criar condições dignas de trabalho para o cidadão se desenvolver pelo trabalho. E assim garantindo ao trabalhador o exercício dos Direitos Fundamentais de primeira dimensão previstos na Constituição brasileira.

4 Princípio da dignidade da pessoa humana

Os Direitos Fundamentais de primeira dimensão são os “[...] direitos civis e políticos. Trata-se dos direitos individuais vinculados à liberdade, à igualdade, à propriedade, à segurança e à resistência às diversas formas de opressão [...]” (WOLKMER, 2003, p. 7) e estão previstos na Constituição brasileira de 1988.

A Constituição brasileira de 1988 prevê o direito à vida, no entanto, este direito não se refere apenas ao direito de não ter sua vida tirada, e sim ao de viver dignamente. O Estado brasileiro entende que não basta ter direito à vida, esta necessita ser vivida com dignidade (GOLDSCHMIDT; IOP, 2014). A vida é um dos direitos de primeira dimensão, portanto, para que o indivíduo possa exercer os direitos fundamentais, foi necessário criar os direitos fundamentais de segunda dimensão, os direitos sociais, como direito ao trabalho, educação, saúde, habitação, conhecidos por direitos sociais, econômicos e culturais, “[...] direitos fundados nos princípios da igualdade e com alcance positivo, pois não são contra o Estado, mas ensejam a sua garantia e concessão a todos os indivíduos por parte do poder público.” (WOLKMER, 2003, p. 8). Assim, entende-se que para o exercício do direito à vida se faz necessário um suporte para que os direitos fundamentais sejam exercidos pelo cidadão, portanto, os direitos fundamentais sociais são os que dão este suporte.

A necessidade de criação dos direitos fundamentais sociais, como diz Goldschmidt e Iop (2014), talvez esteja no fato de que não existe valor superior ao da pessoa humana e, portanto, o valor coletivo não pode ferir o valor da pessoa. Ainda afirma Santos (1999) que o valor da pessoa está imanente a si, sendo absoluto e maior dos demais valores. Assim, nenhum outro valor ou princípio poderá prevalecer sobre esse.

O princípio que destacamos aqui é o da Dignidade Humana, que, de acordo com Moraes (2002), é tida como um valor espiritual e moral inerente à pessoa e que se manifesta na autodeterminação consciente e responsável da própria vida, trazendo junto a si a ideia de respeito por parte das demais pessoas. Isto quer dizer que o cidadão deve viver de forma responsável e ser respeitado nos seus direitos assegurados pelo Estado e previsto pelo ordenamento jurídico desse.

Quando se trata do Princípio da Dignidade Humana é necessário o exercício dos direitos fundamentais, estes são vistos como instrumentos para garantir a Dignidade da Pessoa Humana. Dessa forma, no Art. 1º da

Constituição Federal diz o seguinte: “[...] o Estado Democrático de Direito tem como seus fundamentos: Inciso III – Dignidade da Pessoa Humana. Inciso IV – Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.” (BRASIL, 1988).

Ainda se destaca:

Art. 1º da Constituição, para além de uma mera coincidência ou sutileza, subordinou os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (igualmente fundamentos da República) ao respeito da dignidade da pessoa humana, tanto que a previu no inciso III, ao passo que aqueles no inciso IV, outorgam à dignidade da pessoa humana uma condição de proeminência. (GOLDSCHMIDT, 2009, p. 66).

Assim entendemos que o Princípio da Dignidade Humana deve ser protegida e promovida pelo Estado e pelas demais instituições sociais econômicas, a fim de o indivíduo exercer os direitos fundamentais de primeira dimensão, caso contrário, o Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana não será promovido. E como diz Goldshimdit e Iop (2014), se este princípio não for efetivado coloca-se em risco a própria condição humana da pessoa em qualquer um dos campos sociais, econômicos e culturais. Portanto, cabe ao Estado criar condições legais para que o Princípio da Dignidade Humana seja respeitado, pois estará dando condições de pleno desenvolvimento da cidadania, pelo exercício dos direitos fundamentais individuais. Cabe ao Estado garantir, sob pena da lei, trabalho digno e com dignidade a todos os cidadãos inseridos no processo produtivo da sociedade.

5 Análise dos dados

A pesquisa foi realizada na cidade de Xanxerê com 15 catadores de material reciclável de duas associações deste município, a Associação de Recicladores Xanxerênses Amigos da Natureza (Arxan) e a Associação Vida Cidadã. As duas associações funcionam em um barracão cedido por uma empresa da cidade, pois, no caso da Arxan, esta por duas vezes em um curto período de tempo foi acometida por um incêndio, vindo a perder todo o material de trabalho, e a outra não possui barracão próprio. Portanto, provisoriamente, os trabalhadores realizam suas funções neste espaço cedido.

Quanto ao sexo dos agentes da pesquisa, oito são homens e seis são mulheres, sendo que oito dos trabalhadores tem idade entre cinquenta e sessenta anos, três possuem idade entre trinta e quarenta anos, três deles tem idade acima de sessenta anos e um tem idade entre 18 a vinte anos.

Quando questionados quanto ao tempo de trabalho, os dados nos relataram que oito sujeitos da pesquisa estão trabalhando há mais de um ano e menos de cinco anos, quatro deles trabalham de cinco a dez anos e três trabalham de dez a vinte anos. Acerca da jornada de trabalho, todos responderam trabalhar de segunda a sábado pelo período da manhã e da tarde, fechando um total de 44 horas semanais. Quando perguntados se

trabalham em companhia de algum familiar, seis deles responderam trabalhar sozinhos, ou seja, com ninguém da família, já três trabalham em companhia do irmão ou da mãe e seis trabalham com o cônjuge.

Quanto aos rendimentos adequados e trabalho produtivo, constatou-se que não possuem carteira assinada, trabalham na informalidade. O valor recebido varia, oito deles responderam que recebem no final do mês entre R\$ 500 e R\$ 1.000 e sete entre R\$ 100 e R\$ 500. Estes que recebem entre R\$ 100 a R\$ 500 são os acima de cinquenta anos de idade, três deles já acima dos sessenta, sendo três homens e quatro mulheres. Perguntados se o valor que recebem é o suficiente para se manterem durante o mês, oito responderam que sim e seis destacaram que não, pois: “Tenho que pagar o aluguel”; “O postinho de saúde dá remédio quando preciso, se não, não tenho como comprar”. Assim, percebeu-se que o valor do trabalho realizado é insuficiente para suprir as necessidades básicas como alimentação e habitação, o que pode comprometer a saúde e o bem-estar destes trabalhadores, pois acabam tendo poucos recursos para a alimentação e residem em áreas urbanas com poucos equipamentos urbanos e em habitações de baixa qualidade. Já os cuidados com a saúde ficam para segundo plano por não possuírem recursos próprios, necessitando contar com a ajuda do Estado.

O trabalho realizado é bastante exaustivo, pois não possuindo tecnologias utilizam a tração humana e a forma de remuneração é por produção, recebendo de acordo com a quantidade produzida, e não pelo tempo despendido na produção, o que faz com que os trabalhadores aumentem o ritmo de produção para conseguirem uma melhor remuneração, isto pode vir a comprometer a saúde do trabalhador pelo fato deste exceder sua capacidade de trabalho.

Também se constatou que o trabalho realizado é de subsistência, já que permite a eles consumirem apenas itens básicos da alimentação. Porém, é um trabalho produtivo, sendo mais uma engrenagem do sistema capitalista que se utiliza deste trabalho para a produção de mercadorias.

Quanto ao ambiente de trabalho seguro, verificou-se que não apresenta infraestrutura para o trabalho; o barracão, como é chamado por eles, serve apenas para abrigar do tempo o material reciclável. Não contam com equipamentos tecnológicos para trabalharem, dispõem apenas de uma balança doada pelas senhoras rotarianas da cidade. Os trabalhadores dispõem apenas de luvas que também foram doadas pelas irmãs franciscanas, porém, quando estas estragarem ou acabarem, precisarão contar com uma nova doação, pois não possuem dinheiro para a compra. Não possuem máscara e nem capa para trabalhar, estão praticamente expostos à intoxicação dos resíduos. O trabalho realizado pelos trabalhadores os expõe a diversos riscos, pois estão expostos diretamente ao contato com o calor, a umidade, com insetos e roedores, ao mau cheiro e fumaça que exalam dos materiais e são inalados por eles por não possuírem máscaras de proteção, a contaminação por materiais biológicos ou químicos.

As condições materiais de trabalho são precárias, a contar que a grande maioria dos trabalhadores tem idade superior a cinquenta anos e que trabalham basicamente em pé. Nesta idade, as pessoas tendem a ter dificuldade de se manter por tanto tempo em pé devido ao organismo não mais apresentar a mesma energia de outros tempos.

Portanto, constatou-se que o ambiente de trabalho e as condições de trabalho desempenhadas por estes trabalhadores são insalubres e precários, de acordo com o que está estabelecido na Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

6 Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo analisar se o trabalho realizado por catadores de material reciclável de Xanxerê promove a Dignidade da Pessoa Humana. O trabalho desenvolvido por este grupo é uma atividade digna, nobre e necessária para o bem-estar da cidade, tendo toda uma dimensão ambiental, deixando a cidade mais limpa e saudável. Porém, a condição humana destes trabalhadores e a vida deles estão em risco; assim, o direito à vida não está sendo exercido, pois para este direito não basta viver, é necessário que se viva de forma digna. O trabalho é um mecanismo para garantir a existência humana este se apresentou apenas com condições de prover o mínimo que é uma parca alimentação e habitação a estes trabalhadores, mas as condições e as relações de trabalho visto neste grupo não apresentam condições para o trabalhador se desenvolver biologicamente, socialmente e intelectualmente, o que os leva a serem marginalizados ou desumanizados pelo trabalho.

Outro direito social que se pode constatar que tem sua efetivação frágil é o direito à saúde, pois as condições de trabalho deste grupo agravam o bem-estar do trabalhador em sua totalidade. Portanto, o direito à saúde está comprometido, pois, como visto, os trabalhadores estão à mercê dos riscos advindos das condições de trabalho ao qual estão expostos diariamente.

O que se pode perceber é que a condição humana destes trabalhadores está comprometida, vindo a afirmarmos que a Dignidade Humana neste caso não está sendo promovida. O Estado não fornece condições legais para que isto aconteça. Portanto, o exercício do direito ao trabalho por este grupo social de trabalhadores de material reciclável se apresenta de forma precarizado e, assim, não tem condições de promover a Dignidade da Pessoa Humana, ficando a condição humana seriamente comprometida.

Referências

ABELPRE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Normas ABNT sobre documentação**: coletânea de normas. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano ambiental**: uma abordagem conceitual. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2002.

AZEVEDO, Fausto A de. Ainda uma vez a Ética e a Ética Ambiental. **Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, v. 3, n. 2, mar./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.intertox.com.br/documentos/v3n2/rev-v03-n02-01.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. São Paulo: FGV, 2007.

BIDONE, Francisco Ricardo Andrade; POVINELLI, Jurandy. **Conceitos básicos de resíduos sólidos**. São Carlos: EES/USP, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Norma Regulamentadora n. 15**: Atividades e Operações Insalubres. 2008. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/05/mtb/15.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CADERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo. **Flexibilização dos direitos trabalhistas**: ações afirmativas da dignidade da pessoa humana como forma de resistência. São Paulo: LTr, 2009.

_____; IOP, Elizandra. Trabalho docente pela perspectiva da dignidade humana. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 14, n. 27, p. 47-73, jul./dez. 2014.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1980.

LOGAREZZI, Antonio. Contribuições conceituais para gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: LEAL, Antônio Cezar. **Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Antonio Thomaz Junior, 2004.

MAGALHÃES, Beatriz J. **Liminaridade e exclusão**: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. 2012. 131 f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MARQUES, Angélica Bauer. Estado de Direito Ambiental: tendências, aspectos constitucionais e diagnósticos. In: FERREIRA, Helini Silvini; MORATO, José Rubens (Orgs.). **A cidadania ambiental e a construção do Estado de Direito do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, v. 1.

MILARÉ, Edis; COIMBRA, José de Ávela Aguiar. Antropocentrismo X Econcentrismo na ciência jurídica. **Revista de Ciência Ambiental**, São Paulo, ano 9, n. 36, out./dez. 2004.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Declaração da OIT sobre a Justiça social para uma Globalização Equitativa**. 2008. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_globalizacao_129.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

OLIVEIRA, W. E. Saneamento do lixo. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Higiene e Saúde Pública. **Lixo e limpeza pública**. São Paulo: USP/OMS/OPS, 1969. p. 11-18.

RIOS, Cristiane Margarete. **Lixo e cidadania**: um estudo sobre catadores de recicláveis em Divinópolis – MG. 2008. 80 f. Monografia (Pós-Graduação em Educação, Cultura e Organizações Sociais) – Fundação Educacional de Divinópolis, Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.funedi.edu.br/files/mestrado/Dissertacoes/TURMA2/DissertacaoCristianeMargareteRios.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SANTOS, Cléber Mesquita dos. **Os direitos humanos, o Brasil e o desafio de um povo**. São Paulo: LTr, 1999.

UNRIK – Centro Regional de Informações das Nações Unidas. **ONU projeta que população mundial chegue aos 8,5 mil milhões em 2030**. 2015. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31919-onu-projeta-que-populacao-mundial-chegue-aos-85-mil-milhoes-em-2030>>. Acesso em: 23 out. 2016.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos novos direitos. In: _____; LEITE, José Rubens (Orgs.). **Os novos direitos no Brasil**: natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1-30.

O MICROCRÉDITO URBANO QUE NASCE DA SOLIDARIEDADE DO MICROCRÉDITO RURAL: O CASO DA SOLCREDI

Luiza Maria da Silva Rodrigues¹

Francieli Pilati Gervasoni²

Resumo

As operações de crédito ao longo da história foram responsáveis pelo estímulo e crescimento das economias no mundo todo. De certa forma, obter crédito significa confiança que alguém ou uma instituição financeira deposita nas intenções do financiado. Contudo, com o encarecimento do dinheiro, altas taxas e exigência de garantias que dificultam cada vez mais o acesso, populações mais carentes têm encontrado nas microfinanças a oportunidade de retomar suas relações de confiança e manter ativas suas relações econômicas. No sudoeste do Paraná, os agricultores familiares, já acostumados a operar com microcrédito através das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), passaram, a partir de 2012, a olhar a perspectiva de microfinanças urbanas para trabalhadores que operam como autônomos ou na informalidade, e que não possuem acesso a créditos subsidiados oficiais em redes bancárias convencionais. Dessa forma, replicam a experiência vivida nos anos 1990, da “solidariedade financeira” quando assim o fizeram para acessar o crédito rural.

Palavras-chave: Microfinanças. Serviços Econômicos. Solidariedade. Desenvolvimento.

1 Introdução

A necessidade de incluir as pessoas num processo de desenvolvimento mais dinâmico perpassa por diferentes estratégias, em sua maioria, endógenas. Contudo, no desenvolvimento de ações de microfinanças, parece ser uma iniciativa em que há uma força-tarefa entre governos, organizações não governamentais, grupos privados e outras sociedades empenhadas em inserir populações fragilizadas ao sistema financeiro e ao acesso a recursos econômicos. Estas parcerias objetivam dialogar e, acima de tudo, apresentar possibilidades de reduzir a pobreza e possibilitar a milhares de empreendedores o capital financeiro que os estimule a se fortalecer e a desenvolver suas comunidades locais, constituindo-se num método participativo entre os recursos

1 Analista de Relações Cooperativas, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. Economista Doméstica, especialista em Desenvolvimento e Movimentos Sociais, Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, e mestre em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR Pato Branco). *E-mail:* <rлуizamaria@gmail.com>.

2 Analista pedagógica, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário, Economista Doméstica. Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, pela Universidade Estadual Oeste do Paraná (Unioeste Marechal Cândido Rondon). *E-mail:* <francieli.pilati@gmail.com>.

e instituições que vem de fora, com a capacidade de superação e trabalho dos que vivem nas áreas atendidas por projetos de microfinanças.

Entre os setores que atuam com as microfinanças, as cooperativas de crédito são as mais conhecidas. Contudo, uma série de outras iniciativas soma-se nesta estratégia em que os valores de repasses são apenas um elemento na busca pela melhora econômica das pessoas envolvidas, pois há uma extensa rede de organizações que, além do microcrédito, oferecem outros serviços financeiros e ainda de capacitação e aproximação entre os empreendedores e seus mercados potenciais. O cooperativismo desde a sua criação sempre foi uma ferramenta importante e gerador de capital humano, porque foca no envolvimento das pessoas, e ainda torna-se relevante porque estimula economicamente o trabalho e produção.

As Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), bem como as cooperativas que surgiram no sudoeste do Paraná, a partir do debate do cooperativismo solidário, concretizaram importantes ferramentas para debater o desenvolvimento local sustentável, a partir de processos integrados entre crédito, produção, comercialização e outros ramos, deslocando o debate apenas na agricultura para extrapolar na comunidade local, como em regiões onde este cooperativismo se relaciona.

O cooperativismo de perspectiva solidária do sudoeste do Paraná tem sido pioneiro na atuação de microcrédito e microfinanças, desde a criação das primeiras cooperativas da Cresol, quando operavam com créditos concedidos pelo fundo de crédito rotativo, constituído com recursos de Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais que buscavam viabilizar pequenas cadeias produtivas para agricultores familiares desassistidos pelas políticas de crédito oficial nos anos 1980 e 1990.

Além disso, possui como suas coligadas uma Cooperativa de Tecnologia e Serviços (Cresoltec), uma Administradora e Corretora de Seguros (Cresol Seguros), um Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos) e uma Associação Nacional de Microempreendedores Solidários Urbanos e Rurais, a Solcredi, objeto deste estudo.

A experiência da Solcredi foi uma iniciativa de laboratório, que serviu de arcabouço para que as cooperativas Cresol passassem a atuar no segmento de microcrédito urbano, pois, em 2015, uma normativa do órgão de regulamentação do Sistema Financeiro, o Banco Central do Brasil redefiniu públicos e faixas de enquadramento a todas as instituições de crédito cooperativadas, entre elas a Cresol, gerando a possibilidade de atender os agricultores familiares como público preferencial, contudo, abrindo um leque de possibilidades de atender outras categorias profissionais e público em geral, segundo a Resolução 4.434 (BACEN, 2015).

A partir da análise qualitativa, vamos apresentar a experiência da Solcredi, como possibilidade válida na ampliação de serviços creditícios a microempreendedores urbanos e individuais, como forma de estimular a solidariedade financeira entre os trabalhadores urbanos e rurais no sudoeste do Paraná.

Para o estudo em questão, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica, apontando um pequeno histórico do tema do microcrédito e das microfinanças no mundo e no Brasil.

2 Microcrédito e microfinança: conceitos e definições

O que se observa em literaturas consultadas (ABRAMOVAY, 2012; YUNUS, 2013; BARONE, 2002; BÚRIGO, 2010), e se torna consenso para escrita deste artigo, é que para este debate não há uma referência única para explicitar o que é o microcrédito. Contudo, é a experiência e afirmação de que se trata de algo que nasce historicamente para atender populações excluídas ou desassistidas de programas oficiais de crédito, tanto urbanos, quanto rurais. Isto porque são populações que economicamente demonstram sua fragilidade econômica e buscam nos pequenos negócios uma oportunidade de romperem com sua situação atual.

Diversas têm sido as tentativas de padronizar o uso dos conceitos de microcrédito e microfinanças. Textos de pesquisadores estrangeiros, principalmente os de língua inglesa, os tratam (*microcredit* e *microfinance*) quase como sinônimos, oferecendo aqui e ali sutis diferenças. Coelho (2006) e outros pesquisadores brasileiros mais recentes sugerem que microfinanças abrange a provisão de serviços financeiros voltados para os pobres, lidando com depósitos e empréstimos de pequena monta, independentemente da possível destinação do crédito tomado. (BACEN, 2008, p. 24).

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), citado por Barone (2002, p. 11), o microcrédito tem se tornado sinônimo de “[...] concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas do acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais.” Já Santana (2012, p. 3), ao discutir estes serviços, afirma que:

O uso do termo ‘micro’ sugere que os recursos que circularão no âmbito das microfinanças são inferiores àqueles que giram em torno do sistema financeiro tradicional, baseado na especulação, e cujos efeitos são a concentração e centralização do capital.

Para além do termo, Santana (2012, p. 4) apresenta que:

A diferença entre microfinanças e microcrédito é que o microcrédito é parte das microfinanças, ou seja, a microfinanças abrangem instituições que oferecem serviços financeiros aos carentes como por exemplo, micro-poupança, micro-seguro, microdoações e dentre outros o microcrédito.

É possível compreender que, apesar de comumente se fazer sérias confusões com os termos, eles possuem uma correlação, porque objetivam atuar com populações ou segmentos mais enfraquecidos economicamente. O microcrédito faz parte das microfinanças como mais um serviço além dos demais serviços bancários prestados pela instituição financeira.

Este incipiente debate tende a fortalecer-se frente às iniciativas vividas por comunidades inteiras que se desafiaram a buscar saídas da exclusão econômica por quais viviam, mais precisamente, a partir dos anos 1980. O que estas pessoas possuem é a capacidade de superar suas fragilidades e buscar empreender no sentido de inserir-se nos pequenos negócios, como forma de superar sua situação de fragilidade econômica. Uma ação que conta muito mais com a motivação e empenho pessoal do que assistencialismo criado por alguma política pública ou caritativa de alguma instituição.

O microcrédito para estas pessoas se torna uma válvula propulsora. Em locais de subdesenvolvimento, e em épocas do crescimento do autoemprego, o microcrédito se torna vital diante da impossibilidade de apresentar garantias reais de sobrevivência, em virtude de que muitos empreendedores só possuem sua própria mão de obra como recurso de trabalho e ainda, por vezes, carregam o estigma de que pequenos empreendedores e populações excluídas economicamente são más pagadoras de suas obrigações, convicção que tem caído por terra diante das iniciativas mundo afora, como o mais conhecido banco, o *Grameen*, de Bangladesh.

3 Breve história do microcrédito: o caso da *Grameem Bank*

A história do microcrédito é recente, aproximadamente de trinta anos, com o surgimento da iniciativa, em Bangladesh, de Muhammad Yunus, um economista indiano, doutorou-se nos Estados Unidos e lecionava “teoria econômica” em universidades de seu país.

No contexto do microcrédito, merece atenção especial a experiência do *Grameem Bank* (na língua local, “banco de aldeia”), a instituição criada por Muhammad Yunus para a concessão de crédito a pessoas de baixa renda, isso porque os esforços de divulgação de suas ideias e experiências ao redor do mundo deram visibilidade ao microcrédito, a ponto de seu fundador ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz em 2006 (BACEN, 2008).

Assim, decidiu tentar aplicar a teoria em prática, e observou que, em vez de grandes quantias, a população de seu país precisava de poucos valores para libertar-se de serviços de agiotagem e extorsão a quem se submetiam para disponibilizar de capital de giro para seus pequenos negócios.

Estava a lecionar Economia, na Universidade de Chittagong, nos anos que se seguiram à independência do Bangladesh e havia muitas dificuldades. O país, em vez de progredir, estava a definhando e, em 1974, enfrentávamos um terrível período de fome. Via pessoas a morrerem de fome e estava frustrado, sem saber o que fazer para ajudar. Afinal, todas as grandes teorias de desenvolvimento econômico que eu ensinava não contribuía para nós. (YUNUS, 2003, p. 18).

As ideias de Yunus foram duramente criticadas, desde bancos locais ao Fundo Monetário Internacional (FMI), pois assentavam suas opiniões no conservadorismo econômico vigente de que os pobres não honrariam suas dívidas, bancos não têm condições de emprestar sem garantias reais, que a economia não avança com

pequenos negócios e que somente grande quantidade de empregos geram dimensões econômicas relevantes ao Estado.

Mesmo tendo demonstrado com a experiência de Bangladesh, encontra-se ainda estes discursos presentes em muitas justificativas de grandes empreendimentos e investimentos públicos nos mais diversos países mundo afora.

Para provar suas teorias, Yunus deixou o espaço da academia e se dedicou a espalhar sua ideia e proliferar projetos de microcrédito, e em 1983 fundam o *Graneen Bank*, que se dedica a replicar-se em outros países como iniciativa real de aplicação de microfinanças.

De certa forma, esta iniciativa, como outras que se multiplicaram depois de 1983, rompem com as justificativas apresentadas pela maioria das instituições financeiras que operam no serviço de concessão de pequenos créditos.

Entre os argumentos, os bancos amparam-se nas ideias de que os valores solicitados pelos empreendedores são demasiadamente pequenos, que não remuneram os custos de análise de dossiês, as disponibilidades de garantias são insuficientes, que podem gerar altas taxas de juros que acabam inviabilizando a operação de pagamento quando oferecem a juros baixos e acessíveis, oferecem baixa rentabilidade à instituição. Ao avaliar o perfil do solicitante, ele dificilmente se enquadra no setor do empresariado e possui pouca ou quase nenhuma inserção neste setor profissionalizado.

3.1 Microcrédito no Brasil

Em território brasileiro, o microcrédito surgiu aproximadamente no ano de 1970, com a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, que oferecia crédito, assistência e capacitação a micro e pequenas empresas (BARONE, 2002; SANTANA, 2012). Porém, esta instituição,

[...] que financiou milhares de pequenos empreendimentos, mas desapareceu após 18 anos de atuação porque não focalizou um dos principais princípios dessas instituições: o da auto-sustentabilidade, que deve ser acompanhado com o da profundidade de abrangência, ou seja, deve chegar aos pobres; e o de escala, atingindo um grande número de pessoas. (SANTANA, 2012, p. 3).

Desde então, muitas iniciativas foram criadas para a promoção destas operações, em sua quase maioria, ações que contaram e contam com apoio de governos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste, ONGs nacionais e internacionais e sociedades privadas que mantêm fundos para aplicar em focos diversificados.

Encontramos em Barone (2002, 15-19) outros inúmeros exemplos que podem ilustrar o quão diverso é o ambiente das microfinanças no Brasil, boa parte delas embasadas pelo desejo de atender e incluir economicamente populações fragilizadas.

Podemos aqui citar a Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), que adotou a metodologia de constituir uma rede em 12 estados brasileiros, que atendeu, até dados de 2001, 343 mil operações.

A Crediamigo, mais conhecida experiência, possui uma cobertura no atendimento de microcrédito tanto para o público urbano, quanto para o público rural do Nordeste, atendido principalmente pelo Banco do Nordeste (BNB). A Crediamigo possui dois programas, sendo experiências já com destaque no cenário nacional de microcrédito e microfinanças.

Segundo o anuário 2013, apresentado pela Associação das Organizações de Microcrédito e Microfinanças de Santa Catarina (Amcred/SC), as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) brasileiras representam um papel fundamental na economia nacional, sendo responsáveis por 20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Isso aponta para o montante de R\$ 700 bilhões, 60% dos empregos gerados e/ou mantidos, perfazendo 56,4 milhões de postos de trabalhos.

O que regulamenta o microcrédito, quais são suas premissas, quais avanços podem ser destacados e, principalmente, o que determinou a sua regularização? No Brasil, o microcrédito inicia a sua normatização consideravelmente tarde, em meados de 1999. O primeiro documento para a normatização do microcrédito é a Lei n. 9790, de 23 de março de 1999, que de forma abrangente informa quais os requisitos devem ser cumpridos pelas pessoas jurídicas sem fins lucrativos de direito privado, para serem qualificadas como Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) institui regras e normas que regem o seu funcionamento, que ainda pouco se conhece no País pelos microempreendedores.

4 O surgimento das instituições de microfinanças

A origem dos serviços financeiros de empréstimos entre grupos para possibilitar acesso a formas de superação da pobreza remonta ao século XVIII, ainda antes da criação das primeiras iniciativas que se tornaram as cooperativas de crédito. De acordo com Búrigo (2010, p. 68),

[...] é preciso entender que o cooperativismo de crédito é resultado de um longo processo de criação de experiências financeiras voltadas aos mais pobres que se iniciou na Europa durante o século XVIII, muito antes de ter sido organizada a primeira cooperativa de crédito.

O ramo do cooperativismo de crédito foi sendo forjado pelos seus idealizadores, como proposta para a superação das dificuldades financeiras da classe trabalhadora (BÚRIGO, 2010).

Entre estes pensadores, vários foram os precursores na Europa, em 1848. Schulze Delitze, após tentativas de moinhos comunitários, iniciou a atividade financeira coletivamente para artesões e mestres sapateiros. Friedrich Wilhelm Raiffeisen, por meio da Cooperativa do Pão, baixava o preço da farinha para que mais pessoas pudessem adquiri-la e atuou no recebimento de depósitos dos empresários e na concessão de empréstimos

aos pobres. Entretanto, mais tarde percebeu-se que não havia solidariedade no ato, apenas interesse dos empresários em ganhar mais dinheiro dos pobres. Luiz Luzzatti, professor de Economia, organizou vários bancos cooperativos, alguns estendendo à população rural.

Em todas as iniciativas, com maior ou menor grau de influência, as correntes europeias se espalharam pelo mundo:

Em alguma medida as experiências práticas em torno do cooperativismo de crédito coincidiram com a modernização das sociedades em que o dinheiro acabou ganhando cada vez mais espaço em termos culturais e como elo fundamental na consolidação do capitalismo. (BÚRIGO, 2010, p. 78).

O precursor do movimento cooperativista no Brasil foi o padre Theodor Amstad, que por volta de 1901 criou a primeira cooperativa de crédito brasileira na localidade de linha Imperial, município de Nova Petrópolis (RS): a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. De 1902 a 1964 surgiram 66 cooperativas de crédito de tipo Raiffeisen no estado do Rio Grande do Sul (INFOCOS, 2016, p. 18).

Mas antes mesmo de se tornarem cooperativas de crédito, muitas comunidades e populações experimentavam as ações coletivas de captação e empréstimo. Daí surge a ideia dos microcréditos e de suas instituições, que criam sistemas para operar a concessão de empréstimos de pequenos valores a pessoas, empreendedores autônomos ou informais, e outras formas que não acessam estes serviços no sistema financeiro formal.

4.1 As Cooperativas de Crédito

Alguns autores têm afirmado que o microcrédito é fundamental na vida de populações excluídas e invisíveis a instituições financeiras tradicionais, afinal, possibilita possuir capital de giro e investimentos a partir de uma metodologia específica. Para Abramovay e Junqueira (2005, p. 45), os mais pobres só conseguem sobreviver em uma sociedade capitalista porque se apoiam nas finanças informais em suas próprias relações sociais. Para eles, o crédito, nestas populações, é, ao mesmo tempo: “Uma forma de dominação social, mas também é um ativo, um meio do qual dispõe a família na obtenção do que necessita para reproduzir-se. São relações estáveis, previsíveis e que se inserem dentro do horizonte social relativamente conhecido dos atores.” (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005, p. 45).

Esta força que emana das relações informais também se manifesta nas relações financeiras nas quais os atores estão envolvidos. Embora nas operações creditícias, se realizadas em ambiente bancário, pudessem gerar lucratividade, é na falta de garantias reais que esta população possui que mantêm o risco alto e o desinteresse de instituições bancárias que trabalham com altas taxas de assertividade e de resultados, além da baixa adesão à burocracia exigida pelos sistemas bancários.

Estudos realizados por Abramovay e Junqueira (2005, p. 5) demonstram o quão é ampla a vida financeira das famílias pobres, que estas se desenvolvem à margem do sistema bancário, porque pautam-se pelas relações de proximidade. Contudo, uma estratégia de inserção destas famílias ao Sistema Financeiro Nacional fortalece-se pela possibilidade de constituição de cooperativas. Abramovay e Junqueira (2005, p. 23) afirmam que:

O custo e a dificuldade em diminuir a assimetria de informação nas atividades de crédito por meio dos métodos bancários tradicionais podem ser equacionados pela qualidade das ligações sociais entre os emprestadores e os credores nas finanças de proximidade: a densidade das relações interpessoais permite o acesso a informações inacessíveis num quadro de relações estritamente profissionais e com dados puramente cadastrais.

É nesse ambiente que as cooperativas de crédito podem ser mais eficientes em atender estas populações porque atuam numa correlação entre a relação bancária e, principalmente, se manifesta nas relações por proximidade, situação esta que se assemelha para cenários urbanos e rurais.

5 O Cresol

A proposta inicial baseou-se na história vivida por estas organizações a partir de convênios de cooperação internacional inicialmente realizado entre a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) e a ONG Alemã Misereor (INFOCOS, 2010). Este convênio criou um fundo, denominado de Fundo de Crédito Rotativo (FCR), que era gerido por todas as organizações de diálogo da Assesoar e da agricultura familiar da região sudoeste e centro-oeste do Paraná, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento Sem Terra (MST).

Assim, com o empenho destas lideranças e suporte de suas organizações, foi possível, em 1995, a criação das cinco primeiras unidades, localizadas nos municípios de: Dois Vizinhos, Marmeiro, Capanema, Laranjeiras do Sul e Pinhão, todas no sudoeste do Paraná no ano de 1995. Atualmente, o modelo adotado pelo Sistema Cresol atua em nove estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo, com cerca de 192 mil famílias cooperadas, além de aproximadamente mil conselheiros e 1,3 mil colaboradores (INFOCOS, 2016).

Aliado a isso, estão também as suas coligadas: Infocós, Cresoltec, Cresol Seguros e a Associação Nacional de Microempreendedores Solidários Urbanos e Rurais (Solcredi), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cujo objetivo é atender especialmente pequenos empreendimentos urbanos, ou então filhos de agricultores familiares, que se localizam no meio urbano e que possuem empreendimentos com necessidades creditícias.

6 Metodologia

Este artigo privilegiou o método de estudo de caso e entrevista, com análise qualitativa e por considerar as reflexões a partir das práticas sociais empíricas. O método científico do estudo de caso pode parecer possuir imprecisão e falta de objetividade frente a outros métodos, mas permite uma dialogicidade entre a vivência do autor com a sua observação da realidade estudada.

A observação empírica de estudo de caso pode possuir suas limitações, que se constituem na impossibilidade de generalização, mas oferece a oportunidade de se constituir num objeto em que muitas possibilidades de interpretação são oferecidas ao autor, e este, em sua fase exploratória, pode construí-la com o embasamento teórico oferecido.

No caso do estudo proposto, trata-se de uma observação empírica a partir das práticas de solidariedade já desenvolvidas pelo Sistema Cresol ao longo de vinte anos de história.

Para construção desta reflexão foi necessário consultar o referencial teórico disponível sobre as microfinanças e microcrédito, tema central da criação da Solcredi, e a realização de entrevistas com os gestores da instituição. A partir das reflexões oferecidas pela leitura deste referencial foi possível dialogar sobre a experiência da Cresol e sua experimentação no microcrédito urbano, área de inserção da prática observada.

7 Resultados

O termo microfinanças refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados.

Nessa linha, entidades de Micro Finanças (IMFs) são entendidas como aquelas pertencentes ao mercado microfinanceiro, especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de ONGs, OSCIPs, cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMs), fundos públicos, além de bancos comerciais (BACEN, 2008, p. 23).

Uma das primeiras iniciativas das microfinanças experimentado pelos agricultores familiares do sudoeste do Paraná foi a criação das pequenas cooperativas de crédito do sistema Cresol, que atua na missão de aproximar e facilitar o acesso a serviços financeiros com inclusão social, destinado aos agricultores familiares.

Com base na Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, foi criada a Solcredi, uma organização para atender microempreendedores, e coligada do Sistema Cresol, a qual traz o seguinte regulamento: “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.”

Constituída em 2012, a Associação Solcredi surge para oferecer os serviços creditícios a trabalhadores e empreendedores urbanos, que, pela sua lógica de informalidade, não estavam inseridos no sistema financeiro tradicional ou o utilizavam muito restritamente. Constituída com metodologia de captação e gestão própria, tornou

a iniciativa uma possibilidade de experimentação, sem comprometer as carteiras creditícias das cooperativas Cresol, ao mesmo tempo que a análise de sua saúde financeira pudesse ser avaliada de forma independente.

Essa sem dúvida é uma das principais vantagens para o Sistema, pois pode oferecer um novo serviço para um público diferente sem trazer risco para as cooperativas. Além do mais, pode ser uma porta de entrada de um tipo novo de cliente que foi experimentado e aprovado conforme seu histórico dentro da SOLCREDI. (INFOCOS, 2015, p. 76).

Entre suas primeiras definições (INFOCOS, 2015, p. 73), evidencia-se localizar cooperativas que já possuíam esta proximidade e diálogo com a comunidade local.

Desta forma, ela instalou-se nos municípios de Francisco Beltrão, Marmeleiro, Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste, todas no Paraná. De acordo com informações disponibilizadas no *site* da Solcredi ([s.d.]), entre os principais produtos creditícios oferecidos, a Solcredi atua com clientes individuais, associações comunitárias, cooperativas de produção e comercialização, empresas individuais, prestadores de serviços autônomos ou informais (comércio em geral, profissionais liberais, doceiras, costureiras, restaurantes, confeitarias, autônomos, ambulantes, clínicas de estéticas, vendedores, oficinas mecânicas, salões de beleza, entre outros) e microempreendedores. Não é observado o critério da formalidade para cessão do crédito, e sim um projeto de negócio, proposto pelo cliente.

Como prestadora de serviços, a Solcredi, por meio de seus Agentes de Crédito, visitam bairros, comunidades e comerciantes para apresentar a instituição, reconhecer necessidades e em casos necessários e possíveis, oferecer o crédito.

A metodologia de abordagem, segundo entrevistados na pesquisa, se aproxima muito de uma metodologia adotada por outras instituições de microcrédito e OSCIPs: balanço falado. Este método possibilita ao agente identificar e mapear sistemas de renda primários em que o futuro cliente nem sempre identifica como renda, mas que, do ponto de vista financeiro, fica oculto, uma vez que estes clientes não possuem uma movimentação monitorada por sistemas contábeis.

É a informalidade econômica que mantém estes indivíduos movimentando em torno da atividade produtiva, e este mapeamento realizado pelo Agente de Crédito aproxima o agente da realidade vivida e ajuda a identificar futuras necessidades de aplicação de sua carteira.

Contudo, na Solcredi, após a visita do Agente de Crédito, segundo as entrevistas coletadas, identificaram que a proposta de crédito, em caso de efetivada pelo cliente, recebe uma avaliação de um conjunto de pessoas, denominada de Comitê.

Entre os principais produtos financiáveis, atualmente, a Solcredi oferece:

Aquisição de ferramentas, máquinas e equipamentos novos e usados; Recuperação e/ou conserto de máquinas, veículos utilitários e equipamentos, efetuados por empresa tecnicamente

idônea e que dê garantia de funcionamento; Melhoria e/ou ampliação de instalações, desde que destinados a negócio. Capital de giro para aquisição de Mercadorias; Matéria-prima; Insumos. (SOLCREDI, [s.d., s.p.]).

A criação da Associação de Micro e Pequenos Empreendedores Rurais e Urbanos tem o objetivo de proporcionar o acesso a recursos financeiros para a população que trabalha por conta própria, mas que tem dificuldades de conseguir empréstimos em instituições financeiras em virtude de, na sua maioria, se manterem na informalidade, ou não possuem garantias, por se tratar de trabalhadores autônomos que não possuem declaração de renda, como forma de justificar sua movimentação financeira.

Segundo os entrevistados, a Solcredi se constituiu num “laboratório” em que reconhecer este público como economicamente ativo, compreender e aperfeiçoar as metodologias de abordagem, assim como os instrumentos técnicos e tecnológicos necessários a gestão de uma carteira de microcrédito, foi decisiva para que em 2016 a Cresol pudesse estruturar melhor seus produtos e serviços a um público amplo.

A Resolução n. 4.434, de 2015, que reorganiza e classifica cooperativas de crédito no Brasil, praticamente transformou todas as cooperativas de crédito segmentadas em múltiplas, tornando a “exclusividade” de atuação com agricultores familiares, em “público preferencial”, mas oportunizando a inúmeras outras categorias de associar-se, em caso de interesse.

Segundo os entrevistados, “[...] esta vivência oferecida pela Solcredi, recoloca a Cresol, internamente, a um novo desafio, de enxergar no meio urbano a outra face do desenvolvimento local, permeado por pessoas que carecem de apoio creditício e serviços financeiros.”

Desde a criação da Solcredi, em 25 de abril de 2012, foi possível identificar que a grande maioria de seus clientes se constitui nos prestadores de serviço, conforme apontado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Ramos de origem dos microempreendedores

Divisão	% dos empréstimos	% do valor
Produção	3,33%	3,17%
Comércio	21,67%	20,23%
Serviço	48,33%	47,67%
Misto	26,67%	28,94%

Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir de dados extraídos de relatórios internos.

Observamos no quadro anterior que uma grande fatia dos recursos é destinada a trabalhadores que prestam serviços, tais como salões de beleza, panificadoras, pedreiros, manicures, eletricitas, azulejistas e demais profissionais cuja remuneração resulta de seu próprio trabalho.

Quando apontado que 21,67% atuam com a área de comércio, significa que são profissionais que possuem a relação de comercialização de bens junto com serviços, como vendedores ambulantes de vestuário, cosméticos, infraestrutura, eletrônicos e outros bens de consumo.

A área mista é identificada como por profissionais que atuam na prestação de serviço, aliados à comercialização, como um eletricitista que também comercializa materiais elétricos, salões de beleza que atuam junto com a área de comércio de roupas ou produtos cosméticos.

Para uma melhor compreensão do que se tratam estas áreas, é necessário identificar o que diz o Portal do Empreendedor, uma ferramenta criada pelo governo federal que ajuda a identificar diante das atribuições desenvolvidas pelo autônomo ou empreendedor individual, qual o setor prioritário da sua atividade.

No quadro a seguir, apresentamos que os valores médios de contrato, que demonstram uma necessidade de valores entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil. Observa-se que a maioria destes provém de profissionais autônomos ou informais, que não dispõe de garantias reais para acessar créditos em instituições tradicionais.

Quadro 2 – Valores médios dos contratos

Faixa de valores	% de contratos
Até R\$ 2 mil	3,33%
De R\$ 2 mil a R\$ 3 mil	28,33%
De R\$ 3 mil a R\$ 5 mil	8,33%
De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil	11,67%
De R\$ 10 mil a R\$ 15 mil	48,33%

Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir de dados extraídos de relatórios internos.

De acordo com os entrevistados, entre as 320 operações realizadas, o valor médio dos contratos é de R\$ 7.000,00, mas foi possível criar a partir de dados de relatórios consultados pelos autores, que se somados os valores até R\$ 5.000,00 se atinge 39% dos clientes, um número considerável de atendimentos. Estes dados indicam que são os pequenos valores que contribuem para saldar as necessidades mais imediatas de seus clientes, como contratos mais curtos.

Ainda é possível perceber que há uma fatia considerável dos clientes da Solcredi, que necessita de valores um pouco mais elevados, ou seja, acima de R\$ 10 mil, totalizando aproximadamente 50% dos créditos efetivados, que, de acordo com entrevistas coletadas, são necessários em contratos que tratam de propostas de investimentos, ou mistos, como poderemos observar no quadro 3.

Quanto à utilização do capital, temos a seguinte composição, utilizando-se também na comparação o valor tomado pelos microempreendedores:

Quadro 3 – Principais itens utilizados para contratação

Utilização	% de empréstimos	% do valor emprestado
Capital de giro	55,00%	37,50%
Fixo em bens e imóveis	11,67%	17,06%
Misto (fixo e giro)	33,33%	45,38%

Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir de dados extraídos de relatórios internos.

Denota-se que a finalidade de capital de giro, como a aquisição de máquinas, equipamentos e/ou outros bens, é uma necessidade dos microempreendedores, visto que 55% dos empréstimos foram destinados para esta condição, contudo, há uma relação de que a maior parte dos valores foi para contratos em que há uma soma entre o capital de giro e investimentos.

Mesmo o índice de empréstimos ter sido menor na destinação de utilização mista em comparação ao capital de giro, mas o valor emprestado é significativamente superior, o que considera as duas variáveis nessa diferença.

Em linhas gerais, a estruturação dos microempreendedores com relação a imobilizado não é uma característica predominante, porém, nos casos em que o capital foi destinado tanto para a aquisição de imobilizado, quanto para capital de giro, a imobilização se deu em alguns casos na renovação de imobilizados.

A segmentação dos recursos emprestados é significativa na área de prestação serviços, tanto no total de recursos emprestados quanto nos valores repassados, conforme observado pelos autores.

Não foi possível durante a pesquisa sistematizar ou obter informações sobre outras variáveis consideráveis, como o percentual de informalidade na relação ao microempreendedor formalizado, porque a instituição não adota este critério nas avaliações de seus comitês.

8 Considerações finais

Em tempos de questionamentos aos projetos hegemônicos de desenvolvimento, há um apelo ao estímulo das diversidades, inclusive, produtivas na busca de elementos que contribuam com o crescimento dos territórios. Becattini (1994, p. 3) afirma que a convergência geográfica, somada aos laços culturais, características históricas e naturais, podem ser a base para um processo virtuoso de desenvolvimento, pois as pessoas tendem a buscar redes solidárias para suas relações comerciais.

E, desta forma, inúmeros pequenos empreendimentos constroem seus planejamentos para o crescimento do negócio, a partir da sua rede próxima de relacionamentos, com vizinhos, conhecidos e amigos que podem fazer uso dos serviços que prestam.

O microcrédito se torna não somente o dinheiro em si, mas a oportunidade de modificar atitudes e de ampliar a rede de relacionamentos pessoais e comerciais do empreendedor. Esta mudança proporcionada aos indivíduos empreendedores contribui para a autoestima dos envolvidos, a tomada de atitudes responsáveis, diante do compromisso junto aos seus clientes, com a instituição financeira e construção do desenvolvimento da cultura de valorização do crédito, e de sua manutenção.

Nos casos específicos de operações com grupos excluídos, subsumidos ou desempoderados, os efeitos além-econômicos são maiores ainda do que em grupos apenas de empreendedores comerciais, pois os programas destinados a estes grupos vêm somados a inúmeras oportunidades de acesso à informação, cursos profissionalizantes e busca por mercados alternativos que não são objetos de disputas com grandes mercados de produtos-homogeneização. Estas economias que mantêm aquecidas muitas comunidades se tornam a expressão e identidade do grupo.

O desenvolvimento nesta perspectiva passa a se enraizar e a modificar quadros de dependência e exploração de grupos ou comunidades. Torna-se uma possibilidade de mudar sua realidade, por dentro ela mesma, pois, além do capital financeiro, este mecanismo do crédito gera nova cultura, novos sentimentos entre as pessoas, e isso aumenta o capital humano que se envolveu nestas novas relações.

De maneira geral, a necessidade apresentada nos setores em que os microempreendedores ou autônomos vivem na informalidade é considerável por se tratar de economia não reconhecida pelo sistema financeiro tradicional, isso pode ser constatado no referencial teórico consultado, e que encontram-se desestimulados a acessar em instituições que exigem a formalidade e garantias reais.

Destarte, temos experiências de norte a sul do País, e, apesar dos créditos serem destinados a microempreendedores e de valores limitados, a movimentação efetuada nesse ramo é consideravelmente relevante, pois se situam em regiões, negócios ou situações em que as pequenas economias mantêm a relação comercial, aliada às relações de confiança entre o empreendedor e o usuário de seus serviços.

Conforme afirmado por Yunus, ironicamente, o microcrédito que é construído em redor, pelo e com o dinheiro, não tem no seu âmago, na sua raiz profunda, nada a ver com o dinheiro. Tem a ver com ajudar as pessoas a realizarem totalmente os seus potenciais. Não tem a ver com capital financeiro, mas com capital humano. O dinheiro é uma mera ferramenta que ajuda à realização dos sonhos, que ajuda as pessoas mais pobres e mais desafortunadas a ganhar dignidade, respeito e um sentido para as suas vidas (YUNUS, 2003).

O microcrédito, de forma geral, tem sido inovador na sistemática de concessão de crédito, pois desmitifica que a única forma de garantia é a que paga a conta; a propósito, as garantias apresentadas no microcrédito, em sua maioria avalistas, o que auxilia na baixa inadimplência, é o acompanhamento, característica metodológica do microcrédito.

O microcrédito é uma forma de apoiar iniciativas de autoemprego por parte de trabalhadores com iniciativa e ideias que, em sua maioria, apresentam resultados satisfatórios ao longo do tempo.

A Solcredi permitiu verificar a necessidade de microcrédito para micro e pequenos empreendedores, em alguns municípios, mas que se analisando do aspecto quantidade de lugares onde a Cresol atua, pode ser encarada como uma demanda crescente. A experimentação ou laboratório, que se tornou a Solcredi desde 2012, como citado pelos entrevistados, se propõe a ser uma forma de trazer à luz, pessoas, empreendedores que na informalidade mantêm vivos e ativos por meio de seu trabalho, garantindo renda a ele e a suas famílias.

Esta iniciativa, que inicialmente pode parecer apenas um negócio, se aprofundada, pode exprimir o que de mais solidário se pôde materializar na cooperação econômica, onde os agricultores familiares e trabalhadores urbanos compartilham e crescem juntos gerando desenvolvimento local.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Cinco anos de Crediamigo**. São Paulo: USP, 2012.

_____; JUNQUEIRA, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista ADM**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 19-33, mar. 2005.

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito. **O microcrédito na Europa**. 2010. Disponível em: <<http://www.microcredito.com.pt/microcredito-no-mundo/microcredito-na-europa/o-microcredito-na-europa/30>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2008.

_____. **Resolução 4.434 de dezembro de 2015**. Brasília: BCB, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=Res&ano=2015&numero=4434>>. Acesso em: 15 maio 2016.

BANCO DO NORDESTE. **Relatório 2013**. Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste. 2013.

BARONE, F. M. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho de Comunidade Solidária, 2002.

BECATTINI, G. O. Distrito Marshalliano. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999**. Brasília: Congresso Nacional, 1999.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010.

INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. **Cooperativa Escola: Bem-Vindo à Cresol**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2016.

_____. **Curso de Formação para Conselheiros de Administração da Central CRESOL Baser**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2015. (Série Cooperativa Escola Gestão e Administração, Ano I).

_____. **Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário**. Londrina: Midiograf, 2010.

_____. **Origem da cooperação**. História e concepção do cooperativismo. Francisco Beltrão: Grafit, 2006. Cadernos I. (Série Gestão do Cooperativismo).

RELATÓRIO ANUAL DA AMCRED-SC. **A força do microcrédito catarinense**. Florianópolis, set. 2012.

_____. **A força do microcrédito catarinense**. Florianópolis, set. 2013.

ROSALES, R. **Marco jurídico para as instituições de microcrédito**. Maio, 2000. (Seminário Internacional BNDES – Microfinanças).

SANTANA, C. Uma leitura das finanças solidárias como alternativa de acesso ao crédito para a população de baixa renda. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SOLCREDI. **Portal da Associação Nacional de Microempreendedores Urbanos e Rurais**. [s.d.]. Disponível em: <www.solcredi.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2016.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2003.

GT 3

GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO, INSTITUCIONALIDADES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GT 3 – Governança do território, institucionalidades sociais e desenvolvimento regional: discutir o papel dos movimentos sociais, de diferentes atores e instituições sociais como protagonistas da governança territorial na perspectiva de ações e estratégias políticas e socioprodutivas para o desenvolvimento regional/local.

GLOBALIZAÇÃO: HOMOGENEIZAÇÃO OU CONTRADIÇÃO?

Claudio Machado Maia¹

Resumo

Este estudo reflete sobre globalização, sua caracterização e gênese, impactos, mudanças, uma contradição dialética. Descrevem-se algumas noções de território que permitem uma perspectiva de análise considerando a composição e a complexidade da mudança social. Apresenta-se uma breve reflexão a respeito da globalização contrapondo a discussão de que é homogenizadora.

Palavras-chave: Território. Região. Local. Mercado. Globalização.

1 Introdução

O verdadeiro nome da globalização é mundialização do capital, um processo de desenvolvimento do capitalismo mundial que possui características particulares e que não pode ser confundido com a expansão do mercado mundial ou de outras fases de desenvolvimento do capitalismo moderno. “Falar de mundialização do capital é referir-se a um regime de acumulação que se caracteriza pela predominância hegemônica do capital financeiro na dinâmica da acumulação de riqueza capitalista.” (MACHADO, 2003, p. 13).

Em primeiro lugar, pelas suas próprias características de privilegiar os agentes financeiros em detrimento do crescimento econômico e da produção sob a promessa de uma suposta modernização, tendo, dessa forma, o impacto direto no mundo do trabalho e na produção, contribuindo para o aumento do desemprego estrutural e das formas de precarização do estatuto salarial da força de trabalho. Em segundo lugar, por acirrar uma lógica intrínseca à própria modernização capitalista, o processo de financeirização tende a ser seletivo, excludente e desigual, pois passa a selecionar países, regiões e setores da economia que lhe interessam à rentabilidade líquida e segura. Em terceiro lugar, a crescente mundialização do capital explicita sua face mais áspera na sua

1 Doutor em Desenvolvimento Rural. Temática e abordagem de estudo vinculados à Rede de Desenvolvimento Territorial e Interação Regional (ReDeTIR). Professor titular e docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina, Brasil. *E-mail:* <claudiomaia.dr@hotmail.com>.

incontrolabilidade como processo sociometabólico, atingindo a modernidade capitalista² (MACHADO, 2003, p. 13-14).

Este artigo dá andamento a uma série de estudos e debates que têm sido desenvolvidos considerando os desafios para o desenvolvimento territorial que tem emergido das dinâmicas geradas pelos processos de integração regional conjugados com a consolidação da globalização e de fenômenos associados às complexas relações entre o global e o local. Por outro lado, refletir sobre o caráter contraditório deste processo de que, ao mesmo tempo, conforme Diniz (2001, p. 5),

[...] seu resultado conjunto, simultâneo, justaposto, sinérgico e contraditório desses processos tem sido um crescente aumento dos fluxos de informação, capitais e pessoas e do comércio de bens e serviços, aumentando as distintas formas de integração entre países e regiões.

Globalização também poderia ser entendida como a indicação do fim do Estado-Nação, no sentido de que a hegemonia do mercado e imensa mobilidade do capital derrubariam barreiras econômicas, culturais, políticas e sociais, entre países e regiões, resultando num mundo desterritorializado, econômica e socialmente homogêneo, no qual as grandes corporações atuariam livremente e sem nenhuma fidelidade aos Estados onde estão localizadas.

2 Globalização

Considera-se que os estudos sobre globalização apresentam vastas perspectivas de interpretações e o caráter multifacetário das transformações observadas relacionadas com as diferentes associações entre mudanças globais e consequências locais³. Cabe aqui esclarecer um pouco mais sobre este termo e sua relação com a perspectiva analítica aqui apresentada. Por outro lado, neste artigo também se apresenta uma alternativa de reflexão a respeito de seu caráter contraditório.

Este processo de mudança tem sido modificado ao longo do tempo e adquirido diferentes significados. Conforme afirma Sztompka (1995), as sociedades antigas vivenciaram um completo mosaico de unidades sociais, que viviam frequentemente isoladas e eram extremamente diversificadas. Havia múltiplas entidades políticas separadas, que iam desde as hordas, as tribos, os reinos, os impérios, até a forma relativamente recente de dominação, que são os Estados-Nação. Existiam economias independentes, fechadas, autárquicas, e variadas culturas indígenas que conservavam sua identidade única. A sociedade atual apresenta um quadro

2 Sobre esse conceito, a globalização pode ser vista como resultado histórico da derrota política dos trabalhadores em seus polos mais organizados e da ofensiva do capital nos vários campos da vida social. Tal incontrolabilidade do capital financeiro pode ser vista também como a perda de controle dos agentes sociais.

3 Conforme Machado (2003, p. 39), “[...] a palavra globalização converte-se num termo adequado para designar de forma mais geral a uma força que atua em diferentes dimensões, superior a vontade dos atores individuais ou coletivos locais.”

completamente diferente (SZTOMPKA, 1995, p. 111-112). Neste ínterim, houve enorme processo de mudança, cujos pontos de intersecção, contato e ruptura local estão descritos ao longo da história da humanidade. Por outro lado, Moreira⁴ (2006, p. 17) descreve que:

Globalização é um conceito recente e polissêmico que, mau grado o vastíssimo e sempre crescente acervo bibliográfico que lhe é dedicado, está longe de se poder considerar consolidado e de aceitação universal. Neste texto globalização é entendida como o resultado de um processo dialético e desigual de compressão do espaço e do tempo⁵ que envolve um sistema de forças muito diversificadas. Forças econômicas, sociais, políticas, ideológicas e até religiosas que, desde as últimas três décadas do século XX, vêm modelando e remodelando a divisão internacional de trabalho, favorecendo a acumulação de capital e promovendo a homogeneização dos comportamentos e dos consumos humanos ou a elas se opõem.

Nesta perspectiva, no centro da globalização está o capital financeiro internacional⁶ que desenvolve estratégias para adaptar os padrões de acumulação a condições geoeconômicas e geopolíticas em mudança acelerada num ambiente econômico de crescimento do poder de compra de parte significativa dos países e populações mais diretamente envolvidos pelos fenômenos acima descritos. Conforme Moreira (2006), embora a globalização tenha ambição planetária, tem, sobretudo, que ver com os países da tríade EUA, Europa Ocidental e Japão, deixando muitas áreas e populações mais pobres como meros sujeitos passivos ou completamente a parte das manifestações econômicas do fenômeno.

Sobre esta problemática da globalização, apresenta-se, aqui, uma interpretação dos processos de ampliação dos mercados mundiais que deram forma à globalização atual e estabeleceram suas regras. Entretanto, é possível substituir o acerto político que criou este estilo de globalização por outro (ou políticas) que oriente o aumento da integração entre as sociedades do mundo em torno dos objetivos de equidade social para solução de problemas nacionais que hoje aparecem como sem solução (MOREIRA, 2006).

Na gênese desse processo, de um lado assumem papel determinante certos fenômenos no âmbito do político e do ideológico os quais estão na base da hegemonia ideológica neoliberal, e de outro lado, estão considerações geopolíticas ligadas aos interesses da potência hegemônica⁷.

4 ReDeTIR. Professor no Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia, na Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

5 No sentido de Giddens (1992 apud MOREIRA, 2006, p. 17).

6 Entendido em sentido lato como o conjunto das empresas transnacionais e as instituições financeiras com dimensão e âmbito de atuação transnacional.

7 Conforme Moreira (2006, p. 18), mesmo aceitando-se a posição de Wallerstein (2001) sobre a forte diminuição do poder que vem ocorrendo desde os anos 50 do século passado, defende-se que os EUA são a potência hegemônica. A supremacia militar e o peso, determinante, dos EUA nas organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou até mesmo a OCDE reforçam esta tese. Mesmo que necessitando do suporte das outras economias desenvolvidas, os EUA detém a liderança no centro do G7, o fórum onde acontece grande parte da política econômica internacional e o sentido da globalização acaba por ser determinado.

Conforme Moreira (2006, p. 18-19), a agenda ideológica neoliberal resulta de fenômenos de *agency* decorrentes da ação de influentes grupos de reflexão que, ao longo dos anos, foram capazes de desenvolver uma ação persistente de estudo teórico, pesquisa empírica e propaganda, revelando resultados eficientes. Tais grupos de reflexão envolvem acadêmicos de reputação, capitalistas com vocação filantrópica ideologicamente orientada, que os financiam, políticos influentes que vão desde jovens promissores até os que ocupam cargos de dirigência e que também canalizam verbas estatais para esses fins, ou os que se fazem ouvir pela opinião pública, ou mesmo proprietários ou diretores de órgãos de comunicação e influentes jornalistas. Em resumo, individualidades que, além de serem capazes de financiar esses grupos de reflexão (*think tanks*), sua influência na opinião pública os transforma em fazedores de opinião pública (*opinion makers*) com presença constante nos órgãos de comunicação social, muitas vezes a eles ligados por formas contratuais ou outras.

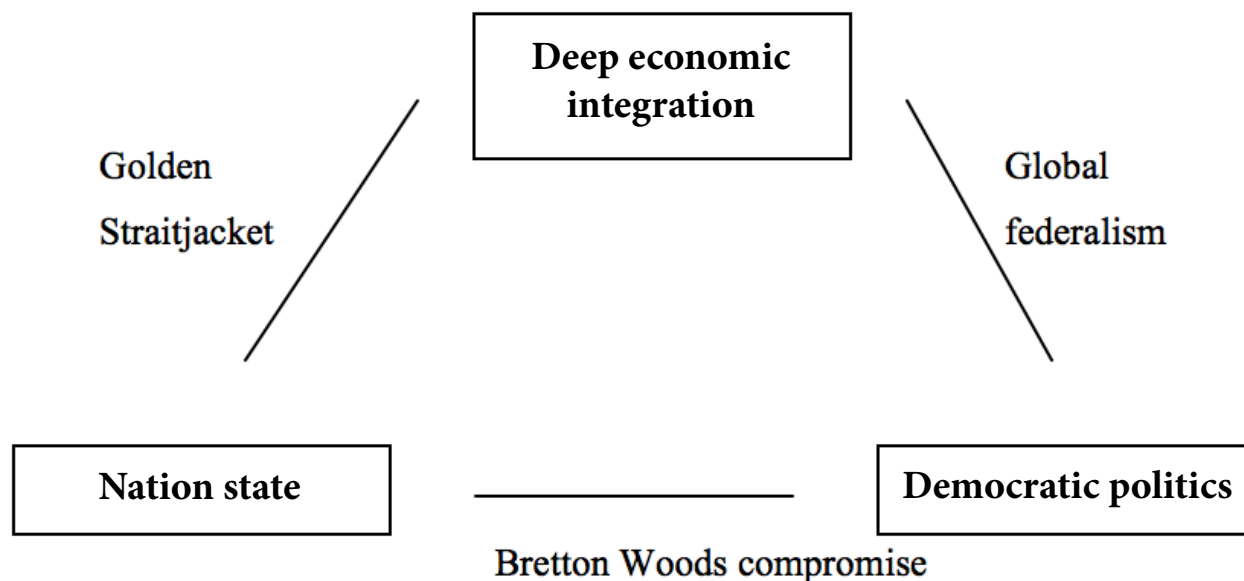
Em termos geopolíticos, apresenta-se a posição convergente dos críticos de esquerda ao afirmarem a globalização ser uma nova roupagem do imperialismo americano, ou a posição de observadores do *establishment* americano, como o antigo secretário de Estado americano Henry Kissinger, que afirmou tratar-se de uma nova palavra para caracterizar o papel dominante da América no mundo, ou mesmo Lawrence Summers, responsável do Tesouro na administração Clinton (e integrante do governo de Barack Obama, como conselheiro econômico de janeiro de 2009 a novembro de 2010), que afirmou que “a nossa ideologia, o capitalismo, está em ascensão em todo o lado”, defendendo que é do interesse para a segurança da América assegurar-se que todos os países seguissem o globalizador Consenso de Washington⁸ (LAXER, 2003, p. 138-139 apud MOREIRA, 2006, p. 19).

No entanto, esta visão é bem restrita, pois mesmo que seja importante o impulso dado à globalização pelos EUA, o fenômeno não é eminentemente americano. Assim como não se aceita a ideia de que não importa a nacionalidade da origem das transnacionais só pelo argumento que é o capital global o dinamizador da globalização. Entretanto, numa posição intermediária, defende-se que a globalização decorre da relação dialética do capital com os diferentes estados-nação, em que, aos aspectos estruturais inerentes a essas relações, se juntam as contingências consequentes de contextos diferenciados e dos fenômenos de *agency* que acabaram por se revelar determinantes para o iniciar da globalização.

Outra perspectiva de análise para abordar a globalização é desenvolvida por Rodrik (2002, p. 1), naquilo que define como trilema político da economia global, descrevendo que o sistema estado-nação, políticas democráticas e integração econômica total não são compatíveis. Segundo o autor, a globalização é uma alternativa de melhoria do padrão de vida, ao mesmo tempo que a democracia garante que as decisões políticas possam ser tomadas pelos que são diretamente afetados por elas (ou pelos seus representantes), e não se abdicando da autodeterminação que se exprime através dos estados-nação. E que não é possível assegurar simultaneamente essas três condições, uma vez que seguir a direção de mercados globais sem governança global é insustentável. Quanto muito, para diferentes situações, assegura-se que ocorram no máximo duas destas condições (ou polos) do trilema.

8 Consenso de Washington que impõe aos países dependentes a receita da liberalização, da privatização e da desregulação e como corolário a exigência de equilíbrio orçamental, da chamada verdade dos preços e da recusa de subsídios estatais para os mais desfavorecidos, embora não se oponha à concessão de apoios estatais para atrair o capital global.

Figura 1 – The political trilemma of the world economy



Fonte: Rodrik (2002, p. 25).

Satisfazer os três polos ao mesmo tempo levaria a uma situação extrema que mais pareceria de ficção científica⁹. Situação que, por mais que sejam poderosas as forças globalizadoras, não parece viável num horizonte temporal de médio prazo¹⁰, mostrando-se claramente incompatível com os processos democráticos correntes e com a manutenção de uma ordem mundial baseada em Estados-nação soberanos e independentes.

Importa esclarecer que se a hegemonia ideológica neoliberal pode legitimamente ser considerada como condição necessária para a globalização que conhecemos, não pode ser tida como suficiente. Uma vez que outras condicionantes são necessárias e levadas em consideração, tais como, o desenvolvimento das tecnologias de transporte, da logística e, principalmente, a revolução nas tecnologias de informação (CASTELLS, 1996 apud MOREIRA, 2006, p. 20; CASTELLS, 2003)¹¹. Ou seja, o entendimento é de que na gênese do processo de globalização interessante ao capital financeiro internacional estão as decisões políticas. Decisões que puseram em marcha um processo que inaugura outra fase do capitalismo mundial¹². Aspectos que apresentam mudanças

9 Numa exemplificação apresentada por Rodrik (1998), vê-se que numa economia mundial completamente integrada economicamente teríamos uma situação em que o preço da mão de obra seria aferida pelos salários de Shenzhen (China), o preço do dinheiro seria fixado em Wall Street e a fiscalização determinada pelos padrões das ilhas Caimão.

10 Médio prazo no sentido de Keynes, para quem no longo prazo estaremos todos mortos.

11 As condições materiais acabam por determinar a rapidez e o alcance da globalização, mas só mostram efeitos práticos a partir do momento em que a situação amadurecer até um ponto em que, ao nível da ação política, os decisores governamentais, sobre pressão do capital internacional, conseguirem fazer passar as mudanças que criam as condições de exequibilidade do processo globalizador.

12 Fase caracterizada, entre outras, pela mudança dos modelos de organização das empresas (crise do modelo fordista e emergência do pós-fordismo); pela liberalização do comércio internacional; pelo crescimento do investimento direto no estrangeiro; pelo surgimento de um verdadeiro mercado financeiro globalizado caracterizado pela liberdade dos movimentos de capitais, bem diferente dos mercados financeiros do passado.

tanto qualitativas, quanto quantitativas no panorama do capitalismo mundial justificando a variada produção teórica sobre um novo conceito para delas dar conta, a globalização (MOREIRA, 2006, p. 20-21).

Importa nessa gênese um processo que, ao longo dos anos, a indispensabilidade da intervenção do Estado na economia, ao estilo keynesiano, não questionado desde a grande depressão, foi substituída pela retórica da recusa dessa intervenção¹³.

3 Da globalização ao território

À oposição local-global, as noções de território e de globalização são antagônicas e, por isso mesmo, complementares e inseparáveis. A globalização caracteriza um movimento planetário que alcança todas as dimensões da vida, não somente econômicas, mas a vida social e cultural. Em suas expressões mais temíveis, é um movimento totalizador que ameniza todas as especificidades locais e culturais (LINCK¹⁴, 2006, p. 107). É a partir desta visão, das pressões que envolve a globalização, que se apresenta um questionamento em torno da apropriação dos territórios.

Ao contrário de muitas interpretações e posições, as características e a natureza das transformações ocasionadas pela globalização levam ao entendimento de que seu efeito não é um simples aumento da internacionalização e da uniformização dos fluxos e homogeneização do espaço social mundial, mas um processo contraditório, com resultados geográfica e socialmente diferenciados, tanto na forma, quanto no conteúdo. Nesse sentido, conforme Lefebvre (1991) e Santos (1978), é necessário entender que o processo de produção capitalista e de produção do espaço são simultâneos e indissociáveis, uma vez que o espaço social é um produto social. E, sendo cada região ou localidade possuidora de atributos e herança histórica próprios e inigualáveis, incluído os meios físicos construídos, o espaço é, ao mesmo tempo, uma estrutura subordinada e subordinante e, portanto, elemento ativo e agente de sua própria construção histórica.

Diniz (2001, p. 6), ao referenciar Castells (1999), a esse respeito, analisando-se os efeitos da globalização e da emergência de uma sociedade em rede, demonstra que o espaço não se uniformiza.

Embora defendendo a idéia de que o espaço de fluxos subordina o espaço de lugares, através da constituição de uma metarrede, reconhece que a economia global gera uma dinâmica regional diferenciada, com segmentações territoriais e sociais. Mostra a força e a dominância das relações entre a tríade Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, passando pela análise da segmentação da economia global, pelas mudanças na divisão internacional do trabalho, pela difícil situação da América Latina, pela exclusão da África, e pela incorporação segmentada das ex-repúblicas soviéticas. Conclui 'a economia global resultante da produção e concorrência com base informacional caracteriza-se por sua interdependência, assimetria, regionalização,

13 Conforme Moreira (2006), diz-se retórica porque o capital não deixa de exigir a intervenção estatal sempre que dela necessita. Como foi amplamente documentado na resposta à crise financeira de 2007/2008.

14 Autor vinculado à ReDeTIR e INRA – Systemes de Décision pour le Développement.

crescente diversificação dentro de cada região, inclusão seletiva, segmentação excludente e, em consequência de todos esses fatores, por uma geometria extraordinariamente variável que tende a desintegrar a geografia econômica e histórica.' (DINIZ, 2001, p. 6).

Conforme Diniz (2001, p. 7), do ponto de vista da análise empírica, uma das grandes contradições do discurso da globalização como homogenizadora do espaço econômico e generalizadora dos benefícios sociais é a criação de blocos regionais. O próprio processo de unificação europeia, a partir da década de 1950, e seus sucessivos avanços e ampliações, ao aumentar o comércio intra-regional e fortalecer o próprio bloco, passou a pressionar outros países e regiões no sentido de se defenderem do protecionismo regional, criando novos blocos protecionistas, a exemplo do ASEAN, NAFTA, Mercosul, entre outros, demonstrando uma situação paradoxal: globalização e regionalização como duas forças simultâneas e contraditórias, produto do mesmo processo (DICKEN; PECK; TICKELL, 1997; CONTI, 1997; BONAVERO; DANSERO, 1998). Outro exemplo é o fato de que enquanto se discutia, teoricamente, o fim do estado-nação, nenhum deles foi eliminado. Ao contrário, a desintegração da União Soviética levou à criação de vários novos estados-nação, demonstrando a força da cultura, das etnias, das religiões e outros valores na conformação das solidariedades econômicas e políticas regionais.

Logo, a globalização, sendo heterogênea na forma e efeitos, envolve interações intrincadas e justapostas de uma ampla variedade de aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, institucionais, com tendências inter-relacionadas, cujos agentes tanto na cooperação quanto na competição possuem poderes de ação diferenciados e em permanente mutação. Universaliza, mas, ao mesmo tempo, fragmenta e quebra o espaço mundial, em uma relação dialética na qual se aumentam as desigualdades e recriam diferentes escalas territoriais (SWYNGEDOUW, 1997; BRENNER, 1999; DICKEN; PECK; TICKELL, 1997; CONTI, 1997).

4 Uma questão de escalas

No âmbito desta relação dialética que combina o hiperespaço da circulação do capital e das informações com o hipoespaço da produção e da regulação, ressurge o discurso acadêmico e a prática política da ação local na busca da construção econômica e social, redefinindo o lugar da localidade como lócus da vida econômica e social e como base das vantagens comparativas. O lugar da localidade, onde cada localidade é individualidade no sentido de seus atributos naturais, econômicos, antropológicos, históricos, sociais e políticos, portanto, havendo questões materiais e imateriais, não reproduzível nem copiável, o que gera certa competição interterritorial, que, por sua vez, exige escalas de controle e dominação, cooperação e competição, homogeneização e diferenciação, com ganho e perda de poder (SWYNGEDOUW, 1989, 1997).

O local como conceito multifacetado, envolvendo escala (tamanho/dimensão), diversidade (diferença/especificidade), autonomia e nível de complexidade, também é identificado com a ideia de lugar ou de região, como porção do espaço em que as pessoas habitam, realizam suas práticas diárias, ocorrem as transformações e a reprodução das relações sociais, a construção física e material da vida em sociedade. Assim,

o lugar, sendo visto como uma complementaridade das dimensões, localização, interação social e herança cultural, onde a região ou lugar, além de empírico, é representação social e agente de sua transformação.

5 Considerações finais

Logo, para Rodrik (2002), a globalização é uma alternativa de melhoria do padrão de vida, ao mesmo tempo que a democracia garante que as decisões políticas possam ser tomadas pelos que são diretamente afetados por elas (ou pelos seus representantes) e não se abdicando da autodeterminação que se exprime através dos estados-nação. Ou seja, na gênese do processo de globalização interessante ao capital financeiro internacional estão as decisões políticas.

Também, é interessante observar que importa nessa gênese um processo que ao longo dos anos leva à indispensabilidade da intervenção do Estado na economia, ao estilo keynesiano. Ainda, considerando os enfoques que sustentam a existência de um processo de globalização que relativiza os espaços nacionais a partir do crescimento nos fluxos de comércio, bens e serviços e a internacionalização da produção através de redes que operam globalmente, caracterizando-se num destacado processo de integração e expansão dos mercados financeiros. Conforme Conti (1997), Storper e Walker (1989), a globalização não elimina os contextos sociais e institucionais locais, mas reforça a importância dos tecidos locais. Estabelecem-se duas naturezas de competição e relações: a) fortes (técnicas e de mercado), na qual o processo de inovação é central; e b) fracas (identidade, atmosfera, interações, cultura industrial etc.), e que na confluência destas duas dimensões ou conceitos insere-se a dimensão local, como a da relação das empresas com o espaço, quando a organização local torna-se componente estrutural de um processo de natureza global.

Referências

BONAVERO, Piero; DANSERO, Egidio (Eds.). **L'europa delle regioni e delle reti**: I nuovi modelli di organizzazione territoriale nello spazio unificato europeo. Torino: UTET Libreria, 1998.

BRENNER, Neil. Globalisation as reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. **Urban Studies**, v. 36, n. 3, p. 431-451, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CONTI, Sergio. Global-local perspectives. A review of concepts and theoretical proposals. In: TAYLOR, M.; CONTI, Sergio (Eds.). **Interdependent and uneven development**. Aldershot: Ashgate, 1997.

DICKEN, Peter; PECK, Jamie; TICKELL, Adam. Unpacking the global. In: LEE, Roger; WILLS, Jane (Eds.). **Geographies of economies**. London: Arnold, 1997. p. 158-166.

DINIZ, Clélio Campina. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. (Texto para discussão, n. 168).

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. Oeiras: Celta Editora, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LINCK, Thierry. La economía y la política de la apropiación de los territorios. In: RIELLA, Alberto (Org.). **Globalizacion, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos**. Montevideo: Rosgal, 2006.

MACHADO, Jorge Alberto. **La Globalização (des)Controlada: crisis globales, desajustes econômicos e impactos locais**. São Paulo: Tendenz, 2003. 300 p.

MOREIRA, Manuel Belo. Globalização econômica: gênese e reflexões prospectivas. In: RIELLA, Alberto (Org.). **Globalizacion, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos**. Montevideo: Rosgal, 2006.

RODRIK, Dani. **Feasible globalizations**. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), Sept. 2002. (Working paper series, NBER n. 9129).

_____. Symposium on Globalization in Perspective: an Introduction. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 12, n. 4. p. 3-8, Autumn 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

STORPER, Michael; WALKER, Richard. **The capitalist imperative: territory, technology and industrial growth**. New York: Basil Blackwell, 1989.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither global nor local: “globalization” and the politics of scale. In: COX, Kevin R. (Ed.). **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York: The Guilford Press, 1997.

_____. The heart of the place: The resurrection of locality in an age of hyperspace. **Geografiska Annales**, v. 71(B), p. 31-42, 1989.

SZTOMPKA, Piotr. **Sociologia del Cambio Social**. Madrid: Alianza, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **America and the World: The Twin Towers as Metaphor**. Charles R. Lawrence II Memorial Lecture. Brooklyn College, Dec. 5, 2001. Disponível em: <http://essays.ssrc.org/sept11/essays/wallerstein_text_only.htm>. Acesso em: 18 fev. 2012.

REGIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NÃO HEGEMÔNICA

Marcos Antonio Nunes¹

Lenoir Heisler²

Cristiane Tonezer³

Resumo

A homogeneização do pensamento e modo de vida proposto pelo atual sistema econômico produz exclusões em diversos segmentos. Este sistema mundial hegemônico tem sido dominado nas últimas décadas pelos interesses da globalização capitalista neoliberal. Porém, são diversos os movimentos não hegemônicos que nascem dos movimentos sociais e organizações que se propõem a questionar a ordem dominante. Assim, o presente artigo tem a intencionalidade de analisar e discutir a cooperação de crédito solidário como forma de enfrentamento ao movimento homogeneizador proposto pela globalização. A análise tem por base o levantamento bibliográfico em obras produzidas sobre a experiência do sistema Cresol, somada a entrevistas realizadas com dois gestores da Cresol Pinhalzinho. O campo da análise empírica, portanto, foi o município de Pinhalzinho (SC). Como resultado observou-se a relevante contribuição da cooperação para o desenvolvimento regional; resistência ao movimento de homogeneização e construção de um modelo não hegemônico, na diversidade a principal aliada, valorizando e possibilitando a expressão das mais diferentes iniciativas, articuladas no processo de cooperação solidária.

Palavras-chave: Globalização. Desenvolvimento Regional. Cooperação.

1 Introdução

Os movimentos de resistência que se originam na prática cotidiana dos sujeitos – individuais e coletivos – constroem resistências e mudam a trajetória do desenvolvimento das regiões. Essas, mais do que espaços

1 Graduado em Serviço Social pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). *E-mail:* <mnunes@unochapeco.edu.br>.

2 Graduado em Sistemas de Informação, na Horus Faculdades. Pós-graduado (*lato sensu*) em Gestão de Cooperativas de Crédito, na Horus Faculdades. Mestrando em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, pela Unochapecó. *E-mail:* <lenoir.heisler@cresol-central.com.br>.

3 Doutora em Desenvolvimento Rural, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, na Unochapecó. *E-mail:* <tonezer@unochapeco.edu.br>.

geográficos, são permeadas por lutas político-ideológicas e conformam interesses diversos e contraditórios. Podem, ainda, não expressar a vontade da maioria da sua população.

Tendo como pano de fundo esse cenário, o presente artigo tem por objetivo discutir a cooperação de crédito solidário como forma de enfrentamento ao movimento homogeneizador proposto pela globalização no processo de desenvolvimento regional.

Ao apresentarmos a discussão sobre um movimento não hegemônico⁴, partimos do pressuposto que existe um movimento global hegemônico⁵. Para Ribeiro (2010), o sistema mundial hegemônico tem sido dominado nas últimas décadas pelos interesses da globalização capitalista neoliberal. O autor enfatiza que o sistema hegemônico guarda relações íntimas com o poder estatal, no qual os agentes econômicos conseguem gerar e manter a aparência para a sociedade, de que detêm o monopólio da legitimidade e legalidade das transações econômicas, mesmo quando desmascarados e envolvidos em atividades ilegais.

O desenvolvimento do presente trabalho tem por base levantamento bibliográfico em obras produzidas sobre a experiência do sistema Cresol, somada a entrevistas realizadas com dois gestores que estiveram presentes na concepção deste modelo de cooperativa e continuam como lideranças. A análise dos dados e das informações obtidas foi realizada tendo como referência categorias de análise consideradas primordiais nessa discussão, dentre as quais: globalização; desenvolvimento regional e políticas públicas; cooperação e desenvolvimento das regiões. Após, descreve-se o histórico do surgimento e consolidação do sistema Cresol. Por último, as considerações finais.

2 Cooperação para o desenvolvimento regional: uma análise teórica

Para compreensão do estágio atual da globalização é necessário refletir o papel dos Estados Nacionais, entes que estão acima da vontade individual dos indivíduos e são responsáveis pela organização da vida em sociedade, podendo atuar para proteção de seus territórios ou para abertura desses ao mercado mundial. No caso do Brasil, após a década de 1990, há uma opção clara do Estado brasileiro pela abertura de suas fronteiras ao comércio mundial. Essa opção contribuiu para o enfraquecimento do mercado interno, aumento do desemprego e fragilização das relações de trabalho.

4 Segundo Santos (2002, p. 74-75), “[...] a resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena escala, diversificadas, auto-sustentáveis, [...] a redescoberta do sentido do lugar e da comunidade, o que implica a redescoberta ou a invenção de atividades produtivas de proximidade. [...] Constituem globalização contra-hegemônica na medida em que lutam pela transformação de trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada. [...] No campo das práticas capitalistas globais, a transformação contra-hegemônica consiste na globalização das lutas que tornem possível a distribuição democrática da riqueza, ou seja, uma distribuição assente em direitos de cidadania, individuais e colectivos, aplicados transnacionalmente.”

5 Por movimento hegemônico pode ser compreendido a globalização econômica, a qual apresenta as seguintes características: “[...] prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado; a financeirização da economia mundial; a total subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital; o protagonismo incondicional das empresas multinacionais; a recomposição territorial das economias e a conseqüente perda de peso dos espaços nacionais e das instituições que antes os configuravam, nomeadamente, os Estados nacionais.” (SANTOS, 2002, p. 76).

Essa perspectiva corrobora com o entendimento de Bresser-Pereira (2009), para o qual o Estado é um instrumento imperfeito, que jamais representará a vontade de todos. O autor argumenta que Marx e Engels já entendiam o Estado como comitê executivo da burguesia, e que na constituição dos estados democráticos, a leitura da burguesia foi de que poderiam continuar se apropriando dos excedentes, sem o controle direto do Estado.

Nessa perspectiva, organiza estratégias para manter, mesmo que de forma indireta, o exercício do poder e o domínio sobre os trabalhadores. Cita-se, como exemplo, o aumento da taxa de desemprego, que mesmo em Estados democráticos, fragiliza o conjunto dos trabalhadores e dificulta avanços por melhores condições de trabalho.

Compreende-se que o processo de globalização, direta ou indiretamente, acaba por interferir na vida econômica, cultural, nas relações sociais e na própria subjetividade da maioria da população mundial. No entanto, esta interferência não é sentida e vivida por todos da mesma maneira, não sendo homogênea, tanto em extensão, quanto em profundidade (SANTOS, 2011).

Portanto,

[...] um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2011, p. 8-9).

Nesse sentido, torna-se necessário discutir os processos de globalização, sistema hegemônico e os processos não hegemônicos, visto a existência de uma inter-relação entre os dois.

O sistema mundial não hegemônico nos leva a outros raciocínios [...]. Denomino este sistema de não hegemônico e não de anti-hegemônico, porque seus agentes não intenciam destruir o capitalismo global ou instalar algum tipo de alternativa radical à ordem prevalecente. É não hegemônico porque suas atividades desafiam o *establishment* econômico em todas as partes, nos níveis locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. (RIBEIRO, 2010, p. 28-29).

A globalização atual se difere de outras épocas, especialmente pelo uso da tecnologia da informação. Santos (2011) afirma que para compreender o processo que conduziu a globalização atual é necessário levar em

conta dois elementos fundamentais: o estado das técnicas⁶ e o estado da política. Para o autor, frequentemente há tendência a separar uma coisa da outra, embora isso nunca tenha ocorrido na prática da história humana.

A história humana fornece o quadro material e a política molda as condições que permitem a ação. Na prática social, sistemas técnicos e sistemas de ação se confundem, e é por meio das combinações então possíveis e da escolha dos momentos e lugares de seu uso que a história e a geografia se fazem e se refazem continuamente. (SANTOS, 2011, p. 142).

Apesar do processo de globalização buscar a homogeneização das regiões, essa também pode ser vista como oportunidade. Se observarmos que o processo de regionalização deve considerar as especialidades de cada região e primar por um processo de desenvolvimento endógeno – que pressupõe participação do conjunto das pessoas e estímulo à autonomia dos atores internos –, a inserção no mercado global pode ser dinamizada e ocorrer de forma diferenciada.

Para Santos (2011, p. 10),

[...] podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

A partir deste apontamento, faz-se necessário discutir o desenvolvimento regional também a partir das políticas públicas.

São várias as abordagens que pretendem dar conta da complexidade inerente ao papel desempenhado pelo Estado na definição, implementação e avaliação das políticas públicas. Uma das perspectivas propõe a ampliação da capacidade do Estado, tornando-o capaz de dar conta dos desafios e exigências da modernidade, de sintonizar-se com os anseios da população e, ao mesmo tempo, exercer seu papel de indutor de consensos em torno de direitos e deveres dos cidadãos.

Em sua acepção mais genérica, a ideia de política pública está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios. [...] Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e

6 “Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico.” (SANTOS, 2011, p. 12).

a sociedade civil na sua constituição. [...] De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 17).

Os autores afirmam ainda que a política pública deve, na sua essência, ser promotora de cidadania, embora esteja envolvida em cenários por vezes diversos, especialmente atrelada a boa vontade e interesse da classe política. Assim, a política pública não pode ser reduzida à mera prestação de serviços, já que ela envolve projeto de natureza ético-política e numerosos níveis de relações entre o Estado e a sociedade. As políticas públicas são, portanto, respostas que não ocorrerão a menos que haja uma provocação. Em linguagem mais especializada, as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental.

Tendo presente a concepção de Estado como “comitê executivo da burguesia”, Marx e Engels (2009) evidenciam-se dificuldades para que este proponha, articule e organize um conjunto de políticas públicas capaz de produzir um processo de desenvolvimento na direção da socialização da riqueza coletivamente produzida. Entretanto, compreende-se que não há como pensar os processos de desenvolvimento sem a ação forte da política pública, e, portanto, do Estado.

Ao introduzir a noção de desenvolvimento a esta discussão, destaca-se que a preocupação com o desenvolvimento é um tema relativamente novo, tendo surgido após a Segunda Guerra Mundial. Abarca diferentes adjetivações e manifesta preocupação com questões que vão além do crescimento econômico, para incorporar no debate questões culturais, ambientais, sociais, políticas e econômicas.

Mais recente ainda surge a perspectiva do desenvolvimento regional. Para Ferrareze, Tomazelli e Magri (2010), o desenvolvimento regional é

[...] um processo que se origina dentro do organismo e é registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. (FERRAREZE; TOMAZELLI; MAGRI, 2010, p. 202).

Os autores afirmam ainda que o desenvolvimento regional é pautado em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage constantemente, recebendo influências positivas e negativas. Há, portanto, a necessidade de mobilização e iniciativa dos atores locais em torno de um projeto coletivo sob pena de que as mudanças geradas de fora para dentro não se traduzam em efetivo desenvolvimento, e, por conseguinte, não sejam internalizadas na estrutura social, econômica e cultural.

Um exemplo de desenvolvimento regional reconhecido na literatura internacional tem sido o caso da Terceira Itália. A região da Terceira Itália apresentou elevados índices de desenvolvimento advindos da aglomeração de pequenas empresas conhecidas também como distritos industriais, que, ao contrário dos grandes conglomerados industriais, permitem que a riqueza gerada permaneça e circule na própria região, criando um círculo virtuoso, valorizando a vocação de cada região e sua cultura, promovendo uma difusão do desenvolvimento (ILHA; CORONEL; ALVES, 2006).

Dado o formato organizacional do Estado Italiano, de tradição democrática e predominância de ligações horizontais, não hierárquicas, que favorece a participação e o associativismo, é grande a possibilidade de as administrações públicas locais interferirem na implantação e consecução de metas coletivas, o que possibilita a planificação do desenvolvimento econômico que passa a exigir a constante cooperação dos agentes presentes no território. Pauli (2009) argumenta que a participação do Estado Italiano na concessão de incentivos às pequenas empresas foi fundamental para o desenvolvimento da Terceira Itália, gerando também um sentimento de solidariedade, em que as empresas passaram a compartilhar padrão, marca e identidades comuns.

De outro lado, a apropriação privada dos resultados do trabalho e do conhecimento que é produzido de forma coletiva é um dos grandes entraves ao processo de desenvolvimento das regiões, pois contribui para concentração da riqueza e aumento da desigualdade social. Expressa-se a relevância das políticas públicas para inversão da lógica dominante e construção de um desenvolvimento regional sustentado, especialmente a ação das políticas sociais públicas, que alcançam os menos favorecidos da sociedade, e podem produzir mudanças significativas, rompendo com o ciclo da pobreza e da miserabilidade social.

Para Behring (2015), as políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão. Nessa perspectiva e considerando o cenário político-econômico que se adentra nos anos de 1990, com um país que faz uma clara opção pela política neoliberal, propagando a existência de um Estado mínimo – ao menos para os gastos sociais –, propor ações que visem ao desenvolvimento regional se torna um desafio, enfrentado por muitos cidadãos e organizações sociais, que ousam construir uma perspectiva à homogeneização.

Por outro lado, o desenvolvimento regional numa perspectiva endógena, contribui para o alargamento da democracia participativa, à medida que existe, por parte das pessoas, poder de decisão sobre o que produzir e o que fazer com os resultados dos produtos/serviços. A comunidade é responsável pela gestão do processo, e a cooperação é a base que solidifica e garante sustentabilidade, a exemplo da experiência do sistema Cresol.

Abramovay (2006) destaca o papel da cooperação e da partilha de conhecimento para o desenvolvimento das regiões, pois os territórios não se definem por limites físicos, e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. Diante dessa constatação, considera que as organizações regionais necessitam buscar a participação dos diferentes atores, de diferentes setores e políticas nos processos de planejamento territorial, ou seja, destaca o papel da intersetorialidade enquanto troca e construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre os diversos setores. Refere-se à população e aos seus problemas, circunscritos a uma região.

Para Pauli (2009), uma das vias para compreensão do surgimento do cooperativismo alternativo reside na disputa entre duas variantes axiológicas que orientaram as teorias capitalistas e socialistas no decorrer da história.

Assim,

[...] de um lado, o individualismo com a perspectiva de emancipação, traduzido especialmente na edificação do paradigma moderno; e de outro, o coletivismo que se estruturou pela relação à dicotomia indivíduo-sociedade no campo econômico que marca profundamente a vida social. A modernidade apresentou a economia como espaço de realização dos desejos individuais, enquanto o cooperativismo procurou afirmar toda lógica de associativismo como espaço de realização humana. (PAULI, 2009, p. 45).

O autor continua a discussão afirmando que o fundo ideológico que marca o surgimento do cooperativismo é a contestação dos marcos da economia capitalista, perpassado fortemente pela ideia de solidariedade para romper com o individualismo econômico, procurando a inserção/reinserção das pessoas na dinâmica social.

O cooperativismo, especialmente a via alternativa, funda seus preceitos no desejo de uma transformação estrutural da sociedade a partir das ideias de coletividade e cooperação. Risson (2010) destaca que a cooperação, por meio de cooperativas, surgiu na Europa na metade do século XVII com objetivo de organizar pessoas coletivamente a partir de interesses comuns; intervir em processos produtivos como forma de organização econômica, para melhorar os ganhos e, conseqüentemente, a vida das pessoas. No Brasil, o surgimento do cooperativismo está associado à luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida. Para Morato e Costa ([s.d.] apud NINAUT; MATOS, 2008), a cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade, e resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia.

A região oeste de Santa Catarina, berço de diversos processos de mobilização e organização da sociedade civil, tem destacado papel no surgimento de cooperativas, embora nem todas observem os princípios que sustentam seu surgimento. Muitas, com o passar dos anos e sua consolidação, se aproximam das empresas capitalistas, fugindo da lógica da cooperação. No entanto, muitas experiências exitosas, apesar das dificuldades enfrentadas no mercado, têm primado pela manutenção dos princípios que sustentam o cooperativismo solidário.

Abordamos a seguir sobre o surgimento do sistema Cresol na região oeste de Santa Catarina, um exemplo de cooperação que mantém princípios como democracia, articulação com os movimentos populares, gestão pelos agricultores familiares, transparência, solidariedade e cooperação, sustentabilidade institucional, descentralização e honestidade (CRESOL CENTRAL, 2016).

Seu surgimento remonta ao início dos anos de 1990, no advento do neoliberalismo. É também o desfecho de um intenso processo de mobilização dos agricultores familiares da região Sul do Brasil que lutavam por condições de vida mais digna.

De acordo com Risson (2010), em pouco mais de trinta anos passamos de um país predominantemente rural para urbano. As famílias constituídas no meio rural que tinham como objetivo gerar mão de obra para o trabalho na agricultura, o qual era essencialmente manual, ou no máximo se utilizava de tração animal. A introdução de tecnologias modificou drasticamente essa realidade. No entanto, segundo o autor, toda essa revolução efetuada no meio rural não resolveu problemas básicos da humanidade, como a fome, a falta de saúde e educação, a inclusão financeira e os conflitos sociais. Ao contrário, acentuou ainda mais as diferenças no meio rural.

O cenário do início dos anos de 1990 mostrava aos agricultores familiares um horizonte nebuloso. Com a abertura comercial do país, os produtos agrícolas como milho, soja e feijão viram seus preços diminuírem consideravelmente, somados à falta de políticas públicas para a agricultura familiar. É nessa conjuntura que o sistema Cresol é gestado, num ambiente em que

[...] o cenário para agricultura não era muito animador. A entrada do Brasil no mercado global afetou de cheio a agricultura. A geração de renda na agricultura era muito difícil. O grão não dava mais nada. Quem tinha parceria de suínos ou aves estava endividado. A migração dos agricultores para a cidade parecia um caminho certo. O governo havia criado a política pública do Pronaf e até havia uma certa quantia de dinheiro mas o acesso era restrito. A maioria dos agricultores não tinha como dar garantia, muitos nem tinham terra, eram arrendatários, parceiros. Empréstimo pro pequeno era certo que não ia receber. Os Bancos e cooperativas (já existentes) preferiam emprestar para poucos e em quantia maior. Desta conjuntura a organização sindical a exemplo de outros locais começa a pensar e articular a organização de uma cooperativa do sistema Cresol. (ENTREVISTADO 1).

No cenário nacional, após intensas mobilizações e confrontos, surge no ano 1995 o Programa de Valorização do Pequeno Agricultor (Provap). Mesmo com poucos recursos, a iniciativa foi importante. A partir deste momento a agricultura familiar se depara com outro problema, o de como acessar o recurso, uma vez que o sistema financeiro tradicional não operava crédito com os pequenos agricultores, visto que estes, em sua grande maioria, não eram portadores de patrimônios – geralmente, encontrando-se nas condições de arrendatários ou parceiros.

Neste contexto, nos anos 1990 no sudoeste do Paraná, surgem as primeiras Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, denominadas como Cresol. Tinham como objetivo propiciar aos agricultores acesso às políticas públicas, especialmente ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sucessor do Provap. Corrobora a afirmação de Risson (2010), que o surgimento das cooperativas do sistema Cresol tinha como objetivo ser um instrumento que fizesse a inclusão financeira dos agricultores, garantindo acesso ao crédito rural com menos burocracia e, principalmente, fazendo dele um instrumento de desenvolvimento.

Concebida pelas próprias organizações da Agricultura Familiar, a Cresol constitui-se como uma cooperativa autogestionária que viabiliza o acesso ao sistema de microfinanças para fomentar a produção, principalmente àqueles que viviam excluídos do sistema financeiro. Além de ampliar a abrangência e o papel dos fundos, as cooperativas significaram um instrumento de gestão com uma grande capacidade de intervenção na economia e reconhecimento como instrumento financeiro dos agricultores. (CRESOL CENTRAL, 2016).

O sistema Cresol traz incutido na sua origem um projeto de sociedade, que pode ser observado na sua missão: “[...] fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores, através do crédito orientado, buscando o desenvolvimento sustentável, com a construção do conhecimento.” (CRESOL CENTRAL, 2016).

As cooperativas do sistema Cresol surgem utilizando-se de um grande capital social organizado e acumulado no decorrer de muitos anos por diversas organizações que fomentaram e deram suporte ao modelo de cooperativismo promovido pelo sistema Cresol (RISSON, 2010).

A organização do sistema Cresol dá-se em formato de rede. Atualmente, conta com três centrais de crédito: Cresol Baser, Cresol Central SC/RS e Cresol Sicooper, que somadas a outras centrais formam a Confederação Nacional das Cooperativas de Economia Solidária (Confesol). Abaixo das centrais estão organizadas as bases de serviço, que buscam de forma regional prestar os serviços de apoio à formação do quadro social, suporte de Tecnologia da Informação (TI) e suporte contábil, além de ser uma instância de discussão política acerca do cooperativismo de crédito solidário e do futuro da agricultura familiar. Ao nível local estão situadas as cooperativas singulares e suas unidades de atendimento, organizadas e geridas pelos próprios agricultores familiares, e têm por objetivo a prestação de serviços aos cooperados (CRESOL CENTRAL, 2016).

Com relação ao surgimento da Cresol Pinhalzinho, observa-se que ocorreu alguns anos mais tarde, no início dos anos 2000, apesar de já ter existido movimento nesse sentido na década de 1990. Representa um amadurecimento do próprio sistema, que após a experiência de uma década, compreende ser possível sua ampliação, com a criação de novas cooperativas. Convém destacar o importante papel desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho na viabilização dessa cooperativa.

Havíamos tentado criar uma cooperativa do sistema Cresol em meados dos anos 90, quando então procuramos algumas lideranças políticas que não acharam interessante ter mais uma cooperativa de crédito na região. O sonho de constituir uma cooperativa de crédito voltada especialmente a agricultura familiar reavivou no início dos anos 2000. A partir da discussão das lideranças sindicais ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Pinhalzinho – SINTRAF, foi iniciado um intenso processo de mobilização. Várias reuniões e visitas foram efetuadas nas mais diversas comunidades de abrangência da organização sindical. Todo esse processo de organização resultou na fundação da Cresol Pinhalzinho no dia 30 de março de 2005, onde 20 agricultores familiares aceitaram o desafio de constituir uma cooperativa de crédito diferente das demais que já atuavam na região. (ENTREVISTADO 1).

Como observado nas entrevistas, a criação desta cooperativa de crédito tinha como objetivo se diferenciar do cooperativismo tradicional,⁷ tendo foco na agricultura familiar, procurando prover serviços financeiros aos associados e ser um instrumento de organização e debate da sociedade, aliada à estratégia não hegemônica gestada nas organizações sindicais e movimentos sociais.

A Cresol não é apenas uma cooperativa de crédito de um segmento específico. Ela tem por trás um projeto de sociedade e se articula com os mais diversos movimentos em debates que visam melhorar a qualidade de vida especialmente da classe trabalhadora. Costumamos falar aos colaboradores, que vestir a camisa da Cresol é ir contra corrente, embora estejamos inseridos num mercado capitalista, nós da Cresol procuramos além de prover os serviços financeiros aos agricultores familiares, fazer uma análise também crítica da realidade através do processo de formação e do crédito orientado. Procuramos ir além do cooperativismo tradicional que segue puramente a lógica do mercado, buscando a construção de uma sociedade que seja de fato mais humana e solidária. (ENTREVISTADO 2).

Ressalta-se o papel da Cresol na relação com as políticas públicas, orientadas à organização da produção agrícola e, especialmente, às orientadas ao crédito para os pequenos agricultores familiares. Esses, historicamente, tiveram dificuldades em acessar o sistema tradicional, direcionado a produzir benefícios ao grande produtor, contribuindo para concentração cada vez maior da renda e aumento das desigualdades sociais. Mais do que acessar, é necessário contribuir na construção da política, afirmam os gestores. Essa é uma das principais conquistas, ou seja, a política ser pensada também por aqueles que serão os seus beneficiários e, portanto, conhecem com profundidade as necessidades.

Creio que este seja um dos maiores objetivos da criação das cooperativas do sistema Cresol. Proporcionar acesso à política pública do Pronaf que aliás foi uma das grandes lutas da agricultura familiar nestes últimos anos. Além de promover o acesso nós também buscamos participar da formulação propondo melhorias no formato das políticas públicas. (ENTREVISTADO 2).

Ao abordar sobre os desafios enfrentados para manutenção de um sistema de crédito solidário, a exemplo da Cresol, as considerações do Entrevistado 2 explicitam a permanente luta ideológica que se trava no espaço do Estado, o qual, por meio de sua ação “legítima”, impõe dificuldades ao processo de organização e emancipação dos trabalhadores. Via de regra, expressa a vontade de uma minoria, a qual está apropriada e revestida do poder estatal. Informa, ainda, a necessidade de uma luta permanente dos trabalhadores no sentido da permanência e ampliação de direitos, pois do contrário, há tendência ao fortalecimento de um Estado mínimo aos gastos sociais, interventor na economia para beneficiar grupos específicos.

7 O cooperativismo tradicional caracteriza-se por incorporar valores não condizentes com a doutrina cooperativista, transformando-se em uma empresa, descompassada com os objetivos do quadro social, dirigida por grupos de pessoas com o intuito de obterem benefícios legais (VALENÇA, 2016).

Os desafios são muitos. Tornar uma experiência que vai na contramão da história viável e principalmente adquirir confiança por parte da comunidade regional tem suas pedras no caminho. Um exemplo desse desafio é a lei do cooperativismo aprovada recentemente na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ela exclui 75% das cooperativas do Estado de Santa Catarina do acesso a recursos públicos. Considera apenas como cooperativas as afiliadas ao sistema OCB, o que inclusive é inconstitucional. Outro desafio é o fortalecimento das diversas experiências de economia solidária que temos na nossa região. Apesar dos desafios consideramos o caminho trilhado pela Cresol como fundamental para a atual configuração da agricultura familiar da nossa região, seja pelo crédito repassado, seja pela influência da mobilização e organização das nossas lideranças. (ENTREVISTADO 2).

A partir da fala do Entrevistado 2, percebem-se dois desafios inerentes à viabilidade das cooperativas de economia solidária. Primeiro, a organização da comunidade local em torno do projeto, com valores e propósitos distintos dos já existentes, focado no desenvolvimento da região. O segundo remete a ação do Estado como indutor do desenvolvimento regional. Nota-se uma opção pelo fortalecimento de um setor historicamente beneficiados, os detentores dos meios de produção.

O cooperativismo em todos os seus segmentos é uma ferramenta que une a comunidade local ou regional conforme a sua abrangência, para somar forças e sanar as necessidades da comunidade. O dinheiro no caso das cooperativas de crédito, em vez de sair da região como costumeiramente acontece com os grandes bancos, passa a circular no mercado regional, aquecendo a economia e promovendo o desenvolvimento. A promoção do desenvolvimento das propriedades e da comunidade local é um dos objetivos da Cresol. (ENTREVISTADO 2).

O relato do Entrevistado 2 demonstra ainda o movimento encarnado pelo sistema Cresol, que pode ser considerado como não hegemônico por buscar fortalecer as experiências associativas, especialmente as vinculadas à economia solidária. A cooperação surge como alternativa ao modelo hegemônico, possibilitando o fortalecimento da economia local, visto que os recursos circulam localmente entre os próprios moradores. A cooperativa atua como uma interlocutora, proporcionando que os associados interajam, satisfazendo as suas necessidades financeiras e promovendo o desenvolvimento regional.

3 Considerações finais

Fica evidente a forte interferência da globalização na vida cotidiana das regiões. A propagação da homogeneização dá lugar ao aprofundamento das diferenças locais, pois muitas organizações, cooperativas e empresas não conseguem acompanhar o ritmo da concorrência que acontece de forma desleal, com grandes oligopólios empresariais internacionais.

Nesse cenário, é de fundamental importância que o Estado nacional atue de forma a induzir o desenvolvimento, especialmente pela via das políticas sociais públicas. No entanto, nem sempre o Estado desenvolve esse papel, pois representa também interesses contrários à lógica da cooperação, na perspectiva da manutenção das estruturas de poder.

Identifica-se, portanto, a relevante contribuição da cooperação para o desenvolvimento regional; possibilidade de resistência ao movimento de homogeneização e construção de um modelo não hegemônico, que tem na diversidade a principal aliada, valorizando e possibilitando a expressão das mais diferentes iniciativas, articuladas no processo de cooperação solidário.

A exemplo do ocorrido no modelo italiano de desenvolvimento denominado de Terceira Itália, pela sua relevância, torna-se importante destacar a participação do Estado e dos agentes privados no desenvolvimento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento das regiões. A Cresol, como ponte de acesso à política pública do Pronaf, é também agente fomentador do desenvolvimento regional, com a disponibilização do crédito que é aplicado nas potencialidades presentes na região, conforme a ação dos agentes locais e equipes técnicas que orientam os investimentos.

Risson (2010), ao reportar-se a realidade do sistema Cresol, destaca a valorização da formação de sujeitos que estejam inseridos na comunidade e que defendam seus interesses. Assim, o sistema Cresol se constitui como um movimento não hegemônico à medida que procura sanar as necessidades econômicas mais imediatas e fomentar ações que procurem gerar alternativas ao sistema neoliberal por meio da cooperação, tendo no território de atuação a presença de uma forte cultura associativa, indispensável para o alcance do desenvolvimento regional e para a transformação das estruturas sociais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. 2006. Disponível em: <http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no contexto da crise capitalista**. 2015. Disponível em: <http://www.unochapeco.edu.br/saa/correio/2015/06/1434139766129384/6_behring_pol%C3%A9tica_soc_ctx_crise.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, 2009.

CRESOL CENTRAL – Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária. **A Cresol Central**. 2016. Disponível em: <<http://cresolcentral.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FERRAREZE, Gilmar Luiz; TOMAZELLI, Claudinei; MAGRI, Cledir Assisio. A CRESOL: contribuindo para o desenvolvimento regional. In: MAGRI, Cledir Assisio et al. (Orgs.). **Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas**. Passo Fundo: Ifibe, 2010. Cap. 1, p. 15-28.

ILHA, Adayr da Silva; CORONEL, Daniel Arruda; ALVES, Fabiano Dutra. **O modelo italiano de desenvolvimento regional**: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m11t05.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NINAUT, Evandro Scheidt; MATOS, Marcos Antonio. Panorama do Cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 8, ago. 2008. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec4-0808.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

PAULI, Jandir. Os desafios da CRESOL na Gestão do Desenvolvimento Rural e do Cooperativismo de Crédito. In: RISSON, Cláudio; GABRIEL JUNIOR, Egon; PAULI, Jandir (Orgs.). **Desenvolvimento, democracia e gestão do crédito**: a Agricultura Familiar em debate. Passo Fundo: IMED, 2009. Cap. 1, p. 21-60.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, out. 2010.

RISSON, Cláudio. Boas práticas cooperativistas. In: MAGRI, Cledir Assisio et al. (Orgs.). **Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas**. Passo Fundo: Ifibe, 2010. Cap. 1, p. 15-28.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <<http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/globalizacaoeciencias.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 236 p.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Scielo**, n. 24, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

VALENÇA, Dayse. **Cooperativas populares**: uma alternativa ao fim do emprego. 2016. Disponível em: <http://www.asplande.org.br/wp-content/uploads/Cooperativas_Populares.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS REPRESENTATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE FRENTE À PROBLEMÁTICA DA SUCESSÃO FAMILIAR¹

Ana Paula Grando²
Marcia Luiza Pit Dal Magro³
Rosana Maria Badalotti⁴

Resumo

A problemática pesquisada atende a emergência dos graves problemas de reprodução social que a agricultura familiar enfrenta pela falta de sucessores, dificultando a continuidade de um projeto de desenvolvimento social, da qual grande parte das organizações sociais do oeste de Santa Catarina têm se ocupado desde sua criação a partir de 1970. Para tanto definiu-se como problema de pesquisa: “quais são as concepções e as práticas de organizações sociais representativas da agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina em relação à temática da sucessão familiar?” Como objetivo buscou-se analisar como as organizações sociais representativas da agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina reconhecem e enfrentam a problemática da falta de sucessão familiar no meio rural. Para a coleta de dados, utilizou-se a perspectiva qualitativa, através da aplicação de questionário semiestruturado. Participaram da pesquisa nove organizações sociais da agricultura familiar, um pesquisador e uma empresa pública. Como resultados destaca-se que ainda são incipientes as ações promovidas para a continuidade da agricultura familiar, uma vez que estas estão desarticuladas e constituem ações pontuais. Número significativo das organizações não atua de forma técnico-operacional, enfraquecendo seu aspecto político-organizativo, o que diminui a incidência sobre a transformação das formas de produção e organização social, impossibilitando os jovens de construir um projeto de vida de “ser agricultor”.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Organizações sociais rurais. Desenvolvimento rural. Sucessão familiar.

-
- 1 Este trabalho apresenta parte dos resultados de pesquisa de mestrado realizada pela primeira autora e orientada pela segunda e terceira autoras.
 - 2 Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), assistente de desenvolvimento e formação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). *E-mail:* <anagrando@unochapeco.edu.br>.
 - 3 Doutora em Psicologia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. *E-mail:* <mapit@unochapeco.edu.br>.
 - 4 Doutora em Ciências Humanas (UFSC), professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. *E-mail:* <rosana@unochapeco.edu.br>.

1 Introdução

As questões que envolvem a sucessão na agricultura familiar têm sido amplamente debatidas pelos sujeitos inseridos em organizações sociais que a representam, bem como têm ocupado importante espaço na agenda política dos governos. No cerne da questão está a necessidade e a dificuldade em encontrar sucessores nos empreendimentos rurais de base familiar, comprometendo a produção de alimentos no Brasil e colocando em risco a continuidade de um projeto sociopolítico e de reprodução sociocultural (RENK, 2000).

A saída do jovem do meio rural é um tema controverso e abrangente, que não se esgota em si, mas se constrói a partir das próprias experiências dos trabalhadores rurais e como eles concebem, reconhecem e valorizam sua história, bem como quais perspectivas desvelam sobre o futuro de suas propriedades. As dificuldades em encontrar sucessores tiveram início com a Revolução Verde⁵ e o forte investimento na indústria e comércio em detrimento do investimento na produção familiar, de propriedades menores. Esse modelo tecnicista pretendia construir uma agricultura que subsidiasse a indústria, favorecendo, assim, o latifúndio e o agronegócio.

No período de 1940 a 1980, de acordo com Abramovay (1998), os padrões sucessórios eram basicamente regrados pelo minorato⁶, e os filhos que não recebiam heranças da terra mudavam-se para os espaços urbanos em busca de estudo, carreira militar ou religiosa. Nesse intervalo de tempo, de acordo com o referido autor, a população rural diminuiu 36,40%. Já de 1980 até 2010, ou seja, em um período de trinta anos, a população urbana aumentou 16,66%. Observe-se que este último caracteriza um período em que as primeiras organizações e políticas públicas começaram a ser instituídas a fim de “frear” o êxodo rural e oferecer melhores condições de vida aos agricultores familiares (SCHNEIDER, 2010).

Mello (2006) refere-se ao processo sucessório na agricultura familiar como uma crise representada pelo esvaziamento e envelhecimento do rural brasileiro. O autor afirma ainda que isso pode gerar dificuldades para o desenvolvimento rural e o consequente desequilíbrio social e geográfico. Além disso, é preciso encarar a problemática da sucessão no meio rural como uma influência de outras problemáticas presentes neste contexto e que levam o jovem a não optar pela sucessão: falta de uma política de educação que aproxime o jovem do meio rural, falta de oportunidades econômicas, falta de alternativas para produção, alta penosidade do trabalho, falta de opções tecnológicas compatíveis com a capacidade financeira, necessidade produtiva do agricultor familiar, falta de opções de lazer e cultura, entre tantas outras.

Podemos observar que nos últimos vinte anos tem se destacado pesquisas e debates que tratam dos padrões sucessórios na agricultura familiar, como é o exemplo das obras de Abramovay (1998) e Silvestro e colaboradores (2001), e ainda as políticas públicas voltadas à juventude rural. Ao passo que foram constituídas e implantadas diversas políticas públicas para o espaço rural, a permanência do jovem no campo continua

5 A revolução verde caracteriza-se pelo processo de tecnologização e mecanização do meio de produção da agricultura na década de 1950, oriunda do plano de desenvolvimento brasileiro denominado “milagre econômico”, que culminou com a exclusão de milhares de agricultores do meio rural e sua alocação nos centros urbanos trabalhando em indústrias.

6 Método de sucessão hereditária em que o filho mais novo assume a responsabilidade pelos cuidados dos pais a partir de quando constitui família. Em contrapartida, recebe como herança a terra e os meios de produção.

se apresentando como um problema. Dados apontam que, em Santa Catarina, 30% das propriedades rurais não têm perspectivas de sucessores, o que acarretará em diminuição do número de empreendimentos e concentração da produção e da riqueza (SILVESTRO et al., 2001).

Embora a população rural tenha diminuído nos últimos cinquenta anos, podemos observar a relevância da agricultura familiar nos índices de produção de alimentos no Brasil. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam que aproximadamente 70% da produção de alimentos no País é oriunda da agricultura familiar, o que traduz a importância econômica que esta representa (BRASIL, 2014). Além de principal produtora de alimentos no País, apresenta maior produtividade em menor área de terra: em 2006 possuía 4.367.902 estabelecimentos⁷ em 80.102.694 hectares (ha) de área, enquanto a agricultura não familiar detinha 807.587 estabelecimentos em 253.577.343 ha de terra entre lavouras permanentes e temporárias. Isso representa que 84,4% dos estabelecimentos são da agricultura familiar e ocupam 24,3% da área agrícola (IBGE, 2006).

O processo político de organização dos agricultores familiares na região oeste de Santa Catarina é composto por diferentes atores sociais, surgidos a partir de mobilizações e trabalho de base nos anos de 1980⁸, que culminou na constituição de diferentes organizações sociais, bem como experiências no setor da produção, comercialização, crédito e serviços para agricultores familiares. Portanto, existe uma gama de organizações representativas da categoria, que se ocupam de diferentes ações e estratégias relacionadas ao acesso ao crédito, ao processo de produção e comercialização, de estratégias; desenvolvimento de processos à organização e disseminação de formação político-ideológica; educação, orientação e assistência técnica; dentre outras. As ações desenvolvidas por estas organizações objetivam assessorar e contribuir com a transformação das condições de vida e busca de alternativas para a reprodução social da agricultura familiar.

O presente trabalho tem por objetivo descrever quais são as ações e estratégias que as organizações sociais que representam a agricultura familiar, participantes da pesquisa, têm desenvolvido a fim de enfrentar a problemática da sucessão familiar no meio rural para além das políticas públicas implementadas nos últimos anos. Será estruturado com o objetivo de compreender e descrever essas ações, bem como seus limites e desafios, indicando as alternativas que podem ser consolidadas.

7 O conceito de “estabelecimento” é o recomendado pela FAO e reproduzido em IBGE (2006, p. 100-101), “[...] corresponde à unidade econômica de produção agropecuária sob administração única, incluindo os produtores sem-terra, produtores que exploram áreas próximas distintas como sendo único estabelecimento, produtores que exploram terra, imóveis rurais na forma de arrendamento, parceria, ou aquelas simplesmente ocupadas.”

8 Referimo-nos às organizações de base político-organizativas que se desdobraram a partir das ações da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), Federação dos Trabalhadores Rurais, filiada a Central Única dos Trabalhadores (Fetraf/CUT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), entre outras.

2 Método

A presente pesquisa é de cunho qualitativo. A pesquisa foi realizada com organizações sociais representativas da agricultura familiar com atuação no oeste do estado de Santa Catarina. A primeira etapa da pesquisa consistiu em delimitar quais organizações seriam incluídas no estudo, realizando-se, primeiramente, um mapeamento das organizações que atuam na região delimitada. É importante destacar que as organizações identificadas no mapeamento foram constituídas a partir de um processo político organizativo mobilizado especialmente pela Igreja Católica nas décadas de 1980 e 1990.

Realizamos um recorte das organizações a partir de sua importância para a agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina, no que se refere à aproximação com o processo político organizativo destacado anteriormente e lutas históricas da agricultura familiar. As organizações foram mapeadas de acordo com informações disponíveis nos *sites*, entre elas: histórico, missão, visão e princípios. Após esse mapeamento, realizou-se o contato e o convite para participação no estudo.

Foram critérios para inclusão dos sujeitos na pesquisa serem representantes com cargos executivos nas organizações selecionadas, ter papel diretivo e ter participado de projetos e ações organizativas e políticas da agricultura familiar. Faz-se importante destacar que, entre os sujeitos do estudo, foi incluída a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que apesar de possuir natureza diferenciada dos demais, se trata de uma empresa pública de apoio à pesquisa e extensão rural vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, e sua inclusão se justifica em decorrência de uma política estadual desenvolvida por esta empresa pública denominada “SC Rural”. A Epagri está desenvolvendo um trabalho com jovens rurais com o intuito de promover a sucessão familiar, capacitando-os por meio da pedagogia da alternância¹⁰ e construindo projetos individuais para aplicação nas propriedades rurais. Também foi incluído na amostra um pesquisador que tem desenvolvido estudos sobre a temática da sucessão, e que, por opção, solicitou que não fosse vinculado à organização em que atua. Participaram do estudo, por meio de entrevistas semiestruturadas, nove organizações representativas da agricultura familiar, um órgão estatal de apoio à pesquisa e extensão rural e um pesquisador. As informações foram analisadas por meio da análise temática de conteúdo proposta por Minayo (2010).

9 Conforme informações oficiais, o Programa SC Rural é uma política do Estado de Santa Catarina, financiada pelo BIRD – Banco Mundial – que tem por objetivo aumentar a competitividade das organizações rurais, apoiando planos e projetos de desenvolvimento das propriedades rurais catarinenses, através de articulação de projetos em andamento e ainda reforçando a assistência técnica rural.

10 A pedagogia da alternância é uma metodologia de educação que intercala períodos de permanência dos educandos na escola e períodos de permanência em sua residência, sendo que há uma interação entre o conhecimento teórico e o prático (PASSADOR, 2006).

3 Resultados e discussão

3.3.1 A formação e o trabalho de base como propostas de emancipação social

A dificuldade do acesso à educação e os resultados disso na escolha profissional da família são o retrato da necessidade de organização do meio rural para vencer esta problemática. Embora as organizações não conseguiram avançar em políticas públicas de instrução formal, conseguiram pautar ações e estratégias de políticas de formação que foram importantes para a mobilização e organização social desses trabalhadores.

A formação é um dos aspectos centrais do movimento da agricultura familiar, já que foi através dela que os agricultores passaram a questionar as condições em que viviam, a usurpação de seus direitos e iniciaram ações de luta e engajamento político para busca de alternativas econômicas e sociais. Entretanto, há uma avaliação recorrente por parte das organizações sociais participantes do estudo de que o trabalho de base é uma ação que precisa ser retomada pelo movimento social representativo da agricultura familiar. Essa constatação foi reiterada em eventos das organizações sociais dos quais participei, os quais discutiam a falta de engajamento político dos agricultores.

As organizações sociais participantes do estudo atuam na formação em diversos setores. O MST e MMC, que representam a via camponesa, trabalham com a metodologia da formação política de Base. A Cresol e a Coopertec possuem uma política de formação, utilizando aspectos da formação de base popular e multiplicadora. A Fetraf atua na formação sindical, discutindo o papel político da terra e do agricultor a fim de desenvolver alternativas aos sindicalizados. As demais organizações também atuam com formação, em especial em ações de rede. Mas é importante destacar que dessas organizações somente os movimentos sociais da via camponesa e a Fetraf possuem uma atuação mais direta com o agricultor, as demais organizações sociais e movimentos sociais realizam formações mais voltadas aos dirigentes e colaboradores.

Os entrevistados reiteraram o projeto “Terra Solidária”, que foi uma ação desenvolvida pela Escola Sul, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), voltada aos trabalhadores rurais com o intuito de articular o conhecimento técnico e político, aumentando o grau de instrução dos agricultores e mobilizando para modelos alternativos de organização e produção no meio rural e que é considerado um dos maiores espaços de formação de lideranças.

Realizando buscas dos materiais utilizados no programa de formação apresentado pelos entrevistados denominado Terra Solidária, foi possível identificar o processo de formação aliado à educação de jovens e adultos (CUT, 2016), através de módulos de formação. O balanço desse processo formativo denominado “Terra Solidária” apontou que até o ano de 2002, na Região Sul, este atuou em 265 municípios, certificando 1,6 mil educandos até 1999 e em 2002 foram certificados novecentos, envolvendo aproximadamente cinquenta mil pessoas no projeto. Um importante avanço foi no Programa de Ensino Fundamental, sendo certificados neste nível de ensino 2,5 mil educandos (CUT, 2002). Para além do ensino tradicional, a CUT avalia que o projeto resultou num maior engajamento dos agricultores em modelos alternativos de produção e na disputa por um projeto de desenvolvimento rural pautado na cooperação, na agroecologia, na democratização do

acesso à terra e na organização desses trabalhadores em espaços representativos (CUT, 2002). Atualmente, a Fetraf desenvolve com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) um projeto de formação para jovens rurais: “Temos agora vários projetos com a UFFS também em execução, um encerrando agora que envolveu em torno de 3000 jovens nos três estados do sul.” (ENTREVISTA FETRAF).

Além disso, as organizações sociais, como Fetraf, Cresol e Apaco, mantêm processos formativos continuados aos agricultores familiares, através da metodologia de trabalho de base. Este tem um foco na educação popular, com objetivos de disseminação de saberes e práticas, fortalecimento institucional, valorização dos saberes dos agricultores e ainda como estratégia político-organizativa das organizações.

Os processos formativos para as organizações sociais participantes do estudo são eixos centrais para a sua reprodução e continuidade da agricultura familiar na região, pois por meio desses que se desenvolveram as principais alternativas de organização e estruturação das redes de cooperação e desenvolvimento do meio rural. Essas ações são desenvolvidas com o objetivo de disseminar a criticidade e democratizar o acesso ao conhecimento, estabelecer alternativas sólidas aos agricultores e reconhecer a agricultura familiar para além de sua produção, mas como modo de vida (CRESOL CENTRAL, 2014).

As análises realizadas demonstram que o investimento no processo formativo pautou-se muito mais no âmbito político organizativo, pela necessidade e novamente pela ausência do Estado em políticas inclusivas no meio rural. A nucleação das escolas e o afastamento gradativo do espaço educativo no meio rural são sintomas da falta do reconhecimento histórico dos agricultores, refletido na falta de adequação dos currículos escolares para essa forma de conhecimento, culminando com o afastamento e a falta de reconhecimento dos sujeitos sociais nos espaços formais de educação (TONDIN, 2012).

As organizações sociais concebem que os processos formativos são espaços de construção social coletiva, na busca de uma ação concreta para transformação da realidade (FREIRE, 1987). É importante destacar ainda que, historicamente, o processo formativo foi responsável pela organização de base e pela construção de um projeto político para a agricultura familiar não baseado em processos de subordinação. A formação representa um movimento importante para a construção de alternativas, pois problematiza a concepção social, a organização política e desvela a capacidade de construção coletiva a partir de diferentes e diversos saberes.

O processo formativo foi a porta de entrada das lideranças entrevistadas para o movimento da agricultura familiar, pois, em sua apresentação, todos acessam as organizações a partir de momentos formativos, proporcionados inicialmente pelas comunidades eclesiais de base e posteriormente pelas organizações sociais constituídas. Portanto, estes processos fundam-se numa estratégia extremamente democratizadora, que desvela aspectos necessários para mobilização e transformação dos sujeitos políticos.

As ações de formação são desenvolvidas por todas as organizações sociais entrevistadas, com o foco no trabalho de base e educação popular. Compreende-se o trabalho de base como aquele desenvolvido para a categoria a qual as organizações representam, no qual pauta uma atuação política e social: “[...] trabalho de base é a ação política transformadora, realizada por militantes [...] que metem o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas cotidianos e ligar essa luta à luta geral contra a opressão.” (PELOSO, 2012, p. 9-10).

3.3.2 Os espaços sociais como retomada dos modos de vida rural

Uma característica muito forte do meio rural também são as relações sociais e comunitárias que ali são estabelecidas, conforme ressalta Brandão (2007), pois reconhece na forma de vida do meio rural um espaço de troca, com uma forte identificação do “ser agricultor” como aquele sujeito que vive através de relações comunitárias, com identificações culturais muito fortes.

O esvaziamento do meio rural transformou de forma drástica essas relações sociais, pois ressignificou-as. Essa é uma consideração importante quando pensamos as relações sociais que são estabelecidas, na qual a agricultura familiar funda-se e orienta-se. Os entrevistados relatam sentimentos de abandono e vazio relacionados ao meio rural, especialmente em relação à intensa vida comunitária que eles tinham antes: “E o rural é isso, está abandonado, inclusive pelo poder público.” (Entrevista MST).

Os participantes da pesquisa retratam o meio rural como um lugar ocupado por “velhos”, explicitando que os jovens saem para estudar e não retornam. Portanto, as organizações sociais têm desenvolvido ações de retomada das relações comunitárias, a fim ressignificá-las. Um dos exemplos é o projeto “Minha Comunidade Bonita”, desenvolvido pela Cresol Dionísio Cerqueira no ano de 2014, que foi estendido a outras cooperativas do Sistema de Cooperativas de Crédito – Cresol Central SC/RS. O projeto “Minha comunidade bonita” é um concurso em que as comunidades rurais organizam-se para embelezamento dos espaços de convívio social: igreja, salão paroquial, clubes. A Cresol distribui sementes e plantas para ornamentação e a comunidade adquire de forma coletiva materiais de construção, e a força de trabalho é cedida pela comunidade que planeja e executa pequenas reformas nos espaços.

A avaliação dos entrevistados é que essa capacidade de organização é essencial para as organizações sociais, pois retomada as relações de cooperação entre os agricultores, apresenta aos jovens alternativas de convívio social e de valorização das relações comunitárias que fortalecem os sujeitos políticos. Para além do embelezamento da comunidade, essas ações possibilitariam um fortalecimento das relações sociais. Algumas organizações sociais conseguiram oferecer alternativas organizativas aos moradores das comunidades rurais, criando dispositivos sociais para oferecer lazer, espaços de confraternização e de relação social. Essa preocupação das organizações sociais indica a compreensão do meio rural como espaço de produção, mas também como espaço de vida, e coloca a necessidade de realizar ações voltadas a essa dimensão.

É importante destacar também que essa necessidade de organização dos agricultores é resultado da falta de políticas públicas para investimento nos equipamentos públicos para lazer. A baixa concentração de pessoas no meio rural é um dos mais frequentes discursos para justificar a falta de investimentos públicos:

[...] como é que eu vou construir um ginásio de esportes para 20 famílias? Eu vou construir lá no bairro, que todo gestor público também faz conta, e relaciona o custo-benefício, então esse é um dos problemas. O campo esvaziou e torna-se inviável certos investimentos que ajudariam o jovem. (Entrevista MST).

A falta de ações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das comunidades rurais resultam, também, em problemas sociais, como uso de drogas, evasão escolar, em que o Estado tem papel primordial, aliado às ações da sociedade civil. Entretanto, ainda não existem ações efetivas que se ocupem dessas problemáticas.

3.3.3 As lutas e organizações da agricultura familiar como estratégia organizativa

Uma perspectiva muito forte reiterada pelas organizações entrevistadas para a consolidação das demandas dos agricultores familiares as quais elas representam é a sua capacidade de ação e promoção de organização, elaborando pautas conjuntas a partir da base de trabalhadores.

Ao serem questionados sobre o que é necessário para fortalecer o movimento da agricultura familiar, os entrevistados foram unânimes ao se referirem a sua capacidade de mobilização, organização de pautas coletivas e, principalmente, de não perderem sua relação com os agricultores. Mas, além disso, é necessário retomar os aspectos de cooperação, de organização social dos agricultores, de envolvimento no dia a dia para saber quais são as demandas dos agricultores.

Os engajamentos, as pautas coletivas, as demandas e as lutas dos agricultores originaram as organizações sociais, que também passaram a operar políticas públicas. As organizações também reiteraram que embora as políticas públicas representem avanços importantes, não é possível conceber que os problemas no meio rural acabaram, e especial pela necessidade contínua de organização dos agricultores, a qual está em constante contradição com o atual sistema econômico.

Levando em consideração, além dos aspectos políticos, que as organizações sociais reiteraram que os agricultores familiares devem buscar alternativas coletivas, a fim de alavancar a capacidade competitiva de mercado, na compra de matéria-prima, na competição pelo preço de venda, sendo essas propostas as mais frequentes entre as organizações participantes dessa pesquisa. Nesses aspectos, a luta é tanto organizativa nos aspectos políticos, mas também nos aspectos técnicos, com o intuito de fortalecer não somente um modo de vida, mas todos os saberes e práticas dos agricultores familiares, como resposta a um modelo de produção concentrador de renda, de padronização da produção, com metas de produção. Existe um modelo alternativo de produção, com saberes herdados, com valores diferenciados.

Percebemos, então, que há um forte movimento de retomada da compreensão da vida no meio rural como alternativa, promovendo uma maior sociabilidade entre os moradores do meio rural. Esse resgate e valorização do meio rural com uma identidade de um lugar “bom de se viver”, como alternativa que promove qualidade de vida, é um desafio frente às comodidades que estão disponíveis no meio urbano, mas são imprescindíveis para estabelecer novas relações sociais e fortalecer o projeto de desenvolvimento para o meio rural.

O roteiro de entrevista proposto indicou que os entrevistados pudessem refletir sobre quais são as problemáticas que motivam a falta de sucessão no meio rural e, posteriormente, como as organizações sociais representantes da agricultura familiar têm buscado ações para enfrentamento ou superação dessas problemáticas. Uma grande dificuldade identificada através dessa pesquisa pode ser descrita como a

capacidade de articulação entre as políticas públicas, assim como entre as ações das organizações sociais, uma vez que algumas ações estão sobrepostas e não são complementares. Não há, inclusive, uma pauta que oriente a ação conjunta dessas organizações. Praticamente todas as organizações apontaram que as políticas públicas instituídas estão desarticuladas e que existem demandas que ainda não foram atendidas.

É relevante destacar que há um significativo impacto para a reprodução social da agricultura familiar quando compreendemos a importância das organizações sociais para a continuidade da agricultura familiar. Há um movimento atual que busca essa retomada pela importância histórica que representa essa articulação. A luta dessas organizações teve uma base comum, e com a constituição de diversas organizações, pudemos perceber certo distanciamento entre elas, pois assumem uma postura técnico-operativa maior que a função sociopolítica.

A compreensão da tecnificação dessas organizações perpassa pela sua mudança de função, de luta e organização de base para um processo de operacionalização de políticas públicas. Além disso, pensando na sustentabilidade institucional, algumas organizações passam a sobrepor ações e papéis. Isso resultou em um embate político extremamente forte, pois, além de não trabalharem de maneira articulada e conjunta, as organizações passam a disputar espaço e atividades.

Logo, podemos afirmar que grande parte das ações das organizações que não são contempladas pelas políticas públicas dizem respeito à capacidade de organização dos agricultores familiares, a qual culminou com a constituição das organizações sociais presentes na região. A capacidade de mobilização, de organização de base, é fundamental para compreender a história do movimento da agricultura familiar.

Essa proposta de organização é uma resposta ao modelo econômico de “gestão da crise” (GOHN, 2006, p. 297), que encontra na competição e na exclusão as configurações para manutenção do sistema. As organizações sociais, então, mobilizam-se como resposta, através de uma forma de organização econômica informal, fortalecendo estratégias econômicas alternativas.

A proposta de articulação dessas organizações sociais é coerente com as demandas que foram discutidas nessa pesquisa e é uma resposta sólida às problemáticas vividas no meio rural, encarando, inclusive no que se refere à sucessão, não como causa em si, mas como sintoma do que os agricultores vivem no dia a dia. A ocupação com essa temática se faz necessária pela continuidade e reprodução da agricultura familiar, que precisa de ações conjuntas e alinhadas para se desenvolver.

Percebe-se que há um vasto trabalho das organizações sociais quando se trata de suas ações, e a temática da sucessão não deve ser concebida como uma problemática separada das dificuldades que a agricultura familiar encontra para sua reprodução, pois ela não está dissociada das tantas dificuldades descritas neste trabalho. A sucessão deve ser encarada, portanto, como um sintoma de uma negação de um modo de vida e como uma resposta à imposição capitalista, que mercantilizando a forma de vida também mercantiliza projetos de vida.

Se analisarmos os discursos dos entrevistados veremos que ser agricultor familiar hoje é uma tarefa difícil, em especial, pela insuficiência das políticas públicas que foram conquistadas de forma árdua pelos

movimentos sociais. Na ausência do Estado, em especial da década de 1980-1990, as organizações sociais foram a resposta mais próxima que os agricultores tiveram para atender as suas necessidades.

Quando as organizações pensam em estratégias para a sucessão no meio rural é preciso pensar além da juventude, é preciso buscar ampliar as oportunidades no meio rural, articulando políticas públicas e as ações das organizações sociais.

Assim, promover a sucessão no meio rural implica em desenvolver políticas públicas que sejam mais acessíveis e pensadas para o jovem, mais concebidas como um processo, não como um meio. A política pública ou a ação das organizações sociais não podem ser compreendidas de forma isolada como capazes de gerar a sucessão, até porque não existe um motivo isolado que incentive o jovem a deixar o meio rural.

E dentre as ações que, a partir do discurso das organizações, pode perceber como o primordial para a opção do jovem ficar ou não no meio rural, é a necessidade de repensar um modelo de produção que seja mais inclusivo, mais democrático, que permita maior flexibilidade de horários e descanso dos agricultores familiares. Nessa questão é essencial pensar estratégias que permitam o acesso à garantia de direitos trabalhistas aos agricultores. Há uma forte necessidade de as famílias retomarem esse debate, no qual parece ser uma ação de trabalho formativo e de base das organizações sociais, de promover ações que privilegiem a participação dos jovens no conjunto de sua família, oferecendo oportunidades de construção, de troca de experiências para que a juventude possa se envolver mais no processo produtivo. O jovem precisa perceber sua importância na família e ter claro seu papel e responsabilidade, mas isso só pode ser concebido entre os membros da família em um debate claro.

Como as demais políticas públicas conquistadas, podemos afirmar que parte da mística do movimento da agricultura familiar é pautada em princípios de reconhecimento e valorização do “ser agricultor” para além de sua produção. Para Bogo (2012), a mística é parte primordial do movimento social, como fator de inspiração e motivação, para reflexão de valores e práticas que não podem ser perdidos pelo movimento social. É um símbolo, religioso ou não, que remete à função pela qual as organizações sociais são constituídas. E com esse espírito também reiteram as organizações sociais que é preciso sempre retomar o sentido pelo qual a agricultura familiar trabalha.

O trabalho das organizações não está voltado somente à melhoria da qualidade de vida, mas através da mística dos movimentos reitera e recupera uma noção simbólica do “ser agricultor” e das mais diferentes formas de expressão, cultura e valorização dos saberes provenientes da vida no meio rural. Essa valorização se dá através da poesia, da música, dos elementos simbólicos. Portanto, a mística é a retomada do reconhecimento da importância do agricultor.

Não foi possível identificar nas entrevistas uma concepção única sobre quais pautas foram totalmente atendidas por políticas públicas ou pela organização dos agricultores, na medida em que os entrevistados reconhecem que os avanços alcançados foram fundamentais para que a agricultura familiar continuasse se reproduzindo. Também reconhecem que a falta de sucessão é um sintoma de que ainda é preciso avançar na consolidação das políticas. Conforme expressa o entrevistado: “Sim, hoje sim, a demanda que ela é existente

hoje ela é toda atendida, então... a demanda do crédito agrícola, pra toda família, inclusive sobrando né, essa política do governo ela nos atende.” (ENTREVISTA CRESOL).

Tais concepções são muito controversas e limitadas, haja vista que há uma realidade, ainda muito difícil para a reprodução da agricultura familiar, conforme podemos perceber através do Relatório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de 2013. Ainda há muita pobreza no meio rural, muita dificuldade na reprodução da agricultura familiar que impactam diretamente, inclusive, na opção ou não dos jovens permanecerem no meio rural. Com relação aos direitos trabalhistas, por exemplo, são importantes questões que levam o jovem a optar pelo espaço de trabalho urbano; o método de integração torna o agricultor dependente e subordinado a um sistema de produção com baixas remunerações; ainda existem quatro milhões de agricultores que não têm acesso ao crédito pela dificuldade de oferta de garantias (BRASIL, 2013).

É importante destacar as ações que ameaçam os direitos dos trabalhadores rurais, como a caso da discussão da diminuição do valor da previdência rural. Ainda há concepções mais pessimistas, dos entrevistados, que questionam a capacidade de continuidade do projeto político da agricultura familiar.

4 Considerações finais

O reconhecimento de que ainda há muito a avançar e muitas problemáticas que precisam ser discutidas e alçadas estratégias para sua superação foi abordado por algumas organizações. Portanto, é possível identificar diferentes pontos de vista quando se trata da superação dos problemas sociais e no projeto de desenvolvimento na qual as organizações sociais tiveram seus primeiros objetivos. Isso pode ser percebido na fala da Fetraf, que indica que as organizações estão “fazendo reforma” nas políticas já instituídas, pois não houve uma grande novidade nas demandas das organizações sociais, logo em alguns contextos acreditam que as pautas foram superadas e em outros contextos não. Já o MST afirma na sua fala que a concentração de terra aumentou, portanto, cada sujeito, a partir da organização social que representa, desenvolve a compreensão dos avanços e desafios da agricultura familiar.

Por fim, podemos afirmar que embora existam diversas políticas, a sua desarticulação e dificuldade de aplicabilidade, em especial pela concorrência com o modelo de produção pautado do agronegócio e no grande latifúndio, ainda há um grande caminho a percorrer para garantir a promoção da sucessão no meio rural e a continuidade da agricultura familiar.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios e novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

BOGO, Ademar. A mística: parte da vida e da luta. In: PELOSO, Ranulfo (Org.). **Trabalho de Base**. Seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, mar. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **2º Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília: MDA, abr. 2013. (Documento de referência).

_____. _____. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015: alimentos para o Brasil**. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CRESOL CENTRAL – Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária. **Política de Formação do Sistema Cresol Central SC/RS**. Chapecó: Editora IFIBE, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MELLO, Márcio Antônio. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migrações, sucessão e celibato. In: CONGRESSO DA SOBER – QUESTÕES AGRÁRIAS, EDUCAÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PELOSO, Ranulfo (Org.). **Trabalho de Base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RENK, Arlene Anélia. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SILVESTRO, Milton et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; NEAD: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

TONDIN, Celso Francisco. **Políticas Públicas de educação para os/as agricultores/as familiares: um diálogo entre a Fetrasul/CUT e o Estado**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PLURIATIVIDADE NA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO (SC)

Lenoir Heisler¹
Irme Salete Bonamigo²
Arlene Renk³

Resumo

O consórcio de atividades agrícolas e não agrícolas nas unidades de produção familiares, a pluriatividade, não é um fenômeno novo, porém, tem se intensificado na microrregião de Pinhalzinho (SC), caracterizada por pequenas propriedades. O presente artigo analisa os fatores que motivam as famílias agricultoras da microrregião a se tornarem pluriativas. A pesquisa conta com levantamento bibliográfico e de campo. Os resultados indicaram que o tamanho da propriedade rural explorada pela família, a liberdade nos fins de semana, a renda fixa ao final do mês, grandes investimentos para adequação a produção de *commodities* e a falta de incentivos por parte dos órgãos públicos à diversificação de culturas são os principais fatores que influenciaram a busca por rendas externas à propriedade. Geralmente são os membros mais jovens e as mulheres que buscam a renda externa. Ao final, conclui-se que a pluriatividade constitui-se em uma importante estratégia para a reprodução social das famílias agricultoras da microrregião.

Palavras-chave: Pluriatividade. Reprodução social. Agricultura rural.

1 Introdução

Diversas foram e continuam sendo as estratégias que visam garantir a reprodução social das famílias moradoras do meio rural. Dentre os fatores que merecerem atenção estão as configurações internas, particulares a cada unidade familiar, como o tamanho do lote de terra disponível para exploração, atividades agrícolas desenvolvidas, mão de obra disponível, necessidades individuais dos membros a serem sanadas, costumes e crenças e a relação com o mercado, por exemplo.

1 Especialista em Juventude, Religião e Cidadania, pela Faculdade Católica de Santa Catarina (Facasc), mestrando do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), bolsista do Programa Uniedu Pós-Graduação. *E-mail:* <lenoir.heisler@cresolcentral.com.br>.

2 Doutora e mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. *E-mail:* <bonamigo@unochapeco.edu.br>.

3 Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. *E-mail:* <arlene@unochapeco.edu.br>.

Relacionado a estes está também a conjuntura externa, ou seja, aqueles fatores que não estão no domínio da unidade familiar, mas que interferem diretamente nas estratégias adotadas por estas, tais como, a variação de preços dos insumos e o valor recebido na venda da produção, a disponibilidade de geração de renda não agrícola, por exemplo, a existência de indústrias e/ou mercado consumidor próximo (CARNEIRO, 1999).

Um dos marcos da estrutura agrária do País é o recente processo de modernização agrícola ocorrido nos anos 1960 e 1970, também conhecido como revolução verde, que visou modernizar e aumentar a produção agrícola por meio da inserção de pacotes tecnológicos (mecanização e insumos). Outro fator importante relaciona-se ao êxodo rural ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, decorrente em grande parte da implantação de pacotes tecnológicos na agricultura, somado a miséria e falta de assistência estatal às populações do campo e pela necessidade de mão de obra da nascente industrialização brasileira.

A entrada do Brasil na economia de mercado, influenciado pelo processo neoliberal, provoca uma mudança significativa nas relações sociais do meio rural e dos pequenos municípios. A agricultura camponesa entra em declínio, e avançam os processos de urbanização, com relativa homogeneização de modelos culturais e padrões de consumo (PINTO; QUEIRÓS, 2008).

Para Neves e Arraes (2006, p. 1),

[...] os impactos da globalização penetram no rural (local) relacionando-o às suas redes de produção, distribuição e consumo e contribuindo para realocar e reorganizar atividades e práticas sociais [...] Com isso, não é demasiado precipitado afirmar que uma 'parte' desse rural se redefine hoje em função de uma dinâmica urbana em constante transformação. E por certo, esse avanço da urbanização é fruto de um planejamento urbano deficiente, que privilegia uma visão urbana sobre o rural, o que, a nosso ver, justifica a atual crise mundial nesses espaços dos países periféricos.

Um fenômeno não novo, mas com acentuação no último período, evidencia na microrregião de Pinhalzinho (SC) a crescente busca dos membros das famílias agricultoras por rendas externas à unidade de produção. Esta estratégia de reprodução social, chamada pluriatividade, acaba por transformar as relações no meio rural e apresenta-se como um desafio às instituições e organizações.

Ao apresentarmos a pluriatividade como uma estratégia de reprodução social, torna-se importante ampliar o entendimento acerca deste conceito. A reprodução social é aqui assumida como o conjunto de estratégias as quais as famílias camponesas recorrem para garantir a reprodução material e simbólica ao longo do tempo. Dentre as estratégias, pode-se destacar a definição dos padrões de herança (quem continua na propriedade), a forma do trabalho dentro e fora da unidade familiar e a relação deste com a tecnologia, o acesso à terra caracterizada por minifúndios, dentre outros. Ainda, a reprodução social não pode ser compreendida ou descrita sem levar em conta a estrutura societária mais geral e o período histórico no qual a família se encontra (SHANIN, 2005).

Este artigo resulta de parte da pesquisa de mestrado do curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Realizado a partir do levantamento bibliográfico e observação de campo,

tem a intencionalidade de analisar os fatores que motivam as famílias agricultoras da microrregião a se tornarem pluriativas. Para obtenção dos dados empíricos foram realizadas entrevistas com seis famílias pluriativas, a partir de roteiro previamente estabelecido, utilizando-se também de observações que foram registradas em diário de campo. Buscou-se, ainda, efetuar levantamento acerca da presença da pluriatividade nas famílias em uma comunidade rural da microrregião, a fim de contribuir com a execução dos objetivos da pesquisa.

O presente artigo está organizado de forma a apresentar as características da microrregião de Pinhalzinho, especialmente o seu rural, proporcionar a partir do levantamento bibliográfico os elementos que compõem a pluriatividade e relacioná-los com os resultados da pesquisa de campo. Ao final, são apontados os desafios e possíveis pesquisas relativas ao tema foco do presente artigo.

2 O espaço rural e a microrregião de Pinhalzinho

O espaço rural não é só agrícola. Há uma confusão entre a noção espacial do rural e a produção agrícola. A economia rural é diversificada, englobando, além da produção primária, a oferta de serviços e agregação de valor com indústrias de pequeno porte, além de ser o local de lazer e moradia de muitos trabalhadores e aposentados urbanos (VEIGA, 2003).

A microrregião de Pinhalzinho é integrada pelos municípios de Pinhalzinho (cidade polo), Saudades, Nova Erechim, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste, todos situados no oeste do estado de Santa Catarina. Em termos populacionais, residem na região 45.210 pessoas, segundo estimativa do IBGE (2015). O município mais populoso é Pinhalzinho, com 18.696 pessoas, e Bom Jesus do Oeste é o menor, com 2.156 habitantes.

O quadro 1 apresenta que 67,22% da população é residente nas áreas urbanas dos municípios. Destacam-se, segundo a classificação do IBGE (2010) sobre urbanização, os municípios de Pinhalzinho e Nova Erechim, respectivamente, com 83,36% e 75,11% da população residente no meio urbano. Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste detêm, respectivamente, o menor grau de urbanização de 36,55% e 30,35%.

Quadro 1 – População residente na sede urbana e rural nos municípios da microrregião de Pinhalzinho (SC) e Santa Catarina 2000 a 2010

Município	Sede Urbana 2000	Rural 2000	Total 2000	Sede urbana 2010	% urbana 2010	Rural 2010	% rural 2010	Total 2010
Saudades	2.897	5.427	8.324	5.123	56,82	3.893	43,18	9.016
Pinhalzinho	9.313	3.043	12.356	13.615	83,36	2.717	16,64	16.332
Nova Erechim	1.720	1.823	3.543	3.211	75,11	1.064	24,89	4.275
Modelo	2.201	1.729	3.930	2.692	66,55	1.353	33,45	4.045
Serra Alta	1.201	2.129	3.330	1.835	55,86	1.450	44,14	3.285
Sul Brasil	744	2.372	3.116	1.011	36,55	1.755	63,45	2.766
Bom Jesus do Oeste	376	1.774	2.150	647	30,35	1.485	69,65	2.132
Total	18.452	18.297	36.749	28.134	67,22	13.717	32,78	41.851
Santa Catarina	4.217.931	1.138.429	5.356.360	5.247.913	83,99	1.000.523	16,01	6.248.436

Fonte: elaboração dos autores (2016), com base no censo IBGE (2000) e IBGE (2010).

Ao compararmos a taxa de urbanização a partir da classificação adotada pelo IBGE, identificamos um índice de urbanização regional inferior ao observado no estado de Santa Catarina. Na microrregião, a taxa de urbanização chega a 67,22% da população, e em Santa Catarina o índice corresponde a 83,99% da população.

Enquanto na região 13.717 pessoas residem no meio rural, o que representa 32,78% da população total, em Santa Catarina esse índice é de 16,01%, o que significa que o meio rural da microrregião ainda apresenta um número significativo de habitantes.

Em termos percentuais, os municípios de Sul Brasil e Bom Jesus do Oeste apresentam a maior população rural, com 1755 e 1485 pessoas, respectivamente, 63,45% e 69,65% da população. Pinhalzinho é o município que possui menor percentual de pessoas no campo, 2.717, representando 16,64% da população, seguido de Nova Erechim, com 1.064, ou 24,64% da população (IBGE, 2010).

Povoada por caboclos e indígenas, a região recebeu diversos imigrantes de origem italiana, alemã e polonesa deslocados em grande parte pelo cerceamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul em busca de novas terras para cultivo (SANTA CATARINA, 2003).

A reprodução social das famílias de pequenos agricultores no oeste catarinense, a exemplo do fenômeno ocorrido anteriormente no Rio Grande do Sul, repetiu-se. O esgotamento da fronteira agrícola forçou muitos agricultores e agricultoras a migrarem para outros estados, a exemplo do Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, em busca de terras para garantir a sua sobrevivência. Outros foram buscar alternativas de renda nos centros urbanos como assalariados e pequenos comerciantes (SANTA CATARINA, 2003).

O espaço rural da microrregião é marcado por um profundo processo de transformações, a partir da criação de políticas públicas, especialmente no âmbito do crédito. Destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que possibilitou aos agricultores familiares investir em estruturas e equipamentos com o intuito de melhorar as condições produtivas da unidade e a qualidade de vida das famílias, somado a programas de habitação como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), garantia de renda e compras institucionais de produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE). A interação das políticas públicas com o espaço concreto acaba por produzir novas relações e alterar as características do território.

O meio rural do oeste catarinense é constituído em sua grande maioria por pequenas propriedades, o que confere uma particularidade a essa região. As atividades agropecuárias exploradas na área rural da microrregião de Pinhalzinho giram em torno de *commodities* ligadas a grandes complexos agroindustriais, como leite, carnes suína e de frango e cereais como milho e soja. Encontram-se, também, experiências de produção orgânica, além de agroindústrias rurais.

Na microrregião predominam como empregadores as indústrias do setor moveleiro, lácteos, metalurgia, calçadista e de confecções. Também os serviços relacionados à construção civil, tecnologia da informação, agricultura e bovinocultura de precisão constituem-se como potenciais locais de trabalho.

Os dados do Censo Agropecuário IBGE (2006) já indicavam a presença e a importância das rendas não agrícolas nos estabelecimentos agropecuários do Brasil, conforme pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2 – Estabelecimentos agropecuários em que o produtor declarou ter atividade fora da propriedade no Brasil

Atividades desenvolvidas	Unidades	% total
Agropecuária fora do estabelecimento	686.666	13,26
Não agropecuária fora do estabelecimento	745.640	14,40
Agropecuária e não agropecuária fora do estabelecimento	47.110	0,91
Não tinha atividade econômica fora do estabelecimento	3.696.219	71,41
Total de estabelecimentos Brasil	5.175.635	100

Fonte: elaboração dos autores (2016), com base IBGE (2006).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário elaborado pelo IBGE (2006), aproximadamente 15% dos 5.175.635 estabelecimentos rurais declararam obter renda de atividades não agrícolas fora da propriedade. Nesse sentido, apontaram também os estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp) denominado Rurbano, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), antes da divulgação do Censo Agropecuário de 2006 (SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

3 Reprodução social e pluriatividade

O espaço rural não pode ser visto como um resíduo do urbano, nem olhado a partir de uma lógica de oposição. O espaço rural e o urbano supõem uma relação dialética na qual cada vez mais a interação entre estes dois espaços vai sendo uma constante na dinâmica social do mundo rural (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Ao entrarmos na seara das estratégias de reprodução social das famílias camponesas, precisamos compreender a forma pela qual acontece a organização das famílias camponesas e sua diferença em relação às unidades de produção estritamente capitalistas.

Chayanov (1981) propõe um olhar diferenciado para a economia agrícola familiar. Segundo o autor, “[...] a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens.” (CHAYANOV, 1981, p. 137).

Corroborando, Wanderley e Favareto (2013) apresentam o produtor rural como um proprietário que trabalha, empregando a mão de obra da sua família, que também é familiar a sua propriedade. Neste movimento, o produtor familiar guarda duas particularidades importantes. Primeiro, a relação estabelecida com o trabalho, na qual o produtor necessita utilizar as suas capacidades físicas e mentais para o desenvolvimento das atividades. Em segundo, o produtor familiar depende, para a sua reprodução social, da preservação e até mesmo da ampliação do seu patrimônio produtivo.

O consórcio de atividades de geração de renda não agrícola, ou seja, não estritamente da exploração agropecuária no meio rural, é um fenômeno presente na realidade brasileira. Para Carneiro (1999), a pluriatividade manifesta-se especialmente naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança um novo estágio ou se dá por uma via distinta que é do mercado de trabalho.

Duas foram as denominações mais frequentemente utilizadas para caracterizar as atividades não agrícolas no meio rural até meados dos anos 1980: *part time farming* (agricultura em tempo parcial) e pluriatividade. As duas foram utilizadas como sinônimos durante um longo período, em que se considerava a primeira mais comumente utilizada pelos analistas de língua inglesa e o segundo ligado à tradição francesa (SCHNEIDER, 2003).

Para o autor, as grandes diferenças em torno destes dois termos estão na base de análise empreendida em cada corrente. Enquanto a agricultura em tempo parcial refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, a noção de pluriatividade refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. No quadro 3 é possível visualizar as principais diferenças entre as duas noções.

Quadro 3 – Agricultura em tempo parcial e pluriatividade

<i>Part-time farming</i> (agricultura em tempo-parcial)	<i>Pluriactivité ou pluriactivity</i> (pluriatividade)
<p>“[...] o termo <i>part-time farming</i>, no senso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma entidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica). Estes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...]. Os termos <i>part-time farm</i>, <i>parttime farmer</i> e <i>part-time farming</i> têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a esse fenômeno. É possível dizer que uma <i>part farm</i> é uma unidade produtiva que oferece, ou onde alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de <i>part-time farming</i> pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho.” (FULLER; BRUN, 1988, p. 150, grifos no original).</p>	<p>“[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a <i>full-time farming</i> seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis.” (FULLER; BRUN, 1988, p. 150, grifo no original).</p>

Fonte: Schneider (2003, p. 103).

A partir destas duas percepções sobre a ocupação não agrícola nas propriedades rurais, torna-se mais adequado o uso do termo pluriatividade, por englobar um processo que leva em conta não apenas o tempo empregado e dedicado às atividades não agrícolas, mas também aspectos relativos ao processo de reprodução social, considerando a unidade familiar como base de análise.

A pluriatividade pode ser definida ainda como

[...] um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção. Essa interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. (SCHNEIDER, 2007, p. 16).

Carneiro (1999) sugere que ao analisarmos a pluriatividade não nos detenhamos apenas à família como uma unidade de produção, mas à família como uma unidade social, capaz de desempenhar uma função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior dos estabelecimentos.

Para Schneider (2006),

[...] a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção), que compartilha entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família. (SCHNEIDER, 2006, p. 4).

Schneider (2006) sugere algumas características que estão presentes nas mudanças da ocupação do espaço rural e do crescimento da pluriatividade. A primeira relacionada com a modernização técnica e produtiva da agricultura em que a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma subocupação e tornam-se um fator que estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscarem ocupação em atividades não agrícolas. Uma segunda, ligada à terceirização das atividades agrícolas, especialmente aquelas na qual o agricultor contrata terceiros para serviços eventuais como plantio, manejo e colheita, liberando a mão de obra antes ocupada nos trabalhos manuais.

A terceira, conforme o autor, refere-se à queda nas rendas agrícolas, decorrentes da entrada da agricultura nos padrões de concorrência mundial, que implica em aumento de custos decorrentes em grande medida da dependência maior de insumos industriais, que nem sempre se traduzem em aumento de produção. Uma quarta, ligada às mudanças nos mercados de trabalho, em que empresas mudam suas plantas industriais para regiões rurais de alta densidade populacional, buscando redução do custo na força de trabalho, proporcionando acesso ao mercado de trabalho urbano aos agricultores.

O quinto aspecto trata do crescente reconhecimento da importância que a agricultura familiar tem no meio rural, ou seja, ela passou a ser a principal forma social presente nos espaços rurais dos países capitalistas mais desenvolvidos, sendo a pluriatividade percebida assim como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macroestruturais na agricultura.

Carneiro (1999) destaca que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, quanto pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica.

Para a autora, a pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Dessa maneira, as características da pluriatividade entre as famílias variam de acordo com o indivíduo-membro (chefe, cônjuge ou filhos) que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica (CARNEIRO, 1999).

A forma pela qual as famílias exercem a pluriatividade é distinta. Ela é influenciada pelos costumes, crenças e práticas sociais da unidade familiar, e também é resultado das características do território a qual pertence.

A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, a sua variabilidade que dependerá das características do território em que estiver inserida. Acredita-se que, por meio da pluriatividade, os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso a rendas. (SCHNEIDER, 2007, p. 16).

A pluriatividade apresenta-se como uma estratégia que possibilita a reprodução social das famílias do meio rural em meio às mudanças que vêm transformando este espaço.

4 A pluriatividade na microrregião

A busca de oportunidades de trabalho e renda fora da propriedade apresenta-se como uma importante alternativa para as famílias do meio rural na microrregião de Pinhalzinho. As observações de campo revelam que a busca por assalariamento possui uma estreita relação com a população jovem, como podemos observar no relato do entrevistado:

Primeira razão puramente econômica [...] tanto o fato de busca um trabalho fora, uma por agregar também a questão de renda e também atrelada a questão de formação acadêmica. [...] é perto da cidade da mesma forma, se nós pega então do centro de Pinhalzinho até em casa são 4,5, 5 km, distância bastante curta, bastante pequena comparada o que a gente tem hoje com meios de locomoção. [...] pra se manter hoje na cidade o custo de vida é altíssimo, e isso então, a gente consegue de certa forma trabalha com um custo bem mais baixo residindo hoje no meio rural ainda, [...] na questão de calma, tranquilidade de se tá em casa no dia a dia com a família. (Jovem Família P1).

O relato traz elementos importantes para compreender a pluriatividade no meio rural. Ela está relacionada com a questão de renda e possibilidade de estudo. No caso em questão é citada também a distância até o centro urbano, avaliado como positivo pelo entrevistado. O relato aponta ainda para uma positividade, revalorização do meio rural como sinônimo de qualidade de vida. A relação familiar aparece como outro ponto importante, onde pode ser observado que as decisões e estratégias são pensadas coletivamente pelos membros da família.

A adoção da pluriatividade relacionada à valorização do espaço rural como sinônimo de qualidade de vida é apontado pelo entrevistado.

Na verdade foi quando a Carol nasceu (filha mais velha tem 12 anos), saía de manhã a Carol dormindo, chegava de noite a Carol dormindo, daí deu dessa essa condição: vamos morar no interior pra pelo menos educar os filhos, se nós não educarmos alguém vai educar, aí nesse período então a esposa se efetivou no concurso público dos agentes de saúde e havia a necessidade de residir no local onde atua, mas antes disso também era questão de qualidade de vida, viver mais tranquilo. E depois daí por o cara ter raízes na agricultura né, mas por ter um espaço de terra também, aí foi a necessidade de querer conciliar qualidade, mas que tenha uma fonte de renda segura. (Masculino Família P4).

A possibilidade de emprego assalariado, seja no meio urbano, seja nas proximidades do local de moradia, também é um fator importante a ser considerado. Tanto a Família P1, quanto a Família P5 apontam a proximidade com o centro urbano como um ponto favorável a busca de renda externa à propriedade. Este mesmo relato está relacionado ao realizado pela Família P4, a qual destaca que a qualidade da via de acesso é de suma importância para possibilitar a continuidade da estratégia familiar:

[...] hoje a gente tem essa oportunidade de trabalhar fora e morar em casa, a questão de logística facilita. Nós estarmos morando perto da cidade, então isso se torna viável. Por que eu hoje aqui por exemplo até o meu serviço dá 5 km. Depende onde que eu vou ter que, se eu for alugar uma casa, aquilo que tinha possibilidade de pagar é lá em cima no final da cidade. Talvez a distância seria a mesma, talvez uns metros a menos. Então não é viável, não se torna viável. (Família P5).

[...] se a agricultura tivesse de fato um acesso com qualidade, eu acho que as pessoas se sentiriam mais incluídas. Por exemplo, uma vez quando eu levava 20 minutos e a estrada era ruim, e no sábado de noite se a Carol falava vamos pai come um Xis ou uma pizza na cidade [...] ah, tá muito ruim a estrada. Hoje nós fizemos isso com frequência. Chega sábado de noite o que vamos fazer nada. Então vamos lá comer um Xis. O cara sai, leva nove minutos, come Xis em meia hora questão de uma hora tu vai e volta, faz a janta né. Claro precisa condições econômicas, mas a estrada é determinante. (Família P4).

Na família P5, a busca dos filhos por alternativas de renda fora da propriedade também esteve associada à dimensão da área de terra da família.

Eu acho que o princípio de tudo é a questão da dimensão do lote. A gurizada cresceu e a atividade esbarrou no seu limite de expansão. A terra é pequena então nós temos que criar alternativas. Ou você arrenda ou você compra... [...] Mas como dizia, o lote não é grande, então se fica quase num limite de produção, ao menos pra vaca tá no limite. A não ser que você invista e otimize a produção. Hoje a gente tem exemplos como o Compost Barn e o Free Stall, enfim, que consegue agregar, concentrar um pouco mais a produção. É uma alternativa pra pequena propriedade de que quer ampliar. (Família P5).

A família relata a possibilidade de financiamentos com recursos subsidiados (Pronaf Mais Alimentos), porém, destaca que as linhas de crédito são muito recentes. A busca de oportunidades fora da propriedade possibilitou ainda a continuidade dos estudos em um curso superior.

Mas assim, na época pelo menos quando eu sai não se tinha essa perspectiva. Nem as possibilidades. Isso chegou depois do Mais Alimentos (programa governamental de subsídio) que criou mais perspectivas, mais alternativas pra pequena propriedade. Então quando vê isso aí, até pra estudar não era tão fácil, eu fui para o seminário. Então era muito difícil pra você consegui uma bolsa pra poder estudar. E federal rapaz do céu... era uma concorrência era duzentos, 440 por vaga, então era muito difícil. (Família P5).

Uma das principais motivações para busca de renda não agrícola é a garantia por um valor fixo ao final de certo período de trabalho, no entanto, percebe-se em relação aos filhos uma independência na administração dos recursos recebidos por este. Neste caso, os recursos são utilizados na sua grande maioria para satisfação das necessidades individuais dos membros da família. A compreensão da ajuda nas despesas familiares ocorre com a realização de tarefas em momentos oportunos.

Cada um trabalha e gasta o que trabalha. Só o pai e a mãe mesmo na atividade deles. O que é produzido na propriedade. Mas nós não, nós [ele e o irmão] temos as nossas coisas. (Família P6). Eu tenho a minha renda. Administro o meu dinheiro. Ajudo meus pais de vez em quando, mas o que eu ganho é meu. Estou guardando para o futuro. Tenho uma independência financeira. (Família P2).

Ao buscar rendas não agrícolas, especialmente o assalariamento, as famílias ainda empregam a mão de obra dos seus membros após o seu horário de trabalho e nos fins de semana dentro da propriedade.

Assim, quando tu tem um tempo tu ainda consegue dar uma mãozinha em casa. Então tu ajuda a carregar os porcos. Às vezes na negociação tu fica em casa no final de semana. Dá pra negociar. (Família P6).

Nas observações de campo pode-se perceber que a relação entre trabalho e penosidade no meio rural diminui. Porém, as falas dos entrevistados revelam uma nova situação. As horas dedicadas à execução das atividades ampliaram-se.

A visão que eu hoje tenho, tipo assim, não olhando o meu caso aqui em casa, mas pelo que a gente vê e conversa enfim, hoje o campo ele te dá uma renda maior, porém ele te dá mais hora de serviço, não é um trabalho mais tão penoso como era uma vez, é um trabalho que é bom você estar no campo, porém ele te dá, no meu caso a gente percebe dá mais serviço. Não é só 8 horas, tem que contar 10, 12 horas tu faz brincando. (Família P2).

Esta observação está relacionada a outro fator responsável pela busca de renda externa à propriedade. Explorar alguma atividade agrícola, especialmente as pecuárias (leite, frangos e suínos), pressupõe manter-se vigilante 24 horas por dia. Ter liberdade igual ao trabalhador urbano, não necessitando retornar à propriedade para realizar alguma atividade nos fins de semana e feriados, por exemplo, motiva especialmente os jovens a buscar rendas externas a propriedade, mesmo residindo com os pais.

A interação entre os moradores do meio rural e urbano, caracterizada pelos laços de parentesco (filhos, irmãos, pais, tios, sobrinhos), somados ao acesso a um número maior de bens para consumo por parte das unidades familiares rurais, acaba por diminuir a distância entre os modos de vida das famílias. Estes fatores acabam por constituir uma nova janela através da qual os indivíduos de famílias pluriativas percebem a realidade à sua volta.

Em estudo realizado em uma comunidade distante sete quilômetros de um centro urbano, constatou-se que, das 62 famílias residentes, 32 possuem membros que buscam fontes de renda fora das atividades agrícolas, ou seja, são pluriativas. Em dez famílias, a renda das atividades não agrícolas é maior do que as agrícolas. Esses dados necessitam ainda de análises mais aprofundadas e comparativas, por exemplo, com comunidades rurais mais distantes dos centros urbanos, porém, chama a atenção uma mudança do cenário rural dos centros urbanos dos municípios da microrregião.

O fenômeno da pluriatividade está hoje associado à reprodução social da agricultura familiar, e é elemento constitutivo do meio rural brasileiro, sendo a sua compreensão estratégica para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural cada vez mais coerentes.

Entre os principais desafios relatados pelos moradores rurais com fontes de renda fora de sua propriedade estão as vias de acesso, indispensáveis para um bom deslocamento.

Na fala das famílias pluriativas encontra-se o desafio relacionado ao acesso aos programas de financiamento de habitação rural. De um lado, a atual política de habitação rural contempla agricultores familiares possuidores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), vinculada essencialmente à produção agrícola. Descobertos pela política de habitação urbana, por residirem no meio rural, encontram-se em situação ambígua frente a política pública, tendo que recorrer a outros meios.

5 Considerações finais

A busca por fontes de renda fora da propriedade, apesar de não ser um fenômeno novo, tem se intensificado na microrregião foco deste estudo. Dentre os principais fatores que influenciam as famílias a se tornarem pluriativas estão a renda extra e fixa, a mão de obra excedente, a necessidade de grandes investimentos nas atividades de integração, somada à falta de estímulo para implantação de atividades distintas fora do padrão. Há, ainda, a qualidade de vida sentida no aspecto do contato com a natureza e a jornada de trabalho fixa das atividades não agrícolas que geram mais 'liberdade'.

Evidencia-se que a oferta de vagas para o trabalho assalariado e a proximidade com algum centro urbano influencia na decisão e possibilidade de acionar esta estratégia, porém, a distância maior não impede que as famílias busquem rendas não agrícolas.

Observa-se a seletividade no acesso às políticas públicas, como na política de habitação, em que a família pluriativa pode ser excluída em virtude da renda não agrícola auferida na unidade.

Constata-se, também, a necessidade de um olhar mais atento dos agentes públicos e organizações sociais acerca desta realidade que vem se intensificando no meio rural da microrregião.

Referências

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

NEVES, Oseias Carmo; ARRAES, Nilson Antonio Modesto. **A pluriatividade em áreas de transição rural-urbano**: um estudo sobre o potencial das atividades não-agrícolas na área rural do distrito Barão Geraldo do município de Campinas (SP). Campinas, 2006. Disponível em: <www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UNICAMP/OseiasNeves.doc>. Acesso em: 18 out. 2016.

PINTO, Jose Madureira; QUEIRÓS, João. O peso do lugar: mudança e reprodução social numa coletividade no noroeste português. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6., 2008, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. v. 1, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/317.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

SANTA CATARINA. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p.

SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 16, n. 3, p. 15-34, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/409.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 260 p.

_____. **A pluriatividade no Brasil**: proposta de tipologia e sugestão de políticas. 2006. Apresentado no Congresso da SOBER. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/193.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro del; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. 2002. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson (Comp.). Singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Orgs.). **Concepções da Ruralidade Contemporânea**: as singularidades brasileiras. 21. ed. Brasília: Athalaia, 2013. p. 413-464. Disponível em: <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 1 maio 2015.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO TERRITORIAL: DISPUTAS E CONSENSOS PROTAGONIZADOS NA GESTÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

Pedro Ivan Christoffoli¹
Marcia Luiza Felippini²
Marcos Roberto Pires Gregolin³
Cristina Sturmer dos Santos⁴
Osair Wrublak⁵

Resumo

O presente trabalho busca trazer para a discussão alguns aspectos inerentes à criação e consolidação do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (Condetec), principalmente disputas e consensos protagonizados na sua dicotômica composição, entidades governamentais e não governamentais, materializados nos debates ocorridos ao longo dos seus recentes 12 anos de existência. Utilizou-se como metodologia a realização de pesquisa bibliográfica, bem como de entrevistas com integrantes do conselho. Constatou-se que a realidade vivenciada nos dias atuais, destacando-se a composição mínima de 50% de representantes não governamentais, a alternância dos representantes dos segmentos na coordenação geral e o clima de respeito existente entre os diversos agentes antagônicos, é o fruto de um longo processo de construção, em que os movimentos sociais foram aos poucos conquistando seu espaço e reconhecimento. Sobre os conflitos protagonizados no âmbito do Condetec, nota-se que estes por vezes promovem o afastamento de alguns atores antagônicos, contudo, percebe-se também que em momentos de conflitos e dificuldades muitos agentes e representantes de instituições se unem para defender seus posicionamentos e demandas, buscando por meio de ações concretas resolver a situação que os oprime.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Participação social. Gestão. Movimentos sociais.

-
- 1 Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Laranjeiras do Sul. Coordenador do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), na UFFS/MDA da Cantuquiriguaçu. *E-mail:* <pedroivanc@gmail.com>.
 - 2 Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas (UFFS), *campus* Laranjeiras do Sul. Bolsista de Iniciação à Extensão do NEDET Cantuquiriguaçu. *E-mail:* <marciafelippini@gmail.com>.
 - 3 Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), assessor territorial de Gestão Social do NEDET Cantuquiriguaçu. *E-mail:* <marcosgregolin@yahoo.com.br>.
 - 4 Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e professora substituta na área de Teoria Econômica na UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul. *E-mail:* <crstinasturmer@gmail.com>.
 - 5 Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Assessor territorial de Inclusão Produtiva do NEDET Cantuquiriguaçu. *E-mail:* <osairwrublak@gmail.com>.

1 Introdução

É fato dado que as expressões derivadas do termo “território” passaram, nas últimas décadas, a ter espaço no vocabulário de gestores governamentais e da sociedade civil organizada em todo o mundo. No Brasil, esse processo se deu especialmente a partir de 2003/2004, quando o governo federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passou a operacionalizar o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (Pronat). De acordo com o MDA, buscar o desenvolvimento tendo por base o planejamento com olhar para o território se justifica

[...] porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. (BRASIL, 2005, p. 8).

No bojo do Pronat foram reconhecidos territórios em todo o Brasil, tendo como principais critérios a constatação de características geradoras de identidade e também os baixos índices de desenvolvimento. O Território Cantuquiriguaçu foi oficializado pela SDT/MDA em 2004, logo em seus primeiros atos, e desde então se busca conduzir ações que promovam o desenvolvimento sustentável de todos os municípios que o compõem, na medida do possível tratando os problemas e entraves pela totalidade do seu conjunto. Para tanto, periodicamente, entidades governamentais e não governamentais se debruçam sobre os dilemas dentro de um fórum instituído e denominado Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (Condetec), o qual tem por missão promover o desenvolvimento integral do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC, 2016).

De acordo com o seu regimento, o Condetec deve ser composto por entidades governamentais e não governamentais, bem como atender as seguintes premissas: “Acolher as demandas da sociedade e das entidades para a inclusão no conselho; Garantir espaço à participação de todos os municípios; e Assegurar a presença de todas as áreas e segmentos da sociedade.” (CONDETEC, 2016, [s.p.]). Isto posto, tem-se um cenário cujo acúmulo de interações sociais vivenciadas ao longo do processo de ocupação do território se manifestam e se materializam no *modus operandi* deste conselho, vindo a compor uma “arena democrática” na qual entram em choque ideias, posicionamentos e posturas por vezes antagônicas dos agentes que o compõem.

A partir disso, entender como as disputas e os consensos entre entidades governamentais e não governamentais tem-se manifestado e como estes são conduzidos no âmbito do Condetec constitui a questão e o objetivo central desta pesquisa que ora se inicia.

Para tanto, optou-se pela realização de um estudo de caso, fundamentado em uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de encontrar e articular referências sobre o tema. Posteriormente, valeu-se de consultas em documentos oficiais do Condetec, como regimentos e atas, para na sequência se realizar entrevistas com membros do Condetec. Sendo assim, classifica-se essa pesquisa como descritiva, pois “[...] as pesquisas deste

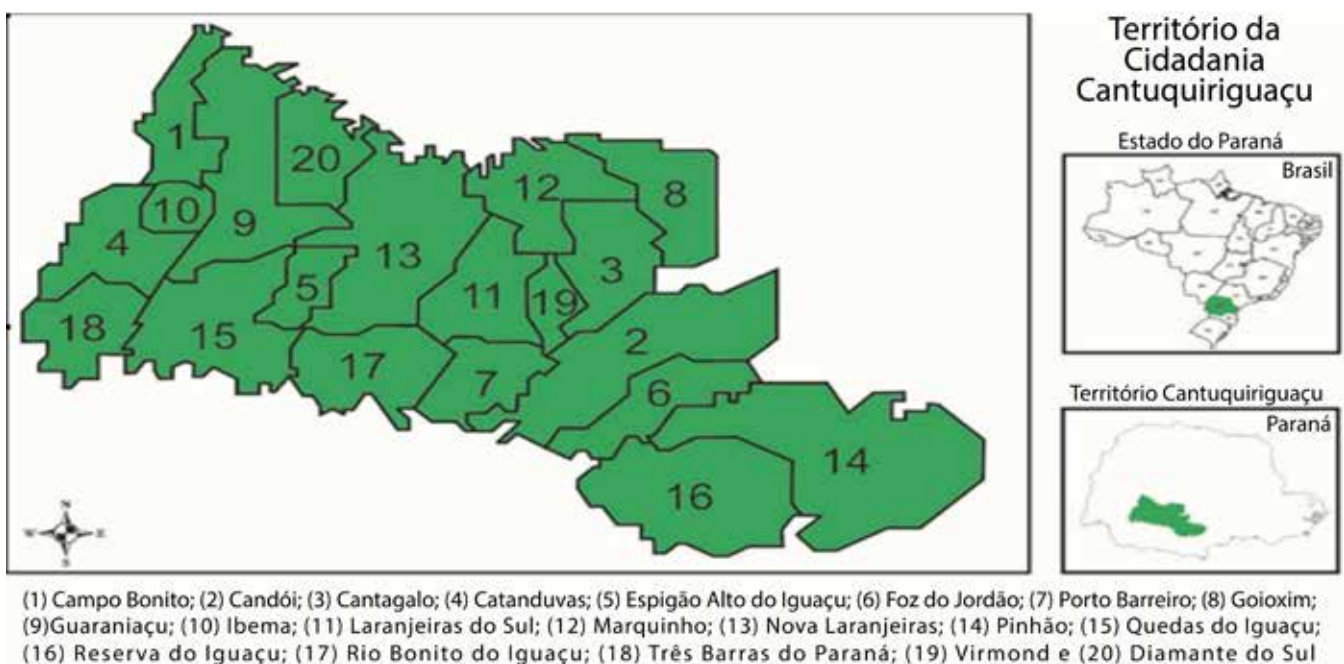
tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.” (GIL, 2008, p. 28).

2 Fatos e aspectos relevantes do Território Cantuquiriguaçu

O Território Cantuquiriguaçu fica localizado no Terceiro Planalto Paranaense, predominantemente na mesorregião Centro-Sul paranaense, microrregião de Guarapuava. Este é composto por vinte municípios, sendo: Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Campo Bonito, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Guaraniaçu, Goioxim, Ibema, Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Marquinho, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond e Porto Barreiro (BRASIL, 2015).

Inferese neste momento a discussão sobre o desenho geográfico do Território Cantuquiriguaçu, já constatado em diversos momentos, tanto pelo depoimento de atores envolvidos nos processos de desenvolvimento e também pela prática cotidiana de articulação e circulação no território, trata-se de uma extensão geográfica razoável, porém, com uma distância entre extremidades maior que 250 km. Por mais que se possa atribuir aspectos geradores de identidade, nota-se que entre estes extremos (Pinhão ao leste e Catanduvas ao oeste) encontram-se diversas discrepâncias, seja nos indicadores, seja nas dinâmicas econômicas, culturais, produtivas, climáticas e outros. Também se referencia as relações que estas extremidades do território possuem para além dos limites estabelecidos como “Cantuquiriguaçu”, no caso de Catanduvas e municípios limítrofes o fluxo majoritário caminha para Cascavel e no caso de Pinhão e municípios vizinhos para Guarapuava.

Figura 1 – Localização do Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil, em 2016



Fonte: elaboração dos autores (2016).

Ressalta-se que os municípios do território se caracterizam como predominantemente rurais (52,12% da população vive no rural), com baixa densidade demográfica, aproximadamente 16,6 habitantes por km² (população territorial de 232.551 pessoas em 13.986,40 Km²) são dotados de características geradoras de identidade, tais como o relevo, o meio ambiente, a predominância da agricultura familiar (aproximadamente 83% das propriedades rurais se enquadram nessa categoria), a hidrografia, a presença de movimentos sociais atuantes, os assentamentos de reforma agrária (existem 4.264 famílias assentadas às quais ocupam aproximadamente 30% da área destinada a agricultura no território), povos tradicionais (quatro comunidades quilombolas e duas terras indígenas), indicadores socioeconômicos, dentre outros (COCA, 2014; CEZIMBRA, 2013; BRASIL, 2015; IBGE, 2010). Esse território teve sua formação fundiária e social associada ao processo de ocupação e às condições geográficas da região. Sobre a geografia regional, o relevo ondulado e as formações de floresta possibilitaram atividades de extração madeireira, enquanto em áreas planas campestres houve exploração da pecuária (RAUBER et al., 2014; CEZIMBRA, 2013). Esse movimento permitiu que ocorresse o início da acumulação de capitais por um pequeno grupo de proprietários de terras, num processo de acumulação por espoliação, no sentido de Harvey (2004), atualizando o conceito de acumulação primitiva de Marx. Esse grupo obteve significativo domínio sobre os meios de produção regionais entrando em atrito com os outros agentes sociais (como camponeses posseiros, indígenas e quilombolas), promovendo um significativo processo de disputa política e territorial. Assim, as disputas políticas aliadas “[...] a falta de comunicação e isolamento da região contribuíram para a formação de uma cultura de violência que persistiu até tempos recentes.” (FABRINI, 2002, p. 156).

3 Programas voltados ao desenvolvimento territorial na Cantuquiriguaçu

Analisando a abordagem territorial, pode-se considerar a seguinte diferenciação: por um lado uma abordagem “de baixo para cima” (RAFFESTIN, 1993) e, por outro, uma abordagem de “cima para baixo” (SAQUET, 2009). Sobre essa mesma diferenciação, tem-se o entendimento de Haesbaert (2004), no qual, segundo ele, pode-se classificar a territorialização em territórios dados e territórios constituídos. No mesmo sentido, Pecqueur (2005) oferece a reflexão de um território construído, sendo mais coerente do que simplesmente um território “dado”. Ao se tomar por base as definições de território de “cima para baixo” e dos territórios dados, pode-se tomar como horizonte as concepções de territórios que denotam a organização social, os movimentos sociais e os fluxos de pessoas e ações, as quais, em um determinado espaço geográfico, geram identidade e sentimento de pertencimento entre seus habitantes. Acredita-se que, tendo por base este horizonte, surgiram diversas políticas e ações governamentais que buscaram fomentar a territorialização em âmbito nacional, e neste caso pode-se elencar o Pronat em 2003, o qual, segundo Leite e Wesz Júnior (2012):

[...] instituiu um novo formato de política ao optar pela construção de uma nova institucionalidade – o território –, fundado na representação dos interesses sociais e econômicos da agricultura familiar e que previa a coordenação e a articulação de um grupo de municípios em torno de uma estratégia comum. (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012, p. 647).

Nesta mesma perspectiva, posteriormente é criado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Propondo levar a regiões do País políticas públicas de desenvolvimento e de implantação de projetos sustentáveis, com ações que fortaleçam a capacidade local de criar alternativas, oportunidades e inovações (BRASIL, 2014).

O PTC nasce como resultado do esforço do MDA/SDT em aprimorar e ampliar as ações do Pronat, foi gerido pela Casa Civil da Presidência da República, visando a articulação de diversos ministérios e órgãos da administração federal. Contudo, avalia-se que o programa, efetivamente, não conseguiu viabilizar mecanismos de integração de ações governamentais no território, bem como não deu conta de promover a articulação e discussão delas na esfera nacional. Esta situação fica evidente também no depoimento de Cezimbra (2016): o Território Cantuquiriguaçu se enquadrou nos critérios do PTC pelo fato de serem “[...] municípios com altos índices de pobreza, então estes teriam uma atenção especial e [o PTC] deveria interferir no desenvolvimento com apoio de 17 ministérios, mas na prática ficou mais o MDA e MDS, não conseguiu envolver muito os outros.” (CEZIMBRA, 2016, [s.p.]). Contudo, ao se analisar o histórico do PTC, principalmente as matrizes de ações pactuadas para o Território Cantuquiriguaçu, nota-se que várias das atividades atribuídas aos diversos ministérios aconteceram, porém sem nenhum diálogo com o Condetec.

Neste sentido, pode-se então afirmar que o PTC contribuiu mais efetivamente para dotar de visibilidade regiões de alto interesse social para o desenvolvimento rural, em vista de suas debilidades históricas sociais, do que para promover de fato uma articulação das demandas prioritárias e ações coordenadas que alterassem essa realidade. Também nota-se que boa parte dos agentes executores do PTC não dialogavam com o órgão colegiado territorial para implementar suas ações e esta situação pode ser resultante, dentre outros fatores, da falta de interesse no diálogo, da pouca tradição de realização de consulta e articulação popular na execução das políticas públicas, ou ainda da desconsideração da necessidade desta ação prévia à execução.

Como abordado por Fávoro (2014), o programa Territórios da Cidadania foi alvo de críticas, as quais se centram na dúvida sobre a real existência dos “Territórios e suas identidades”, dotados de articulação e onde se dão disputas e interações dos agentes ou se de fato o programa representou apenas um processo de agrupamento de municípios limítrofes, contudo situados em realidades e contextos distintos, apenas para viabilizar repasses de recursos públicos. Esta análise proporcionada por Fávoro retoma a discussão dos conceitos de território dado e território construído, a qual pode, de maneira provocativa, servir de plano de fundo para se realizar diversas análises sobre o contexto local vivenciado.

De acordo com Leite e Wesz Júnior (2012), o programa Territórios da Cidadania manteve as concepções de território e de abordagem territorial empregadas no Pronat, ou seja, pode-se, de certo modo, considerar estas críticas também ao programa inicial, antecessor do PTC, inaugurado em 2003.

Igualmente, um dos pontos fortes, e que pode ser tido como virtuoso no Pronat e no PTC, diz respeito à valorização e ao condicionamento de suas execuções à deliberação de um conselho gestor. Uma instância colegiada, de caráter regional e plural, composta por organizações governamentais e não governamentais, no território em questão, foi denominada Condetec, um espaço que tem por intuito ser o local de intersecção entre governo, ONGs, movimentos sociais e a sociedade em geral. As plenárias dos conselhos de desenvolvimento dos

territórios apoiados pela SDT são, teoricamente, a instância deliberativa do Pronat e do PTC. Pode-se considerar que a institucionalização de um colegiado no âmbito das políticas territoriais é uma estratégia que, além de tentar dotar o processo de aspectos mais democráticos, também tenta diminuir a discrepância existente entre a gênese de um “território constituído” e a artificialidade de um território unicamente “dado” por uma política pública.

Para Abramovay (2001, p. 121), a diversidade de “[...] conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático [...]”, contudo, o mesmo autor alerta para o fato de que grande parte destes surgiu e tem sua existência pautada apenas na deliberação de recursos advindos dos governos, sejam eles estaduais, seja federal. Nessa perspectiva, para o autor, a autonomia e a existência destes conselhos fica fragilizada, haja vista que, nestes casos, o nascimento da instância colegiada deu-se unicamente por atendimento de requisitos legais dos órgãos financeiros.

Para Alencar e colaboradores (2013, p. 141), os conselhos, mesmo que dotados de inúmeras limitações, se constituem como “[...] arenas políticas de acesso mais ampliado, quando comparadas a outros canais de relação política entre Estado e sociedade [...]”, e basicamente por essa qualidade inerente a sua existência, faz-se necessário que a *práxis* cotidiana desencadeada nesses conselhos seja valorizada e constantemente aprimorada, proporcionando então que estes espaços sejam cada vez mais porta-vozes dos anseios e demandas gerais da sociedade.

Indo mais fundo na gênese dos conselhos, Marques e Flexor (2006) dão conta de que este movimento pode ser considerado uma resposta à centralização do poder operacionalizada durante o regime militar. Para estes autores, a descentralização oportunizada pela atuação dos conselhos constitui “[...] uma reivindicação vigorosa, particularmente expressa na Constituição de 1988. O nível local de poder, na medida de sua proximidade com os cidadãos, tornava-se essencial na perspectiva democrática.” (MARQUES; FLEXOR, 2006, p. 51).

Tanto o governo federal quanto o estadual tentam realizar, usando a figura do conselho territorial como instância deliberadora, investimentos de recursos financeiros e humanos em diversas áreas, com o propósito de fortalecer as ações que visam diminuir as desigualdades da região e, supostamente, promover processos endógenos de desenvolvimento. De maneira que se estabelecem na constituição do Condetec os objetivos de: I) Promover o desenvolvimento regional em todas as suas dimensões, através de ações, programas e projetos; II) Articular as políticas públicas no Território através da integração de instituições públicas e privadas; III) Estimular o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social (CONDETEC, 2015).

4 O processo histórico de constituição da participação popular no Condetec: marchas e contramarchas

O Território Cantuquiriguaçu possui raízes históricas na unidade federativa do Território do Iguassu, que remonta à década de 1940. A partir dos anos 1980, houve a percepção, por parte alguns municípios e lideranças locais, da necessidade de planejamento da até então denominada região Cantuquiriguaçu, em aglutinar forças e fazer frente a um estado de isolamento do Território em relação às ações políticas do governo estadual e federal. Neste contexto, emergiram movimentos sociais e articulações populares que buscavam consolidar no Território bases de desenvolvimento para a população local. A partir dessas entidades sociais, notadamente sindicatos e

associações, percebeu-se a necessidade de articulação territorial e a vinculação de um grupo de municípios com o objetivo de empreender o desenvolvimento da região, inclusive, com a criação de um Conselho Territorial, voltado a discutir o combate ao atraso social e econômico dos municípios (CONDETEC, 2004; FAVARETO, 2010).

Historicamente, situam-se dois fatos relacionados a este processo anteriormente mensurado: a criação da Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu, em 1984, entidade jurídica composta por representantes do poder executivo municipal e posteriormente a homologação do Território Cantuquiriguaçu e a composição do Condetec, em 2004, órgão este sem personalidade jurídica, porém, que consegue congrega uma diversidade maior de representantes de entidades governamentais e não governamentais.

Uma das características do Território Cantuquiriguaçu é a convivência (em muitos momentos abertamente conflituosos) entre os latifúndios e as unidades camponesas e indígenas, compondo um complexo histórico de conflitos fundiários de diversas ordens. A supremacia dos latifúndios em desfavor dos pequenos agricultores serviu de motivação para a organização de movimentos de pequenos agricultores no Território, os quais tiveram sua gênese no objetivo de buscar alternativas de desenvolvimento das atividades agrícolas nas pequenas propriedades e superar os constrangimentos de uma elevada concentração fundiária e de renda (CONDETEC, 2004).

A base social camponesa presente no Território Cantuquiriguaçu é bastante expressiva. Cerca de metade da população persiste no meio rural, ainda que se reduzindo a cada ano. A presença de movimentos sociais como o MST e MPA, dos movimentos sindicais como Fetraf e Fetaep, e do associativismo de base popular e solidária dotam a região de um dinamismo de ações, ainda que bastante empobrecido, porém, pouco visível em outros territórios do estado e também do Brasil. A existência de conflitos em torno das áreas ancestrais indígenas, também em condição de pauperização acentuada, porém com limitada visibilidade política e social, faz com que a região concentre atualmente um grande potencial de luta pela terra e pelo território, numa perspectiva popular. Nesta mesma situação, pode-se enquadrar a questão Quilombola. Recentemente, o governo federal assegurou a garantia de uso do território para a Comunidade Remanescente Quilombola Invernada Paiol de Telha, por meio da assinatura de uma portaria por parte do Incra. O reconhecimento de 2.959 hectares como território da comunidade quilombola marca o desfecho de uma batalha que perdurava há mais de quarenta anos (INCRA, 2015).

É perceptível o papel da agropecuária na geração de renda no território, principalmente na medida em que se comparam os valores atribuídos aos demais setores. Por meio deste comparativo, pode-se reafirmar a incipiência do setor industrial, bem como a vinculação do desempenho do setor de serviços aos resultados dos outros setores, especialmente as administrações públicas. A geração de renda gira em torno das ocupações ligadas ao setor agropecuário, existindo um grande contingente de trabalhadores empregados (IPARDES, 2015). Analisando os números da população ocupada tem-se uma porcentagem significativa de habitantes nestes municípios que não possuem rendimentos, fato este que reflete no percentual de pobres e extremamente pobres, fatia esta que mesmo passando por uma diminuição significativa entre os anos de 1991 a 2010, ainda possui uma correspondência relevante no total da população (IPARDES, 2015; ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2016). Observando outros indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento

Humano, se visualiza uma melhoria; no entanto, se mantendo todos abaixo da média estadual. O que em parte ilustra a situação de pobreza e exclusão que se vivencia no território.

Mesmo ao se considerar estes dados regionais, aliados a seus condicionantes e consequências, não se pode concluir que exista uma absoluta insuficiência de geração de renda e riquezas nos municípios do Território Cantuquiriguaçu, ou uma nulidade de mobilização social da população territorial que vive em situação de fragilidade. Pelo contrário, mesmo nesse cenário de restrições, os integrantes marginalizados da dinâmica territorial se organizam e configuram estratégias específicas de viabilização de seus grupos, contra movimentos específicos dentro do tecido territorial nos espaços de disputas. Tais configurações são visíveis, seja na estruturação de entidades não governamentais da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais do campo (COCA, 2014; FABRINI, 2002), seja na disputa de espaços dentro de entidades representativas, como no Condetec (MORAES, 2013). Cabe referenciar que é no meio desse cenário de disputas e busca por reconhecimento que surge o movimento para a instalação da UFFS no Território.

Tomando como ponto de reflexão a figura do território como espaço de disputa e materialização das relações de poder dos diferentes segmentos, potencializa-se a capacidade de analisar as estratégias que os atores em determinada região utilizam para controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas. O território tem uma conotação de poder, que vai para além da noção tradicional de poder político (HAESBAERT, 2004). Assim, para compreender e definir um território, torna-se importante evidenciar as relações de poder existentes dentro dele. De forma que a capacidade de articular diferentes formas e relações de poder dentro dos espaços determina as distintas territorialidades dos atores (SAQUET, 2009; RAFFESTIN, 1993). Esses espaços são marcados pelas relações materiais e imateriais, à medida que podemos observar as relações de poder definindo a ideologia, os pensamentos, a teoria, os conceitos, os métodos e as metodologias (FERNANDES, 2008).

A tarefa de definir os limites de um território pode ser considerada muito complexa, principalmente por se entender que existem dinâmicas independentes, diferentes territorialidades e a relação não apenas material, mas também imaterial impregnada no cotidiano e na atuação de cada agente presente e atuante dentro deste “espaço”. O grande desafio para se trabalhar o desenvolvimento de um dado território é fazer com que as diferenças não sejam negligenciadas, mas discutidas, e principalmente que as ações sejam pautadas tendo por base os pontos comuns, as bandeiras aglutinadoras de modo que não se esqueçam os pormenores diferenciadores e se trabalhem pelos pontos congruentes presentes nas diferentes territorialidades. Para o coordenador do Condetec, “[...] é central essa participação e o importante das entidades governamentais e não governamentais é não ter uma visão setorial e sim uma visão integral do que se faz no território.” (SILVA, 2016, [s.p.]).

Segundo Coca (2014), quando a Cantuquiriguaçu foi enquadrada no Programa Territórios da Cidadania em 2008, esses movimentos socioterritoriais camponeses consideraram importante a sua participação nas discussões do Condetec. Isto é evidenciado na fala do componente do núcleo diretivo Elomar Cezimbra:

Num primeiro momento, nos anos 1990, a iniciativa do conselho do território foi uma iniciativa mais de instituições públicas, os movimentos sociais não estavam muitos presentes, começaram a estar mais com o fim do governo FHC e de forma mais ofensiva no governo Lula,

então começou a haver uma ampla participação dos movimentos, com mais força e é nesse momento que se cria dentro da lógica dos territórios da Cidadania. (CEZIMBRA, 2016, [s.p.]).

Uma das características que podem dizer muito de um conselho ou colegiado é a maneira com que ele é conduzido, e a condução, por vezes, pode ser materializada tendo por preceitos os conceitos, os discernimentos e os interesses particulares ou da classe de seus coordenadores. Para Moura (2007), por vezes, os cargos de presidência de conselhos são ocupados por representantes do poder público, seja ele municipal, estadual ou federal, sob a justificativa de que possuem as habilidades técnicas para dar respostas às “exigências burocráticas de funcionamento do conselho”, ao passo que os agricultores familiares e demais líderes da sociedade não possuem estes pré-requisitos. De acordo com o entendimento da autora, outra situação no mínimo equivocada e constrangedora foi constatada a campo, que dá conta de que “[...] dificilmente há o reconhecimento por parte do poder público da possibilidade de ter como presidente do conselho um representante dos agricultores familiares.” (MOURA, 2007, p. 247).

Cezimbra (2016, [s.p.]) ressalta que o papel das entidades governamentais e não governamentais dentro do conselho é o mesmo, “[...] debater o desenvolvimento regional e fazer articulações, depois elaborar projetos. A diferença das entidades governamentais são que estas estão ligadas ao poder Municipal, Estadual ou Federal, tendo assim também um aparato, uma estrutura.” Nesta lógica, fica claro e evidente que não existe fundamento a aplicação de uma diferenciação ou predileção para que um segmento ou outro, em isolado, assumam a coordenação de um conselho. Nessa lógica e buscando a melhor metodologia de gestão para o Condetec, estabeleceu-se em regimento, posterior a um debate consensual, que a coordenação geral deveria ser alternada, a cada mandato, entre representante conselheiro de entidade governamental e não governamental.

Para o coordenador do Núcleo Diretivo do Condetec, Valter Israel da Silva⁶, o fato de a coordenação do Condetec ser alternada entre entidades governamentais e não governamentais foi construída com a ajuda dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais tiveram participação ativa desde o princípio dessa construção no território. A dinâmica de conflito social e participação nesses espaços exige um exercício de saber lidar com o território, saber lidar com o contraditório. (SILVA, 2016, [s.p.]).

Para Cezimbra, depois que os movimentos sociais exerceram a coordenação geral do Condetec por uma gestão, parece ter desaparecido ou diminuído o preconceito, “pois os movimentos sociais fizeram uma das melhores gestões” (CEZIMBRA, 2016, [s.p.]).

Outro aspecto que cabe referência neste momento é o caráter paritário, sempre preconizado pelo Condetec e reconhecido como importante para dotar os conselhos de processos democráticos de decisão. Infere-se que

6 Valter Israel da Silva, camponês, militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e atualmente exerce a função de coordenador do Núcleo Diretivo do Condetec.

nos dias atuais o Condetec possui um maior número de representantes de entidades não governamentais do que de governamentais, possibilidade aprovada na última revisão do regimento interno do conselho. Contudo, para Moura (2007), o fato de um conselho ter em sua composição 50% de representantes não governamentais, como agricultores, gestores de cooperativas, integrantes de movimentos sociais, não automaticamente garante a igual ascendência de ideias, bem como não extingue a possibilidade de encaminhamentos tendenciosos deliberados por integrantes do poder público, haja vista que estes são, por vezes, dotados do “poder” que o estado os proporciona. Contudo, de acordo com Silva (2016), as contradições que ocorrem na sociedade por vezes são discutidas dentro do Conselho, principalmente quando encaminhadas para a pauta pelos próprios conselheiros e neste caso se usa isto como exemplo, muito pelo fato de que, mesmo havendo uma grande heterogeneidade de representações, geralmente se consegue chegar a um consenso e dar encaminhamentos pertinentes ao tema.

Sobre a composição do Condetec, infere-se que ao longo de toda a sua história, várias instituições fizeram parte de sua plenária, algumas continuam, outras já não se fazem mais presentes. A fim de ilustrar a atual composição, segue o quadro atual do Condetec.

Quadro 1 – Instituições componentes do Condetec para o biênio de 2016-2017

Cadeiras	Entidades governamentais ⁷	Entidades não governamentais ⁸
1	Acamcop	Ceagro
2	Copel	Indígenas
3	Emater	Conselho R. de APAEs
4	SEED	Coorlaf
5	SEAB	Cresol
6	UFFS	Fetaep
7	Unioeste	Fetraf
8	Incra	MPA
9	Unicentro	MST
10	Cantu 1	OAB
11	Cantu 2	Tractebel
12	Cantu 3	Unicafes

7 Associação das Câmaras Municipais do Centro Oeste do Paraná; 2 – Companhia Paranaense de Energia; 3 – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; 4 – Secretaria de Estado da Educação – Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul; 5 – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul; 6 – Universidade Federal da Fronteira Sul; 7 – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 8 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; 9 – Universidade do Centro-Oeste do Paraná; 10 – Associações dos Municípios CANTUQUIRIGUAÇU).

8 Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia; 2 – Comunidades Indígenas Rio das Cobras e Boa Vista; 3 – Conselho Regional de APAEs; 4 – Central das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar Com Interação Solidária; 5 – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária; 6 – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná; 7 – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Paraná; 8 – Movimento dos Pequenos Agricultores; 9 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; 10 – Ordem dos Advogados do Brasil; 11 – Tractebel Energia S.A.; 12 – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná; 13 – Agência de Desenvolvimento Turístico Lagos & Colinas; 14 – Serviço de Inteligência em Agronegócios; 15 – Cooperativa de crédito rural de pequenos agricultores e da reforma agrária do Centro-Oeste do Paraná; 16 – Coletivo regional de mulheres da Via Campesina; 17 – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil; 18 – Associação Paranaense de Pequenos Agricultores; 19 – Associação Quilombola Pró-Reintegração Invernada Paiol de Telha; 20 – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro-Oeste do Paraná; 21 – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; 22 – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

13	Cantu 4	Lagos e Colinas
14	Cantu 5	S.I.A
15	Cantu 6	Crehnor
16	Cantu 7	Coletivo R.M. Via Campesina
17	Cantu 8	Arcafar
18	Cantu 9	APPA
19		Associação dos Quilombolas
20		Cacicopar
21		Sebrae
22		Senar

Fonte: NEDET (2016), a partir de arquivos internos do Condetec.

Ao se observar este quadro, nota-se que as instituições não governamentais possuem mais cadeiras dentro do conselho do que as instituições governamentais, e também fica perceptível que a associação dos municípios é a detentora da indicação de nove assentos, os quais ficam a seu critério ocupar de acordo com a disponibilidade e atuação dos representantes do executivo dos vinte municípios do território. O não atendimento do convite ao ingresso no Condetec por meio destas entidades pode demonstrar, de certa maneira, que estas não se identificam com as pautas do conselho ou que não possuem interesse em participar das discussões nele protagonizadas. Infere-se que, para elucidar tais motivos, poderia se realizar uma pesquisa direcionada a estas instituições e diagnosticar a percepção dos seus representantes acerca do Condetec, da sua atuação e do seu papel na promoção do desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.

Também compõem a organização formal do Condetec as Câmaras Setoriais e os Comitês Temáticos. Sobre os primeiros, tem-se que “são órgãos auxiliares do Condetec, podendo ser permanentes ou provisórias”, devendo ser aprovadas e constituídas em reuniões plenárias e possuem o papel de propor, dialogar, e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento territorial. Sobre os Comitês Territoriais, entende-se que “[...] poderão ser criados pelo núcleo diretivo, plenárias ou pelas Câmaras Setoriais, para discussão de temas específicos vinculados preferencialmente as Câmaras Setoriais.” (CONDETEC, 2016, [s.p.]). Atualmente, o Condetec conta com cinco Câmaras Setoriais e dois Comitês Territoriais aprovados. São eles: Câmara Setorial de Agricultura e Meio Ambiente; Câmara Setorial de Educação e Cultura; Câmara Setorial de Turismo e Produção Associada; Câmara Setorial de Desenvolvimento Social e Saúde; Câmara Setorial do Pró-Rural; Comitê Territorial de Aquicultura; e Comitê Territorial de Mulheres.

Ao se afirmar que estas Câmaras e Comitês se encontram aprovados em ata, tem-se por objetivo estabelecer que: atualmente são estes que se encontram oficialmente constituídos, haja vista que no passado estes eram em número diferente e também que, mesmo estando constituídos formalmente, nem todos eles se encontram no mesmo nível operacional, pode-se constatar nesse universo a incidência de grupos muito organizados e operantes, bem como de outros fragilizados e até sem atuação no presente momento.

Outra importante ferramenta que o Condetec elaborou e faz uso para pautar as suas ações e encaminhamentos é o seu Regimento. Neste documento foram estabelecidas as diretrizes principais do Conselho, como sua missão, sua visão, princípios e regras para recomposição de plenária, eleição de coordenadores e outros. A primeira

versão foi aprovada no dia 3 de abril de 2009, depois atualizada, em 17 de março de 2010 e pela segunda vez em 19 de novembro de 2015, sempre em plenária territorial. No último processo de revisão do regimento, diversos aspectos pertinentes e cruciais para o presente momento foram alterados. Elenca-se, o qual pode ser considerado um dos principais ganhos da atualização, a ampliação da composição do Núcleo Diretivo, passou da composição anterior com quatro conselheiros diretores para seis conselheiros diretores em condição de colegiado paritário, substituindo a figura centralizada no coordenador-geral.

5 Considerações finais

Novas perspectivas surgiram no Brasil no início dos anos 2000 para a gestão social dos territórios rurais, das políticas públicas e dos recursos naturais, as quais preconizaram oficialmente pela participação conjunta dos diferentes atores da sociedade na discussão, articulação e, conseqüentemente, na ação conjunta com instituições governamentais. A participação dos diferentes atores sociais nas decisões que resultam na qualidade de vida do território surge em diversos espaços, ancorada por diretrizes políticas, representatividade e legitimidade, que visam a uma gestão social democrática e uma compartilhada das políticas e dos recursos que influenciam diretamente na vida da população do território, em especial das classes emergentes.

Dentro do processo de gestão democrática brasileira, os conselhos passam a ter um papel primordial junto às diferentes políticas sociais, e isto não se dá de maneira diferenciada no Território Cantuquiriguaçu, inclusive, potencialidades e debilidades apresentadas em diversos estudos realizados em outros locais são constatadas no território em questão. Vale destacar que a realização de discussões com a sociedade civil tem sido uma premissa básica no Território Cantuquiriguaçu e que, dessas discussões, emergem as demandas sociais que se tornam pauta do Conselho. Cabe ressaltar, porém, que no início a participação foi tímida, tendo aumentado o envolvimento de instituições da sociedade a partir de 1997. Ao início das discussões havia o entendimento de que o Território atenderia à expectativa de resolver problemas locais, municipais, sem necessariamente vincular as ações defendidas com os interesses territoriais. O amadurecimento do processo fez com que essa postura fosse superada.

Todavia, ressalte-se que o Condetec, por ser um conselho com representantes dos diversos movimentos sociais, de entidades governamentais e não governamentais voltadas ao desenvolvimento sustentável, não foi valorizado como deveria, dada a sua importância e representatividade, pois os recursos destinados por meio do conselho foram insignificantes frente ao volume global de recursos públicos alocados no território e que impactam mais fortemente os rumos do desenvolvimento econômico no território, bem como a capacidade de geri-los. O Condetec caracteriza-se como um espaço de debate e de efetividade para o desenvolvimento do Território, proporcionando reflexões contínuas sobre os avanços e necessidades existentes no Território Cantuquiriguaçu.

A ideia de constituir o Território para se pensar o desenvolvimento regional foi concebida dentro da Associação dos municípios Cantuquiriguaçu. A necessidade de se criar um Conselho não surge por intermédio de uma política pública, mas inicialmente pelos próprios prefeitos membros da Associação. Vale salientar

que a composição desse conselho não é estritamente rural, mas voltada para um conceito mais abrangente de desenvolvimento, de forma a integrar diversos segmentos da vida urbana dos municípios que compõem essa região. Posteriormente, os diversos movimentos sociais rurais procuram intervir no conselho, introduzindo suas agendas propositivas, bem como apresentando demandas e questões, muitas vezes conflitivas e polêmicas.

Portanto, identificou-se que as atividades e políticas estabelecidas no Território não são coordenadas, articuladas, controladas e avaliadas de forma permanente. Essa é uma carência que se espera superar. Atualmente, o Condetec não possui estrutura técnica e financeira adequada para esse fim, de modo que as tentativas recentes de acompanhamento, controle e avaliação se apresentam de maneira bastante precária. A prioridade tem sido maximizar o aproveitamento das políticas públicas promovidas desde 2003 pelo governo federal, antes inexistentes, e que passaram, a partir de então, a favorecer a instância territorial.

Destaca-se, ainda, a existência de uma estratégia de incorporação de novas organizações formais ao processo de participação no Conselho territorial. As organizações incorporadas devem respeitar a estrutura do Conselho e o sistema de distribuição de responsabilidades. Essa incorporação, que implica em um aumento quantitativo do número de assentos no Conselho, não se faz acompanhada da melhoria qualitativa da interlocução entre representações e representados. Na verdade, essa é uma atribuição que escapa ao escopo de trabalho do Conselho, mas este tem tratado a questão como prioridade para o desenvolvimento territorial, incluindo como um dos eixos do 2º Plano Estratégico de Desenvolvimento ações voltadas para ampliar o protagonismo popular no processo.

Portanto, a experiência de desenvolvimento territorial rural implementada pelo MDA, nos anos recentes, incorreu num contexto favorável para os produtores familiares, os assentados da reforma agrária, as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), entre outros.

A despeito dos sucessos e fracassos, os atores sociais do Território apontam que foi possível assimilar uma nova cultura política para a gestão do desenvolvimento territorial. Essa assimilação, para ser completa, está investida de condições para que a gestão dos interesses territoriais se dê efetivamente em parâmetros supralocais, que se sobreponham aos interesses específicos de uma ou outra instância local – as prefeituras.

As diretrizes e eixos estratégicos, assim como o modelo de regimento interno do Condetec, constituem, na visão dos atores sociais, o principal mecanismo indutor da assimilação da cultura política, mas é reconhecida a necessidade de melhorias na participação das representações da sociedade civil, com intuito de planejar o desenvolvimento territorial. A despeito do tempo demandado pela assimilação da nova cultura, que centraliza as deliberações do Território, mas, ao mesmo tempo, garante o direito de voto às representatividades que possuem assento no conselho. Ressalta-se o caráter paritário da composição do conselho, que engloba conselheiros da sociedade civil e governamentais. Entretanto, conforme destacado, os atores sociais apontam que a assimilação completa de uma nova cultura só ocorrerá em longo prazo, já que ainda se vê, no Território e fora dele, a existência de interesses políticos e dinâmicas socioeconômicas que entravam o processo decisório territorial.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2016.
- ALENCAR, Joana et al. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2016.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Consulta do perfil e variáveis do desenvolvimento por município**. 2016. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: set. 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. Pato Branco: UTFPR, 2013.
- _____. **Entrevista sobre a percepção da Participação das entidades dentro do Condetec**. Entrevista concedida à Marcia Luiza Felippini. Laranjeiras do Sul, 20 out. 2016.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Campesinato, Estado e políticas públicas: considerações sobre o Programa Territórios da Cidadania no Território Cantuquiriguaçu**. 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403101446_ARQUIVO_CBG_Completo_2014.pdf>. Acesso em: out. 2016.
- CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul, 2009.
- _____. **Regimento do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul, 2015.
- _____. **Regimento do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul, 2016.
- _____. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico**. Curitiba, 2004.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

FÁVARO, Jorge Luiz. **Geografia da Política de Desenvolvimento Territorial Rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no Território da Cidadania Paraná Centro**. 2014. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros dados do Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=41>. Acesso em: 16 fev. 2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra assegura permanência de famílias quilombolas em área do Paraná**. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-assegura-permanencia-de-familias-quilombolas-em-area-do-parana>>. Acesso em: 20 out. 2016.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico. **Dados gerais**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

LEITE, Sérgio Pereira; WESZ JÚNIOR, Valdemar João. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 4, p. 645-666, dez. 2012.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; FLEXOR, Georges. Conselhos Municipais e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: indagações em torno dos papéis sociais e ambientais da agricultura. **Políticas**

Públicas: reflexões em transversalidade, n. 2, 2006. Disponível em: <www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/34/35>. Acesso em: out. 2016.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e a Construção Democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o Estado. **Revista Eletrônica Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 9, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/115>>. Acesso em: fev. 2016.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: _____; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Valter Israel da. **Entrevista sobre a percepção da Participação das entidades dentro do Condetec**. Entrevista concedida à Marcia Luiza Felippini. Laranjeiras do Sul, 18 out. 2016.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS SERTÃO: AÇÕES E ARTICULAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Vanessa Carla Neckel¹

Dunia Comerlatto²

Resumo

Este artigo tem como base a dissertação em andamento, vinculado ao mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó e a própria inserção profissional desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *campus* Sertão. Tem como objetivo discutir a relação desse Instituto Educacional a partir das suas ações com o desenvolvimento do território. A metodologia adotada tem base no levantamento bibliográfico e documental. As ações desenvolvidas pelos Institutos Federais de Educação passam a requerer posicionamentos permanentes de “imersão e interação” com a realidade local e regional, de modo a se constituir como “canal informativo e propositivo” às iniciativas coletivas voltadas ao desenvolvimento regional. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo IFRS – *campus* Sertão no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, as de articulações institucionais com agências de fomento e cooperativas regionais, os elos institucionais, a inserção do Instituto em Conselhos Gestores Municipais – Educação e Direitos da Criança e do Adolescente – e ações relacionadas à permanência e assistência estudantil, indica o potencial desses Institutos Federais para enfrentar desigualdades sociais que perfazem o território de atuação, sendo fundamentais para contribuir com o desenvolvimento local/regional.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento local/regional. Território. Institutos federais.

1 Introdução

Este artigo pretende discutir a relação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *campus* Sertão com o desenvolvimento do território, evidenciando suas ações e articulações. Para atender este objetivo, apoiou-se no levantamento bibliográfico e documental, através das seguintes etapas: mapeamento e leituras de publicações relacionadas ao desenvolvimento local/regional e os

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), mestranda do Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *campus* Sertão. *E-mail:* <vcn@unochapeco.edu.br>.

2 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora e professora do mestrado profissional em Políticas Públicas e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <dunia@unochapeco.edu.br>.

Institutos Federais, visando à familiarização com o assunto; levantamento histórico dos Institutos Federais; leitura e interpretação da legislação referente à criação dos Institutos Federais, buscando destacar a relação com o desenvolvimento local; resgate histórico do IFRS – *campus* Sertão, através do Plano de Desenvolvimento Institucional; mapeamento das ações e articulações que são desenvolvidas pelo IFRS – *campus* Sertão, por meio de relatórios institucionais e publicações.

As reflexões deste artigo emergem a partir da atuação profissional e da construção da dissertação, vinculada ao mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Ao iniciar a discussão, parte-se que a educação ocupa um espaço de disputa dos projetos societários, devido ao lugar de destaque que exerce na esfera econômica, política e social da sociedade. Ou seja, o projeto educacional brasileiro está diretamente associado ao perfil de atuação do Estado, a cada governo eleito, um novo plano político se desenha e definem os caminhos direcionados para cada segmento da sociedade. Não se pode negar que a história da Política de Educação ainda está em construção, carregando consigo marcas de exclusão social (PIANA, 2009).

Ao contextualizar a educação, reporta-se aos artigos n. 205 e 206 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que a preconiza como um direito de todos e dever do Estado e da família ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, tendo como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Considerada como Constituição Cidadã, posiciona-se como marco histórico no campo das políticas públicas, pois traz a concepção e a construção da Seguridade Social, provocando um reordenamento do Estado e o reconhecimento dos direitos sociais e políticos, consolidados por meio de políticas públicas setoriais.

Nessa direção, tem-se um aparato legal de documentos que explicitam a educação como um direito social, dentre eles, destacam-se: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Em meados dos anos 2000, amplia-se a atenção do Estado brasileiro nesse campo de atuação – educação – compondo uma agenda pública com medidas implantadas, sendo elas: 1) o Programa Universidade para Todos (Prouni), lançado em 2004, consiste em concessão de bolsas de estudo para alunos de graduação em universidades privadas; 2) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado em 2007, objetiva a ampliação de vagas nas Universidades e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação; 3) instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb), em vigor desde janeiro de 2007, encaminha recursos para a toda a Educação Básica; 4) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, diferentemente dos outros programas, constitui-se em uma espécie de programa guarda-chuva, sob o qual se alinham os demais programas e ações do governo para toda a educação; 5) a criação da Rede Federal de Ciência e Tecnologia, constituindo os Institutos Federais de Educação (SANTOS, 2011).

Em todos os estados brasileiros, os institutos federais somam 38, oferecendo cursos profissionais ao ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciatura. Essa abrangência e oferta indicam o

potencial desses institutos federais para enfrentar desigualdades sociais que perfazem o território de atuação, sendo fundamentais para contribuir com o desenvolvimento regional.

A fim de traçar um direcionamento a essa discussão, este artigo estrutura-se nos seguintes itens, a saber: 1) Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na relação com o desenvolvimento de território(s); 2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *campus* Sertão: a inserção no território, trazendo as ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, as articulações institucionais com agências de fomento e cooperativas regionais, a inserção do Instituto em Conselhos Gestores e ações relacionadas à permanência e assistência estudantil; 3) Considerações finais, traz elementos sobre a importância dos institutos federais no âmbito da Política de Educação e para o desenvolvimento.

2 Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na relação com o desenvolvimento de território(s)

A educação torna-se um “[...] direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social.” (ALVES, 2002, [s.p.]). Para isso, Almeida (2008, p. 84) expõe que a educação deve ser compreendida como uma “[...] dimensão da vida social como constitutivo dos modos de existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade.” Nesse sentido, a educação transcende as instituições educacionais.

O direito à educação está estabelecido no art. 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2006) como um direito social: “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição.” O art. 205 define a educação e seus objetivos, entendendo tal direito numa concepção ampla. Estabelece a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2006, [s.p.]). De um lado, está a pessoa humana como portadora do direito à educação e, do outro, a obrigação pública do Estado assegurá-lo.

A partir de meados dos anos 2000, destaca-se a criação da Rede Federal de Ciência e Tecnologia, constituindo os institutos federais de educação e em 2004 também é aprovada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), na qual aponta a necessidade de enfrentamentos dos desequilíbrios regionais para o desenvolvimento do País. Como objetivo, a PNDR busca a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional (BRASIL, 2008).

Vidor (2015) aponta a influência do desenvolvimento regional com a PNDR na criação dos institutos federais de educação, visto que sua atuação deve estar em sintonia com as potencialidades locais, visando o desenvolvimento do território.

Nesse sentido, Dowbor (2006, p. 5) pontua que a política pública de educação precisa dispensar conhecimentos necessários às pessoas para que ajudem a região a se transformar, considerando que:

As pessoas que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais. A escola passa assim a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local, e os conhecimentos correspondentes.

Deste modo, a Política de Educação pode-se constituir como “um agente de desenvolvimento do lugar” onde está inserido. Assim, a concepção de território “[...] envolve os laços que se formam entre os agentes que pertencem ao lugar: indivíduos, associações, empresas, grupos informais, entidades governamentais e não-governamentais, entre outros.” (CORDEIRO NETO; ALVES, 2008, p. 7).

De acordo com dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2016), a rede federal vivencia a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no País. Entre 2003 e 2016, o MEC construiu mais de quinhentas novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento. Atualmente, 38 institutos federais estão distribuídos em todos os estados brasileiros, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciatura.

Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Lei n. 11.892/08, reestrutura a educação profissional, a partir da transformação das escolas técnicas federais e dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológicas (Cefets) em novas instituições de educação profissional, criando os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, que são compreendidas como:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos [...]. (BRASIL, 2008, [s.p.]).

Esses institutos federais caracterizam-se autarquias especiais de base educacional humanístico-técnico-científico, propondo educação superior, básica e profissional. No desenvolvimento da sua ação acadêmica, os institutos federais deverão garantir a oferta do ensino técnico (50%), licenciatura (20%), além da atuação nos cursos de qualificação profissional, tecnologia, pós-graduação e na pesquisa e na extensão (BRASIL, 2008).

Os institutos federais de educação são considerados “um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica”, sendo a verticalização do ensino, um dos fundamentos dos institutos federais (PACHECO, 2011, p. 13). Constitui-se como missão dessas instituições o compromisso de intervir em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento regional.

A relação entre os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e o desenvolvimento local/regional está expressa na Lei n. 11.892/2008, que estabelece:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, *com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas *às demandas sociais e peculiaridades regionais;*

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base *no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.* (BRASIL, 2008, [s.p.], grifos nossos).

Para Buarque (1999, p. 9), o desenvolvimento local consiste em um

[...] processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

A temática do desenvolvimento local/regional vem ganhando espaço significativo no mundo acadêmico, sobretudo, no âmbito das ciências sociais. O conceito de desenvolvimento impulsionou a partir da Constituição Federal de 1988, período que intensificou reflexões sobre a descentralização de políticas públicas, o poder da localidade, a construção de projetos sociais e econômicos que beneficiam a população.

Brose (2000 apud SANTOS, 2013) afirma que o desenvolvimento está relacionado à democracia, à cidadania, à igualdade de direitos, à melhoria da qualidade de vida e principalmente à possibilidade de escolha do indivíduo. Consonante a isso, o foco do desenvolvimento na esfera local oportuniza a implementação de políticas públicas embasadas nas peculiaridades locais, fundamentadas nas necessidades e prioridades da comunidade, e levando em conta outros fatores culturais, ambientais e sociais.

Nesta perspectiva, os institutos federais devem contribuir com a redução das desigualdades sociais, através da articulação da política de educação com as outras políticas públicas. Para isso, a educação profissional deverá ir além da formação ao trabalho, mas provocar a articulação: educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Deste modo, Mariani e Arruda (2010, p. 10) têm como consenso a ideia de que

[...] o desenvolvimento local é realizado em escala humana, e atribui-se a ele a capacidade de reafirmar as potencialidades e identidades locais frente à globalização. Deve-se pensá-lo como um processo de superação de problemas sociais, onde a sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima, tendo o homem como sujeito e beneficiário das ações. Os indivíduos devem participar ativamente e não apenas serem favorecidos pelo desenvolvimento.

O desenvolvimento local não se baseia simplesmente na mensuração de variáveis econômicas, mas nas potencialidades de uma determinada região, levando-se em consideração “[...] fatores socioculturais como: laços familiares, confiança entre os agentes produtores, grau de relacionamento entre as empresas, cooperação, costumes, tradições, religião, etnia, laços culturais etc.” (TENÓRIO et al., 2004, p. 93).

Portanto:

[...] ‘desenvolvimento local’ é conceituado como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração sócio-econômica, de reconstrução do tecido social, de geração e renda. (TENÓRIO et al., 2004, p. 95).

Consoante a isso, Pacheco (2011, p. 19) afirma que os institutos federais “[...] assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.” Ou seja, mantendo “um diálogo vivo com a realidade”.

A Lei n. 11.892/2008 também traz à tona a atuação territorial dos institutos como limite de abrangência de sua autonomia para a criação e extinção de cursos. O território é o espaço geográfico onde se localiza os institutos, tendo como base as mesorregiões, constituída pela soma de municípios que a pertence, mas podem ir além dela quando se concebe sua atuação em rede, ou seja, estabelecem sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade.

As estruturas multicampus possibilitam aos Institutos Federais a sua vinculação com a região em que estão inseridos, permitindo respostas efetivas aos anseios da comunidade. Dessa maneira, essas estruturas possuem maior mobilidade, pois estão inseridas no cenário local e regional. Tal característica permite a articulação entre a formação do trabalho voltado ao arranjo produtivo, atendendo à vocação da região, gerando maior inserção da mão de obra qualificada e incremento de novos saberes. (PACHECO, 2011, p. 93).

Para Santos (2013), a presença de universidade pública em uma determinada região proporciona múltiplos serviços, alguns não observáveis diretamente, como o crescimento econômico da região e o resgate

da cultura local, assim constitui uma possibilidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região.

Almeida e Moura (2012) apontam em sua pesquisa que após a instalação do IFRN ocorreu um desenvolvimento significativo na educação, no território e na economia local, através da movimentação do mercado imobiliário, maior oportunidade de geração de empregos e aumento da renda, sendo o conhecimento adquirido um catalizador da melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Silva e Terra (2013) ressaltam que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rfepct), na região Sul do Brasil, possibilitou expressivo aumento na capacidade de atendimento populacional, principalmente nas faixas etárias de 15 a 39 anos, visto que todas as mesorregiões brasileiras foram atendidas com no mínimo um *campus*.

De acordo com Pacheco (2011), os institutos federais de educação tem um diferencial identitário, sua capacidade de articular ensino/ciência/tecnologia em sintonia com as demandas do desenvolvimento local e regional, o que implica em um embate simbólico de significações e ressignificações dos modelos de educação profissional. Desse modo, imprime-se a necessidade de romper com parte do legado histórico da educação profissional, na qual se restringia a formação de trabalhadores para atender as demandas exclusivas do mercado.

3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *campus* Sertão: a inserção no território

O IFRS é uma instituição federal de ensino público e gratuito, criado pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Pertence à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constituindo uma rede de 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Constitui-se uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e detém prerrogativas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

Atualmente, o IFRS é formado por 17 *campi* – em pleno funcionamento e expansão – na abrangência das mesorregiões Nordeste, Noroeste, Metropolitana e Sudeste do Rio Grande do Sul, incluindo os municípios de: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande e Sertão. Já os *campi* dos municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão estão em fase de implantação. Atualmente, o IFRS conta com cerca de 15 mil estudantes e 180 opções de cursos técnicos e superiores em diferentes modalidades.

A ênfase dada ao IFRS – *campus* Sertão neste artigo justifica-se pela sua trajetória de educação profissional. Tem 59 anos de história e, desde 2008, passou a integrar o IFRS, através da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, na RS-135 no Km 25, no município de Sertão, região norte gaúcha, localizado a 30 km de Passo Fundo e a 48 km de Erechim.

O IFRS – *campus* Sertão, integrado ao Plano de Expansão da educação profissional, desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento socioeconômico regional, em que predomina a agricultura

familiar. Contribui com a comunidade regional, desempenhando papel importante no atendimento de demandas da região, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão e das parcerias que mantém com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino como universidades e sindicatos.

O IFRS – *campus* Sertão tem aproximadamente 1.475 estudantes, distribuídos em nove cursos de graduação, dois cursos técnicos integrados ao ensino médio, um curso técnico em modalidade educação de jovens e adultos, um curso técnico integrado ao ensino médio (sistema de alternância), um curso técnico concomitância ao ensino médio, um curso técnico subsequente ao ensino médio. Conta, ainda, com um curso de pós-graduação, além das atividades de pesquisa, extensão e assistência estudantil. Predominantemente, os estudantes são egressos de escolas públicas, com idade de 14 anos nos cursos técnicos e com 17 anos nos cursos superiores.

De acordo com Pacheco (2011, p. 79), cabe aos institutos federais “ouvir” e articular seus territórios de abrangência, pois nesse contexto é que se (re)definem as demandas manifestas, bem como as possibilidades científicas e tecnológicas, com vistas a assegurar patamares para a “qualidade de vida, inclusão social e a construção de cidadania”, na perspectiva de um desenvolvimento regional sustentável.

Com isso, elucidam-se algumas ações de atuação do IFRS – *campus* Sertão que contribuam para desenvolvimento de seu território, bem como da comunidade.

3.1 *Ensino, pesquisa e extensão*

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão possibilitam ao estudante a interação com a realidade e contribuem para a geração de conhecimento. De acordo com a pesquisa de Ramos (2011, p. 35), essas ações devem agir de “maneira sincronizada e retroalimentando-se mutuamente”, ou seja, a extensão leva o conhecimento adquirido pela pesquisa para a comunidade local e traz novas demandas sociais para serem articuladas com o ensino.

Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais, no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade. (PACHECO, 2011, p. 84).

A partir da reflexão, destacam-se, no quadro 1, projetos e modalidades de ações desenvolvidos pelo IFRS – *campus* Sertão, voltados ao desenvolvimento local/regional.

Quadro 1 – Projetos e modalidades de ações desenvolvidos pelo IFRS – *campus* Sertão (RS)

Projetos	Modalidade
Ações educativas sobre Educação Especial na perspectiva da Inclusão Social no município de Sertão.	
Educação ambiental em casas de acolhimento institucional.	
Laboratório de Robótica Educacional Livre: ações de extensão para divulgação do <i>campus</i> junto à comunidade regional e do uso da robótica no processo de ensino e aprendizagem.	Extensão
A rádio educativa como ação de extensão para divulgação do IFRS – <i>campus</i> Sertão.	
Qualidade de vida e saúde na Comunidade do Englert.	
E-LIXO: da conscientização ao descarte ambientalmente correto.	
Campo Cultural: um espaço/tempo de reflexão e produção do universo cultural contemporâneo.	Ensino
Acompanhamento pedagógico aos estudantes indígenas e afro-brasileiros do IFRS – <i>campus</i> Sertão.	
Oficinas ambientais para ensino médio: uma ferramenta preparatória para o ENEM e para a conscientização ambiental de estudantes.	
IFRS – <i>campus</i> Sertão: todos juntos contra o zica vírus	
A pecuária de corte no Rio Grande do Sul: uma visão macroeconômica do seu desenvolvimento	Pesquisa
A agricultura familiar sobre diferentes óticas: características e diferenciações através de imagens	
Os jovens e suas perspectivas no meio rural: sucessão na agricultura familiar no Rio Grande do Sul	

Fonte: elaboração das autoras (2016), a partir de dados do IFRS – *campus* Sertão.

Percebe-se, a partir do projeto desenvolvidos pelo IFRS – *campus* Sertão, as múltiplas possibilidades de intervir no contexto social, mostrando que a prática de ensino ultrapassa os limites de sala de aula e que as instituições de ensino “são mecanismos de transformação da sociedade” (SANTOS, 2013, p. 29).

Ainda, as ações de ensino, pesquisa e extensão possibilitam a formação de “elos institucionais”, ou seja, a inserção de agências de fomento externo, fortalecendo os convênios e parcerias com outras instituições, no caso do *campus* Sertão, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (RAMOS, 2011).

Cordeiro Neto e Alves (2008, p. 6) afirmam que as “ações escolares” devem atuar além do convencional para que possam contribuir com a transformação da realidade local, ou seja, “[...] componentes curriculares [...] podem auxiliar na tarefa de empoderar os sujeitos sociais envolvidos com os conhecimentos sobre as localidades em que vivem, facilitando a apropriação de saberes e contribuindo decisivamente para a melhoria da sociedade local.”

Nesse sentido, o *campus* Sertão tenta possibilitar à comunidade acadêmica o contato e o respeito à diversidade cultural dos grupos sociais, a partir das atividades dos núcleos. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (Neabi) vem desenvolvendo atividades, oficinas com os estudantes sobre a língua e cultura do povo Kaingang, Quilombola. Já o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) desenvolve ações de implementação das políticas inclusivas, tendo como objetivo principal disseminar na instituição práticas de inclusão, educação para a convivência, aceitação da diversidade, por meio da quebra de barreiras educacionais, atitudinais e arquitetônicas.

Assim,

[...] a educação não pode se limitar a construir para cada aluno um tipo de estoque de conhecimentos. As pessoas que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais. A escola passa assim a ser uma articuladora entre as necessidades do desenvolvimento local, e os conhecimentos correspondentes. (DOWBOR, 2006, p. 5).

Uma pesquisa realizada no *campus* possibilitou compreender a contribuição social, política e profissional aos estudantes inseridos no Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A contribuição social está relacionada ao retorno aos estudos, “possibilitando posteriormente uma participação maior destes na vida em sociedade”. A contribuição política está na “[...] amplitude vinculada a educação que aliada ao saber democrático e participativo possibilita capacidade crítica e reflexiva do mundo social e do mundo do trabalho.” Na questão profissional, “[...] contribui para elevar a escolaridade em conjunto com a profissionalização, auxiliando na superação das condições de vida por meio de uma formação ampla – profissional e cognitiva.” (BEATRICI; NAPP, 2014, p. 9).

Desse modo, concorda-se que a educação colabora para o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como contribui para a emancipação do sujeito; logo, instiga o estudante a participar de espaços democráticos em âmbito local.

3.2 Políticas de permanência e assistência estudantil

As políticas de permanência e assistência estudantil interferem no desenvolvimento local e regional, ao possibilitar aos estudantes segurança básica para permanecer no ensino técnico/superior a partir da transferência de recurso financeiro.

De acordo com Amaral e Nascimento (2010, p. 2):

Os Institutos Federais, [...] em seus diversos Campi atualmente deparam-se com novas demandas sociais, oriundas principalmente com o advento de processos seletivos unificados a exemplo do ENEM, que proporcionam o ingresso de estudantes de mais variadas e longínquas regiões, trazendo com isso a necessidade de uma política de assistência estudantil sólida e eficiente.

Nesse sentido, a assistência estudantil (permanência) traz contribuições para a efetiva mudança de endereço dos estudantes para os territórios/municípios onde estão localizados os institutos. Isso gera maior distribuição de renda/capital/movimentação tanto na economia local (aluguel, alimentação, transporte e lazer), quanto na inclusão de estudantes em determinadas políticas públicas municipais, como é o caso da Política de Saúde e Política de Assistência Social.

Santos (2013) destaca a importância das universidades públicas em localidade do interior, pois possibilita a movimentação de recursos, a visibilidade e as migrações para essas regiões, contribuindo para o crescente desenvolvimento.

3.3 Articulações com outras instituições

Segundo Cordeiro Neto e Alves (2008, p. 14), os programas e projetos governamentais no âmbito da Política de Educação devem atuar a partir da “[...] formação de redes de cooperação que conectem a escola a outras instituições e agentes da localidade e de fora dela, estabelecendo arranjos sociais e pactos territoriais em prol de diversas ações de indução ao desenvolvimento local.”

A Lei n. 11.892/08, no inciso IV, reforça a importância da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento local e principalmente o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Faz necessário entender que os arranjos produtivos:

São aglomerações territoriais de Agentes econômicos políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que podem apresentar o veículo sem interdependência geralmente envolvem a participação e a interação de empresas pode ser de produtoras de bens e serviços comercializadoras clientes entre outros em suas variadas formas de representação e Associação pode incluir diversas outras instituições públicas e privadas para a formação e capacitação de Recursos Humanos como escolas técnicas em universidades pesquisa desenvolvimento engenharia política promoção e financiamento engloba o conceito de pólo conglomerado de empresas de um setor mais Elo da cadeia produtiva em um determinado espaço geográfico. (BORIN, 2006, p. 70).

Desse modo, os arranjos produtivos englobam a ideia de rede e configuram-se como estratégia para o desenvolvimento local e de fomento à geração de renda e emprego (RAMOS, 2011). Pode-se exemplificar esta ação na articulação da Emater, nas unidades de cooperativismo de Erechim e nas cooperativas Coopraf, Coopervita e Cecaf e o Instituto Federal na comercialização de alimentos da agricultura familiar para o consumo no refeitório do *campus*. Logo, valoriza-se a produção agrícola local, buscando atender o Programa Nacional de alimentação escolar e o Programa de aquisição de alimentos. Corroborando, Dowbor (2006) diz que essa iniciativa dinamiza o emprego e o fluxo econômico da cidade.

3.4 Inserção nos conselhos municipais

Com a Constituição Federal 1988, têm-se importantes modificações no arranjo das políticas públicas, principalmente na criação/regulamentação de mecanismos de participação popular na gestão. Um desses mecanismos são os conselhos gestores de políticas públicas que buscam a participação da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas promovendo uma parceria entre Estado e sociedade.

Conforme Kleba, Comerlatto e Frozza (2015), os conselhos gestores constituem em instância pública para promover a democracia participativa, deliberando em defesa dos interesses coletivos e do bem comum, ou seja, “[...] consiste na intensificação e na institucionalização do diálogo entre governo e sociedade – em canais públicos e plurais – como condição para uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos.” (TATAGIBA, 2005, p. 209).

Atualmente, o *campus* Sertão faz parte do Conselho Municipal de Educação (CME) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICAS). Em 2015, o IFRS – *campus* Sertão participou da elaboração do Plano Municipal de Educação, contando com espaços de discussões com os servidores. O Plano Municipal de Educação é um documento que estabelece diretrizes, metas, estratégias e prioridades para a educação municipal e tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo município, a serem realizadas ao longo do período de dez anos, à vista de um diagnóstico das necessidades educacionais.

Assim, o espaço acadêmico pode empoderar o debate, fortalecer a participação da sociedade civil através da publicização e impulsionar a gestão democrática do sistema municipal de ensino, visto que o conselho é um espaço vivo e fonte de novas práticas.

3.5 Convênio com o Instituto Educar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Pontão

O IFRS – *campus* Sertão mantém convênio com Instituto Educar, localizado no município de Pontão, na região norte do estado do Rio Grande do Sul (RS), no assentamento Nossa Senhora Aparecida. O Instituto Educar é um dos marcos da luta por Reforma Agrária nesta região, visto que em torno de 1,8 mil dos habitantes estão nas áreas de Reforma Agrária.

O *campus* Sertão tem a responsabilidade pedagógica, ou seja, as matrículas estão vinculadas ao IFRS. O Instituto Educar conta com o financiamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), via edital do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Atualmente, é ofertado o curso Técnico em Agropecuária, integrado ao ensino médio, sob regime de alternância.

A alternância é compreendida como momentos distintos. O primeiro momento é no Instituto Educar, onde os conteúdos são desenvolvidos presencialmente, para o qual denomina-se “tempo escola” (TE). O segundo momento é a vivência na comunidade e o ensino é a distância (não presencial), denomina-se de “tempo comunidade” (TC) (INSTITUTO EDUCAR, 2014).

No tempo comunidade, os estudantes estão diretamente envolvidos com os processos produtivos e organizativos em suas comunidades. Este trabalho tem como princípios: a pesquisa, a organização pessoal, a realização de leituras e os trabalhos teóricos e práticos, aprofundando o conhecimento com suas comunidades (organizações sociais ou empresariais).

Desse modo, o Instituto Educar e o IFRS – *campus* Sertão propõe aos estudantes uma educação voltada a pensar e articular sua atuação/estudos com o desenvolvimento regional/local via a articulação com os movimentos sociais e a valorização da sua realidade.

4 Considerações finais

A expansão dos institutos federais no Brasil remete à sua importância como instituições educacionais públicas para o desenvolvimento local/regional na abrangência de áreas urbanas e rurais. Deste modo, a implantação de uma instituição educacional pública possibilita a integração e articulação com a localidade, gerando e sugerindo mudanças regionais, numa perceptiva do desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que possibilitam o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se suas vantagens locais (VIEIRA; HOLANDA, 2003).

Não resta dúvida que se deve fazer “[...] da educação um instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social [...]” – neste caso, tendo os Institutos Federais como vetores – fica possível atender certa diversidade de público-alvo, seja quilombolas, indígenas, assentados e/ou acampados, extrapolando as fronteiras étnicas e geográficas (PACHECO, 2011, p. 52).

Reforçam-se os apontamentos de Pacheco (2011) que o monitoramento permanente do perfil socioeconômico, político e cultural da região de abrangência dos institutos federais se constitui num importante mecanismo para a identificação de potencialidades territoriais e regionais. Nessa perspectiva, Silva e Terra (2013) indicam que os institutos federais podem contribuir efetivamente com as desigualdades sociais e regionais, o que é fundamental para o estreitamento de sua relação com os territórios e as regiões.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelos institutos federais de educação passam a requerer posicionamentos permanentes de “imersão e interação” com a realidade local e regional, de modo a se constituir como “canal informativo e propositivo” às iniciativas coletivas voltadas ao desenvolvimento regional. Portanto, as instituições de ensino devem atuar nas desigualdades sociais com ações que busquem aumentar o grau de informação entre as pessoas da comunidade e, conseqüentemente, uma alternativa de mobilidade social e econômica (SANTOS, 2013).

Referências

ALMEIDA, J. V. G.; MOURA, L. R. de. Desenvolvimento local promovido pelo Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte na Visão dos Discentes de Currais Novos. In: ENAPEGS, 6., São Paulo. **Anais eletrônicos...** Juazeiro do Norte: *Campus* da UFC no Cariri, 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/163.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ALMEIDA, N. L. T de. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais para a profissão. In: CRESS – Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais/6ª Região (Org.). **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: textos e artigos**. Belo Horizonte: CRESS/MG, 2008. p. 83-100. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015.

AMARAL, R. S.; NASCIMENTO, S. D. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 5., 2010, Maceió. **Anais...** Maceió, 2010.

AZEVEDO, L. A.; SHIROMA, E. O.; COAN, M. As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do SENAC**, v. 38, p. 27-40, 2012. Disponível em: <<http://www.senac.br/media/20984/artigo3.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

BORIN, E. C. P. **O Sebrae e os arranjos produtivos locais: o caso de Nova Friburgo/RJ**. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/ElaineCavalcantePeixotoBorin.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: ago. 2016.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, 1999.

CORDEIRO NETO, J. R.; ALVES, C. L. B. A relação entre escola e território na promoção do desenvolvimento local: implicações para as políticas educacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, Franca. **Anais...** Franca, 2008.

DOWBOR, L. **Educação e desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/06edulocal.doc>>. Acesso em: ago. 2016.

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS de 2015-2018**. Bento Gonçalves, 2014.

INSTITUTO EDUCAR. **Projeto Pedagógico Curricular**. Pontão, 2014.

KLEBA, M. E.; COMERLATTO, D.; FROZZA, K. M. **Instrumentos e mecanismos de gestão**: contribuições ao processo decisório em Conselhos de Políticas Públicas. (Manuscrito).

MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. de O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 2010.

PACHECO, E. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: SETEC/MEC, 2011.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora da Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RAMOS, V. S. **Desenvolvimento local e território**: uma reflexão sobre o papel dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. 2011. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, J. R. R. dos. **Universidade pública e desenvolvimento local**: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, K. S. **Políticas públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios. São Paulo, 2011. (Trabalho apresentado na Reunião de ANPAE).

SILVA, A. R. da; TERRA, D. C. T. A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os desafios na contribuição para os desenvolvimentos local e regional. In: SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UTFPR, 2013. Disponível em: <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

VIDOR, A. M. **Educação Profissional e Tecnológica**: a contribuição do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no desenvolvimento de Viamão (RS). 2015. 64 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

VIEIRA, M. M. F.; HOLANDA, L. A. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. (Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora da UFPE, 2003.

ESPECIFICIDADES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TORNO DO CARVÃO MINERAL: ATORES E INSTITUIÇÕES EM CANDIOTA (RS)

Gleicy Denise Vasques Moreira¹

Resumo

A partir da crise de energia que culminou em um racionamento ao longo dos anos de 2001 e 2002, o planejamento público desenvolveu um novo modelo regulatório no qual as regras do setor voltaram-se aos objetivos de promoção da modicidade tarifária e de segurança no abastecimento. O artigo pretende analisar de que forma o carvão mineral é utilizado como fonte energética na complementaridade do Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio da abordagem da articulação entre atores e instituições, numa das regiões do território gaúcho, em que se desenvolve a atividade carbonífera. Para tanto, a investigação se deu por meio da realização de entrevistas, com os atores que configuram o circuito espacial de produção do carvão, como as duas principais empresas de mineração na região a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Tractebel, o sindicato da categoria, o prefeito do município, o conselho de desenvolvimento regional, a companhia de geração termelétrica que atua na região e a fundação de ciência e tecnologia do Estado. A relevância do tema se justifica diante da proposta de uma política pública que garanta a segurança energética necessária ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Território. Segurança energética. Carvão mineral. Rio Grande do Sul.

1 Introdução

A descoberta do carvão mineral no território nacional ocorreu ainda nos séculos XVIII e XIX, porém, o seu uso se fez de maneira não intencional, não chegando a configurar uma atividade industrial, quiçá uma atividade industrial estruturante do sistema técnico, como são aqueles relacionados à geração de energia elétrica.

Tal configuração só ganha forma no início do século XX, primeiramente, alimentando o sistema ferroviário e, concomitantemente, alimentando o próprio sistema de abastecimento de energia elétrica. Neste contexto, caracterizado por um crescimento industrial intencional, em particular no período posterior à década

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional (Unisc, 2016); mestre em Agronegócio (UFMS, 2005); especialista em Inovação Tecnológica (UFMS, 2001); graduada em Ciências Econômicas (UFMS, 1999); graduada em Direito (UCDB, 1998); professora-adjunta na Faculdade de Direito (Fadir) (UFMS). *E-mail:* <gleicyvasques@gmail.com>.

de 1930, com o fortalecimento da produção interna nacional e o seu subsequente desdobramento, é que ocorre a expansão do sistema energético, como base estruturante da indústria, e incorpora o uso do carvão mineral nacional nesse processo.

No território gaúcho, um conjunto de medidas deu suporte para a expansão da mineração de carvão: a realização de empréstimos financeiros e abertura de linhas de crédito por parte dos poderes públicos, a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 1943, com o objetivo de pesquisar formas de aproveitamento dos rios em futuras usinas hidroelétricas e aproveitamento das reservas de carvão mineral em futuras usinas termoeletricas, o que resultou na propositura do primeiro plano no País, voltado a eletrificação do Estado.

Também no plano nacional, observou-se a criação de políticas voltadas ao estímulo da atividade carbonífera, como o Plano Nacional do Carvão (1953), com foco nas atividades de extração, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional, aproveitando-o como combustível e matéria-prima, contribuiu consideravelmente para a expansão da atividade carbonífera no território gaúcho, com o subsequente aproveitamento da energia sob a forma elétrica.

Em seguida, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a intensificação do PSI consubstanciado em uma política desenvolvimentista, respaldada no Plano de Metas, o uso do carvão foi mais uma vez contemplado.

No ano de 1961, entrou em operação a usina termoeletrica de Candiota I, com uma potência instalada de 20 MW, a primeira termoeletrica do estado a queimar carvão pulverizado, extraído pelo Departamento Autônomo do Carvão Mineral (DACM), localizada no distrito de Candiota, no município de Bagé, região sul do estado, no ano de 1962, entrou em operação a usina Termoeletrica de Charqueadas (Termochar), no município de São Jerônimo, utilizando carvão mineral como combustível, com três unidades geradoras de 18 MW cada, e a quarta unidade, também de 18 MW, entrou em operação em 1969.

Em meio a esse cenário de expansão, pode-se destacar que a crise do petróleo em meados de 1970 criou, naquele momento, a expectativa de que o carvão mineral voltaria a ganhar espaço na matriz energética mundial, ocasionando, na época, novos projetos de investimentos no País, basicamente investimentos públicos que, sob bases técnico-científicas adequadas, focalizados no conhecimento geológico dos depósitos de carvão fóssil.

Pode-se dizer, desta forma, que, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, a atividade de mineração do carvão foi sendo paulatinamente estimulada, via atuação dos atores públicos, destacando-se inicialmente seu uso regional – território gaúcho – para mais tarde, quando da criação da Eletrobrás (1962) a ampliação dentro do sistema integrado de energia elétrica.

Desta forma, até o final dos anos de 1980, a mineração de carvão no estado do Rio Grande do Sul era em grande medida destinada à geração de energia termoeletrica, porém, com a crise econômico-financeira no mesmo período, o setor elétrico nacional acabou sofrendo inúmeros impactos, o que deteriorou a eficiência econômica do modo de organização industrial e o modelo de financiamento setorial.

Com isso, em meio a um conjunto de medidas regulatórias que reestruturariam o setor elétrico nacional, nos anos de 1990 o próprio círculo de cooperação do carvão acaba sofrendo rebatimentos, evidenciados pela

falta de novos investimentos em expansão do circuito espacial de produção do carvão, como o investimento em pesquisas, extração mineral, criação de novas usinas, entre outros.

Porém, com a segunda reforma do setor elétrico nacional (2004), momento em que se prioriza a segurança energética do sistema, por meio da diversificação das fontes geradoras, a questão fundamental para o setor carbonífero gaúcho passou a ser a viabilização de novas plantas industriais mais eficientes, que possam concorrer nos leilões de energia elétrica, levando-nos a reflexão sobre a forma como o carvão mineral é utilizado como fonte energética na complementaridade do Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio da abordagem da articulação entre atores e instituições, numa das regiões do território gaúcho, em que se desenvolve a atividade carbonífera.

2 Território: formas sociais, jurídicas e políticas

O território, objeto de estudo neste artigo, é delimitado pela região composta pela Jazida de Candiota e que foi ao longo da expansão do circuito espacial de produção, sendo explorada a partir das minas de Candiota e Hulha Negra, no atual município de Bagé, Candiota, Hulha Negra.

No início dos anos 2000, a necessidade de um planejamento energético mais amplo passa a ser focalizada devido à crise energética, que teve como pano de fundo o crescimento da demanda por energia, associado ao processo de estabilização econômica, crescimento do consumo de bens duráveis e não duráveis, transformações do perfil de consumo residencial, com maior intensidade tecnológica, aquecimento do setor industrial.

Esse conjunto de transformações observáveis, do ponto de vista do mercado, acarreta uma revisão acerca do uso e transformação dos objetos técnicos, pois a finalidade desses é responder aos desafios desse processo de expansão da sociedade, para isso, precisam dispor de uma forte base intelectual, que dá suporte à pesquisa e não à descoberta ocasional, à ciência e não à experiência, o que nos mostra a existência de um comando, ou um controle nos processos.

Esse controle tanto se dá por intermédio da produção direta, como através dos seus dados não estreitamente técnicos, isto é, dos aspectos políticos da produção, os quais se encontram no âmbito da circulação, da distribuição e do consumo. Esses aspectos políticos são aqui tão relevantes quanto os técnicos: política financeira, fiscal e monetária, política do comércio de mercadorias e de serviços, política do emprego, política da informação, todas essas políticas sendo hoje induzidas no nível mundial. (SANTOS, 1996, p. 211).

As transformações vivenciadas pela sociedade, a partir do racionamento energético, conduziram a necessidade de um planejamento setorial mais amplo e que fosse capaz de revisar o uso de meios de geração de energia tradicionais, como é o caso do carvão mineral, trazendo à tona um novo enredo de discussões para o território envolvido neste contexto. O ponto de partida para tal análise é a conformação dos sistemas técnicos,

formados de objetos com alto nível de especialização e voltados a perpetuar a dinâmica de competitividade do mercado.

O regime pluviométrico ocorrido em 2011 e 2012 e sua consequência no armazenamento de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas mostrou claramente a necessidade de fontes complementares de energia elétrica, principalmente termelétrica, em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo a regulá-lo. Este sistema, com base nos estudos realizados pela Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE continuará necessitando da expansão da geração termelétrica, ainda mais que significativa parte dos projetos de usinas hidrelétricas previstos não vem conseguindo obter o licenciamento ambiental necessário. Por sua vez, a Petrobrás informou aos empreendedores habilitados com projetos de usinas a gás no último leilão de energia nova A-5, realizado ao final de 2011, que não teria condições de garantir aos mesmos a oferta de suprimento do combustível necessário. Como fontes alternativas restam, portanto, além do carvão mineral, projetos de usinas eólicas e de biomassa, as quais não oferecem disponibilidade de energia firme. Outro fator importante a considerar por questões elétricas é a localização da Jazida de Candiota, no extremo sul do SIN. (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 16-17).

Neste cenário, observa-se que a região em estudo é capaz de garantir uma geração de energia a partir das usinas térmicas a carvão, que viabilizam maior segurança operacional e uma significativa redução de perdas elétricas na distribuição da energia, o que denota a presença de um planejamento energético voltado, de um lado, à busca pela competitividade, que está associada ao uso dos sistemas técnicos e, por outro, ao comando de uma ordem política, que emana dos atores globais, como empresas, bancos e demais instituições de alcance global, que possam atuar na região em específico.

Entende-se por ‘modernização’, portanto, neste trabalho, a substituição das termelétricas ineficientes por novas usinas, com tecnologias modernas, maior eficiência, maior capacidade de produção, menor consumo de carvão e menor taxa de emissão de gases de efeito estufa por MWh produzido.

A geração termelétrica é relevante para o SIN e pode atuar de forma reconhecidamente complementar ao parque hidrelétrico, sendo fundamental para o atendimento da demanda em condições hidrológicas adversas. Vários são os combustíveis utilizados na geração termelétrica, sendo que os de origem fóssil respondem por 67% da capacidade nacional. (MOROZOWSKI FILHO et al., 2012, p. 13).

Com isso, observa-se que a regulação política do território e a regulação do território pelo mercado, constituem o resultado do processo de influências exercidas pelo mercado externo na vida econômica do País, pois acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas, serviços

e formas de organização do trabalho, com vistas ao cumprimento do imperativo da competitividade e, ao mesmo tempo, nos mostram como se estabelece a divisão territorial do trabalho.

Do mesmo modo como a importância de cada agente produtivo é muito diferenciada no interior das formações sócio espaciais, cada Estado-nacional também acolhe diferentes funções e trabalhos no sistema internacional de produção e das trocas, produzindo, a partir do empenho de diferentes recursos, feições territoriais bastante desiguais tanto quando tomamos como exemplo a configuração do espaço no interior de um território nacional (as diferenças regionais, por exemplo) ou quando comparamos formação territorial de diferentes Estados Nacionais. (PEREIRA, 2010, p. 348).

No entanto, para compreender a dinâmica dos acontecimentos, os movimentos que circundam o território fazem-se necessário o uso de uma abordagem que leve em conta os circuitos espaciais da produção, que são caracterizados pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (SANTOS; SILVEIRA, 2004).

No período atual, esse movimento é comandado sobretudo por fluxos não obrigatoriamente materiais, isto é, capitais, informações, mensagens, ordens. Essa é a inteligência do capital, reunindo o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação. Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 144).

A partir das considerações de Silveira (2009) na atual etapa das relações de produção, em que se destaca o processo de globalização, as regiões exercem um papel de controle sobre a sociedade como um todo. Desse modo, a formação socioespacial de um país revela, ao mesmo tempo, o movimento do todo, que é a forma como o território é utilizado, e o movimento das partes, que são as regiões dinâmicas em menor grau de evidência.

Para mantener y reproducir ese sistema de producción y circulación en el territorio se necesitan abundantes contenidos organizacionales, con importante y previo trabajo intelectual. [...] Por lo tanto, los círculos de cooperación pueden ser vistos como las etapas inmateriales por las que atraviesa la producción. Basilares para completar la cooperación da las grandes firmas, la información, la propaganda y el crédito llegan a los lugares y terminan por aumentar la vocación de consumo, sobre todo de los grupos calificados que trabajan en la moderna división del trabajo. La imitación por parte de los más pobres tampoco faltará. [...] Hoy la cooperación tiene sobre todo una naturaleza inmaterial. Las finanzas y la información adquieren un papel determinante en el tejer de complementariedades. (SILVEIRA, 2009, p. 446).

A participação das usinas térmicas a carvão mostra como a dinâmica de globalização é capaz de fazer uso dos objetos antigos e dos objetos recentes presentes no território, modificando seus significados, agregando novas etapas a todo o sistema energético, tendo em vista a configuração de uma escolha estratégica e que passa a representar uma flexibilidade operativa no sistema elétrico nacional. Conforme Marreco (2007), a viabilidade econômica das usinas térmicas depende da garantia de uma receita mínima, que otimiza o sistema priorizando a produção das usinas mais econômicas.

Sistemas de geração de energia elétrica constituem os sistemas de infraestrutura mais complexos e mais críticos no que diz respeito a questões de gerenciamento de riscos. De acordo com o NERC – *North American Electric Reliability Council*, a confiabilidade desses sistemas envolve dois conceitos básicos:

- Segurança: definida como a capacidade do sistema de reagir a defeitos súbitos. Esse aspecto está relacionado com a operação de curto prazo.
- Adequação: que é a habilidade do sistema de suprir às necessidades dos consumidores a qualquer instante. Esse aspecto está relacionado às ações de planejamento e de investimento em capacidade instalada.

Os dois conceitos descritos acima estão intimamente relacionados, uma vez que é possível garantir a segurança do sistema através do excesso de capacidade instalada. Do ponto de vista econômico, no entanto, segurança e adequação diferem no sentido que a segurança é um bem público enquanto a adequação é (pode ser) tratada como um bem privado. (MARRECO, 2007, p. 31-32).

Para aumentar a confiabilidade e reduzir o risco de déficit em um sistema hidrotérmico, a operação usinas termelétricas é fundamental, tendo em vista que visa garantir o suprimento de energia elétrica em períodos de hidrologia desfavorável, ou mesmo em locais onde a transmissão é dificultada, o que nos permite compreender como a constituição, funcionamento e configuração do circuito espacial de produção na atividade carbonífera gaúcha, está associado diretamente à geração de energia para o abastecimento do SIN.

3 Procedimentos metodológicos

Considera-se esta pesquisa como descritiva e interpretativa, tendo em vista a análise da atuação dos principais atores na articulação de políticas voltadas à estruturação do setor elétrico nacional, o uso do carvão mineral como energético em usinas termelétricas e de que forma este processo vai configurar o desenvolvimento regional no território do Rio Grande do Sul.

A respeito das técnicas de pesquisa, realizou-se a análise documental e o estudo de revisão bibliográfica para contextualizar historicamente o processo de ocupação e uso do território do Rio Grande do Sul em torno da atividade de uso do carvão mineral, com fins energéticos. Além disso, foi realizada a pesquisa de campo, por meio de entrevistas, com os atores que configuram o circuito espacial de produção do carvão, como as

duas principais empresas de mineração na região a CRM e a Tractebel, o sindicato da categoria, o prefeito do município, o conselho de desenvolvimento regional, a companhia de geração termelétrica que atua na região e a fundação de ciência e tecnologia do Estado.

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Organização	Classificação do entrevistado	Cargo ou função	Duração	Data
Cientec	1º entrevistado	Direção Pesquisador Pesquisador	60 min.	24/11/2015
CRM	2º entrevistado	Direção	60 min.	24/11/2015
CGTEE	3º entrevistado	Direção Técnico	60 min.	25/11/2015
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração e Beneficiamento de Minerais de Candiota	4º entrevistado	Direção Apoio	90 min.	10/03/2016
Corede Campanha	5º entrevistado	Direção	30 min.	10/03/2016
Tractebel	6º entrevistado	Direção	30 min.	10/03/2016
Prefeitura de Candiota	7º entrevistado	Prefeito	60 min.	10/03/2016

Fonte: elaboração dos autores (2016).

4 Resultados e discussões

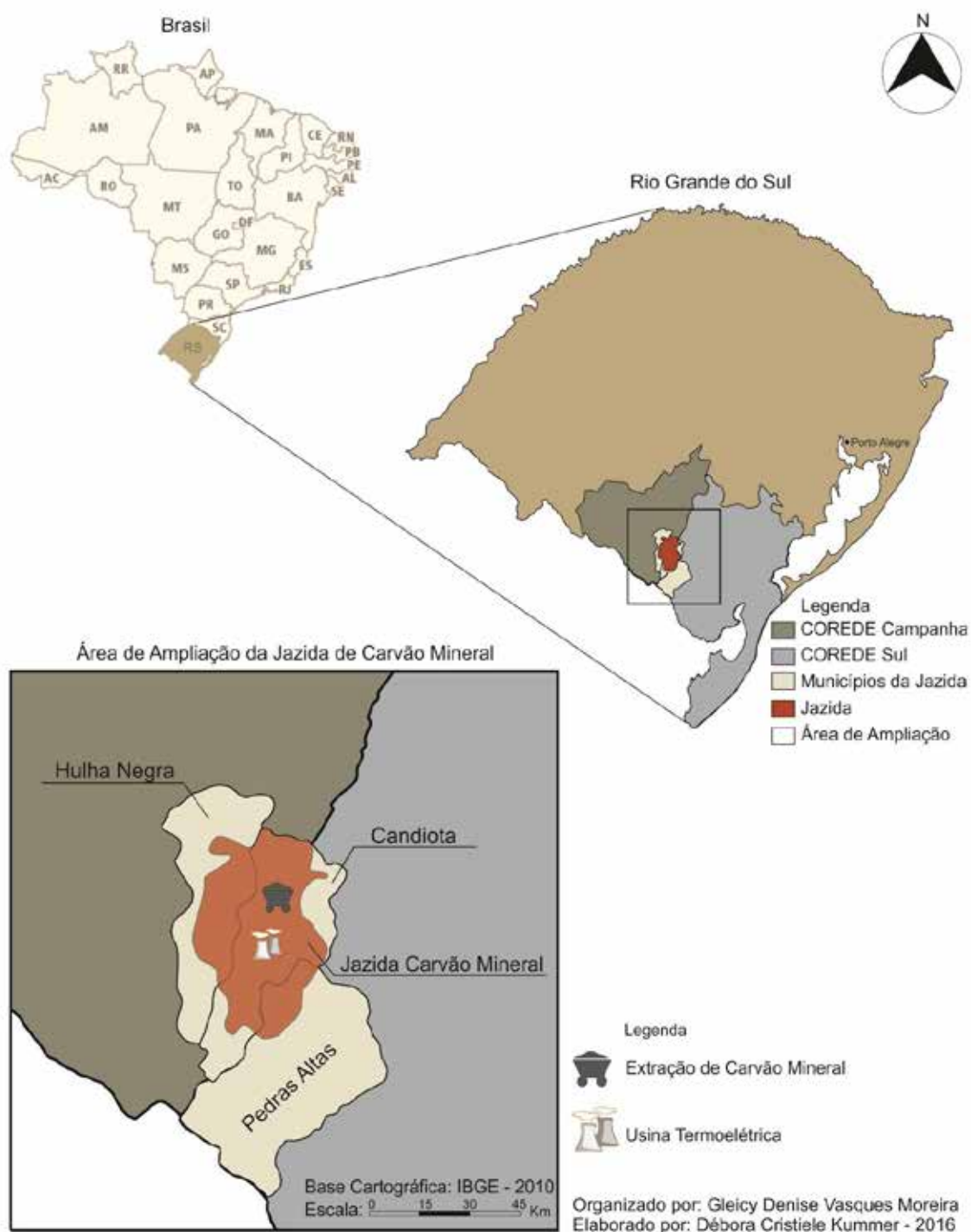
A Jazida de Candiota permitiu a configuração de um circuito espacial de produção que envolve: a empresa dominante na etapa da produção que é a CRM, empresa de economia mista, controlada pelo governo do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, mas que atua na mineração do carvão extraído da mina de Candiota, que alimentam as Usinas Termelétricas CGTEE – UTE – Candiota, com uma capacidade instalada de 796 MW, com um transporte realizado por correias transportadoras. As fases A e B são de propriedade da União, e a Eletrobrás CGTEE possui a concessão de operação. A fase C é de propriedade da CGTEE (CGTEE, 2016).

Na região de Candiota, a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é proprietária da Usina Termoelétrica Presidente Médici, composta atualmente pelas Fases A e B, com capacidade instalada de 446 MW, e da Usina Candiota III, com capacidade instalada de 350 MW. Essas unidades geradoras são abastecidas com carvão vapor que a CRM produz na Mina de Candiota, explorada em sítio próximo da termoelétrica. Nos últimos anos, foram comercializadas aproximadamente 2,0 milhões de toneladas de carvão por ano. (BEN, 2015, p. 49).

Além desta termelétrica, a empresa Tractebel – UTE Pampa Sul está em fase de construção, com uma capacidade prevista de 340 MW. A empresa participou e vendeu no leilão A-5 de 2014 com apenas a primeira fase do projeto, composta por uma unidade de 340MW, a contratação da energia no leilão se fará por um

período de 25 anos a partir janeiro de 2019, quando a usina entrará em operação comercial. Cabe destacar o fato de que no referido leilão o preço teto para UTEs à biomassa, GNL e carvão atingiu R\$ 209/MWh, sendo que a empresa comercializou a energia do carvão mineral ao preço de R\$ 201,98/MWh (MINÉRIOS & MINERALES, 2016).

Figura 1 – Desenvolvimento regional em torno da Jazida de Candiota



Fonte: Kummer (2016).

Na figura 1, observa-se a localização da Jazida de Candiota, que envolve o município de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra. Além disso, visualiza-se a presença no território de minas de extração e usinas termoeletricas.

Sobre a atual conjuntura que envolve a problemática regional, do uso do território, envolvendo a exploração, o beneficiamento e a utilização do carvão mineral, como energético na complementariedade do SIN, foram realizadas algumas entrevistas.

Tais entrevistas, num primeiro momento, focalizaram os atores que mais diretamente atuam neste processo: a empresa líder no processo de extração do carvão mineral, a empresa responsável pela compra do carvão mineral, para utilização deste enquanto matéria-prima para abastecimento das termoeletricas e, finalmente, a instituição responsável pelo desenvolvimento científico-tecnológico regional.

Assim, levando-se em conta que o atual modelo do setor elétrico brasileiro é sustentado em três premissas: segurança no abastecimento, modicidade tarifária e universalização no atendimento, indagou-se de que forma o uso do carvão mineral contribui com o desenvolvimento desse modelo (nesse processo), bem como quais os principais avanços e limitações ou problemas que se apresentam para o uso do carvão nesse processo, no período recente.

A resposta do segundo entrevistado foi:

O carvão mineral responde, em termos mundiais, por mais de 40% de toda a energia elétrica gerada, sendo que em muitos países responde por quase a totalidade da geração. E isso ocorre por três razões: 1) é o combustível fóssil mais abundante na face da terra; 2) as reservas, geograficamente, estão espalhadas por todos os continentes (quase todos os países as possuem); e, 3) é uma fonte de energia barata. O carvão pouco contribui, hoje, no Brasil, nestes três pontos levantados no seu questionamento pela simples razão de que sua participação na geração de energia elétrica é muito pequena (na faixa de 3%). Mas poderia contribuir, e muito. Aumentando sua participação na matriz energética, contribuiria decisivamente na questão da segurança no abastecimento, por ser uma energia firme e sempre disponível; não depende das condições atmosféricas (chuvas, vento, insolação) e nem de locais específicos para ser gerada. Isso também colabora com a universalização do atendimento. O baixo custo de geração, entre as demais fontes térmicas de geração, contribuiria fortemente para reduzir os custos de geração térmica no Brasil.

A resposta do terceiro entrevistado foi:

O atual modelo do setor elétrico brasileiro permite o leilão de todas as fontes de energia disponíveis, ocorre um planejamento feito pela equipe do governo, que analisa a oferta e a demanda, a partir das informações fornecidas pelas distribuidoras de energia, quanto ao volume que precisarão contratar devido ao aumento da demanda, a partir disso, o ministério

autoriza a ANEEL a operacionalizar os leilões, a EPE, que é o braço operativo do sistema, verifica o que tem de oferta em todo o sistema.

Compreende-se que o argumento dos entrevistados corrobora a perspectiva do desenvolvimento a partir dos conceitos de sistema técnico e sistema de normas, em particular quanto ao conceito de normas políticas que seriam aquelas que envolvem relações de cooperação e disputa entre o Estado e o Mercado, garantindo o bom funcionamento dos sistemas de engenharia, tendo em vista que a geração de energia proveniente do carvão colabora na segurança do sistema, mantendo a produção elétrica estável em períodos de queda na geração de energia hidráulica.

Acerca da questão do processo de planeamento para o setor elétrico no estado do Rio Grande do Sul, envolvendo o planeamento da exploração de carvão para a produção de energia no Rio Grande do Sul, além da interlocução entre o planeamento para o setor elétrico no estado gaúcho e o governo federal, o terceiro entrevistado respondeu:

O planeamento no Brasil é feito pela EPE quer seja na área de geração, quer seja na área de distribuição, detém esta expertise – planos decenais – PDE/PNE – matriz com modulação e fontes para atender a carga e de fato modular a entrada das fontes. É claro que as primeiras fontes a entrar são as mais baratas, começa pelo parque hidráulico, parque eólico, depois vem a inserção de fontes como o carvão. Desta forma, o planeamento macro é feito pela EPE, que identifica fontes, a partir daí, cada empreendedor tem que fazer o seu projeto, procurando modular seu custo numa equação econômico-financeira que tem que ser formatada antes do leilão, nesta fase os empreendedores podem buscar o financiamento pelo BNDES. Além disso, a EPE trabalha no estratégico (estrutural), juntamente com o ONS, que é o braço do governo federal, mas, que trabalha no operacional (conjuntural), em parceria com a EPE, com vistas ao planeamento de curto prazo, dez anos, médio prazo, 15 anos e longo prazo, vinte anos. O ONS, trabalha com o plano de ampliação e reforços. O ministério por meio da regulação, promove ajustes, o grande problema hoje não é a regulação, o problema é a sociedade que não deixa fazer. Por exemplo, o impacto ambiental, veja as emissões de CO₂ pela queima do carvão e compare com as outras emissões de CO₂ (caminhões/carros/entre outros).

Hoje a queima é por leito fluidizado, o carvão é pulverizado. Toda a montagem da usina, depende da análise de mercado, onde se busca a empresa que detenha o custo mais competitivo, por exemplo a China, que é líder em tecnologia de leito fluidizado, pois a pesquisa no RS é muito pontual, não é voltado para a estrutura, hoje o Brasil não tem um programa de carvão.

A partir da análise da resposta do entrevistado, observa-se a forma como a necessidade de um planeamento setorial mais amplo e que fosse capaz de revisar o uso de meios de geração de energia tradicionais, como é o caso do carvão mineral, traz à tona um novo enredo de discussões para o território envolvido neste contexto, tal qual observado nas discussões teóricas deste artigo. Nesse sentido, observou-se que o ponto de partida

para tal análise é a conformação dos sistemas técnicos, formados de objetos com alto nível de especialização e voltados a perpetuar a dinâmica de competitividade do mercado.

Acerca da regulação setorial para o carvão mineral, bem como se as normas em vigor vão ao encontro do necessário para estimular e desenvolver o setor, o segundo entrevistado respondeu:

Está em andamento a revisão do Código de Mineração, com modificações importantes em diversos pontos. Embora ainda controverso na questão da exploração geológica das áreas (atores envolvidos, custos, garantias do empreendedor, etc.) o grande objetivo é evitar que empresas mantenham um grande número de áreas de concessão ‘paradas’, em seu poder, mas sem perspectivas de exploração, impedindo que outros interessados em sua exploração tenham acesso às mesmas. As atuais empresas que atualmente atuam no setor estão bem estruturadas e provavelmente pouco serão atingidas pelas mudanças. Houve uma grande desregulamentação do setor na década de 1990 (governo Collor) e hoje prevalece a livre concorrência, inclusive com o produto importado e não há subsídios ao setor. Temos que lembrar que na época havia uma utilização obrigatória de uso de parte do carvão metalúrgico nacional na siderurgia, que foi extinta, e hoje 100% do carvão metalúrgico é importado, sendo um dos principais itens na pauta de importações do país.

Como o maior mercado consumidor é o setor de geração elétrica, a regulação deste setor impacta diretamente a indústria carbonífera. Veja-se o exemplo dos leilões de energia: o governo define quando vai haver o leilão, os preços básicos da energia que irá comprar e quais as fontes envolvidas. Caso não haja um leilão e que térmicas a carvão possam participar e com preços compatíveis, não haverá a abertura daquele mercado e, conseqüentemente, não teremos novos empreendimentos carboníferos sendo desenvolvidos.

A resposta do entrevistado traz o destaque para a regulação política do território e a regulação do território pelo mercado e que, conforme observados dentro do referencial teórico deste artigo, constituem o resultado do processo de influências exercidas pelo mercado externo na vida econômica do País, o que acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho, com vistas ao cumprimento do imperativo da competitividade e, ao mesmo tempo, nos mostram como se estabelece a divisão territorial do trabalho.

Outra questão de relevância na configuração do atual circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação na atividade carbonífera no Rio Grande do Sul é o papel da C&T no desenvolvimento do setor elétrico gaúcho, em particular em torno do uso do carvão mineral, bem como as principais inovações e sua influência na produção, as instituições de pesquisa parceiras e de que forma participam, o segundo entrevistado respondeu:

O Brasil não tem tecnologia própria para utilização do carvão mineral na geração de energia elétrica. Equipamentos e tecnologia são todos importados. Instituições, como a Fundação de

Ciência e Tecnologia do RS – Cientec, vem desenvolvendo, desde a década de 80, tecnologia própria na queima de nosso carvão (leito fluidizado) e produção de gás, possuindo plantas piloto em suas instalações e fornecendo tecnologia para a indústria na instalação de pequenas caldeiras de leito fluidizado. Também atua no desenvolvimento de tecnologias para emprego industrial de subprodutos do carvão, como as cinzas geradas em sua combustão. Quanto ao carvão propriamente dito, temos laboratórios de pesquisa bem equipados para desenvolver tecnologia própria (ou adaptá-la ao nosso carvão) na área de beneficiamento. Destacam-se laboratórios na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e na Cientec, ambos em Porto Alegre, na Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina – SATC, de Criciúma – SC e no Centro de Tecnologia Mineral – Cetem, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com seus laboratórios no Rio de Janeiro. Também em Porto Alegre, na PUC-RS, temos o Centro de Excelência em Pesquisa e Inovação em Petróleo, Recursos Minerais e Armazenamento de Carbono – Cepac, ligado à Petrobrás e que desenvolve tecnologia para armazenamento de CO₂ gerado na queima do carvão mineral, recuperação de metano em camadas de carvão e gaseificação in situ do carvão mineral.

A resposta do entrevistado abre espaço para a discussão sobre a regulação política do território e a regulação do território pelo mercado, que se constituem no resultado das influências exercidas pelo mercado com vistas ao cumprimento da competitividade e, ao mesmo tempo, definem a divisão territorial do trabalho.

Nesse quesito, observou-se que existe certa distância entre a tecnologia utilizada no circuito espacial de produção do carvão mineral no território gaúcho e as pesquisas em torno da tecnologia do carvão no estado.

Tal evidência se deve ao fato de que, enquanto o segmento de extração, beneficiamento e utilização do mineral, busca um maior nível de eficiência em suas plantas de produção, o que cria um círculo de cooperação com o setor externo, em particular, o setor de desenvolvimento científico e tecnológico do estado atua em outra direção, que não apresentaria, necessariamente, o viés voltado ao mercado.

Sobre o papel da formação e qualificação profissional para o desenvolvimento do setor elétrico gaúcho, em particular em torno do uso do carvão mineral, o segundo entrevistado respondeu:

Há diversos cursos de engenharia elétrica no Rio Grande do Sul, com formação geral na área, mas nenhum voltado especificamente para a geração térmica a partir do carvão mineral. Nem as especializações específicas. Quanto à área de exploração de carvão mineral, temos três cursos de Geologia no Estado (UFRGS, Unipampa e Unisinos) e um curso de Engenharia de Minas (UFRGS). A Unipampa também oferece o curso de Tecnólogo em Mineração. Há cursos de especialização e pós-graduação na área de mineração e beneficiamento na UFRGS e Unipampa. Há curso voltado para recuperação de áreas mineradas, na Unilasalle.

Cabe destacar, em relação a esse conjunto de entrevistas, a articulação do circuito espacial de produção em torno das instituições, com a qualificação de uso das técnicas e das relações econômicas, com a dinâmica dos atores que as constituem, por meio de suas ações e estratégias.

A segunda etapa das entrevistas trouxe atores relacionados à atividade de geração termelétrica, o prefeito de um dos municípios mais diretamente envolvidos na mineração de carvão e o representante do sindicato da maior empresa de mineração.

Sobre a forma como se desenvolve a atividade nas usinas que utilizam o carvão mineral como fonte energética, bem como os principais avanços e limitações que se apresentam para o uso do carvão nesse processo, no período recente, o sexto entrevistado respondeu:

A Tractebel Energia é uma empresa geradora de energia. Partindo deste princípio tentamos desenvolver nossos projetos em consonância com as premissas do setor elétrico no sentido de que a nossa geração tenha elevados índices de produção de energia e, visando viabilizarmos projetos nos leilões de energia, gerar ao menor preço possível dentro de determinados padrões de qualidade definidos pelo nosso controlador (Grupo Engie).

Com relação aos avanços e limitações temos que considerar a composição físico-química do carvão brasileiro (elevado teor de cinzas) e a legislação ambiental brasileira. De qualquer forma, as novas usinas a carvão que estão sendo projetadas já devem considerar a inclusão de avanços tecnológicos, como por exemplo: dessulfurizador, filtros de manga, caldeiras em leito fluidizado, etc.

Outro ponto importante da entrevista foi relacionado ao perfil dos profissionais que trabalham nas usinas de carvão, bem como nos demais serviços que a empresa presta no Rio Grande do Sul, qual o nível exigido de qualificação profissional, bem como se os profissionais contratados são provenientes de quais regiões do estado, ou veem de fora do estado, as quais o sexto entrevistado respondeu:

Definir um perfil de trabalhador é muito difícil, pois o projeto tem duas fases distintas: construção e operação.

Na construção: engenheiros, operários civis, montadores eletromecânicos, instrumentistas, operários, ajudantes, economistas administradores, médico de saúde e segurança, enfermeiros, pessoal técnico, pessoal de informática, secretárias, etc.

Na operação: engenheiros de operação, engenheiros de manutenção, chefes de turno, operadores, ajudantes, economistas administradores, médico de saúde e segurança, enfermeiro, pessoal técnico em manutenção mecânica, elétrica e instrumentação, pessoal de informática, secretárias, etc.

A prioridade é para pessoas da região. A Tractebel Energia está realizando cursos de operação e manutenção para a UTE Pampa Sul (em Bagé) com técnicos selecionados na região (1 ano de curso e 1 ano de estágio em usinas da Tractebel para os alunos que forem aprovados). Os professores são técnicos da própria Tractebel Energia e do SENAI do RS. A equipe de O&M será composta principalmente por técnicos da região, com um suporte de pessoal técnico mais experiente de outras usinas da Tractebel, principalmente no início da operação comercial da usina.

Já o sétimo entrevistado, prefeito de um dos principais municípios onde ocorre a mineração de carvão, foi indagado sobre o uso do carvão mineral como fonte energética, bem como os principais avanços e limitações que se apresentam para o uso do carvão nesse processo, no período recente, tendo respondido:

Não tenho dúvida de que o carvão, de todas as fontes, é o que mais gera empregos diretos e indiretos. Hoje, nós temos tecnologia que está sendo utilizada a nível mundial e também em nosso município e que está sendo utilizada com sustentabilidade. Nós temos a maior reserva de carvão mineral do Brasil.

Desenvolver a região com sustentabilidade. Em nosso município, nós temos a CGTEE já está gerando energia, temos em curso a Tractebel, um dos projetos mais modernos do mundo, vai fornecer 340 MWh, com dissulfurização, com utilização de cal na queima do carvão, todo o controle ambiental, para isso tudo foram feitas audiências públicas, o Ibama é muito rigoroso, a Fepam, também, então, os órgãos ambientais eles fiscalizam *pari passu*.

Em nosso município, nós temos cinco torres de monitoramento da qualidade do ar. A cada semana os técnicos coletam os dados e é feita uma aferição e tem sido verificado que atendem todos os parâmetros do Conama.

Esse trabalho é feito em parceria com a CGTEE/Ibama.

A CRM quando faz a retirada do carvão ela faz a regeneração da área, por meio do projeto de recuperação de árvores nativas.

O entrevistado foi indagado sobre as principais demandas para o município por parte das empresas do setor de energia e de extração de carvão, pelo que ele respondeu:

Uma das demandas é a qualificação da mão de obra, onde são feitas parcerias com a Unipampa e também com o Senai. A Lei de Incentivos Fiscais do município oferece 2% de isenção para as empresas que se comprometerem ao se instalarem em contratar, no mínimo, 50% de mão de obra local. A Tractebel, por exemplo, tem hoje um projeto de R\$ 7 milhões na infraestrutura asfáltica do município.

Outro ponto importante a ser respondido foi quanto ao planejamento do município e a existência de um plano diretor, em que a resposta foi:

Está sendo firmado um convênio entre a prefeitura e a Urcamp, em que a Tractebel participa também, e a Urcamp devido à experiência na elaboração de planos diretores, irá em 18 meses realizar um diagnóstico, realizar audiências públicas (pós-período eleitoral), para elaboração do plano diretor municipal.

Da análise conjunta das respostas do sexto e do sétimo entrevistados, observa-se que no atual contexto prevalece um movimento de fluxos que não são obrigatoriamente materiais, como capitais, informações, mensagens, ordens e que constituem a inteligência do capital, o que foi observado dentro do referencial teórico e que é a oportunidade de reunir aquilo que o processo direto da produção havia separado e que ressurgem, por meio dos círculos de cooperação, que se estabelecem por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial.

O quarto entrevistado representa o sindicato de trabalhadores da principal empresa de extração de carvão. Dentre os vários questionamentos realizados, segue um trecho da entrevista:

Nossa abrangência é a categoria dos mineiros em Candiota. Nós deste sindicato, só respondemos pelos trabalhadores da CRM, que são concursados, sendo que em torno de 60% destes trabalhadores moram em Bagé. O perfil dos nossos sindicalizados é bastante amplo. São concursados pela CRM e o plano de carreira é de 25/35 anos, não tem tanta rotatividade de funcionários. No caso da CRM, o trabalhador realiza o concurso e quando assume a empresa tem o papel de oferecer o curso necessário ou a qualificação necessária para que ele possa desempenhar sua função. Os principais desafios enfrentados pelo sindicato frente às questões trabalhistas da atualidade são dois:

Condições de trabalho insalubre – muitos dos colegas de trabalho se queixam, pois não estão sendo enquadrados naquilo que a legislação prevê como grau máximo de insalubridade, o que é registrado no sistema do INSS, serve como base para o cálculo da aposentadoria antecipada. Terceirização – apesar de terem sido realizados novos concursos, houve um crescimento do processo de terceirização pela CRM, 60% dos trabalhadores são terceirizados, apenas 40% são concursados. As áreas que foram terceirizadas foram:

- Descobertura;
- Explosivos;
- Limpeza industrial;
- Limpeza doméstica;
- Segurança e portaria;
- Transporte de cinzas da mina.

A resposta do entrevistado demonstra que o emprego nas empresas do serviço público oferece maior estabilidade e garantias, porém, ainda assim, configuram a existência de aspectos contraditórios, como condições de trabalho insalubre e a tendência à terceirização, o que reforça a adaptação das normas organizacionais ao comando do capital, favorecendo a criação de novos postos de trabalho, porém, sem o mesmo conjunto de direitos e garantias decorrentes de uma fase anterior, em que o acirramento da concorrência e, conseqüentemente, a busca pela redução de custos ainda não se mostrava tão necessária.

Diante do exposto, compreende-se que a atual conjuntura dos usos do território na perspectiva da expansão da atividade carbonífera no RS mostra uma tendência para a sua contribuição na questão da segurança do abastecimento energético, ou seja, na complementariedade do SIN. Além disso, as tecnologias limpas para a

queima do carvão já estão em grau de desenvolvimento compatíveis com os mais rígidos padrões de emissões de CO₂, segundo os entrevistados.

Outro ponto de destaque foi quanto ao fato de que o atual modelo do setor elétrico brasileiro permite o leilão de todas as fontes de energia disponíveis, porém, o planejamento deste processo, que é feito pela equipe do governo, por meio da EPE, é quem analisa a oferta e a demanda, a partir das informações fornecidas pelas distribuidoras de energia, o que mostra a transparência do sistema.

O elemento determinante para a entrada das térmicas a carvão no SIN é justamente a questão do custo, pois as primeiras fontes a entrar são as mais baratas, como a hidráulica, a eólica, sendo que as termelétricas a carvão precisam ter um projeto em que procurem modular seu custo numa equação econômico-financeira que tem que ser formatada antes do leilão.

4 Considerações finais

Retomando a discussão preliminar deste artigo, qual seja compreender de que forma o carvão mineral é utilizado como fonte energética na complementaridade do SIN, observou-se a partir da realização de entrevistas interpretadas à luz das contribuições de Santos e Silveira (2004) a articulação entre atores e instituições, numa das regiões do território gaúcho, em que se desenvolve a atividade carbonífera.

Nesse sentido, identificou-se que os principais usos do território decorrentes da atividade mineradora na região carbonífera onde se localiza a Jazida de Candiota configuram a retomada de uma política de caráter estruturante, viabilizados com projetos de expansão energética, dentre os quais se destacam aqueles voltados à construção de novas usinas alimentadas por carvão mineral, associados ao uso de novos sistemas técnicos, ampliando a extração do carvão, novos usos e reafirmando sua complementariedade no SIN.

Assim, identificou-se que a necessidade de um planejamento setorial mais amplo e que fosse capaz de revisar o uso de meios de geração de energia tradicionais, como é o caso do carvão mineral, trouxe à tona um novo enredo de discussões para o território envolvido neste contexto, em que o ponto de partida para tal análise é a conformação dos sistemas técnicos, formados de objetos com alto nível de especialização e voltados a perpetuar a dinâmica de competitividade do mercado.

Assim, as tecnologias limpas para a queima do carvão já estão em grau de desenvolvimento compatíveis com os mais rígidos padrões de emissões de CO₂, por meio de novas plantas viabilizadas por meio de financiamentos externos e a transferência de tecnologias, o que configura uma expansão dos círculos de cooperação, alicerçada em novos sistemas técnicos.

Verificou-se que existe uma tendência nos últimos anos para a alavancagem do carvão mineral, tendo em vista o crescimento do seu uso, além da demanda para o setor elétrico, sendo que o grande entrave tem sido o embate entre o preço-teto estipulado pela Aneel, para viabilização de certames de novas usinas.

Com isso, observou-se que a questão da regulação política do território e da regulação do território pelo mercado constitui o resultado do processo de influências exercidas pelo mercado externo na vida econômica

do País, o que acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho, com vistas ao cumprimento do imperativo da competitividade e, ao mesmo tempo, nos mostram como se estabelece a divisão territorial do trabalho.

Assim, as formas alternativas para o aproveitamento da energia proveniente do carvão, a partir dos estudos de viabilidade econômicos e ambientais, com o uso do carvão na criação ou instalação de uma indústria carboquímica no Rio Grande do Sul, perpassam um conjunto de decisões que em última instância dependem do avanço nas discussões entre autoridades de governo, universidades, associações, sindicatos e empresas do setor carbonífero.

Nesse sentido, no atual contexto, configura-se um movimento de fluxos que não são obrigatoriamente materiais, como capitais, informações, mensagens, ordens e que constituem a inteligência do capital, o que cria a oportunidade de reunir aquilo que o processo direto da produção havia separado e que ressurgem, por meio dos círculos de cooperação, que se estabelecem por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial.

Considera-se, portanto, que a descoberta e o uso do carvão mineral, como fonte energética, sofreram a influência do processo de divisão territorial do trabalho, apontado por Santos e Silveira (2004), e que também estiveram associados ao próprio processo de expansão dos usos do território nacional, no Sul do Brasil, e a expansão dos sistemas técnicos que se desenvolveram, concomitantemente.

Referências

CGTEE – Companhia Geração Térmica e Energia Elétrica. **Portal**. 2016. Disponível em: <<http://www.cgtee.gov.br/sitenovo/index.php?secao=130>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

ENEVA. **Portal**. 2016. Disponível em: <<http://www.eneva.com.br/pt/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

GOMES, A. J. P.; CRUZ, P. R.; BORGES, L. P. Recursos Minerais Energéticos: carvão e urânio. In: CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Geologia, Tectônica e Recursos Minerais no Brasil**. Brasília: CPRM, 2003. Capítulo XI.

GRUPO CEEE. **BEM – Balanço Energético do Estado do Rio Grande do Sul 2015**: ano base 2014. Porto Alegre: Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.cee.com.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MARRECO, J. de M. **Planejamento de Longo Prazo da expansão da oferta de energia elétrica no Brasil sob uma perspectiva da Teoria das Opções Reais**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MINÉRIOS & MINERALES. **Portal**. 2016. Disponível em: <http://www.minerios.com.br/EdicoesInt/1900/50/Tractebel_inicia_construcao_de_termelétrica_a_carvão_em_Candiota.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2016.

MOROZOWSKI FILHO, M. et al. **Análise da viabilidade técnico econômica das termelétricas a carvão nacional: enfoque sistêmico**. ABCM, 3 set. 2012. Disponível em: <http://www.carvaomineral.com.br/arquivos/20120903_ABCM_RT01_final_MMF_Rev_IR_DSR_FLZ_MMF.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347-355, ago. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Companhia Riograndense de Mineração. **Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas**. Porto Alegre, 31 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.crm.rs.gov.br/conteudo/855/?Balancos#.Un4EvmfhHc>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVEIRA, M. L. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Revista Experimental**, São Paulo, n. 2, p. 35-45, mar. 1997.

_____. Región y división territorial del trabajo: desafíos en el período de la globalización. **Investigación y desarrollo**, Barranquilla, v. 17, n. 2, p. 434-455, dic. 2009.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS: UM ESTUDO DA PROPOSTA DESENVOLVIDA NA REGIÃO DO QUIRIRI

Everton Gabriel Bortoletti¹
Fransinês Swib Vaz Grokoski²

Resumo

O presente artigo pretende oferecer reflexões acerca da constituição dos consórcios públicos, bem como apresentar a experiência desenvolvida na região do Quiriri em Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida por meio de reflexões e literaturas abordadas pelo componente curricular de Planejamento Urbano e Regional do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), consubstanciada por documentos presentes no endereço eletrônico do Consórcio Quiriri, Observatório de Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo principal deste trabalho é demonstrar como os consórcios públicos podem constituir-se como importante estratégia para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Consórcios públicos. Políticas públicas. Consórcio Quiriri.

1 Introdução

A descentralização federativa das ações públicas promovida pela Constituição de 1988 trouxe uma série de desafios relacionados à capacidade dos entes de operacionalizar. Este novo arranjo jurídico e organizacional revelou algumas fragilidades acerca das articulações entre os diferentes níveis de governo, a vulnerabilidade financeira organizacional dos municípios e as dificuldades na implementação de organismos de governança que possibilitassem a participação e o controle social.

Dessa forma, o presente escrito traz alguns elementos acerca do debate sobre os consórcios públicos que fazem parte desse novo arranjo federativo e suas possibilidades de contribuição para o desenvolvimento regional.

1 Graduado em Turismo pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, mestrando do Programa de Pós-Graduação (mestrado profissional) em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). *E-mail:* <everton.bortoletti@unochapeco.edu.br>.

2 Graduada em Serviço Social pela Unochapecó, mestranda do Programa de Pós-Graduação (mestrado profissional) em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <fransines@unochapeco.edu.br>.

Inicialmente, apontaremos os aspectos relacionados ao surgimento dos consórcios públicos, suas possibilidades, entraves de implementação e sua organização jurídica.

Em seguida, abordaremos a proposta de consórcio desenvolvida na região Quiriri, que abrange quatro municípios da região do Alto Rio Negro no estado de Santa Catarina e busca através de suas ações a promoção do desenvolvimento regional sustentável. Neste artigo, utilizamos o conceito presente no relatório de Brundtland (1987), sendo o desenvolvimento sustentável definido como aquele que busca satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas necessidades.

Na terceira parte apresentaremos um conjunto de considerações, por meio de uma análise sobre a temática e sua relação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, sem a pretensão de encerrar as discussões acerca dos consórcios públicos, porém com o intuito de colaborar com os estudos que vêm sendo realizados.

2 Consórcios públicos: estratégias para o desenvolvimento regional?

A configuração da federação brasileira ganhou novos contornos a partir da Constituição de 1998, promovendo a descentralização de atribuições aos estados e municípios, em que cada ente ganhou autonomia e um novo perfil constitucional. Para além disso, passaram a figurar nas agendas políticas novos mecanismos que redesenharam as formas de gestão pública.

Ravanelli (2010) ressalta que essa maior autonomia disposta aos governos municipais desencadeou a necessidade pela busca de formas inovadoras na construção, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas. Em síntese, foram criados mecanismos de controle e participação social em todas as esferas do estado, objetivando dar à sociedade maior gerência sobre a ação pública. Em um país que acabava de sair de um período de ditadura militar, essas ações se justificavam e buscavam efetivar a democracia no Brasil.

Porém, é pertinente salientar que, mesmo com um arranjo constitucional dinamizado, a vulnerabilidade financeira e organizacional dos municípios e a fragilidade das articulações entre os diferentes níveis de governo se caracterizaram como desafios na implementação destes novos mecanismos, estabelecidos com vistas a construção de um pacto federativo que não ocasionasse a emergência de um ambiente competitivo, mas um cenário de cooperação entre seus entes. Para Leal (2007), diante das fragilidades técnicas, financeiras e organizacionais de boa parte dos municípios brasileiros é dever dos Estados e da União assegurar que os mesmos possam oferecer os serviços à população e garantir espaços de participação social na gestão.

Cabe ressaltar que as desigualdades regionais existentes em nosso país nunca foram enfrentadas de forma adequada, mesmo com todo processo de democratização e as inúmeras tentativas em instituir políticas que tivessem como foco o fortalecimento da escala regional nos processos de desenvolvimento. Sendo assim, é importante destacar que as dificuldades de efetivação da primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR I) e sua reedição que ainda está em fase de tramitação, bem como as disparidades econômicas e sociais entre as regiões e a grande concorrência entre os entes federativos, gera uma série de entraves e

desafios para a superação das assimetrias regionais e a instituição de políticas de desenvolvimento efetivas que possam transcender a realidade atual.

Nessa perspectiva, Brandão (2014, p. 19) afirma que o Brasil tem um

[...] espaço nacional heterogêneo, continental, heterônimo, em que convivem estruturas sociopolíticas anacrônicas em ambiente moderno de urbanização abarcante e de uma sociedade de massas complexa, marcada por fortes e reiterativas desigualdades sociais e inter-regionais durante toda a sua história.

Para Ravanelli (2010), os consórcios são uma possível alternativa as grandes desigualdades e assimetrias regionais existentes em nosso país, pois buscam fomentar a interdependência, cooperação mútua e a articulação entre os entes federados, permitindo, com isso, uma

[...] melhor resolução e efetividade por meio da ação intergovernamental no âmbito territorial, podendo produzir ganhos de escala consideráveis, maior racionalização na utilização de recursos públicos e fortalecimento dos entes federados na realização de suas atribuições. (RAVANELLI, 2010, p. 20).

As discussões junto ao governo federal iniciaram no ano de 2003 objetivando regulamentar o artigo 241 da Constituição Federal para dar maior segurança jurídica e administrativa aos entes que participavam de consórcios. Diante disso, foi encaminhado ao Congresso Nacional no ano de 2004 o projeto de lei que regulamentava as ações dos consórcios públicos no Brasil, sendo sancionada, em abril de 2005, a Lei Federal n. 11.107.

Para Brito (2014), posteriormente, houve grande consenso acerca da importância e os méritos da lei, contudo, gerou uma ampliada expectativa sobre a necessidade da criação dos instrumentos adequados à operacionalização e criação dos consórcios. Assim sendo, foi publicado em 17 de janeiro o Decreto n. 6.017, regulamentando a Lei de Consórcios.

Dessa forma, a lei dos consórcios dispõe sobre normas gerais de constituição de consórcios públicos e dá outras providências, sendo que a criação dos instrumentos para operacionalizar a lei foi estabelecida pelo decreto de regulamentação. Estas legislações trouxeram consigo uma alternativa aos municípios de todo o território brasileiro de fortalecer a escala regional por meio da cooperação mútua entre os entes e por meio disso dispor de maior força e influência na busca de recursos junto a união.

Conforme Ravanelli (2010, p. 17): “O Consórcio Público constitui essencialmente um novo instrumento de gestão intergovernamental que possibilita uma maior articulação das iniciativas e políticas públicas entre as diferentes esferas de governo.” Para uma melhor compreensão, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010, p. 555) complementa que os consórcios são pensados fundamentalmente como “[...] meios para

os pequenos municípios prestarem serviços que, dada a escala de investimentos, não seriam economicamente viáveis se oferecidos isoladamente.”

A Lei dos Consórcios esclarece vários requisitos para o estabelecimento de um consórcio público, incluindo a legislação interna que deve contemplar, de forma geral, pontos como: a necessidade de convocação das assembleias, como serão feitas as eleições para novas diretorias e quais são as obrigações de cada ente pertencente ao consórcio.

Ravanelli (2010, p. 17) salienta que a instituição de um consórcio

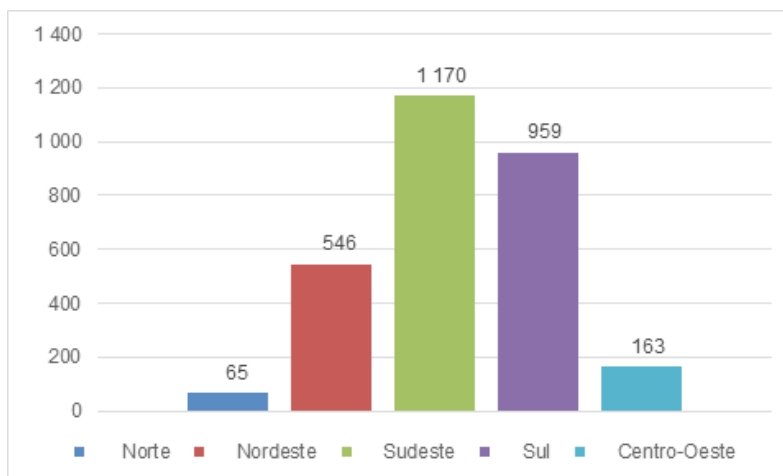
[...] requer todo um processo de debate, articulação e negociação política em torno da definição das cláusulas do contrato de constituição do consórcio, bem como considerar o peso político de cada ente na articulação institucional, os objetivos comuns e a forma de financiamento da gestão compartilhada.

Acrescenta-se que as cláusulas do contrato devem ser visualizadas e analisadas pelas casas legislativas de cada um dos municípios envolvidos, com o intuito de ratificar o contrato e transformar as obrigações firmadas em legalmente estabelecidas. Além disso, percebe-se que a legislação possui a preocupação com as responsabilidades compartilhadas entre os municípios buscando o amparo legal, bem como a publicização das informações referentes aos consórcios, evitando o uso de recursos de forma inadequada ou desproporcional entre os consorciados.

Dessa forma, aponta-se que, a partir do momento em que as obrigações são firmadas entre os municípios, passam a ser de toda unidade federativa consorciada e não mais dos administradores, o que possibilita uma continuidade de ações. Neste sentido, é pertinente ressaltar que os entes se comprometem em cumprir as suas obrigações legalmente preestabelecidas, permitindo com isso que as ações se estendam para além dos mandatos eleitorais, o que se caracteriza como um desafio no cenário das políticas públicas e para as iniciativas de desenvolvimento regional na atualidade (RAVANELLI, 2010).

A atuação dos consórcios pode ocorrer em várias frentes e em diversas áreas de atuação, sendo que no Brasil há uma significativa quantidade de experiências consolidadas. Segundo dados obtidos junto ao Observatório de Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), foram registrados, até o ano de 2013, mais de 688 consórcios, sendo que, conforme o gráfico a seguir, a maior quantidade de municípios envolvidos concentra-se nas regiões Sul e Sudeste.

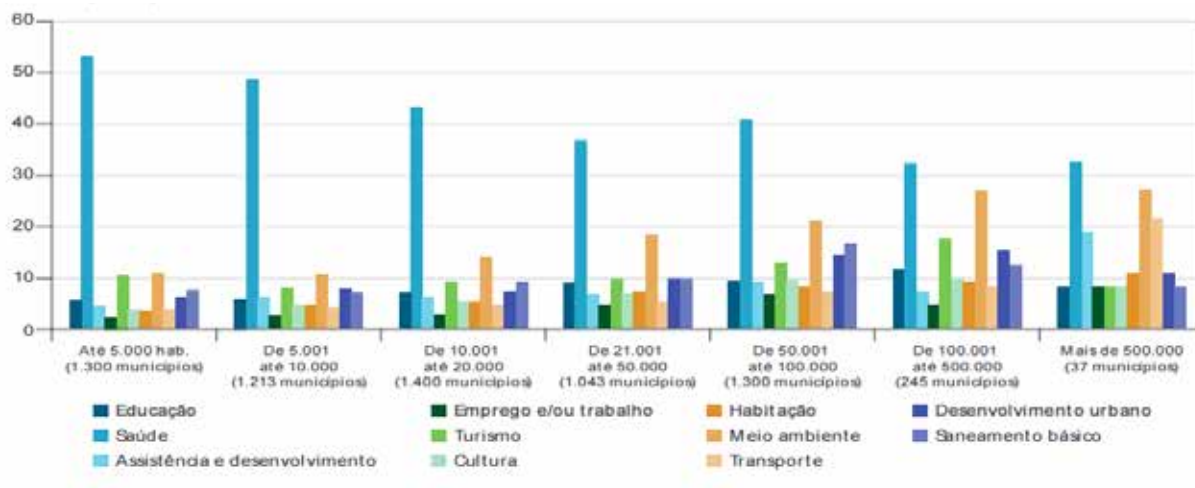
Gráfico 1 – Total de municípios participantes de Consórcios por grandes regiões



Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir dos dados de Munic/IBGE (2011).

Assim sendo, o gráfico a seguir possibilita a visualização da diversidade de setores abrangidos em que, para além das áreas de saúde e habitação onde há uma predominância na criação de consórcios, áreas como meio ambiente, turismo, saneamento e desenvolvimento urbano registram uma quantidade expressiva deste arranjo.

Gráfico 2 – Proporção de municípios consorciados por área de política pública e faixa populacional



Fonte: elaboração dos autores (2016), a partir dos dados de Ipea e Munic/IBGE (2011).

Apesar de ser uma estratégia importante para os municípios, Ravanelli (2010) alerta sobre a necessidade de maiores incentivos do governo federal para a constituição dos consórcios, através da abertura de linhas de crédito específicas, bem como financiamento de obras e serviços estruturantes do território microrregional, tendo em vista a grande dificuldade dos municípios em acessar linhas de financiamento, assim como as dificuldades multiescalares de constituição dos consórcios que requerem exaustiva negociação política, debate

ampliado, boa articulação entre seus pares e regularidade fiscal de todos os envolvidos. Neste sentido, Ravanelli (2010) critica a necessidade de todos os entes consorciados estarem com regularidade fiscal, inferindo que isso se configura em muitos casos como um fator impeditivo ao surgimento de novas iniciativas.

Contudo, apesar do processo moroso de constituição de consórcios intermunicipais, evidencia-se que se caracterizam como importante instrumento na busca de oportunidades para o desenvolvimento dos municípios e das regiões, em especial aos que tem uma arrecadação insuficiente para possibilitar à população o acesso aos direitos garantidos constitucionalmente.

3 Consórcio Quiriri: um exemplo de sucesso

Com base no debate realizado anteriormente, traremos neste tópico a experiência do Consórcio Quiriri, localizado em Santa Catarina, firmado entre municípios na faixa de vinte a cinquenta mil habitantes, que tem suas ações focadas na área ambiental e no turismo.

O Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense foi instituído em 28 de setembro de 1997, ou seja, anterior a Lei dos Consórcios Públicos que só viria a ser sancionada em 6 de abril de 2005.

Com a promulgação da Lei dos Consórcios houve a necessidade de adequações do Quiriri, pois até então era uma associação civil sem fins lucrativos. Apenas em 2009 tornou-se consórcio público sob forma de associação pública de natureza autárquica interfederativa de direito público, modelo este entendido como mais adequado pelos municípios envolvidos. Este exemplo, assim como vários outros presentes na literatura, desenvolvia suas atividades através da constituição de uma associação civil, porém com esta personalidade jurídica obtinha pouca força de obrigatoriedade na execução das ações assumidas por cada ente envolvido, bem como tinha dificuldade de acesso a recursos provenientes da união e dos organismos internacionais.

Por intermédio de sua constituição como Consórcio, adquiriu legalmente a possibilidade de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas do governo (Estado e União), passando a ter usufruto de imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, “a”, e § 20, da CF), privilégios processuais (artigos 188, 475 e 730 do Código de Processo Civil) e tratamento diferenciado para seus processos licitatórios.

Este consórcio é composto pelos municípios de Rio Negrinho, onde se localiza a sede e o foro do arranjo, Campo Alegre, São Bento do Sul e o município de Corupá, integrado ao grupo em 1999. Sua ideia de implementação, de acordo com as informações contidas no *site* do próprio Consórcio, era resgatar, operacionalizar e otimizar os trabalhos cooperativos desenvolvidos informalmente pelos municípios consorciados e dar força à associação constituída.

Inicialmente, os municípios realizaram um trabalho de mobilização com a população, em que a principal demanda apontada para região foi a má utilização dos recursos hídricos. Tendo como elemento primeiro a participação social e as demandas advindas da comunidade, o Consórcio, após a sua criação, passou para a etapa de diagnóstico situacional e a elaboração de propostas conjuntas objetivando beneficiar todos os municípios

que o compõem. Por meio das informações levantadas no diagnóstico, foram criadas três frentes estratégicas de atuação, quais sejam: resíduos sólidos, proteção ambiental e turismo.

A estrutura organizacional do Consórcio Quiriri é composta pelos seguintes órgãos: Conselho de Prefeitos, Conselho Fiscal, Conselho da Sociedade Civil e Grupos Municipais de Trabalho, sendo que há possibilidade do ingresso de novos municípios pertencentes à Bacia hidrográfica do Alto Rio Negrinho, por meio de termo aditivo firmado pelo presidente do consórcio e pelos prefeitos dos municípios que desejam integrar-se.

Percebeu-se, no percurso da pesquisa, que os objetivos deste arranjo buscam a representação dos municípios nos âmbitos nacional e internacional, bem como a realização da prestação de serviços, informações, compartilhamento de equipamentos.

A principal preocupação do Consórcio Quiriri é a integração do desenvolvimento regional ao cuidado, preservação e proteção do meio ambiente, tendo suas finalidades pautadas nas ações e políticas de desenvolvimento urbano, socioeconômico local e regional. Percebeu-se através do estudo o grande empenho dos municípios em colaborar mutuamente para a execução das metas propostas, bem como a extrema importância deste mecanismo para o desenvolvimento da região em que está inserido.

Nos fundamentos básicos do Consórcio está a busca da integração do homem com a sociedade e a natureza por meio da atuação em equipe, entre os municípios, trabalho participativo, abordagem estruturada, padronização de procedimentos, maior representatividade, aumento da credibilidade e confiabilidade, parcerias e incorporação de exemplos positivos e imposição de um autodesafio. Para contemplar esses fundamentos, o *site* disponibiliza atas e editais de todas as movimentações do Consórcio, programas e ações em execução, buscando proporcionar maior transparência e a melhora da comunicação entre os municípios consorciados e a sociedade.

Neste sentido, ocorre na presente experiência grande diversidade de ações que vão desde a prevenção até a execução de atividades de empoderamento da região. Citamos aqui, a título de exemplo, o programa Circuito das Araucárias de Cicloturismo, que envolve o eixo estratégico relacionado ao turismo. Trata-se de um passeio ciclístico que percorre 250 km e os quatro municípios que fazem parte do Consórcio, contemplando serra, planalto, vales, rios e cachoeiras, tendo como objetivo despertar a corresponsabilidade dos cidadãos frente aos aspectos socioambientais, gerar renda aos municípios por meio do turismo e disseminar conhecimentos referentes à educação ambiental.

Os idealizadores do Consórcio trazem ainda a necessidade de se pensar ações intersetoriais, pois tem clareza de que os problemas ou dificuldades enfrentadas pela região de abrangência não podem ser supridos de forma simplista ou reducionista. Para tal, o Consórcio Quiriri busca, em sua essência, aliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social e ambiental de forma a fomentar práticas sustentáveis, integrando uma região de 140.247 habitantes, conforme dados fornecidos pelo *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e possibilitando com isso o acesso a bens, serviços e equipamentos aos municípios consorciados que não seriam viáveis se estes trabalhassem de forma individualizada.

5 Considerações finais

O advento da Constituição Federal de 1988 incorporou uma série de direitos sociais e novas responsabilidades para todas as esferas da federação brasileira. Essas responsabilidades trouxeram consigo a autonomia tão almejada pelos municípios, porém se caracterizaram como desafios na medida em que a maior parte dos entes não estava estruturada para essa dinamização federativa.

Dessa forma, é imprescindível compreender os instrumentos inovadores que estão à disposição dos municípios na busca de estruturação enquanto ente federado, dotado de autonomia pelos processos de redemocratização ocorridos nas últimas décadas e como os próprios municípios estão dando espaço a ações de cooperação intermunicipal, fortalecimento das regiões onde estão inseridos e a participação social na gestão das políticas públicas.

Compreender a dinâmica de formação e manutenção de consórcios públicos está atrelada às vantagens que este tipo de política tem assumido para os municípios consorciados, face às assimetrias econômicas regionais e a distribuição dos recursos entre os entes federados.

Sabemos que os Consórcios envolvem diferentes relações de poder entre municípios, pessoas e partidos políticos. No entanto, constituem-se como importante estratégia para a efetivação de políticas públicas que otimizem a distribuição dos recursos entre os municípios e através disso potencializem a escala territorial e regional.

Brandão (2014) enfatiza que uma das alternativas para superar as dificuldades no avanço com uma política de desenvolvimento regional em âmbito nacional seria a de apostar em propostas mais focalizadas e transformar algumas regiões em “vitrines”, possibilitando, através disso, o fortalecimento do contexto regional e apontando o rumo para uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional mais consistente e eficiente. Diante disso, vale ressaltar que os Consórcios fortalecem a escala regional e o estabelecimento de territórios na medida em que trabalham, por meio de ações conjuntas, a articulação das relações entre os municípios e territórios.

Nesta perspectiva, Cruz (2011, p. 83) aborda que “[...] a distribuição da renda deve localizar dentro dos territórios a necessidade da população e a mobilização de recursos necessários em diferentes esferas para suprir as necessidades dos territórios.” E complementa afirmando que para alcançar

[...] justiça social é necessária uma forma de organização social, política e econômica apropriada. No território uma das possibilidades seria encontrar uma forma socialmente justa de determinar as fronteiras dos territórios e um modo justo de alocar os recursos para ele. (CRUZ, 2011, p. 83).

A instituição de um Consórcio mobiliza, necessariamente, a vontade política e o envolvimento de entes que, sozinhos, não conseguiriam suprir demandas locais, bem como auxilia na visualização das fronteiras territoriais e regionais. Segundo Brito (2014), a partir da organização legal e civil deste tipo de arranjo

federativo, os municípios têm um ganho de escala, melhoram suas capacidades técnica, gerencial e financeira, o que possibilita principalmente a criação de espaços de diálogo entre a sociedade e a gestão com vistas ao atendimento das reivindicações sociais.

Para que isso seja possível, é necessário que se estabeleça, de fato, a participação social, instrumentalizada pelos mecanismos de controle social, levando a aproximação das reais demandas com o planejamento do Consórcio. Tem-se na mobilização popular promovida pelo Consórcio Quiriri, logo em sua implementação, um exemplo positivo sobre como a população pôde expor suas principais demandas, dando subsídios para que o Consórcio pudesse planejar suas ações a partir das necessidades sociais e assumir com isso a identidade de sua região.

Neste sentido, Brandão (2014, p. 19) discorre sobre a importância da criação de uma identidade no planejamento das ações, quando afirma que “[...] não adianta conceber belos programas e planos com pouca atenção às determinações ou consequências espaciais e, depois, ‘territorializá-las’ *ex post* ou ao longo de sua implementação.” O consórcio Quiriri possui em sua estrutura organizacional o Conselho da Sociedade Civil e os Grupos Municipais de Trabalho que possibilitam a ampla participação social na concepção e implantação das ações implementadas.

Para Ravanelli (2010), os consórcios podem ser a base de um novo projeto de desenvolvimento regional no Brasil, pois possibilita o entendimento de que a escala regional está sendo fortalecida, na medida em que redes de cooperação imergem das relações entre os municípios.

Na perspectiva de Randolph (2015, p. 20),

[...] a constituição de consórcios públicos, especialmente consórcios intermunicipais, com base local e dentro de um dado arcabouço legal, aponta para a possibilidade de criar arranjos superlocais (ou mesmo regionais) para a administração de assuntos de interesse do conjunto de municípios articulados no consórcio.

A partir do arcabouço teórico propiciado pela pesquisa, foi possível perceber que os Consórcios públicos são uma importante estratégia para propiciar o desenvolvimento regional e apontar o caminho para o estabelecimento de uma política nacional. Contudo, esse modelo de arranjo enfrenta vários desafios relacionados às suas dificuldades de implementação, estrutura administrativa, qualificação técnica e organizacional, distribuição dos recursos entre os entes federados e principalmente a falta de incentivo por parte do governo federal. Assim sendo, esse estudo não tem a pretensão de encerrar os debates sobre a temática, porém, ao contextualizar uma experiência já consolidada de consórcio público intermunicipal, contribui para a superação dos desafios apresentados.

Referências

BRASIL. **Lei de Consórcios Públicos**: Lei n. 11.107. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

BRANDÃO, Carlos. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional (RPPR)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 339-344, jul./dez. 2014.

BRITO, Valter. **Quem somos**: observatório dos consórcios públicos e do federalismo. 2014. Disponível em: <<http://www.ocpf.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CRUZ, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. As faces do planejamento urbano. **Revista Pegada**, v. 12, n. 2, dez. 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010.

LEAL, Sueli M. R. A cooperação consorciada: aportes da experiência intermunicipal na França para o caso brasileiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. **Anais...** Belém, 21 a 25 maio 2007.

RANDOLPH, Rainer. Arenas de formulação de políticas regionais: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 3, p. 5-26, 2015.

RAVANELLI, Paula. Consórcios públicos: os desafios do fortalecimento de mecanismos de cooperação e colaboração entre os entes federados. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3., 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: CONSAD, 2010.

GT 4

MOVIMENTOS SOCIAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

GT 4 – Movimentos sociais e desafios contemporâneos: discutir os processos democráticos, a visão e o posicionamento dos movimentos sociais em face à atual conjuntura brasileira. O papel dos movimentos sociais para o desenvolvimento regional e territorial conquistas até então alcançadas e perspectivas futuras de luta. Processos de formação e práticas educativas socioculturais e escolares dos sujeitos, das organizações e dos movimentos sociais.

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AGRAVANTES CONTEMPORÂNEOS

Antônio Valmor de Campos¹
Carmem Rejane Flores Wiznienskya²
Jane Acordi de Campos³

Resumo

Os movimentos sociais no Brasil têm trajetórias normalmente conturbadas, em decorrência do modelo social e político que vive o País. No presente texto, através de análise da legislação e de sua aplicabilidade, se demonstrará o quanto os movimentos sociais brasileiros têm sofrido e têm visto aumentar as dificuldades de organização e mobilização. Uma análise indispensável é a relação dos movimentos sociais com a democracia, tendo em vista as interfaces entre ambas. Um dos problemas históricos e contemporâneos dos movimentos sociais é o da criminalização. Pretende-se demonstrar o histórico da criminalização; as formas de criminalização; as vítimas da criminalização dos movimentos; e os mecanismos para evitar a criminalização. Na sequência será realizada uma análise da legislação brasileira que “permite” a criminalização e como ela é aplicada pelo Judiciário. Também é demonstrado como a legislação recente amplia as possibilidades de criminalização dos movimentos sociais, especialmente a “Lei Antiterror” e as alterações no Código Nacional de Trânsito.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Criminalização. Lei Antiterror. Código Nacional de Trânsito.

1 Introdução

No século passado, o Brasil sofreu diversas interrupções no seu processo de consolidação democrática. Foram momentos de ditadura civil, de ditadura civil militar, as quais impediram a construção de um caminho mais democrático para o País, inviabilizando – em decorrência disso – maiores avanços no desenvolvimento do Brasil, especialmente a prestação de serviços públicos de qualidade e uma justa distribuição da renda.

É nesse contexto conturbado que emerge a necessidade da reação social, a qual pode ocorrer de diversas formas, sendo uma delas a organização a partir dos movimentos sociais. Esses podem atuar nas mais várias

1 Doutorando pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó. *E-mail*: <antonio.campos@uffs.edu.br>.

2 Doutora em Geografia, revalidação de título no exterior pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em Geografia e Ciências do Território, pela Universidad de Córdoba, na Espanha. Docente junto ao PPGEO na UFSM. *E-mail*: <carmenrejanefw@gmail.com>.

3 Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Professora da Rede Pública Oficial de Ensino de Santa Catarina. *E-mail*: <janecampos@unochapeco.edu.br>.

frentes, como: meio ambiente; relações de gênero; mulheres; agricultores; sem-teto; sem-terra; indígenas; negros; e outros tantos. Normalmente, a semelhança entre eles é o processo de discussão de melhores condições, não necessariamente apenas para os envolvidos diretamente, mas para toda a sociedade, além da cobrança dos governos e das instituições sobre a garantia de direitos sociais, civis e humanos.

Com isso, é comum o enfrentamento com órgãos governamentais, gerando confrontos, que muitas vezes ultrapassam o campo político, tornando necessária uma ação mais contundente dos movimentos. Essa intervenção mais forte provoca reações dos aparelhos do Estado: polícia; Ministério Público; e Judiciário.

No presente ensaio será demonstrado um conjunto de elementos que envolvem essa problemática traçando algumas análises acerca da organização dos movimentos sociais e seus objetivos. Também será feita uma reflexão acerca da relação dos movimentos sociais com a democracia, demonstrando-se as interfaces presentes ou ausentes desses movimentos com a condução democrática do Estado.

Em seguida será apresentado um conjunto de elementos que protagonizam a criminalização das atividades dos movimentos sociais demonstrando como cada esfera de governo e cada “aparelho estatal” age nessa direção.

Também se tentará demonstrar os mecanismos e as precauções necessárias para que os ativistas dos movimentos sociais não sofram os efeitos da criminalização em decorrência do seu envolvimento na luta pela causa defendida.

Ainda se buscará analisar os recentes retrocessos nos pequenos avanços democráticos no País, com seus efeitos sobre a atuação dos movimentos sociais. Destacando-se a Lei Antiterror e as alterações no Código Nacional de Trânsito, os quais representam as ameaças contemporâneas a atuação dos movimentos sociais, com possibilidades de criminalização.

Portanto, a intenção é demonstrar as formas de organização dos movimentos sociais no Brasil, a trajetória desses movimentos, as conquistas e dificuldades enfrentadas na organização, com destaque especial para a criminalização das lideranças e ativistas dos mesmos, com olhar especial para o momento político contemporâneo, com novas legislações.

2 Uma tentativa de caracterizar os movimentos sociais

Inicialmente, registra-se que os autores não estão munidos da intenção de estabelecer uma discussão sociológica acerca da organização dos movimentos sociais, mas apenas situar alguns elementos necessários à compreensão do processo histórico de sua criminalização, com destaque para as formas contemporâneas, registrados no “apagar das luzes” do governo Dilma e que certamente o atual e futuro governos brasileiros farão o “uso devido”⁴ dos mesmos.

4 O termo indica a tendência do atual governo de alinhamento nacional e internacional contra as organizações populares, tendo em vista o caráter conservador e elitista que assume, com probabilidades de ampliar a aplicação de mecanismos de repressão social e política, especialmente desse governo que fere a democracia, por ter tomado o poder de forma articulada, no que difere de outros vices que assumiram a presidência em outras circunstâncias, nas quais estavam ausentes principalmente a disputa ideológica.

Os movimentos sociais em geral se caracterizam por atuarem no ambiente político e junto às instituições do Estado, seja Legislativo, Executivo ou Judiciário. As formas de expressão dos movimentos sociais são através de: passeatas; atos públicos; interrupções de vias públicas; promoção de ações judiciais; ocupações de bens públicos; ocupações de propriedades; acampamento em órgãos públicos; ocupação de agências ou concessionárias de serviços públicos.

A diferença do “movimento social” para outras organizações – como sindicatos e cooperativas – é que não há regras institucionais, pois as relações se estabelecem na confiança mútua e na solidariedade entre os seus ativistas, portanto, seus membros não estão submetidos a regras estatutárias. Apesar de críticas dos que são contrários aos movimentos sociais, é essa a condição que garante maior liberdade de ação reivindicatória, o que não acontece, por exemplo, em um sindicato que está submetido ao regramento estatal, como é o caso brasileiro, que os sindicatos continuam tendo atrelamento com o Estado.

A organização e o funcionamento dos movimentos sociais costumam acontecer através da participação direta, com assembleias de base, na forma da democracia direta o que dispensa as formas estatutárias estabelecidas e usuais de representação. Para alguns, esses movimentos teriam motivação nas proposições de Antonio Gramsci para a conquista revolucionária do poder. No entanto, para a ampla maioria dos ativistas desses movimentos o mais importante é que sua existência deve-se à auto-organização espontânea e natural da sociedade, com interesses nobres, altruístas e em benefício da sociedade em geral.

Normalmente⁵ em uma categoria específica de movimento social está presente uma identidade social e uma maneira de pensar e de agir, onde as pessoas atuam com interesses coletivos, em busca de uma nova condição ou de melhorias para a vida, não apenas de quem está na luta, mas dos demais também. Pode-se destacar: as mulheres que lutam por creches; os favelados que lutam pela posse e regularização fundiária da terra urbana; os sem teto, que lutam pelo acesso à moradia; a luta pela cidadania dos negros, homossexuais, mulheres; os grupos que lutam pela paz; os que atuam em defesa da ecologia; os agricultores que lutam pelo acesso à terra e a alimentação em quantidade e qualidade adequadas. Evidentemente que centenas de outros exemplos poderiam ser citados, com mérito idêntico aos que constam nesse rol. No entanto, trata-se de uma amostra.

É importante ressaltar que o movimento social não é exclusividade de uma ou outra classe social, ele pode ocorrer nas diferentes camadas sociais, com suas demandas específicas, organizações próprias, práticas e estruturas diferenciadas, mas todos precisam ser considerados, inclusive porque alguns representam interesse antagônico e merecem também análises detalhadas, até mesmo para garantir o legítimo direito de todos se manifestarem.

Podem ocorrer situações em que indivíduos de classes sociais distintas atuem conjuntamente em alguma causa, por exemplo, nas causas ambientais, nos direitos humanos e na luta pela paz. Nesses casos, há uma probabilidade de ocorrer tensão, pois, mesmo o objeto macro sendo o mesmo, podem ocorrer diferenças de

5 No momento estão em curso novas possibilidades de organização social, inclusive com características bem diferenciadas dos conceitos tradicionais de movimento, o que será tratado mais adiante.

compreensão, de método e tática de atuação, mas isso tem um caráter educativo da democracia, assimilável aos seus participantes e à sociedade mais ampla.

Outra questão que merece destaque é o fato de que alguns movimentos sociais extrapolam as fronteiras geográficas de um país, adquirindo características internacionais, como é o caso da Via Campesina, que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Entre as atividades comuns dessa organização, destaca-se: a luta pela terra; a defesa da soberania alimentar; a produção de alimentos de qualidade e outros. No Brasil, a Via Campesina aglutina: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

3 Interfaces do movimento social com a democracia

A democracia tem sido perseguida ao longo tempo por grande parte da humanidade que visualiza nesse sistema de governo a possibilidade de conquistar igualdade de direitos e de oportunidades. No entanto, isso não tem sido resultado contumaz, pois muitas vezes não se obtém os objetivos desejados, mas ainda representa a melhor opção para o momento.

É nessa perspectiva que os desafios na democracia são enfrentados cotidianamente buscando-se os objetivos a que se propõe. Nesse contexto, há elementos indispensáveis a sua manutenção, especialmente a participação popular, tendo em vista que sem ela não é possível consolidar a democracia. Por outro lado, somente é possível a participação social efetiva na democracia.

Evidentemente que um conceito amplo de democracia ainda carece de muito exercício, pois a “democracia plena” consiste na igualdade de condições, sem ordem de classes, na qual os indivíduos que compõe a sua coletividade são socialmente iguais. Então esse é o grande desafio, como destaca Bobbio: *O Futuro da Democracia* não é um tratado de futurologia, mas uma reflexão sobre o estado atual e as contradições dos regimes democráticos, a democracia não pode ser entendida como triunfo de um sobre o outro, ou expressa pela simples vontade da maioria, mas carece de uma solidária interação entre os atores sociais e as instituições.

Uma situação que deixa bem explícita a interface entre a participação social com democracia é a decorrente da última ditadura civil/militar no Brasil, de meados da década de 1960, a qual durou por mais de vinte anos. A ditadura agiu com repressão, com perseguições, prisões, tortura e exílio, assim, os movimentos sociais foram duramente castigados, com suas lideranças sofrendo as ações do governo militar, mas não silenciaram totalmente, fazendo enfrentamentos pontuais ao regime.

No final do período ditatorial emergem os movimentos sociais com força e disposição de lutar pelos interesses sociais e coletivos em articulação – nas lutas específicas e localizadas – com os vários setores de oposição. Com a retirada de cena da Igreja, principalmente da CNBB, que deixa de ser o único centro agregador das demandas populares, os movimentos sociais começam a ampliar sua participação nas lutas. No

entanto, é no “quadro constituinte” que os movimentos sociais protagonizam grande papel na “produção da atual Constituição”.

Naquele momento, percebia-se que a participação era tanto mais significativa quando levava em consideração os aspectos coletivos. Isso fez com que os movimentos sociais no Brasil se tornassem um instrumento na busca cidadania coletiva, tolerante e solidária, visando a conquista de benefícios para todos. É em decorrência de situações como a descrita que é possível afirmar que a sociedade somente será democrática se puder contar com essa forma de atuação e contínua participação dos cidadãos e cidadãs. No item seguinte, algumas considerações sobre os movimentos sociais com maior visibilidade e estabilidade⁶ no País.

4 Um olhar para os movimentos sociais brasileiros

É evidente que não seria possível dimensionar todos os movimentos sociais com atuação no País, no entanto, opta-se por destacar alguns, que não necessariamente possuem maior ou menor importância na sociedade brasileira, mas pela regularidade de atuação e pelas proposições defendidas. O destaque será para o Movimento das Mulheres Camponesas; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o Movimento dos Pequenos Agricultores; e o Movimento de Atingidos por Barragens. A seguir uma breve caracterização de cada um deles.

4.1 Movimento das Mulheres Camponesas

A organização das mulheres camponesas difere em várias questões do movimento feminista, em sua concepção clássica, pois defendem alguns elementos diferenciados, evidentemente que as questões inerentes às mulheres são discutidas, mas assume personalidade própria, então, inicialmente, é importante saber quais grupos fazem parte desse movimento social, de acordo com o seu sítio:

São mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de côco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus, representantes de todos os estados do nosso país. (MMC, 2006⁷, [s.p.]).

A luta constante pela libertação das mulheres decorre da crença de que isso é responsabilidade de todos. Evidentemente que em algumas situações específicas somente as próprias mulheres são capazes pleitear os seus interesses. Nesse contexto estabelecem como símbolo: “A terra, a água, o fogo e ar são elementos significativos à mística da vida.” (MMC, 2006, [s.p.]).

6 Utiliza-se o termo no sentido da regularidade da atuação.

7 A opção dos autores em se basear em informações de 2006 tem a intenção de evitar que se possa dizer que muitas questões tratadas pelo movimento possam ter relações diretas com o atual momento político do País.

Da mesma forma que diversos outros movimentos, o MMC tem seu marco histórico em dois momentos: “Na década de 80 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.” (MMC, 2006, [s.p.]).

É importante destacar a identificação do movimento com a ideia de camponês, pois é um modelo de produção agrícola, fortemente pressionado pelo agronegócio. Portanto, assume papel de confronto com interesses dominantes, inclusive isso levou à modificação do nome de Movimento das Mulheres Agricultoras, para a denominação atual de Movimento de Mulheres Camponesas, ocorrido no ano de 2003. A caracterização que provocou essa alteração: “A *categoria camponês* é a unidade produtiva centrada no núcleo familiar que se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma para satisfazer as necessidades familiares de subsistência e comercializar parte da produção.” (MMC, 2006, [s.p.]). Seguindo a concepção camponesa, portanto, a “mulher” está comprometida com a produção de alimentos de qualidade, para a subsistência da família.

Por fim, é indispensável constar o comprometido das mulheres camponesas, enquanto movimento social para a luta, pelos meios que asseguram direitos de liberdade, de igualdade e dos direitos humanos elementares:

São mulheres que querem continuar no campo, produzindo alimentos, preservando a vida, as espécies e a natureza, desenvolvendo experiências de um Projeto popular para a agricultura, através: da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção, da valorização do trabalho das mulheres camponesas. (MMC, 2006, [s.p.]).

Nota-se o comprometimento social nas proposições do movimento, bem como a disposição em lutar pelo que acreditam, mesmo que isso signifique confronto. Situações concretas são facilmente visualizadas, em ações de datas especiais para o movimento, como, por exemplo, o Dia Internacional das Mulheres, no qual são realizados atos de grande repercussão, como a destruição da experiência de clonagem de eucaliptos, da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS). Em seguida considerações sobre o Movimento de Atingidos por Barragens.

4.2 Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)

A questão energética é tema de grande relevância para qualquer país, pois sem ela não há como construir soberania, bem como nos padrões modernos, sem energia seria um grande entrave ao desenvolvimento e problemas no conforto dos humanos, cada vez mais dependente de condicionadores de ar, de resfriadores, de equipamentos de informática, utensílios e outros que dependem de energia.

Bem, mas se é preciso energia, então é necessário um amplo debate nacional de como ela será produzida e os custos sociais de sua produção e distribuição. O fato é que os governos – alinhados com os capitalistas do

setor – buscam sempre mais a produção de energia a partir das barragens, tendo em vista a significativa redução dos custos de produção. Isso tem provocado situações de violações de direitos civis e humanos, sofridos pelos atingidos pela construção e operacionalização das unidades geradoras.

Essa condição também provoca reações dos atingidos e de outros ativistas que se identificam com a causa, especialmente, é dessa identidade, que é organizado o MAB, como é visualizado no sítio do movimento:

Em 16 de outubro de 1978, no pátio da Igreja de Santa Helena, 1.500 pequenos agricultores, cujas terras serão inundadas pela barragem de Itaipu, encaminham ao General Geisel, abaixo-assinado denunciando o preço irrisório das indenizações que estão sendo oferecidas. (MAB, 2006, [s.p.]).

Pelas informações de ativistas, do MAB, até o momento, ainda permanece a situação de algumas famílias que não foram indenizadas corretamente e buscam de alguma forma a correção desse ato autoritário e de abandono dos governos. Nos governos militares – para demonstrar força do País – foram projetados grandes projetos hidrelétricos, sendo o Sul uma das regiões mais atingidas: “A Eletrobrás projetava a construção de 23 barragens, que expulsariam 200.000 pessoas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.” (MAB, 2006, [s.p.]).

É com a intenção de fazer frente a essa ameaça concreta que os potenciais atingidos se mobilizam nos dois estados, iniciando: “Em 24 de abril de 1979, 350 agricultores reunidos em Concórdia, Santa Catarina, criaram a Comissão Regional de Barragens – **CRAB** [...]” (MAB, 2006, [s.p.]), o qual realiza diversas lutas, como Romarias, abaixo-assinados, protestos, por exemplo, em 1983, ato contra a Barragem de Machadinho e em 1985 contra a Barragem de Itá e as demais na Bacia do Uruguai. Embalados por essa e outras atividades, também nas demais regiões os atingidos se organizam nacionalmente:

A CRAB organizou, em abril de 1989, em Goiânia, o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

O Encontro de Goiânia criou uma Comissão Nacional Provisória para organizar, no ano seguinte, o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, que só aconteceu em março de 1991, em Brasília, sendo fundado o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. (MAB, 2006, [s.p.]).

Já na década de 1990, o movimento começa a ganhar força com os indicativos mundiais de preocupação com as questões ambientais, pois a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – RIO 92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, favoreceu a divulgação dos graves impactos sociais e ambientais provocados pelas grandes barragens (MAB, 2006, [s.p.]).

O MAB continua sua trajetória de lutas, no contexto atual, com desafios ainda maiores, tendo em vista a privatização do setor elétrico, e ampliou sua atuação, discutindo, por exemplo, as possibilidades de um modelo

energético alternativo, como o da energia solar e eólica, do valor da conta de energia paga pelo consumidor e, junto aos atingidos, investe numa das grandes bandeiras do mesmo: “Os atingidos continuam lutando por reassentamento, negociação coletiva e justa reparação de todas as perdas.” (MAB, 2006, [s.p.]). No entanto, atualmente, seus líderes passam por um processo de criminalização por ações nas manifestações e lutas. Em seguida, as considerações sobre o Movimento dos Pequenos Agricultores.

4.3 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

É um dos mais recentes movimentos da Via Campesina brasileira, o qual surge em decorrência da falta de política governamental/estatal, para a garantia de renda dos agricultores camponeses e agricultores familiares⁸: “O MPA nasceu em 1996. A partir da seca castigou as plantações, no Rio Grande do Sul. Durante dois meses foram formados cinco Acampamentos da Seca, reunindo mais de 25 mil agricultores/as.” (MPA, 2006, [s.p.]).

Com dados do ano de 2006, o qual não se alterou significativamente, o MPA está organizado em 18 estados: “Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Ceará, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rondônia, Pará, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Tocantins.” (MPA, 2006, [s.p.]). Destacam-se, em seguida, alguns princípios do movimento que merecem atenção, por sua preocupação com o coletivo e com a dignidade de todos os seres humanos:

- Dignidade e o protagonismo e postura de humildade, de solidariedade e de respeito às diferenças individuais e culturais;
- Organização nacional camponesa, de base, para garantir o direito à terra e às condições de produção;
- Produção de alimentos saudáveis, numa visão agroecológica e pela preservação dos recursos ambientais. (MPA, 2006, [s.p.]).

Também no campo político o MPA propõe-se ao enfrentamento do agronegócio e a exploração dos agricultores pelo modelo agrícola industrial capitalista. Para garantir o enfrentamento, tem orientação na forma de lutar, que acontece na base:

[...] a partir dos grupos de base e sua organização onde é realizada a formação e discutidos as questões de curto, médio e longo prazo. Busca de apoio em todos setores da sociedade dispostos a enfrentar o Neoliberalismo, o Latifúndio, o Agronegócio, os Transgênicos, etc. (MPA, 2006, [s.p.]).

Em seguida, considerações sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

8 Com as conquistas obtidas pelo movimento foram beneficiados indistintamente os agricultores camponeses e os familiares, no entanto, na essência os modelos agrícolas guardam diferenças de prática e de concepção da agricultura, passando pelo uso da terra e o objetivo da produção/productividade.

4.4 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

O Brasil, apesar de sua imensidão territorial, apresenta índices significativos de pessoas sem acesso à terra. Essa situação, ainda latente no País, tem seu início com a chegada dos portugueses, que implantaram aqui o sistema das sesmarias, distribuindo as terras brasileiras para famílias influentes do reino. A partir daí, as formas de concentração, apesar de pequenas diferenças, basicamente se deram pela violência e exclusão das pessoas pobres do acesso à terra. Corroborando com essa visão: “A concentração fundiária marca o Brasil desde 1500. Diversas formas de resistência se manifestaram como os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de Trombas e Formoso, a Guerrilha do Araguaia.” (MST, 2006, [s.p.]). O quadro de violência na disputa pela terra continua fazendo vítima no País, como se observa em estudos recentes:

A manutenção da aliança com o agronegócio acarretou o agravamento da violência vivida pelas comunidades camponesas que lutam por direitos e pela permanência em seus territórios. Os registros parciais da CPT apontam que o Nordeste foi a região em que houve mais ocorrência de conflitos no campo em 2015, representando 35% dos casos em todo o país. Em seguida, veio a região Norte, com 27% das ocorrências, o Centro-Oeste com 17%, o Sudeste com 15% e, finalmente, o Sul do país com 5,5%. (PASSOS; MARQUES, 2016, [s.p.]).

É nesse quadro que a importância do MST aumenta, pois, além de combater a violência no campo, é preciso preocupar-se com o número de famílias acampadas, as quais têm a intenção de ver assegurado o seu direito de ter terra para produzir alimentos e estruturar suas famílias, sendo que o número nessas condições é grande: “[...] tendo em vista que os movimentos sociais indicam o número atual de 120 mil famílias acampadas no país.” (PASSOS; MARQUES, 2016, [s.p.]).

Inicialmente, o MST tem impulso com a criação pela Igreja Católica, no ano de 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Como as demandas eram superiores à capacidade da comissão, os trabalhadores sem-terra, algum tempo depois, organizam um movimento autônomo e independente, para aglutinar os que lutam pela terra, dessa forma: “Em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná.” (MST, 2006, [s.p.]).

Um marco na história do movimento foi o massacre de ativista em ação policial no estado do Pará: “Em 1998, ocorre o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 Sem-Terra foram assassinados pela polícia no Pará.” (MST, 2006, [s.p.]). Com os inúmeros ataques que sofre, o movimento tenta evitar o isolamento – prática patrocinada pelos latifundiários e desenvolvida pela grande mídia, com apoio estatal –, ampliando o seu leque de reivindicações: “Em 1997, o Movimento ‘Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária’ em 17 abril.” (MST, 2006, [s.p.]).

De acordo com as informações de documentos e publicações do MST, é possível identificar a preocupação do movimento com a dignidade, seja na conquista de direitos civis: fazer documentos, registrar os filhos; aprender a ler e escrever e um teto para a família; seja em direitos humanos, com lutas abrangentes e com a

intenção de beneficiar a sociedade brasileira, como um todo, portanto, apelam para a compreensão de que a Reforma Agrária foi uma luta de todos.

Enquanto o movimento avança em reflexões, organização e estruturação interna, preparando lideranças e qualificando seus ativistas, não descuida da luta principal, a conquista da terra, nesse sentido continua a realizar as ocupações:

As ocupações de terras também ganharam força em 2015. Conforme dados parciais da CPT, 34% dos latifúndios ocupados estão localizados na região Nordeste, 26% no Centro-Oeste, 17% no Sudeste, 11,5% no Sul e finalmente 11% no Norte. Os estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e Pernambuco lideraram a lista das ocupações de latifúndios improdutivos. Grande parte dessas foi realizada pelo MST no mês de abril, durante a sua Jornada de caráter nacional, o Abril Vermelho. (PASSOS; MARQUES, 2016, [s.p.]).

Evidentemente que na mesma linha dos demais movimentos da Via Campesina assumem compromissos com a terra, com a qualidade de vida de todas as pessoas. Para isso, desenvolvem a compreensão de que é preciso compreender que: “Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida.” (MST, 2006, [s.p.]). Portanto, diante das pretensões dos movimentos sociais, há a reação dos setores hegemônicos da sociedade brasileira, que não têm a intenção de perder privilégios, portanto, não pretendem abrir espaços para novas conquistas dos excluídos, e um poderoso instrumento que cada vez é utilizado com maior força é o da criminalização dos movimentos sociais, o que será abordado em seguida. Em seguida, as dimensões do enquadramento jurídico/legal para a criminalização dos movimentos sociais.

5 Enquadramentos jurídicos e penalização na criminalização dos ativistas nos movimentos sociais

Para a melhor compreensão do processo de criminalização é indispensável entender o contexto em que ela acontece, portanto, inicia com a pergunta: por que ocorre a criminalização dos movimentos sociais? Ora a criminalização acontece com a intenção de inibir as pretensões dos movimentos sociais que se organizam para garantir ou conquistar direitos, além de denunciar as violações e a violência praticada para manter a hegemonia. Portanto, a criminalização tem caráter de manutenção do poder, pelas forças hegemônicas.

No campo jurídico, poderia se trazer inúmeros doutrinadores contemporâneos para tratar da criminalização dos movimentos sociais, mas a intenção é evitar polemizar e aprofundar as contradições, é por isso que se apresentará algumas narrativas de um jurista histórico, reconhecido no mundo jurídico, como um dos maiores criminalistas da história, Beccaria (1738-1794).

Beccaria propõe, como ideal, que houvesse distribuição equitativa das vantagens entre os membros da sociedade, pois “[...] na realidade concentram-se privilégios em poder de poucos. Assim sendo, somente as leis podem impedir ou pôr fim nestes abusos.” (BECCARIA, 2015, [s.p.]). Talvez por herança dos seus princípios os brasileiros acreditam que tudo se resolve pelas leis, as quais muitas vezes sequer são cumpridas e acabam no

esquecimento se não interessam ao poder. Ao tratar da democracia – em sentido pleno – e da justiça social, a consideração a seguir demonstra a preocupação presente, já naquele tempo:

As sociedades deveriam estar distribuídas de maneira que seus integrantes tivessem os mesmos privilégios, porém os governantes e aqueles que elaboram as leis, pensam em outros problemas que eles julgam ser mais importantes e deixam de lado a desigualdade entre os seres humanos. (BECCARIA, 2015, [s.p.]).

O autor entra também na esfera dos direitos humanos: “[...] vemos poucas sociedades que realmente levam em conta os direitos humanos, sem que precise haver guerras e revoluções para isso acontecer.” (BECCARIA, 2015, [s.p.]).

No entanto, quando ele trata das conquistas sociais – das demandas dos movimentos sociais que servem perfeitamente ao que ocorre atualmente –, sua posição é contundente de que a luta não é fácil e que o escudo utilizado pelos detentores do poder são as leis e sua aplicação:

Sabe-se que os homens não abrem mão de sua liberdade e suas vantagens em troca do bem de outros.

Assim acontece com as leis. Nem sempre elas são criadas para evitar que as injustiças aconteçam, e sim apenas para poder organizar os homens que vivem em bandos. Se a arbitrária interpretação das leis constitui um mal, a sua obscuridade o é igualmente, visto como precisam ser interpretadas.

No entanto, cada dia mais, os que trabalham com leis, teimam em usar termos científicos para falar com as pessoas mais humildes, de maneira que elas sejam cada vez mais dependentes deles. (BECCARIA, 2015, [s.p.]).

Outra situação que merece atenção na discussão em curso é que trata das prisões, isso porque, com a crescente criminalização, diversos ativistas acabam por lá passando algum tempo. Nesse sentido, refletir sobre o papel das prisões – da época –, que parecem ser no Brasil, é importante ao tratar da criminalização de ativistas dos movimentos sociais. Nesse sentido, segundo o autor: “Acredito que a justiça será mais eficaz quando as cadeias deixarem de ser um acúmulo de pessoas, onde inocentes e culpados se misturam. Atualmente a prisão não passa de uma maneira de demonstrar força e poder.” (BECCARIA, 2015, [s.p.]).

5.1 Os mecanismos de criminalização utilizados pelo Estado brasileiro

Para os cidadãos comuns, o Estado representa o último suporte de suas necessidades, imagina que é nele que buscará amparo na falta de saúde, de educação de segurança e de proteção jurídica. No entanto, isso nem sempre é uma realidade, pois como ele é comandado por um sistema de representação e no Brasil, a maioria dos representantes – mesmo eleitos pelos pobres e excluídos – representa os interesses das classes dominantes, essa suposta proteção não se concretiza.

Serão apresentadas algumas considerações acerca dos mecanismos utilizados por cada estrutura institucional do Poder, na tentativa de criminalizar os ativistas dos movimentos sociais. A pretensão não é exaurir o assunto, mas tão somente estabelecer provocações sobre alguns elementos raramente analisados em casos de criminalização. Por motivos didáticos, serão divididos em blocos: Mecanismos políticos; Executivo; Ministério Público; Judiciário; Polícia:

a) os mecanismos políticos da criminalização consistem em: eleger os representantes de interesse para os objetivos pretendidos pelo Poder; garantir bancadas comprometidas com os interesses dominantes; organizar pautas de interesse; selecionar os projetos que devem ser aprovados; flexibilizar as normativas, para adequá-las aos interesses do poder no momento;

b) os mecanismos utilizados pelo Executivo: organização da estrutura de repressão; forma de estruturar os veículos de segurança; dar visibilidade ao que interessa ao poder, desconsiderando abordagens diferenciadas; autorizar atuação seletiva das forças de segurança; fiscalização seletiva de atividades e de pessoas; aplicação de punições administrativas seletivas; penalização dos que exprimem opiniões divergentes;

c) os mecanismos de controle do Ministério Público (mesmo o Ministério Público tendo sido criado para atuar em favor da coletividade isso nem sempre é visualizado, ao contrário): atuação de repressão às manifestações públicas; medidas preventivas a atos públicos dos movimentos; individualização das responsabilidades por mobilizações coletivas; identificação de “responsáveis” pelos atos organizados; denúncia contra os líderes dos movimentos com enquadramento como formação de quadrilha;

d) os mecanismos utilizados pela polícia: violência na abordagem aos ativistas (vistos como inimigos e desordeiros); imposição da força por demonstração de grandes efetivos e brutalidade; agressões físicas, psicológicas e morais; atuação seletiva; muitas vezes provas plantadas; interpretação das ações de mobilização social como criminosas.

A seguir, os “mecanismos de proteção” da cidadania.

5.2 Mecanismos constitucionais protetivos da organização social

Mesmo sabendo do risco em dizer que a Constituição Federal de 1988 apresenta alguns artigos que protege os cidadãos que se propõem a lutar por novos direitos ou mesmo pela garantia dos já existentes, é importante considerar algumas passagens, que em interpretação extensiva podem ser usados favoravelmente, especialmente o artigo 5º.

Iniciando pelo *caput* do referido artigo: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.” (BRASIL, 1988, [s.p.]). A seguir alguns incisos, os quais nem sempre são observados, nos casos em que são punidos ativistas dos movimentos sociais:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente. (BRASIL, 1988, Art. 5º).

Uma simples análise nas situações de violações de direitos humanos ocorridas em atividades dos movimentos sociais é suficiente para constatar que não há efetivamente respeito aos preceitos constitucionais. Um dos enquadramentos “na moda”, pela polícia, respaldado pelo Ministério Público e aceito pelo Judiciário brasileiro é o de crime de formação de quadrilha, talvez por ser esse um dos que permite a aplicação de pena maior, mas não significa que ela aconteça:

Adesão a protestos de rua é espontânea, não há quadrilha, nem associação. [...] Assim, consideramos que a atribuição de supostos atos ilícitos em manifestações a quadrilhas e associações criminosas comandadas por chefes ou líderes não encontra qualquer respaldo nas dezenas de investigações que temos conduzido com novos movimentos sociais. (IRAHETA, 2014, [s.p.]).

Diante dos elementos apresentados, mesmo sabendo da legitimidade das mobilizações, é preciso que os movimentos se organizem no sentido de se autoprotoger, evitando, por exemplo, a identificação de lideranças, atribuindo a responsabilidade ao coletivo. Lembrando que – por enquanto – não existindo a individualização do ato dito criminoso, não há como punir sem provas. No item seguinte algumas considerações sobre a ampliação das possibilidades de criminalização dos ativistas dos movimentos sociais.

6 Um olhar para as novas possibilidades punitivas dos ativistas sociais, com a Lei Antiterror e as mudanças no Código de Trânsito Brasileiro

No “apagar das luzes” do governo Dilma, uma herança pouco desejada pelos movimentos sociais, as quais são representadas principalmente pelas seguintes leis: a Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, que regulamenta a punição e a prática de terrorismo no Brasil, e a Lei n. 13.281, de 4 de maio de 2016, que altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito.

A Lei que trata dos atos de terrorismo no Brasil regulamenta preceito constitucional disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, definindo o que é terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista. No entanto, a presente lei apresenta – como a maioria das leis brasileiras – possibilidades de interpretação dúbia, podendo ser usada para fins diversos do que foi criada, por exemplo:

Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. (BRASIL, 2016a, [s.p.]).

É possível que um grupo, ao realizar manifesto reivindicando creche – a qual é aguardada por mais de uma década – e para isso resolve interromper o trânsito local para chamar a atenção das autoridades, pode perfeitamente ser enquadrado como ato praticante de ato terrorista. Em sentido semelhante, observa-se o §1º, que tipifica os atos de terrorismo, em seu inciso:

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento. (BRASIL, 2016a, [s.p.]).

Outra situação que é vista com cautela, estabelecida no artigo da mesma lei, abre possibilidades de enquadramentos de ativistas dos movimentos sociais:

Art. 6º Receber, prover, oferecer, obter, guardar, manter em depósito, solicitar, investir, de qualquer modo, direta ou indiretamente, recursos, ativos, bens, direitos, valores ou serviços de qualquer natureza, para o planejamento, a preparação ou a execução dos crimes previstos nesta Lei:

Pena - reclusão, de quinze a trinta anos. (BRASIL, 2016a, [s.p.]).

Como já dizia Beccaria, cada vez as leis são feitas impondo dificuldades para ser corretamente interpretada, especialmente das pessoas que não são detentoras das prerrogativas técnicas dos operadores do direito. Também para outros doutrinadores, a legislação, especialmente a brasileira, precisa restringir a aplicação de acordo com o mero livre convencimento do juiz, pois se corre o risco de não ser atingido o objetivo para o qual se propõe determinada lei. Infelizmente, no momento, o Congresso brasileiro – em seu estigma conservador – tem aprovado leis que contrariam a interpretação técnica, repassando ao Judiciário esse papel.

No entanto, preocupa ainda mais a presente lei, quando estabelece poderes extraordinários ao Magistrado e aos agentes como a Polícia e o Ministério Público, para tomar medidas drásticas, contra “suspeitos”, mesmo sem qualquer prova ou julgamento, *in verbis*:

Art. 12. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes de crime previsto nesta Lei, poderá decretar, no curso da investigação ou da ação penal, medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei. (BRASIL, 2016a, [s.p.]).

Outra ameaça aos movimentos sociais diz respeito a também recente alteração do Código de Trânsito, com motivação na greve dos caminhoneiros, expressa pela Medida Provisória n. 699, de 10 de novembro de 2015, convertida na Lei n. 13.281, de 4 de maio de 2016:

Art. 253-A. Usar qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (vinte vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida administrativa - remoção do veículo.

§ 1º Aplica-se a multa agravada em 60 (sessenta) vezes aos organizadores da conduta prevista no caput.

§ 2º Aplica-se em dobro a multa em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses.

§ 3º As penalidades são aplicáveis a pessoas físicas ou jurídicas que incorram na infração, devendo a autoridade com circunscrição sobre a via restabelecer de imediato, se possível, as condições de normalidade para a circulação na via. (BRASIL, 2016b, [s.p.]).

Isso atinge toda e qualquer forma de organização de manifestações públicas de maior alcance, que tratam, por exemplo, do fechamento de vias públicas ou de pontes. Com isso, ficam praticamente impossíveis as mobilizações de rua no País, conferindo poderes à polícia, para atuar com rigor no “cumprimento da lei”; ao Ministério Público enquadrar como perturbação da paz e do sossego público; e ao juiz punir, sem qualquer preocupação ética ou moral, pois está solidamente ancorado na legislação.

É indispensável observar o §3º do artigo em questão, o qual estabelece que a autoridade local deve “restabelecer de imediato” a normalidade da via pública. Em outras palavras, abre caminho para o uso deliberado da força e qualquer outro instrumento para cumprir a determinação legal. Porém, a maior “inovação” apresentada pela alteração do Código de Trânsito Brasileiro é a que pune o pedestre que adentrar na via pública, sem o motivo de atravessá-la.

Como a compreensão da força policial é de que o referido Código não é um instrumento educativo, mas punitivo – talvez em decorrência das inúmeras possibilidades de punições contidas no mesmo –, é possível

9 Termo utilizado no sentido provocatório, tendo em vista a ameaça real aos movimentos sociais, ferindo inclusive os preceitos constitucionais da livre articulação pacífica entre as pessoas.

imaginar que o agente, ao perceber qualquer “movimentação anormal”, tomará as medidas necessárias para restabelecer a ordem pública. A conduta em discussão assim prescreve:

Art. 254. É proibido ao pedestre:

- I - permanecer ou andar nas pistas de rolamento, exceto para cruzá-las onde for permitido;
 - II - cruzar pistas de rolamento nos viadutos, pontes, ou túneis, salvo onde exista permissão;
 - III - atravessar a via dentro das áreas de cruzamento, salvo quando houver sinalização para esse fim;
 - IV - utilizar-se da via em agrupamentos capazes de perturbar o trânsito, ou para a prática de qualquer folguedo, esporte, desfiles e similares, salvo em casos especiais e com a devida licença da autoridade competente;
 - V - andar fora da faixa própria, passarela, passagem aérea ou subterrânea;
 - VI - desobedecer à sinalização de trânsito específica;
- Infração - leve;
Penalidade - multa, em 50% (cinquenta por cento) do valor da infração de natureza leve.
(BRASIL, 2016b, [s.p.]).

É necessário atentar para o termo utilizado no seu *caput*, “é proibido”, portanto estabelece as proibições aos pedestres, para, a seguir, prescrever a penalidade aplicável, diferentemente de todas as outras infrações de trânsito, que adotam uma metodologia da ação. Portanto, no Art. 254, presume-se que a pessoa já praticou o comportamento infracional, por isso a penalidade é prevista na forma de quem já praticou o ato de maneira irregular, pelo qual merece ser punido. Dessa forma, fica facilitada a ação repressiva e amplia as possibilidades de criminalização dos atos reivindicatórios.

7 Considerações finais

Mesmo com breves reflexões, é possível dimensionar o quanto os movimentos sociais no Brasil são criminalizados, em duas dimensões, a primeira da forma de repressão com violência, especialmente pela polícia, situação que vem tomando rumos cada vez mais preocupantes na atual conjuntura política do País. De outra banda está o aparato legal/jurídico, que se encarrega, ao mesmo tempo, de proteger as ações violentas contra ativistas dos movimentos sociais e aplicar-lhes medidas punitivas, de forma exemplar.

Em um país como o Brasil, que figura entre os últimos colocados na distribuição da renda, a repressão ao movimento social, especialmente com a criminalização de suas lideranças, prescreve um futuro de poucas possibilidades de reversão do quadro de disparidades, na renda, na terra, nas relações de gênero e outras, mas isso não significa desânimo para os ativistas, que continuam na luta.

Por sua vez, buscou-se nesse ensaio demonstrar o comprometimento dos movimentos sociais com as causas coletivas, visando benefícios não apenas para os que se identificam com a causa, mas para toda a sociedade.

Também se tentou explicar como ocorrem as ações de criminalização, de forma a aparentar legalidade nos atos praticados, pelas diversas esferas do poder. Assim, constata-se uma sequência de ações, por cada uma delas, que ao final fecham o ciclo da punição de ativistas que se levantam contra as injustiças.

Ainda foram apresentados os novos elementos de criminalização dos movimentos sociais, decorrentes das mais recentes legislações aprovadas no Legislativo e sancionadas pelo Executivo, especialmente a Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, a qual trata da regulamentação dos crimes de terrorismo no País, e a Lei n. 13.281, de 4 de maio de 2016, a qual pune a interrupção de vias públicas, por veículos ou pessoas.

Por todo o exposto, é perceptível que o Estado brasileiro preocupa-se mais com as questões do capital, de cunho patrimonial, do que com as condições de vida das pessoas excluídas, as quais são forçadas a buscarem seus direitos através dos movimentos sociais. Também fica evidente o processo de violência sofrido pelos ativistas dos movimentos sociais e a criação permanente de instrumentos legais, que impeçam ou dificultem as manifestações públicas de denúncias, de reivindicatórias ou de conquistas de novos direitos.

Referências

BECCARIA. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, que regulamenta a punição a prática de terrorismo no Brasil**. Brasília, 2016a.

_____. **Lei n. 13.281, de 4 de maio de 2016, que altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito**. Brasília, 2016b.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Pensamento Crítico, n. 63).

IRAHETA, Diego. **Criminalização dos movimentos sociais**: pesquisadores defendem que protestos de rua não têm formação de quadrilha. 15 jul. 2014. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2014/07/15/protesto-crime_n_5589269.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **História**. 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16420>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas. **História**. 2006. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. **História**. 2006. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=52>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **História**. 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historico/congresso21.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

PASSOS, Cristiane; MARQUES, Elvis. **Balanco da questão agrária no Brasil em 2015**. 2016. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3044-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2015>>. Acesso em: 16 out. 2016.

AINDA EXISTEM LATIFÚNDIOS NO BRASIL? E EM SANTA CATARINA? UMA ANÁLISE DO ESPAÇO AGRÁRIO CATARINENSE

Alcione Talaska¹

Resumo

Considerando a legislação agrária brasileira dos últimos cinquenta anos, este artigo apresenta resultados da análise e interpretação dos conceitos e tipologias utilizados para a caracterização e compreensão da conformação do espaço agrário brasileiro. Apresenta-se, inicialmente, um breve resgate histórico do surgimento da questão agrária no Brasil. Em seguida é realizada a descrição dos conceitos interpretativos da estrutura agrária e fundiária presentes na legislação agrária do País, atentando para a supressão do conceito de latifúndio dos documentos oficiais e da legislação agrária do País e para a criação dos conceitos de pequena propriedade, de média propriedade, de propriedade produtiva. Nesse contexto, o debate centra-se em torno da categoria latifúndio, que, segundo o Estatuto da Terra de 1964, deveria ser extinto gradualmente do território brasileiro, fato que acabou acontecendo, eficientemente, no texto das leis, cunhadas por interesses de classe, mas, que, comprovadamente, se mostram persistentes na realidade agrária brasileira e, inclusive, na catarinense.

Palavras-chave: Conceitos. Legislação agrária. Estrutura agrária. Brasil. Santa Catarina.

1 Introdução

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil é permeado por contradições que revelam a problemática da questão agrária brasileira. Estas contradições são expressas através da histórica concentração fundiária, da insistência dos agricultores familiares em permanecerem no campo, da luta dos movimentos socioterritoriais para acessarem a “terra de trabalho”, da territorialização do monopólio e da monopolização do território. E se manifestam, tanto nos minifúndios, nas pequenas, médias e grandes propriedades, quanto “nos latifúndios, no agronegócio e nas commodities; nas teses, livros e relatórios” (FERNANDES, 2004, p. 4).

1 Geógrafo pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Doutor em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Docente e pesquisador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Diversidades e Especificidades Regionais (GEDER). Menção Honrosa do Prêmio CAPES de Teses – Edição 2016. *E-mail:* <talaska.alcione@gmail.com>.

Nesse contexto, estudos e produções científicas procuram contribuir para o descortinamento da essência dos problemas agrários brasileiros, evidenciando que a desigualdade, a conflitualidade e as contradições estão presentes, com diferentes intensidades, em todo o território nacional. Essa diversidade de situações, característica do processo de conformação do espaço agrário brasileiro, possui, enquanto similaridade, a prevalência de uma legislação que incide sobre todo o território nacional, sobre todas as propriedades rurais, independentemente, de seus usos produtivos e suas dimensões de área.

O Estatuto da Terra de 1964, nesse particular, foi a legislação que, pela primeira vez na história do País, apresentou expressamente uma tipologia para a categorização dos diferentes tipos de propriedades rurais no Brasil e, do mesmo modo, determinou regras para a realização da reforma agrária no país.

Contudo, atualmente, verifica-se que muitos desses conceitos deixaram de ser utilizados e praticamente foram suprimidos nos documentos oficiais e na legislação brasileira que trata do campo. Assim, nesse contexto, procuramos realizar um resgate teórico-normativo dos conceitos e tipologias utilizados pelo governo brasileiro, desde 1964 até os dias atuais, descrevendo-os, de modo, a interpretarmos as modificações ocorridas no sistema de conceitos interpretativos da estrutura agrária e fundiária brasileira e, conseqüente, confrontando-os com a realidade agrária brasileira, expressa pelas estatísticas oficiais atuais, nesse limiar, considerando, exclusivamente, a categoria “latifúndio”.

Desta maneira, apresentamos, inicialmente, um breve resgate histórico do surgimento da questão agrária no Brasil, procurando demonstrar, em linhas gerais, fatos históricos que contribuíram para que o Estatuto da Terra fosse elaborado. Na sequência, realizamos, então, a descrição dos conceitos interpretativos da estrutura agrária e fundiária presentes na legislação agrária brasileira, de modo a estabelecermos a identificação dos conceitos e das tipologias presentes no Estatuto da Terra de 1964, na Constituição Federal de 1988, na Lei Agrária de 1993.

Por fim, destacamos a supressão do conceito de latifúndio da legislação brasileira e realizamos um exercício, embasado em estatísticas oficiais, disponibilizadas pelo Incra, no intuito de verificarmos, se, de fato, ainda existem latifúndios na realidade agrária brasileira, e especialmente, na realidade agrária catarinense.

2 Do surgimento da questão agrária no Brasil ao Estatuto da Terra de 1964: breve resgate histórico

A concentração fundiária e a desigualdade social são características históricas que marcam a forma de organização da sociedade brasileira. A origem dessa configuração remete ao processo de apropriação e de colonização do território brasileiro por Portugal, através da instauração das capitanias hereditárias, do regime fundiário das sesmarias e do processo de exploração das riquezas naturais e de monocultivos para exportação. Ao longo do século XIX, com os movimentos de posse como prática de apropriação privada da terra (1822-1850), com a transformação da terra em mercadoria (Lei de Terras de 1850) e com abolição do tráfico de escravos (1854) e, propriamente, com o fim da escravatura (1888), tem-se demarcado os princípios da chamada questão agrária no Brasil.

A questão agrária é, assim, um desdobramento do modo como foi resolvida a questão do trabalho escravo no Brasil (MARTINS, 2000). Isso porque, segundo o autor, após a terra ser transformada em mercadoria, a abolição da escravatura abriu caminho para o trabalho livre, mas, simultaneamente, ampliou o problema da posse da terra. Com a abolição, uma multidão de ex-escravos (como também parcelas de imigrantes pobres que chegavam ao Brasil para trabalharem nas grandes lavouras) foi obrigada, por não possuir alternativa para sobrevivência, a: i) sujeitar sua força de trabalho aos proprietários de terra, gerando, dessa maneira, formas intermediárias, servis, semisservis, de sujeição do trabalho livre ao capital; ou, ainda, a ii) ocupar áreas de terras marginais, que não interessavam, momentaneamente, ao capital.

Com a Proclamação da República em 1889 e a Constituição Federal de 1891, as terras públicas (devolutas) e as questões de disputas por terras, até a última década do século XIX sob responsabilidade da monarquia, foram transmitidas para a competência dos governos estaduais, que passaram a vender ou distribuir as terras devolutas de acordo com seus interesses políticos e econômicos. Durante esse processo, muitas dessas terras já estavam ocupadas por posseiros, que passaram, então, a serem expulsos, despejados das terras, em virtude dos projetos estaduais de ocupação.

Martins (1995, p. 67), ao analisar os movimentos camponeses no Brasil, descreveu que “[...] entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país.” Esse quadro de conflitos e resistência dos camponeses fez surgir mobilizações sociais de camponeses – com destaque para o “Movimento dos Agricultores Sem Terra” no Rio Grande do Sul (1950) e as “Ligas Camponesas” no Nordeste (1955) –, contribuindo para que os debates em torno da concretização de medidas expressivas para a efetivação de uma distribuição mais equitativa da propriedade da terra se disseminasse pelo País, tornando a questão dos camponeses uma questão nacional.

2.1 O golpe militar e o Estatuto da Terra de 1964

Ao tornar a questão nacional, esses movimentos sociais fizeram a luta pela terra adquirir um caráter fortemente político, o que ampliava a pressão para que o governo federal promulgasse leis que visassem solucionar os urgentes problemas do campo. Esse quadro, aliado à “posição de alguns governadores [...] em favor da aplicação das leis agrárias”, induziram “as forças mais reacionárias e mais comprometidas com o latifúndio” juntamente com a “classe média mais conservadora e a grandes setores das forças armadas”, a desfecharem o golpe militar de 31 de março de 1964, “destituindo o governo constituído e freando os movimentos populares” (ANDRADE, 2001, p. 10).

Os militares, ao assumirem o governo, promulgaram o Estatuto da Terra, por meio da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, apresentando-o como instrumento capaz de realizar a reforma agrária, acalmando, desse modo, os movimentos sociais de luta pela terra.

Para José de Souza Martins, o debate e aprovação do Estatuto da Terra foram extremamente rápidos. O tema da questão da propriedade da terra, com ênfase na reforma agrária, tomou forma nos debates do Congresso Nacional, de modo que o Estatuto da Terra fosse rapidamente aprovado, justamente “[...] pelas

mesmas forças políticas que [...] haviam levantado todo tipo de empecilho a qualquer medida de reforma agrária.” (MARTINS, 1995, p. 94).

Isso significa que, tendo o golpe militar acontecido por contribuição, intervenção e ação da classe dos proprietários de terra, o regime militar objetivou produzir “[...] uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar, ao mesmo tempo, o apoio do grande capital, inclusive o apoio do grande capital multinacional.” (MARTINS, 1999, p. 78). Dessa forma, a proposta de reforma agrária abrandou os movimentos de camponeses que visavam a realização de uma reforma agrária radical, postergando, assim, a essência do problema agrário brasileiro, uma vez que as desapropriações de terras seriam feitas somente nos casos de tensões sociais. O Estatuto da Terra regulamentou, portanto, “[...] uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se [tornasse] tenso, oferecendo riscos políticos.” (MARTINS, 1995, p. 96).

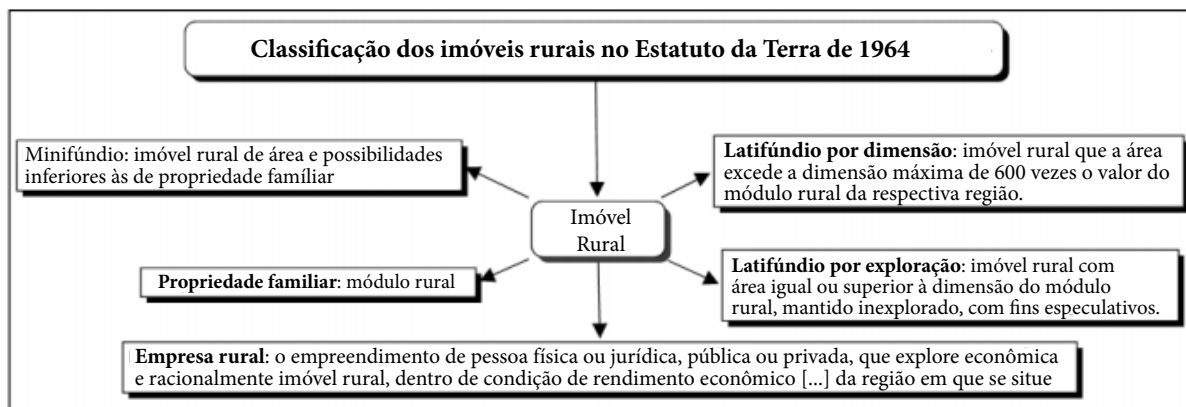
Contudo, convém ressaltarmos que o texto do Estatuto da Terra contemplou pela primeira vez na história jurídica brasileira, de forma específica, as regras para a política governamental de reforma agrária no Brasil. O que significa dizer que, a partir dessa normatização oficial, foram originados conceitos e determinações que estiveram e estão presentes nos documentos oficiais e na produção científica sobre o espaço agrário brasileiro.

3 Os conceitos interpretativos da estrutura agrária e fundiária presentes na Legislação Brasileira

3.1 O Estatuto da Terra – Lei n. 4.504/1964

O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), mesmo não trazendo resultados práticos expressivos na redução da concentração fundiária no Brasil, trouxe uma série de contribuições importantes para a interpretação da estrutura agrária e fundiária do País. Estas contribuições podem ser verificadas e são representadas pela construção do sistema de conceitos apresentado em seu texto (Figura 1).

Figura 1 – Classificação dos imóveis rurais no Estatuto da Terra de 1964



Fonte: elaboração do autor (2015), a partir de Brasil (1964).

Entre os conceitos trazidos pelo Estatuto da Terra está a definição de *imóvel rural*. O imóvel rural, considerado um conceito referência para as demais definições, é conceituado como todo “[...] prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.” (BRASIL, 1964, Art. 4º, § 1º).

A partir desta definição, o Estatuto da Terra classifica os imóveis rurais como minifúndio, propriedade familiar e latifúndio (por dimensão e por exploração), evidenciando, também, a conceituação de empresa rural.

A *propriedade familiar* é definida no Artigo 4º, inciso II, do Estatuto da Terra, sendo conceituada como a área de terra explorada economicamente, direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família (eventualmente com a ajuda de terceiros), que absorva toda a força de trabalho e que promova o desenvolvimento socioeconômico do referido grupo familiar, numa área máxima fixada na região, o *módulo rural*². Assim, segundo o Estatuto da Terra, a propriedade familiar é o próprio módulo rural, que é uma medida de área que expressa a área mínima necessária para promover a subsistência do trabalhador rural, ou seja, o módulo rural expressa fatores como qualidade da terra, clima, cultura e tamanho da família na definição, em cada região, da área ideal que responda ao mínimo necessário para garantir sustento e desenvolvimento da propriedade familiar.

A partir da conceituação da propriedade familiar, o Estatuto da Terra (em seu Artigo 4º, inciso IV) caracteriza o *minifúndio*. Este é conceituado como sendo todo o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar, ou seja, o minifúndio é o imóvel rural de área inferior à unidade econômica básica para determinada região e tipo de exploração. É caracterizado por ser um imóvel rural de área extremamente pequena que não possibilita a manutenção de uma propriedade familiar, possui, pois, dimensão inferior ao necessário para o desenvolvimento social e econômico do proprietário e de sua família.

De acordo com o Estatuto da Terra (Artigo 4º, inciso V), o imóvel rural pode ser ainda considerado como latifúndio e em duas situações: i) a primeira, sendo considerado *latifúndio por dimensão*, quando sua área exceder a dimensão máxima de seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural ou ainda a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva região; e ii) a segunda, sendo considerado *latifúndio por exploração*, quando sua área não exceder o limite referido na primeira situação, mas apresentar área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos. Assim, pode ser considerado latifúndio, de acordo com a Lei n. 4.504/1964, o imóvel rural, com área igual ou superior ao módulo rural, que é inexplorado ou explorado de forma inadequada e insuficiente, ou ainda porque possui grande dimensão de área, a ponto de ser incompatível com a distribuição justa da terra na região onde se situa.

Importante destacar que em seu Art. 16, o Estatuto da Terra afirma que, tanto os minifúndios, quanto os latifúndios devem ser gradualmente extintos do território brasileiro, por não serem compatíveis com o modelo agrícola pensado para o desenvolvimento do País naquele contexto histórico, político e econômico.

2 O módulo rural tem a finalidade, no Estatuto da Terra, de “[...] estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico”. (BRASIL, 1964, Art. 11º).

Outra definição importante apresentada no Estatuto da Terra é a de *empresa rural*. A empresa rural é definida no Artigo 4º, inciso VI, do Estatuto da Terra, como “[...] o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico [...] da região em que se situe.” A empresa rural pressupõe a existência de uma estrutura organizada no sentido da produção, onde haja o aproveitamento da terra, do trabalho e do capital investido no imóvel rural. Trata-se, portanto, de uma unidade de produção mais ampla que a da propriedade familiar, é entendida como empreendimento econômico que explora atividades agrárias mediante a força de trabalho de terceiros e com o objetivo fundamental de lucro, através da venda da produção.

Acertadamente, o sistema de conceitos interpretativo da estrutura agrária e fundiária presente no texto do Estatuto da Terra se configura enquanto uma tipologia construída para englobar e caracterizar a totalidade das propriedades rurais existentes no Brasil. Ao buscar interpretar a conformação da estrutura fundiária em sua totalidade, tornando nítidas suas diferentes características na composição das estatísticas cadastrais oficiais, o Estatuto da Terra, por meio de seus conceitos normatizados, revelou, por exemplo, a existência de latifúndios e de minifúndios, um par contraditório e dialético, que expressa pressupostos importantes para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, no Brasil.

3.2 A Constituição Federal de 1988 e a Lei Agrária de 1993

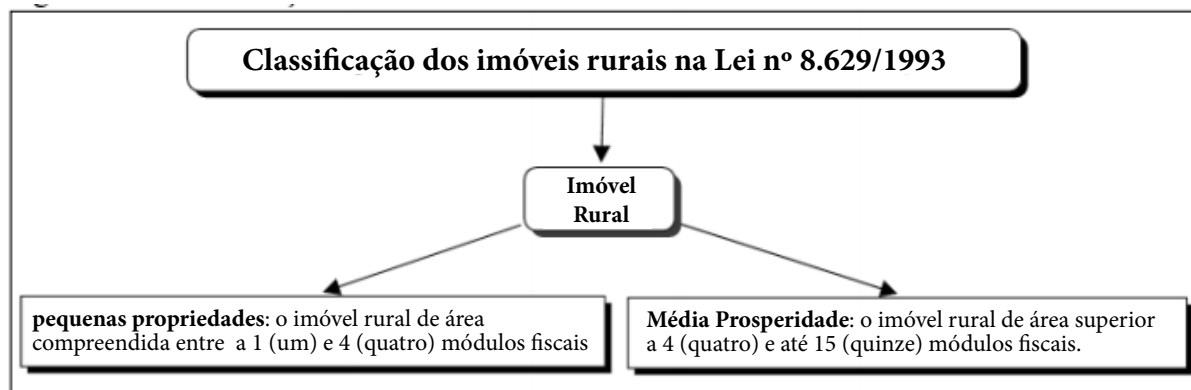
Com os debates e embates realizados durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), que originou a Constituição Federal de 1988, o sistema de conceitos para a interpretação da estrutura agrária e fundiária do país sofreu alterações. Alguns conceitos e definições elaborados na década de 1960 – e utilizados pelo poder público por mais de vinte anos – acabaram sendo substituídos ou simplesmente não mais utilizados. O novo texto constitucional passou a utilizar novas terminologias, deixando de utilizar ou não mais se referindo a conceitos e definições trazidas no Estatuto da Terra, tal como os conceitos de módulo rural, minifúndio e latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar do agrário brasileiro, não definiu conceitos para as formas de categorização dos imóveis rurais, apenas explicitou a existência da *pequena* e da *média propriedade rural*, como também da *propriedade produtiva*. A tarefa de definir e/ou caracterizar os conceitos ficou a cargo da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, a ser realizado pela Lei Agrária.

A Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, após embates entre progressistas e contrarreformistas³, regulamentou, então, os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal de 1988 (Figura 2).

3 Sobre os embates que resultaram, tanto na definição do texto constitucional de 1988, quanto na regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, especialmente, com referência à conformação do contexto histórico, político e econômico que definiu o processo de construção/desconstrução/reconstrução do sistema de conceitos interpretativos da realidade agrária brasileira, sobre os sujeitos/atores, sobre os fatos, características e interesses que marcaram a construção e a extinção normativa de determinados conceitos, ver: Talaska (2015).

Figura 2 – Classificação dos imóveis rurais na Lei n. 8.629/1993



Fonte: elaboração do autor (2015), a partir de Brasil (1993).

Nesta Lei, a conceituação de *imóvel rural* permaneceu praticamente idêntica à definição originária do Estatuto da Terra. A partir da definição de imóvel rural, a Lei Agrária conceituou, nos incisos II e III do seu Art. 4º, o que é pequena e média propriedade. A *pequena propriedade* ficou definida como sendo o imóvel rural com dimensão de área entre um e quatro módulos fiscais, enquanto a *média propriedade* teria dimensão de área entre quatro e 15 módulos fiscais.

Note-se, esta classificação foi realizada considerando o *módulo fiscal*, que segundo o INCRA (2013), é uma unidade de medida expressa em hectares (ha), fixada para cada município brasileiro, considerando: (i) o tipo de exploração predominante no município; (ii) a renda obtida com a exploração predominante; (iii) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e (iv) o conceito de propriedade familiar.

Da mesma forma, em seu Art.6º, parágrafos 1º e 2º, a Lei n. 8.629/1993 conceitua a *propriedade produtiva*, como sendo aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

O GUT, segundo o Incra (2010), é o parâmetro utilizado para medir a efetiva utilização da área aproveitável total do imóvel rural, sendo obtido a partir da relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel. Para uma propriedade ser considerada produtiva, neste quesito, precisa apresentar GUT superior a 80%. No entanto, ela precisa atingir também o GEE, que é o parâmetro utilizado para aferir a eficiência na exploração da área efetivamente utilizada do imóvel rural, sendo obtido a partir da relação entre a área equivalente e a área efetivamente utilizada do imóvel rural, igual ou superior a 100%.

Verifica-se, nesse contexto, que os elementos que compõem o conceito de propriedade produtiva na Lei Agrária estão profundamente relacionados a aspectos econômicos, não existindo referência que relacione ao cumprimento da função social da propriedade da terra, tal como estabelece o Artigo 186 da Constituição Federal.

4 Mas, e aí? Ainda existem latifúndios na realidade agrária brasileira?

Conforme verificado nas seções anteriores, o Estatuto da Terra normatizou conceitos que integraram uma tipologia que possibilitava a análise do espaço agrário brasileiro de forma global. Estavam presentes a definição de imóvel rural e módulo fiscal, como conceitos referência para a classificação das propriedades em: *minifúndios*, *propriedades familiares*, *latifúndios por exploração*, *latifúndios por dimensão* e *empresas rurais*.

Com as discussões na Assembleia Nacional Constituinte e a construção da Nova Constituição Federal de 1988, os conceitos interpretativos que orientam os institutos e os órgãos oficiais brasileiros no processo de caracterização das propriedades rurais no Brasil e, conseqüentemente, na composição das estatísticas cadastrais que informam sobre a estrutura agrária e fundiária do País, passaram a serem compostos, apenas, pela *Pequena Propriedade e Média Propriedade* e a *Propriedade Produtiva*, normatizados pela Lei Agrária de 1993.

O Incra, contudo, após a sanção da Lei Agrária, visando corrigir, minimamente, a distorção causada pela desconstrução do sistema de conceitos, criados pelo Estatuto da Terra e utilizados até então para analisar a estrutura agrária e fundiária do País, passou a disponibilizar suas estatísticas cadastrais, mediante a utilização das seguintes categorias: *Minifúndios* (definida no Estatuto da Terra), *Pequena e Média Propriedade* (definidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Agrária de 1993), *Grande Propriedade*⁴ (categoria criada pelo Incra para não mais utilizar o termo “Latifúndio”) e *Propriedade Produtiva* (definida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Agrária de 1993).

Assim, o que se verifica desse processo é que a categoria “Latifúndio” foi suprimida dos documentos oficiais e da legislação brasileira. Mas, em uma análise crítica, podemos nos questionar: *Será que os latifúndios foram realmente extintos da realidade agrária brasileira?*

Para responder esse questionamento, buscamos realizar um exercício no qual nos propusemos a utilizar as estatísticas cadastrais disponibilizadas pelo Incra em 2014, aplicando hipoteticamente os critérios que definiam os latifúndios no Estatuto da Terra de 1964.

Inicialmente, convém destacar que em relação à categoria e entendimento do conceito de latifúndio, embora existam autores⁵ que utilizam critérios mais genéricos para caracterizá-los no Brasil, compreendemos que a melhor definição é aquela normatizada em lei, mesmo que já tenha sido revogada. Assim, lembrando os critérios dispostos no Estatuto da Terra, existiam dois tipos de latifúndios: o latifúndio por dimensão e o latifúndio por exploração.

Nesse sentido, no primeiro caso, os latifúndios por dimensão eram aqueles imóveis rurais que tivessem área que excedesse, no mínimo, um de dois parâmetros: i) a dimensão máxima de seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural na região; e/ou ii) a área média dos imóveis rurais na região. Para o atendimento do primeiro parâmetro, consideramos como latifúndios os imóveis rurais que suas áreas excedessem seiscentas

4 A Grande Propriedade, categoria criada pelo Incra, englobava todos os imóveis rurais com mais de 15 módulos fiscais.

5 Os latifúndios, em especial quando considerados em seu aspecto dimensional, aparecem em algumas publicações como sinônimos de grandes propriedades (ERTHAL, 2000; ALMEIDA, 2004), e, principalmente, como expressão qualitativa atribuída aos imóveis rurais “com mais de 1.000 ha” (ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009; CAMACHO, 2011; entre outros).

vezes o valor do módulo fiscal dos municípios, agregando-os em microrregiões⁶. Para efeito de revisão metodológica e possibilidade prática de tal aplicação, consultamos o Incra sobre a possibilidade da utilização dos módulos fiscais para a definição hipotética dos latifúndios por dimensão na atualidade, a resposta do instituto revelou que algebricamente o pressuposto é coerente⁷.

Para o atendimento ao segundo parâmetro da caracterização dos latifúndios por dimensão, calculamos a área média dos imóveis rurais em cada microrregião geográfica definida pelo IBGE, dividindo a área ocupada com imóveis rurais pelo número de imóveis rurais existentes nas microrregiões. Posteriormente, identificamos os imóveis rurais que excederam seiscentas vezes o valor da área média dos imóveis em cada microrregião⁸.

Desse modo, aplicando esses critérios às estatísticas cadastrais de 2014, mesmo que o Incra refute esse critério, quer do ponto de vista qualitativo ou aspecto quantitativo, revelamos a existência de 182 latifúndios por dimensão no Brasil, cujas áreas ocupadas totalizam 12.845.381,8 hectares. Ou seja, a área ocupada por esses latifúndios é superior a área territorial do estado de Pernambuco (9.814.911,9 ha), ou de Santa Catarina (9.573.397,8 ha), ou ainda, conjuntamente, dos estados do Espírito Santo (4.609.692,50 ha), do Rio de Janeiro (4.377.795,40 ha), de Alagoas (2.777.499,30 ha) e do Distrito Federal (577.999,90 ha).

Assim, o número e localização dos latifúndios por dimensão no território brasileiro indicam que eles estão proporcionalmente concentrados no estado de São Paulo, que mesmo ocupando apenas 2,9% do território nacional, concentra 13,2% dos latifúndios por dimensão. Do mesmo modo, Brasília, capital nacional, sede do governo federal, arena central dos embates e debates que levaram à mudança no sistema de conceitos interpretativos da realidade agrária brasileira, concentra, sozinha, 6,6% dos latifúndios por dimensão identificados no Brasil.

No segundo caso, o Estatuto da Terra, especificou os latifúndios por exploração como sendo aqueles imóveis rurais com dimensão superior ao módulo de propriedade rural (módulo fiscal), mantidos inexplorados em relação às suas possibilidades físicas, econômicas e sociais, com fins especulativos. Ou seja, os latifúndios

6 A utilização do módulo fiscal e não do módulo médio da propriedade rural, como disposto no Estatuto da Terra, considera o pressuposto indicado em Talaska (2015), que explicita que o módulo fiscal nada mais é do que a mediana do valor dos módulos rurais dos municípios.

7 O Instituto informou: “[...] acerca da aplicação do conceito de módulo fiscal – MF com vistas a quantificar o que poderia ser denominado hoje como ‘latifúndio por dimensão’ esclareça-se que tal classificação, com o advento da Lei n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, foi revogada, passando a vigorar os conceitos de pequena e média propriedades rurais. Nesse sentido, ainda que algebricamente o exemplo citado no questionamento em tela seja, a princípio, coerente, não se vê sentido na delimitação deste universo de imóveis rurais, quer sob o sentido quantitativo, quer sob o aspecto qualitativo.” (INCRA, 2014b).

8 Esse parâmetro, no entanto, pode revelar um número menor de latifúndios do que os existentes na realidade agrária brasileira. Isso, pois, a identificação dos latifúndios, considerando a média de área dos imóveis na microrregião, foi realizada com base nas classes de área disponibilizadas pelo Incra (Mais de 0 a menos de 1; 1 a menos de 2; 2 a menos de 5; 5 a menos de 10; 10 a menos de 25; 25 a menos de 50; 50 a menos de 100; 100 a menos de 250; 250 a menos de 500; 500 a menos de 1000; 1.000 a menos de 2.000; 2.000 a menos de 2.500; 2.500 a menos de 5.000; 5.000 a menos de 10.000; 10.000 a menos de 20.000; 20.000 a menos de 50.000; 50.000 a menos de 100.000 e 100.000 e mais). O pressuposto ideal seria consultar diretamente no cadastro do INCRA, identificando os imóveis rurais que excedessem o valor exato da área média dos imóveis rurais em cada microrregião, por exemplo, os imóveis com área superior a 81.000 hectares (135 ha x 600 = 81.000 ha).

por exploração eram aqueles imóveis rurais, com área superior ao módulo fiscal, mantidos deficientes ou inadequadamente explorados em razão dos padrões de produtividade da época.

Para a identificação desses imóveis rurais na atualidade, consideramos latifúndios por exploração os imóveis que não se enquadram no conceito de propriedade produtiva, segundo as estatísticas cadastrais disponibilizadas pelo Incra em 2014. Isso se justifica pelo fato de que, à medida que, os imóveis rurais não são considerados produtivos, eles são explorados inadequadamente e, portanto, não atingem o padrão de produtividade definido pelo órgão oficial competente, não cumprindo a sua função social e configurando-se como imóveis rurais com fins especulativos, que funcionam “[...] ora reserva de valor, ora como reserva patrimonial [...], como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais [...]” (OLIVEIRA, 2001, p. 187), ampliando, dessa forma, a concentração fundiária no Brasil e seus problemas decorrentes.

Assim, com base nas estatísticas oficiais do Incra, de 30 de junho de 2014, sob titularidade particular, existiriam no Brasil 794.351 imóveis rurais (13,78% do número total de imóveis) que poderiam ser categorizados como latifúndios por exploração. Essas propriedades improdutivas totalizariam algo em torno de 250 milhões hectares, mais de 48% do total da área ocupada pelos imóveis rurais, sob titularidade particular, no Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: Pequenas, médias e grandes propriedades improdutivas, sob titularidade particular (2014)

Categoria	Qt. imóveis	Área total (ha)	% Qt. imóveis em relação ao total de imóveis do Brasil	% Qt. área em relação ao total de área ocupada pelos imóveis do Brasil
Pequena propriedade improdutiva	521.431	38.183.973,29	9,04%	7,32%
Média propriedade improdutiva	208.411	69.059.002,68	3,61%	13,23%
Grande propriedade improdutiva (latifúndios por exploração)	64.509	143.812.583,82	1,12%	27,56%
Total propriedades improdutivas	794.351	251.055.559,79	13,78%	48,11%
Total imóveis rurais Brasil	5.766.542	521.837.118,99	100%	100%

Fonte: elaboração do autor (2015), a partir de Incra (2014a).

Note-se que os critérios do Estatuto da Terra incluíam as pequenas, médias e grandes propriedades improdutivas nas definições de latifúndio por exploração. Entretanto, considerando somente as grandes propriedades, já que a Constituição Federal de 1988 deixou claro que as pequenas e médias propriedades são insuscetíveis à desapropriação para fins de reforma agrária (Art. 185), teríamos 64.509 imóveis rurais qualificados como latifúndios por exploração no Brasil, pouco mais de 1% do total dos imóveis rurais existentes,

mas que ocupam mais de $\frac{1}{4}$ (um quarto ou 25%) do total das terras ocupadas pelos imóveis rurais no Brasil em 2014.

Em números absolutos, esses latifúndios por exploração, especificamente grandes propriedades improdutivas, detém o domínio de 143.812.583,82 ha dos 521.837.118,99 hectares ocupados pelos imóveis rurais no Brasil e declarados ao Incra, o que representa 27,56% em números percentuais. Esse montante de área impressiona ainda mais se considerarmos que representa 16,89% do total da superfície territorial brasileira, ou ainda, praticamente, toda a região Sul e Sudeste do País.

4.1 E na realidade agrária de Santa Catarina, existem Latifúndios?

O estado de Santa Catarina, no ano de 2014, possuía 363.555 imóveis rurais, sob titularidade particular, que ocupavam uma área total de 8.972.836,65 ha, perfazendo uma área média por imóvel rural de 24,68 ha.

Aplicando-se a estes imóveis rurais o mesmo procedimento de verificação da existência de latifúndios, tal como aplicado para a análise da realidade agrária brasileira (TALASKA, 2015), verificamos que a incidência dos imóveis rurais que se enquadrariam como latifúndios por dimensão ou como latifúndios por exploração no estado de Santa Catarina não pode ser desprezada. Conforme tabela 2, existem no território catarinense, 1.721 latifúndios, que ocupam 1.005.584,33 ha, ou seja, 11,21% de toda a área ocupada pelos imóveis rurais no estado.

Tabela 2 – Latifúndios por dimensão e por exploração no estado de Santa Catarina

Latifúndios em Santa Catarina	Número Imóveis	Área total dos Imóveis (ha)	(%) Número Imóveis	(%) Área total dos Imóveis (ha)
Total de imóveis Rurais em Santa Catarina - 2014	363.555	8.972.836,65	100%	100%
Latifúndios por dimensão	2	27625,3	0,0006%	0,3%
Latifúndios por exploração	1.719	977.959	0,4728%	10,9%
Total de Latifúndios	1721	1.005.584,33	0,4734%	11,21%

Fonte: elaboração do autor (2015), a partir de Incra (2014a).

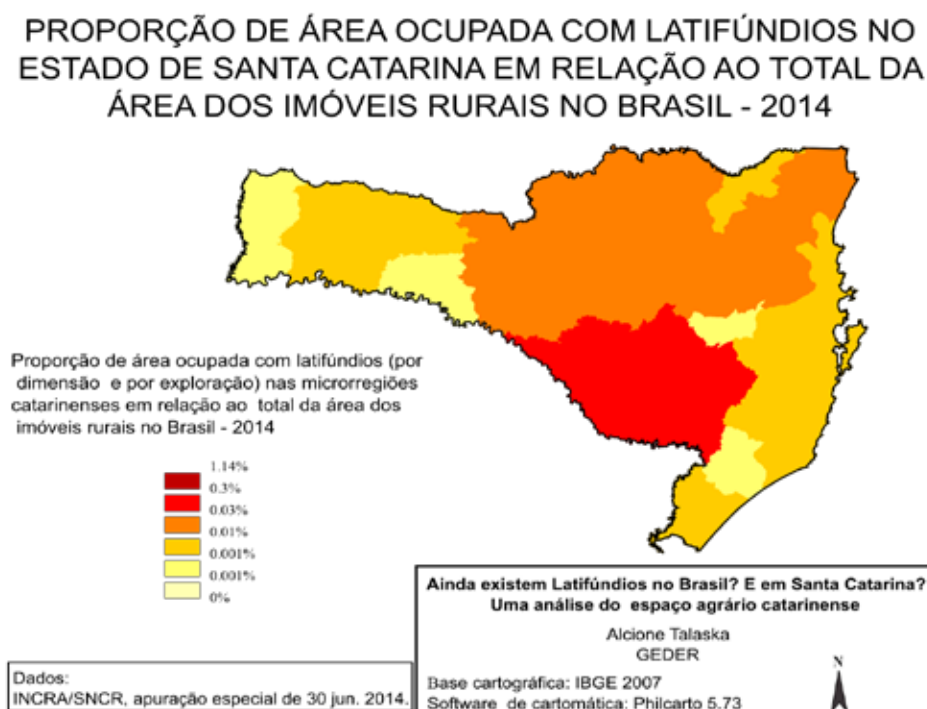
Com referência aos latifúndios por dimensão, estes imóveis rurais possuem área territorial superior a seiscentas vezes o valor do módulo fiscal do município e/ou a área média dos imóveis rurais da região. Especificamente, estes dois latifúndios por dimensão estão localizados nos municípios de Campo Belo do Sul, microrregião de Lages, e de Vargem Bonita, microrregião de Joaçaba. Respectivamente, esses dois latifúndios por dimensão, possuem 16.960,77 ha em município com valor de módulo fiscal de 24 ha e 10.664,50 ha em município com valor de módulo fiscal de 18 ha.

Já se considerando os latifúndios por exploração, que são, essencialmente, aqueles categorizados como grandes propriedades improdutivas pelo Incra, o estado de Santa Catarina apresenta 1.719 imóveis rurais que podem ser enquadrados nessa situação, segundo critérios do Estatuto da Terra de 1964. Estes latifúndios por

exploração ocupam quase um milhão de hectares (977.959 ha), o que representa 10,9% da área total ocupada pelos imóveis rurais no estado.

A disposição espacial da localização desses imóveis rurais no território catarinense (figura 3) revela que a maior proporção na área ocupada pelos latifúndios (por dimensão e exploração), encontra-se na microrregião dos Campos de Lages, onde verificou-se a incidência de 466 latifúndios que ocupam 261.451 ha.

Figura 3 – Santa Catarina: área ocupada pelos latifúndios em relação ao total de área dos imóveis rurais no Brasil em 2014



Fonte: elaboração do autor (2015), a partir de Incra (2014a).

Na sequência, as microrregiões de Joaçaba (224 latifúndios ocupando 138.290,5 ha), Joinville (183 latifúndios ocupando 98.353 ha), Canoinhas (163 latifúndios ocupando 89.672 ha), Curitibanos (61 latifúndios ocupando 52.724 ha) e Rio do Sul (87 latifúndios ocupando 49.065 ha), também apresentam uma proporção relativamente significativa, se considerada em relação ao total da área dos imóveis rurais no Brasil, em 2014.

As microrregiões, especialmente, localizadas mais a oeste no estado de Santa Catarina, em virtude da configuração história e socioeconômica da sua formação, apresentam menor incidência de latifúndios. A microrregião de Concórdia, por exemplo, apresenta sete latifúndios, que ocupam 4.009 ha. Já, as microrregiões de São Miguel do Oeste e de Chapecó, apresentam, respectivamente, sete e 13 latifúndios, que ocupam, respectivamente, 4.099 ha e 15.642 ha.

5 Considerações finais

Ainda existem latifúndios no Brasil? E, por conseguinte, em Santa Catarina? Esse foi aspecto central debatido nesse artigo. Diante desse questionamento, verificamos que o sistema de conceitos para a interpretação da estrutura agrária e fundiária do país sofreu importantes alterações nos últimos cinquenta anos. Observamos, no texto constitucional de 1988, bem como na Legislação Agrária brasileira posterior, que se passou a empregar novas terminologias, não mais sendo utilizados ou não mais havendo referência a conceitos e definições trazidas pelo Estatuto da Terra, de 1964.

A partir de 1988, expressões como a de “latifúndio” foram praticamente suprimidas dos documentos oficiais e da legislação brasileira que trata do espaço agrário, evidenciando uma grave perda de informações importantes para a interpretação da realidade agrária brasileira em sua totalidade.

Não mais existindo categorias ou conceitos normatizados, nos quais os imóveis rurais que possuíssem características diferentes daquelas expressas pela pequena e média propriedade pudessem ser enquadrados, a tendência que passou a vigorar foi a da criação de um imaginário de que eles (os latifúndios) não mais existiriam na realidade e, portanto, produzindo e reproduzindo a ideia de que o uso de tal conceito/categoria não faz mais sentido, mesmo existindo uma lacuna conceitual nos processos de interpretação da realidade agrária brasileira, quando analisadas em sua totalidade.

Ou seja, com o processo de desconstrução do sistema de conceitos interpretativos da realidade agrária originário do Estatuto da Terra, preservou-se a intocabilidade dos latifúndios no Brasil, que a partir do momento da sanção da Lei Agrária, deixaram, terminantemente, de existir no Brasil, enquanto foco para políticas públicas que visassem sua erradicação. Consumou-se, desse modo, o que estava escrito no Art. 16 do Estatuto da Terra, de que dever-se-ia efetivar uma gradual extinção dos latifúndios no Brasil, fato que acabou acontecendo, eficientemente, no texto das leis, cunhadas por interesses de classe, mas não na realidade agrária brasileira.

Esse artigo, desse modo, ao empregar a definição de latifúndios, tal como descrito no Estatuto da Terra, à análise da realidade agrária brasileira, ou de Santa Catarina, embasada em estatísticas oficiais, prova que os latifúndios ainda estão presentes na nossa contemporaneidade.

A permanência dos latifúndios na realidade agrária brasileira revela velhos/novos elementos da problemática histórica, não solucionada, que marca a realidade agrária do Brasil. Realidade que, ao ser analisada considerando os princípios da natureza construtiva do conhecimento, respaldada pela dialética e pela compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se faz permeado por contradições, mostra que – ao contrário do que afirmou Kátia Abreu⁹, então, presidente licenciada da CNA, senadora (PMDB/TO) e ministra do MAPA, para o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff – os latifúndios continuam existindo no Brasil.

9 As afirmações de Kátia Abreu podem ser consultadas em: JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 05 jan. 2015.

Referências

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 4, n. 7, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **Pequeno glossário da questão agrária**. Três Lagoas: [s.n], 2004. Mimeografado.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Brasília**: Casa Civil, 1964. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/legislacao/0159200529.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 6 jan. 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A histórica concentração fundiária do Brasil: estudo de caso do município de Paulicéia/SP. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 1, p. 43-60, 2011.

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **GEOgraphia**, v. 2, n. 4, p. 49-75, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Presidente Prudente: NERA/Unesp, 2004.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatísticas Cadastrais 1992, 1998, 2003 e 2014**. Brasília: SNCR; Incra, 2014. 1 CD-ROM.

_____. **Estatísticas Cadastrais 2010**. Brasília: SNCR; Incra, 2010. Aplicativo.

_____. **O que é módulo fiscal?** Brasília: Incra, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/fale-conosco/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 25 set. 2013.

_____. **Resposta ao pedido de informação nº 54800001168/2014-50.** Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Brasília, 2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Não existe mais latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura.** São Paulo, 5 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existemais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

TALASKA, Alcione. **Espaço Agrário Brasileiro na perspectiva conceitual:** dos aspectos legais às implicações territoriais. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES E AS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS

Andreza Leticia Tessaro¹
Cristiane Tonezer²
Kaliandra Dara Marta³
Maria Carolina da Silveira Moesch⁴
Teresinha Rita Boufleuer⁵

Resumo

Este trabalho pretende situar alguns aspectos da luta emancipatória do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) frente ao modelo de globalização hegemônico atual. Tem por objetivo dialogar e compreender o que tem levado os assentamentos rurais de Reforma Agrária a perderem seu senso de coletividade, considerando que o objetivo do MST é o trabalho na lógica comum. Metodologicamente se caracteriza como uma pesquisa intervenção. Analisou-se que mesmo no mundo rural tradicional, as perspectivas futuras tornam-se cada vez mais voltadas para “o mundo da cidade” e, além disso, existe uma racionalidade centrada no lucro, na competência, como forma de realização e “progresso”, que deixa de lado as vivências tradicionais de tempos-espacos rurais. Busca-se elencar a realidade do Assentamento Dom José Gomes, localizado na linha Agua Amarela, interior do município de Chapecó (SC), mostrando os resultados e discussões a partir do que foi identificado via Programa de Apoio a Processos Participativo de Desenvolvimento Local (Papel).

Palavras-chave: Assentamento. MST. Coletividade. Espaços-tempos rurais.

-
- 1 Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Bolsista do Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (PAPEL). *E-mail:* <andreza_tessaro@unochapeco.edu.br>.
 - 2 Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó *E-mail:* <tonezer@unochapeco.edu.br>.
 - 3 Graduanda do curso de Psicologia da Unochapecó. Bolsista do Projeto Fortalecendo a Integração Comunitária no Assentamento Dom José Gomes. *E-mail:* <kaliandra.marta@unochapeco.edu.br>.
 - 4 Mestranda no Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Docente do Curso de Graduação em Psicologia da Unochapecó. Coordenadora adjunta do curso de Psicologia da Unochapecó. *E-mail:* <mariasilve@unochapeco.edu.br>.
 - 5 Especialista em Saúde Coletiva e Magistério Superior. Docente da Área de Ciências da Saúde da Unochapecó. *E-mail:* <terebou@unochapeco.edu.br>.

1 Introdução

Para efeito de introdução, considera-se aqui que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) dentro dos Movimentos Sociais é permeado pelos pressupostos do materialismo histórico-dialético, quando estes remetem a dimensões ideológicas, políticas e econômicas nas relações estabelecidas entre capital e trabalho (GALVÃO, 2011). Nesse sentido, não é de hoje que as disputas por um pedaço de terra aparecem. De acordo com registros históricos, a terra nem sempre foi um bem privado, conforme vemos nos dias atuais. Essa noção de apropriação tem indícios ainda nas sociedades tribais, que foram se modificando até surgirem às primeiras cidades (ONGHERO, 2015). Em Santa Catarina, a primeira ocupação realizada pelo Movimento Sem Terra foi na Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, em 1980, foi a “[...] primeira experiência conduzida no sentido da organização de um movimento maior de luta pela terra.” (POLI, 2008, p. 89). Tratando-se de Chapecó encontramos o Assentamento Dom José Gomes localizado na Linha Água Amarela, o qual possui uma história de sete anos de lutas e acampamento, para conseguir um pedaço de terra e uma moradia digna (PDA, 2009).

Frente a isso, apresenta-se a trajetória do Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (Papel), da Universidade Comunitária da região de Chapecó (Unochapecó), que desde o segundo semestre de 2014, vem realiza atividade de extensão com a comunidade do Assentamento Dom José Gomes, localizado no município de Chapecó, Oeste de Santa Catarina. O Papel passou a operar neste espaço após a demanda de algumas lideranças, e relatos de que “o espírito comunitário estava se perdendo” e causando o afastamento dos moradores de seus objetivos coletivos.

A partir desta demanda, iniciam as atividades de pesquisa intervenção com o propósito não apenas de coletar informações, mas de contribuir para o desenvolvimento local através da promoção de trabalhos de autoanálise e autogestão, visando à construção de projetos coletivos que fortaleçam o grupo e os vínculos comunitários. Houve a aprovação de um projeto via Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex) para intervir especificamente no Assentamento Dom José Gomes em dezembro de 2015.

Com vigência até dezembro de 2017, este projeto denominado “Fortalecendo a Integração Comunitária no Assentamento Dom José Gomes” tem como objetivo construir junto com os moradores do Assentamento, iniciativas de organização na comunidade, contribuindo com a promoção do espírito comunitário como condição para o desenvolvimento sustentável e a agregação de novas práticas coletivas, aproximando a universidade e integrando o ensino, pesquisa e extensão. Frente a isso, esse artigo pretende mostrar o que foi identificado até o momento, e compreender o que pode estar levando os assentamentos rurais de Reforma Agrária a perderem sua lógica comum.

2 Metodologia

O estudo é de caráter exploratório no qual se utilizam observações participantes e entrevistas, realizadas no assentamento. Este modelo que vem ao encontro da lógica proposta por Baremblytt (2002), diz respeito ao

processo de estar junto à comunidade ou instituição, ouvindo a todos e juntamente com todos, identificar a demanda, as verdadeiras necessidades do grupo.

Com base no referencial teórico, buscou-se no decorrer da pesquisa investigar o máximo possível quais eram os modos de organização e gestão utilizados na comunidade do assentamento. Foi levantado juntamente a moradores e lideranças quais era as principais necessidades e, a partir dessas, buscou-se sempre realizar intervenções específicas, por meio de um processo coletivo, partindo de uma dialética de autogestão e autoanálise, em que o profissional e a comunidade trabalham juntos, com o objetivo de encontrar e analisar as demandas, de modo que o coletivo possa entender e agir, sobre suas reais necessidades (PEREIRA et al., 2014).

Assim, o projeto de intervenção no assentamento se delinea como uma pesquisa intervenção. Para Rocha e Aguiar (2003, p. 67):

O processo de formulação da pesquisa-intervenção aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social.

Desta maneira, a pesquisa intervenção ajuda a pensar ações de transformação no assentamento, sendo que este preza inicialmente por se fazer uma mobilização e sensibilização dos atores envolvidos, e posteriormente envolver e organizar os processos participativos de gestão social gestados pela própria comunidade, na relação com os organizadores da intervenção.

Parte-se da elaboração de diagnósticos participativos, após inicia-se a elaboração de propostas estratégicas e eixos aglutinadores de desenvolvimento e então finalmente alcança-se a efetivação dos projetos e ações (UNOCHAPECÓ, 2015a).

A intenção foi de abarcar por meio do referencial teórico da Análise Institucional (BAREMBLITT, 1992 apud PEREIRA et al., 2014), a construção de estratégias que visem ao fortalecimento dos laços sociais e de cidadania. Por meio de um planejamento participativo, possibilitando o diálogo entre os sujeitos, promovendo um espaço de escuta e compreensão, fortalecendo os laços sociais e a autonomia pautada sempre na ética profissional.

A intervenção se faz com o intuito de que a comunidade reflita e analise tais questões que atravessam significativamente o seu cotidiano, pois somente o coletivo tem a autonomia de decisão e efetivação de qualquer plano.

3 Discussão e análise

A história deste assentamento iniciou no dia 22 de abril de 2002 quando mais de duzentas famílias ocuparam a fazenda Seringa permanecendo em condição de acampamento por sete anos, até que o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) toma a posse da área, destinando-a para Reforma Agrária. Localizado no município de Chapecó, oeste de Santa Catarina, onde residem atualmente trinta famílias, cultivando e tendo como meio de subsistência a agricultura familiar e o trabalho no meio urbano. A área total deste assentamento é de 372,3508 hectares (SIGRA, 2015).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (COOPTRASC, 2009), o ideal de organização dos assentamentos, proposto pelo MST é o sistema cooperativo, onde a terra, os meios de produção e outras riquezas sejam do coletivo organizado através do cooperativismo. No entanto são poucos os assentamentos que conseguem organizar-se de forma cooperativa, ficando a maioria deles como organizações semicoletivas ou individuais.

Entende-se que o espírito coletivo de luta deva permanecer na base da organização dos assentamentos para promover o desenvolvimento econômico e social das famílias como uma forma de prevenir o total individualismo, reforçado pelos modelos econômicos vigentes na sociedade. No caso deste assentamento, algumas lideranças têm demonstrado preocupação com a diminuição desse senso comunitário e o surgimento de conflitos, fragilizando a organização social e desfocando dos objetivos iniciais do assentamento. Além disso, por meio da fala de um representante do assentamento, é apontado que está na hora dos grupos voltarem a se encontrarem e assumirem a coordenação, pois a articulação nestes espaços diminuiu, e o espírito de trabalho se voltou à individualidade, aos lotes e ao trabalho externo (UNOCHAPECÓ, 2015).

O Programa Papel através do projeto “Fortalecendo a Integração Comunitária” realizou diagnósticos e levantamento de informações e demandas, para contribuir no fortalecimento da comunidade e promoção do desenvolvimento econômico e social das famílias, de modo a conscientizar sobre a conquista de benefícios e objetivos que só podem ser alcançados por intermédio da coletividade. Estas ações com vistas a contribuir com o fortalecimento da comunidade, passaram na retomada das memórias comunitárias sobre a conquista da terra e dos objetivos que os levaram a constituir um assentamento.

Colaborando com essa perspectiva tanto da extensão universitária, como das diretrizes do Papel, e entendendo que o diagnóstico é um processo, parte-se da premissa da constante observação dos processos e participação nas ações coletivas, pois é um processo coletivo e dinâmico, o qual exige o reconhecimento da história e memória do assentamento, da análise da situação atual, tendo como horizonte que esta análise é dinâmica, e portanto, um processo contínuo de investigação-intervenção. Reconhecer como se deu o processo de assentamento das famílias, foi primordial para a aproximação com o campo e elaboração do projeto, bem como sua continuidade e, portanto, passa-se agora a contextualizar o mesmo.

Com vista que o “[...] Movimento dos Sem Terra (MST) é um movimento de trabalhadores do campo que lutam para conquistar a posse da terra, à qual nunca tiveram acesso, ou de onde foram expropriados [...]” (POLI, 2008, p. 32), cabe destacar seu contexto histórico marcado profundamente por experiências capitalistas e que, junto a diversos outros movimentos sociais do campo, buscaram se organizar e fortalecer suas bandeiras contra o sistema hegemônico que induzia a exclusão social. Deste modo, “[...] na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, os movimentos sociais reestruturaram a camada popular, fortaleceram a base e construíram uma comunidade alternativa.” (PEREIRA et al., 2014, p. 629).

A comunidade abrange “[...] todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral [...] e continuado no tempo.” (SAWAIA, 1999, p. 13). Na perspectiva de comunidade trazida por Sawaia (1999), percebem-se alguns pontos essenciais que fazem com que aquelas famílias que lá residem não consigam se desenvolver de forma significativa, nem mesmo estabelecer laços de comunhão.

Através das observações no campo, identificou-se como uma problemática a ser trabalhada o modo como circula o diálogo entre as famílias, onde se percebeu que o coletivo em si não decide, quem delibera são alguns poucos, na maioria das vezes os responsáveis pelos setores, ou mesmo os representantes do assentamento. Só para pontuar, a coordenação geral é composta por seis pessoas que discutem as demandas do assentamento, articulando as organizações internas e externas, a exemplo do próprio MST, com uma função política, comunitária, de produção. Numa segunda instância constituída de forma não hierárquica, o Conselho Comunitário do assentamento tem uma função de gestão do espaço e da igreja, possuindo um caixa financeiro e deliberando as atividades do assentamento, conforme os apontamentos conjuntos com a coordenação (COOPTRASC, 2009).

Na composição de suporte à coordenação e ao conselho, os núcleos de base são também os grupos de suporte geral do MST. Os núcleos se organizam pela afinidade pessoal e se distribuem geograficamente próximos no assentamento, conforme acordo coletivo, facilitando sua articulação e sua comunicação. Além da articulação, os núcleos têm papel de escolher seus representantes na coordenação geral. A princípio, reuniam-se numa frequência de uma vez por mês e tinham o propósito de ter um trabalho semicoletivo da atividade agropecuária (COOPTRASC, 2009). Conforme entrevista realizada pela equipe do Papel com um líder do assentamento, é relatado que está no momento dos grupos voltarem aos seus encontros e coordenações, pois a articulação nestes espaços diminuiu, e o espírito de trabalho se voltou à individualidade, aos lotes e ao trabalho externo.

Conforme narrativas de alguns moradores, a deliberação dos rumos a serem tomados pela comunidade acaba ocorrendo de forma arbitrária, rompendo com a ideia de comunidade e democracia. A organização social do Assentamento, que deveria estar mais para a eclosão de um dissenso, para a ascensão da política, acaba por ser restringida, ficando limitada a uma ordem policial consensual, o que afeta diretamente na relação comunitária, gerando imobilidade e enfraquecendo os projetos coletivos. Quando falamos aqui em política, não nos referimos aos modos de gestão, mas ao processo de produção de novos sentidos sobre o comum. Política, na perspectiva de Rancière (1996), é produção de dissensos, de desentendimentos sobre o instituído e de produção de atores sociais que se desidentificam com suas posições anteriores, reconhecendo novas possibilidades coletivas e questionando os determinantes anteriores.

O que precisa ser considerado é que os problemas não se restringem apenas na não circulação do diálogo, mas também em questões de ordem interna de caráter relacional, e que surgem desde a distribuição dos lotes, feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, até fatores demográficos que envolvem o distanciamento de famílias que comumente interagiam no período de acampamento, sofrem um distanciamento após a constituição do assentamento.

O processo de globalização paradoxal, entre dominantes e dominados, no qual as hierarquias dominantes tem cada vez mais garantidas sua permanência no poder e a comunidade aparece hoje como uma “[...] utopia do final do século para enfrentar o processo de globalização, considerando o grande vilão da vida em comum e solidária” (SAWAIA, 1996, p.36). Vale então, “[...] refletir sobre as consequências do processo desigual de globalização, entre as quais se destacam o aumento da desigualdade e exclusão social, concentração maior de renda, falta de democracia e flexibilização dos direitos.” (PEREIRA et al., 2014, p. 623).

De fato, como fala Brandão (2007), está presente uma racionalidade empresarial a qual domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. “Essa racionalidade de que o ‘agronegócio’ é o melhor espelho [...] altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens.” (BRANDÃO, 2007, p. 38-39). Concomitante a isso:

Ao analisar as transformações macroestruturais em todo o mundo em uma ‘era de globalização’, Octavio Ianni soma-se a outros estudiosos ‘do que está acontecendo’, ao lembrar que, mesmo nos espaços mais aparentemente dominados pelo gigantismo ‘do que mudou’, as formas de vida comunitárias e tradicionais, de ocupação e produção em multiespaços partilhados de vida, labor e trabalho, não apenas resistem e sobrevivem, mas, em alguns cenários, elas proliferam, adaptam-se e transformam-se. (BRANDÃO, 2007, p. 42).

Percebe-se que tudo está mudando, e ao mesmo tempo nada mudou ainda inteiramente. Mas evidencia-se cada vez mais o declínio da importância que as pessoas dão para suas comunidades. “A identificação territorial, que para a cidade e a nação tem sido historicamente importante, cede lugar a identificações pautadas por outros referentes, como ideologia, classe social etc.” (PAIVA, 1998, p. 76).

Outro fator que remete ao afastamento dos moradores do espírito comunitário são as influências externas devido à proximidade com o centro urbano do município de Chapecó, os moradores são envolvidos com oportunidades de trabalho e atrativos urbanos. Considera-se o modo de viver em sociedades capitalistas modifica o olhar sobre o que é viver em comunidade coletiva. De certo modo, os assentados não podem ser culpabilizados pelas mudanças ocorridas no contexto comunitário.

Por toda a parte estamos envolvidos com novos termos entre a terra e o trabalho, novos conflitos, ou o aguçar dos velhos conflitos entre antigos e novos personagens rurais ou ‘no campo’. Uma racionalidade centrada no lucro, na competência especializada e na competição legitimada como uma forma quase única de realização do ‘progresso’ quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aparam ainda os índios e os camponeses. (BRANDÃO, 2007, p. 39).

O que chama a atenção é o contexto hegemônico atual, que influencia não apenas a comunidade do assentamento de Chapecó, mas também outros tipos de comunidade. Na medida em que as questões da

economia capitalista ganham força e espaço no cotidiano das famílias assentadas, os moradores passam a dar mais atenção à propriedade privada e produção de riqueza deixando em segundo plano os objetivos coletivos, ocasionando o enfraquecimento dos espaços e vivências coletivas bem como de suas lideranças. Não obstante, como Brandão (2007, p. 56) pontua que,

[...] mesmo no mundo rural tradicional, os horizontes da vida tornam-se cada vez mais voltados para ‘o mundo da cidade’, e cada vez mais as cidades ‘maiores’ dominam as cidades menores que, cercadas por áreas rurais, se tornam eixos de referência deles e um ponto a meio caminho entre o sítio e a ‘cidade grande’. Espaços urbanos tendem a ser, a cada dia mais, o lugar de destino dos filhos dos homens e das mulheres da terra, quando não deles próprios. E as músicas sertanejas que versejam sobre a ‘saudade da minha terra’ são o mais triste e dolente testemunho disso.

Está presente também no assentamento uma racionalidade empresarial imposta ao campo, que tem pouco a pouco influenciado na lógica das relações sociais, éticas e nas interações entre as pessoas e suas respectivas culturas, economias e modos de vida (BRANDÃO, 2007). Portanto, pode-se perceber que existem movimentos de criação, mas mesmo com esses movimentos ainda a resistência dos moradores é muito grande, pois os conflitos internos do assentamento têm gerado o afastamento das pessoas dos grupos e reuniões que são feitas pelo projeto para a promoção do espírito comunitário.

E este é o cenário atual que o Papel encontra para o desenvolvimento de suas atividades, onde há a necessidade de uma inserção que compreenda o que está acontecendo e atue como potencializador de novas experiências, com cuidado e sutileza na abordagem. Portanto, “[...] a criação, na verdade, não existe apenas quando se criam grandes obras históricas, mas por toda parte em que o homem imagina, combina, modifica e cria algo novo...” (VYGOSTKI, 1990 apud ZANELLA, 2012, p. 251). Percebe-se que existe uma resistência sobre os moradores, mesmo com movimentos de criar o novo, no qual se propõe que “[...] ReXistências que reinventam a vida de cada um e, ao mesmo tempo, contribuem para a reinvenção das vidas de todos.” (ZANELLA, 2012, p. 260).

De acordo com o SIGRA (2015), na comunidade do Assentamento Dom José Gomes, existem as entidades e organizações que apoiam, assessoram e orientam o assentamento, como a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (Coptrasc), a Cooperativa Central da Reforma Agrária de Santa Catarina (CCA), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e o Programa de Apoio a Processos Participativos de Desenvolvimento Local (Papel) da Unochapecó, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste), a Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab), a Coordenação da Brigada Justino Draszewski do MST, a Prefeitura Municipal de Chapecó com as Secretarias da Agricultura, da Saúde, de Educação e de Assistência Social, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Exnsão Rural de Santa Catarina (Epagri).

Todas estas entidades atuam junto ao assentamento tentando proporcionar a melhoria na qualidade de vida e o desenvolvimento local no contexto apresentado. No entanto, há de se anunciar algumas dificuldades percebidas no assentamento, que podem estar diretamente relacionadas com a permanência das famílias e do projeto coletivo.

A primeira dificuldade apresentada é que as famílias não conseguem ter renda provinda da produção agropecuária, utilizando a estratégia de trabalho para captação de renda externa ao assentamento. A maioria das pessoas utilizam a terra dos lotes para a produção agrícola com intuito de garantir comida de qualidade, do autoconsumo, da segurança alimentar e nutricional. Poucas delas atuam na área comum que é coletiva, e vendem sua força de trabalho fora do assentamento. E, além disso, a atividade agropecuária que gera maior renda que é o leite não garante a renda familiar ou parte significativa dela, seja na comercialização *in natura* ou transformada. (UNOCHAPECÓ, 2015a, p. 49-50).

Outro ponto a se mencionar são as dificuldades relacionais apontadas desde o início deste artigo. Neste assentamento infere-se que muitas são as dificuldades nas relações entre as famílias:

[...] sendo predominante o desejo de produzir individualmente em cada propriedade e não mais atuar em lotes/núcleos, como ocorre até o momento. Nesse sentido, além das implicações de relacionamento, destacam-se os impactos na produção e ambientais que essa modificação poderá trazer para o assentamento. Embora bastante privilegiado no que se refere aos recursos naturais, não possui em todas as propriedades (lotes) todos os recursos necessários para manutenção das mesmas. (CAMPAGNOLO; NOVAKOWSKI, 2015, p. 9).

Isso reforça o que foi dito até aqui, e fomenta a necessidade de práticas comunitárias que venham ceder lugar para a consciência social dos indivíduos e dos grupos, ao rever seus conteúdos teóricos perante as constantes mudanças de um mundo globalizado. Nesta perspectiva, as intervenções na comunidade do Assentamento Dom José Gomes devem permitir a potencialização de ações coletivas e também individuais, mas para conseguir isso precisa-se ter como referência um visão solidária e concreta, a qual vai permitir mudanças em prol do bem comum e da felicidade particular (ZANELLA, 2012).

4 Considerações finais

Conclui-se que o Assentamento Dom José Gomes reflete na sua organização e no seu modo de vida as características de movimentos de luta e de conquista, que não estão estruturados de forma causa e efeito, e sim numa espécie de auto-organização e funcionamento do assentamento. Isso porque, desde o acampamento até a situação atual, ocorreu uma melhoria significativa das condições de vida, expressas pela capacidade

de acesso a programas governamentais, e garantia de direitos sociais, em um período de apenas seis anos (UNOCHAPECÓ, 2015b).

No entanto, mesmo com as melhorias o Papel e as demais instituições continuam a contribuir para o envolvimento da população em atividades de grupos com foco a fortalecer a comunidade na busca de soluções de problemas e na melhora das suas condições de vida. Apesar de algumas limitações, em especial de acesso às famílias em função de suas atividades de trabalho, as ações que vem sendo desenvolvidas pelo Papel e pelo projeto Fortalecendo a Integração Comunitária, estão emendadas com a perspectiva das diretrizes gerais da Política de Desenvolvimento de Extensão, de modo a possibilitar o acesso e a troca dos conhecimentos disponíveis na universidade ao conjunto mais amplo de segmentos sociais e culturais.

Neste processo, é viabilizada a comunidade acadêmica e regional o contato com as inovações científicas e tecnológicas, sociais, econômicas, culturais e ambientais, permitindo que os resultados das investigações produzidas sejam socializados e envolvam mais de um curso/área do conhecimento para contemplar atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos e assim, apoiar e incrementar a participação dos acadêmicos nas atividades de extensão (UNOCHAPECÓ, 2015b).

Não resta dúvida sobre o valioso espaço que a Unochapecó conquistou e tem sido reconhecida pelos moradores como verdadeiro apoio através dos diversos programas (Papel, ITCP, outros). E a riqueza pedagógica desse espaço favorece a inserção dos estudantes e pesquisadores numa realidade que busca construir para modos de vida baseado no senso comunitário. E, ainda, compreende-se que este trabalho está apenas iniciando um processo, onde outras áreas do conhecimento são convidadas a contribuir para o fortalecimento dos vínculos comunitários e o desenvolvimento sustentável do Assentamento Dom José Gomes.

Referências

BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002. 235 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS**, v. 1, n. 1, 2007.

CAMPAGNOLO, Luciane Luvizon; NOVAKOWSKI, Graciela Alvez de Borba. Fortalecimento da economia solidária no território oeste de Santa Catarina: intervenção no assentamento Dom José Gomes - Chapecó (SC). In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2015, Chapecó. **Anais eletrônicos...** Chapecó: Unochapecó, maio 2015. Disponível em: <apec.unesc.net>. Acesso em: 10 out. 2016.

COOPTRASC – Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom José Gomes**. Chapecó: Inkra; Cooptrasc, 2009.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Rev. Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126, 2011.

ONGHERO, André Luiz. **Ocupar, resistir, produzir**: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste catarinense e a construção da cidadania. Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2015.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum Comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PLANO de Desenvolvimento do Assentamento Dom José Gomes, Chapecó – Santa Catarina. Chapecó: Inkra; Cooptrasc, 2009.

PEREIRA, Eliane et al. Epistemologias da terra e práticas educativas: estratégias do MST para uma luta emancipatória frente ao modelo de globalização hegemônico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEMINÁRIO DE ESTRATÉGIAS E AÇÕES MULTIDISCIPLINARES, 2014, Joaçaba. **Anais...** Joaçaba, v. 2, n. 1, p. 621-634, 2014.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

ROCHA, Marisa Lopes de; AGUIAR, Katia Faria de. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises**. Rio de Janeiro: Psicologia Ciência e Profissão, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-53.

SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural da ATER. **Retrato do Assentamento Dom José - Chapecó (SC)**. Apresentação em slides. Chapecó, 2015. Não publicado.

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó. **Diagnóstico Assentamento Dom José Gomes**. Chapecó: Unochapecó, 2015. 125 p. Não publicado.

_____. Política de extensão universitária da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). **Resolução n. 053/Consun/2015**. Chapecó: Unochapecó, 2015. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/publicacoes/11154.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016.

DILEMAS E DESAFIOS DA AÇÃO EXTENSIONISTA: UMA REVISÃO A PARTIR DA TEORIA DA AÇÃO COM FREIRE E HABERMAS

Juliano Vitória Domingues¹

Leonel Piovezana²

Resumo

Teoria e prática são temáticas que apontam para alguns dilemas clássicos na ação da extensão rural. De tal modo, indagamos: quais dilemas afetam a atuação de extensão rural no contexto brasileiro? Temos como objetivo revisar as trajetórias de discussão da extensão rural pelo pensamento latino-americano no contexto brasileiro a partir da teoria da ação. Como método de investigação, realizamos uma pesquisa bibliográfica revisando conceitos teórico-práticos que fundamentam a teoria da ação. Organizamos o texto em dois momentos: no primeiro, revisamos a teoria da ação estratégica, os conceitos de agir comunicativo e ação dialógica; no segundo, discutimos a trajetória da extensão rural desde a crítica freireana até algumas discussões contemporâneas. No contemporâneo, parece que diante dos dilemas das diferentes trajetórias, a extensão rural pouco efetivou processos dialógicos ou que se assemelham ao agir comunicativo, tendo a caracterização aproximada às teorias da ação estratégica. Fundamentados na revisão da teoria da ação freireana e habermasiana e das trajetórias de discussão da extensão rural, dialogamos de forma propositiva, com cuidados especiais para práticas educativas e de humanização.

Palavras-chave: Extensão rural. Agir comunicativo. PNATER.

1 Introdução

Pela crítica do pensamento latino-americano, teoria e prática são problematizadas na ação extensionista, tanto na perspectiva da extensão convencional (FREIRE, 1983) como na comunicação rural (FONSECA JÚNIOR, 1998). De um lado, há uma necessidade de tornar os planos reais e, de outro, há a necessidade de entender racionalmente o que se faz. Bem, os extensionistas, por óbvio, não são agricultores, mas eles estariam fora da dimensão prática? Em que nível os extensionistas agiriam numa dimensão teórica? Este é um dilema

1 Especialista em Levantamentos Geodésicos e Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Graduado em Agronomia (Unochapecó). Mestrando em Educação na Unochapecó. Bolsista integral subsidiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *E-mail:* <juliano.tche@gmail.com>.

2 Doutor em Desenvolvimento Regional, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó. *E-mail:* <leonel@unochapeco.edu.br>.

clássico que se apresenta para a ação extensionista na perspectiva crítica. Com base nesta reflexão, parece necessário a revisão dos fundamentos que orientam a ação dos extensionistas, olhando para sua trajetória de discussão. Assim, como pergunta orientadora deste texto, indagamos: quais dilemas afetam a atuação de extensão rural no contexto brasileiro na perspectiva do pensamento latino-americano?

Trazemos para a discussão algumas obras de Freire (1983, 2015) que referenciam os trabalhos de extensão rural, pela sua crítica ao modo de atuação nos meados de século XX, e pela discussão do paradigma do pensamento latino-americano. Concomitantemente dialogamos com Habermas (2012a, 2012b), buscando a complementação da ação pela crítica ao elemento que articula o modo de pensar e agir: a razão.

Como objetivo propomos revisar as trajetórias de discussão da extensão rural pelo pensamento latino-americano no contexto brasileiro a partir da teoria da ação, com base em três argumentos que a justificam. O primeiro é que os trabalhos acadêmicos de extensão rural, com referência na obra *Extensão ou Comunicação* (FREIRE, 1983), não prosseguem numa atuação referenciada em Paulo Freire, apenas criticam o modelo de difusão de tecnologias e informação, seguindo por outras teorias rurais. O segundo, decorrente do primeiro, diz da necessidade de avançar para a pedagogia do oprimido, da esperança e da autonomia, pois os elementos introdutórios da obra primeira não permitem um avanço sistemático teórico e metodológico freireano, no sentido que oriente a atuação em extensão de maneira rigorosa pela ação dialógica. O terceiro argumento é da necessidade de revisar a teoria comunicativa investindo na crítica da racionalidade instrumental, pois a afirmação desta racionalidade que nega a pedagogia do oprimido, e que é teleológica, mantém a opressão e a colonização do mundo da vida (HABERMAS, 2012b).

Enquanto método de investigação fizemos uma revisão bibliográfica de conceitos teóricos para a ação de extensão rural, nas obras freireanas e habermasianas. Assim, organizamos o estudo em dois momentos: no primeiro, revisamos a teoria da ação estratégica, os conceitos de agir comunicativo e ação dialógica; no segundo, discutimos as trajetórias da extensão rural desde a crítica freireana até algumas discussões contemporâneas.

2 Revisão da teoria da ação

Neste primeiro momento, buscamos desenvolver a revisão da teoria da ação estratégica e os conceitos de agir comunicativo e ação dialógica.

As teorias que fundamentam a discussão de extensão rural num viés educativo estão ancoradas nos autores que formulam uma teoria crítica, buscando na linguagem o tensionamento das suas questões e o fundamento de seus entendimentos. Paulo Freire constrói suas teorias pela convivência, com trabalhadores urbanos e rurais por uma educação popular, onde, buscando a fuga da opressão que se encontravam os oprimidos, inclusive ele, investe um excuro ao tema da extensão rural³. O outro autor que nos auxilia na revisão é Jürgen Habermas,

3 A obra *Extensão ou Comunicação?* (FREIRE, 1983) é uma primeira investida do autor para o campo teórico da extensão rural, que inaugura a crítica libertadora latino-americana; já as obras, a exemplo, da *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança*, *Pedagogia da Autonomia* e *Conscientização* são trabalhos que aprofundam a discussão temática de uma educação popular libertadora.

considerado um herdeiro da Escola de Frankfurt pela sua teorização da linguagem profundamente rigorosa pelo campo da filosofia, reconstruindo a crítica da característica principal do ser humano que se encontra em questão, a racionalidade⁴. Os dois autores, pelas suas clássicas obras, ajudam-nos a revisar os fundamentos conceituais da ação extensionista, com sua racionalidade para uma educação como fim a libertação.

Queremos, a partir da noção de que há diversas formas de pensamento, voltar o olhar a dois outros conceitos que buscam diminuir o dilema entre teoria e prática e fundamentar ação de extensionistas rurais.

2.1 Teorias da ação estratégica

Uma característica da ação humana é que o pressuposto da atitude prática é orientado por uma fundamentação racional (HABERMAS, 2012a). Poderíamos entrar aqui no ponto de vista de atitudes irracionais, mas não se trata do tema deste artigo. O que queremos, neste momento, é entender como a atitude pensada e efetuada com base no pensamento, portanto racional e prática, orienta-se pela teoria, palavra falada ou escrita. Haveria um desacoplamento de uma atitude prática da teoria? Se há, onde se baseia esta atitude racional? Seria ela então irracional? Bem, se a atitude racional está ligada ao pensamento, antes de se fazer palavra falada, haveria alguma dificuldade de interligação entre pensamento e teoria, para depois se fazer prática? Poderíamos mesmo dizer que o pensamento está desvincilhado da teoria que orienta a ação prática? Estas são algumas indagações que percorremos com as obras freireanas e habermasianas. Poderíamos percorrer esta tarefa pelo campo da metafísica, mas nos parece mais adequado fazê-la no campo da pragmática, quando nosso ponto de apoio é a extensão rural.

Os dois autores de referência deste artigo fazem uma leitura da realidade empírica buscando entender como a ação humana conduz à tentativa de impor uma superioridade cultural, provocando desigualdades sociais, concentração de renda, perda de biodiversidade. As teses são: há uma opressão (FREIRE, 2015) e uma colonização do mundo da vida (HABERMAS, 2012b). Para eles, estas práticas de impor a superioridade da cultura fazem parte de uma ação humana, portanto, de uma atitude racional. E é na crítica à razão que entendem como ela acontece.

Freire (1983) fez sua crítica entendendo a invasão cultural, partindo de conceitos da antropologia, mas é também da educação, quando entende a educação *bancária* como a que fundamenta a opressão. Esta educação *bancária* constrói algumas características que Freire (2015) sintetizou de *antidialógica*. Por isso, constrói uma teoria da ação antidialógica e descreve suas características. Não queremos descrever de maneira pormenorizada esta teoria, mas tentar dar a dimensão de totalidade.

Há quatro características principais, destacadas pelo autor, da teoria da ação antidialógica: a conquista, a divisão, a manipulação e a invasão cultural. A conquista é característica pretendida de alguém que quer conquistar algo, neste caso, outro alguém. Assim é que o conquistador tenta das mais variadas formas conquistar,

4 A obra *Teoria do Agir Comunicativo*, dividida em dois volumes, é uma extensa reflexão teórica acerca da racionalidade da ação e da sociedade, que investe uma profunda crítica filosófica a razão instrumental, característica humana que fortalece o sistema e coloniza o mundo da vida.

e o conquistado se faz ambíguo quando permite ou cede, introjetando o *hospedeiro* do conquistador na própria personalidade. A conquista se mantém pela alienação e manutenção do *status quo*. A divisão, como segunda característica dos que conquistaram, busca manter a maioria dividida, com ênfase em problemas locais e negação da totalidade, como condição indispensável à continuidade do poder. Quanto mais dividida a maioria, maior é a relação *harmônica* entre conquistados e conquistadores, já que os conquistados, divididos, não podem nada com a grande força dos conquistadores, conformando-se. A terceira característica, a manipulação, é instrumento da conquista e da divisão. Quando estabelecida a conquista e a divisão, os conquistadores podem conformar os conquistados a atingir os objetivos dos primeiros. Isto é feito por uma série de mitos que parecem pactos, parecem diálogo, mas são meios de proceder o interesse dos conquistadores. Não haveria manipulação sem divisão e sem conquista. Enquanto última característica fundamental, a invasão cultural serve à conquista. Nesta ação estratégica, ocorre a imposição da visão de mundo dos conquistadores, na visão de mundo dos conquistados, condicionando à naturalização da *situacionalidade*⁵ dos invadidos. Nesta invasão, os invadidos têm a ilusão que atuam na atuação dos invasores (FREIRE, 2015).

Habermas (2012a), analisando a teoria da ação⁶ e a teoria dos atos de fala, descreve três tipos sociológicos de ação numa perspectiva de explicitação ontológica: o agir teleológico, o agir regulado por normas e o agir dramático. Todas estas formas de ação estão ligadas a um ato racional que age em comunicação, necessitando de outro ator, não se trata de uma ação pura no mundo. O mundo aqui não é natureza, mas a totalidade do que são os casos, sendo este a forma de proposições verdadeiras das interpretações da subjetividade humana. Nesta análise, o mundo é interpretação da cultura pelos atos de fala, não está fora das pessoas e dos sujeitos, é parte deles mesmo enquanto interpretação do que há fora e dentro, e essa interpretação é materializada na linguagem. Por isso, o sentimento de captar as coisas só se torna racional à medida que se transforma em palavras.

Segundo o mesmo autor, o agir teleológico é uma maneira comunicativa de agir no mundo objetivo. O “[...] mundo objetivo é definido como um conjunto dos estados de coisas que subsistem ou passam a existir, ou que podem ser criadas por meio de intervenções voltadas a esse fim.” (HABERMAS, 2012a p. 167). Como parte da linguagem, estados de coisas são representados como teores proposicionais de sentenças enunciativas ou intencionais. Para efetuar seu ato racional, um ator diante de outros atores pressupõe uma estratégia, de acordo com as regras existentes, e um fim como pagamento, nisso, age de maneira estratégica para que o resultado corresponda a seu cálculo egocêntrico de proveito. De forma pouco distinta, o agir regulado por normas pressupõe a validade social de uma norma, quer dizer, necessita de um reconhecimento intersubjetivo. Para os atores, o reconhecimento é ativado pelo caráter cognitivo e motivacional da razão, que permite a

5 Os seres humanos são seres em situação, pois se encontram arraigados em condições espaciais e temporais. Tendem a refletir e a agir sobre a própria situação em que se encontram quando são desafiados por ela. Assim, os sujeitos são porque estão em situação (FREIRE, 2015, p. 141).

6 A ação pode ser observada no mundo objetivo como o movimento corporal, onde o ator modifica algo no mundo, no entanto, o movimento corporal, a exemplo, é elemento *secundário* à ação. Há uma distinção entre uma ação que intervém no mundo e outra que corporifica um significado, uma causalmente e outra semanticamente relevante. O movimento do corpo equivale a operação, desta forma, não toca o mundo. A ação, como ato racional, partindo do pensamento, transforma o mundo.

adequabilidade à norma. Enquanto interação no mundo, pressupõe um mundo objetivo e um mundo social. Nesta posição, um ator consegue distinguir fatos de normas. Assim, o ator pode assumir um posicionamento objetivador do que é ou não o caso, bem como um posicionamento adequado. Desta forma, o agir regulado por normas se apresenta com a interação do ator com o mundo social e com o objetivo, e não pressupõe o próprio ator de maneira que possa se comportar reflexivamente. Já o conceito de agir dramaturgicamente exige a pressuposição ampliada de um mundo subjetivo, ao qual se refere quando se põe em cena. Este mundo é a totalidade das vivências subjetivas, à qual um ator tem um acesso privilegiado, em comparação com os outros. O subjetivo (sentimentos e desejos) representa-se por meio de sentenças vivenciais externadas com veracidade. O caso subjetivo não pode se assimilar ao estado de coisas objetivas, no entanto, aquele *existe* pois pode ser expressado por um ator, de forma sincera ou não. Em geral, a expressão de sentimentos e desejos não se medem somente segundo o relacionamento reflexivo do ator com seu mundo interior. Em sua relação com o outro, o ator, quando age dramaturgicamente, pode assumir um posicionamento objetivador, quando visualiza a fronteira entre o mundo interno/subjetivo e o externo, em razão disso, pode tratar o público como adversário. Esta escala de autorrepresentação vai desde a fala sincera ao direcionamento cínico.

Analisando estes conceitos sociológicos da ação, Habermas (2012a, p. 182, grifo no original) considera que “[...] nesses três modelos de ação, porém, a linguagem, sob pontos de vista diversos, é concebida de maneira *unilateral*.” Cada modelo de ação tem seus pressupostos abreviados, e a ação passa a ser objetivadora. A questão é que os três modelos de agir constituem casos-limite do agir comunicativo: a) o entendimento indireto da realização de propósitos de um ator; b) consenso apenas como atualização de uma concordância normativamente prescrita; c) a autoencenação direcionada a espectadores.

Estes modelos da teoria da ação reconstruída por Habermas (2012a) e o da teoria da ação fundamentada por Freire (2015) mostra, de modos distintos, já que, ao menos, o primeiro traz a sociologia e o segundo a antropologia, uma configuração sistemática de uma relação sociocultural assimétrica. Disto, eles desenvolvem suas teses de opressão e colonização do mundo da vida, o que, neste momento, não vem ao caso. O que vem ao caso é entender como a forma comunicativa simétrica ou horizontal se caracteriza para entendermos sobre a desvinculação entre teoria e prática e (re)fundamentar uma ação coerente para a extensão rural.

2.2 O agir comunicativo e a ação dialógica

O conceito de agir comunicativo habermasiano passa a ter o pressuposto adicional o *medium linguístico*. O que diferencia é que agora o agir não é abreviado a um mundo apenas. Se na problemática racional o meio linguístico se pautava apenas para o cientista social, quando se põe em sentido cotidiano, passa a corresponder pela perspectiva dos atores sociais. Assim o agir comunicativo

[...] pressupõe a linguagem como um *medium* de entendimento não abreviado, em que falantes e ouvintes, a partir do horizonte de seu mundo da vida previamente interpretado, referem-se simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo a fim de negociar definições em comum para as situações. (HABERMAS, 2012a, p. 183-184, grifo no original).

Para ele, no agir comunicativo, há uma necessidade ontológica de ligação referencial aos três mundos: social, objetivo e subjetivo. Sem essa tripla referência, perderia seu aspecto primordial e agiria unilateralmente.

Este modelo de ação não equipara a ação e a comunicação. As distingue para a coordenação entre elas. Se a comunicação está no plano da linguagem para o entendimento intersubjetivo, a ação se manifesta na transformação do mundo da vida. O entendimento entre os sujeitos pela comunicação entre os três mundos (objetivo, social e subjetivo) promove a perspectiva de coordenação da ação, caso haja um consenso comunicativamente alcançado (HABERMAS, 2012a).

Ao ter referência dos três mundos, os atores, capazes de fala e escuta, na comunicação, pretendem realizar algo no mundo pela coordenação de suas ações. Neste sentido, por exemplo, só tem êxito uma ação objetiva quando o segundo ator supõe como válida a pretensão do primeiro, ou articulando suas pretensões, as validam enunciando. Ou seja, são necessários que hajam, dentro da perspectiva da ação comunicativa, as pretensões de validade, relacionadas à tripla referência de mundo, de acordo com cada caso. Assim, no mundo objetivo, há a pretensão de que o enunciado feito seja verdadeiro ou que seja exitoso; no mundo social, a pretensão é de que a ação de fala esteja correta com referência a um contexto normativo vigente ou de que este contexto seja legítimo; e, por fim, no mundo subjetivo, a pretensão é de que a intenção expressa por um falante corresponda ao que ele pensa (HABERMAS, 2012a, p. 192).

Diante deste modelo, são os próprios atores que procuram o consenso e o validam conforme a verdade, a correção e a veracidade de cada caso, em constante revisão linguística das ações coordenadas comunicativamente. Considerando esta assertiva, identificamos que esta pragmática comunicativa busca a transformação objetivadora, relacionada com a crítica permanente da normatividade de um contexto social, incluindo as identidades culturais dos sujeitos, pela expressão de desejos e sentimentos, em constante diálogo racional para transformação do mundo da vida, pela reprodução cultural, integração social e socialização, na cultura, na sociedade e na personalidade (HABERMAS, 2012b).

Na posição antagônica à ação antidialógica, Freire (2015) fundamenta uma teoria da ação dialógica, e a caracteriza. Diferente de Habermas (2012a, 2012b), que lê pela sociologia, a teoria freireana parte da leitura da educação popular e da antropologia. As características da ação dialógica são: a “co-laboração”, a união, a organização e a síntese cultural. Antes de ser ação para transformação do mundo, ela é comunicação, é diálogo pela práxis (palavra como ação e reflexão). Antes de apontar características da ação dialógica, é necessário dar um passo atrás e entender as características do diálogo freireano.

Para Freire (2015), não há diálogo sem um profundo amor ao mundo e aos sujeitos, porque, como ato de criação e de liberdade, pretende a revolução para a humanização, tornando os seres mais humanos. E é somente com a supressão relacional da opressão e da manipulação que o amor deixa de ser piegas, por isso, necessita de coragem e compromisso.

Por outro lado, não há também diálogo se não houver humildade. A humildade vê a ignorância do saber como parte do ser humano, não apenas do outro como também de mim. A autossuficiência é incompatível

com o diálogo. Assim, em comunhão, os seres humanos buscam, pelo conhecimento intersubjetivo, saber mais (FREIRE, 2015).

Deve haver, ainda, para Freire, algo dado antes do diálogo, que é a fé na vocação do poder fazer dos homens e das mulheres, porque não é privilégio, e sim direito. Mas não é fé ingênua, porque se sabe que pode humanizar, sabe da desumanização. O desafio é saber da liberdade e do poder de renascer, mesmo da negação da situação concreta, na escravidão, na opressão. Assim, a fé nos sujeitos para o diálogo é luta para libertação em comunhão. Sem a fé, o diálogo é no máximo manipulação paternalista.

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a *confiança* de um polo no outro é consequência óbvia. [...] Se falha esta confiança, é que falharam as condições discutidas anteriormente, [...] dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança. (FREIRE, 2015, p. 113, grifo no original).

Além disso, a esperança, como ato de luta para humanização, no movimento, espera ser mais, pois, sem isso, seria vazio, e a verdade, como um pensar verdadeiro e crítico, pela solidariedade, constituem o que, para o autor, é a educação verdadeira, o diálogo para humanização.

Por este diálogo freireano, a “co-laboração” é o primeiro elemento da ação dialógica. A relação de seres humanos não implica somente num saber existencial do eu e de um tu, mas no entendimento de que todo tu tem um eu, pois reflete a identidade de cada sujeito, e como eu vejo um tu, o contrário é verdadeiro, assim há dois tu e dois eu profundamente arraigados na relação social. A “co-laboração” se dá entre os sujeitos, na adesão livre de opção, e não na conquista. Colaborando, os sujeitos problematizam, mediatizados pela realidade que os desafia. Nisso, já estão num primeiro passo para a transformação, pela sua ação em comunhão. O segundo elemento, a união, só acontece com a comunhão entre a liderança e os oprimidos, com estreita ligação à práxis, que é ação no mundo. A ação, neste momento, não é aderência à naturalização do mundo dividido, mas é problematização e desmitificação da realidade, não para aderir a outra como substituta, mas proporcionar o reconhecimento de sua adesão para, unindo-se, transformar a realidade injusta. Para isso, é necessário o reconhecimento de si como sujeito de transformação, descobrindo-se oprimidos, pela união e, necessário também, cortar a relação de ligação com o mundo da opressão. O objetivo desta ação cultural é “[...] aclarar aos oprimidos a situação objetiva em que estão, que é mediatizadora entre eles e os opressores, visível ou não.” (FREIRE, 2015, p. 239). Como terceiro elemento, a organização faz parte de um desdobramento natural da união, como uma tarefa comum dos sujeitos, que necessita de um testemunho humilde e corajoso, com diálogo, não com comunicados. Este testemunho autêntico serve a organização das massas com a liderança, para atuar com sua prática de liberdade, cada ser dizendo a sua palavra, para a humanização. Como última característica, a síntese cultural é antagônica à invasão. Acontece, não com espectadores, mas na incidência da ação dos atores que transformam a realidade, apresentando-se como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante. Porque não se divide a investigação da ação, a síntese cultural é feita com o povo no entendimento

dos temas que abrangem sua situação. Assim, na potencialidade humana se desenvolve a criatividade na ação. Não há esquemas prescritos na síntese cultural, já que liderança e povo criam juntos as pautas de sua ação. Aí a afirmação do indiscutível subsídio que uma dá à outra.

Estes dois modelos de ação, agir comunicativo e ação dialógica, estruturam sua operacionalização com no mínimo dois atores, sujeitos histórico-culturais, em diálogo horizontal ou simétrico, para que organizem seus planos de ação na transformação do mundo.

Assim é que os opressores precisam de sua teoria da ação para oprimir e os oprimidos precisam de sua teoria da ação para se libertar da opressão. Segundo Freire (2015, p. 240), “[...] somente estas formas de ação que se opõem, de um lado, aos discursos verbalistas e aos blá-blá-blás inoperante e, de outro, ao ativismo mecanicista, podem opor-se, também, para ação divisória das elites dominadoras e dirigir-se no sentido da unidade dos oprimidos.”

3 Trajetória das discussões de extensão rural: dos paradigmas

Depois de desenvolver a revisão dos fundamentos conceituais da ação, é necessário recolocar a discussão contemporânea da extensão rural em evidência, ao menos, nos principais dilemas que aqui consideramos, por alguns autores clássicos e contemporâneos que promovem este tensionamento. Por estes autores nos referimos as obras de Freire (1983), Bordenave (1992), Sánchez de Puerta (1996), Fonseca Júnior (1998), Abramovay (2007) e Alves e Souza (2014).

3.1 Extensão rural num ato de invasão cultural

O primeiro ponto de discussão que destacamos e que nos parece interessante enquanto temática de extensão rural, que se desenvolve pela ação extensionista, é a crítica apontada por Freire (1983) nos seus trabalhos com camponeses no Chile, na década de 1960. A crítica é direcionada para a questão da dominação, pelos opressores oprimidos, pelos oprimidos opressores, num processo educativo messiânico, transformando estes em objetos da prática extensionista, com intuito da modernização do rural, mais especificamente do setor agrícola. Sintetiza este processo como invasão cultural.

A invasão cultural pela modernidade agrícola como um modo *correto* de agir estabelece sua estrutura numa perspectiva de desenvolvimento das coisas, e não da relação humana. Esta se torna fixa. Um sujeito opressor, que afirma seu saber, domina o outro que, negando o próprio saber, materializam apenas uma cultura, a do invasor (FREIRE, 1983).

No auge da revolução verde, o instrumento para a invasão cultural ao campesinato foi o pacote tecnológico, com agroquímicos, sementes melhoradas, maquinário agrícola, crédito, extensão rural e uma rota de comércio definida, tudo se organizando em cada setor para uma padronização das atividades agropecuárias, transformando os produtos em *commodities* para facilitar as negociações no mercado e na criação de uma estética da bela modernidade e do feio modo de ser camponês (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2015). A

modernização dos processos produtivos era visada com a apresentação de unidades de referência e com a imagética do atraso camponês, mostrando o caminho de transição e alienando os atrasados pela invasão de sua cultura impondo a *verdade científica e tecnológica*.

De modo resumido, Freire (1983) desenvolve sua tese de que para quebrar com a invasão cultural da extensão rural se deve proceder por processos de diálogo, de comunicação simétrica para a atuação no mundo de modo intersubjetivamente consciente, transformando-o. Essa posição simétrica do diálogo nega a superioridade dos sujeitos para colocá-los em pé de igualdade da relação no que se refere ao poder e ao fazer, da responsabilidade e da liberdade, na gama de possibilidades reais de cada distinto saber humano para agir conjuntamente ou conscientemente.

Mas, essa quebra não é algo que se modifica ao simples saber da relação simétrica, pois ela está introjetada na relação de opressão dos sujeitos, que ao serem invadidos precisam invadir para se acharem mais humanos. Daí que se desenvolve, comunicativamente, a percepção do real sentido da opressão e a *situacionalidade* em que se encontra o oprimido, que, percebendo-a, pode, na união, atuar para o fortalecimento do diálogo enquanto processo consciente de transformação do mundo, que vai se modificando em cada momento do seu quefazer, e, pela autocrítica comunicativa, vai se transformando enquanto sujeito, agora, dialógico (FREIRE, 1983).

3.2 O paradigma da comunicação rural

A continuidade do pensamento da educação libertadora freireana resultou na formulação da negação do termo e do processo de extensão rural para a afirmação do processo e do termo de comunicação rural. Bordenave (1992) foi um intelectual que sistematizou a noção de uma comunicação rural na perspectiva dialógica, entendendo os estudos do emissor, meio/mensagem e receptor, enquanto sujeitos históricos e culturais que internalizaram a relação opressiva e buscam a libertação, em condições não livres, e a responsabilidade nos processos dialógicos.

Esta outra concepção é descrita como um novo paradigma, criticando a ciência normal, nos dizeres de Kuhn (1994), e possibilitando a revolução científica.

A reformulação do processo de extensão rural em comunicação rural, a medida da sua revolução, necessitou de uma (re)fundamentação teórica e metodológica, que se ancorou na perspectiva latino-americana de uma educação libertadora (BORDENAVE, 1992).

Se na extensão rural o fenômeno é a invasão cultural como um aspecto importante para a conquista da modernidade agrícola, padronizando o rural no aumento da produtividade individual de cada área produtiva, que juntas formariam uma grande rede mercadológica e aumentariam a economia de uma determinada região, já na comunicação rural, o fundamento é a própria comunicação num ato dialógico que possibilita, pela colaboração na união e na organização, a diversificação das atividades rurais, tanto agrícolas como não agrícolas. Emergem das necessidades dos sujeitos locais, por um processo de desenvolvimento local, não só ampliando a economia, como desenvolvendo-a em processos complexos de agregação de valor e de pluriatividade (BORDENAVE, 1992).

Percebemos que, na primeira perspectiva, a busca da conquista é pelo crescimento econômico pelo aumento da riqueza agropecuária produzida, já, na segunda, a busca é a revolução cultural que emerge das comunidades pela apropriação de sua liberdade com responsabilidade.

Nesta situação, há uma necessidade da mudança quando da reformulação para a comunicação rural. Os camponeses precisam passar pela *dolorosa* prática intelectual de pensar a própria ação para, além do manuseio com a responsabilidade que lhe cabe, buscar a sua liberdade em comunhão. Por isso é que esse processo enquanto modo de reformular a atuação num outro paradigma necessita não só da mudança do ato do extensionista, como da alteração do ato do homem e da mulher rural. Não se trata em dizer da culpabilidade de um ou do outro lado, enquanto extensionista ou agricultores, e sim da responsabilidade mútua para percorrer o caminho da busca da liberdade (BORDENAVE, 1992).

Visto isso, Fonseca Júnior (1998) cita alguns obstáculos epistemológicos que a comunicação rural vendo enfrentando neste processo recente, de menos de um século⁷. O primeiro é de uma tradição extremamente empirista da atuação. A busca radical pelo entendimento de uma sensibilidade pela prática que engloba um campo estreito de interpretações dos movimentos agrícolas e não agrícolas no rural, tendo um viés limitado na objetividade, na medida em que tenta entender-se por si só, direcionado a uma parte de uma totalidade que tende a não se relacionar com o todo, sendo, em última análise, insensível ao viés subjetivo e parcial deste tipo de pensamento. O segundo obstáculo é do estudo do rural enquanto uma categoria isolada de análise. Uma ideia de origem do rural tende a olhar para a construção histórica, mas se limitar nesse elemento sem verificar as inter-relações com o urbano e os distintos usos pelo rural impõe uma leitura parcial. Recolocando as questões da comunicação rural numa ampliação teórica de análise tanto do rural nas suas interações com uma totalidade maior, quanto de superação da empiria, permite um deslocamento metodológico que compreende o processo por outras chaves de leitura mais complexas e, portanto, mais próximas de uma realidade rural.

3.3 Discussões contemporâneas sobre a função e a perspectiva de desenvolvimento

Na construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que vem levando em conta as discussões da invasão cultural e da comunicação pelo pensamento latino-americano, num processo participativo⁸ (ao qual consideramos a síntese da extensão rural⁹), traz o conceito de Assistência técnica extensão rural (Ater) como o serviço de educação não formal que promove processos agrícolas e não agrícolas no meio rural com princípios do desenvolvimento rural sustentável, da gratuidade, da metodologia

7 A obra de Felipe Santander (1980), *El extensionista*, da década de 1980, traz a nós um conto literário interessante para se pensar os problemas difusionistas da extensão na transição do século XIX ao XX no México. Poderíamos a partir disso considerar mais amplo o recorte histórico. Além disso, o livro de Sánchez de Puerta (1996) aponta os embates milenares da extensão rural, numa outra formatação, no entanto, que remete a problemas contemporâneos. Consideramos recente o processo quando afirmamos que a comunicação rural, enquanto disciplina agrônômica, referencia-se na obra *Extensão ou Comunicação* de Freire (1983) e daí parte para a fundamentação científica no pensamento latino-americano.

8 Mas como alerta Gerhardt (2014), longe de representar uma ampla diversidade sociocultural rural no Brasil.

9 Neste movimento da trajetória do discurso, poderíamos considerar, pela dialética, a tese como o modelo difusionista, a antítese é o movimento do repensar extensionista (SILVEIRA, 1993) e a síntese como o movimento que formalizou a Pnater (BRASIL, 2004).

participativa, da agricultura de base ecológica, da equidade de gênero e das contribuições para soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Este modelo genérico dá conta de uma normatividade teórica que vem de encontro com as discussões contemporâneas da extensão rural. Mas algumas considerações são importantes sobre as discussões atuais que vão rebater uma certa noção de verdade e de correção, como se a aplicação pura da Pnater pudesse resolver os problemas rurais, ou, ao menos, da maioria das suas questões problemáticas.

O texto de Abramovay (2007) criticando o primeiro documento da Pnater de 2004 (BRASIL, 2004) mostra como alguns equívocos contemplam problemas paradigmáticos, contendo uma dualidade em oposição. De modo geral, a ideia do documento da política era fortalecer, pela ação estatal da extensão rural, a agricultura familiar por sua capacidade produtiva agropecuária, com a participação social de representantes dos movimentos e tendo por base científico-tecnológica a agroecologia.

Abramovay (2007) critica as diretrizes estratégicas que orientam da Pnater de uma forma a destacar o que considera erros do documento, e, por conseguinte, do processo de síntese da extensão rural.

Quando o documento enaltece a capacidade produtiva agrícola do meio rural como o principal elemento de desenvolvimento econômico que se constituirá base para outros aspectos do desenvolvimento, desconsidera-se a crescente diminuição do setor agrícola como suporte da renda aos agricultores, surgindo o fenômeno da pluriatividade, e da existência, cada vez maior, de um rural com outros atores que não são agricultores, além do aumento do envelhecimento que amplia a aposentadoria, sendo fonte importante de renda das famílias (ABRAMOVAY, 2007).

Há no documento, continua o autor, o fortalecimento dos territórios, no entanto, quando se põe como principal elemento a agricultura familiar pelo crescimento de sua produção agropecuária para aumento da renda, deixa-se de lado um conjunto de atores que fortalecem o próprio cenário multissetorial e a transversalidade com o urbano, criando um discurso territorial com características setoriais.

Outra questão que aponta é que, enquanto desenvolvimento do espírito científico agrônomo, limitar a base científico-tecnológica na agroecologia, apesar de sua inerente diversidade, reduz a utilização da ciência enquanto prática que é crítica e impõe um único jeito de pensar, como se este campo teórico ou qualquer outro pudesse dar conta unicamente de todos os problemas da agricultura e do meio rural (ABRAMOVAY, 2007).

Duas outras questões aparecem na crítica do autor: a participação social e exclusividade da agricultura familiar. A participação enquanto método de representação social é mostrada de uma forma como, se efetivada, daria conta de representar toda a população e atingir, processual e automaticamente, todas as questões comunitárias, no entanto, esquecem-se de que os próprios conselhos municipais, com a dita representação da sociedade civil e poder público, não possuem a necessária governança como ponto de partida, já que ela é construída pelo processo organizativo, e, neste caso, o fundamental seria saber se a dita participação consegue estabelecer bons planos de ação.

No último ponto que queremos destacar, o autor faz a crítica a exclusividade de atuação da extensão rural para a agricultura familiar, desconsiderando qualquer participação da agricultura patronal ou do setor privado,

e afirma que “[...] tudo se passa como se o processo de desenvolvimento fosse o resultado da unidade entre o esforço organizativo dos movimentos sociais, da ação do Estado (a serviço da agricultura familiar) e das iniciativas tomadas pelos próprios agricultores.” (ABRAMOVAY, 2007, p. 10). Ora, os investimentos do setor privado e da agricultura familiar não por menos interferem no desenvolvimento rural ou territorial, tanto de forma a gerar impactos negativos como a criação de oportunidades para a população próxima e a nível global. A exclusividade da agricultura familiar, enquanto atuação da extensão, diminui as leituras, o entendimento sobre as possibilidades e os limites de uma dinâmica maior, abarcando os problemas com viés de apenas uma ciência crítica.

Numa leitura distinta, outro artigo vai apontar para alguns desafios da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Alves e Souza (2014) fazem a leitura dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e buscam reorientar a política agrícola. É importante considerar que a visão dos autores é olhar para os excluídos do processo de modernização e entender como inclui-los. Mesmo que os autores parecem não dispor no texto de um questionamento acerca do atraso e da necessária modernização, parece-nos interessante relevar, como intelectuais que pensam e orientam a extensão rural, a estrutura que exaltam como ideal.

Mesmo que os prolegômenos do livro ao qual o artigo está inserido afirme que “a agropecuária brasileira é um sucesso” pelo seu contínuo aumento na produção de grãos e como grande exportador de carnes (BUAINAIN et al., 2014, p. 15), os autores afirmam categoricamente que “há um problema sério de difusão de tecnologia na agricultura brasileira” (ALVES; SOUZA, 2014, p. 927). Esta afirmação reconhece o que chamam de atraso da agricultura, sendo que apenas quinhentos mil dos 4,4 milhões de estabelecimentos agropecuários produzem 88,6% do valor da produção¹⁰. E, ainda, dos quinhentos mil, 27 mil produzem 51,2 % do total, entendendo que há uma concentração do valor produção brasileira, não exatamente da produção em si, porque os dados estão referenciados em produtos agrícolas comercializados e registrados.

Uma tese geral do artigo sustenta a ideia de que o entorno favorável, enquanto relações de mercado das unidades produtivas (ou estabelecimentos agropecuários) a jusante e a montante do complexo agroindustrial, fortaleceria os processos agropecuários e a própria modernização. No Brasil, os lugares com maiores dificuldades de ter este entorno favorável estariam nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, que acumulam 72,3% dos estabelecimentos considerados muito pobres, ou seja, que recebem até dois salários-mínimos mensais da renda bruta, o que representaria em termos absolutos 2,1 milhões de unidades produtivas, algo próximo de 7,35 milhões de pessoas. O que poderia ser somado também para a classificação pobre, de dois a dez salários-mínimos mensais de renda bruta, o que representariam mais um milhão de unidades.

Para Alves e Souza (2014), a ideia destes números e da modernização de todas atividades agrícolas estariam em tornar favorável o entorno, permitindo a integração das unidades produtivas à rede mercadológica. E aí entraria a agência de extensão rural fazendo a inclusão produtiva pelo favorecimento deste entorno. Para eles, de nada adiantariam atividades *dentro da porteira* se o entorno não favorece as relações produtivas de mercado.

10 Não se pode confundir o valor da produção com a produção de alimentos. Segundo dados Altieri (2012), a agricultura familiar produz próximo a dois terços dos alimentos consumidos pelos brasileiros, com destaque a mandioca, feijões, leite de vaca, suínos e milho. Por esta razão, o valor de produção não está diretamente relacionado com a produção de alimentos, pois entra em grande medida como agrocombustível e culturas para exportações.

Ademais, reconhecem que a atenção à pobreza deve ser garantida por outros meios, não só o da renda agrícola, ficando a cargo de outras políticas estatais, como educação, saúde, sanidade, energia.

Dado isso, os autores fazem uma análise comparativa com a Europa e os Estados Unidos afirmando que o entorno destas regiões do planeta tem, na agricultura, um entorno favorável às suas relações de mercado, o que, em parte, se reproduz nas regiões do Sul e do Sudeste brasileiro. No entanto, quando comparam o censo brasileiro de 2006, o europeu de 2010 e o estadunidense de 2007 mostram que a mesma condição estrutural de concentração de riquezas, com 11,4%, 13,8% e 11,1% dos estabelecimentos agropecuários, respectivamente, geraram a mesma quantia do valor da produção, próximo a 87%. Quer dizer, os autores não negam a condição estrutural de concentração de riquezas apesar do entorno favorável das distintas regiões planetárias neste modelo de modernização da agricultura. Apesar de considerarem as imperfeições de mercado, desconsideram a intenção de explicar ou apontar como, gerando o entorno favorável nos locais pobres e muito pobres, não estabeleceriam uma seleção das unidades para uma nova concentração local.

Parece-nos que, a princípio, a estruturação de muito pobres, pobres, médio e ricos é um produto das relações da modernização, tendo ou não entorno favorável, já que mesmo os locais do Sul e do Sudeste brasileiro apresentam estas condições, com não menos que 12,6% e 15,1% de unidades produtivas muito pobres, que, em números absolutos, seriam de oitocentas mil unidades produtivas.

Mas, além disso, Abramovay (2007) mostra que a renda agrícola para as propriedades rurais vem perdendo seu poder de viabilizar economicamente as unidades produtivas, e que as rendas não agrícolas, como a pluriatividade e a aposentadoria, vão ganhando nova possibilidade de permanência no espaço rural. Assim é que considerar a priorização do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com o fortalecimento das atividades agrícolas favorecendo o entorno, tem grande chance de desconsiderar a dinâmica rural estabelecida como proposta de resistência e de moradia e, ainda, deixaria sem estratégia estatal oitocentas mil estabelecimentos agropecuários pobres e muito pobres que teriam o entorno favorável.

Alves e Souza (2014) apresentam a noção da impossibilidade do poder estatal em assessorar a agricultura, pela dinâmica orçamentária, de atuar com quase três milhões de unidades, considerados pobres e muito pobres no Brasil.

Consideramos que há uma leitura parcial dos autores, porque não visualizam outras formas de renda no rural além das atividades agrícolas. Ou seja, a visão de desenvolvimento para estes autores está na exploração sustentável dos recursos naturais e, como fim, o fortalecimento das atividades urbanas e industriais. Nesta lógica, o desenvolvimento rural não estaria em jogo, apenas o agrícola. Os autores afirmam isso nas suas conclusões:

Evidentemente, a Agência não será uma agência de desenvolvimento rural. Seu objetivo principal é fazer a tecnologia chegar aos excluídos da modernização. Para isso, terá que diagnosticar corretamente os fatores que impedem milhões de produtores de incluírem a tecnologia como opção de fazer agricultura. Além do mais, sem fazer cada hectare gerar mais valor, o problema de pobreza não encontrará solução na agricultura. (ALVES; SOUZA, 2014, p. 940).

4 Considerações finais

Fundamentados na revisão da teoria da ação freireana e habermasiana e das trajetórias de discussão da extensão rural, sintetizamos problematizando: quais teorias da ação caracterizaram cada momento e evidenciaram dilemas? No quadro 1 exercitamos reflexões.

Quadro 1 – Síntese da trajetória de discussão da extensão rural pela análise das teorias da ação

Trajétoria de discussão	Teorias da ação	Características da trajetória	Principais dilemas
Extensão rural	Ação antidualógica	Tese. Dominação dos opressores aos oprimidos pela modernização agrícola: invasão cultural.	Atraso rural; pessoas como mal necessário.
Comunicação rural	Ação dialógica	Antítese. Negação da extensão; reformulação em comunicação, busca revolução cultural.	Empirismo; rural como categoria isolada de análise.
Pnater	Agir teleológico	Síntese; serviço estatal, participação, agroecologia, desenvolvimento rural sustentável.	Setorialidade e exclusividade do serviço; rural como produção agropecuária: agrícola.
Contemporâneo	Agir teleológico e agir regulado por normas	Tese? Crítica a Agroecologia, imposição da modernidade agrícola, desenvolvimento rural <i>versus</i> urbano-industrial; PNATER <i>versus</i> rede de mercado	Opressão cultural; rural ainda como agrícola; falta de interdisciplinaridade; dualidade: estado ou mercado. Projetos de desenvolvimento.

Fonte: elaboração dos autores (2016).

Consideramos que alguns dos dilemas que afetam a atuação de extensão rural no contexto brasileiro são: as antagônicas perspectivas de desenvolvimento, a opressão cultural através da imposição do projeto da modernidade agrícola, o recorte da setorialidade de atuação no agrícola como atividade única de produção de riqueza rural, exclusividade da agricultura familiar como atuação estatal mesmo com a proposta territorial, a dualidade antagônica entre o estado e o mercado, dificuldade de interdisciplinaridade entre distintas áreas do conhecimento e com o rural e, por fim, o empirismo enquanto método de atuação prático e não teórico.

As quatro trajetórias de discussão que apresentamos no quadro 1 mostram uma característica dialética (tese, antítese e síntese), como descrito na coluna de características. No contemporâneo, parece que diante dos dilemas das diferentes trajetórias (alguns permanentes, como a opressão cultural e o recorte do agrícola), a extensão rural pouco efetivou processos dialógicos ou que se assemelham ao agir comunicativo, tendo a caracterização aproximada às teorias da ação estratégica.

Diante dos dilemas que apresentamos, alguns desafios da extensão rural se impõem nesta perspectiva: a) possibilitar pela teoria do agir comunicativo e da ação dialógica um processo de desenvolvimento pela atuação da extensão com o meio rural no enfrentamento da ação estratégica como atuação egocêntrica e formadora da ideia de superioridade cultural; b) buscar condição para efetivação do processo de desenvolvimento rural junto aos seus moradores, olhando esta categoria analítica para além do agrícola, de forma simétrica

e interdisciplinar; c) construir o processo participativo de articulação teoria prática a partir das realidades sociais e das análises científicas para entender o contexto local e global, rural e urbano, na sua ligação entre particularidade e totalidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Estratégias e alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. In: CONGRESSO DO SOBER, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina, 22 a 25 jul. 2007. (Mesa-redonda: Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para os próximos anos).

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva e. Desafios da Agência de Extensão Rural. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Pnater e Pronater, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA; SAF; DATER, maio 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **Comunicação rural: em busca de novos paradigmas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1998.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GERHARDT, Cleyton Henrique. Tautologia e retórica messiânica da “transição agroecológica” na “nova extensão rural”. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, jul./set. 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Valleda. Ser ou não ser agricultor? Eis a questão. Representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural do sul do Brasil. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 14-26, jan./jun. 2015.

SÁNCHEZ DE PUERTA, Fernando. **Extensión Agraria y desarrollo rural: sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas**. Madrid: Ministerio de agricultura, Pesca y Alimentación, 1996.

SANTANDER, Felipe. **El extensionista**. La Habana: Casa de las Américas, 1980.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. O repensar extensionista: a dialógica freireana e a tecnocracia modernizante na agricultura brasileira. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 1993.

O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) E A DEFESA DO DIREITO À SAÚDE: ORGANIZAÇÃO E LUTA

Andressa Bertoncello Valandro¹

Elizandra Wilke²

Rosana Maria Badalotti³

Maria Elisabeth Kleba da Silva⁴

Noemi Margarida Krefta⁵

Resumo

Reconhecer e valorizar o protagonismo de diferentes atores sociais nos processos de conquista e garantia de direitos é um passo importante no sentido de compreender as ações coletivas como produtoras de mudanças nas dinâmicas locais, regionais e até mesmo nacionais. O artigo traz como objetivo principal descrever a atuação do MMC na defesa do direito à saúde, utilizando como base metodológica revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo (observação e entrevista). Como resultados, evidencia-se o protagonismo do MMC na área da saúde pela participação ativa em espaços representativos, de planejamento, elaboração e avaliação de políticas, como Conselhos Municipais, Regionais, Estaduais de Saúde, no Grupo da Terra, responsável pelo processo de construção de uma política pública específica para as populações do campo, da floresta e das águas (PNSIPCFA), no observatório desenvolvido para avaliar a referida política, dentre outros. O MMC é também protagonista ao realizar ações de enfrentamento, resistência e pressão do Estado por meio de marchas, caminhadas e atos públicos em parceria com outros movimentos sociais em prol da saúde.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Direitos. Saúde.

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* < dessa@ unochapeco.edu.br >.

2 Acadêmica do curso de Psicologia da Unochapecó, bolsista de Iniciação Científica. *E-mail:* < elizandrawilke@ unochapeco.edu.br >.

3 Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. *E-mail:* < rosana@ unochapeco.edu.br >.

4 Doutora em Filosofia pelo Universität Bremen, na Alemanha. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* < lkleba@ unochapeco.edu.br >.

5 Dirigente Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). *E-mail:* < noemikrefta@ yahoo.com.br >.

1 Introdução

A proposta deste artigo resulta de reflexões e estudos propiciados pelo componente curricular *Direitos Humanos e Políticas Sociais* do mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), e vincula-se à temática de dissertação de mestrado intitulada “O movimento de mulheres camponesas e a política de saúde para as populações do campo, floresta e águas”. A ideia central que permeia este debate enfatiza o reconhecimento e a valorização do protagonismo de diferentes atores sociais que, apoiados em causas comuns, promovem ações coletivas e imprimem mudanças nas dinâmicas locais, regionais e nacionais, provocando, por sua vez, alterações na relação Estado/sociedade civil.

O artigo traz como objetivo principal descrever a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na defesa do direito à saúde, utilizando como base metodológica uma breve revisão de literatura e pesquisa documental, elencando estudos já produzidos sobre a temática da saúde e especificamente da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas⁶ (PNSIPCEFA). A revisão de literatura possibilitou traçar um panorama sobre a conquista do direito à saúde e ressaltar a importância da sociedade civil na reivindicação e garantia deste direito. Sobre a pesquisa documental, Minayo (2014) alerta que os textos e documentos não são autoexplicativos, mas recursos utilizados para responder às indagações dos pesquisadores a partir de uma análise cuidadosa. A principal fonte documental utilizada na elaboração deste artigo foi a PNSIPCEFA.

O trabalho segue estruturado a partir de três itens cuja pretensão é traçar um direcionamento no debate sobre a ação coletiva como produtora de mudanças na realidade social. O primeiro item discute brevemente a questão dos direitos humanos como conquista da sociedade civil, que estão em constantes disputas de interesses e discursos. O segundo item aborda a saúde como um direito humano fundamental, sendo que sua garantia, na Constituição Federal de 1988 nestes termos, deu-se por meio da pressão dos movimentos sociais organizados, que contribuíram para mudanças profundas no cenário político e social do País na década de 1980. Por fim, o terceiro item aborda a atuação do MMC no campo da saúde, tanto no que se refere à participação deste movimento em espaços de luta e resistência, quanto em ações internas ao movimento de organização e planejamento sobre a temática.

2 Direitos Humanos: benevolência ou conquista?

A compreensão de que os direitos não são benesses dos governos é um ponto de partida para refletir sobre o protagonismo dos sujeitos na sua conquista, garantia e manutenção. Entendê-los dentro de sua historicidade é igualmente necessário, na medida em que “[...] vão se forjando historicamente e variando no tempo a partir de conflitos e de lutas sociais e políticas.” (ÁVILA, 2002, p. 123).

6 A PNSIPCEFA é uma política pública construída de forma participativa entre diversos atores sociais vinculados à esfera governamental (secretarias da autarquia Federal, Estadual e Municipais); trabalhadores do SUS; e sociedade civil organizada – Movimentos Sociais que têm seus modos de vida e reprodução social relacionados ao campo, à floresta e às águas (BRASIL, 2011).

Neste sentido, Pitanguy (2002) assegura que o conceito de direitos humanos (assim como os conceitos de gênero e cidadania) reflete a dinâmica das relações sociais e de poder estabelecidas ao longo da história, tanto no que se refere ao âmbito nacional, quanto internacional. Compreende que, apesar das divergências que assolam o debate sobre o tema, há um consenso em relação ao fato de que o pertencimento à categoria de humanos, de humanidade, é o único critério *sine qua non* para a definição da titularidade desses direitos.

Entretanto, este critério não deixa clara a aproximação entre a ideia de ser humano do ponto de vista biológico com o ser humano sujeito de direitos. “Ao longo da história, e ainda hoje, determinadas classes e grupos sociais têm se definido como mais humanos, isto é, mais titulares, do que outros.” (PITANGUY, 2002, p. 111). Chauí e Santos (2013), na mesma perspectiva, afirmam que grande parte da humanidade não é concebida como sujeito de direitos humanos, mas tem sido objeto de discursos sobre esses direitos ao longo da história.

Ao realizar uma contextualização sobre a história dos direitos humanos, Chauí e Santos (2013) propõem uma concepção contra-hegemônica sobre o tema, em que assinalam a necessidade de rever e analisar criticamente a noção de direitos humanos convencionalmente aceita na sociedade, de cunho liberal e que ainda reflete os ideais da revolução francesa e da revolução americana. Nesta perspectiva de visão contra-hegemônica, os autores ressaltam o protagonismo político dos movimentos e organizações sociais que lutam por uma sociedade mais justa e mais digna como potencializadores do conceito de direitos humanos que se propõem a refletir.

Na segunda metade do século XX se evidencia que esta concepção de direitos humanos não hegemônica é produto de um processo construído por muitas mãos. Diferentes atores políticos trazem para o cerne dos debates questões relacionadas a gênero, raça e etnia, meio ambiente, violência doméstica, reprodução, sexualidade, dentre outros temas relevantes, que estão além da noção convencional de dignidade humana a qual o tema é comumente relacionado.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, datada de 1948, constitui-se ainda hoje como um pilar básico em nível internacional quanto à garantia de dignidade e direitos sociais. Sua elaboração, logo após a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), denota o contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial, criando, frente ao horror do holocausto, um patamar básico de direitos universais (PITANGUY, 2002). A Declaração não possui força jurídica, mas tem sido basilar para a construção de vários tratados e convenções internacionais, nacionais ou regionais, como é o caso da Constituição Federal brasileira de 1988.

No Brasil, a partir deste marco histórico representado pela constituição, vários direitos são assegurados, atribuindo-lhe o título de “Constituição Cidadã”. Interessa dar maior atenção à questão da saúde como um “direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988, art. 196), cuja defesa como um direito fundamental do ser humano tem sido abraçada fortemente por diferentes movimentos sociais, dentre eles o MMC.

3 A saúde como direito humano fundamental

O processo de ampliação dos direitos humanos conta, nas últimas décadas, com a ação política e organizada da sociedade civil por meio da realização de conferências internacionais, que se configuram como importantes instrumentos na definição de um novo patamar ético,

[...] onde diferenças de sexo, raça e etnia, idade, orientação sexual e situação social e econômica deveriam ser reconhecidas como categorias fundamentais na definição de esferas específicas de respeito e proteção dos direitos individuais, deixando de ser variáveis determinantes de cidadãos de segunda categoria. (PITANGUY, 2002, p. 114).

Desde as décadas de 1960 e 1970, a saúde é tema das convenções e declarações da ONU, sendo ratificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a inserção da saúde como “direito de todos e dever do estado”, inscrita na Constituição Federal de 1988, representa uma conquista da sociedade civil organizada, principalmente por meio do Movimento da Reforma Sanitária iniciado na década de 1970, articulado inicialmente por intelectuais, trabalhadores da saúde, políticos e ampliado em seguida para diferentes organizações e movimentos sociais comprometidos e sensibilizados com a causa da saúde (KLEBA, 2005). Este cenário coloca em evidência diferentes atores sociais como protagonistas da história brasileira, engajados em um projeto de redemocratização do Estado, com amplo debate e criação de pautas e reivindicações por direitos sociais inexistentes ou negligenciados até aquele momento.

O Movimento da Reforma Sanitária atuou com base em diretrizes como possibilidades de alcançar as mudanças almejadas. Estas diretrizes apontavam para a necessidade de ampliar a consciência sanitária da população, de conformar um novo projeto de saúde pública, de desenvolver uma nova ética profissional, de conquistar parcerias na luta pelo direito à saúde pública e de criar instrumentos e estruturas democráticas na área da saúde (KLEBA, 2005).

O ápice do Movimento ocorreu na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986 em Brasília. A população foi convidada a participar deste processo, e as pautas, diferente do que se discutia até então, buscavam dar visibilidade às questões estruturais do Sistema de Saúde e as mudanças pretendidas, dentre as quais conceber a saúde enquanto direito fundamental, descentralizar a gestão, universalizar o acesso e possibilitar formas de participação e controle social (KLEBA, 2005; FALLEIROS et al., 2010).

De acordo com Falleiros e colaboradores (2010), a partir da 8ª Conferência ocorre uma transformação significativa na perspectiva da saúde, que passou a ser considerada como resultado das formas de organização social, que podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida, não sendo possível entendê-las desvinculadas do contexto histórico das sociedades.

O êxito desta etapa levou à criação de uma Comissão Nacional para a Reforma Sanitária, que elaborou um relatório apresentado como anteprojeto para a Comissão da Ordem Social da Assembleia Constituinte. Este documento trazia a noção de seguridade social, tal como proposto no documento da Comissão Nacional, evidenciando a necessidade de articulação entre as políticas de previdência, assistência e saúde.

Apesar de o texto constitucional sofrer modificações em relação ao relatório apresentado pelos sanitaristas à Assembleia Constituinte, Falleiros e colaboradores (2010) contextualizam que o essencial foi mantido: a criação, por parte do Estado, de um sistema universal, gratuito e de qualidade para toda população. Os autores citam três marcos políticos que devem ser considerados quando abordamos a história do SUS no Brasil: a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei n. 8.080/1990 e a Lei n. 8.142/1990, que

traçam os princípios e as diretrizes que devem embasar suas ações. Os princípios mais fortemente lembrados, mencionados e conhecidos pelas pessoas, são: a universalidade, a integralidade e a participação da comunidade.

Ainda que o desenho da política represente um grande avanço no que se refere ao campo da saúde pública, existem limites para seu cumprimento integral, o que têm gerado a elaboração de políticas públicas específicas na área da saúde, ratificando o que já estaria garantido em lei desde a década de 1990. Deste modo, é possível observar que diferentes grupos sociais, por não vislumbrarem a efetivação de seu direito à saúde, têm se articulado, pressionado e ocupado espaços formais e não formais para exigir que as iniquidades no campo da saúde sejam minimizadas. São estas ações políticas dos diferentes grupos e movimentos sociais na busca de melhores condições de vida e de transformações profundas do quadro social que podem exemplificar o que Chauí e Santos (2013) apontam como contra-hegemonia no que se refere ao tema dos direitos humanos.

Estas expressões dos movimentos sociais são denominadas, de acordo com Scherer-Warren (2012), como movimento cidadão crítico (emergente na década de 2000) com um projeto de controle social pela cidadania abrindo espaço para questões nacionais de interesse público.

Nesta perspectiva do movimento cidadão crítico postulado como o atual momento dos movimentos sociais organizados, Scherer-Warren (2012) aponta que estes grupos sociais visam negociar suas demandas nos espaços governamentais e estatais para garantir a aquisição ou manutenção de direitos. Ao desenvolver esta forma de ação política, os movimentos sociais contribuem para um processo de maior autonomia das forças populares em relação ao Estado, possibilitando maior força nas negociações e participação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A partir desta contextualização é possível olhar para a realidade do MMC e sua contribuição como um movimento social articulado e organizado em rede que busca trazer para o cerne do debate questões e demandas relacionadas à luta e garantia dos direitos humanos, entre eles o direito à saúde.

4 O Movimento de Mulheres Camponesas e a garantia do direito à saúde

O MMC foi criado oficialmente em 2004, a partir da união de vários movimentos de mulheres camponesas, existentes no Brasil desde a década de 1980 que, integrados à Via Campesina⁷, unificaram bandeiras e novas práticas assumidas pelo movimento, ressignificando as antigas denominações de agricultoras e trabalhadoras rurais. Conforme Boni (2013, p. 70),

[...] o termo camponês englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou

7 “La Vía Campesina es el movimiento internacional que agrupa a millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaliza.” (LA VIA CAMPESINA, 2011, [s.p.]. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45>>. Acesso em: fev. 2016).

as extrativistas, bem como a associação entre as atividades de subsistência e comercialização que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme documento do movimento.

Em Santa Catarina, o movimento é protagonista de mais de três décadas de história de lutas e reivindicações, resultando em conquistas importantes no campo dos direitos das mulheres camponesas. Inicialmente denominado em Santa Catarina como Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), surgiu na década de 1980 como um movimento autônomo e popular, juntamente com a efervescência das organizações e dos movimentos populares do campo e da cidade, que caracterizaram este período (BONI, 2013).

O fato de se constituir como um movimento autônomo não significa que não ocorra integração e articulação com os demais movimentos. Boni (2013) afirma que ao mesmo tempo que as mulheres garantiram a autonomia de seu movimento por meio de reuniões e assembleias, também se articulam com sindicatos de trabalhadores rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros movimentos urbanos e rurais. Nestas reivindicações coletivas, a ênfase é direcionada para as políticas públicas cujas diretrizes apresentam implicações para as(os) camponesas(es) e agricultoras(es) familiares.

No que diz respeito à saúde:

O MMC vem desenvolvendo lutas pela garantia do acesso à saúde pública, combinadas com o fortalecimento do controle social, trazendo um conjunto de elementos reveladores de um novo jeito de cuidar da saúde, pensado a partir do paradigma da saúde e não da doença, que tem como elemento central o 'cuidado' enquanto essência do humano (BOFF, 1999). As mulheres trazem o 'cuidado' como princípio norteador da vida e das relações. Cuidar significa valorizar, respeitar, ouvir, zelar pelo outro enquanto pessoa que se faz revelar e que, na relação humana, se dignifica. (AMTR-SUL, 2008, p. 43).

A pesquisa de campo traz elementos importantes para pensar o protagonismo do movimento no campo da saúde. Em entrevista, N.M.K. (dirigente estadual do MMC/SC) evidencia o envolvimento do MMC em espaços representativos, como em conselhos municipais de Saúde, no Grupo da Terra⁸, responsável pelo processo de construção de uma política pública específica para as populações do campo, da floresta e das águas (PNSIPCFA⁹) e no Grupo Gestor do Observatório desta política, intitulado Obteia, que está monitorando e

8 O grupo da terra foi constituído em 2004 com o objetivo de elaborar uma política pública específica que tratasse da saúde das populações do campo, da floresta e das águas. De caráter participativo, o grupo é composto por movimentos sociais que têm seus modos de vida e reprodução social relacionados ao campo, à floresta e às águas; representantes governamentais; profissionais e gestores do SUS e academia (BRASIL, 2011).

9 A PNSIPCFA foi aprovada em 2011 durante a realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde, por meio da Portaria n. 2.866/2011. Esta política representa um salto qualitativo no sentido de reconhecer as vulnerabilidades das populações às quais se destina e de incluí-las no processo de construção de um projeto de saúde adequado às suas especificidades e peculiaridades. Entre os objetivos da Política, destacam-se: garantir o acesso aos serviços de saúde; reduzir as vulnerabilidades com ações inte-

avaliando as ações decorrentes da política. Importante destacar que o Grupo da Terra continua realizando reuniões, mas sua responsabilidade foi a elaboração da política, enquanto sua implementação é responsabilidade dos gestores da área da saúde nos municípios brasileiros.

Mesmo com a participação em conselhos municipais de Saúde, que representam a possibilidade de levar para os espaços de gestão as demandas das mulheres camponesas, N.M.K. aponta alguns obstáculos para a inserção de um número maior de integrantes do MMC em conselhos nos municípios:

[...] a gente tem esses espaços, mas nem em todos as mulheres – por mais que são lideranças do movimento – estão no conselho como vaga do Movimento de Mulheres Camponesas, [...] porque nos municípios não tem formalizado uma associação do movimento. Tem, por exemplo, em Palma Sola: a gente está no conselho, tanto eu, como a minha suplente; somos duas lideranças do movimento, mas a gente está na vaga que é do Sindicato. O sindicato da agricultura familiar, que tem a vaga, mas que aí passou para a gente estar participando do conselho. (N.M.K., dirigente estadual do MMC/SC, 2016).

Esta mesma situação é, de acordo com a entrevistada, uma realidade em grande parte dos municípios da região e até mesmo do Estado. O MMC chegou a possuir uma cadeira no Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina, mas atualmente não conta mais com esta vaga. Para o MMC, ocupar espaços como este é uma estratégia importante de exigir que seus direitos sejam garantidos.

Em relação ao Grupo da Terra, o MMC teve representação desde sua fundação em 2004, com duas mulheres camponesas vinculadas ao movimento: uma do Rio Grande do Sul e uma de Santa Catarina. O processo de construção da política envolveu encontros, debates e estudos entre os diferentes segmentos que compunham o Grupo da Terra, envolvendo desde o conhecimento das especificidades de cada população até a produção de um consenso entre todos os participantes do grupo, valorizando os movimentos sociais.

Sobre a política, Krefta (2014, p. 296) afirma que:

A construção e a aprovação da PNSIPCFA foram processos importantes para o Grupo da Terra, pois cada termo, cada conceito foi amplamente discutido até ser consensuado e escrito nos textos da PNSIPCFA. Podemos hoje dizer que escrevemos uma política com a nossa cara, mas que precisa agora ser entendida e implementada pelos gestores.

Compreende-se que o comprometimento do MMC com a questão da saúde é anterior à instituição da política, mas é importante reconhecer que o processo coletivo de sua construção, com a participação dos diferentes movimentos relacionados ao campo, floresta e águas, permitiu maior aproximação de outras

grais de saúde; reduzir os acidentes e agravos relacionados aos processos de trabalho, particularmente o adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos e mercúrio; melhorar a qualidade de vida; reconhecer e valorizar os saberes e práticas tradicionais de saúde destas populações (BRASIL, 2011).

organizações governamentais e não governamentais à realidade destas populações, bem como a adequação da política às necessidades e dificuldades encontradas no cotidiano das mesmas. O protagonismo dos diferentes movimentos sociais na construção da PNSIPCFA possibilitou que seus contornos tenham “a cara” das populações à que se destina, conforme pontuou Krefta (2014).

Nesta direção, a estruturação do debate sobre saúde no MMC leva em consideração o modo de vida e organização das famílias camponesas. Krefta (2014) chama a atenção de que, para poder trabalhar a saúde pública com estas populações, é necessário conhecer sua organização, as práticas e discursos das comunidades em relação ao processo de saúde e doença, a exemplo da importância das rezadeiras e benzedadeiras que possuem muito respaldo para as comunidades, conforme evidencia-se no trecho da entrevista:

[...] tem que entender que a saúde das populações do campo e da floresta, ela tem que ser vista de uma forma diferenciada. Olhar para a saúde dessas populações é diferente do que olhar para a saúde das populações que vivem no meio urbano, das pessoas que tem um modo de organizar as famílias diferente de quem vive lá na roça. Lá na roça você tem, às vezes, horários diferentes do trabalho, você tem formas diferentes de se organizar, você tem a vida na comunidade, você tem a sua forma de fazer as suas festas, os seus encontros, os encontros de família, que é diferente da rotina na cidade. E tudo isso tem que ser levado em consideração. [...] entender o que isso tem a ver com promoção de saúde. O que as próprias festas destas famílias têm a ver com saúde. A forma... a linguagem das pessoas, tudo isso precisa ser visto e ser compreendido. Tudo isso é forma de fazer saúde. As rezas, os benzimentos, o que as pessoas no campo procuram no primeiro momento quando tem algum problema de saúde. Tudo isso precisa ser compreendido e ser trabalhado de uma forma diferenciada. Isso não pode ser visto pelo gestor e muito menos pelos profissionais da saúde como algo que não tem nada a ver. E isto está contemplado dentro da política. (N.M.K., dirigente estadual do MMC/SC, 2016).

Boni (2013) complementa esta perspectiva quando relembra o saber popular em relação às sementes e às ervas/plantas medicinais, que sempre estiveram presentes no cotidiano das mulheres. O trabalho com as ervas e plantas medicinais é difundido entre as camponesas por meio de oficinas, cursos, produção de cartilhas e artigos no informativo do MMC que debatem o tema. Destacam-se duas cartilhas publicadas em 2014 pelo movimento, intituladas: *Horto medicinal, legislação dos fitoterápicos e comercialização*; e *Produção de plantas medicinais aromáticas*. Nas edições do *Informativo MMC – SC* também encontramos espaços dedicados a “Dicas de Saúde”, que informam e ensinam o uso adequado de plantas e ervas medicinais (a exemplo das edições de maio e junho de 2014; e setembro e outubro de 2014).

Outro elemento importante para pensar a saúde no MMC é a relação deste tema com o projeto de agricultura camponesa, com ênfase na agroecologia, nas plantas medicinais, no resgate das sementes crioulas, na alimentação saudável e na reeducação alimentar (AMTR-SUL, 2008). Ratifica-se a importância de analisar esta relação quando observamos a atenção atribuída pelo MMC ao tema, tanto no que se refere a capacitações com ênfase na agroecologia, quanto na produção de materiais didáticos. Dentre os materiais disponibilizados

pelo movimento, quatro cartilhas formativas abordam o tema da alimentação saudável: 1) Mulheres camponesas produzindo alimentos saudáveis (2015); 2) Economia Feminista a partir da Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis (2015); 3) Mulheres camponesas construindo autonomia: produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza (2012); 4) Mulheres camponesas construindo autonomia através da produção de alimentos saudáveis (2011).

Negar a existência do conhecimento popular das mulheres e de sua bagagem no cuidado em saúde, como o conhecimento médico muitas vezes impõe, é negar a história e o conhecimento popular. Na contramão desta perspectiva, a política prevê o resgate do conhecimento acumulado e a proposta de educação popular em saúde – outra bandeira defendida no MMC (KREFTA, 2014; PULGA, 2014).

Desta forma, é possível compreender que o debate sobre saúde no MMC é estruturado com ênfase na noção de cuidado. O “cuidar” adotado pelo MMC extrapola a ideia de saúde/doença, sendo que suas bandeiras de luta por saúde pautam-se na construção de um projeto de saúde e de sociedade que se contrapõem ao modelo patriarcal e machista ainda preponderante nas relações sociais (AMTR-SUL, 2008). O MMC afirma que o modelo de sociedade vigente é patriarcal e capitalista, perpetuando as relações de opressão/exploração. Para o movimento, não há como desconsiderar que estas vivências influenciam no processo de saúde-doença da população, visto que está intrinsecamente relacionado com as condições de vida das pessoas, ou seja, “[...] há um conjunto de questões que determinam e/ou condicionam os processos de saúde e de adoecimento das pessoas.” (AMTR-SUL, 2008, p. 6).

Em cartilha formativa de lideranças e militantes do movimento, intitulada *Mulheres Camponesas em defesa da saúde e da vida*, evidencia-se o posicionamento do MMC em assumir o lugar de enfrentamento e contraponto ao modelo neoliberal que atinge a esfera da saúde, transformando-a em mercadoria. Para as mulheres:

Lutar por saúde exige se contrapor ao projeto neoliberal, do lucro e da morte de milhões de pessoas, como consequência de um modelo centrado no lucro e não na saúde. Há um entendimento comum no movimento acerca do tipo de enfrentamento que é feito ao lutar por saúde, cujos interesses em jogo são pesados e poderosos, porque se contrapõe o projeto de vida com o modelo da doença em vista do lucro para alguns, que colocam a vida à mercê dos interesses econômicos hegemônicos. (AMTR, 2008, p. 28).

Do ponto de vista do MMC, pensar a integralidade da saúde requer o reconhecimento do ser humano enquanto sujeito individual e coletivo, permeado por relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Nesta perspectiva, adota como princípio a resignificação da sabedoria acumulada na história dos sujeitos, estimulando e participando de formações baseadas nos princípios da educação popular (PULGA, 2014; AMTR-SUL, 2008).

Assim,

[...] o movimento realiza as ações educativas na área da promoção à saúde da mulher e da família camponesa, articulando a construção do ser humano integral; a agroecologia, as plantas medicinais; a alimentação saudável; o uso de terapias complementares na atenção à saúde e a luta para a garantia de acesso do povo ao direito de ter atenção integral à saúde pública, através do SUS. (AMTR-SUL, 2008, p. 43).

É possível conceber, neste sentido, que pensar a saúde para o MMC não pode ser desvinculado de outras dimensões da vida social, o que envolve desde práticas e ações educativas na área da promoção à saúde da mulher e da família camponesa, modos de produzir e se relacionar com o meio em que vivem, bem como a luta pela garantia de acesso à saúde pública.

5 Considerações finais

Ao referenciar Scherer-Warren (2012) em relação ao movimento cidadão crítico, em que a sociedade civil busca negociar suas demandas junto aos espaços de decisão, torna-se imprescindível retomar a descrição de que as mulheres camponesas têm participado de espaços representativos formais (conselhos, conferências, Grupo da Terra) e não formais (formações, capacitações, seminários, congressos realizados pelo movimento e/ou por outras organizações e entidades).

A atuação do MMC nestes espaços é considerada uma importante estratégia utilizada para exigir que seus direitos sejam garantidos. Entretanto, alguns obstáculos são impostos ao MMC, haja vista que a exigência de ser uma entidade formalizada, como uma associação, por exemplo, faz com que muitos municípios não instituem vaga específica do movimento. Assim, existem municípios em que o sindicato cede sua vaga ao MMC e levando em consideração a proximidade das demandas relacionadas ao campo, é possível articular questões em comum entre as demandas dos agricultores e agricultoras e das integrantes do MMC.

Esta participação denota que, apesar de vivenciarmos um momento histórico, econômico e social diferente da época de promulgação da Constituição, em que a mobilização e articulação da sociedade contribuíram para conformar e reforçar a participação social como princípio orientador das políticas no País, a organização social continua sendo importante e necessária, pois demonstra que na coletividade é possível pressionar o Estado para garantir direitos negligenciados ou até inexistentes, principalmente quando se leva em consideração a atual e frágil conjuntura que se encaminha para a direção da perda de direitos.

Segundo o MMC, vivemos em uma sociedade patriarcal, machista e capitalista, que perpetua relações de opressão e exploração das pessoas. Este cenário influencia no processo de saúde e adoecimento da população. Deste modo, o MMC afirma que é necessário se contrapor a este modelo para garantir o que se almeja em termos de saúde pública.

Para finalizar, é possível olhar para a construção do artigo e verificar que o mesmo reflete o engajamento do MMC com as causas das mulheres camponesas, na medida em que a organização interna do movimento evidencia a participação de suas integrantes em espaços de planejamento, elaboração, avaliação de ações e

políticas, como é o caso dos conselhos, grupo da terra e observatório e a luta refere-se às ações de enfrentamento, resistência e pressão, como marchas, caminhadas, atos públicos.

Referências

AMTR-SUL – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil. **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Passo Fundo: Passografic, 2008.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; 34, 2002.

BONI, Valdete. MMC um movimento camponês e feminista. **Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34-35, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.866/2011**. Política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta. Brasília: MS, 2011.

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

FALLEIROS, Ialê et al. A constituinte e o sistema único de saúde. In: PONTE, Carlos Fidelis (Org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

KLEBA, Maria Elisabeth. **Descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil: limites e possibilidades**. Chapecó: Argos, 2005.

KREFTA, Noemi Margarida. A mulher camponesa e suas lutas pelo direito à saúde. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 295-296, jun. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; 34, 2002.

PULGA, Vanderléia Laodete. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida.** 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2012.

JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E LIMITES¹

Maxemino Luiz Martinelli²

Rosana Maria Badalotti³

Sonia Bottega⁴

Resumo

O debate acadêmico tem refletido sobre a complexidade/diversidade que envolve a categoria juventude e mais especificamente a juventude rural. Nessa direção, parte-se do pressuposto de que uma definição universalizante com base em elementos físicos/biológicos/comportamentais, não consegue dar conta desta diversidade. A partir deste pressuposto, este artigo se propõe a realizar uma revisão bibliográfica e documental sobre a diversidade que envolve a juventude como categoria teórica e condição social, com ênfase para complexidade em torno da juventude rural e mais especificamente para estudos e ações voltadas às políticas públicas, seus avanços e limites no que se refere à inserção dos jovens rurais, não somente como agentes produtivos, mas como protagonistas no processo de discussão, elaboração e implementação das políticas públicas. O planejamento das políticas públicas requer a participação dos jovens rurais em processos de deliberação pública que mobilizem os jovens a participar das decisões, não apenas para a ampliação da democracia, mas também pela vivência política nos movimentos os jovens poderão fazer suas escolhas e traçar seus objetivos e projetos, descrevendo, assim, trajetórias que terão significativa influência em suas identidades.

Palavras-chave: Juventude. Juventude rural. Políticas públicas.

1 Introdução

De maneira geral, as políticas específicas, tanto para jovens urbanos, quanto rurais, possuem como base a Política Nacional de Juventude (PNJ) implantada em 2005 pela Lei n. 11.129, a qual delimita uma faixa etária para a condição da juventude, que compreende indivíduos entre 15 e 29 anos (CONJUVE et al., 2006).

-
- 1 Este texto é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento do primeiro autor sob a orientação da segunda autora e objetiva analisar o acesso dos jovens rurais às políticas públicas no município de Chapecó (SC).
 - 2 Graduado em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Mestrando no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <maxemino@unochapeco.edu.br>.
 - 3 Doutora em Ciências Humanas (UFSC). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Unochapecó. *E-mail:* <rosana@unochapeco.edu.br>.
 - 4 Estudante do curso de graduação em Psicologia da Unochapecó. *E-mail:* <soniabottega@unochapeco.edu.br>.

A PNJ possui como base os princípios de promoção da autonomia e emancipação dos jovens; a valorização e promoção da participação social e política, o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem (CONJUVE et al., 2006).

Cabe salientar que frente aos diversos conceitos e faixas etárias utilizadas para definir a juventude, tomamos neste estudo a definição do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE et al., 2006), que situa a juventude como uma categoria social, parametrizada por uma faixa etária, que em suas múltiplas identidades, posições e vivências, abrange os brasileiros e as brasileiras, entre 15 e 29 anos.

Segundo Castro (2009), os jovens são considerados teoricamente como sujeitos-chaves para o desenvolvimento rural. A partir dessa afirmação, destaca que duas dimensões fundamentais interferem para que a juventude permaneça ou não no meio rural, como protagonista para o seu desenvolvimento e como sujeitos responsáveis pela manutenção e ampliação do patrimônio familiar.

Por outro lado, a permanência do(a) jovem no meio rural depende não apenas de sua inserção no sistema produtivo, mas de outros fatores que efetivamente o estimulem a permanecer, como acesso à terra, lazer, educação, saúde. Nessa direção, o meio rural, ao não garantir efetivamente o acesso dos jovens aos direitos substantivos (SEN, 2000) citados, pode se constituir em um espaço de segregação da infância e da juventude, uma vez que a primeira preocupação da família é a inserção precoce destes jovens no sistema produtivo (REDIN et al., 2013).

Considerando as potencialidades e fragilidades vivenciadas pelos jovens rurais em suas diferentes trajetórias, que passam pelo acesso e/ou falta de terra, lazer, educação, saúde e recursos de crédito financeiro para investir na propriedade rural, Barcellos (2014) afirma que tais potencialidades ou fragilidades poderiam ser garantidas e/ou supridas através da implementação de programas e políticas públicas efetivas.

Ainda segundo o autor, a juventude rural precisa ser considerada como um ator que se articula politicamente, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que atendam suas demandas. Nesse sentido, a juventude é um tema transversal, que deve ser abordado no conjunto do escopo das políticas voltadas para a área social (BARCELLOS, 2014).

A partir desta problematização, este artigo se propõe a realizar uma revisão bibliográfica e documental sobre a diversidade que envolve a juventude como categoria teórica e condição social, com ênfase para complexidade em torno da juventude rural e mais especificamente para estudos e ações voltadas às políticas públicas, seus limites e possibilidades no que se refere à inserção dos jovens rurais, não somente como agentes produtivos, mas como protagonistas no processo de discussão, elaboração e implementação das políticas públicas.

Para tanto, este texto está estruturado em três sessões. Na primeira sessão abordamos o conceito de juventude como categoria teórica e condição social, destacando que se trata de uma categoria construída historicamente e socialmente, e que, portanto, não pode ser reduzida ou compreendida apenas em sua dimensão biológica ou faixa etária. Na sequência, se destaca o debate que envolve as conquistas e lutas voltadas

aos direitos sociais da juventude rural e sua relação com as políticas públicas. Por fim, discute-se sobre a mobilização e envolvimento dos jovens rurais na construção de programas e de políticas públicas que atendam as diversidades e singularidades dos jovens rurais.

2 Juventude como categoria teórica e condição social

Autores como Bourdieu (1983) e Pais (1993) ampliam a discussão sobre o conceito de juventude para além da dimensão da faixa etária. Segundo Bourdieu (1983), reduzir a juventude a uma classificação etária é um mecanismo de poder. No texto *Juventude é apenas uma palavra*, afirma que esse modo de classificação, que opõe faixas etárias, por exemplo, jovens e velhos, significa uma divisão de poderes, que impõe limites e busca produzir uma ordem hierárquica, entendida pelo autor como objetos de manipulação.

Segundo Pais (1993, p. 29), o conceito de juventude, ao contrário de apenas uma divisão pela idade biológica, deve ser entendido a partir das construções sociais que envolvem tal dimensão. A definição apenas pela faixa etária, segundo o autor, restringe a compreensão do jovem enquanto sujeito de direitos e, sobretudo, limita em relação aos fatores ou condicionantes histórico-sociais de construção da juventude, enquanto “[...] categoria socialmente construída [...] no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo.”

Desta forma, a partir da compreensão de juventude como uma construção social, é possível incluir nesta inúmeros outros aspectos, inclusive o da classificação etária, contribuindo, desta forma, para a interpretação de um fenômeno social mais complexo, que não se restringe isoladamente para apenas um fator (BOURDIEU, 1983).

Diferentemente da perspectiva proposta por Bourdieu (1983) e Pais (1993), a Organização das Nações Unidas (ONU) orienta a adoção do recorte etário no que diz respeito à classificação de um parâmetro para ser considerado jovem, recomendando a idade entre 15 a 24 anos.

No Brasil, a orientação do Poder Executivo, inicialmente, pretendia seguir as orientações da ONU. Contudo, através da Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, estendeu o limite da faixa para até 29 anos, salientando em seu Art. 11 da referida Lei, que compete à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) articular todos os programas e projetos destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, ressalvado o disposto na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (PROJETO JUVENTUDE, 2004).

Para além da faixa etária delimitada, a SNJ compreende o termo juventude, no documento intitulado Projeto Juventude (2004, p. 10-11), como “[...] uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diversas esferas da vida.”

Nesta direção, a criação da SNJ ocorreu para desenvolver ações voltadas a elevar o nível de escolaridade, para a qualificação profissional, para a criação de serviços socioeducativos e trabalho comunitário voltados à juventude, caracterizando, segundo Gohn (2014), diferentes projetos e ações coletivas propostas em parceria entre a sociedade civil e as esferas governamentais.

Consideraremos também o entendimento do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), espaço de articulação e formulação de políticas para a juventude, que a compreende como uma etapa da vida que, como outras, possibilita a vivência e construção de trajetórias, desafios e experiências. Esse entendimento demonstra que ser jovem ultrapassa a classificação biológica e etapista, chamando a atenção para as relações sociais. Outro aspecto a ser destacado remete à compreensão das diversidades e particularidades que diferenciam os jovens uns dos outros (CONJUVE et al., 2006).

Como destaca Pais (1993, p. 33), “[...] os modos de existência juvenil são caracterizados por uma série de rupturas e percursos bastante diferentes uns dos outros.” Deixar de entender que essas configurações e percursos se constituem de diferentes formas, a partir de variáveis diversas associadas a tais construções sociais, tal como, classe social, gênero, etnia, escolaridade, entre outras, seria desconsiderar, “[...] principalmente, o modo de ser, o contexto social na qual estão inseridos e, acima de tudo, as suas diferenças, que são elementos decisivos para compreender a construção social das identidades.”

Discutir a respeito do conceito de juventude exige, portanto, refinamentos teórico-metodológicos, em que, por dada a complexidade em torno dessa categoria, requer, principalmente, reconhecer as particularidades dos contextos sociais em que os jovens estão inseridos.

Entre essas particularidades, mais recentemente se destacam os estudos voltados às políticas públicas para a juventude rural. Adentrar no complexo mundo no qual estão inseridos, principalmente no que diz respeito aos estereótipos que cercam a juventude rural e as fragilidades dos programas e das políticas públicas, é estar inferindo que existem mecanismos possíveis para amenizar a questão da invisibilidade social do jovem rural.

Essa invisibilidade do jovem rural é descrita por Carneiro (1998) como um fator de exclusão, uma vez que, em sua grande maioria, as políticas públicas historicamente têm negligenciado os jovens, e mais especificamente os jovens rurais. Essa fragilidade, segundo o Conjuve e colaboradores (2006), está relacionada à ausência de prioridades em relação a grupos específicos ou minoritários, visto que dados estatísticos apontam que os jovens correspondem a 4,5% da população de 15-29 anos.

Ainda nessa perspectiva, outro aspecto importante a ser analisado, no que diz respeito a invisibilidade do jovem rural, refere-se a inserção desse jovem na sociedade, uma vez que essa invisibilidade pode ser intensificada quando as políticas públicas e os programas não contemplarem de forma plena as particularidades dos mesmos.

Carneiro (1998) e Castro (2009) descrevem que a inserção do jovem rural, muitas vezes, se restringe ao seu papel como agente produtivo na manutenção e ampliação do patrimônio familiar, aspecto este que pode representar uma forma de segregação da juventude a outras dimensões da vida social.

A autora considera que muitos estudos relacionados à juventude rural referem-se ao jovem rural apenas na “[...] condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, o que os tornam adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente pela ótica do trabalho”. (CARNEIRO, 1998, p. 1).

Esse olhar restrito, segundo Carneiro (1998), em relação à condição da juventude, demonstra a necessidade de se ampliar o foco dos estudos para outras dimensões da vida social, enquanto construção social, para além da esfera produtiva e econômica. De acordo com a autora, o sistema capitalista, ao enfatizar o processo de modernização da agricultura, baseado no modelo industrial de produção, limita a significação do mundo social, ao impor fronteiras culturais e sociais que dificultam idealizações e projetos dos jovens rurais em permanecer no meio rural.

Stropasolas (2014, p. 185) remete a dados divulgados por organismos nacionais e internacionais entre os quais o PNAD/IBGE, ONU e Unicef, relacionados à precariedade e desigualdade social vivenciadas pelas populações infantojuvenis no meio rural brasileiro. Tais desigualdades são decorrência de disparidades de desenvolvimento regional construídas historicamente em diferentes níveis, entre as quais se destacam “[...] hierarquias de poderes e diferenças de classe social, etnia, raça, gênero e geração, enfim, [...] acesso diferenciado às oportunidades, aos direitos de cidadania, às políticas públicas e aos bens da modernidade.”

Nesta direção, Stropasolas (2014, p. 190) chama a atenção para a importância em considerar “[...] os novos perfis identitários que vêm sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interagem os diversos estratos sociais da juventude [...]”, no processo de construção das políticas públicas.

Assim,

[...] pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que têm sido afirmadas de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados, seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros. (STROPASOLAS, 2014, p. 195).

No Brasil, segundo Barcellos (2014, p. 201), recentemente a juventude rural passa a ser referenciada como um agente de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais no âmbito do governo federal, aspectos que serão tratados na próxima sessão.

3 Direitos sociais e políticas públicas para a juventude

Para Cruz e Guareschi (2010, p. 13), “[...] o século XVIII instaura a chamada era dos direitos civis, necessários à ordem burguesa, pois era preciso liberdade de ir e vir para vender a força de trabalho, bem como ter a garantia de segurança em relação à propriedade privada.”

Segundo as autoras, a efetivação dos direitos sociais estava atrelada às condições econômicas, ou seja, à intervenção do Estado, e o nascimento dos direitos sociais do século XX resultou das lutas enfrentadas pela classe trabalhadora (CRUZ; GUARESCHI, 2010).

A extensão dos direitos políticos aos trabalhadores e a introdução dos chamados direitos sociais foram responsáveis pela expansão do conceito de cidadania. Os direitos passam a ser assegurados por meio de políticas públicas e sociais representada na figura do Estado (PEREIRA, 2009).

Até o início do XX prevaleciam ideias liberais de um estado mínimo que somente assegurasse a ordem e a propriedade, e do mercado como regulador “natural” das relações sociais. Como destacam Cruz e Guareschi (2010, p. 15-16), após a crise econômica de 1929, a questão social se intensificou,

[...] gerando novas relações entre capital e trabalho e entre estes e o Estado, fazendo com que as elites econômicas admitissem o limite do mercado como regulador atual e resgatassem o papel do Estado como mediador civilizador, ou seja, com poderes políticos de interferência nas relações sociais. [...]. É este o cenário, principalmente na Europa do pós-guerra, que se consolida a proposta do Estado social, implementador de políticas sociais baseadas nos princípios sociais universais, igualitários e solidários, sendo o precursor do chamado Estado de Bem-Estar Social.

Ainda segundo Cruz e Guareschi (2010), política pública é a resposta do Estado frente às demandas que emergem da sociedade, caracterizando-se como um conjunto de ações, formando uma rede complexa. Como destaca Pereira (2009), o Estado social tomou como parâmetro um modelo estatal de intervenção na economia de mercado, passando a gerir sistemas de proteção social devido à expansão e fortalecimento do setor público. Desta forma, os movimentos sociais no Brasil podem ser caracterizados pela tensão entre a busca de autonomia frente ao Estado e o desejo de contribuir para sua democratização (TRALDI, 2007).

Como destaca Rua (1998), a partir de 1990, as políticas públicas voltadas aos jovens começam a ganhar forma. Contudo, a autora salienta que devido a uma construção histórica de uma sociedade com modulações dominantes sobre seus sujeitos jovens, acabam interferindo no processo de construção de políticas para a juventude que vão além do contexto instituído, por exemplo, no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

A população jovem passa a ser vista, a partir da década de 1990, como um potencial de relação conceitual de risco social, visualizando sérios problemas no âmbito da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, soa como um alerta para se pensar estratégias das novas formas das políticas públicas.

Após mobilizações que se iniciaram na década de 2000, através de seminários, pesquisas e consultas sobre a temática juvenil, foram sendo somados esforços de grupos, movimentos e redes de jovens, que discutiam a questão da juventude de uma forma mais sistêmica. Segundo a SNJ, em 2004, na Câmara Federal foi instituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, que iniciou um processo de debate sobre a constituição do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude. Outras ações, ainda neste período, foram de extrema importância, como a Emenda Constitucional n. 394, de 2005, que incluiu a palavra jovem na Constituição Federal. Também se destaca a criação por medida provisória, convertida na Lei n. 11.129/2005, a SNJ, o Conjuve e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) (SNJ, 2012).

No que se refere às políticas para a juventude rural, em 2011 o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural (Condraf), por meio da Resolução n. 79, prevê tanto a proposição, quanto o acompanhamento de políticas sejam finalísticas e/ou transversais dirigidas aos jovens, que desenvolvem atividades rurais, além da viabilização das políticas públicas a fim de atender as demandas dos jovens no meio rural.

Para Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p. 127), as políticas públicas voltadas à juventude rural devem ser pensadas conjuntamente com um projeto societário mais amplo, que possa efetivamente superar as desigualdades geradas historicamente pelo modelo de desenvolvimento rural baseado no latifúndio e no agronegócio,

[...] pensar políticas públicas para a emancipação e autonomia da juventude rural é também estar consciente da necessidade de superar as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais produzidas pelo modelo de desenvolvimento rural brasileiro, baseado no latifúndio, no agronegócio e na concentração dos bens naturais comuns.

No que se refere ao caráter particular do meio rural, inúmeros são os desafios enfrentados pela juventude nesse contexto. Entre estes, o Conjuve e colaboradores (2006, p. 36) destacam “[...] a precariedade e, inclusive, a ausência das políticas públicas que estimulem e [...] garantam o acesso à terra e aos mecanismos para torná-la produtiva e sustentável, assim como assegurem os direitos trabalhistas.” Diante disso, ainda segundo o Conjuve e colaboradores (2006, p. 36),

[...] a falta de oportunidades de geração de ocupação e renda, que proporcione a construção de projetos de vida autônomos em relação à família; a dificuldade de acesso ou, em outros casos, a inexistência dos serviços de infra-estrutura social nas áreas de educação pública, saúde, cultura e lazer que lhes permitam condições dignas de vida e trabalho; o esvaziamento populacional e a masculinização das áreas rurais, provocados, fundamentalmente, pela falta de perspectivas de permanência no espaço rural que coloca a migração como uma alternativa forçada e não como um exercício de liberdade de escolha de cada indivíduo.

Três situações são possíveis de serem analisadas em face ao exposto. A primeira diz respeito ao planejamento das políticas públicas para os jovens rurais, uma vez que a dificuldade de permanência nos espaços rurais vai além da garantia de terra, por exemplo, o que requer também, conjuntamente, a garantia e acesso a recursos que darão a “[...] condição mínima de infraestrutura e os recursos necessários para potencializar o início da produção.” (CONJUVE et al., 2006, p. 36).

O segundo ponto a ser analisado está relacionado àquele jovem que, mesmo permanecendo no meio rural, tem o desejo de poder acessar, assim como os jovens urbanos, o direito a uma educação básica diferenciada, como o avanço “na implementação das Diretrizes Nacionais por uma Educação Básica do Campo”, que possa

garantir o direito universal à educação, bem como uma qualificação profissional específica (CONJUVE et al., 2006, p. 36).

Como terceiro ponto, e tão importante quanto os dois primeiros, se destaca a efetiva participação dos jovens rurais em processos de deliberação pública que envolvam as decisões em torno das políticas públicas, “[...] mobilizar os jovens a participar das decisões e dos projetos, não apenas para a ampliação da democracia, mas também pela vivência política nos movimentos de desenvolvimento pessoal dos jovens.” (CONJUVE et al., 2006, p. 37).

Nesta direção, um marco importante a destacar é a realização do I Seminário Nacional da Juventude Rural e Políticas Públicas em 2012, que, mediante mobilização social, contou com o apoio da SNJ e MDA. Este seminário buscou construir uma articulação nacional permanente entre o governo federal e a sociedade civil (organizações e movimentos sociais) para debater e elaborar políticas públicas para e com os/as jovens do campo. O foco de discussão dos jovens neste seminário não se restringiu somente a pensar políticas públicas específicas para a juventude, mas propor e construir outro modelo de sociedade, que se contraponha ao modelo capitalista, concentrador, injusto e desigual. Neste aspecto, a democratização do acesso à terra via uma reforma agrária ampla e efetiva, o incentivo à agricultura familiar, modos de produção sustentável, são pontos fundamentais. A proposta apresentada e defendida pela juventude caracteriza um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável que envolve uma noção de que o meio é um espaço de vida e trabalho, constituído por sujeitos sociais (SNJ, 2013).

Dentre os programas voltados aos jovens, destaca-se no quadro 1 aqueles destinados especificamente à juventude rural, como: Pronaf Jovem; Nossa Primeira Terra; ProJovem campo – Saberes da Terra e o Consórcio Social da Juventude Rural, os quais serão apresentados mais detalhadamente na sequência (CONJUVE et al., 2006).

Quadro 1 – Programas voltados aos jovens rurais

Programa	Ano	Ministérios/Parceiros	Objetivo
Pronaf Jovem	2004	MDA	Linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares e contempla jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.
Nossa Primeira Terra	2004	Ministério da Defesa (MD) e MDA	Linha de financiamento especial, criada pelo governo federal dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF), com o objetivo de possibilitar aos jovens brasileiros a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural em vez de migrarem para as grandes cidades. O financiamento visa atender a jovens sem-terra, filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 24 anos que desejem adquirir uma propriedade rural.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) campo – Saberes da Terra	2005	Ministério da Educação (ME)	Desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores(as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade em Ensino Fundamental com qualificação profissional inicial, respeitadas as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtivas dos povos do campo.
Consórcio Social da Juventude Rural	2007	Fetraf-Sul/CUT; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e MDA.	Qualificar jovens que residem em comunidades rurais, facilitando o seu acesso ao emprego e a outras formas de geração de renda. Para participar, esses jovens devem integrar famílias com renda mensal <i>per capita</i> de até meio salário-mínimo e ter concluído ou cursar o ensino fundamental ou médio.

Fonte: elaboração dos autores (2016).

Segundo o Conjuve e colaboradores (2006, p. 113), o Pronaf Jovem se trata de “[...] uma linha de crédito especial destinada a agricultores com idades entre 16 e 25 anos, que estejam concluindo o Ensino Médio em centros familiares ou escolas técnicas agrícolas.” O Nossa Primeira Terra “[...] é uma das principais linhas de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, [...] criada para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares.” Já no Consórcio Social da Juventude Rural, “[...] os jovens aprendem a lidar com valores humanos, com aulas de ética e cidadania, além de educação ambiental e gestão para o desenvolvimento.” No Saberes da Terra é oferecida qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores, visando “[...] ampliar o acesso e a qualidade da educação respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo.”

4 A participação da juventude rural na proposição de políticas públicas

A mobilização e envolvimento dos jovens rurais na construção de programas e de políticas públicas que atendam as diversidades e singularidades dos jovens rurais constitui um importante desafio. Como destacam Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p. 54), para se pensar os limites e possibilidades de acesso, formulação e implementação da Política Pública destinada à juventude rural em curso,

[...] eles todos acessariam uma política pública destinada à juventude rural? Como ficaria a unificação de grupos sociais diferenciados, que inclui agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e outras categorias? Como se trabalha com essa diversidade? Não teria um risco em unificar o que, talvez, não seja unificável? Essa é a proposta que está no Estatuto da Juventude, que está em votação no Congresso, está no Senado agora, na CCJ. Como enfrentar

o desafio de pensar política para e com a juventude? Para a juventude rural é um desafio se empoderar, fazer parte desse processo. As políticas públicas específicas para a juventude rural, como Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem, também apresentam limites. Não estão atendendo às demandas e ao anseio da juventude rural. Assim, um dos desafios para o governo é pensar quais políticas públicas são demandadas pela juventude rural. Hoje as políticas públicas são pensadas para a terra, e crédito para a produção, mas não se pensa a infraestrutura no meio rural. Qual a infraestrutura apropriada para a juventude rural no meio rural hoje? Precisa de estrada? Precisa. Porque muitos jovens rurais relatam as dificuldades das estradas que precisam enfrentar para comercializar a produção.

Diante do desafio de pensar política para e com a juventude, sem risco de unificar a diversidade que envolve as juventudes, o Conjuve e colaboradores (2006) compreendem que nesse processo os jovens não devem ser convocados apenas para homologar decisões já tomadas pelos governantes, ou seja, é necessário que se promova o direito à participação dos mesmos.

De forma geral, se os programas e as políticas públicas não tiverem capilaridade na sociedade, de nada adianta ter recurso ou estrutura, pois a juventude precisa participar efetivamente na formulação, gestão e execução das políticas públicas. Segundo Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p. 64),

[...] é preciso outra política e outras ideias que sejam mais apropriadas ao que a juventude rural está querendo dizer e fazer. A juventude precisa estar presente na formulação, gestão e execução da política pública. E estar presente não é só uma questão de dizer: 'Ah! Olha só o rapaz tem 27 anos, é jovem e está na gestão'. Não adianta só a questão de idade, mas sim da concepção política e geracional. Outra questão para quem está no governo é que não tem que reinventar a roda. A juventude rural tem experiência acumulada, com ações em diversos campos, desde a agroecologia e tantos outros, para sistematizar e contribuir no debate junto ao governo. No campo da cultura e educação popular, a juventude também tem efetividade, tem uma capilaridade na sociedade e tem uma influência.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância da participação efetiva da juventude rural na formulação e gestão de políticas públicas que tenham relação com as trajetórias e experiências já acumuladas dos jovens, que os incluam como sujeitos de direitos e que garantam acesso integrado a direitos mais amplos como a informação, diversidade cultural e étnica, saúde, esporte, lazer, meio ambiente, participação social e política. Deste modo, o Conjuve e colaboradores (2006, p. 52) consideram de extrema importância a participação efetiva do Estado, com ações “[...] necessárias para que as políticas de juventude, ao invés de intervenções fragmentadas e pontuais, integrem dimensões como:”

a) a econômica – contemplando o trabalho, o desenvolvimento tecnológico, o emprego e os recursos que resultem em geração de renda; b) a social – contemplando o acesso à informação,

ao capital social e à expressão cultural, a diversidade étnica e a diferença de capacidades, o fortalecimento da participação da mulher jovem no esporte, a juventude rural, a juventude em conflito com a lei, o meio ambiente, o exercício da cidadania e a possibilidade da auto-organização; e c) a participação da juventude nos processos de tomada de decisões, na elaboração e na gestão das políticas públicas de esporte e lazer como direitos sociais, em todos os níveis, através da sua atuação nos Conselhos Municipais e Estaduais de Esporte e Lazer e da participação dos jovens como Agentes Comunitários de Esporte e Lazer para serem multiplicadores nas suas comunidades e promovam, ainda, a inserção no mercado de trabalho. (CONJUVE et al., 2006, p. 52).

Segundo o Conjuve e colaboradores (2006), destacam-se dentro dessas dimensões as políticas estruturais, os programas governamentais e as ações de forma articulada, que possam atender tanto o jovem urbano quanto rural, não estabelecendo distinção entre essas categorias. Entretanto, compreendemos que apesar de não haver distinções, a Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), apresenta fragilidades no que se refere aos jovens rurais. Ao longo de seus 48 artigos, o Estatuto cita especificamente o jovem rural apenas duas vezes (inciso VI⁵ do Art. 15 e inciso IV⁶ do Art. 36) (BRASIL, 2013).

Recentemente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) mediu uma carta proposta pela juventude trabalhadora rural, que se organizou com objetivo de propor políticas públicas específicas para este segmento. A proposta da carta propõe que se “[...] desencadeie processos de diálogo e negociação com o governo federal geradores de direitos e oportunidades, para que os(as) jovens trabalhadores(as) rurais construam seu projeto de vida no campo.” (CONTAG, 2015, p. 3).

Conforme destaca a Contag (2015, p. 6), a juventude trabalhadora rural não se limita a questões pontuais e específicas, como o acesso à terra ou a inserção no mundo do trabalho, sendo sua pauta diversificada e ampla na medida em que

[...] ela está integrada à defesa do projeto de sociedade soberana, democrática, igualitária e com desenvolvimento rural sustentável e solidário. Traduz-se num campo com gente, em sua diversidade e em seu compromisso com a soberania e segurança alimentar. Em torno disso, muitos desafios se colocam, dentre eles a democratização da terra, o uso sustentável dos bens da natureza, a consolidação da agroecologia como matriz produtiva, a garantia de direitos sociais e trabalhistas, a promoção de relações igualitárias de gênero, geração, étnicas e regionais e a defesa da democracia.

5 Apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais.

6 Incentivo à participação dos jovens em projetos de geração de trabalho e renda que visem ao desenvolvimento sustentável nos âmbitos rural e urbano.

Entre as questões mais amplas que constituem a pauta da juventude rural, se destaca a defesa de um projeto de sociedade democrática, soberana e igualitária, que considere a diversidade desta população no que se refere à promoção de direitos sociais e trabalhistas, de gênero, geracionais, étnicos e regionais. Para atender essa diversidade, as políticas públicas precisam articular e atender as reais necessidades dos jovens rurais e vinculá-los às esferas públicas de discussões para que possam participar efetivamente da formulação, gestão e implementação das políticas públicas.

5 Considerações finais

O debate que envolve a juventude rural e sua relação com as políticas públicas requer ampliar a compreensão desta categoria como multidimensional e diversa, que reconheça os jovens como sujeitos de direito, autônomos e corresponsáveis, o que depreende ações integradas de promoção da saúde, esporte, lazer e meio ambiente baseadas na cooperação solidária e na gestão democrática e compartilhada.

Como destaca Stropasolas (2014), a complexidade que envolve a implementação de ações integradas que contemplem a diversidade social das juventudes rurais requer, portanto, questionar a versão setorializada ou individualizada de políticas, rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local e, por fim, ampliar a articulação entre o Estado e suas instituições, a sociedade civil, os movimentos, as universidades, as entidades representativas e, sobretudo, os jovens em sua diversidade.

Afirmar que os programas e as políticas públicas, articulados com a ampliação dos recursos, que favoreçam os investimentos no meio rural em suas várias dimensões, tendo em vista as especificidades do contexto do jovem rural, pode não garantir a permanência dos jovens no meio rural, contudo estará garantindo que, a partir do acesso a esses mecanismos, os jovens poderão fazer suas escolhas e traçar seus objetivos e projetos, descrevendo, assim, trajetórias que terão significativa influência em suas identidades.

Referências

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. 2014. Tese (Doutorado em CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 3 maio 2015.

CARNEIRO, Maria José. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (Orgs.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de ciencias sociales**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/773/77307108.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2007.

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude et al. (Orgs.). **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Carta proposta da juventude trabalhadora rural**. 2015. (3º Festival da Juventude Rural). Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fh_TTGL-ccAJ:www.agenciajovem.org/wp/%3Fp%3D6874+%&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 jul. 2015.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à psicologia. In: _____; _____. **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 13-38.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e associativismo no Brasil atual. In: _____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão**: versão final. [s.l.]: Instituto Cidadania, 2004.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: _____. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. 2 v.

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/1o-seminario-nacional-juventude-rural-e-politicas-publicas/view>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 178-196.

TRALDI, Maria Cristina. Os Conselhos Gestores como instrumento de controle da sociedade civil: uma perspectiva histórica. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 49-60, 2007. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/257>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CENÁRIO DAS LUTAS SOCIAIS

Naira Estela Roesler Mohr¹

Matheus Fernando Mohr²

Resumo

Nos últimos anos, o tema Educação do Campo tem tido destaque no contexto brasileiro, desde a dimensão do debate pedagógico como na esfera das políticas públicas. Isto certamente tem relação com os processos demandados pelas organizações sociais populares que, além do direito à educação, colocam em pauta outros direitos básicos não garantidos ao conjunto da sociedade. Entretanto, muitas destas conquistas parecem ameaçadas no atual cenário político, considerando novas medidas desencadeadas no campo das políticas educacionais. Este trabalho busca refletir sobre os desdobramentos das ações e forças atuantes no contexto dos processos das lutas dos movimentos sociais na contemporaneidade, sobretudo na esfera da educação pública. Para isso, procuramos recuperar elementos históricos da origem da Educação do Campo no sentido de situar o momento atual, apresentando dilemas e contradições vivenciados, bem como os desafios para a construção de uma proposta contra-hegemônica de educação.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas educacionais. Movimentos sociais.

1 Introdução

Nos dias atuais, a Educação do Campo é tema recorrente em diversos espaços, entrando na agenda das discussões teóricas e no cenário das lutas de organizações sociais. Também aparece como alvo de críticas por alguns setores e como elemento gerador de vários debates e diversas tendências interpretativas. Por um lado, existem aqueles que não veem sentido nesta luta específica, afinal, segundo situações promovidas pelo modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, a população camponesa está fadada a desaparecer. Em outro grupo, fica visível uma diversidade de movimentos populares, instituições públicas e privadas que se apresentam enquanto fortalecedoras e protagonistas desta bandeira, buscando traçar caminhos capazes de inferir significativamente frente aos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

1 Mestre em Educação, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutoranda em Educação, pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/*Campus* Erechim). *E-mail*: <nairamohr@uffs.edu.br>.

2 Mestre em Agroecossistemas (UFSC), doutorando em Educação Científica e Tecnológica (Dinter UFSC/UFFS). Professor da UFFS/*campus* Erechim. *E-mail*: <matheus.mohr@uffs.edu.br>.

Embora se observe neste segundo grupo diferentes matizes de concepções e perspectivas, há em comum nos seus discursos um reconhecimento em torno da histórica dívida em relação às comunidades que vivem no campo. É unânime a constatação de que um país como o Brasil, que notoriamente teve sua existência alicerçada na produção agrícola e por largo tempo com a maioria de sua população vivendo no campo, realmente muito deixou a desejar na oferta escolar formal nestes locais. Basta analisar os índices de analfabetismo no decorrer da história brasileira, tendo como recorte o local de residência, para que se explicita a defasagem das áreas rurais em relação ao espaço urbano.

No entanto, é justamente pela ausência da atuação do Estado no segmento educacional que ações dos movimentos sociais são mobilizadas nesta direção. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foco deste trabalho, desde a sua criação, desencadeou significativos processos formativos e educativos com o conjunto de seus membros.

Assim, para a proposição desta reflexão importa a construção de um conceito de Educação do Campo vinculado às lutas dos trabalhadores do campo, que surge “da sua própria negação”, ou seja, da ausência de processos educativos formais nos locais onde estas lutas estavam sendo produzidas. Sob este enfoque e com este vínculo necessário é que o termo “Educação do Campo” é cunhado na preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 1998 e vai se desenvolvendo no decorrer dos próximos anos (CALDART et al., 2012, p. 259):

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra, trabalho e territórios que organizam esta luta por educação. Também não é por acaso que se entra no debate sobre política pública.

No sentido de apresentar estas ideias iniciamos este texto buscando situar historicamente elementos que colaboram com a evidência desta discussão no Brasil nas três últimas décadas. Posteriormente, na busca de compreender o momento atual, buscamos sinais de rupturas e continuidades no que tange o cenário das políticas educacionais, reconhecendo o caráter contraditório da educação e dos projetos de desenvolvimento em curso.

A pretensão deste texto, muito mais do que uma análise crítica e acabada sobre todo este processo, antes busca promover reflexões diante de um quadro político complexo que certamente nos deixa em estado de incômodo e preocupação.

2 A origem da Educação do Campo

O cenário educacional dos anos 1990 no Brasil foi marcado por um conjunto de medidas observadas por diferentes reformas políticas, tais como a privatização das empresas produtivas estatais e a abertura de novos mercados, onde ocorreram reformas nos sistemas de previdência social, saúde e educação, descentralizando-se seus serviços sob a justificativa de otimizar seus recursos, sobretudo pela extinção massiva de escolas e deslocamento das matrículas para os centros urbanos. Esta situação estava fortemente atrelada aos programas de descentralização do ensino, sobretudo no ensino fundamental, que cada vez mais passou a ser responsabilidade dos municípios conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996). Na reestruturação dos sistemas de ensino os gestores adotaram o princípio da racionalidade financeira promovendo os chamados projetos de “nucleação escolar”, onde as escolas foram reordenadas, muitas vezes de forma precipitada e arbitrária, sem uma discussão com as comunidades envolvidas ou com um planejamento mais apurado.

É neste contexto que surgiu a partir das organizações sociais do campo, principalmente no âmbito do MST, um movimento nacional de articulação denominado: “Por uma Educação Básica do Campo”, que além de reivindicar o direito à educação promoveu um amplo debate em relação aos modelos de escolarização. A primeira conferência realizada em 1998, em Luziânia (GO), teve como objetivo socializar e compartilhar experiências entre os diversos grupos que viviam no campo e que acabaram assumindo o vazio deixado pelo estado (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999). Esta conferência teve como principais promotores o MST, a Universidade de Brasília, CNBB, Unicef e Unesco.

Nos anos subsequentes, o aprimoramento e a ampliação deste debate avançaram para além da formulação de propostas locais, atuando no cenário de lutas por políticas públicas. Podemos citar como produto deste esforço a formulação, em 2001, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, bem como de outros marcos regulatórios posteriores.

No relatório do Conselho Nacional de Educação, em defesa da formulação das diretrizes, foi apresentado o contexto histórico da educação dando ênfase à condição de marginalização histórica da população camponesa. A concepção de Educação do Campo proposta anuncia a perspectiva de emancipação humana, a consideração de aspectos da cultura camponesa, da identidade dos sujeitos, das relações socioambientais e também das organizações políticas.

Repercutiu, ainda, como ganhos políticos, a criação junto ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) em 2004, que posteriormente passou a denominar Secadi, com o acréscimo do termo “inclusão”. Esta Secretaria tinha como atribuição “[...] implementar políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.” (BRASIL, 2002, p. 17).

Também, a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), em 2010, composto por entidades e movimentos sociais do campo, buscou dar sustentação ao movimento da educação do campo iniciado nos anos 1990 (MUNARIM, 2014).

No espaço acadêmico evidenciou-se um despertar do interesse pelo tema da Educação do Campo com o desenvolvimento de projetos de extensão, publicações de artigos, promoção de eventos, investigações em monografias, dissertações e teses, além da constituição de grupos de estudos e pesquisas, dentre outros.

Como destaque, citamos a criação de cursos de licenciatura ancorados na legislação conquistada pelos movimentos sociais, como é o caso do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), criado pelo governo federal em 2012, sendo que, dentre outras metas, estimulou a criação de cursos superiores de licenciatura específicas para professores do campo.

É possível afirmar que este processo resultou numa maior legitimação da Educação do Campo, tanto na esfera conceitual, quanto pela evidência de ações efetivas que apontam para a proposição de políticas públicas de direito. Em termos conceituais é importante a demarcação de três momentos que vão dando forma e buscando a síntese das discussões coletivas.

O primeiro, em 1998, quando da realização da Primeira Conferência “Por uma Educação Básica do Campo”, onde se afirma:

Entende-se por escola do campo aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 14).

O segundo, no parecer da relatora Edla de Araújo Lira Soares, do CNE, ao defender a implantação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A educação do campo, tratada como educação rural, na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, neste sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e as realizações da sociedade humana. (BRASIL, 2002, p. 4-5).

O terceiro, na elaboração do Dicionário da Educação do Campo, obra elaborada coletivamente que objetiva construir e socializar uma síntese da compreensão teórica com base na concepção produzida e defendida pelos movimentos sociais camponeses (2012). No verbete trazido por Caldart (2012, p. 261), na busca por uma definição, a autora compreende a educação do campo, primeiramente, no seguinte processo:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A educação do campo não é para nem apenas com, mas sim dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido.

Neste conjunto de formulações fica evidente a tentativa de distanciamento das concepções e características de outros projetos de cunho assistencialista e compensatório que, historicamente, foram propostos para as escolas rurais. Ou seja, busca-se uma afirmação do protagonismo dos povos do campo nesta construção.

Se atentarmos para o âmbito do MST, podemos perceber que estes princípios são fundantes em sua pedagogia. Desde a criação deste movimento social, os processos de formação humana foram se constituindo entrelaçados em suas lutas, observados na proposição de momentos específicos de estudo seja em cursos, encontros organizativos e nas jornadas de lutas. Mas além destes espaços, podemos identificar a dimensão educativa da própria participação dos sujeitos no movimento, no discutir e realizar suas ações coletivas, conforme sinalizam autores como Caldart (2000), Marcon (2002), Ribeiro (2014), Vendramini (2002), Arroyo (2003), dentre outros.

Evidenciamos, portanto, a concepção de uma educação em seu sentido amplo, aproximando-se da perspectiva de “educação não formal” definida por Maria da Glória Gohn, que trata da indissociabilidade entre educação e constituição de cultura política. Nesta concepção a educação está intrinsecamente ligada às práticas sociais (GOHN, 2011).

A partir desta constatação reiteramos a relevância pedagógica da Educação do Campo, uma vez que ela tem sua gênese na luta dos Movimentos Sociais. Entretanto, uma questão acaba por se colocar: Em que medida o desenvolvimento de uma cultura política, em seu sentido amplo, frequentemente encontrada nas práticas do MST, também se evidencia nas práticas escolares da Educação do Campo?

É preciso considerar que, uma vez adentrando no terreno dos sistemas públicos de ensino, outras intencionalidades e forças também se farão presentes. Daí, numa sociedade desigual e contraditória como a atual, disputas e interesses antagônicos acabam por emergir nos mais diversos espaços, prevalecendo aquelas determinações que dificultam a instalação de mudanças mais significativas, em vista da emancipação humana.

Podemos remeter esta análise, por exemplo, sobre o tipo de desenvolvimento econômico na atualidade. Qual o papel reservado para a agricultura? Se problematizarmos a ideia de desenvolvimento do campo brasileiro podemos encontrar compreensões distintas sobre esta questão. Nos últimos anos é inegável o avanço do modelo produtivo do agronegócio em detrimento da agricultura familiar/camponesa, intensificando conflitos de interesse e uma realidade contraditória que não pode ser negada. E, como afirma Ribeiro (2014, p. 195): “Um projeto de escola, mesmo que seja uma proposta pedagógica saída de dentro dos movimentos sociais populares rurais/do campo, não resolve a questão da terra.”

Isso também ocorre na esfera educacional. Podemos perceber objetivos de naturezas distintas que se entrecruzam na elaboração das políticas públicas, inclusive nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores. No mesmo tempo em que presenciávamos, de um lado, a ampliação de direitos enquanto resultado da

luta popular em busca de uma nova organização, de outro, afirmavam-se objetivos ligados ao modelo de desenvolvimento e acumulação capitalista, ditados por seus organismos internacionais. Conforme Ianni (2012, p. 120):

Desde que o Banco Mundial decidiu entrar no campo de desenvolvimento educacional, em 1962, seu objetivo tem sido basicamente um: ajudar os países em desenvolvimento a reformar e expandir seus sistemas educacionais, de tal maneira que eles possam contribuir mais plenamente para o desenvolvimento econômico.

Assim como outros setores, as políticas educacionais sofrem fortes influências de organizações, preponderantemente de ordem econômica, que incidem no espaço do estado. Principalmente porque os processos educativos inseridos no modelo atual da sociedade acabam por responder às demandas restritas da empregabilidade que, para o caso do campo, atendem ao modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio e no neoliberalismo.

É no terreno destes movimentos paradoxais, às vezes dicotômicos, que o debate em torno da presença ou não da Educação do Campo vai se estabelecendo, com diversas ações se concretizando. Frente a isto, entendemos que apreender esta realidade remete a uma necessidade de aprofundamento sobre muitas questões não totalmente disponíveis em nosso tempo.

É importante a tentativa de reflexão crítica e radical sobre o contexto mais localizado sem perder o olhar sobre os processos mais amplos. Porém, ao fazer esta análise se torna necessário um cuidado responsável que evite, de um lado, uma valorização exacerbada e ingênua das práticas e, de outro, a incidência num pessimismo imobilista. Principalmente na atualidade em que se anuncia um quadro de retrocessos no que se refere às conquistas populares, como as reformas na legislação educacional observadas pelo Projeto Escola Sem Partido; PEC 241, dentre várias medidas já anunciadas pelo atual governo.

Uma das medidas que certamente impactará diretamente a política de Educação do Campo se dá pela extinção, em outubro de 2016, da Secadi, anteriormente citada. Ainda não é possível dimensionar todas as dificuldades que serão encontradas na condução dos projetos atrelados a esta secretaria. Seguramente, sinalizam um recrudescimento nos investimentos em atividades que contemplavam ações voltadas aos grupos mais fragilizados socialmente, dentre eles, os povos do campo.

3 Sobre os desafios colocados

Neste item destacamos alguns elementos para a reflexão relacionada ao conjunto dos novos desafios que se apresentam enquanto estratégias direcionadas aos processos educativos no campo e sua relação com a formulação das políticas educacionais.

Se anteriormente ao processo de mudanças no quadro político nacional já se presenciava uma série de limites no campo dos direitos sociais, dentre eles a educação pública, o que podemos pensar sobre este próximo momento? Se a subordinação da educação aos ditames do mercado capitalista permeavam hegemonicamente as finalidades educacionais, o que nos aguarda atualmente, quando estes objetivos ficam mais explícitos? Em que medida será possível garantir as insuficientes conquistas educacionais obtidas nos últimos anos?

A educação do campo enfrenta cotidianamente o risco de sua própria extinção; portanto, discuti-la é reconhecer a complexidade deste debate, tendo em vista a diversidade de cada território. Não se pode negar que o modelo político e econômico adotado no Brasil apresenta um viés hegemônico que gera efeitos planificadores em relação ao espaço camponês, conforme apresenta Harvey (2011, p. 120):

Os processos de acumulação de capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos e essas configurações são por natureza bastante diversificadas. Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades que se esparramam e uma paisagem agrária muito produtiva. Grande parte das terras foi desmatada, os recursos foram extraídos das entranhas da terra; habitats e condições atmosféricas (tanto local como globalmente) foram modificados. Os oceanos têm sido vasculhados em busca de alimentos, e todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida) foram espalhados pela terra. As mudanças ambientais de longo prazo, provocadas pela ação humana ao longo de toda a nossa história, têm sido enormes. As transformações provocadas pelo capitalismo têm sido ainda maiores. O que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida.

Por outro lado, há de se considerar que a configuração de uma região pode ser alterada a partir da atuação de forças locais. Ou seja, o modo como os diversos grupos sociais se colocam em cada espaço, a partir dos focos de luta e resistência das comunidades, se podem criar condições para a existência de situações peculiares, justamente centradas na luta contra a exclusão.

Em relação à totalidade dos esforços teórico-práticos até então realizados tem-se a compreensão do desafio que isto representa. No entanto, podemos observar que as práticas cotidianas refletem um conjunto de experiências que se demonstram tímidas, em relação a real capacidade de alteração do quadro situacional existente. Compreendemos que este embate se dá no contexto da luta de classes enquanto expressão da correlação de forças que ocorre numa sociedade desigual, sendo a escola, ao mesmo tempo, parte e produto deste sistema organizacional.

Sobre esta função peculiar da escola em atender os interesses hegemônicos do modo de produção, Pistrak (2000, p. 29) afirma: “A escola refletiu sempre o seu tempo e não podia deixar de refleti-lo; sempre esteve a serviço das necessidades de um regime social determinado e, se não fosse capaz disso, teria sido eliminada como um corpo estranho inútil.” Isto nos remete a pensar que os processos educativos formais, de

modo geral, têm cumprido a sua função reprodutora do sistema capitalista ao longo da história, enquanto garantem a continuidade da dominação e da exclusão social.

Nesta direção faz-se necessário, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 26), “[...] entender que é possível trabalhar dentro das contradições [...] que possam impulsionar um avanço no sentido de mudanças estruturais que apontem, no mínimo, mais realisticamente, o efetivo compromisso com um projeto nacional popular de massa.”

Estas contradições, ao coexistirem nas diferentes singularidades dentre o universo de experiências reais, nos permitem perceber a existência de possibilidades em efetivar o vínculo entre a formação humana e de transformação social. Estas são matrizes defendidas e praticadas dentro dos processos educacionais dos movimentos sociais. O foco ainda está sobre como realizar o trabalho de educar, organizar os tempos e espaços educativos, o currículo, conceber o vínculo entre a formação humana e o mundo do trabalho, priorizando a cooperação, a autonomia, a coletividade e a emancipação.

Mas é importante lembrar que o conjunto desta formação não pode ficar a cargo unicamente da escola formal. Os processos de mobilização popular, de conscientização, de enfrentamento diante das injustiças, são ações que os movimentos sociais muito têm a ensinar ao conjunto da população brasileira.

4 Considerações finais

A política de Educação do Campo foi resultado de processos de construção coletiva e de pressão popular. Mesmo com limites e questionamentos incidiu e apresentou resultados significativos em locais historicamente não considerados anteriormente.

O acúmulo de experiências desenvolvidas pelos movimentos sociais, como é o caso do MST, em seus acampamentos e assentamentos, promoveram inúmeras ações formativas contemplando a formação humana e as dimensões de formação técnica e política.

Até mesmo em locais onde a atuação do MST não era expressiva presenciou-se um interesse em torno da questão da Educação do Campo, como resultado das lutas pelo seu reconhecimento e o desencadeamento de marcos regulatórios.

Reconhecemos que no espaço dos sistemas formais de ensino as ações desenvolvidas são insuficientes e apresentam muitas limitações. Para além da presença da escola no campo, são necessárias garantias estruturais, que vão desde questões materiais, bem como a garantia de corpo docente qualificado e de boas condições de trabalho. Também, a interiorização da educação superior, não apenas na expansão de ensino, mas com foco na pesquisa e extensão, com proposições na perspectiva do desenvolvimento social do campo, em suas diferentes implicações.

É importante reconhecer que muitas práticas gestadas nos movimentos sociais experimentam formas diferenciadas de organização, métodos e conteúdos, buscando inverter a lógica restritiva dos modelos

hegemônicos de formação. Foi também na vivência destes movimentos que se produziram sujeitos mais críticos e participativos quando comparado à maioria dos cursos formais existentes.

Neste sentido, destaca-se como potencial o reconhecimento e retomada das ações que fundaram o movimento de Educação do Campo e o seu caráter transformador, a fim de que a conjuntura ultimamente verificada modifique substancialmente a educação em seu sentido amplo e o conjunto da vida social dos trabalhadores do campo. Afinal, só podemos falar de um novo modelo educacional se nos orientarmos pela construção de um novo projeto societário no campo, que se traduza por um conjunto de ações que contemplem as diversas dimensões da vida humana, constituidoras de geração de renda, de acesso a bens culturais, de um trabalho digno, com lazer, igualdade de gênero, dentre outras questões.

Por fim, entendemos que, conforme a história já nos mostra, estas ações somente serão possíveis no contexto das lutas sociais, no tensionamento entre as forças populares, o estado liberal e setores produtivos capitalistas. Ter clareza das contradições que envolvem toda esta dinâmica é primeiro passo no sentido de construir caminhos de contraposição e resistência.

Referências

ARROYO, Miguel. Pedagogias em Movimento: o que temos aprender com os movimentos sociais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1**: Parecer 36/2001 – relatora Edla de Araújo Lira. Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo. Brasília: MEC, 3 abr. 2002.

_____. _____. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado para o meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Orgs.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: Escola é mais do que Escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peshanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOLLING, Edgar J.; NERY, Israel J.; MOLINA, Mônica C. (Orgs.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UnB, 1999.

MARCON, Telmo. Influência político-pedagógica do Acampamento Natalino do MST. In: VENDRAMINI, Célia R. (Org.). **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Florianópolis: UFSC-CED, 2002.

MOHR, Naira Estela Roesler; VENDRAMINI, Célia Regina. A formação técnico-profissional no contexto do MST. **Educação/Centro**, Santa Maria, v. 7, n. 2, 2008.

MUNARIM, Antonio. Educação dos trabalhadores do campo e da cidade política educacional: desafios centrais. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Campo e cidade em busca de caminhos comuns**. Pelotas: UFPel, 2014. p. 137-158.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Florianópolis: UFSC-CED, 2002.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski¹

Jiovana Grapilha²

Resumo

A avaliação da aprendizagem é um tema desafiador, e avaliar estudantes com deficiência visual é ainda mais complexo. O estudo tem como objetivo identificar e analisar os desafios docentes na avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência visual na universidade e as tecnologias assistivas que favorecem as práticas avaliativas. Para desenvolver a pesquisa, realizamos entrevistas narrativas com docentes atuantes com estudantes com deficiência visual no primeiro semestre de 2016, adotando como critério o maior tempo de atuação docente na instituição pesquisada. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra, organizadas em agrupamentos temáticos e analisadas com base na análise de discurso, com amparo em referenciais foucaultianos. A maioria dos docentes relata que aprende a trabalhar com os estudantes com deficiência visual, contando com os ensinamentos que os próprios estudantes difundem. Declaram não encontrar dificuldades no processo de avaliação, mas é um desafio estar atento à necessidade de ampliação de textos, descrição de imagens e outras informações visuais, disponibilização de provas ampliadas ou no computador para que os estudantes as respondam com amparo em programas de voz, entre outros recursos.

Palavras-chave: Avaliação. Estudantes com deficiência visual. Educação superior.

1 Introdução

Os estudos empreendidos acerca da temática da avaliação abrem novas perspectivas, considerando os movimentos vivenciados nos cenários do ensino e aprendizagem e as dúvidas e vulnerabilidades que acompanham a prática avaliativa.

Historicamente, o papel atribuído ao professor é o de ensinar, e ao aluno o de aprender. Contudo, a presença de estudantes com deficiência pode ressignificar esses papéis, pois o professor poderá necessitar

1 Graduada em Pedagogia; mestre e doutora em Educação. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). *E-mail:* <taniazp@unochapeco.edu.br>.

2 Estudante do curso de Pedagogia da Unochapecó; bolsista de iniciação científica pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) com recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual. *E-mail:* <jiovana.grapilha@unochapeco.edu.br>.

aprender as especificidades do processo de aprendizagem desses estudantes, a exemplo do uso de tecnologias assistivas, como condição para o êxito no ensino.

A inclusão de estudantes com deficiência tem conquistado crescente importância no cenário educacional brasileiro na contemporaneidade e potencializado os desafios no processo avaliativo. A matrícula desse público na educação básica aumentou, especialmente nas últimas duas décadas, resultado das políticas de inclusão. A ampliação do acesso de estudantes com deficiência na educação básica reverbera no aumento da matrícula desses estudantes também na educação superior. De acordo com o Censo da Educação Superior 2013 (BRASIL, 2013), observa-se um crescimento significativo de 590,78% no número de estudantes com deficiência matriculados na educação superior em dez anos: em 2003 eram 5.078; em 2011 eram 23.250; e em 2013, 29.034. No entanto, estes números, comparados ao total de estudantes matriculados no ensino superior, que é 7,3 milhões, representa um percentual baixo, de apenas 0,41% do total de matrículas, especialmente se tomarmos como parâmetro o número de pessoas com deficiência no Brasil, que conforme o Censo Demográfico 2010 é de 45.606.048 milhões.

Constatamos, empiricamente, em diálogos com professores, gestores e estudantes, que o movimento da inclusão, embora bastante comemorado pela perspectiva dos direitos à diferença, também representa inquietações e silenciamentos. Pesquisas acerca da acessibilidade na educação superior (PIECZKOWSKI, 2012, 2014) indicam barreiras às pessoas com deficiência visual de ordem arquitetônica, comunicacional, atitudinal, entre outras. Assim como estudantes com deficiência visual manifestam dificuldades no processo de inclusão e acessibilidade à educação superior, docentes universitários também relatam lacunas na sua formação para atuar com a diferença, o que indica que os desafios devam ser enfrentados conjuntamente. Refletir acerca da avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência implica refletir sobre o próprio processo de inclusão na educação superior.

Em relação ao processo de avaliação da aprendizagem de pessoas com deficiência, muitas perguntas já foram feitas, mas ao respondê-las, outras surgem, o que orienta a busca dessa compreensão a partir de outros lugares. Este estudo baseia-se em aspectos qualitativos, que buscam compreender práticas exercidas pelos docentes universitários na avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência visual. A pesquisa aconteceu em uma universidade comunitária de Santa Catarina, na qual estão matriculados estudantes com deficiência visual (cegos e com baixa visão).

2 Caminhos metodológicos

O problema de pesquisa que orientou o nosso estudo assim se constitui: quais os desafios docentes na avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência visual e que tecnologias assistivas favorecem as práticas avaliativas?

O estudo relatado tem como objetivo geral identificar e analisar os desafios docentes na avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência visual e as tecnologias assistivas que favorecem as práticas

avaliativas. Os objetivos específicos desta investigação são: conhecer os desafios encontrados pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência visual e sua relação com o processo de avaliação da aprendizagem; investigar quais as tecnologias assistivas às pessoas com deficiência visual estão disponíveis na universidade, se os docentes conhecem e adotam tais tecnologias e como elas contribuem no processo de avaliação da aprendizagem.

A pesquisa envolveu a aplicação de entrevistas narrativas gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra com professores atuantes com estudantes cegos ou com baixa visão atuantes com esse público no primeiro semestre de 2016.

A entrevista narrativa, para Andrade (2012, p. 173), “[...] é uma possibilidade de pesquisa ressignificada no campo de pesquisa pós-estruturalista em uma perspectiva etnográfica.” A autora afirma, ainda, que “[...] as narrativas são constituídas a partir da conexão entre discursos que se articulam, que se sobrepõem, que se somam ou, ainda, que diferem ou contemporizam.” (ANDRADE, 2012, p. 179). Partilhamos da concepção de que uma narrativa, “[...] longe de ser neutra, é rigorosa e engajada, permitindo propor maneiras alternativas de ver e pensar fenômenos.” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 13).

Para a definição dos sujeitos da pesquisa, realizamos uma breve aproximação inicial com a Divisão de Acessibilidade, espaço que mantém registros acerca dos estudantes com deficiência matriculados na universidade pesquisada, com o intuito de identificar o número de estudantes com deficiência visual e os cursos frequentados. Identificamos nos registros que no primeiro semestre de 2016 a Universidade pesquisada possuía o registro de 37 estudantes com deficiência visual (quatro cegos e 34 com baixa visão) matriculados em 17 cursos de graduação. De posse dessa informação, definimos entrevistar um professor de cada estudante cego e mais um professor vinculado a cada uma das quatro áreas administrativas que constituem o universo da pesquisa, atuante com estudantes com baixa visão, totalizando oito entrevistas narrativas.

Os cursos frequentados pelos estudantes com baixa visão foram definidos por sorteio. A identificação dos professores se deu pelo relatório de docentes atuantes nos cursos sorteados no primeiro semestre de 2016, disponibilizado pela Secretaria Acadêmica, relativo aos períodos frequentados pelos estudantes com baixa visão. Os sujeitos da pesquisa foram eleitos seguindo como critério o maior tempo de atuação na docência na universidade pesquisada, sendo estes convidados a participar.

Salientamos que a intencionalidade era entrevistar oito docentes, atuantes com oito estudantes diferentes (quatro cegos e quatro com baixa visão, estes, pertencentes a cada uma das áreas administrativas). Contudo, só conseguimos entrevistar professores de dois estudantes com baixa visão, vinculados à Área de Ciências da Saúde e Área de Ciências Sociais e Aplicadas. Assim, não entrevistamos professores de estudantes vinculados à Área de Ciências Humanas e Jurídicas e Área de Ciências Exatas e Ambientais. As razões para a não consolidação das entrevistas foram que aos estudantes dessas duas áreas são usuários de óculos, porém não se caracterizam como deficientes visuais. Nosso estudo evidenciou que, predominantemente, o próprio estudante indicou a sua condição no ato da matrícula, assumindo-se como deficiente visual, inadequadamente.

As materialidades empíricas (narrativas) foram organizadas em agrupamentos temáticos e analisadas com base na análise de discurso, amparada em referenciais foucaultianos. Para Foucault, ao analisarmos discursos, devemos estar atentos, pois estes podem “[...] admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta.” (FOUCAULT, 2005, p. 96).

Os agrupamentos temáticos resultaram da recorrência e da relevância dos discursos. Amparados em Meyer e Paraíso (2012, p. 17),

[...] afastamo-nos daquilo que é rígido, das essências, das convicções, dos universais, da tarefa de prescrever e de todos os conceitos que não nos ajudam a construir imagens de pensamentos potentes para interrogar e descrever/analisar nosso objeto. Aproximando-nos daqueles pensamentos que nos movem, colocam em xeque nossas verdades e nos auxiliam a encontrar caminhos para responder nossas interrogações. Movimentando-nos para impedir a ‘paralisia’ das informações que produzimos e que precisamos descrever e analisar. Movimentamo-nos, em síntese, para multiplicar sentidos, formas, lutas.

Com o estudo, não houve a pretensão de chegar a respostas definitivas e generalizantes, mas, de acordo com a perspectiva pós-estruturalista de pesquisa, compreender o que é dito pelos docentes atuantes com estudantes com deficiência visual em determinado tempo e contexto, pois “[...] as narrativas não constituem um passado em si, mas sim aquilo que os/as informantes continuamente (re)constroem desse passado como sujeitos dos discursos que lhes permitem significar suas trajetórias escolares de determinados modos.” (ANDRADE, 2012, p. 176).

3 Narrativas docentes acerca do processo de avaliação de estudantes com deficiência visual na universidade

Tendo como base as narrativas dos professores atuantes com estudantes cegos ou com baixa visão na universidade investigada, procuramos destacar como os docentes percebem a avaliação desse público na educação superior.

O quadro a seguir destaca algumas informações com o intuito de facilitar ao leitor a compreensão do contexto da pesquisa, a exemplo da condição do estudante (cego ou com baixa visão), docente entrevistado, identificação do estudante por números, seguindo a ordem das entrevistas, curso e período frequentado, a área administrativa de vinculação do curso/estudante e data da realização da entrevista. A adoção de identificações fictícias se justifica pelo cuidado de preservar as identidades dos sujeitos da pesquisa.

Embora tenhamos entrevistado docentes de ambos os sexos, com vistas a simplificar a escrita, generalizamos as referências no masculino, nos reportando aos entrevistados como Docente 1, Docente 2 e assim sucessivamente até Docente 6.

Quadro 1 – Caracterização dos estudantes entrevistados

Identificação dos estudantes	Caracterização do Docente	Curso e período do estudante com deficiência visual	Área	Data e realização da entrevista	Característica do aluno: cego/baixa visão
Estudante 1	Docente 1	Pedagogia 7º período	ACHJ	27 de junho de 2016	Cegueira
Estudante 2	Docente 2	Jornalismo 7º período	ACSA	5 de julho	Cegueira
Estudante 3	Docente 3	Educação Física 1º período	ACS	15 de julho	Cegueira
Estudante 4	Docente 4	Letras 3º período	ACHJ	10 de agosto	Cegueira
Estudante 5	Docente 5	Publicidade e Propaganda 5º período	ACSA	12 de agosto	Baixa visão
Estudante 6	Docente 6	Farmácia 7º período	ACS	9 de agosto	Baixa visão

Fonte: elaboração dos autores (2016).

4 Desafios encontrados pelos docentes no processo de ensino, aprendizagem e avaliação de estudantes com deficiência visual

Dentre os desafios mais citados pelos professores entrevistados foram relatados principalmente a falta de preparação para atuar com o público pesquisado; a ausência de material específico disponível; a falta de acessibilidade institucional em termos arquitetônicos. A ausência ou insuficiência de acervo bibliográfico em braille para estudantes cegos também foi apontado como um desafio docente, à medida que isso limita as possibilidades do professor também ensinar.

Com relação à falta de preparação docente, o Docente 3 narra que:

[...] a gente tem essa adaptação de processo que numa grande maioria não teve formação, é porque a gente sabe que a formação docente para atuar no ensino superior é através, geralmente, de mestrados e doutorados. Porém, geralmente os mestrados e doutorados não preparam a gente para isso, eles preparam a gente pra fazer pesquisa. Algumas disciplinas, às vezes, dão alguns indícios de docência. (Docente 3).

Anastasiou (2004) afirma que a profissão docente, por trabalhar com a mudança e a construção, é marcada pela imprevisibilidade, singularidade, incerteza, novidade, dilema, conflito e instabilidade. Em razão disso, Isaia e Bolzan (2009, p. 165) evidenciam que: “Formação e desenvolvimento profissional entrelaçam-se em um intrincado processo, a partir do qual a professoralidade vai se construindo pouco a pouco. O saber-saber e o saber-fazer da profissão não são dados *a priori*, mas arduamente conquistados ao longo da carreira docente.” Noutras palavras, podemos afirmar que o encontro, mesmo com estudantes sem deficiência, sempre representa um desafio, pois eles nunca serão iguais.

Ainda, com relação aos desafios, o Docente 2 também destaca que:

O problema é entender as dificuldades que eles têm, porque às vezes o estudante cego, ele se retrai, não fala. Eu tive uma aluna que era praticamente cega, também no curso de jornalismo, e ela não se abria, não dizia as necessidades. Agora eu já tenho um aluno que se abre, reclama, questiona e, principalmente, não se deixa abater, participa como os outros alunos. (Docente 2).

O Docente 1, ao evidenciar os desafios da docência com estudantes que diferem dos padrões que a sociedade insiste em estabelecer, acrescenta que:

Os desafios estão principalmente por nossa parte, enquanto docentes, de construirmos uma perspectiva e direcionamento ético, de valorização de respeito e de sensibilidade a estas situações, independente se é um ou dois estudantes que temos em sala de aula. [...] estes sujeitos não podem ser inviabilizados, não notados, não valorizados na sala de aula. O que é um grande desafio, principalmente para os docentes, está em aprender com quem é diferente da gente, diferente naquele sentido do ensinar e aprender, do pedagógico, no cotidiano de nossas vidas. É um grande desafio, e isto quem nos possibilita são estes sujeitos. (Docente 1).

Com relação à ausência de material específico disponível, o Docente 5 relata que:

Se eu trabalhasse com imagem eu precisaria descrever para ele poder entender do que estava se tratando. Isso foi minha maior tensão enquanto eu estava ministrando a aula, de não poder deixar ele sem entender do que eu estava falando. A cada semestre tem duas ou três disciplinas que trabalham com questões práticas, de movimento. (Docente 5).

No que se refere à falta de acessibilidade institucional em termos arquitetônicos, o Docente 4, referindo-se a uma estudante cega, manifesta que:

Ela estuda no bloco T. Então, ela se atrapalha na hora de entrar e sair, isso que é mais preocupante. Quando ela tem o braille funcionando, as coisas disponíveis, é normal o trabalho com ela. Ela se dá bem com a turma, pede ajuda, ela é muito receptiva, se dá bem com os colegas. Quando ela precisa de alguma coisa ela pede, fala. (Docente 4).

O Docente 5 menciona que cada disciplina ministrada é um aprendizado novo e é importante compreender que o ambiente de aprendizagem deve favorecer a todos, havendo assim uma troca de experiência. O entrevistado salienta a importância de que a turma se envolva, colabore, para construir relações afetivas na universidade.

5 Contribuições das tecnologias assistivas no processo de aprendizagem e avaliação

Como os sujeitos aprendem? Como aprendem os estudantes com deficiência visual? Eles aprendem? Como constroem conceitos de cor ou de espaço? Essas são perguntas que normalmente o professor se faz quando depara com esse público. A forma docente de ensinar passa pelas concepções de aprendizagem que possui. Condições igualitárias de aprendizagem poderão demandar tecnologias assistivas.

Tecnologias assistivas são possibilidades de promover a autonomia, de forma que o sujeito consiga realizar as tarefas o mais independentemente possível, o que contribui para a construção de uma autoimagem positiva. Entendemos que as tecnologias assistivas contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. As tecnologias assistivas surgem como tópico facilitador de acessibilidade, auxiliando nos processos de inclusão social e objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação. Representam um conjunto de recursos e serviços que ajudam a minimizar as dificuldades, assim ampliando as habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009, p. 9).

De acordo com Luz, Souza e Duarte (2012), as modalidades de tecnologias assistivas estão em pleno desenvolvimento e agrupam-se em categorias de acessibilidade, tanto física, quanto acessibilidade a computador, acessibilidade à internet, apoios educativos e comunicação. Cada categoria oferece recursos diferentes, que podem ser utilizados pela escola ou ensino superior, para facilitar a aprendizagem dos estudantes. Os autores ainda destacam que as tecnologias assistivas viabilizam que pessoas com deficiência visual tenham melhor qualidade de vida, com mais possibilidades de serem incluídas nos espaços. Por meio dessas tecnologias, pessoas com deficiências ganham autonomia e possibilidade da realização das tarefas do cotidiano, desde as tarefas mais básicas de autocuidados, até o desempenho nas atividades do meio universitário e o exercício profissional.

Até recentemente as tecnologias assistivas eram pouco conhecidas no contexto da universidade, até porque pessoas com deficiência eram raras nesse cenário. Dentre as tecnologias assistivas, o Docente 3 declara que durante as aulas adotava recursos, especialmente o computador.

Ela usou o computador com um programa para responder a prova, outras avaliações, realizar trabalhos individuais, em grupo, duplas. Neste caso ela interagiu com o grupo e participava de todas as atividades da mesma forma que os outros. (Docente 3).

Enfatizando a importância das tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem o docente acrescentou que é importante se preparar antecipadamente, pensar em estratégias que favoreçam a inclusão no ambiente da sala de aula, e além de tudo, sempre ter outro meio a recorrer se a primeira opção falhar.

No dia que a menina foi fazer a prova a gente solicitou com antecedência o material. Veio o computador, só que ele estava com uma voz no programa extremamente mecanizada que a acadêmica não conseguia ler. O pessoal da TI [referindo-se ao setor de Tecnologias da Informação] veio, mas eles falaram que não poderiam alterar naquele momento da prova. A estudante acabou fazendo no computador dela, eu acompanhado meio que no lado dela, pois no outro ela não conseguia entender o que o leitor falava. O pessoal da TI falou que demoraria em torno de 20 minutos para eles poderem configurar com voz real. Então, eu acho que a universidade deveria ter um mecanismo, um núcleo que desse suporte aos deficientes, até mesmo com materiais. (Docente 3).

Entendemos que estar preparado não é apenas disponibilizar o material, é acompanhar o processo para compreender se o estudante realmente está conseguindo acompanhar. O Docente 6 menciona que o estudante com baixa visão com quem atua, frequentemente adapta-se à aula pensada para toda a turma. “Os *slides* não foi necessário ampliar, ele sentava bem na frente e conseguia ver, e depois, em casa, no computador dele, ele ampliava.” (Docente 6).

Os docentes entrevistados revelam surpreender-se com detalhes da aula, antes não tensionados, aspectos antes mecanizados e tornados conscientes a partir da presença dos estudantes com deficiência na turma. Os docentes mencionam novas aprendizagens, cuidados necessários, a exemplo da necessidade de utilizar pincéis com cores fortes, contrastantes, para escrever no quadro, quando estudantes com baixa visão constituem a turma; estar atento para que este estudante seja inserido nos grupos de trabalho; cuidar que vídeos sejam dublados; sentar próximo ao estudante para realizar a áudio-descrição de recursos audiovisuais adotados em aula, entre outras estratégias pedagógicas.

Embora em algumas situações, especialmente as que envolvem estudantes com baixa visão, estes se adaptem às estruturas existentes, cabe à universidade e docentes propiciar materiais adaptados para criar condições igualitárias de acesso ao conhecimento. Os programas computacionais têm se revelado importantes aliados nesse processo. O Docente 2, referindo-se a um estudante cego, narra:

Ele usa um programa, é um programa de textos, que o computador consegue ler e converte em áudio. É um programa que a universidade tem em alguns laboratórios. A universidade tem, também, uma máquina de braille que ele usava, mas em função do programa ele deixou de usar. São de grande importância estas tecnologias. (Docente 2).

A presença de estudantes com deficiência visual nas turmas mobiliza os docentes a planejarem antecipadamente e, acreditamos, reavaliarem o que seja a docência universitária. Embora o termo inclusão seja difundido como algo

bom, necessário, inquestionável, a presença de tais estudantes revela ao professor e à universidade a complexidade desse empreendimento. Incluir é muito mais do que matricular, inserir, tolerar. Pressupõe compreender a singularidade humana. Nesse movimento de antever as adequações necessárias, o Docente 1, atuante com um estudante cego, declara buscar em setores institucionais o apoio para a prática pedagógica.

Busquei apoio do Atento (Divisão de apoio o estudante), buscando saber quem contribuía para esta questão dos textos, a forma como chegar ao estudante. Eu sempre busquei esta relação com o Atento, mas esta é uma das formas de apoio. (Docente 1).

Nesse sentido, percebemos que a inclusão depende das ações desencadeadas pelos docentes e também pela universidade que está em processo de aprender a “lidar” com a diferença. Concordamos com Pieczkowski ao afirmar que “[...] incluir pressupõe adaptar as estruturas existentes para atender às necessidades educacionais de todos os estudantes.” (PIECZKOWSKI, 2012, p. 12). Embora a acessibilidade arquitetônica seja a mais mencionada no cotidiano, representa apenas uma das facetas da proposta de inclusão. A acessibilidade passa também pelas dimensões: atitudinal; pedagógica; digital e das comunicações. Acreditamos que seja mais fácil construir rampas de acesso, banheiros adaptados, instalar piso podotátil, do que romper com certos conceitos (ou preconceitos) que ainda estão presente na sociedade, e muitas vezes no ensino superior.

Ao tentamos entender a diferença presente nos contextos da universidade, é importante identificarmos as limitações a serem superadas, para que novas posturas inclusivas se construam. Ao falarmos em inclusão, precisamos desconstruir formas generalizantes e romanceadas de conceber essa temática, para compreendê-la na sua complexidade, como um grande desafio dos nossos tempos. Numa sociedade capitalista, neoliberal, em que o lucro a qualquer custo, a lógica do mérito individual parecem imperar, pode a deficiência, a diferença, colocar-se como uma contracultura?

Garantir o processo de avaliação reconhecendo a especificidade de cada sujeito não é uma tarefa fácil. Segundo Chizzotti (2016, p. 15-16), a necessidade de melhorar as condições de aprendizagem e sucesso dos alunos é fortemente defendida nos circuitos educacionais. “O desafio é transformar a avaliação em uma política que desperte e motive o interesse dos alunos pela educação escolar.” Ou seja, avaliar não está desvinculado do processo de ensino e aprendizagem. Para que a escola, o conhecimento faça sentido ao estudante, precisamos, enquanto instituição ou docentes, estarmos em sintonia com os estudantes, por meio do currículo, de nossas ações, da linguagem.

A Conferência Internacional sobre aprender no século XXI (OCDE; CERl, 2008) indica seis princípios fundamentais para a avaliação formativa a partir de pesquisas e estudos de caso:

- 1 - a instauração de uma cultura de classe que encoraje a interação e a utilização de instrumentos de avaliação;
- 2 - a definição dos objetivos de aprendizagem e acompanhamento dos progressos individuais dos alunos para esses objetivos;

- 3 - a utilização de métodos de ensino variados para responder às necessidades diversificadas dos alunos;
- 4 - recorrer a métodos também diversificados para avaliar os resultados dos alunos;
- 5 - dar *feedbacks* das *performances* dos alunos e adaptar o ensino para responder às necessidades identificadas;
- 6 - e, finalmente, a implicação ativa dos alunos no processo de aprendizagem; (OCDE; CERI, 2008). (CHIZZOTTI, 2012, p. 15-16, grifos no original).

A avaliação que forma deve se apoiar em estratégias para potencializar as capacidades do sujeito à aprendizagem, e, para oferecer condições igualitárias, as tecnologias assistivas precisam ter seu lugar assegurando nos circuitos educacionais.

6 Considerações finais

O conjunto de finalidades da educação superior explicita que incluir estudantes com deficiência é possibilitar a eles as condições de acessibilidade para que possam ter o desempenho esperado para esse nível de ensino. Para isso, as instituições de educação superior necessitam oferecer a acessibilidade necessária. Os estudantes com baixa visão precisam ter acesso às tecnologias assistivas adequadas, a exemplo de materiais com letra ampliada, lupa, recursos ampliadores de telas, enquanto os estudantes cegos necessitam de recursos distintos em relação aos estudantes com baixa visão, a exemplo de computador com leitor de tela com programas de voz, textos transcritos para o sistema braille, pois nem sempre os recursos auditivos substituem a necessidade da leitura tátil.

Compreender a complexidade da inclusão é perceber que esse processo pressupõe estar presente com participação. A inclusão na educação superior tem conquistado crescente importância nos últimos anos. Para Pieczkowski (2014, p. 113), “[...] no contexto de expansão de vagas para a educação superior, públicos que até então representavam números pouco expressivos nas estatísticas oficiais, passam a ter representatividade, constituindo-se focos para pesquisas, como é o caso das pessoas com deficiência.”

Constatamos que alguns docentes revelam preocupação em relação à formação profissional desses estudantes, destacando habilidades exigidas pela profissão que demandam a visão, a exemplo do manuseio de microscópios por estudantes com baixa visão na profissão de farmacêutico. Avaliar estudantes com deficiência visual é perceber, explicitamente, a diferença que sempre se manifesta em uma sala de aula, embora muitas vezes os estudantes sejam percebidos de forma uniforme e generalizante.

De acordo com a perspectiva foucaultiana de análise de discurso, não existe a intenção de julgar os docentes em relação à forma como ensinam e avaliam estudantes com deficiência visual, mas compreender essas práticas e ao final do trabalho, contribuir com indicação de tecnologias assistivas favorecedoras ao processo de inclusão.

Como afirma Chizzotti (2016, p. 3): “Alunos e professores sabem do poder terrível da avaliação: pode abrir as sendas de um horizonte virtuoso para aprender, criar, inventar ou provocar um desastre existencial na interação educacional, que se estende pela vida.”

Referências

ANASTASIOU, Lea das Graças. Docência no Ensino Superior e profissionalização. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpedsul, 2004. 1 CD-ROM.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Entrevista narrativa resignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 173-194.

BRASIL. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior de 2013**. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 24 out. 2015.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. Políticas públicas: direito de aprender e avaliação formativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 12 out. 2016.

LUZ, Cláudia Ferreira da Silva; SOUZA, Ana Lúcia Santos; DUARTE, Ana Cristina Santos. Educação inclusiva e tecnologias assistivas: uma análise acerca da aprendizagem de deficientes visuais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 4., 2012, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão, 2012.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: _____; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012. p. 15-22.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: efeitos na docência universitária**. 2014. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

_____. Inclusão no ensino superior: barreiras relatadas pelos estudantes com deficiência. In: ANPESUL, 14., 2012. **Anais...** Caxias do Sul, jul./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2178/674>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

O SISTEMA CRESOL E O INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO (INFOCOS): AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO COOPERATIVISTA

Francieli Pilati Gervasoni¹
Luíza Maria da Silva Rodrigues²

Resumo

O presente artigo busca retomar o pressuposto organizativo da proposta cooperativa enquanto prática social, mais especificamente, enquanto prática social transformadora no que diz respeito à forma de reprodução material e imaterial da sociedade. A perspectiva teórica que orienta o texto é de que o cooperativismo pode se mostrar como um instrumento de desenvolvimento econômico, mas que para tanto a cooperação deve ocorrer motivada por objetivos transformadores da sociedade. Assim, o cooperativismo solidário deve fazer uso dos processos educacionais internos para gerar sujeitos com novas posturas. Portanto, esse estudo proporcionará uma visão crítica e de compreensão de que novas atitudes são necessárias, para se alcançar uma sociedade mais humana, solidária, justa com consciência de sua coletividade. A busca por este novo agir é que cria rupturas com a competição, o individualismo e reeduca o ser humano a viver em cooperação, construindo esta nova sociedade. Desta forma, a formação desempenha um importante papel em todo este processo, que, presente num sistema de cooperativas de crédito, pretende, além de capacitar seus atores, proporcionar a todos uma consciência de sua função social e econômica onde encontram-se inseridas suas cooperativas.

Palavras-chave: Formação. Cooperativismo. Crédito.

1 Introdução

A discussão sobre a participação social no cooperativismo solidário sempre esteve presente desde a sua gênese e tem ganhado força frente aos desafios que este cooperativismo se propôs. Esta nova geração de cooperativas adjetivadas de solidárias se contrapõe ao perfil empresarial e à submissão do cooperativismo aos desígnios da modernidade.

A participação e o cooperativismo solidário são temas que já possuem uma rica história teórica de análises, construída por diversos autores brasileiros e internacionais. Discursivamente, há boas análises a serem observadas, tanto positivas e de crescimento, quanto de reveses e desvirtuamento. Contudo, estudar situações da construção

1 Analista Pedagógico do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos). *E-mail:* <francieli.infocos@cresol.com.br>.

2 Analista de Relações Cooperativistas do Infocos. *E-mail:* <luiza@cresol.com.br>.

da participação na prática demonstra que este tema trata-se de um desafio árduo, de longo prazo, e que requer empenho constante dos envolvidos para sustentar seu discurso e prática coesos ao projeto que se propõem. Trazer neste trabalho uma ação prática é o desafio de se colocar na experimentação para ir construindo.

Portanto, este estudo objetiva apresentar resumidamente o Sistema Cresol e seu Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), e o resultado quantitativo de uma ação coletiva realizada pelo conjunto de lideranças e uma equipe multidisciplinar que atuam com foco de tornar a ação cooperativismo um processo de formação dos envolvidos.

Com base em alguns apontamentos teóricos sobre o papel do cooperativismo solidário em fomentar a participação e o envolvimento de seus associados, este trabalho busca elencar algumas ações desenvolvidas com base em processos de capacitação informal, mas que aglutinam um conjunto de conhecimentos importantes para a vida cooperativa.

2 O Cooperativismo Solidário – lutas e desafios

A participação social na organização cooperativista conduz a sociedade a realizar escolhas políticas em seus empreendimentos, e estes carregam a intencionalidade ideológica do conjunto dos associados e garantem identidade ao movimento. Em sua quase totalidade, as cooperativas que se adjetivam de solidárias adotam práticas de luta e contestação ao modelo hegemônico do capitalismo fortalecido pela modernidade. O papel social destas cooperativas vai muito além de tratar apenas da melhora econômica de seus membros, mas demonstra o posicionamento de modelo social que persegue para um desenvolvimento sustentável.

A modernidade que se instalou após a Revolução Industrial trouxe inúmeras consequências. Algumas de fato relevantes, como nas ciências as pesquisas para a melhora da vida humana, cura para doenças, uso de tecnologias para a qualidade de vida e descoberta de novos seres vegetais e animais. Por outro lado, a intensa e descontrolada interferência humana sobre o ecossistema da Terra provoca mudanças tão significativas que colocam em cheque a continuidade desta mesma vida sobre o planeta.

Esta mesma modernidade que se constitui em ampla liberdade de possibilidades é a mesma que coloca homens e mulheres submissos às regras deste sistema que por meio da competição gera exclusão, desigualdade, consumo desenfreado e violência.

A valorização da acumulação, da exploração de riquezas, de uso de poder para a obediência, condiciona os sujeitos ao modelo hegemônico e acabou criando uma sociedade de indivíduos competitivos, e como consequência gerando desigualdade social, injustiças, discriminação, e ausência de sentimento de solidariedade. Como prática organizativa, o cooperativismo surge na Inglaterra em 1844, em plena Revolução Industrial buscando superar as dificuldades impostas pela exclusão, fome, doenças e miséria que assolavam os pequenos artesãos, unindo forças para garantir a compra de alimentos a preços mais acessíveis aos seus associados. (RODRIGUES, 2015, p. 18).

Por isso, ações de cooperação e comprometimento com a coletividade tem uma relação muito próxima com o estímulo à participação social presentes nas organizações cooperativistas solidárias. Dentre elas, está a presença e a origem do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), organização esta que surgiu em 1995 no sudoeste do Paraná, com o intuito de fornecer crédito a agricultores familiares, categoria até então excluída e invisível aos olhos das instituições financeiras tradicionais.

Além disso, como sua coligada o Infocos, responsável por todas as ações de formação e capacitação para os colaboradores, conselheiros e cooperados do sistema Cresol.

2.1 O cooperativismo solidário e seu compromisso com as ações de formação

Para superar a condição da limitação imposta ao espaço, os movimentos sociais e as cooperativas solidárias têm utilizado processos de formação para imbuir sujeitos a participar não somente nas esferas políticas estatais, mas no espaço da sociedade civil, em que se instala. Isto porque os espaços intergovernamentais não são os únicos na busca da satisfação dos objetivos comunitários, coletivos ou dos conjuntos identitários. Há todo um conjunto de organizações sociais que se criaram a partir das lutas dos trabalhadores que dialogam constantemente sobre projetos de desenvolvimento em disputa.

A educação formal foi estruturada a contribuir na manutenção dos interesses do capitalismo, quando se desconecta dos saberes necessários à compreensão da realidade que cerca o indivíduo, criando currículos fragmentados para a formação de mão de obra, “[...] a universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna, familiarizando-os com os códigos formais, capacitou-os a integrar o processo produtivo.” (SAVIANI, 2003, p. 159).

Souza (2006, p. 81) reforça que: “[...] escola é um lugar estratégico para o movimento social, pois nela poderá ser desenvolvida uma visão crítica ou conformista do mundo.”

Esta instrumentalização tem fragilizado a escola como espaço de educação para a formação de cidadãos participativos que influenciam questões de política pública, a temas fundamentais como ‘controle consciente dos processos sociais.’ (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Desta forma, não havendo esta possibilidade estimulada pela estrutura formal de educação, os movimentos sociais têm constituído processos educacionais pelos quais orientam para a organização, a criticidade e a construção da consciência da participação pela reflexão das contradições do capitalismo.

Os movimentos sociais exercitam vários espaços de formação e educação, para dar conta da desfragmentação do saber, desconectado com o espaço de luta das organizações. O estímulo para a participação social faz com que as organizações e movimentos populares adotem a prática da gestão democrática do conhecimento em seus espaços formativos. Trata esta ferramenta como possibilidade de criar conexões com os saberes que ampliam as condições de superação da condição imposta pela sociedade capitalista.

As formas institucionalizadas de participação social em processos localizados de desenvolvimento empurram os movimentos sociais em direção a práticas reivindicativas em que a inovação, a aprendizagem, a construção de projetos inovadores são praticamente inexistentes. As cooperativas de crédito conseguem escapar desta monotonia, em função de um sistema interno de governança e de modalidades externas de controle que fazem da avaliação um elemento decisivo de sua existência. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHROEDER, 2010, p. 275).

Mészáros (2005) ainda propõe o resgate do papel humanizador da educação retomando o papel estratégico, justamente porque é por meio da educação a possibilidade de superar esta condição alienante de reprodução da vida. É a estratégia principal de constituir uma nova sociedade. Significa que superar o limite do controle do capital sobre a educação é considerar superar os limites restritos da própria vida dos indivíduos, fazendo da educação um processo amplo das “aspirações emancipadoras”, o que requer “[...] um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como ‘a nossa própria vida.’” (MÉSZÁROS, 2005, p. 59).

3 O sistema Cresol

As cooperativas surgiram com a intenção de contribuir com a mudança social, partindo da articulação socioeconômica. Portanto, cooperativismo solidário tem buscando conduzir um realinhamento no trato com a gestão democrática de suas instituições.

Assim, o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) surgiu em 1995, quando um grupo de agricultores familiares se organizou por meio de sindicatos rurais, entidades, associações e organizações não governamentais e, desta forma, constituíram as suas cinco primeiras cooperativas nos municípios de Dois Vizinhos, Capanema, Marmeleiro, Laranjeiras do Sul e Pinhão, todas no interior do estado do Paraná.

Atualmente, o sistema Cresol tem ampla abrangência, atuando em nove estados brasileiros, sendo eles: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo, com aproximadamente mil conselheiros, 1,5 mil colaboradores e cerca de duzentas mil famílias cooperadas (INFOCOS, 2012-2015). Isto atribui uma importância muito relevante, tendo em vista que suas ações, através das cooperativas singulares, contemplam estratégias que objetivam levar não somente o crédito, mas a formação para as diversas regiões brasileiras onde atua, considerando as enormes especificidades locais de cada estado e, conseqüentemente, enriquecendo muito seus processos organizativos. Como forma de conhecermos sua estrutura enquanto instâncias, o sistema Cresol está formatado da seguinte maneira:

1. Quadro Social: constitui-se na base do Sistema Cresol, afinal, contempla os associados e suas famílias.
2. Cooperativas Singulares e Postos de Atendimento: os Postos de Atendimento, ou P.A.s, oferecem produtos e serviços aos seus cooperados, além de realizarem parcerias locais e relacionamento com

a comunidade. Também cumprem metas estabelecidas pela sua Cooperativa Singular. Esta, por sua vez, tem as mesmas atribuições dos Postos de Atendimento, sendo também responsável pelo gerenciamento das atividades do P.A.s.

3. Regionais/Unidade de Atendimento Desmembrada (UAD): as Cooperativas Singulares e Postos de Atendimento organizam-se por proximidade geográfica e formam as instâncias Regionais ou UAD, que atuam como representante institucional da Central Baser na região em que atua.
4. Central CRESOL Baser: a Central foi criada no ano 2000, constituindo-se num órgão de crédito, representação política e de serviços. Localizada em Francisco Beltrão (PR). Nela estão centralizadas as atribuições de assumir responsabilidades perante agentes financeiros, estruturar e gerenciar políticas comerciais, de negócios, normativas, de crédito, controles internos e supervisão, representar institucionalmente o Sistema Cresol, estruturar e gerenciar a implementação de políticas estratégicas, além de alocar áreas, departamentos e setores que prestam serviços às cooperativas e seus associados.

Diante disso, houve também a necessidade de profissionalização de novos produtos e serviços, sendo que desta forma, foram criadas instituições que se denominam coligadas e estão assim estruturadas: o Infocos, Cooperativa de Tecnologia e Serviços (Cresoltec), Cresol Seguros e a Associação Nacional de Microempreendedores Solidários Urbanos e Rurais (Solcredi), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), cujo objetivo é atender especialmente pequenos empreendimentos urbanos.

Além disso, mais recentemente, o que antes era denominada Confesol (conjunto de quatro centrais de crédito: Cresol Baser, Cresol Sicoper, Cresol Central RS/SC e Ascoob) foi transformada em Cresol Confederação, cujo objetivo é promover a expansão, fortalecimento e gestão do cooperativismo de crédito solidário. Assim, atualmente a Cresol Confederação está presente em 15 estados brasileiros, através de 541 unidades de atendimento e com abrangência de 457 mil cooperados.

Diante de tamanha abrangência geográfica e da necessidade de promover ações com seus colaboradores e conselheiros, mas, sobretudo, com seus associados, o sistema Cresol traz como um dos seus princípios a preocupação com a educação, formação e informação, por meio de cursos e capacitações que contemplam o ensino a distância, semipresencial e presencial.

Promover tais ações é comprometer-se com algo a mais do que o crédito, mas também com sua aplicação e com o seu destino, levando em consideração que os tomadores de crédito não são apenas indivíduos isolados, mas inúmeras famílias, e é papel da cooperativa, enquanto organização social, promover momentos de reflexão e formação de lideranças, gerando sucessores na gestão dos empreendimentos solidários atuantes nos pequenos municípios, onde a Cresol se faz mais presente e atuante.

Por isso é que o Sistema Cresol contempla e visualiza como sua missão a inclusão social em especial dos agricultores familiares, fornecendo o crédito e a apropriação do conhecimento, objetivando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional.

3.1 O sistema Cresol e seu Infocos

O Infocos foi constituído em 2005, a partir da demanda das cooperativas Cresol em tornar a formação um processo mais contínuo e profissionalizado. Desta forma, as cooperativas singulares poderiam tratar de forma sistemática e sequencial

[...] a criação do Instituto de Formação se deu em um primeiro momento para atender as demandas de formação dos nossos agricultores que se tornaram gestores das cooperativas, mas no momento seguinte nós pensamos também no cooperado, pois esse agricultor precisa compreender de que é que ele está sendo sócio, qual a diferença de ser sócio da Cresol e o porque ele está buscando a Cooperativa. [...] para isso temos a formação para quem entra como sócio, para os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, pensamos também em programas envolvendo as mulheres, jovens e idosos com a formação em gênero e geração, e nessa lógica também hoje temos uma formação para as crianças nas escolas que precisam compreender sobre o cooperativismo, com o programa Olhar para o Futuro, e esse é o papel do INFOCOS. (REVISTA CRESOL, 2013, p. 4).

O principal foco da criação do Infocos é de elaborar e orientar processos de formação para o cooperativismo solidário e da agricultura familiar, com ênfase nas cooperativas de crédito, criadas a partir da experiência da Cresol, e colaborando na dinamicidade deste instrumento relevante para os processos de desenvolvimento.

Por meio de processos formativos baseados nos princípios da solidariedade, da intercooperação, da inclusão socioeconômica, cultural, ambiental e política: organizar práticas coletivas de construção de formação que agregam tempos e espaços diferentes e possibilitem a democratização do acesso ao conhecimento como uma das ferramentas para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da Agricultura Familiar. (INFOCOS, 2005, p. 1).

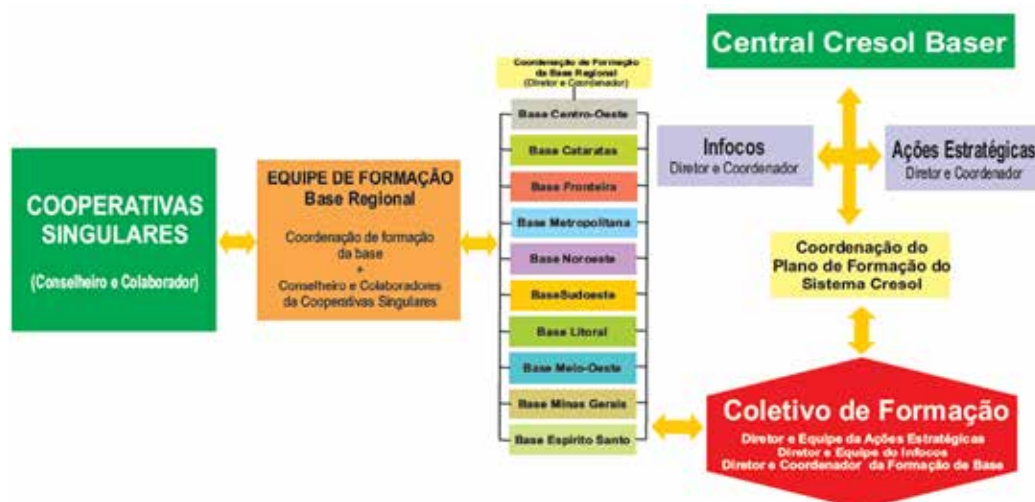
A gestão do Instituto é desenvolvida por conselheiros das cooperativas singulares que, por meio de assembleia, escolhem uma diretoria executiva. Estes estabelecem uma coordenação ampliada com uma equipe multidisciplinar para atender aos processos e formação. Até o ano de 2011, as ações eram segmentadas por projetos anuais, que contavam com a execução diretamente da equipe interna do Infocos. Esta forma acabava gerando um grande número de ações, para uma equipe reduzida de três profissionais.

A partir de um processo intenso de avaliação institucional da ação do cooperativismo de crédito e do Instituto, junto às suas Filiadas e da Central Cresol Baser, houve a elaboração do Plano de Formação do Instituto 2012-2015, que orientou a readequação das atividades em dois grandes eixos: Cooperativa Escola e Cresol Comunidade.

Sob orientação do Plano de Formação, o Infocos passou a contar com uma equipe de trabalho em forma de Coletivo, onde as atividades são desenvolvidas a partir de uma equipe multidisciplinar organizada em um

grande coletivo, que avalia e delibera sobre programas atuais e novas necessidades, mantendo a dinamicidade da ação, conforme desenho abaixo:

Figura 1 – Organograma do coletivo de formação



Fonte: Plano de Formação (INFOCOS, 2005).

Este coletivo possui calendário de reuniões, que ocorre a cada noventa dias, e, a partir disto, as ações são encaminhadas ou executadas pelos responsáveis. As ações desempenhadas por este grupo estão divididas em dois grandes eixos: o Cooperativa Escola, que objetiva atender a formação dos quadros e conselheiros e colaboradores das cooperativas, e o Cresol Comunidade, cuja função é desenvolver ações formativas para as comunidades onde a cooperativa atua, sendo associados ou não. Os tópicos seguintes tratarão mais especificamente do Plano de Formação.

3.2 Plano de Formação

3.2.1 Eixo Cooperativa Escola – Formação de Conselheiros

Na área de conselheiros, o Programa Cooperativa Escola Conselheiros, possui edição anual e se segrega em formação de:

- Candidatos a Conselheiros de Administração e Fiscal;
- Conselheiros Eleitos para atuar como Conselheiros de Administração;
- Conselheiros Eleitos para atuar como Conselheiros Fiscais;
- Cursos para Conselheiros de Administração;
- Cursos para Conselheiros Fiscais.

O fluxo de formação se desenha da seguinte forma: inicialmente, o associado que deseja ser conselheiro deverá fazer o Curso de Candidatos onde são abordados conteúdos introdutórios sobre a atuação na cooperativa e a responsabilidade da mesma junto aos associados.

Após eleito, deve participar do Curso de Eleitos, no qual se abordam conteúdos mais específicos de acordo com a atuação (Administrativa ou Fiscal). Contudo, ainda durante o ano é oferecida uma formação de mais de oito horas a todos eles, com uma temática específica dentro da área de atuação objetivando aprofundar as políticas internas de gestão. Estes conselheiros participam de formação por três ou quatro anos, de acordo com seu tempo de mandato (REVISTA CRESOL, 2013, p. 28).

Ainda são realizados de dois ou três cursos ao ano, denominados encontros, seminários e fóruns de debate que envolve os diretores liberados (presidentes, vice-presidentes e secretários). Estes cursos conseguem agregar em torno de sessenta horas de formação para Conselheiros, que podem ainda, por critério próprio, buscar outras formas de capacitação.

Ainda em 2016, buscando qualificar quadros diretivos para o desafio da gestão econômica e estratégica em instituições financeiras cooperativas do Sistema Cresol Baser, foi organizado um novo projeto denominado de Capacitação em Gerenciamento de Cooperativas de Crédito (Gercoop), composto por uma turma com quarenta presidentes que desenvolve trezentas horas de formação em 12 meses e aborda os seguintes temas: Sistema Financeiro Nacional; Fundamentação do Cooperativismo: Evolução, Histórico e Perspectivas; Normativas para Cooperativas de Crédito; Modelos de Governança Cooperativa; Operacionalização das Políticas de Crédito de Repasse; Gestão de Risco do Crédito; Gestão Estratégica de Pessoas; Gestão de Negócios Cooperativos.

A carga horária se divide em formação presencial (70%) e em ambiente à distância (30%), além da execução de um Plano de Ação a partir de um diagnóstico a ser elaborado durante o curso.

3.2.2 Eixo Cooperativa Escola – Colaboradores

Este eixo destina-se à formação e capacitação do quadro de colaboradores do sistema Cresol. Atualmente, possui em seu catálogo de cursos momentos presenciais e, mais atuante nos últimos dois anos, a capacitação no formato à distância. Este processo tem crescido dentro do sistema Cresol devido à enorme área de abrangência, ficando praticamente inviável a execução de momentos exclusivamente presenciais.

Dessa forma, o ambiente de aprendizagem dos colaboradores é a plataforma *moodle*, onde ele tem acesso a vários cursos, descritos da seguinte maneira:

- Curso Bem-Vindo à Cresol;
- Curso de Políticas Comerciais de Seguros;
- Curso de Políticas de Captação – depósito a prazo;
- Curso de Políticas Tarifárias;
- Curso de Políticas de Capitalização;

- Curso de Introdução ao Cooperativismo Europeu;
- Curso de Matemática Financeira;
- Curso de Planejamento Comercial;
- Curso de Preparação a Certificação Anbima – CPA10;
- Curso de Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro;
- Curso de Operacionalização do Crédito Rural;
- Curso de Negociação.

Todos estes cursos disponibilizados são oferecidos na modalidade à distância, com cargas horárias que variam de quatro a sessenta, onde contemplam videoaulas, apostila em formato PDF, avaliação final e exercícios de fixação entre módulos. São oferecidos mensalmente através de um fluxo preestabelecido: inscrição, participação no curso, avaliação e posterior certificação.

Além disso, o momento de integração dos novos colaboradores é realizado de forma presencial, denominado Curso de Integração de Novos Colaboradores, com carga horária de 24 horas, e ocorre nos vários estados onde a Cresol atua.

3.3 Eixo Cresol Comunidade

O outro grande eixo do Programa de Formação é a organização da formação para atender aos associados e as comunidades onde a Cresol atua. Assim, foram organizados um conjunto de ações, coordenadas por uma equipe multidisciplinar. A formação do Cresol comunidade está organizada da seguinte forma:

- Formação de Lideranças do Cooperativismo: organizando diversos eventos/cursos que possibilitem a ampla capacitação de líderes comunitários em temas estratégicos para o município ou região;
- Grupos de formação de Gênero;
- Grupo de Formação de Jovens;
- Programas de acompanhamento de assistência técnica e extensão rural para constituição de propriedades rurais chamadas de Unidades de Referência;
- Oficinas de capacitação aos beneficiários dos programas de habitação rural;
- Curso de capacitação para integração de novos sócios;
- Formação em cooperativismo e educação financeira para crianças do 4º e 5º anos do ensino fundamental: Programa Um Olhar para o Futuro;
- Programa de formação de Agentes Comunitários de Desenvolvimento.

De certa forma, todos os programas, projetos de educação e formação realizados a partir da orientação do Infocos possui a determinação de contribuir e fortalecer o cooperativismo

solidário, que promove a participação do quadro social no desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental sustentável para uma sociedade mais justa. (RODRIGUES, 2015, p. 89).

Na sequência apresentamos um quadro resumo do número de colaboradores, conselheiros, associados ou não, contemplados diretamente pelos programas de formação coordenados pelo Infocos, onde se torna visível que com uma equipe amplamente distribuída por todas as regiões em que as cooperativas atuam gerou um crescimento do número de participantes, pessoas envolvidas por processos de formação entre os dois eixos.

Quadro 1 – Resumo do total de participantes envolvidos em alguma ação de formação coordenados pelo Infocos, junto à Central Cresol Baser de 2012 a 2016

Ano/Eixo	2012	2013	2014	2015	2016
Eixo Cresol Comunidade	1.228	1.094	7.377	57.694	61.243
Eixo Cooperativa Escola	1.576	2.630	3.306	5.341	5.791

Fonte: elaboração das autoras (2016), a partir do Sistema de Administração de Cursos – Interno.

Fica expressivamente claro que o eixo do Cresol Comunidade recebeu um número considerável de participantes, passando de pouco mais de 1,2 mil participantes para mais de sessenta mil. Houve obviamente uma reclusão no ano de 2013, que foi o ano dedicado à implantação e constituição das equipes em cada uma das regiões.

As equipes têm o papel que consiste em articular ações, movimentos, cursos e eventos que versem sobre as temáticas estabelecidas por cada um dos programas que compõem o eixo do Cresol Comunidade, entre os principais temas estão movimentos sociais, teorias de desenvolvimento, sistemas produtivos, cooperação e redes de cooperativas, educação financeira, relação de gênero e geração, papel de liderança comunitária, práticas de gestão coletiva, entre outros temas que surgirem diante do planejamento que cada equipe estabelecer em sua regional.

Outro fator relevante no trabalho do Infocos é que, além de acompanhar a criação e desenvolvimento dos programas, o Infocos desde 2006 tem sistematizado os materiais e subsídios como livros, cadernos, cartilhas, vídeos e encartes para desenvolvimento das ações de formação em todos os seus programas. Isto tem qualificado e materializado todos os processos de forma muito concreta, afinal, todo momento de capacitação é subsidiado por materiais construídos a várias mãos, contemplando uma metodologia adequada a determinadas temáticas e seus públicos.

Com isso, o Sistema Cresol vem se consolidando como um sistema de cooperativas de crédito rural que vai além do fornecimento do crédito, mas num espaço de constante formação e capacitação, preparando seus colaboradores para as atividades cotidianas exigidas pelas cooperativas, fortalecendo seus conselheiros para debates cada vez mais estratégicos nas comunidades, bem como aproximando-se de seus cooperados, considerando suas especificidades e as demandas oriundas. Desta forma, cumpre com seu papel de

responsabilidade e comprometimento visando qualificar-se naquilo que a diferencia das demais instituições financeiras, o relacionamento e a aproximação com as comunidades locais.

4 Considerações finais

O exercício da prática do cooperativismo solidário exprime-se não apenas pelo resultado econômico de sua atuação. Gerar novas posturas, mais cooperativas e de reconstrução da identidade do grupo dos envolvidos pela cooperativa é um exercício muito mais delicado e trabalhoso.

As concepções de cooperativismo em disputa têm provocado uma série de debates quanto às formas subjetivas de organização social que podem ser instaladas nas organizações cooperativas pelo seu modo de agir cotidiano. Quando, além das relações sociais, escolhe-se a forma de cooperação, se está assumindo uma postura frente à solidariedade coletiva.

A opção da solidariedade não apenas como um adjetivo reconhece que a potencialidade de transformação social da solidariedade por meio dos empreendimentos coletivos só ocorre através de elementos fundamentais estruturantes que mantenham as formas de educação sempre em debate, afinal, a autogestão, a formação política, a busca pela educação e pelo conhecimento é que podem gerar rompimento com as formas sociais excludentes.

O agir em cooperativa também é isto, uma ação educativa em que o sujeito, imbuído de conhecimentos e posturas, pensa e age, transforma o mundo coletivamente.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHROEDER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 24, maio/ago. 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

INFOCOS. **Estatuto Social**. Francisco Beltrão, 2005.

_____. **Plano Trienal de Formação**. Francisco Beltrão, 2012-2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

REVISTA CRESOL. **Entrevista com Vanderley Ziger**. Francisco Beltrão, ano 1, jun. 2013.

RODRIGUES, Luiza Maria da Silva. **Agentes comunitários e cooperativismo solidário: o caso da Cresol de Francisco Beltrão**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SOUZA, João Francisco. **E a Educação Popular? Que?** Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife: Bagaço, 2007.

O EDUCADOR TRANSFORMADOR NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

Francieli Fabris¹

Justiani Hollas²

Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi³

Resumo

O presente artigo é um ensaio teórico, que tem como questão central discutir a função social do educador na escola do campo, a partir das reflexões de Giroux em torno do educador transformador, e da especificidade da educação do campo pensada pelo MST e pelas escolas localizadas em áreas assentamento de reforma agrária, que tiveram sua origem a partir da luta dos movimentos sociais. Pensar a educação do campo requer pensar os sujeitos que ali vivem e as contradições que os mesmos encontram, seja no debate em relação à educação, ao agronegócio, aos embates que se encontra quando se refere a contrariar o capital. Mais do que postura epistemológica, educadores transformadores em escolas do campo precisam ter posturas ideológicas e políticas em defesa da classe trabalhadora, contra a exploração do trabalho, e em favor da vida e da humanidade. A partir de nossa reflexão, ressaltamos a importância da formação política dos educadores do campo, na perspectiva da construção coletiva dos espaços educativos, colocando em tela o papel político e social do educador camponês transformador.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Escola do Campo. Educador transformador. Função Social.

1 Introdução

A educação interfere no tempo e melhorando-se a qualidade do fator humano modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Este é o mais importante investimento a fazer, para que haja crescimento, não só o crescimento, mas autêntico desenvolvimento.”
(Celso Furtado)

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); professora licenciada da Escola do Campo José Maria no Assentamento de Abelardo Luz (SC). Bolsista FAPESC/CAPES. *E-mail:* <francielifabris@unochapeco.edu.br>.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó. *E-mail:* <justiani@unochapeco.edu.br>.

3 Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unochapecó. Membro do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Professores. *E-mail:* <lucib@unochapeco.edu.br>.

Hoje, a sociedade brasileira vive uma constante disputa de classes incentivada pelo modelo de produção capitalista vigente, assim, entendemos que escola tem o desafio de ser o espaço de debate e formação de consciência do educando para compreender os interesses que o capital tem sobre a classe trabalhadora.

Para Gohn (2012, p. 17), “[...] à medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas de direitos. A educação volta a ser pensada pela classe dirigente como mecanismo de controle social.” Considerando que não é de interesse do capital que o acesso ao conhecimento seja para todos, a não ser na medida de interesse para mão de obra, buscaremos abordar o papel do educador transformador⁴ diante deste contexto capitalista, numa perspectiva de Educação do Campo pensada pelos movimentos sociais, no caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O presente artigo é um ensaio teórico, que tem como questão central discutir a função social do educador na escola do campo, a partir das reflexões de Giroux em torno do educador transformador, e da especificidade da educação do campo pensada pelo MST e pelas escolas localizadas em áreas assentamento de reforma agrária, que tiveram sua origem a partir da luta dos movimentos sociais.

O texto se organiza em três partes: i) inicialmente, apresentamos uma breve contextualização da educação nas escolas do campo em assentamento de reforma agrária; ii) discutimos a importância da formação política dos educadores das escolas do campo para a atividade docente em espaços conquistados a partir de lutas sociais; iii) abordamos a função social do educador transformador na escola do campo, colocando em tela o papel político e social dos educadores.

2 Escola do Campo em Assentamento de Reforma Agrária

Para o MST, tão importante quanto a conquista da terra, é também a conquista por escolas, a importância dada às escolas em espaços de reforma agrária é como se as pessoas que ali se encontram, no momento de ir para a escola, estivessem rompendo as cercas para adentrar ao mundo do conhecimento. A classe trabalhadora camponesa é conhecedora da importância que a educação tem na sociedade, bem como de que é através da educação que o povo se empodera diante do capital.

O conceito de educador transformador colocado por Giroux (1988) apresenta elementos semelhantes com a concepção de escola para o MST. Segundo o autor, “[...] a escolarização, a reflexão crítica e a ação tornam-se parte fundamental de um projeto social para ajudar os alunos a desenvolverem uma profunda e inabalável fé no combate para vencer as injustiças e mudarem a si próprios.” (GIROUX, 1988, p. 30).

Os espaços escolares são a representação da sociedade, reflete-se na escola a heterogeneidade em todos os sentidos, fator esse que torna o trabalho do educador um desafio ainda maior, principalmente quando se refere à escola do campo localizada em espaços de reforma agrária, pois a conquista desses espaços atribui também a eles uma responsabilidade social, pois assim como a terra tem sua função social e é de direito de todos, também a educação deve ser acessível a toda a classe trabalhadora em todos os níveis de ensino.

4 Categoria apresentada por Henry Giroux na obra: Escola Crítica e política Cultural (GIROUX, 1988).

Como toda riqueza no sistema do capital, o conhecimento científico também está desigualmente distribuído e a disputa entre projetos de sociedade coloca em pauta a necessidade de desconstrução destes privilégios epistemológicos. A Escola do Campo deve fazer o enfrentamento da hegemonia epistemológica do conhecimento inoculado pela ciência do capital. (MOLINA; SÁ, 2012, p. 327).

A educação nunca foi pensada para a classe trabalhadora, seja do campo, seja da cidade, o acesso ao conhecimento acontece na medida em que o sistema capitalista precisa de qualificação profissional. Ainda hoje temos localidades no campo que não possui escola ou que precisam andar vários quilômetros para chegar na cidade, bem como escolas com precariedade de condições materiais e de profissionais qualificados para desempenharem a atividade docente.

Podemos, a luz dos propósitos do MST, dizer que a pedagogia da escola do campo “[...] mais do que inventar o que estamos fazendo, é recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista: pedagogia do trabalho, pedagogia da terra, pedagogia da história, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da luta social.” (CADERNOS DE EDUCAÇÃO, 2005, p. 233).

Aos educadores das escolas do campo, tão importante quanto o ensino e a aprendizagem, é o relacionamento social e o diálogo. De acordo com Contreras (2012, p. 219-220):

Se a autonomia se constrói no encontro, com desenvolvimento das convicções e finalidades profissionais, mediadas pelo entendimento e pelo diálogo, entender as expectativas sociais é tão importante como se fazer compreender socialmente por parte dos profissionais.

O educador precisa reconhecer-se mais do que simplesmente um profissional docente, faz-se necessário reconhecer-se como sujeito educador, que, embora tenha que enfrentar diferentes limites e dificuldades na educação, optou por atuar como docente no campo, e assim precisa considerar a história da luta pela terra e por escola.

A pedagogia do Movimento traz para a reflexão pedagógica a ideia de Movimento Social ao mesmo tempo como lugar de sujeito coletivo de formação humana. A materialidade de suas lutas e das relações sociais construídas e transformadas para sua sustentação é o lugar, ou são as ‘circunstâncias educadas’ para conduzir a formação de um determinado tipo de ser humano. E como educador das circunstâncias e sujeito de práxis, o Movimento social se constitui como sujeito pedagógico, no sentido de desenvolver um processo de formação humana capaz de ‘mover a pedagogia’ desde as necessidades educativas concretas dos sujeitos de uma luta social e de sua organização coletiva. (LENZI; CORD, 2007, p. 155 apud CALDART, 2012, [s.p.]).

Para a proposta de educação do campo, o movimento social é uma ferramenta pedagógica que se faz presente na escola e busca contribuir no processo de organização do fazer pedagógico, numa perspectiva de

formação humana com clareza sobre o projeto de educação que almeja. Essa ideologia educativa busca outro caminho que não é o agronegócio, o capitalismo, a concentração de muitas riquezas nas mãos de poucos.

Esse projeto tem como utopia romper as barreiras e democratizar também o conhecimento, não sendo simplesmente acabar com o analfabetismo, mas acessar as universidades públicas, dando possibilidade para todos que quiserem buscar formação superior.

3 Formação dos educadores para as Escolas do Campo

Nessa sessão abordaremos a formação dos educadores para escola do campo, nos espaços de conquista do MST. Primeiramente, desafiamos a inferir que o elemento fundante na formação de um educador em escola de assentamento de reforma agrária é a sensibilização com a luta dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e esse movimento de formação se constrói nos sujeitos a partir do momento em que se reconhece como classe trabalhadora.

Para o MST, a educação é prioridade, depois da conquista da terra. Nesse sentido, para os movimentos sociais, berço dos debates sobre educação do campo, a preocupação com formação de educadores para escolas do campo, indígenas, quilombolas e demais povos que se identificam como povos da natureza, é pauta no planejamento dos movimentos. Assim como explicita Arroyo (2012, p. 360):

Os movimentos ao defenderem a especificidade da formação, não defendem uma função genérica nem um currículo único com as devidas adaptações. E nem retornam a proposta do ruralismo pedagógico, mas superam a visão da escola rural e do professor rural ao politizarem a Educação do Campo em um outro projeto de campo.

Pensar essa educação é buscar articular na escola temas que são de interesse de toda a comunidade escolar, a organização dos espaços, a alimentação saudável, agroecologia, é ver na escola o espaço que pensa na vida, no ser humano.

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de Educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivos e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses a ao embate (de classe) entre projeto de país e de sociedade e nas concepções de política, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 257).

A autora nos aponta elementos consideráveis para pensarmos a formação dos educadores do campo, pois a realidade, as questões do trabalho com a terra, a cultura, a identidade com a luta dos camponeses

devem estar presentes na formação dos educadores. Sabemos que tais elementos não são comuns nos cursos de formação inicial, e nesse sentido o setor de educação⁵ do MST pensa formações continuadas para educadores das escolas de assentamento e acampamento, as quais acontecem todos os anos em todos os estados brasileiros. Um dos princípios norteadores na educação pensada pelos movimentos sociais é o comprometimento com a transformação social, a preocupação com os seres humanos, as desigualdades, injustiças, exploração do trabalho, as questões ambientais, necessidades estas que a classe trabalhadora apresenta, mas que para o sistema capitalista não estão em pauta, pois são nessas desigualdades que se encontra a lógica do capital.

Os docentes têm por obrigação tornar problemáticos os pressupostos por meio das quais se sustentam os discursos e valores que legitimam as práticas sociais e acadêmicas, valendo-se do conhecimento crítico do qual são portadores, com o objetivo de construir um ensino dirigido à formação de cidadãos críticos e ativos. (CONTRERAS, 2012, p. 174-175).

Nesse sentido, também o educador tem a possibilidade de ser um mediador da transformação social, ao mesmo tempo que desenvolve o processo de ensino-aprendizagem. Não queremos aqui transparecer uma sobrecarga de responsabilidades para os educadores, mas chamar a atenção para importância do seu papel na formação de consciência e transformação social. As tarefas atribuídas aos educadores e as condições que lhe são proporcionadas dificultam a realização de um trabalho pedagógico com maior articulação com os problemas sociais. Os educadores são sujeitos dessa sociedade, formados por ela e alienados também pelo sistema. Para Contreras (2012), não há possibilidade de transformação na educação, se não considerar que a escola está inserida em um contexto maior da sociedade, bem como os educadores devem juntar-se aos pais, comunidade, para buscar junto o objetivo de enfraquecer os sistemas políticos e econômicos que exercem influência sobre a educação.

A partir do momento que educador segue uma proposta pedagógica, sem refletir sobre a ideologia dessa, corre o risco de estar reforçando o modelo capitalista, de diferenças, desigualdades, de incentivo a mão de obra alienada. E no caso das escolas do campo, ainda se reforça a importância de estudar para “ser alguém na vida”, o que muitas vezes é sinônimo de abandonar o meio rural para morar na cidade e prestar serviço nas indústrias. A importância do trabalhador da cidade é indiscutível, porém a exploração do trabalho é inadmissível.

Nesse sentido, há uma luta dos movimentos sociais contra a exploração da força de trabalho, tanto no meio rural, quanto na cidade. Aqui, chamamos a atenção para o papel dos educadores, intelectuais transformadores, e diríamos ainda, militantes sociais, pois esses têm possibilidade de refletir como seus educandos sobre as mazelas da sociedade. Freire (2004) insiste em dizer que educar é mais do que treinar o educando no desempenho de algumas destrezas, é preciso estimulá-lo a pensar sobre as situações.

Segundo Giroux (1997, p. 162):

5 Coletivo de educadores do MST responsável por pensar a educação dentro do movimento.

Se acreditamos que o papel do ensino não pode ser reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas, mas que, em vez disso, envolve a educação de uma classe de intelectuais vital para o desenvolvimento de uma sociedade livre, então a categoria de intelectual torna-se uma maneira de unir a finalidade da educação de professores, escolarização pública e treinamento profissional aos próprios princípios necessários para o desenvolvimento de uma ordem e sociedade democrática.

Assim, entende-se que o educador tem uma função social importante na sociedade, que vai além de manter a ordem, essa que agrada o capital e que vai na contramão do que se pensa para as escolas do campo, pois educadores são intelectuais que devem se reconhecer como classe trabalhadora e ver na prática educativa a oportunidade de produzir novos conhecimentos, contribuindo para que educandos, escola e comunidade sejam sujeitos de um processo histórico e social.

De acordo com Giroux (1997), os educadores são intelectuais com capacidade de produzir ideias, são também mediadores, produtores de pensamento e de práticas sociais, bem como possuem no papel docente a função política de formação de consciência. O educador do campo precisa assumir a identidade da escola e, como intelectuais e produtores de conhecimento, contribuir na construção coletiva do espaço de ensino e de aprendizagem, considerando o crescimento coletivo e respeitando o desenvolvimento individual de cada sujeito.

Todos são sujeitos que possuem capacidades intelectuais para ajudar a pensar a escola coletivamente, de forma que as práticas educativas desenvolvidas na escola possam efetivamente fortalecer as lutas camponesas. A formação de um intelectual coletivo dependerá de como a escola está vinculada com a sociedade, a cultura, a economia e a política.

Diante disso, podemos considerar que a formação política do educador nas escolas do campo é importante para a motivação de novas gerações de intelectuais orgânicos, com capacidade de conduzir o processo de luta dos trabalhadores em direção a um projeto social.

Nesta mesma direção, Caldart (2012) aponta que é preciso compreender que não se pode pensar em transformação da escola sem visar uma mudança no projeto de formação do ser humano. Pimenta e Ghedin (2006) corroboram ressaltando a importância de valorizar a escola e seus profissionais na formação da cidadania, apropriação dos saberes para maior igualdade social. A organização da escola num todo deve estar articulada para o propósito de formação contínua, de educandos e de educadores. Nesse sentido, ainda de acordo com Pimenta e Ghedin (2006), há também a necessidade de se questionar quem são nossos educandos? Quem são nossos educadores? Como veem sua profissão? Precisamos considerar que o docente é um sujeito “formado” por essa sociedade, que precisa de atenção, de formação continuada, de profissionalização, de valorização em todos os sentidos, para desempenhar sua atividade com relevância pedagógica e social. Assim:

A centralidade colocada nos professores traduziu-se na valorização do eu pensar, do seu sentir, de suas crenças e seus valores como aspectos importantes para se compreender o seu fazer, não apenas de sala de aula, pois os professores não se limitam a executar currículos, senão que também os elaboram, os definem, os re-interpretam. (PIMENTA; GHEDIN, 2006, p. 36).

A escola pode ter uma proposta de organização curricular e de instituição voltada à classe trabalhadora, mas é o educador que está todos os dias em contato com o educando. É certo de que dificilmente teremos uma escola homogênea em concepção política e pedagógica, porém nós educadores precisamos assumir a identidade de classe e nos posicionarmos diante de qual projeto de sociedade queremos.

Considerando as especificidades da educação do campo, Arroyo (2012, p. 364) afirma:

Poderíamos acrescentar que na agricultura camponesa, familiar e nas comunidades agrícolas, desde a infância-adolescência-juventude, vai se dando a inserção nos processos produtivos e de trabalho, sociais, culturais de valores e de identidades – é, portanto, uma formação total.

A formação plena do ser humano vai além da articulação do que se ensina na escola para ser reproduzido nas famílias, na comunidade e na vida pessoal de cada um, é um processo pensado, ao mesmo tempo, num contexto pleno do ser humano e a realidade que está inserido. Assim, como coloca Freire (2004), ensinar precisa de rigorosidade no método, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporificação das palavras pelo exemplo, também entender os riscos a aceitação do novo e a rejeição a qualquer tipo de discriminação.

O ensino para a transformação social significa educar os estudantes para assumir riscos e para lutar no interior das contínuas relações de poder, tornando-os capazes de alterar as bases sobre as quais se vive a vida. Atuar como intelectuais transformadores significa ajudar os estudantes a adquirir um conhecimento crítico sobre as estruturas sociais básicas, tais como a economia, o estado, o mundo do trabalho e a cultura de massas, de modo que essas instituições possam se abrir a uma potencial transformação. Uma transformação, neste caso, dirigida à progressiva humanização da ordem social. (GIROUX, 1990 apud CONTRERAS, 2012, p. 175).

Considerando o educador como transformador, poderíamos defini-lo como aquele que possui as condições de melhor preparar o educando para seu desenvolvimento, ou seja, aquele que, em sua atividade docente, não apenas transmite o conhecimento, mas o apresenta articulado com a realidade da qual o educando está inserido, usa de estratégias específicas, linguagem adequada e que faz parte da realidade dos educandos, respeita valores culturais e contribui para o desenvolvimento do sujeito em relação à compreensão e atuação na sociedade. Contreras (2012) considera que os “educadores transformadores” possuem não só compromisso diante da transmissão do saber crítico, mas também o compromisso com a transformação social.

Diante desses breves apontamentos sobre a formação dos educadores para escola do campo, gostaríamos de evidenciar de que não se trata de formação curricular específica para a atuação nas escolas camponesas, mas de política e epistemológica, que possa dar condições aos educadores entender a proposta de educação do campo, e desafiarem-se a pensar coletivamente. Buscaremos na próxima sessão abordar a função social do educador transformador nas escolas do campo.

4 A função social do educador transformador no contexto da Escola do Campo

As escolas do campo pensadas pelos movimentos sociais buscam superar a visão de local atrasado, de que o educador do meio rural é o menos preparado, aquele que não teve a oportunidade de trabalhar na cidade devido aos resultados de processos seletivos, ou de que em forma de castigo por questões políticas tenham que assumir aulas no interior, bem como desmitificar as impressões coladas para a sociedade de que educandos do campo possuem mais dificuldades em aprender. Ainda hoje existem diferenças de tratamento entre as escolas do meio urbano e rural, acesso a informações, materiais pedagógicos, internet ainda são limites na maioria das escolas do campo.

Entendemos a escola como um espaço de transformação e o educador é fundamental nesse processo. Giroux (1988, p. 23) nos diz que “[...] a teoria educacional deve também ser compreendida como tendo um profundo compromisso em desenvolver a escola como espaço que prepare os estudantes para participar e lutar por esferas públicas democráticas.” Para a escola ser um espaço que possibilite formar sujeitos que tenham consciência de classe e busque participar de lutas para espaços melhores na sociedade, os educadores também precisam ser sujeitos ideologicamente convencidos da importância desse compromisso, que compreendam a escola como um segmento de fortalecimento pessoal e social.

O educador transformador na escola do campo tem o desafio de considerar junto a demanda dos conteúdos a serem ensinados, também o vínculo social que a escola apresenta junto com a comunidade. Concordamos com Giroux (1988, p. 30) que “[...] o principal papel do educador transformador é tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico.”

É difícil olhar para as escolas e não perceber as diversas formas de políticas existentes, principalmente de ideologias, as quais muitas vezes são confundidas com políticas partidárias, gerando conflitos entre grupos nas escolas e dificultando o avanço na educação.

Essas barreiras são encontradas nas escolas do campo e pensadas a partir dos princípios⁶ do MST; são várias as dificuldades encontradas pelos educadores que buscam considerar a história da luta da terra, da conquista dos espaços e a identidade camponesa dos povos do campo, o enfrentamento é grande quando se pensa a educação voltada à classe trabalhadora como uma ferramenta de oportunidade para emancipação dos sujeitos. Para Fabris (2009), a educação deve trilhar caminhos para que o educando pense autonomamente para impulsioná-lo ao interminável desejo de reconstruir seus próprios conceitos para a busca da liberdade, da autonomia, afirmação social, construindo história e buscando uma educação comprometida com sujeitos críticos.

A concepção de escola do campo nascida a partir da perspectiva da escola unitária gramsciana, com a intenção de desenvolver estratégias de formação que possibilitem pensar o ser humano como um ser omnilateral (FRIGOTTO, 2012), visando atender as diferentes dimensões da formação, trabalho, cultura num sentido de emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, dizer que a concepção de escola do campo tem

6 Princípios são algumas ideias/convicções/formulações pedagógicas e filosóficas, que são balizas para o trabalho na educação do MST. Sobre os princípios na educação para o MST, ver Caderno de Educação n. 13.

sua origem na luta da classe trabalhadora é reforçar o compromisso que a mesma possui com os trabalhadores camponeses.

As pessoas que vivem no campo são as que diariamente vivem a situação de exclusão, seja na educação, seja na agricultura, na luta pela terra e pelos direitos. São eles sujeitos que buscam constantemente resistir e permanecer nos quilombos e nas terras indígenas, característica de resistência, luta e permanência que incentivam povos camponeses a pensar a educação.

Assim, o educador transformador na escola do campo tem um papel fundamental na sua tarefa, pois ao reconhecer-se como um educador nessa categoria deve considerar que os conhecimentos que o educando possui devem ser problematizados para a realização das práticas educativas. Para Freire (2001), toda ação educativa deve necessariamente ser precedida de uma reflexão sobre o homem, bem como de uma análise do meio de vida concreto de homem concreto, a quem queremos educar, ou melhor dizendo, queremos ajudar a educar. Nesse sentido, o MST tem buscado construir experiências nos diferentes estados Brasileiros, que se aproximem da proposta de educação pensada pelos movimentos sociais, considerando os sujeitos do campo protagonista desse processo.

A educação é fenômeno histórico que produz e reproduz a sociedade, mas também é espaço onde se pode projetar a sociedade que queremos (CONTRERAS, 2012), e, nesse sentido, pensar em educação do campo é falar de educação para a classe trabalhadora, que oportunize aos sujeitos uma formação com consciência de classe, que pense em um projeto de sociedade justa, democrática e igualitária e que conheça a realidade em que estão inseridos. Educadores transformadores têm o papel político e social de contribuir para a formação de consciência, pensar a escola e a educação como um espaço para diálogo onde todos possuem conhecimento, são capazes de ensinar e aprender simultaneamente. De acordo Giroux (1988, p. 88):

A escola torna-se um espaço central, onde poder e política operam em uma relação dialética entre indivíduos e grupos, que funcionam dentro de condições históricas e limites estruturais específicos, bem como formas culturais e ideológicas que são a base para a contradição e para as lutas.

O autor evidencia como se dá o espaço da escola, pois ser educador é conviver com uma diversidade de fatores que diariamente fazem parte do processo educativo. E, a partir do momento que nos dispomos a pensar a educação a partir da realidade que temos, é preciso também considerar as contradições e divergências políticas e ideológicas que existem nos espaços escolares. Segundo Mészáros (2005, p. 13), “[...] educar não é mera transferência de conhecimento, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidade.”

A luta pela educação do campo, desde seu início, sempre se pautou em garantir para os povos do campo um direito que lhes foi negado, e nesse sentido, os movimentos sociais têm buscado uma proposta pedagógica voltada à realidade dos educandos, que faça referência à identidade e cultura dos povos do campo,

valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de vida, de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Esse projeto pensa a educação ao mesmo tempo em que pensa o homem e a sociedade que se pretende construir.

Nesse sentido, não podemos pensar a educação do campo sem pensar os sujeitos que ali vivem e as contradições que os mesmos encontram, seja no debate em relação à educação, agronegócio, sejam os embates que se encontra quando refere-se a contrariar o capital. Mais do que postura epistemológica, educadores transformadores em escolas do campo precisam ter posturas ideológicas e políticas em defesa da classe trabalhadora, contra a exploração do trabalho e em favor da vida e da humanidade.

5 Considerações finais

Propomos nesse trabalho dialogar sobre a função social do educador nas escolas do campo em área de assentamento de reforma agrária, do MST. Podemos dizer que, a partir do estudo realizado sobre o educador transformador apresentado por Giroux e a proposta de educação do campo pensada pelos movimentos sociais, no caso MST, muitos aspectos são comuns ideologicamente, pois pensam o educador como sujeito com possibilidades de contribuir para transformação social, através da formação dos educandos.

A escola proposta pela MST, compreendida desde a sua especificidade, pressupõe uma ação educativa na qual os sujeitos do processo se insurjam enquanto transformadores da realidade vivida em função de uma construção conjunta num ideal de sociedade socialista. Nesse sentido, o que nos traz Giroux contempla e complementa elementos centrados na figura do professor transformador, um educador.

A escola é um dos espaços importantes para a criança aprender a se organizar, e as escolas do campo pensadas pelo MST têm buscando desenvolver tais práticas. A função social dos educadores do campo, diante dessa proposta trabalho, direciona nosso olhar para a importância que a escola possui na formação de novas lideranças nos espaços do campo, respeitando as especificidades de cada localidade.

Portanto, a discussão está posta, e ressalta-se a importância da formação continuada dos educadores, pois se entende que essa é a forma mais prática de se chegar ao educando e colocar o educador na perspectiva da ação política pensada desde o projeto histórico.

Referências

ARROYO, G. M. Formação de educadores do campo. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CADERNO DE EDUCAÇÃO N. 13. **Dossiê: MST Escola, Documentos e Estudos 1990-2001**. Veranópolis: ITERRA, 2005. (Edição Especial).

CALDART, R. S. et al. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FABRIS, F. **A importância da EJA nos Assentamentos de Abelardo Luz**. 2009. Monografia (Ciências da Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FREIRE, P. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GIROUX, H. **Escola crítica e política cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOHN, G. M. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LENZI, L. H. C.; CORD, D. **Formação de educadores em EJA no campo: compartilhando saberes**. Florianópolis: Cadernos CED/UFSC, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Escola do campo. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PIMENTA, G. S.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.